



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Sayonara Faria Sisquim

Não se faz revolução sem organização. A trajetória do operário socialista

Antônio Mariano Garcia (1870-1927)

Rio de Janeiro

2024

Sayonara Faria Sisquim

**Não se faz revolução sem organização. A trajetória do operário socialista Antônio
Mariano Garcia (1870-1927)**



Tese apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutora, ao
Programa de Pós-Graduação em História, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Érica Sarmiento da Silva

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S623 Sisquim, Sayonara Faria.
Não se faz revolução sem organização. A trajetória do operário socialista Antônio Mariano Garcia (1870-1927) / Sayonara Faria Sisquim. – 2024.
314 f.

Orientadora: Érica Sarmiento da Silva.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ativistas políticos - Brasil - Teses. 2. Brasil - História - República Velha, 1889-1930 - Teses. 3. Socialismo - Brasil - Teses. 4. Movimentos sociais – Brasil - Teses. I. Silva, Érica Sarmiento da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 92:981“1889/1930”

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Sayonara Faria Sisquim

**Não se faz revolução sem organização. A trajetória do operário socialista Antônio
Mariano Garcia (1870-1927)**

Tese apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutora, ao
Programa de Pós-Graduação em História, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Área de concentração: História Política.

Aprovada em 27 de março de 2024.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Érica Sarmiento da Silva (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^a Dr^a. Cláudia Regina Andrade dos Santos
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a Dr^a. Regina de Carvalho Ribeiro
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^o. Dr. André Nunes de Azevedo
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^o. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha
Universidade Estadual de Campinas

Prof^o. Dr. Paulo Cruz Terra
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Giovanni e Lorenzo, ao meu companheiro Giovanni, e aos meus pais Odílio e Lucy, (*in memoriam*), e ao meu irmão Silmar, (*in memoriam*), e a Mariano Garcia, por existirem.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir o doutorado, me sinto como José Carlos Reis, em seu livro, *Identidades do Brasil*, definiu Sergio Buarque de Holanda: um intelectual feliz, e por isso, eu, também, “uma intelectual feliz”, só tenho a agradecer. Inicialmente, aos meus filhos, Giovani Sisquim Petra Fraga e Lorenzo Sisquim Petra Fraga, pela torcida e felicidade compartilhadas em cada etapa que era aprovada no processo de seleção do Doutorado, por entender as muitas faltas por, necessariamente, estar longas horas de frente ao computador ou absorvida nas minhas leituras. Giovani e Lorenzo, é por vocês.

Ao meu companheiro de longos anos de jornada, Giovani Petra Fraga, por dividir a minha atenção com outro homem, Mariano Garcia, que mesmo falecido, nos acompanhou em muitos lugares, por quatro anos. Obrigada, meu amor, por fazer do meu sonho, o seu também.

Pelas minhas boas amigas, a começar pela companheira conquistada no Mestrado, Luciana Queiroz, por sua insistência para que eu cursasse o Doutorado, coisa que eu estava decidida a não fazer. Pelo apoio de outra amiga, Michele Samuel, assim como eu, tutora em História pelo CEDERJ-UAB, que me incentivou, quase forçou, auxiliando-me na construção do projeto de pesquisa. Também não posso deixar de agradecer o companheirismo de outro amigo, Luiz José da Silva, esse, amigo conquistado no Doutorado. Assim como foi o apoio da amiga Aline Mendes Soares, parceira no grupo de pesquisa, Abolição Republicana, coordenado pela excelente professora e Doutora, Cláudia Santos. Não posso deixar de mencionar a amiga Fátima Chaves pelas preciosas dicas e ajuda na leitura dos meus capítulos, assim como, por auxiliar nas minhas inseguranças com relação ao escrever.

Amigadas conquistadas que parecem até um paradoxo, pois, no Doutorado, o que mais perdemos, pelas inúmeras ausências causadas pelo isolamento dos estudos, são os amigos. Todos vocês foram fundamentais nos momentos de angústias, dúvidas e incertezas, principalmente, nas muitas aflições no decorrer da Pandemia e do desgoverno do Pandemônio. “Ninguém larga a mão de ninguém”.

Também me sinto feliz e agradecida pela minha orientadora, a professora e Doutora Érica Sarmiento, em aceitar o desafio de me orientar quando eu tinha somente uma ideia, não tinha um projeto de pesquisa pronto, e ainda não tinha sido aceita pelo PPGH da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Sempre pronta com um sorriso largo no rosto, Érica soube fazer elogios, mas, com conhecimento e o necessário rigor, as correções e orientações

necessárias na escrita e leituras, sempre procurando me trazer para o campo da objetividade. Obrigada, Érica, você com o seu sorriso, fez toda a diferença!

Assim, também agradeço ao Programa de Pós-graduação – PPGH – por ter acolher a minha pesquisa, e ao CAPES pela bolsa concedida, a qual, na impossibilidade de ir às bibliotecas por conta do isolamento social, me ajudou a comprar muitos livros.

Agradeço à existência de instituições públicas como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, sem essas instituições, a pesquisa documental que fundamenta a minha tese jamais seria possível. Também agradeço ao Instituto de Arqueologia Brasileira -IAB-, representado por Diego de Lacerda, que me possibilitou acessar o documento, Salada Pinto Machado, disponibilizando-o em PDF. Assim como também fez o generosíssimo professor e Doutor, Cláudio Batalha, que prontamente respondeu o meu e-mail de pedido de socorro, viabilizando o meu acesso a vários números de exemplares do jornal *Gazeta Operária*, de Mariano Garcia, enviando-os em PDF, para minha alegria.

Termino os meus agradecimentos pedindo desculpas pela memória curta, com certeza, deixei muitas pessoas que contribuíram para a escrita da minha tese, de fora, e recorro à frase de Isaac Nilton, para agradecer a todos que possibilitaram a construção dessa tese, feita por muitas mãos. **“Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes”**.

O navio em que Teseu e os jovens de Atenas voltaram tinha 30 remos e foi preservado pelos atenienses até a época de Demétrio Falereu. À medida que se deterioravam, as tábuas velhas eram substituídas por madeira nova e mais forte. O navio se tornou um exemplo permanente entre os filósofos para a questão lógica das coisas que crescem; um lado sustentava que o navio continuava o mesmo e o outro sustentava que não era o mesmo!

Plutarco

RESUMO

SISQUIM, Sayonara Faria. **Não se faz revolução sem organização**. A trajetória do operário socialista Antônio Mariano Garcia (1870-1927). 2024. 314 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Essa tese teve como objetivo o estudo da trajetória do operário, jornalista e militante socialista reformista Antônio Mariano Garcia (1862-1927) na organização da classe trabalhadora na Primeira República. O recorte temporal utilizado foi o último quartel do século XIX, quando Mariano Garcia participa da luta contra a escravidão, fazendo parte do grupo, “Ordem dos Caifazes”, em São Paulo, terminando no ano da sua morte, em 1927, quase fim da Primeira República. A trajetória de Mariano Garcia foi marcada pela luta na organização da classe trabalhadora em associações, sindicatos e num partido operário, como formas de ação na busca por direitos sociais para os que trabalhavam. A pesquisa foi elaborada a partir dos vestígios deixados por ele na imprensa da época. Operário cigarereiro, Mariano Garcia também foi um atuante jornalista, pois acreditava ser os jornais uma poderosa ferramenta de arregimentação da classe trabalhadora, por isso, escrevia artigos nas colunas operárias dos principais jornais grande imprensa, bem como, nos jornais operários que fundou. Ao denunciar, em seus artigos, as péssimas condições de vida as quais os trabalhadores eram submetidos: longas jornadas, baixos salários, locais de trabalho e moradia insalubres, alimentação precária, além da falta de mecanismos de amparo que os protegessem, buscava conscientizar a classe operária da necessidade de organização na luta por direitos e por cidadania. Como militante socialista reformista, sua agência política foi marcada por inúmeras tentativas de fundar um partido operário que pudesse eleger representantes oriundos da sua classe, pois acreditava ser a participação política dos operários na política formal, o caminho que levaria a obtenção de leis que garantiriam direitos aos trabalhadores, para isso, utilizava-se de várias estratégias de luta, inclusive, a aproximação com o Estado. A partir da análise das ações de Mariano Garcia como sujeito coletivo, na busca por melhoria de vida para a sua classe, constatamos como foi árdua a luta dos trabalhadores em busca de direitos sociais e por cidadania, contribuindo assim, para os estudos sobre o movimento operário no Brasil.

Palavras-chave: Mariano Garcia; socialismo reformista; movimento operário; Primeira República.

ABSTRACT

SISQUIM, Sayonara Faria. **There is no revolution without organization.** The trajectory of the socialist worker Antônio Mariano Garcia (1870-1927). 2024. 314 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This thesis aimed to study the trajectory of the worker, journalist and reformist socialist activist Antônio Mariano Garcia (1862-1927) in the organization of the working class in the First Republic. The time frame used in the last quarter of the 19th century, when Mariano Garcia participated in the fight against slavery as part of the group, “Ordem dos Caifazes”, in São Paulo, ending in the year of his death, in 1927, almost the end of the First Republic. Mariano Garcia's trajectory was marked by the struggle to organize the working class in associations, unions and a workers' party, as forms of action in the search for social rights for those who worked. The research was based on traces he left in the press at the time. A cigarette worker, Mariano Garcia was also an active journalist, as he believed that newspapers were a powerful tool for the regimentation of the working class, which is why he wrote articles in the workers' columns of the main newspapers, as well as in the workers' newspapers that he founded. By denouncing, in his articles, the terrible living conditions to which workers were subjected: long hours, low wages, unhealthy workplaces and housing, precarious food, in addition to the lack of support mechanisms to protect them, he sought to raise awareness among the class worker's need for organization in the fight for rights and citizenship. As a reformist socialist activist, his political agency was marked by numerous attempts to found a workers' party that could elect representatives from his class, as he believed that political participation of workers in formal politics was the path that would lead to obtaining laws that would guarantee the rights of workers. workers, to this end, used various fighting strategies, including rapprochement with the State. From the analysis of Mariano Garcia's actions as a collective subject, in the search for a better life for his class, we see how arduous the workers' struggle was in search of social rights and citizenship, thus contributing to studies on the movement worker in Brazil.

Keywords: Mariano Garcia; reformist socialism; labor movement; First Republic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Foto de Mariano Garcia para o <i>Correio da Noite</i>	39
Figura 2 –	Crianças trabalhando em fábricas de sapato no início do século XX.....	58
Figura 3 –	Notícia da morte de Mariano.....	65
Figura 4 –	Localização da rua Mariano Garcia.....	66
Figura 5 –	Restos do Quilombo de “Jabaquara”	94
Figuras 6 e 7 –	Mariano Garcia convidando seus colegas de classe para reunião. Novamente, n’ O paiz, em 06 de junho de 1892, convocando para reunião sobre o partido operário (CPO)	109
Figura 8 –	Notícia da morte de Mariano Garcia.....	118
Figura 9 –	Campanha da candidatura de Mariano Garcia à Intendência Municipal da capital carioca, em 1926.....	
Figura 10 –	Festejos da Liga dos Operários do Distrito Federal - LODF - numa das solenidades em comemoração ao Dia do Trabalho, Mariano Garcia, presidente da Liga, e Edgard Leuenroth, representando os trabalhadores de São Paulo e o jornal <i>A Lanterna</i> , discursam juntos no evento.....	170
Figura 11 –	Festejos comemorativos do 1º de Maio - socialistas e anarquistas, cada qual carregando seu Estandarte que representa sua entidade, comemoram juntos a data na Capital Federal.....	171
Figura 12 –	Nota de falecimento de Antônio Mariano Garcia Filho.....	181
Figura 13 –	Bairro da Saúde, um dos centros da resistência popular contra a vacina, populares enfurecidos ergueram barricadas. Em 1904, Mariano Garcia ainda era morador do Centro.....	197
Figura 14 –	Manifestação contra a carestia dos preços ocorrido na Praça 15 de Novembro.....	207
Figura 15. –	Movimento contra a carestia de vida.....	227
Figura 16 –	Participantes do 2º Congresso Operário em 1902.....	246
Figura 17 –	Os Comícios ocorridos na Gávea, Engenho de Dentro e no Catumbi em 09 de março.....	247

Figura 18 –	Comício monstro do largo de São Francisco.....	251
Figura 19 –	Contra a carestia de vida em Pilares, no subúrbio carioca.....	255
Figura 20 –	Folheto de Propaganda do Comitê Pró Lavoura para o 1º comício, na Penha, em novembro de 1917.....	266
Figura 21 –	Favela Morro de Santo Antônio, no Largo da Carioca, em 1914.....	269
Figura 22 –	Favela Morro do Pinto, no Santo Cristo, Zona portuária do Rio, em 1912.....	270
Figura 23 –	Mariano Garcia presidente da Associação dos Inquilinos.....	274
Figura 24 –	Anúncio sobre o Congresso dos Inquilinos.....	276

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Mariano Garcia nos jornais da imprensa comercial.....	117
Tabela 2- Mariano Garcia e os jornais operários.....	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa.
ACMN	Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói.
APESP	Arquivo Público da Cidade de São Paulo.
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPUH	Associação Nacional de História.
ASMOB	Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano.
IAB	Instituto de Arqueologia Brasileira.
BN	Biblioteca Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDERJ	Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro.
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COB	Congresso Operário Brasileiro
COB	Confederação Operária Brasileira
COR	Centro Operário Radical
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPO	Centro do Partido Operário
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CRDF	Centro Republicano do Distrito Federal
EUA	Estados Unidos da América
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FORJ	Federação Operária do Rio de Janeiro.
LODF	Liga do Operariado do Distrito Federal
IPFPU	Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União.
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PMA	Programa Mundial Alimentar
POS	Partido Operário Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro.
PSB	Partido Socialista do Brasil.
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História.

PRM	Partido Republicano Mineiro
PRP	Partido Republicano Paulista.
PT	Partido dos Trabalhadores.
PSD	Partido Social Democrata.
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SNA	Secretaria Nacional de Agricultura.
UOED	União Operária do Engenho de Dentro.
UAB	Universidade Aberta do Brasil.
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense.
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPeI	Universidade federal de Pelotas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos.
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	16
1	ANTONIO MARIANO GARCIA: DE ABOLICIONISTA A LIDER OPERÁRIO.....	40
1.1	De Sete Pontes para o mundo.....	47
1.2	Mariano Garcia e o movimento abolicionista: De Niterói para Campinas: um caifaz de Antônio Bento.....	66
1.3	Mariano Garcia, de Niterói para Santos: abolicionista, republicano e socialista.....	96
2	O JORNALISMO COMO PRÁXIS. DE OBSCURO RABISCADOR DE LINHAS A DECANO DO MOVIMENTO OPERÁRIO.....	107
2.1	O jornal como instrumento de resistência.....	109
2.2	Mariano Garcia nas páginas dos jornais - A palavra como ferramenta de luta.....	117
2.3	Jornalismo de Mariano Garcia na iniciante República - percursos e percalços na organização da classe operária.....	127
3	A POLÍTICA COMO ARTE DO POSSÍVEL. MARIANO GARCIA, UM OPORTUNISTA NA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO NA REPÚBLICA EXCLUDENTE.....	161
3.1	Mariano Garcia: convivendo com conflitos e construindo pontes. Mais que oportunista; um estrategista da prática cotidiana.....	165
3.2	Um rábula e um obscuro rabiscador de linhas - Evaristo de Moraes e Mariano Garcia, militantes socialistas que rompem a parceria.....	172
3.3	Em 1892, o primeiro aceno do governo republicano excludente ao movimento operário. Seria Mariano Garcia um florianista?	186
3.3.1	<u>A continuidade na exclusão e a persistência pela inclusão. O movimento operário vai se impondo no cenário político da Primeira República.....</u>	190
3.4	Cooptar ou captar? Em 1910, Hermes da Fonseca e o movimento operário: um novo aceno do governo à classe trabalhadora.....	199
3.5	1922 e a eleição de Arthur Bernardes; outra vez o movimento operário entra em cena.....	208

4	A PRAXÍS DE MARIANO GARCIA NA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA.....	217
4.1	Socialistas e anarquistas e os quatro Congressos Operários.....	217
4.2	Os Congressos Operários de 1902 e de 1906.....	225
4.3	Mariano Garcia e a agência contra a carestia de vida: socialista e anarquistas juntos, “um por todos e todos por um”?	239
4.4	Mariano Garcia e as ações associativas contra a carestia - A luta pelos mercados e pelas feiras-livres nos subúrbios.....	257
4.5	A Associação de Inquilinos e o Congresso de Inquilinos. Mariano Garcia na busca pelo direito de o trabalhador morar com dignidade.....	267
	CONCLUSÃO.....	280
	REFERÊNCIAS.....	292
	ANEXO A - Certidão de Óbito de Mariano Garcia (frente e verso).....	312
	ANEXO B - Certidão de Casamento de Mariano Garcia.....	314

INTRODUÇÃO

Com a Terceira Revolução Industrial iniciada na segunda metade do século XX, a partir da evolução das tecnologias de comunicação e transporte e ampliada no século XXI, com o advento das mídias sociais, as sociedades de mercado capitalista passam a se apresentarem como hegemônicas em quase todo o planeta, ocasionando, dentre outros acontecimentos, o fortalecimento das ideias da doutrina neoliberal¹ com uma grande transformação do mundo do trabalho. E, apesar da primazia do capitalismo como base econômica mundial, há quem defenda ainda ser o ideário político e econômico do socialismo possível – e necessário – de se implementar como contraponto ao capitalismo em suas muitas contradições nas sociedades contemporâneas.

Dentro desse contexto, no início do século XXI, mais precisamente no ano de 2011, um dos mais importantes intelectuais brasileiros, o sociólogo Antônio Candido, professor da Universidade de São Paulo, numa entrevista, defende ser o ideário político e econômico socialista uma doutrina triunfante, portanto, quando a entrevistadora o questiona: O senhor é socialista? Ele, de forma incisiva, responde, “Ah, claro, inteiramente”. Para fundamentar a sua orientação, defende:

Aliás, eu acho que o socialismo é uma doutrina totalmente triunfante no mundo. E não é paradoxo. O que é o socialismo? É o irmão-gêmeo do capitalismo, nasceram juntos, na revolução industrial. É indescritível o que era a indústria no começo. Os operários ingleses dormiam debaixo da máquina e eram acordados de madrugada com o chicote do contramestre. Isso era a indústria. Aí começou a aparecer o socialismo. Chamo de socialismo todas as tendências que dizem que o homem tem que caminhar para a igualdade e ele é o criador de riquezas e não pode ser explorado. Comunismo, socialismo democrático, anarquismo, solidarismo, cristianismo social, cooperativismo... tudo isso. Esse pessoal começou a lutar, para o operário não ser mais chicoteado, depois para não trabalhar mais que doze horas, depois para não trabalhar mais que dez, oito; para a mulher grávida não ter que trabalhar, para os trabalhadores terem férias, para ter escola para as crianças. Coisas que hoje são banais.

¹ Assim como mercado, neoliberalismo é um conceito polissêmico. Grosso modo, é um movimento intelectual e doutrinário que tem como fundamento, a mínima participação do Estado na economia, é basicamente um novo modelo do liberalismo, onde, os dois modelos defendem as mesmas ideias. O termo Neoliberalismo refere-se a uma série de medidas econômicas e sociais promulgadas por economistas conservadores ligados principalmente à Universidade de Chicago (ou Escola de Chicago), nos EUA. Foi adotado principalmente após a década de 1970, quando a crise econômica iniciada com o aumento do preço do petróleo, em 1974, levou ao questionamento do Estado de Bem-Estar Social e ao modelo soviético de organização social. Na área econômica, o neoliberalismo defende princípios tais como: disciplina fiscal com a criação do teto de gasto, controle da taxa de juros, redução dos gastos públicos, a disciplina fiscal e ampliar as privatizações de empresas estatais, desregulamentação do mercado, reduzindo a participação do Estado na economia, flexibilizando leis, como a trabalhista, dentre outros princípios. No campo teórico, defende um posicionamento político, social e filosófico, baseado em uma tradição liberal do início do capitalismo, o individualismo, a meritocracia, a democracia representativa e da liberdade de concorrência econômica no mercado. Para melhor entendimento. Cf. KOZIMA, José Wanderley. Neoliberalismo e Direito: Aspectos político-jurídicos da crítica Neoliberal. Dissertação de Mestrado em Direito- Centro de Ciências Jurídicas – Universidade Federal de Santa Catarina. 1997.

Conversando com um antigo aluno meu, que é um rapaz rico, industrial, ele disse: “o senhor não pode negar que o capitalismo tem uma face humana”. O capitalismo não tem face humana nenhuma. O capitalismo é baseado na mais-valia e no exército de reserva, como **Marx** definiu. É preciso ter sempre miseráveis para tirar o excesso que o capital precisa. E a mais-valia não tem limite. **Marx** diz na “**Ideologia Alemã**”: as necessidades humanas são cumulativas e irreversíveis. Quando você anda descalço, você anda descalço. Quando você descobre a sandália, não quer mais andar descalço. Quando descobre o sapato, não quer mais a sandália. Quando descobre a meia, quer sapato com meia e por aí não tem mais fim. E o capitalismo está baseado nisso. **O que se pensa que é face humana do capitalismo é o que o socialismo arrancou dele com suor, lágrimas e sangue. Hoje é normal o operário trabalhar oito horas, ter férias... tudo é conquista do socialismo**². (Grifo do autor).

E, foi justamente por isso que Antônio Mariano Garcia lutou por, aproximadamente, 50 anos da sua vida, pela jornada máxima de oito horas de trabalho, por salário digno e ambiente laboral saudável, ter férias, descanso semanal obrigatório e remunerado, aposentadoria, licença-maternidade e paternidade, seguro-desemprego, proteção contra demissão sem justa causa, dentre outras conquistas trabalhistas que hoje, como colocou Antônio Candido, parecem normais, mas que para os trabalhadores, no início do século XX no Brasil, estavam muito longe da realidade vivida por eles.

Mais conhecido como Mariano Garcia, esse começou a trabalhar, ainda quando criança, nas décadas finais do Império em fábricas de fumo, passando a experimentar no seu cotidiano diferentes formas de intensa exploração da mão-de-obra, no momento da transição tardia do Brasil, um país periférico, para o capitalismo, é quando dois modos de produção – o escravizado e o livre – coexistiam e ocupavam o mesmo espaço de sociabilidade dentro das fábricas. Mariano Garcia, no “*fazer-se*” como classe trabalhadora, irá atuar num horizonte de expectativas, na organização da classe trabalhadora, a busca por direitos e de cidadania como operário, na iniciante República.

Entre os anos de 1917 e 1918 ocorrerão inúmeros movimentos grevistas dos operários por todo o Brasil reivindicando melhores condições de trabalho e salários. Com a crescente ebulição da classe trabalhadora, o Estado se movimenta e propõe ao Congresso Nacional a

² A entrevista é da jornalista Joana Tavares, publicada pelo jornal *Brasil de Fato*, em 13 de julho de 2011. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2017/05/12/o-socialismo-e-uma-doutrina-triunfante-diz-antonio-candido/>. Acessado em 02/02/2024. Antônio Candido de Mello e Souza nasceu no Rio de Janeiro em 24 de julho de 1918, e faleceu em São Paulo, 12 de maio de 2017, foi um sociólogo, crítico literário e professor universitário brasileiro. Estudioso da literatura brasileira e estrangeira, é autor de uma obra crítica extensa, respeitada nas principais universidades do Brasil. À atividade de crítico literário somou-se a atividade acadêmica, como professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Foi também professor emérito da USP e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), e doutor honoris causa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade da República do Uruguai (2005). É considerado um dos grandes expoentes da crítica literária brasileira, de método dialético, comparatista e sociológico, antecipou a interdisciplinaridade para entender a literatura como expressão da cultura brasileira. Como militante político, foi um dos vários precursores do socialismo democrático no Brasil. Cf. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio_Candido. Acessado em: 02/02/2024.

formulação de um código do trabalho, que acaba não se concretizando pela pressão de associações de classes patronais nas comissões legislativas. Para Ângela de Castro Gomes, apesar de não se realizar, a proposta do Código do trabalho serviu como ponto de partida para a discussão sobre a necessidade da intervenção do Estado no mercado de trabalho e do empecilho institucional imposto pela Constituição de 1891 que teve o seu fim com a reforma constitucional de 1926, conferindo à Câmara a legitimidade da deliberação em legislar sobre o trabalho³.

Antônio Candido nasce justamente nessa época, em 1918, num período histórico em que o Brasil vivia uma conjuntura de grandes agitações de massa e de greves organizadas por diferentes lideranças e correntes ideológicas do movimento operário e, dentre essas lideranças, agora mais velho - estava o socialista reformista Mariano Garcia na luta por direitos trabalhistas.

É, a partir da década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder e a criação do Ministério do Trabalho com a implementação de medidas protetivas para a classe trabalhadora que Antônio Candido, nos seus longevos 98 anos, passa a vivenciar, como sujeito e testemunha histórica, ao longo do século XX, a regulamentação das relações entre o capital e trabalho com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo muitas dessas leis gestadas pela luta dos trabalhadores, como destaca Antônio Candido, com suor, lágrimas e sangue, ao longo de toda a Primeira República.

Dentre esses trabalhadores vamos encontrar o operário socialista Antônio Mariano Garcia que, assim como Antônio Candido, mas em tempos históricos distintos, acreditava no ideário político e econômico do socialismo como doutrina⁴, pois, no seu entender, o socialismo

³ GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil. 1917-1937*. Rio de Janeiro. Campus, 1979. p.151.

⁴ Ainda hoje não há um conceito consensual de socialismo, mas, grosso modo, podemos entender como um ideário político e econômico que propõe uma organização social baseada no princípio da igualdade na produção e na distribuição de bens entre seus membros. Pode ser dividido em duas tendências: o socialismo clássico ou utópico, este, anterior a Marx e Engels, difundido por Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen, suas principais referências. O termo utópico vem da crítica de Hegel aos pioneiros socialistas que defendiam o associativismo como forma de atingir uma sociedade ideal, mais justa e igualitária, como a sociedade idealizada por Thomas More, sem fazer a revolução, o que para Engels, era uma visão romântica da realidade. A principal crítica de Marx e Engels “socialismo utópico” é que não se dá o caminho para atingir essa sociedade. A outra tendência é o socialismo científico, que teve nas figuras de Karl Marx e Friederich Engels seus dois principais expoentes. O nome científico é por conta da análise crítica e científica do capitalismo feita pelos dois autores, baseada na abordagem metodológica do materialismo histórico e do materialismo dialético expondo os conceitos de luta de classes, revolução proletária e mais-valia e a teoria da evolução socialista. Por conta de suas colocações, o nome de Marx passou a ser usado para denominar a corrente ideológica; socialismo marxista ou simplesmente Marxismo. A partir dos postulados de Marx, surgem várias correntes ideológicas, que passam a professar um socialismo mesclado por várias ideias filosóficas, conhecido como socialismo eclético. O socialismo Integral, de tendência marxista, do francês Benoit Malon merece destaque, por defender a luta política e econômica concomitantemente. Em sua principal obra: *Le socialisme intégral*, além de defender a luta política e econômica, mescla o positivismo com a tradição humanista francesa, englobando todos os campos da

uma vez triunfante seria capaz de propiciar, “um futuro bem-estar melhor para os que trabalham”, como defendia em sua coluna operária do jornal *A Época*⁵, em 1912⁶.

A pesquisa de doutorado tem como proposta estudar o movimento operário na Primeira República - em particular a corrente socialista reformista - através da trajetória de uma das suas mais expressivas lideranças: o militante operário da indústria cigareira Antônio Mariano Garcia, um importante ator político que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento do movimento operário na sua luta por direitos sociais e por cidadania.

O recorte temporal será a década de 1870, marcada, principalmente, pelo lançamento do Manifesto Republicano em São Paulo, uma das manifestações de contestação do *status quo* imperial, sendo outra, o fortalecimento das discussões sobre o fim da instituição escravista. Como alguns autores apontam, também é a partir de 1870 que se dá o primeiro surto industrial na Capital do Império⁷, fato esse diretamente ligado ao mundo do trabalho, pois é o momento em que o movimento organizado dos trabalhadores começa a se sistematizar na luta pela valorização do trabalho, e para isso ocorresse, o fim da escravidão era fator determinante, e pela valorização da República como sistema representativo que colocaria todas as pessoas não mais como súditas, mas como indivíduos em pé de igualdade, detentores de direitos.

atividade humana, como ciência, filosofia e moral. Cf. BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. Sobre o assunto, ver: BATALHA, Cláudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil. Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, p.23. v. 2.

⁵ Jornal *A Época*, em 30 de outubro de 1912.

⁶ *A Época* foi um jornal matutino lançado no Rio de Janeiro – RJ -, em 31 de julho de 1912, como propriedade da Sociedade Anônima A Época. Seus diretores foram inicialmente o monarquista Vicente de Toledo de Ouro Preto, o republicano Vicente Ferreira da Costa Piragibe, J. B. Câmara Canto. Circulando diariamente em formato standard e com oito páginas, o jornal tinha redação e administração no n.º 151 da Avenida Rio Branco. Apesar de apresentar refinados artigos e ensaios de cultura e moda galante, também tinha uma linha popular, voltada a questões sociais e trabalhistas. Abordando lutas e manifestações gerais do operariado, a sua "Columna Operaria" na qual Mariano Garcia era autor, noticiava greves, reivindicações proletárias, novidades sobre clubes e associações sindicais, incluindo mesmo atividades dançantes, esportivas e carnavalescas. Na primeira edição do jornal, a primeira "Columna Operaria" iniciava-se com um editorial de Mariano Garcia, que destacava: "*A Época* será um jornal onde teremos absoluta liberdade e independência para defesa das nossas questões, e por isso cumpre que todos os que têm sede de justiça me auxiliem nesta campanha, a fim de que seja eficaz o nosso esforço, e saibamos corresponder aos bons desejos dos cidadãos que a fundaram com tão sublimes ideais". Em novembro de 1912, *A Época* noticiou e discutiu amplamente o projeto de construção de vilas operárias por parte do governo – ver, por exemplo, a edição de 27 de novembro de 1912. Em diversas ocasiões, o diário se mostrava simpático à causa socialista – ver a edição de 1º de janeiro de 1913. Sobre o jornal ver: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-epoca/>. Acessado em: 28/01/2024.

⁷ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos* – 6ª. Ed – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982. p.21.

Com relação a Mariano Garcia, é a década que começa a sua trajetória como operário da indústria do fumo, e como ator político, atuando como abolicionista e republicano. O fim do recorte acontece no ano de 1927, com a morte do militante.

Antônio Mariano Garcia, mais conhecido como Mariano Garcia nasceu em 1862 (ANEXOS A e B), em São Gonçalo, na época, distrito rural de Niterói, capital da província do Rio de Janeiro, e faleceu aos 65 anos, em 1927 (ANEXO C), no bairro de Madureira no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, dedicando mais de 50 anos da sua vida em prol da melhoria de vida da classe trabalhadora.

A frase de E. P Thompson em que afirma “A classe operária não surgiu tal como o sol, numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”⁸, consegue dar a necessária dimensão a sua ação como militante da classe operária: trabalhador das fábricas de cigarros, abolicionista, líder operário, jornalista e militante socialista.

Sua vida foi marcada, desde muito cedo, pela luta por direitos dos que trabalham. Ainda no Império batalhou pelo fim da escravidão e pela valorização do ato de se trabalhar com as mãos, e na República, pela nobilitância⁹, por direitos sociais e na construção da cidadania para os que trabalhavam.

Em sua trajetória como importante ator social, dentre tantos papéis vividos e desempenhados por ele, é na atuação como intelectual orgânico¹⁰ quando marca as diretrizes para a organização dos trabalhadores, escrevendo para importantes jornais da sua época - tantos os formativos como os da grande imprensa.

Mobilizando os operários na formação de associações, sindicatos, partidos e congressos – operários, de inquilinos e socialista - e na organização de greves que ao longo de sua trajetória, Mariano Garcia vai contribuir de forma significativa na divulgação das suas ideias – através do esclarecimento ou da denúncia – na arregimentação dos trabalhadores pela luta operária. É no uso da palavra que Mariano Garcia vai revelar a sua maior força de resistência à exploração cotidiana ao compartilhar suas experiências de lutas com seus diferentes grupos de sociabilidades, através dos muitos jornais para aos quais contribuiu, ou escrevendo artigos e

⁸ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. .9.

⁹ Ação ou efeito de nobilitar, enobrecimento. A expressão será melhor trabalhada no primeiro capítulo.

¹⁰ GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982. p. 8-9. O entendimento de ser Mariano Garcia um intelectual orgânico na perspectiva gramsciana será abordado no segundo capítulo.

colunas para informar a classe trabalhadora, ou denunciando as situações de exploração a qual os trabalhadores – escravizados ou livres – eram submetidos.

O interesse por Mariano Garcia surgiu na pesquisa do Mestrado, ao abordar a ação do então presidente da República Hermes da Fonseca, quando tomou frente na construção de casas para a classe trabalhadora, sendo o bairro de Marechal Hermes, na periferia da cidade do Rio de Janeiro, um ambicioso projeto - um bairro inteiro com toda infraestrutura – destinado à classe operária, em particular, para os operários da corrente socialista reformista que apoiariam a sua candidatura em oposição a do jurista Rui Barbosa. Nas leituras sobre o movimento organizado dos trabalhadores na Primeira República, a participação de Mariano Garcia salta aos olhos, quando comparado as demais lideranças operárias, no processo da formação da classe operária no Brasil.

Seu nome é citado por quase todos os autores que abordavam a temática da formação da classe operária, mas também é material de referência para muitos estudiosos não só do mundo do trabalho, mas do Direito, da Educação, e da Ciência Política, quando o assunto é a organização da classe operária na Primeira República e a árdua luta dos trabalhadores por direitos e na construção da cidadania.

Por estar presente em diferentes contextos sociais da sua época, o nome de Mariano Garcia é mencionado por historiadores e cientistas sociais que abordam a Primeira República, em trabalhos e temáticas distintos, muitos considerados clássicos para a historiografia sobre o período, como: sindicalismo, ideologias, conflitos sociais, participação política dos trabalhadores e a sua relação entre o Estado e o patronato, mas, também, em trabalhos mais recentes com novas abordagens que incluem temáticas tais como: etnicidade, gênero, na coexistência das diferentes formas de trabalho – escravizado, forçado e livre -, e, principalmente, na contribuição das camadas subalternas na construção da cidadania e da democracia no Brasil¹¹.

¹¹ Foge do escopo dessa pesquisa um levantamento quantitativo das diferentes obras que citam a atuação de Mariano Garcia no contexto da Primeira República. A leitura de muitos desses trabalhos contribuíram de forma significativa para a construção da trajetória do militante na presente tese, sendo muitos desses trabalhos citados como referência bibliográfica ao longo da construção dos quatro capítulos da pesquisa.

Muito falado, mas pouco estudado: Antônio Mariano Garcia, um ilustre desconhecido

Em sua premiada tese de doutorado sobre as formas de organização e mobilização da categoria dos cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro¹², Paulo Cruz Terra chama a atenção para a atuação de Mariano Garcia como um importante líder socialista que esteve presente na fundação da associação de resistência dos cocheiros e carroceiros em 1906¹³. Com relação à atuação do militante na organização da classe operária ao longo da Primeira República, o autor considera:

O nome de Mariano Garcia é encontrado em praticamente todos os textos que trataram do socialismo no Brasil da Primeira República. Embora sempre citado, sua trajetória foi pouco explorada e ele aparece mais como coadjuvante de uma trama em que saltam nomes como José Augusto Vinhaes e Luiz França e Silva¹⁴.

A análise de Paulo Terra é pertinente quando se observa que a atuação de Mariano Garcia em prol da luta operária é longa, percorre quase toda a Primeira República e findando somente com a sua morte, três anos antes do início da Era Vargas. Já a atuação de França e Silva, embora significativa, se comparada ao tempo da ação de Mariano Garcia na organização e luta da classe trabalhadora, é curta, pois França e Silva, falece em 1894, cinco anos após à Proclamação da República. E no caso do tenente Vinhaes, apesar de falecer somente em 1941, isto é, após Mariano Garcia, esse abandona a vida política, em 1903, quando passa a atuar na *Revista Marítima Brasileira*¹⁵.

As reflexões de Cláudio Batalha, em 1991, já apontavam para a questão de Mariano Garcia ser tratado como um coadjuvante e não como liderança de destaque, um protagonista na orientação, organização e lutas da classe trabalhadora na Primeira República. Segundo o autor, embora seja Mariano Garcia o militante que mais se destaca na corrente socialista reformista, “principalmente nos primeiros anos do século XX, quando o movimento sindical começaria realmente a tomar corpo”, estudos mais aprofundados sobre a sua atuação ainda não teriam sido realizados¹⁶.

¹² TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*.- Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2013.

¹³ *Ibidem*, p. 253.

¹⁴ *Ibidem*, p. 254.

¹⁵ BATALHA, Cláudio H. de Moraes. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo. 2009. P. 67 – 170.

¹⁶ BATALHA, Cláudio H. de Moraes. *O Socialismo no Brasil na Época da II Internacional. Uma revisão de*

Mesmo que seu protagonismo na cena política do movimento operário na Primeira República seja observado, e de ser muitas vezes citado por diferentes autores, tanto da historiografia tradicional como em estudos mais recentes, nenhum desses trabalhos procurou aprofundar-se na trajetória do operário e a sua real contribuição para a história do movimento operário¹⁷. Sobre o olhar dedicado pela historiografia às organizações operárias em suas diferentes manifestações e suas principais lideranças, com relação a Mariano Garcia, Cláudio Batalha ressalta:

Esse operário socialista figura dentre os alvos preferidos dos historiadores empenhados em desqualificar as manifestações socialistas no Rio, visto por uns como "burocrata sindical" (Fausto, 1977, pp. 53,55), como "amarelo" por outros (Seixas; 1989, p. 239). A ele é negada a condição de "verdadeiro socialista", mesmo tendo participado diretamente da maioria dos partidos operários e socialistas formados no Rio entre 1890 e 1912 (Batalha, 1986., pp. 192-5, 203-4, 216, 234-9); e tendo sido um dos mais fiéis propagandistas dessa doutrina através da 'imprensa operária e das "colunas operárias" que escreveu nos diários *A Época* (1912-1913) e *O Paiz* (1913-1914) Entre os raros autores a reconhecerem a efetiva dimensão da sua atuação estão Konder (1988, pp. 87-8), e Ângela de Castro Gomes (1988, pp. 68-9, 75, 79 n. 2, 83 n. 50)¹⁸.

Aponta, ainda, tomando a figura de Mariano Garcia como exemplo, para a falta de problematização da imagem histórica do processo de formação da classe trabalhadora no Brasil, no que parece, construída, sociologicamente, através da busca por um modelo weberiano de operário e militante ideal. Esse tipo de operário, para alguns historiadores que estudam o movimento dos trabalhadores nos seus primórdios, está na figura do ácrata¹⁹.

Na experiência da luta operária no início do século XX, e sobre o destaque dado à ação dos anarquistas em detrimento a outras correntes ideológicas, em particular a dos socialistas reformistas, Maria Cecília Velasco e Cruz questiona o lugar-comum dado aos anarquistas como o ideal de operário, da seguinte forma:

Como explicar a ação da classe operária no início do século XX, época em que o país mal se libertara das relações de produção escravistas, e em que o capitalismo dá os

algumas interpretações correntes. GT "Partidos e movimentos de esquerda" XV Encontro Anual da Anpocs 15 a 18 de outubro de 1991 Caxambu, Minas Gerais. pp 01-26.p.17. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/15-encontro-anual-da-anpocs/gt-15/gt27-8/7076-claudiobatalha-o-socialismo/file>. Acessado em: 29/09/2019.

¹⁷ Devemos aqui ressaltar a iniciativa de Paulo Terra na sua tese de doutorado, que se transformou em um livro, quando dedica parte do seu quarto capítulo à trajetória de Mariano Garcia.

¹⁸ BATALHA. Op. Cit. p. 17.

¹⁹ BATALHA, Cláudio H. de Moraes. "Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 161-190. p. 164.

seus primeiros passos, sem poder ter gerado ainda um operariado maduro e consciente de seus interesses de classe? A solução é dada através do recurso de um elemento exógeno, isto é, estrangeiro, o anarquista europeu²⁰.

O posicionamento da autora é pertinente, pois evidencia uma ideia passiva na historiografia clássica de que a organização dos trabalhadores só começou a existir a partir da República, deixando para trás, todo um “fazer-se histórico” de um passado de luta de diferentes trabalhadores pela valorização do trabalho - tema imperativo para uma sociedade ainda pautada nas relações de servidão dos trabalhadores escravizados – como se a recente República fosse a linha de partida, e, retomando Thompson, “como se a classe operária, assim como o sol, tivesse hora exata para nascer”²¹, e no caso do Brasil, foi obra dos anarquistas, a partir da Proclamação da República.

A dicotomia apontada anteriormente sobre o tipo ideal de trabalhador pode ser percebida nos estudos sobre o movimento operário e sindical na historiografia clássica que parece ter início com as obras de Aziz Simão; Octávio Ianni e Leôncio Martins Rodrigues, que defendem a ideia do domínio do anarquismo como corrente ideológica no período e apontam a pouca participação da classe operária no sistema político devido ao número de analfabetos²², “ou seja, enquadrando a classe operária no contexto de uma sociedade em transição – a transição do tradicional ao moderno, do pré-capitalista ao capitalista”²³.

Também temos Edgar Carone²⁴ e Hardman & Leonardi²⁵ que tomam caminhos parecidos aos de Edgar Rodrigues e Boris Fausto, dentre outros. Mas, é a obra de Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social*²⁶, que deve ser merecedora de destaque, por dedicar um

²⁰ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Amarelo e Negro: Matizes do comportamento operário na República Velha*. 1982. Tese de Mestrado IUPERJ. p.26. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2019/06/comportamento-oper%C3%A1rio-rep%C3%BAblica-velha.pdf>. Acessado em: 23/10/2019.

²¹ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operaria inglesa*. Vol. I: a árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p.07.

²² PANSARDI, Marcus Vinícius. *Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1880-1903)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1993.p.16.

²³ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Amarelo e Negro...* p.15.

²⁴ CARONE, Edgar. *Classes sociais e Movimento operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

²⁵ HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

²⁶ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1977.

capítulo exclusivo aos reformistas, tratando em particular de sua principal liderança, o militante Mariano Garcia.

Na obra de Boris Fausto, segundo Benito Bisso Schmidt, o militante é analisado de maneira estanque, como “participante de um núcleo disposto à colaboração de classes e a aceitar a dependência com relação ao Estado”²⁷ e, levando-se em consideração tal posicionamento, “nega-lhe a condição de “verdadeiro socialista”, sendo denominado de “amarelo” ou “pelego,” pela sua aproximação com a política institucional, sem considerar a sua atuação direta na formação da maioria dos partidos operários”²⁸.

Por meio de Mariano Garcia, o fenômeno do reformismo é abordado por Fausto, de forma restrita, sem o devido aprofundamento que nos possibilita entender o reformismo como uma opção de luta, uma escolha de ação política, como coloca Bisso Schmidt: “o resultado de opções efetuadas por sujeitos históricos concretos (individuais e coletivos) em um campo de possibilidades historicamente determinadas”²⁹.

Outros trabalhos encontrados que se aproximam do posicionamento de Boris Fausto e que também citam a atuação de Mariano Garcia como liderança reformista é a reflexão de Eulália Lobo, *Questão habitacional e movimento operário*³⁰. No seu entendimento, defende ser, os socialistas reformistas e suas lideranças, oportunistas, por se aproximarem do Estado, sem uma proposta de luta operária válida, pois, diferente dos anarquistas, não eram combativos, ao defenderem a via da participação dos trabalhadores na política formal ao invés de privilegiar, assim como os anarquistas, a ação direta. E, justamente por essa opção de aproximação com o Estado como de luta política, eram cooptados por políticos inescrupulosos e, para fundamentar sua posição, destaca a associação de seus líderes à campanha de Hermes da Fonseca.

Ligia Maria Osório também segue a mesma linha em sua obra, *O sindicalismo ‘amarelo’ no Rio de Janeiro*³¹, corroborando com Lobo, ao salientar o caráter oportunista dos

²⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. “Os partidos socialistas na nascente República”. In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis (orgs.). *As esquerdas no Brasil I. A formação das tradições (1189-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 133. Janeiro, mar. 2002, p.136.

²⁸ BATALHA, Cláudio H. de Moraes. *O Socialismo no Brasil na Época da II Internacional...* p.18.

²⁹ SCHMIDT, Benito Bisso. Idem, ibidem, p.133.

³⁰ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer et al. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1989.

³¹ OSORIO, Lígia Maria. “*O sindicalismo ‘amarelo’ no Rio de Janeiro: as condições particulares da luta sindical dos marítimos e ferroviários na Primeira República*”. Trabalho apresentado ao XII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, 1988.

socialistas “amarelos”, colocando-os como massa de manobra de políticos mal-intencionados, usando a aproximação com o deputado Hermes Filho, e por ele patrocinar o 4º Congresso Operário Brasileiro, esse denominado pelos anarquistas como “congresso pelego”, exemplificando o oportunismo de ambos.

Entretanto, é importante deixar explícito que esse modelo explicativo privilegiado pela historiografia clássica, para se entender o movimento operário, não contempla um período tão complexo e de extrema diversidade, o qual foi o fim do século XIX e início do século XX, no que tange à classe operária e suas diferentes formas de organização e luta. Novas pesquisas sobre o movimento operário passam a dar enfoque a atuação dos “amarelos” ou “pelegos” também como um fenômeno histórico, permitindo a corrente ser entendida como uma das diferentes formas de organização e representação de classe, na formação da classe trabalhadora. Portanto, determinadas imagens históricas do processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora precisam ser revistas, como defende Tiago Bernadon de Oliveira:

A tendência, legítima, da historiografia do movimento operário em priorizar o estudo de correntes ditas revolucionárias deve ser equilibrada com o estímulo ao estudo de correntes políticas consideradas, em seu amplo espectro, como reformistas. Em realidade, a análise de uma conduz, invariavelmente, a abordar a outra. Ambas constituem a complexa experiência da classe operária, na dimensão política da luta de classes.

A conformação de ambas as tendências e incidência sobre as relações estabelecidas com a classe dominante, mediadas pelos governos estaduais, produzem e reproduzem campos de ação nas relações de dominação e resistência. Neste sentido, se as tendências ditas revolucionárias puderam contribuir para a agudização da percepção do conflito de classes, e promover debates e tensões com vistas à superação da ordem vigente, as tendências ditas reformistas puderam, através de outros meios, produzir canais de negociação que atenuem as formas de opressão e criem condições para a promoção de novas arenas de embates oriundas da ampliação de direitos sociais e políticos, em um contexto onde a classe dominante dispõe de instrumentos de efetivo controle social³².

A partir de novos estudos, a história do Movimento Operário na Primeira República começa a apontar justamente para esse caminho de diferenciação e da heterogeneidade do “mundos do trabalho”, problematizando o modelo e a imagem recorrentes, às de uma classe operária fabril, revolucionária, anarquista, estrangeira, branca e masculina.

Outras análises têm conseguido trazer à tona uma diversidade de atores sociais e políticos que antes não possuíam visibilidade, problematizando o falso protagonismo na organização dos trabalhadores atribuído aos anarquistas estrangeiros, além de contestar a

³² OLIVEIRA, Tiago Bernadon de. Pela reforma, contra a revolução: notas sobre reformismo e colaboracionismo na história do movimento operário brasileiro da Primeira República. *Revista Crítica Histórica*. Ano III, Nº 5, julho/2012. ISSN 2177-9961.p.56.

hegemonia desses, na luta operária e, como oportunamente coloca Tiago B. de oliveira, na dimensão política da luta de classes, tanto os anarquistas como os reformistas, ambos compõem a complexa experiência da classe operária.

Dessarte, apesar das distintas posições entre as esquerdas em suas contendas internas pelo poder - a exemplo do próprio reformismo, no qual existiam os que defendiam a corrente do associativismo; outros a dos sindicatos; e alguns, os partidos – o que revela uma complexidade de disputas no interior do próprio movimento. Todavia, existia um ponto em comum que unia toda a esquerda em um único bloco: a ideia de que o trabalhador era o propulsor da mudança social e, tanto a historiografia clássica como a atual, deixam isso bastante evidente.

Essa tese de Doutorado pretendeu mostrar que, diferente dos sujeitos heterônomos entendidos pela historiografia clássica, os reformistas formam sujeitos históricos atuantes, politizados, e que a forma de atuação dos seus militantes deve ser entendida também como forma de resistência aos mecanismos de exploração, sendo assim, suas ações devem ser percebidas como uma das possibilidades de luta operária em um sistema político “pensado” para expropriar a maioria da população das riquezas da nação, dos bens produzidos pelos próprios trabalhadores. E, como estratégia de luta, segundo as quais os reformistas defendiam, “procuram, em todas as ocasiões propícias, conquistar alguma melhoria, para os que trabalham³³”, atuando assim, nas “brechas” que o sistema excludente possibilitava, criando, como pontua Thompson, o seu “fazer-se” histórico³⁴.

Dentro de tal perspectiva, priorizamos um olhar direcionado a trajetória de Mariano Garcia e sua agência³⁵ como liderança operária que atua na construção de uma identidade

³³ *A Época*, em 02 de janeiro de 1913.

³⁴ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. O que Thompson chama de “fazer-se histórico” é o processo de aprendizado num movimento ativo que articula ação humana e condicionamentos sociais. Nesse sentido, o autor entende formações de classe e consciência de classe como um “processo inacabado de relação – de luta com outras classes – no tempo”. p.121.

³⁵ O conceito agência que será utilizado por toda a tese se refere a *agency* ou agir humano, ação humana enquanto determinante da processualidade histórica, segundo a concepção de E. P. Thompson. Para o autor é o “*the making of*”, isto é, a ação consciente, possível de sujeitos que se organizam e lutam conforme os seus interesses. Não é um mero agir [act], mas, como dito antes, uma ação consciente, resultado de um processo de experiência indispensável na construção dos sujeitos históricos – coletivos ou individuais. Como o próprio Thompson sintetiza: “agentes voluntários de nossas próprias determinações involuntárias”, na “história vista de baixo”. Cf. THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria...* p.101. Em: *O 18 de Brumários de Luís Bonaparte*, Carl Marx também defendia essa ideia sobre o papel do indivíduo na história, quando afirmava: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Cf. MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003. p.07.

positiva para os trabalhadores, na organização da classe operária, mesmo antes do advento da Proclamação da República, que buscava na constituição de um partido operário um modo de representatividade na política formal da classe trabalhadora na luta por leis que garantissem seus direitos sociais.

Com esse fim, Mariano Garcia utiliza-se dos jornais, tanto operários como o da imprensa comercial, como uma importante ferramenta de arremetimento na construção da consciência de classe, que ajuda a repensar a atuação dos trabalhadores como movimento organizado no recorte temporal proposto por essa tese.

O enfoque na agência de Mariano Garcia no seu cotidiano de lutas – do micro -, buscando entender o contexto geral de luta dos trabalhadores na formação da classe operária do Brasil – para o macro³⁶ -, só foi possível a partir da renovação historiográfica ocorrida no decorrer das décadas de 1970 e 1980. Conhecida como a “Nova História”³⁷, a renovação possibilitou a incorporação de novos problemas, objetos e abordagens, redimensionando o olhar da História para o campo social, cultural e do cotidiano, permitindo com isso, a ressignificação da história política³⁸, a partir da história do político³⁹, e o entendimento das diferentes formas

³⁶ O conceito agência ou agency, utilizado por Thompson, passou a influenciar os estudos de micro-história e, em alguns casos, passou a ser fundamental para a compreensão de determinados temas, tais como: a preocupação com a constituição dos grupos sociais, o significado cultural das suas ações, e a agência de determinados indivíduos ou grupos nos processos de transformação social. Com a micro-história, os grandes recortes cronológicos dão lugar à escala reduzida de observação, entrando em cena os pequenos fatos, enredos, vidas, e as lutas cotidianas de determinado indivíduo ou grupos sociais, na busca entender determinados processos históricos. Dentro de tal perspectiva, a micro-história permite resgatar o elo entre o micro e o macro sem perder o rigor analítico e a preocupação com o todo, e o sujeito, até então mero reflexo do grupo social a que pertencia, torna-se ator da história, como pontua Revel, “que participa, de maneira próxima ou distante, de processos e, portanto, se inscreve em contextos - de dimensões e de níveis variáveis, do local ao mais global”. Cf: REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 28. Com relação ao estudo do indivíduo e a análise do micro para o macro, segundo Ginzburg, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem do tecido social em que o indivíduo está inserido”. Cf. GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.175.

³⁷ O termo nova história é a história escrita como uma reação às limitações do “paradigma tradicional” ou “história rankeana” com enfoque essencialmente político, que agora teria como objeto toda a atividade humana. Cf. BURKE, Peter.(Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: ed. UNESP, 1992. p.14.

³⁸ BARROS, José D’Assunção. *História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e o imaginário*. Escritos, Tocantins, v. 1, 2008.

³⁹ Em seu ensaio “Por uma história do político”, Pierre Rosanvallon faz uma distinção entre a história da política e a história do político. Para o autor, a primeira, além da reconstrução da sucessão cronológica e dos acontecimentos, analisa o funcionamento das instituições, as tomadas de decisões pelas autoridades, os resultados das eleições, as motivações dos atores políticos e o funcionamento das relações políticas, descrevendo os ritos e símbolos que organizam a vida. Já a história do político não ignora essas colaborações da história da política, mas, incorpora outras variáveis como, as batalhas subalternas pelo poder, as rivalidades de pessoas, de confusões intelectuais, de cálculos de curto prazo. Para Rosanvallon, em um movimento do micro para o macro,

assumidas pelo poder, a partir de então⁴⁰.

A Nova História Política permitiu o retorno dos estudos do político não mais através dos feitos das autoridades, dos grandes homens, restritos a esfera do Estado⁴¹. Os estudos do político passaram a dar ênfase ao “tempo curto”, como o tempo de uma vida com destaque para o indivíduo, permitindo a ascensão de trabalhos nos gêneros biográficos⁴², autobiográficos e de trajetórias, como pontua Mary Del Priori.

A explicação histórica cessava de se interessar pelas estruturas, para centrar suas análises sobre os indivíduos, suas paixões, constrangimentos e representações que pesavam sobre suas condutas. O indivíduo e suas ações situavam-se em sua relação com o ambiente social ou psicológico, sua educação, experiência profissional etc. O historiador deveria focar naquilo que os condicionava a fim de fazer reviver um mundo perdido e longínquo. Esta história “vista de baixo” dava as costas à história dos grandes homens, motores das decisões, analisadas de acordo com suas consequências e resultados, como a que se fazia no século XIX⁴³.

E, com relação ao estudo do movimento organizado dos trabalhadores e suas lideranças operárias, além de corroborar com Del Priore, Edilene Toledo destaca a contribuição do estudo da trajetória individual para a análise da complexa relação de poder entre os indivíduos envolvidos na organização dos trabalhadores na Primeira República. Na opinião da autora:

são essas variáveis, em síntese, que permite e limita, na prática, a realização do político. Cf. ROSANVALLON, Pierre. Por uma História do político. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010. p.78.

⁴⁰ É consenso entre os historiadores que falar de história política é falar sobre poder, pois, como defende Francisco Falcon, história e poder “são como irmãos siameses, difícil de separá-los, olhar para um sem perceber a presença do outro é quase que impossível. Cf. FALCON, F. J. C. História e Poder. In: CARDOSO, C. F. S. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89. p. 61.

⁴¹ Para Michel Foucault o poder não se encontra necessariamente no aparelho estatal e em outras formas de centralidade política, e nem mesmo exclusivamente no seio das classes dominantes, com função exclusiva de repressão, o poder é uma instância produtora de significados, de sentidos força que permeia todo o corpo social. Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25ªed. São Paulo: Graal, 2012. Dentro de tal perspectiva, Sônia Mendonça corrobora, cabe ao historiador localizar nos mínimos espaços sociais as formas pelas quais se multiplicam os poderes que, por um lado, reproduzem as estratégias de dominação e, por outro, criam novos mecanismos de opressão/subordinação. MENDONÇA, Sonia R. de; FONTES, V. “História e teoria política”. In: CARDOSO, C. F. S. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 55-71. p.58.

⁴² Sabina Loriga aponta para a reviravolta radical que o gênero biográfico sofreu quando, após um longo período de descrédito pelos historiadores sociais e o estudo do coletivo, da história plural (*die Geschichten*), uma história única (*die Geschichte*), do indivíduo, passa a ocupar um lugar central nas preocupações dos historiadores. Segundo a autora, “ A redescoberta da biografia remete principalmente a experiências no campo da história atentas ao “cotidiano”, a subjetividades outras”; por exemplo, a história oral, os estudos sobre cultura popular e a história das mulheres”. Cf. LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225.

⁴³ DEL PRIORI, Mary. *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. Topoi, v. 10, nº. 19, jul./dez. p.09, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X010019001>. Acessado em: 03/02/2024.

Voltar a atenção para a história de vida de um indivíduo pode revelar mais sobre a complexidade das experiências do movimento operário, analisando-se a relação entre o particular e o contexto. Talvez o estudo de caso possa revelar mais sobre as dificuldades que os militantes tinham que afrontar, as condições sociais e econômicas dos trabalhadores, as lutas operárias, as formas de organização, as tradições. Pode-se alargar a expressão movimento operário através da reconstrução das figuras que o compõem, estabelecendo uma relação entre a história social e a que costumamos definir como história política do movimento operário⁴⁴.

No que se refere à análise da trajetória do indivíduo, a pesquisa está alinhada à perspectiva de Pierre Bourdieu, quando defende ser o estudo da trajetória apenas um meio para se alcançar outros objetivos, portanto, para o autor:

Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies que estão em jogo no campo considerado⁴⁵.

Avaliando o pensamento de Bourdieu, com relação à agência de Mariano Garcia como ator político, faz-se necessário pensar no indivíduo para além das organizações formais, buscar entendê-lo, como sinaliza o autor, em seus diferentes campos de atuação, no trabalho cotidiano, na relação com a família e nas redes de amizades e solidariedades constituídas por ele ao longo da sua vida⁴⁶, assim como, nos conflitos e oposições vividos pelo indivíduo, como em um jogo de escala entre o micro e o macro, para se entender a totalidade⁴⁷.

E, a partir de novas abordagens ocorridas no decorrer da década de 1970, com a Nova História, o indivíduo – conhecido ou anônimo - passa a se destacar nas pesquisas de biografia, autobiografia e trajetórias, mas isso só se tornou possível também com ampliação do conceito de fontes documentais, onde a imprensa – jornais, panfletos e revistas – passa a contribuir de

⁴⁴ TOLEDO, Edilene. *O Sindicalismo Revolucionário em São Paulo e na Itália: Circulação de Ideias e Experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o fascismo*. 2002. 494 f. Tese de Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas. São Paulo.2002. p.15.

⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 189.

⁴⁶ As redes de relações de Mariano Garcia podem ser analisadas pela perspectiva de Jean-François Sirinelli, com relação aos intelectuais e a sua ação nas diferentes redes de sociabilidade em que um indivíduo se insere como ator social, pois, como Sirinelli defende, “Todo grupo de intelectuais organiza-se em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinante, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”. Ao longo de sua trajetória, Mariano Garcia pertenceu a diferentes grupos de sociabilidade, mesmo com divergências de posições, cisdões, mas, sempre com uma relação afetiva em comum entre seus membros. Ver: SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.248-249.

⁴⁷ REVEL. Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: A Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989, pp.16-17.

forma significativa, como fonte e objeto de análise, nos diferentes campos de pesquisa e ensino das ciências sociais e humanas em seus muitos domínios e vertentes interpretativas.

Isso se deu muito pela quebra da resistência com relação ao ideal de busca da verdade dos fatos. Durante o século XIX e boa parte do século XX, os historiadores acreditavam ser possível atingir a verdade absoluta dos eventos com o intermédio dos documentos, mas para que isso pudesse acontecer, como Tania de Luca pondera, “as fontes deveriam ser marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu tempo”⁴⁸ e os periódicos, em particular, os jornais, para muitos pesquisadores, não eram detentores desses tributos, pois, subordinados aos grupos dominantes, reproduziam apenas seus interesses e ideologias, sendo por isso, uma fonte suspeita. Sobre esse entendimento, Tânia de Luca continua:

Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas⁴⁹.

A partir da segunda metade do século XX, com a relativização, pelos pesquisadores, da noção tradicional do documento como espelho do real, da verdade e da subjetividade, a concepção sobre os jornais começa a modificar o entendimento, doravante, se a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses na vida social, por outro lado, também pode oferecer importantes dados históricos sobre as sociedades, já que comentam, participam e informam sobre processos sociais, políticos, econômicos e culturais ao qual estão inseridos, participando da História.

E, com relação, especificamente, à importância dos jornais como documento de pesquisa, Maria Helena Capellato assinala que os periódicos passaram a ser vistos como “fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas”⁵⁰. Deste modo, com relação a sua contribuição para o estudo

⁴⁸ LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 112.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ CAPELLATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p.20.

da História política, Tânia de Luca aponta que não dá para dispensar a imprensa, “pois ela registra, cotidianamente, cada lance dos embates na arena do poder”⁵¹.

Mas também há outros fatores que tornam o jornal bastante relevante como documento, principalmente, para o historiador da história contemporânea. Contribuindo de forma significativa para a expansão das pesquisas nos últimos anos nessa área, citamos um deles, “é que jornais são objetos que estiveram muito presentes na vida urbana nos últimos três séculos”⁵². Outro fator, refere-se ao acesso dos pesquisadores às fontes documentais, estando muitos dos periódicos tratados, preservados em coleções de vários tipos e épocas, depositados em diferentes instituições como: bibliotecas, museus, centros de documentação e órgãos de imprensa que permitem, por meio de ferramentas de pesquisa, a busca por palavras-chave, datas ou temas.

E, foi justamente a possibilidade da utilização dos jornais como fonte histórica, e do fácil acesso a vários periódicos em diferentes tempos históricos, dentro do recorte cronológico proposto pela pesquisa, sendo a maioria deles disponibilizados gratuitamente pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Hemeroteca da BN), pelo Arquivo Público da Cidade de São Paulo (APESP) e pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) e ao Centro de Documentação e Memória (CEDEM), no Centro de Memória Fluminense (CEMEF), da Universidade Federal Fluminense, que permitiram, no acesso aos arquivos, o desenvolvimento do estudo e escrita desta tese, no período entre o início do ano de 2020 e final do ano de 2022, quando a Pandemia de Covid 19 lançou inúmeros desafios aos pesquisadores, ao impelir o distanciamento social como forma de profilaxia, onde todos os institutos de pesquisas estiveram fechados em respeito às normas de saúde.

E, na pesquisa em jornais disponibilizados na forma digital pelas instituições citadas, através da utilização do método indiciário⁵³, foram “caçadas” passagens de Mariano Garcia nos

⁵¹ LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos... p.128.

⁵² BARROS, José D’Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de História* – t. LII (2021) – p. 421-443– p.422. ISSN: 0870.4147 DOI https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_18. O interessante artigo sobre a imprensa do professor José Barros, dentre outros assuntos, elenca 8 características essenciais que conferem aos jornais múltiplas possibilidades como fonte histórica: a abrangência de assuntos; periodicidade, largo alcance; polifonia de textos; produção multi-autoral; interação entre informação e discurso; busca de vários segmentos leitores; efeitos de realidade. Acessado em: 08/02/2024.

⁵³ O Método Indiciário está fundado na investigação de “pistas”, “sinais” ou “indícios” que buscam descobrir fatos na tentativa de reconstruir o passado e entender o presente, é bastante utilizado na medicina, na investigação criminal, na psicanálise, dentre outras áreas do saber. Foi o historiador italiano Carlo Ginzburg que trouxe para as Ciências Humanas e Sociais a sua sistematização e teorização como ferramenta de pesquisa histórica, através do paradigma indiciário, um conjunto de princípios e procedimentos teórico-metodológicos que orientam a elaboração do conhecimento a partir da investigação e análise dos indícios. Cf. GINZBURG, Carlo.

jornais de maior circulação, considerados como “grande imprensa”⁵⁴ ou, como muitas das vezes denominados no decorrer da escrita, imprensa comercial, ao buscar de forma intencional uma contraposição à imprensa operária, pois Mariano Garcia atuava nas duas modalidades, ora como notícia, ora como colaborador.

Portanto, tendo, por conta da Pandemia, a impossibilidade de acessar pessoalmente os jornais operários produzidos pelo militante, em particular, o seu mais conhecido jornal operário, *Gazeta Operária*, sendo esse, disponibilizado em microfimes no acervo da Biblioteca Nacional. Na busca por “indícios”, iremos encontrar o nome de Mariano Garcia, citado pela primeira vez em viagem para Santos, em 1877, no jornal *Gazeta de Notícias*, e pela última vez, em 1928, quando é noticiado seu desligamento da Secretaria Nacional de Agricultura (SNA), no mesmo jornal.

A experiência da procura de “indícios” e da transcrição das passagens de Mariano Garcia nos jornais da “grande imprensa”, tais como: *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *A Época*, dentre muitos outros periódicos que serviram como fontes históricas, apesar de um trabalho de averiguação extenuante, revelou-se muito satisfatório, profícuo e elucidativo.

No trabalho investigativo, se fez necessário buscar não somente o nome Mariano Garcia indexado nas fontes, mas pesquisar as publicações quase que diariamente, pois, em muitas situações o nome, apesar de presente nos periódicos, não estava sinalizado. Por exemplo, além do operário-jornalista apresenta-se com pseudônimos de AMG, MG, ou Margar, nos diferentes artigos que escrevia.

E, foi justamente a partir do pseudônimo Margar⁵⁵, cruzando informações memorialísticas de Mariano Garcia e de seus companheiros⁵⁶, que se levou a descoberta que

Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. – São Paulo: Cia. das letras, 1989. p.177.

⁵⁴ Conforme ressalta Tania Regina de Luca, “a expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” Cf. LUCA, Tania R. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania R. de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. P.149.

⁵⁵ BATALHA, Cláudio Henrique. M. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.2009. p.70. O verbete sobre Mariano Garcia no dicionário de Cláudio Batalha é um dos mais extensos. Foi devido à informação sobre os pseudônimos utilizados por Mariano Garcia, presente no dicionário, que se conseguiu identificar sua participação no jornal abolicionista *A Redempção*, pois a coluna Correspondências era assinada por Margar.

⁵⁶ Apesar de ser um prolífico articulista, Mariano Garcia não deixou nenhuma obra autoral sistematizada, um compêndio dos seus artigos, ou mesmo um diário/autobiografia, ou uma biografia. Construir a passagem de

Mariano Garcia foi um abolicionista atuante, que saiu do Rio de Janeiro para operar em São Paulo, mais precisamente na cidade de Campinas, como um caifaz de Antônio Bento e, como jornalista, contribuindo, escrevendo artigos para o jornal abolicionista mais importante da época, *A Redenção*.

Tal fato vem colaborar para o diálogo entre os historiadores sociais da escravidão e do trabalho, derrubando aquilo que Chalhoub & Silva⁵⁷ denominam de “muro de Berlim historiográfico”, isto é, a separação entre a luta dos escravizados pela liberdade e o movimento operário. A presença de Mariano Garcia n’ *A Redenção* vem corroborar que esse diálogo, além de possível, se faz necessário, pois a luta pelo fim da escravidão e a organização da classe trabalhadora no Brasil são eventos conexos, um está diretamente enredado ao outro. E, que Mariano Garcia, através da sua atuação com ator político nos dois processos, é mais que um protagonista anônimo da história, como denomina Ronaldo Vainfas (2002), visto que sua presença nos jornais abolicionistas, operários ou da imprensa comercial, revelam ser ele sim, um protagonista notável dentro do enredo, na formação da classe trabalhadora no Brasil.

ESTRUTURAÇÃO DA TESE

A tese se apresenta dividida em quatro capítulos. Ponderamos ser importante observar que não se trata de uma biografia típica sobre a vida de Mariano Garcia, até porque faltam informações básicas sobre a sua vida pessoal para fazê-lo ser conhecido de forma mais intimista⁵⁸. O que visou construir foi a trajetória de um indivíduo, no curso de uma vida, numa

Mariano Garcia no tempo, só foi possível a partir da superação da ideia de que a memória é um fenômeno individual. Maurice Halbwachs foi um dos primeiros a sublinhar que a memória deve ser entendida como um fenômeno social, constituído coletivamente e sujeito a constantes recriações. Cf. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990. Outro autor que vai na mesma direção é Michael Pollack, segundo o autor, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Cf. POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro., vol.5, n.10, 1992, p. 200-212. p.05. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acessado em: 08/02/2024.

⁵⁷ CHALHOUB, S., & SILVA, F. T. da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, 14(26). Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/acl/article/view/2558>. Acessado em 09/02/2024.

⁵⁸ O estudo biográfico ou biografia é a proposta metodológica de investigação que orienta essa tese. Sobre o interesse pelas trajetórias de pequenos grupos familiares ou profissionais, Giovanni Levi faz uma distinção das diferentes modalidades de biografia, como: a prosopografia e biografia modal, biografia e contexto, biografias

duração pré-determinada, de luta em prol de um ideal e de suas mudanças através do tempo, numa adaptação do indivíduo aos contextos sociais, a relação entre indivíduo e o contexto.

Como Bisso Schimidt aponta, “a proposta do estudo da trajetória é de não ser a de estudar o personagem por ele mesmo, mas sim, focar em um indivíduo na busca de compreender aspectos mais amplos da sociedade”⁵⁹ e, no caso desta pesquisa, situada no campo da História Política, é o nome do indivíduo como ator político, e a sua atuação nas diferentes redes de solidariedades em que estava inserido para se entender o contexto histórico da época, a partir das suas escolhas de luta.

Dessarte, como as transformações sociais nas trajetórias de vidas dependem do entrelaçamento dos atores individuais e da estrutura social, com relação à análise da trajetória de Mariano Garcia como ator político, foi adotado o uso do método onomástico para compreender parte da formação da classe trabalhadora no recorte histórico aqui proposto, sendo o nome de Mariano Garcia utilizado como fio condutor para se acessar questões mais amplas do contexto social. Com relação à importância do nome para a biografia individual ou coletiva, Ginzburg salienta:

Mas se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome⁶⁰.

Na tomada de consciência, a partir das experiências de luta dos socialistas reformistas, a escolha do nome de Mariano Garcia junto aos seus diferentes grupos de atuação e a ação da aproximação com o Estado republicano, busca evidenciar a escolha dos militantes como uma estratégia na luta por direitos para os que trabalhavam, e que deveria ser feita mediante negociações com o Estado republicano, aproveitando as “brechas” no sistema supressor que negava a participação popular, em particular, da classe trabalhadora, nas esferas de poder.

A escolha pelos socialistas reformistas pela participação na política formal, através de

e os casos extremos, biografia e hermenêutica, fundamentando cada uma delas e seus possíveis usos na pesquisa histórica. Cf. LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1996. p.173-179.

⁵⁹ SCHMIDT, Benito Bisso. As biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Anos 90*, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 79–90, 1997. p.82. DOI: 10.22456/1983-201X.6196. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6196>. Acessado em: 10/02/2024.

⁶⁰ GINZBURG, Carlo. PONI, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, Micro-História e outras análises. 1989, p.172-173.

um partido político e da eleição de representantes da classe operária, deveria ser nas diferentes esferas de poder de Estado: municipal, estadual e federal. A representatividade de seus membros na política institucional seria uma via possível e desejável para a mudança social, pois possibilitaria a confecção de leis que garantiriam direitos aos trabalhadores por seus representantes. Era isso que Mariano Garcia entendia, e foi por isso, como ator político, que ele lutou durante a sua trajetória como militante socialista.

Apresentação dos capítulos da tese

O primeiro capítulo tem por objetivo apresentar Mariano Garcia e as experiências vividas por ele ainda no Império que possibilitaram o desenvolvimento da consciência de classe, para isso, utilizaremos as contribuições teórico-metodológicas de E.P Thompson - não só no primeiro capítulo, mais em todos os outros - para entender a agência de Mariano Garcia como socialista na luta, formação e consciência de classe, além da construção de identidade na sua constituição como ator político, na organização da classe operária na Primeira República⁶¹.

Para isso foi utilizado os métodos qualitativos e quantitativos de formas integradas para tratar fontes primárias inéditas como a Certidão de Óbito de Mariano Garcia, a Coluna Correspondência, do jornal *A Redenção*, ou mesmo, as informações sobre ele, presentes no livro de Luiz Palmier - *São Gonçalo Cinquentenário* - que dava destaque a cidadãos ilustres de São Gonçalo ao longo da história, informando ter sido Mariano Garcia aluno de Felisberto Carvalho, celebre educador no tempo do Império, assim como outros documentos que ajudaram a fazer inferências sobre a possível origem espanhola de sua família, ao construir parte da sua infância, adolescência e vida adulta.

Atuando como operário na indústria do fumo desde criança, visou organizar a sua classe, ainda em 1885, lançando o seu primeiro jornal operário, *O Cigarreiro*; abolicionista, atuaria em São Paulo, Campinas, Sorocaba, Rio Claro e Santos, dentre outras cidades paulista, como caifaz. E, como republicano e socialista, fazia parte do grupo socialista de Santos – os socialistas

⁶¹ Serge Berstein ajuda a pensar sobre a cultura política operária, em particular ao que se refere a conjugação de socialismo e república. Para Berstein, a cultura política deve ser entendida como um conjunto de representações compartilhado por um grupo amplo de pessoas e adquiridos por um indivíduo durante sua existência, ou seja, uma cultura política, influenciam suas escolhas e comportamento político, além de abordarem como as normas e os valores “determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro”. Cf. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma História cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p.349-363. p.353-354.

acadêmicos - que tinha o jornal *A Questão Social* como principal veículo de divulgação de ideias socialistas para o qual ele também contribuía escrevendo artigos.

O segundo capítulo tratará de Mariano Garcia, também, através das categorias experiência e agência, como líder operário, juntamente com Gustavo de Lacerda, França e Silva e José Veiga, fundará o primeiro partido operário já no alvorecer da República, para isso, irá lançar vários jornais operários – *A Alvorada, Nova Fase, Jornal dos Operários*, dentre outros, tendo seu principal parceiro de luta, Gustavo de Lacerda, o fundador da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na organização e construção de uma identidade para classe operária.

O capítulo também irá abordar a luta pelo poder a partir das contendas no seio do movimento operário pela orientação e condução da classe trabalhadora. As disputas pelas principais lideranças da época, como Mariano Garcia, Gustavo de Lacerda, França e Silva e Ten. Vinhaes, dentre outros, pela “pureza” ou não na composição do partido operário.

É a partir da sua atuação como jornalista⁶², quando Mariano Garcia utiliza dos jornais operários e da imprensa comercial como ferramenta de arregimentação e conscientização da classe, que entenderemos Mariano Garcia a partir da perspectiva gramsciana de intelectual orgânico, na organização da classe trabalhadora, mas também, nas disputas e desacordos dentro das suas redes de sociabilidades, onde os jornais terão um importante papel de difusão das suas ideias.

O terceiro capítulo irá abordar a atuação de Mariano Garcia como militante socialista reformista, sua ação e de seu grupo como atores políticos, na defesa dos ideais do socialismo reformista⁶³ enquanto estratégia de luta e resistência à exploração da classe trabalhadora, o

⁶² O segundo capítulo tem em vista mostrar Mariano Garcia jornalista, defendendo suas ideias sobre o socialismo como orientação de luta para a classe trabalhadora, escrevendo em importantes jornais da grande imprensa como: *Gazeta de Notícias*, que tinha em seu *casting*, escritores famosos como Machado de Assis e Eça de Queiroz, dentre outras celebridades. Dentro dessa perspectiva, pensando no conceito de política, para Michel Winock o historiador da História das Ideias Políticas também deve estudar os mediadores e não somente os grandes pensadores. Para Winock, os mediadores seriam aqueles que produzem “*pensamento cotidiano ou semanal*” É relevante pensar os jornais como instrumentos de produção de pensamento e a análise desses veículos permite perceber as “*ideias na sociedade tanto quanto o reflexo dos problemas sociais do momento na expressão jornalística.*” Segundo Winock, “*é de fato o jornal que constitui a fonte mais rica, a que esposa as inflexões da época, as nuances da conjuntura, e reflete as relações na sociedade, em suas tentativas de coerência entre a “doutrina” e os “fatos”.*” WINOCK, Michel. *As ideias políticas*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p. 282.

⁶³ Para os socialistas reformistas, a revolução estava no próprio socialismo, quando esse, ao atingir o capitalismo em sua estrutura, juntamente com a ganância do homem que é inerente ao sistema, a revolução íntima do indivíduo - só assim é possível construir um futuro para a humanidade baseado numa sociedade mais justa, na qual o desenvolvimento humano será alcançado como resultado do trabalho coletivo, e tenha, igualmente, a apropriação coletiva de seus produtos. Enfim, um futuro no qual a regulação da produção seja dada pelas reais necessidades do conjunto dos indivíduos. Mariano Garcia defendeu essa ideia em várias passagens durante toda a sua trajetória, em diferentes momentos e situações, como veremos ao longo dessa pesquisa.

entendimento de ser o socialismo o caminho na construção de uma sociedade futura mais justa e igualitária. Também será abordado a busca pela aproximação do seu grupo com o Estado, como estratégia de participação política, ao apoiar os governos de Floriano Peixoto, Hermes da Fonseca e Arthur Bernardes, além da ruptura da parceria e da amizade de longa data com o advogado e líder socialista, Evaristo de Moraes.

O quarto capítulo destaca a agência de Mariano Garcia na organização da classe operária, sua participação na organização dos congressos operários ao longo da Primeira República, juntamente com Pinto Machado e Cruz e Silva na coordenação do 4º Congresso Operário, denominado pela historiografia tradicional como “congresso pelego” devido à aproximação com o governo Hermes da Fonseca.

Também será abordado a agência de Mariano Garcia na luta contra a carestia de vida e a organização, junto aos anarquistas de vários comícios em diferentes locais da cidade na luta contra a carestia dos alimentos e dos aluguéis, a defesa do associativismo através da campanha a favor das feiras livres nos bairros do subúrbio carioca para eliminar os atravessadores, aproximando o agricultor do consumidor.

Em relação à defesa do direito à moradia salubre para a classe trabalhadora, do trabalhador morar com dignidade, sua bandeira de uma vida: em um primeiro momento, na organização da associação dos inquilinos e do congresso dos inquilinos como forma de pressionar o poder público para a solução do grave problema que era a questão da moradia operária, e em um segundo momento, a luta na esfera do poder municipal contra o Código de Postura que dificultava o trabalhador construir suas casas na área do subúrbio carioca, através da campanha “Liberdade de Construção no Subúrbio”, todos os movimentos em prol da questão da moradia para a classe trabalhadora eram divulgados nos jornais, tanto os operários como da imprensa comercial, em artigos escritos por Mariano Garcia⁶⁴.

⁶⁴ Os artigos escritos por Mariano Garcia ao longo de mais de 30 anos de luta com relação à carestia dos aluguéis, das moradias insalubres dos trabalhadores e da necessidade no Estado intervir num problema tão grave não só para os pobres, mas que atingia também a cidade na totalidade, os seus textos sempre se apresentavam em forma de denúncias, ameaças ou solicitações. Na análise do discurso proposta por Norman Fairclough no estudo dos textos sempre se faz necessário examinar simultaneamente questões de forma e questões de significado, segundo o autor, existem três itens que não são usados na análise textual e sim na análise da prática discursiva que são a “‘força’ dos enunciados, isto é, os tipos de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças, etc.) [...]”; a ‘coerência’ dos textos; e a ‘intertextualidade’”. As ações de Mariano Garcia de denuncia das péssimas condições de moradia dos trabalhadores, do preço exorbitante dos aluguéis e na defesa, vai de encontro à teoria social do discurso de Fairclough, quando o autor propõe “examinar em profundidade não apenas o papel da linguagem na reprodução das práticas sociais e das ideologias, mas também seu papel fundamental na transformação social.”. Tal posicionamento se torna evidente quando em seus textos Mariano Garcia defende a necessidade de o Estado liberal excludente intervir na questão da construção de casas para os operários, como sendo o Estado o único capaz de solucionar um problema complexo e crônico, em diferentes artigos, ao longo da sua agenda de luta pela questão da moradia salubre, como apresentado no 4º capítulo. Cf.

Figura 1 - Mariano Garcia



Fonte: *Jornal Correio da Noite*, em: 19/02/1915.

1 ANTONIO MARIANO GARCIA: DE ABOLICIONISTA A LIDER OPERÁRIO

Experiência – uma categoria que, por imperfeita que seja – é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (...) a experiência é válida e efetiva dentro de determinados limites: o agricultor conhece suas estações, o marinheiro conhece seus mares, mas ambos permanecem mistificados em relação à monarquia e à cosmologia (...) A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e a seu mundo. (...) Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento.

E. P. Thompson.

Em 14 de julho de 1927, o jornal *Gazeta de Notícias* publicava a seguinte notícia sobre Mariano Garcia: “Faleceu ontem, às três e meia da tarde, em sua residência à rua Maria José, em D. Clara, o nosso querido companheiro de trabalho, que durante muito tempo redigiu a seção operária da *Gazeta de Notícias*”⁶⁵. Mariano Garcia morreu aos 65 anos, uma idade bastante avançada para os padrões da época, principalmente para ele, um trabalhador oriundo das classes subalternas que durante boa parte da sua vida foi operário braçal nas muitas oficinas de cigarros existentes no Império e depois na República. A coluna complementava: “O extinto, que era um velho operário, gozava das maiores simpatias, não só nos meios operários, mas fora deles, pelas excelentes habilidades de que era dotado”.

Nascido em Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro na época, Mariano Garcia dedicou a maior parte dos seus 65 anos de vida à luta em prol dos trabalhadores. Sua experiência desde a infância como operário na indústria de cigarros, levou-o, desde muito cedo, a conhecer e vivenciar a dura realidade dos trabalhadores no Brasil, mas, particularmente, de homens, mulheres e crianças – livres e escravizados – que trabalhavam nas diversas fábricas de cigarros na capital do Império. Como líder operário iniciou sua luta na organização da classe dos

⁶⁵ O Jornal *Gazeta de Notícias* foi fundado em 02 de agosto de 1875 por José Ferreira de Araújo, Henrique Chaves, Elísio Mendes e Emanuel Carneiro, tinha suas oficinas num dos mais importantes endereços da corte, a rua do Ouvidor. O jornal trouxe grandes inovações para a imprensa jornalística da época, com o emprego do clichê, das caricaturas e da técnica de entrevistas. Quando foi lançado possuía 04 páginas, depois, de 08 a 10, apesar de ser considerado um jornal popular pelo preço barato para os padrões da época (40 réis), ficou conhecido pela sua qualidade, com a presença de articulistas, tais como: Silva Jardim, Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio e Lopes Trovão, além de grandes nomes da literatura como Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Eça de Queiroz, dentre outros, o que ajudava a aumentar sua credibilidade e prestígio. Era considerado um jornal liberal, no Império, defendeu o movimento republicano, na República, apesar de afirmar independência jornalística, era situacionista, corroborando com a ordem estabelecida, chegou a ser um dos principais jornais da capital federal durante a República Velha. Sobre o Jornal ver: ACERVO BN | *GAZETA DE NOTÍCIAS*: “JORNALÃO”, POR EXCELÊNCIA. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-bn-gazeta-de-noticias-jornalao-por-excelencia/>. Acessado em: 18/05/2023.

cigarreiros, em um período da história do Brasil no qual o trabalho livre e o servil coexistiam dentro das muitas fábricas presentes nas cidades do Rio de Janeiro e em Niterói.

Na busca pela valorização do trabalho, Mariano Garcia participou intensamente na luta pela abolição da escravidão, assim como pela República como forma de governo. Em sua agência como militante socialista, procurou conscientizar os trabalhadores, através de diferentes jornais e dos muitos discursos proferidos, da necessidade de organização da classe operária na luta por direitos sociais, contribuindo com isso, na construção de uma noção de cidadania da classe operária na Primeira República, mesmo que ainda de forma tímida.

As diferentes bandeiras de luta de Mariano Garcia – abolicionista, republicano, líder operário, militante socialista e jornalista - o levaram, por meio da sua agência, a compor e a participar como sujeito coletivo de diferentes redes de solidariedades políticas na sua trajetória. E, é justamente através da trajetória de Mariano Garcia como um atuante ator político de relevância que procuraremos entendê-lo como um intelectual orgânico⁶⁶, um sujeito histórico que se apresentará como uma das principais lideranças na organização do movimento operário e na defesa dos direitos dos trabalhadores na Primeira República.

A frase de E. P. Thompson em que o autor afirma “A classe operária não surgiu tal como o sol, numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”⁶⁷, consegue dar a necessária dimensão à trajetória de Mariano Garcia como liderança operária: trabalhador das fábricas de cigarros, abolicionista, jornalista, líder operário e militante socialista⁶⁸. Sua

⁶⁶ O conceito de intelectual orgânico usado para pensar as atuações de Mariano Garcia como líder operário se estrutura a partir da concepção de Antônio Gramsci. O autor define como intelectual orgânico aquele que, oriundo da classe social que o produziu, torna-se seu porta-voz, um especialista, organizador e homogeneizador, que busca superar e modificar as concepções de mundo dominante, promovendo novas maneiras de pensar um novo projeto de produção, ciência e cultura na ótica da classe trabalhadora. Ver: GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

⁶⁷ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 9. O “fazer-se” pode ser entendido na formação da consciência de classe de Mariano Garcia através das suas experiências como operário da indústria do fumo que começou a trabalhar ainda criança nas fábricas de cigarros, passando a conviver cotidianamente com a exploração e a violência do sistema escravista, onde escravizados e livres ocupavam o mesmo espaço dentro das fábricas. Sua luta pela abolição vinha da ideia de que, inicialmente, era uma condição de degradação do homem como ser humano, e da sociedade como um todo, e que o país só se desenvolveria como nação civilizada com o fim do cativo, uma mácula da nossa sociedade, além de entender que a organização dos trabalhadores como classe social só seria possível na valorização do trabalho e na defesa de direitos sociais, quando todos os homens tivessem a mesma condição de igualdade jurídica, isto é, todos iguais perante a lei, e para isso, o fim da escravidão era fator fulcral.

⁶⁸ A trajetória de Mariano Garcia e sua militância, ainda no Império como operário da indústria do fumo, no seu cotidiano conviveu com diferentes formas de trabalho, está em sintonia com a vertente historiográfica que defende a ideia de que não se deve eleger a Proclamação da República como marco inicial para a organização da classe operária, pois deter-se apenas na fase do trabalho livre é correr o risco de limitar o objeto da análise. Tal vertente entende que a formação da classe operária no Brasil, assim como sua organização, é anterior ao advento da República, devendo ser entendido como um processo complexo e multifacetado. Podemos citar como dois

caminhada, ao “fazer-se” líder operário, se construiu no campo das possibilidades, de escolhas e caminhos incertos, condicionados às suas vivências e necessidades do dia a dia. As diferentes experiências vividas por ele irão influenciar na sua percepção de mundo, contribuindo na construção da sua consciência de classe e na prática política, presentes na elaboração de projetos políticos para a condução de uma parcela da classe trabalhadora na luta por direitos sociais na Primeira República.

Foram nas percepções sobre o seu universo e, nas suas experiências iniciadas desde muito cedo, ainda no Império, que Mariano Garcia constituiu-se como sujeito político construtor da própria história, isto é, como um sujeito histórico agente de ação social, ao atuar em diferentes grupos que lutavam, entre várias bandeiras, pelo fim do elemento servil⁶⁹, e na transição do trabalho compulsório para o trabalho livre no Brasil. Portanto, como liderança operária em diferentes frentes políticas, participou de maneira ativa no processo do “fazer-se” da classe trabalhadora no Brasil.

Sua atuação como ator político buscava, na organização da classe operária, um instrumento de resistência aos interesses antagônicos à classe trabalhadora – Estado e patronato -, às diferentes formas de exploração e de exclusão social impostas, a uma grande parcela da sociedade, principalmente aos mais pobres, livres e libertos. Por isso, atuava no sentido de formar organizações de matriz corporativas clássicas do mundo do trabalho, tais como as ligas, os clubes, os centros de resistências, associações mutualistas ou sindicatos, e de congressos operários, além da formação de partidos operários⁷⁰, na perspectiva do fortalecimento do poder de reivindicação das classes de trabalhadores.

Para a mobilização da classe operária para atuar em espaços de ação política, Mariano Garcia entendia ser imperativo constituir outras representações sobre o trabalhador e o trabalho, e tal ação perpassava na formação de uma identidade positiva no processo de construção da cidadania⁷¹. Entretanto, a experiência brasileira no mundo do trabalho forjada nos quatro

importantes expoentes dessa corrente: MATTOS, Marcelo Badaró – *Escravidados e livres – Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. – Rio de Janeiro: Bom Tempo, 2008; e CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. – 3ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

⁶⁹ O termo “elemento servil” era bastante utilizado entre os legisladores do Império quando se eram discutidas questões pertinentes aos escravizados, principalmente no momento em que debatiam no Parlamento a emancipação e o elemento livre como contraponto. Ver: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.110,115 e 123.

⁷⁰ GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2002. P.17.

⁷¹ O conceito de cidadania utilizado neste trabalho é pensado a partir da referência clássica desenvolvida por

séculos de escravidão não contribuía para isso, nossa sociedade considerava o trabalho manual coisa para escravizados, e que “trabalhar para alguém era a forma mais aviltada da existência”⁷².

Os eventos da Abolição seguida da Proclamação da República não significaram uma ruptura com a cultura escravista, e da negação ao trabalho manual. Criar uma cultura operária do cidadão-trabalhador significava ter que dar ao trabalho um outro sentido, não mais o negativo da dominação ou da penúria, e sim afirmar a dignidade dos que trabalhavam e da classe a qual o trabalhador pertencia, e que o mesmo – o trabalhador - deveria através do autoconhecimento e do reconhecimento pelos outros, se identificar e se orgulhar como tal. Como salienta Gomes, “aqueles que trabalhavam - o “proletariado” – eram as forças preponderantes na sociedade, seus elementos de prosperidade, de riqueza e de progresso”⁷³, para isso, torna-se á imperativo a construção da nobilitância⁷⁴, pois, no processo do trabalhador se reconhecer como força de riqueza e objeto de direitos e de cidadania, a afirmação moral do trabalho como um valor positivo e um bem será de importância fulcral.

Na construção da nobilitância, Mariano Garcia juntamente com outras lideranças operárias, irá recorrer a diferentes ações na elaboração de práticas e representações para o mundo do trabalho, dentre elas, como aponta Batalha⁷⁵, o reforço em anunciar em seus

MARSHAL, Thomas. H. em seu livro: *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p. 63/64. Em sua reflexão, a cidadania consiste em três dimensões básicas: civil, político e social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual, isto é, de ir e vir; de imprensa; de pensamento e fé, à propriedade e à justiça. O elemento político diz respeito à participação dos cidadãos no governo da sua sociedade. O elemento social refere-se a um mínimo de bem-estar econômico e segurança para o acesso à educação e aos serviços sociais, o que chama de herança social. A escolha pela definição clássica de Marshall deu-se por entender que os adventos da Abolição tendo em seguida a República, foram dois acontecimentos históricos que ressignificaram a ideia de cidadania no Brasil, sendo assim, o processo de construção de cidadania corre em paralelo à formação da classe operária, e estão entrelaçados, pois se trata de superar um passado escravista, onde todos os trabalhadores, agora cidadãos, passam a lutar por direitos sociais. Para um maior aprofundamento sobre o assunto ver: TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870 – 1906)*. – Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2013. Em seu livro o autor trabalha o conceito de cidadanias, pois considera que elas são fruto de um processo histórico, para tal, utiliza de vários autores que abordam o tema cidadania para defender sua posição.

⁷² KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1987. p.12.

⁷³ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.40.

⁷⁴ À grosso modo, a palavra nobilitância era usada pelos trabalhadores na virada do século XIX para o século XX no sentido de enobrecer, tornar algo nobre, no caso, o trabalho com as mãos. Na busca em produzir uma identidade positiva para aqueles que trabalhavam, as lideranças operárias passaram a criar palavras, símbolos e formas de organização, pensando na valorização do trabalhador/trabalho. Francisco Juvêncio Saddock de Sá, no “Culto ao Trabalho”, em 1890, sob o pseudônimo de François Seul, publica no jornal *O Paiz* uma série de artigos sobre a nobilitância. O tema será melhor trabalhado no terceiro capítulo.

⁷⁵ BATALHA, Cláudio H. de Moraes. *O movimento operário na Primeira República* – Rio de Janeiro: Jorge

periódicos datas importantes para os trabalhadores, procurando, assim, construir um calendário de comemorações, celebrações e solidariedades de datas importantes para os trabalhadores, elemento essencial da cultura militante.

Na tentativa de se construir uma cultura operária para a classe, a exemplos das comemorações do Dia do Trabalhador, organizava - como forma de homenagem – as visitas aos túmulos de lideranças operárias no aniversário de falecimento⁷⁶, assim como, a mobilização para festividades comemorativas da data de fundação das associações de classe, quando trabalhadores saíam em passeata atrás dos Estandartes (símbolos) das mesmas⁷⁷, tudo isso fazia parte da tentativa de se construir uma cultura operária, que valorizasse o trabalhador e, assim, legitimando sua luta por direitos.

E, no significativo universo de eventos da cultura operária, os jornais passaram a ser o principal instrumento de propaganda, da divulgação das ações, mas também de resistência em prol da classe operária. Nas suas colunas Mariano Garcia defendia a necessidade de união entre os operários para a defesa dos seus interesses, além de denunciar as injustiças impostas aos pobres. Com isso, o militante conseguia agregar ao seu redor uma significativa parcela do movimento operário, além de detratores e opositores às suas opiniões e ações⁷⁸, mas isso não diminuiu o seu prestígio entre os seus pares,⁷⁹ fato esse que o permitiu circular com desenvoltura entre as diferentes associações de classe e na imprensa militante de um modo geral, tanto a socialista como a anarquista, a exemplo do jornal *Terra Livre*⁸⁰ - na Capital da

Zahar, 2000. p.63-68.

⁷⁶ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Vicente de Souza, homem de cor e homem universal: posicionamentos sobre raça na trajetória de um Abolicionista, Republicano e Socialista negro no final do século XIX*. Texto apresentado no 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre (UFRGS), de 24 a 27 de maio de 2017. Anais completos do evento disponíveis em <http://www.escravidaoliberdade.com.br/>. Acessado em; 22/01/2023.

⁷⁷ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. “*Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908*”. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13493> ; ARANTES, Erika Bastos. “*O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*”. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Unicamp, 2005.

⁷⁸ TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*... . p. 253.

⁷⁹ *A Imprensa*, em 04 de dezembro de 1910.

⁸⁰ TERRA. *Ibidem*, p.264.

República, inclusive em outras localidades do país como: São Paulo, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul⁸¹.

Assim como a sua militância, para Mariano Garcia, redigir em jornais era um ofício que não surgiu a partir da Proclamação da República. Em 1927 Américo Falleiro⁸², um companheiro de longa data, demonstrava isso, quando escrevia nas colunas operárias do *Jornal do Brasil*:

Antônio Mariano Garcia.

Não resta a menor dúvida que existe no concerto associativo das agremiações operárias, uma falange de indivíduos a quem a própria razão de ser da existência dessas corporações de classes, a eles diz respeito, e muito de perto. Essa falange é constituída pelos redatores das secções operárias dos jornais, aqueles que, saindo do próprio meio operário, substituíram o seu trabalho manual, pelo de pena.[...] O número desses líderes da imprensa que “sempre mantiveram a linha” de acordo com o seu ideal, que outro senão o bem estar coletivo do grande exército dos trabalhadores, está Mariano Garcia.

Escrevendo para jornais desde 1882, sempre pugnado por direitos conspurgados dos chamados pequenos (operários e povo em geral). Mariano Garcia vem, desde aquela época, defendendo interesses dos operários e agitando-os no sentido de se organizarem.

E nesse seu “*desederatum*” tem sido incansável havendo de sua obra, farto registro, que constitui um incontestável manancial de ditames na imprensa. Pois bem, esse velho líder pelos interesses dos que labutam nas oficinas e nas fábricas, jaz agora sobre um leito, velho, cansado e presa de grave enfermidade. [...] e claro que no momento agrio de sua existência, tenha ele, pelo menos, o conforto moral que lhe é devido. Antônio Mariano Garcia mora à rua Olívia Maia, Nº 33, na estação de Madureira. Operários que tivestes em Mariano Garcia um defensor intelectual pelas colunas da imprensa, sociedades que já se viram elevadas por ele nos jornais, levai a esse velho líder o nosso osculo de gratidão!⁸³

Avante, trabalhadores! (**Grifo do autor**).

Na citação, Falleiro informa que Mariano Garcia já atuava como propagandista desde 1882, entretanto, o articulista não forneceu maiores detalhes sobre qual seria esse periódico e em que situação e circunstância Mariano Garcia estreou no jornalismo, se foi produzindo para os importantes jornais da época ou em jornal próprio. Pelo menos no que diz respeito a sua militância, Mariano Garcia corrobora ser de longa data o seu início ao afirmar que começou na propaganda operária com a publicação do seu primeiro jornal para a sua classe – chamando-o de folhetim da qual ele daria nome: *O Cigarreiro*, no ano de 1885⁸⁴, ainda no Império.

⁸¹ Ibidem.

⁸² Américo Falleiro foi um operário da indústria têxtil na Capital e em Petrópolis e, assim como Mariano Garcia, escrevia colunas operárias para jornais, tanto operários como da Grande Imprensa, a exemplo do *Jornal do Brasil*, e para folhas operárias tais como: *O Despertar* (em Petrópolis), *A Aurora* e *A Alvorada*.

⁸³ *Jornal do Brasil*, em 08 de abril de 1927.

⁸⁴ A informação sobre o primeiro jornal lançado por Mariano Garcia foi dada por ele mesmo, em 09 de agosto de 1912, em um artigo para a “coluna operária” no jornal *A Época*, em que era o redator da coluna. O artigo

O que obtivemos de informações não dá para precisar em qual cidade o jornal foi lançado: na Corte ou na antiga capital, Niterói. Mas provavelmente o folhetim foi lançado em Niterói, onde encontravam-se as principais fábricas de cigarro da época⁸⁵.

A palavra, tanto escrita como falada, era a principal ferramenta de luta de Mariano Garcia. Era ele um excelente orador, fato esse comprovado na sua presença em diferentes eventos e nas solicitações feitas por seus companheiros para discursar quando era necessário um operário falar em nome da classe. Porém, era na palavra impressa que se apresentava com bastante desenvoltura, portanto, os jornais configuravam-se como um espaço privilegiado de suas ações, tendo seus argumentos muitas vezes replicados pelas vozes das ruas, pelos seus admiradores, mas também pelos seus detratores.

Ao longo da sua trajetória, escreveu para inúmeros periódicos e lançou também muitas outras folhas, por acreditar ser o jornal um instrumento de conscientização, mobilização e luta, ferramenta que as classes dominantes sempre utilizaram como “máquina” para impor a hegemonia burguesa. Então, o jornal seria uma importante ferramenta de luta contra hegemônica.

Podemos identificar o período entre os anos 1882 até o ano de 1891, como um momento muito profícuo com relação a sua participação na imprensa operária, pois, nesse intervalo de 10 anos, Mariano Garcia juntamente com seus companheiros a exemplo de Gustavo de Lacerda, teria contribuído com inúmeras folhas, no entanto, existiu um jornal em que Mariano Garcia colaborou, que o identifica como sujeito histórico, quer dizer, um personagem singular na luta pela organização da classe trabalhadora no Brasil. Foi o periódico *A Redenção*⁸⁶, um dos mais

abordava a falta de novas lideranças na organização da classe dos cigarreiros e a sua luta, que já vinha de longa data, em organizar a sua classe. Mariano Garcia cita a tentativa de lançar o jornal *O Cigarreiro*, ainda em 1885, como uma das tentativas de organizar a classe, mas, sem dar maiores, ressalta que não obteve sucesso com o folhetim. *A Época* foi um jornal matutino lançado no Rio de Janeiro (RJ) em 31 de julho de 1912, como propriedade da Sociedade Anônima *A Época*. Seus diretores foram inicialmente Vicente de Toledo de Ouro Preto, Vicente Ferreira da Costa Piragibe, J. B. Câmara Canto. Circulando diariamente em formato standard e com oito páginas, o jornal tinha redação e administração no nº 151 da Avenida Rio Branco. O jornal se mostrava contrário ao governo do marechal Hermes da Fonseca. Nesse contexto de contrariedade ao governo, *A Época* tinha um papel altamente anti-oligárquico, opositor ao diário *O Paiz*, sendo favorável à figura de Rui Barbosa. *A Época*, apesar de apresentar refinados artigos e ensaios de cultura e moda galante, também tinha uma linha popular, voltada a questões sociais e trabalhistas. Abordando lutas e manifestações gerais do operariado, a sua "Columna Operaria" noticiava greves, reivindicações proletárias, novidades sobre clubes e associações sindicais, incluindo mesmo atividades dançantes, esportivas e carnavalescas. Na primeira edição do jornal, a primeira "Columna Operaria" iniciava-se com um editorial de seu autor, Mariano Garcia. Ver Hemeroteca Digital da BN.

⁸⁵ As principais fábricas, segundo Mariano Garcia, seriam: a Fábrica de São Domingos de Nictheroy, a Fábrica do Napoleão, A grande fábrica do Cabaceiro, no Valonguinho, e a Fábrica D'Ajuda. *A Época*. Coluna Operária, em, 9 de agosto de 1912. p.7.

⁸⁶ O jornal *A Redenção* tornou-se reconhecido pela UNESCO em 1914 como Patrimônio da Humanidade. Segundo o Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP - '*A Redenção*' foi um jornal combativo, de

importantes jornais abolicionistas, lançado pelo advogado e abolicionista Antônio Bento de Souza e Castro, no dia 02 de janeiro de 1887, na cidade de São Paulo.

Mariano Garcia seria um membro da “*ordem dos caifazes*”, grupo criado e liderado por Antônio Bento⁸⁷. Tal fato induz-nos a uma questão: o que levou Mariano Garcia, um homem do povo, um simples operário das fábricas de cigarro de Niterói, militante na cidade do Rio de Janeiro, a atuar como abolicionista em São Paulo, escrevendo colunas para o jornal de Antônio Bento, sendo um dos seus caifazes?

1.1 De Sete Pontes para o mundo

Entre os dias 26 de julho e 02 de agosto de 1896 acontecia em Londres o IV Congresso Operário da Internacional Socialista, tendo como participante o francês Augustin Hamon. O militante - juntamente com Kropotkine, R clus, Je n Grave, Sautarel, Malato, Tarrida del Marmol, Merlino, Octavio Mirbeau, dentre outros pensadores, que propagavam as ideias, em sua maioria, originárias do movimento anarquista franc s⁸⁸, destacava-se como um ilustre autor, tendo escrito vários livros sobre o socialismo. Em seu discurso, Hamon fez um breve apanhado sobre o crescimento do socialismo pelo mundo, e apresentando sua percepção sobre o crescimento do socialismo no Brasil:

En 1895, quelques hommes de lettres et de science ont fond  un Gentro Socialista, groupe qui est aussi social démocrate mais fortement influencé par les œuvres de Benoît Malon que M. Magalhaes Lima a répandues en ces régions. Ce groupe publie en portugais un journal bimensuel, A Questao Social. Les hommes les plus en vue de la sociale démocratie brésilienne sont MM. Silverio Fontes, Soter de Araujo, Carlos de Escobar, Esperidi o de Medicis, **Mariano Garcia**, Cyrillo Costa, Benedicto Ramos, etc. Il y a des groupements ouvriers allemands (Union générale des travailleurs) dans la province de San Paulo. (**Grifo do autor**)⁸⁹.

cunho manifestamente popular, repleto de ataques a fazendeiros, políticos e a outros jornais que defendiam a institui o escravista. Circulou com regularidade em São Paulo de 2 de janeiro de 1887 até a promulga o da Lei  urea, em 13 de maio de 1888. Após essa data, foram publicados alguns números em caráter comemorativo. Sendo o último da cole o o de 13 de maio de 1899. Pelo seu papel na luta contra os escravocratas, o periódico tornou-se uma fonte valiosa para pesquisa do movimento abolicionista em São Paulo.

⁸⁷ Sobre Antônio Bento e a participa o de Mariano Garcia na ordem dos Caifazes, abordaremos de forma mais explicativa   frente do capítulo.

⁸⁸ BRITO, Rose Dayanne Santos de. *Entre a Lei e a Anarquia: a trajetória de um representante das classes proletárias no Brasil do século XIX*. Revista. Direito e Pr x., Rio de Janeiro, Vol.9, n.2, 2018, p.832-852. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/27965>. Acesso em 28/01/2023.

⁸⁹ HAMON, Augustin. *Le Socialisme Et Le Congres De Londres*. Paris p.-v. Stock,  diteur (ancienne librairie tresse & stock) 8, 9, 10, ii, galerie du theatre-français, 1897. p. 67. Tradui o do texto: Em 1895, alguns homens

No ano seguinte o autor publicou o discurso proferido no evento de Londres, com a passagem da citação acima, em seu livro chamado: *Le Socialisme Et Le Congres De Londres*. É interessante ver o nome de Mariano Garcia, um militante de origem operária ser citado entre tantos outros militantes, sendo esses “profissionais liberais e funcionários públicos oriundos de setores da pequena-burguesia ou das “classes médias” urbanas. Há aqui uma questão: como um propagandista socialista de origem operária que, de acordo com Batalha, “declinava com modéstia sua condição de pouco instruído”⁹⁰, poderia desempenhar um papel de destaque, merecendo ser citado por Hamon, no IV Congresso Operário da Internacional Socialista, em Londres?

Estamos falando de socialistas tradicionais como Silvério Fontes, Soter de Araújo, Carlos Escobar, todos médicos de profissão, oriundos da burguesia urbana⁹¹, militantes socialistas, mas também defensores da causa abolicionista e da República como forma de representação do povo. Enquanto o grupo do Círculo Socialista de Santos, citado por Hamon, não era só composto por profissionais liberais oriundos das classes médias urbanas, pois na sua composição se apresentava-se bem heterogêneo, tendo trabalhadores de diversos segmentos, desde professores (como Eugênio George e Vicente de Souza), a jornalistas e operários, e também, uma parcela relevante de “gente do povo”, remanescente da principal luta que uniria a todos, num passado derradeiro: o movimento social pela abolição. Mariano Garcia, juntamente com seus companheiros do Centro Socialista de Santos, atuaria no processo da abolição, nas cidades de Campinas e de Santos, em São Paulo.

Na mesma época em que Mariano Garcia agia em São Paulo, ou como caifaz, ou com seus companheiros socialistas de Santos, o movimento abolicionista também acontecia,

de letras e ciências fundaram um centro Socialista, grupo também social-democrata mais fortemente influenciado pelas obras de Benoît Malon que o Sr. Magalhães Lima difundiu nestas regiões. Este grupo publicou um jornal quinzenal em português, *A Questão Social*. Os homens mais proeminentes da socialdemocracia brasileira são os senhores: Silvério Fontes, Soter de Araújo, Carlos de Escobar, Esperidião de Medici, Mariano Garcia, Cyrillo Costa, Benedicto Ramos, etc. Existem grupos sindicais alemães (União Geral dos Trabalhadores) na província de São Paulo.

⁹⁰ BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: QUARTIM DE MORAES, João (Org.). *História do marxismo no Brasil, os influxos teóricos*. Campinas: editora da Unicamp, v. 2, 1995. pp 11-44. p.25.

⁹¹ BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: QUARTIM DE MORAES, João (Org.). *História do marxismo no Brasil, os influxos teóricos*. Campinas: editora da Unicamp, v. 2, 1995. pp 11-44; MORAES FILHO, Evaristo de. *O Socialismo Brasileiro*. . Ed. UNB, Brasília, 1979; KONDER, Leandro. *A derrota da dialética; a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

intensamente, no Rio de Janeiro, com a atuação de vários clubes abolicionistas como o Club Gutemberg⁹² e o Club dos Libertos Contra a Escravidão, presidido por João Clapp, em Niterói⁹³ este último tendo no seu quadro de colaboradores, figuras como Joaquim Nabuco e o educador Felisberto de Carvalho⁹⁴.

Dessarte, se o movimento abolicionista também acontecia de maneira organizada no Rio de Janeiro e com a participação de figuras de tamanha relevância para o movimento, como Joaquim Nabuco, ou mesmo Vicente de Souza, um companheiro seu de luta, isso na mesma época em que Mariano Garcia já atuava como propagandista, lançando com Gustavo de Lacerda ou por iniciativa própria, jornais operários, uma questão se faz presente: por qual motivo Mariano Garcia não concentrou seus esforços pela abolição no Rio de Janeiro, participando também do movimento abolicionista em São Paulo?

O que podemos afirmar é que a presença de Mariano Garcia em São Paulo é anterior à década de 1880. Quando ele tinha ainda 15 anos, em 1877, o jornal *Gazeta de Notícias* noticiou sua partida do Porto do Rio de Janeiro na Paquete América, com destino ao Porto de Santos⁹⁵. Esse é o primeiro registro de seu nome encontrado nos jornais de grande circulação, a partir da década de 1880, essas viagens intensificam-se, principalmente no ano de 1887, quando atuava no grupo dos caifazes, de Antônio Bento⁹⁶.

Apesar das reflexões de Claudio Henrique de Moraes Batalha assinalar a condição de pouco letrado de Mariano Garcia⁹⁷, suas escritas em jornais, assim como seu papel ativo e de

⁹² O club Abolicionista Gutemberg foi uma associação fundada na década de 1880 pelos tipógrafos do Rio de Janeiro, defendia a abolição juntamente com o movimento de instrução das classes subalternas, por isso, desde 1882 mantinha uma escola noturna gratuita por entender que a instrução seria uma forma de construção do direito de exercício da cidadania. Cf: VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários. Mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. - São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. p.100-101.

⁹³ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres – Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. – Rio de Janeiro: Bom Tempo, 2008. p.112 -113.

⁹⁴ Os dois personagens foram figuras marcantes na trajetória de Mariano Garcia. Joaquim Nabuco era um político abolicionista. Conhecido pela excelente oratória, seus discursos acalorados faziam Mariano Garcia atravessar a Bahia da Guanabara só para assisti-lo discursar no plenário da Cadeia velha. Já Felisberto de Carvalho, um destacado educador do Império, foi seu professor nas primeiras letras, ainda na infância, no tempo em que Mariano Garcia morava em Niterói.

⁹⁵ *Gazeta de Notícias*, em 19 de setembro de 1877.

⁹⁶ *Gazeta de Notícias*, em 31 de maio de 1882; 16 de março de 1887; 23 de março de 1887. *O Paiz*, 23 de março de 1887; *Jornal do Comércio*, 23 de março de 1887.

⁹⁷ BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros... pp 11-44. p.25-32.

destaque em diferentes grupos de sociabilidade, revelam ser a defesa da sua “origem modesta”, uma ideia, até certo ponto, superficial, partindo somente do pressuposto de o militante ter sido operário em fábricas de cigarros, ainda na infância, e por isso, pouco letrado.

Tal posicionamento não contempla o protagonismo desempenhado por Mariano Garcia pelas suas ideias e lutas, ou seja, o reconhecimento social, prestígio e poder simbólico conferido a ele por seus companheiros, a partir da sua militância, assim como contempla sua proeminência entre aqueles considerados doutos.

A imagem de que, por ser oriundo das classes subalternas, e não das “classes médias” ou setores da “pequena-burguesia” da sociedade e, talvez, portanto, pouco instruído, pode apresentar-se como uma armadilha na escrita da história. Ao fazer generalizações apressadas, destarte, recusa as especificidades dos trabalhadores da época e, com efeito, limitando a compreensão do movimento organizado dos trabalhadores em sua gênese, assim como a complexidade da formação da classe operária, em especial, das suas lideranças.

A despeito de passar a maior parte da sua trajetória produzindo conteúdo para diferentes jornais, Mariano Garcia, diferente de outras lideranças operárias, não deixou nenhuma obra sua escrita sistematizada, não foi nenhum memorialista⁹⁸, a exemplo de Edgar Leuenroth, que “passou boa parte da sua vida reunindo e guardando periódicos e panfletos relativos ao movimento operário do período em que viveu”⁹⁹, do operário socialista Antônio Guedes Coutinho que costumava escrever suas percepções em seu diário, desde 1886, época em que saiu de Portugal para viver no Brasil, mais precisamente na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul¹⁰⁰. Ou, ainda, como do imigrante espanhol, Everardo Dias, que atuaria no movimento operário de São Paulo deixando uma importante contribuição sobre as lutas sociais do Brasil no final do século XIX e início do século XX¹⁰¹.

⁹⁸ Edgar Carone atenta para essa “peculiaridade”: ao contrário do operariado europeu, o nosso escreveu muito pouco sobre si. CARONE, Edgar. *O movimento operário no Brasil. (1877-1944)*. São Paulo: Difel. 1979. p.11.

⁹⁹ PENNA, Lincoln de Abreu. *Imprensa e Política no Brasil: a militância jornalística do proletariado*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

¹⁰⁰ SCHMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. P.25-26.

¹⁰¹ Segundo o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930, Everardo Dias foi um importante militante do movimento operário brasileiro nas primeiras décadas desse século. Maçom, destacou-se por suas posições anticlericais. Dirigiu o periódico anarquista *O Livre Pensador*, em São Paulo. Em 1919, após a realização de uma greve na capital paulista, foi preso e deportado. De volta ao Brasil em 1920, participou, no ano seguinte, da fundação do Grupo Clarté do Brasil, organização que reuniria operários e intelectuais simpáticos às teses da Revolução Russa. O seu livro que concentra sua reflexão na primeira década do século XX, *História das Lutas Sociais no Brasil* é referência em estudos sobre as lutas sociais. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930. Centro de Pesquisas Documentais. CPDOC – Fundação Getúlio Vargas .- FGV. Disponível em:

O que sabemos sobre Mariano Garcia surge a partir de informações pulverizadas pelos jornais da grande imprensa da época e nos registros deixados pelo militante nos diversos periódicos produzidos por ele, ou para os quais contribuía. Também há alguns apontamentos oficiais - mais raros - e passagens de autores que abordaram os primórdios da organização dos trabalhadores, mas esses também utilizaram, em sua maioria, os jornais, principalmente os operários, como fonte documental¹⁰².

Homem de cor branca, como consta em sua Certidão de Óbito (ANEXO A), Mariano Garcia nascera em 12 de junho de 1862¹⁰³ no Estado do Rio de Janeiro, mas não comunica de qual município ele era oriundo. De acordo com informações encontradas no livro de Luiz Palmier¹⁰⁴, ele nasceu na localidade conhecida como Sete Pontes¹⁰⁵, em São Gonçalo, lembremos, na época, distrito de Niterói.

Não temos maiores notícias sobre a sua origem familiar, além das que estão em seu Registro de Óbito, no qual consta que seu pai se chamava José Mariano Garcia e sua mãe, Rosa Mariano Garcia. Através do cruzamento de informações, é bem provável que seus pais fossem descendentes de espanhóis da região de Pontevedra, na Galícia¹⁰⁶, oriundos da leva de imigrantes que se estabeleceram na região de Niterói, na primeira metade do século XIX, antes da Grande Imigração (1880-1930)¹⁰⁷, onde muitos estrangeiros, espanhóis em particular,

<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dicionarios/dhbb>. Acessado em: 18/12/2022.

¹⁰² HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalho...*. MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidão e livres...*. BATALHA, Cláudio. H. Moraes. *O movimento operário na Primeira...*

¹⁰³ Há várias passagens nos jornais de grande circulação do Rio de Janeiro congratulando-o pelo seu aniversário. O primeiro registro encontrado foi no jornal *O Paiz*, na edição de 12/06/1899.

¹⁰⁴ PALMIER, Luiz. São Gonçalo Cinquentenário – Rio de Janeiro. Ed. IBGE. 1940. p.193. Disponível em: <https://archive.org/details/sgonca1940cinq/page/178/mode/2up>. Acessado em: 10/09/2022.

¹⁰⁵ O nome Sete Pontes originou-se do fato de, no período da Guerra Brasil - Paraguai, o engenheiro francês responsável pela construção de uma ponte nesse local utilizar sempre o termo “Cette Pont” querendo dizer “Esta Ponte”, mas os operários entendiam ‘Sete Pontes, o que acabou se eternizando e dando nome ao local. Sobre o assunto ver: BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O município de São Gonçalo e sua história – 3ª ed. total, ver. Ed. ampliada – Niterói, RJ: Nitpress. 2006.*

¹⁰⁶ A desconfiança da sua origem e região está na sua proximidade com outros espanhóis, principalmente quando da sua atuação como abolicionista no Estado de São Paulo, onde existiam importantes núcleos de imigrantes espanhóis na capital bem como nas cidades de Santos e Sorocaba, e em sua maioria, oriundos da região de Pontevedra, na Galícia. Ver: SILVA, João Paulo da. *Espanhóis no interior de São Paulo: múltiplas possibilidades de incorporação*. Tese (Doutorado) em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos - São Paulo, 2020.

¹⁰⁷ SARMIENTO, Érica da Silva. *Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)*. Tese de Doutorado em História.

chegariam ao país por meio da imigração espontânea estabelecendo-se em várias cidades como Salvador, Santos e Rio de Janeiro¹⁰⁸.

A capital Niterói era o primeiro contato de muitos imigrantes que chegavam ao Brasil e tinham o sonho de “fazer a América”. O distrito de São Gonçalo era uma “zona policultural”, pois muitos imigrantes de várias nacionalidades, principalmente os europeus que viajavam de terceira classe vindos da Europa¹⁰⁹, passavam pela Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores¹¹⁰, que tinha como objetivo, além da quarentena epidemiológica, a recepção aos imigrantes que aqui chegavam. Encontramos na cidade de Niterói e na região de São Gonçalo, uma forte presença de imigrantes portugueses, mas também de espanhóis, desde a primeira metade do século XIX, quando a imigração tinha um caráter espontâneo, sem o financiamento do Estado brasileiro¹¹¹.

Sobre a imigração espanhola para o Rio de Janeiro, segundo Sarmiento¹¹², “obras bibliográficas relacionadas com a imigração no Rio de Janeiro observaram que a maioria dos indivíduos que procediam do Estado espanhol havia nascido na Galícia”, sendo a região sul e sudeste brasileira o principal destino da maior parte dos imigrantes europeus, por apresentar condições climáticas mais próximas a de seu país de origem¹¹³. A Galícia era uma das regiões mais empobrecidas da Europa, com forte presença camponesa e tradição marítima¹¹⁴, por isso não é de se estranhar que muitos espanhóis procurassem ficar no Rio de Janeiro, em particular,

Universidade de Santiago de Compostela, 2006, p.29.

¹⁰⁸ SILVA, Miriam Barros D. *A presença dos espanhóis no Rio de Janeiro: Uma breve contribuição a partir do associativismo*. 2016. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal fluminense. Niterói, 2016. p.37.

¹⁰⁹ Para imigrantes europeus, a Ilha das Flores. Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Disponível em <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/para-imigrantes-europeus-a-ilha-das-flores/> Acesso em: 28/01/2023.

¹¹⁰ A Ilha das Flores, inicialmente pertencia a Delfina Felicidade do Nascimento Flores, a partir de 1834 a Ilha passou a pertencer à Província, provavelmente em quitação a dívidas da proprietária. A área fez parte do município de Niterói até o ano de 1890, posteriormente passando a integrar o território de São Gonçalo, quando este se emancipa de Niterói. A Hospedaria, embora tenha sido inaugurada oficialmente em 1883, instituída pela Inspeção de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, o primeiro livro de registro de entrada de imigrantes é datado do ano de 1877, entretanto, desde 1834, quando passou a pertencer ao Estado, recebeu imigrantes. Cf.: Hospedaria de Imigrantes Ilha das Flores. Disponível em:

<https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/hospedaria-imigrantes-ilha-flores>. Acessado em: 28/01/2023.

¹¹¹ MAUAD, Ana Maria; GOMES Ângela de Castro (orgs). *Memória: Imigração Espanhola em Niterói*. Niterói, Niterói Livros, 2006.p.05-06.

¹¹² SARMIENTO. Érica. Op. cit., p.01.

¹¹³ Idem, p. 72.

¹¹⁴ A Galícia é uma região ao norte da Espanha, entre Portugal e o Oceano Atlântico, suas províncias são: La Coruña, Lugo, Orense e Pontevedra, conforme o mapa. SARMIENTO. Érica Op. cit., p.185.

na região de Niterói, principalmente no distrito de São Gonçalo, zona agrícola próxima ao mar que abastecia a cidade de Niterói e a Corte de pescados e produtos agrícolas¹¹⁵.

É pertinente pontuar que a região de Sete Pontes, apresentava-se como um importante núcleo para o escoamento de produtos agrícolas do distrito de São Gonçalo - zona rural de Niterói – local onde existiam vários engenhos de cana-de-açúcar e fazendas de café, assim como sítios produtores de frutas e legumes, que tinham como principal destino o abastecimento da Capital da província do Rio de Janeiro e a Corte. O escoamento dos produtos era feito através do corredor viário da região de Sete Pontes e de São Lourenço. Vale ressaltar que essas duas regiões eram “zonas fronteiriças” e, por estarem muito próximas de Niterói, ligavam São Gonçalo ao centro político e industrial da Capital Fluminense.

Eric Hobsbawm¹¹⁶ responde, de maneira sucinta, a pergunta: por que pessoas emigravam? Aponta as razões econômicas como fator preponderante para o deslocamento de indivíduos entre diferentes regiões: pela pobreza ou por ascensão econômica. Apesar dessa dimensão ser determinante, segundo Syrléa Pereira, há condicionantes, e para fundamentar sua explicação enumera três fatores que levam atores sociais (individuais ou coletivos) a migrarem: em função da presença de agentes externos (*padroni*); em série de trabalhadores assistidos por amigos ou parentes já emigrados; e a emigração posterior de suas famílias; quando a mulher e os filhos se uniam aos seus maridos emigrados anteriormente¹¹⁷.

No caso da família de Mariano Garcia se estabelecer no Brasil, em particular, em São Gonçalo, parece estar contido na segunda condicionante elencada por Syrléa Pereira: a de redes de solidariedades constituídas através de imigrações assistidas por parentes e amigos. Dentro de tal contexto:

¹¹⁵ Em sua tese de doutoramento a professora Érica Sarmiento destaca que, apesar da existência de uma comunidade espanhola numerosa, sendo o terceiro grupo mais numeroso depois dos portugueses e dos italianos, faltam estudos históricos sobre a comunidade galega. Eduardo Ângelo da Silva em seu artigo para a ANPUH – Memória de imigração espanhola em Niterói, corrobora com Sarmiento, indo mais além ao afirmar que são escassos os estudos sobre imigração espanhola que recortam como espaço de pesquisa a cidade do Rio de Janeiro e suas imediações. Com relação ao trabalho aqui apresentado, é importante apontar que são poucos os textos encontrados que abordem mais especificamente a questão regional, e mais precisamente o período imigracional que nos interessa, isto é, o pré-massivo. A maioria das pesquisas privilegiam o recorte temporal a partir de 1880, e muitas dão ênfase ao século XX e às três regiões do sul do país, ou São Paulo a partir da expansão cafeeira. Com relação à questão regional, focando Niterói e São Gonçalo, citamos: Cf. REZNIK Luís e ANICETO Rui Nascimento Fernandes. *Experiências da Imigração: São Gonçalo nos Séculos XX e XXI*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. Cf. GOMES, Ângela de Castro e MAUAD, Ana Maria. *Memória: Imigração Espanhola em Niterói*. Niterói, Niterói Livros, 2006. v.1.

¹¹⁶ HOBBSAWM, Eric J. *A Era do capital: 1848-1875*; tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed.1979. p.209.

¹¹⁷ PEREIRA, Syrléa Marques. Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói. Rio de Janeiro. 2008. p.35.

São Gonçalo configurou-se como espaço de recomeço para muitos desses imigrantes. Para alguns, a cidade não era um local totalmente estranho, pois vínculos de amizade ou familiares os ligavam ao local antes mesmo da emigração. Tios, primos, irmãos ou amigos forneciam informações sobre o município, além de garantir um suporte inicial. Outros, sem essas redes migratórias, viam em São Gonçalo um campo possível de trabalho, seja no comércio, no setor de serviços, ou nas indústrias e fábricas locais¹¹⁸.

Como existem poucas informações sobre os parentes de Mariano Garcia, o que podemos inferir é que ele seria descendente de pioneiros espanhóis, entretanto, não se pode afirmar a qual geração ele pertencia, se de uma primeira ou segunda geração de família de espanhóis que se instalaram em Niterói, o que podemos averiguar, inicialmente, por fontes primárias, como sua Certidão de Óbito, é que Mariano Garcia nasceu no Brasil.

Através do registro de batismo de uma das suas irmãs, Júlia Garcia, ocorrido no dia 23 de março de 1871, na Igreja Matriz de São João de Niterói¹¹⁹, e do registro da morte de outra irmã, Maria Garcia Pereira Villela, casada com Manoel José Pereira Villela¹²⁰, são documentos, que ajudam a confirmar, que sua família encontrava-se estabelecida em Niterói antes de 1880, início da Grande Imigração, constituindo relações interpessoais com vínculos de parentela - como o casamento de sua irmã, Maria Garcia, com outra família já estabelecida em Niterói, - e de redes de amizades.

Muitas das vezes, essas relações extrapolavam as fronteiras locais, pois era comum entre os imigrantes, em busca da prosperidade e melhores condições de vida, procurarem outras cidades com melhores condições de vida e de trabalho¹²¹.

É o que parece ter acontecido com o avô de Mariano Garcia, como o próprio informa em sua coluna “Correspondências”, para o jornal *A Redenção*¹²². Ele afirma que seu avô (não

¹¹⁸ REZNIK, Luís e FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Experiências da Imigração: São Gonçalo nos Séculos XX e XXI*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. p.16.

¹¹⁹ Livro de batismo de escravos e livres nº 16 – Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói – ACMN – Informação gentilmente cedida pelo Centro de Memória Fluminense – CEMEF. - Biblioteca Central da UFF. 1º Andar - São Domingos - Niterói/RJ.

¹²⁰ *O Paiz*, em 23 de março de 1890. O jornal noticiou nesse dia: Faleceu anteontem, nas Sete Pontes, Niterói, a Sra. D. Maria Garcia Pereira Villela, esposa do cidadão Manoel José Pereira Villela e irmã do operário Mariano Garcia, da redação do *O Operário*. De acordo com notícias presentes no jornal *O Fluminense*, a família Pereira Villela parecia ser proeminente em Sete Pontes, Niterói. Ver: *O Fluminense*, em 18 de julho de 1879. Em 1884, Mariano Garcia publicou no jornal *Gazeta de Notícia* uma homenagem ao seu cunhado, Manoel José Pereira Villela, felicitando-o pelo seu aniversário. A nota dizia ser o “distinto amigo (...). Cidadão prestável, exemplar esposo, coração nobre”. Mariano Garcia assina a nota como A.M.G. Cf. *Gazeta de Notícias*, em 02 de novembro de 1884 e 09 de agosto de 1888.

¹²¹ PORTA, Eliane Veiga. *Imigrantes espanhóis em Santos, 1880-1920*. Tese de doutorado em História pela Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.p.05.

¹²² *A Redenção*, em 10 de março de 1887.

se sabe se paterno ou materno), trabalharia em São Paulo, a partir de 1872, na construção da ponte sobre o rio Sorocaba¹²³, uma cidade paulista que se destacava pela forte presença de imigrantes espanhóis, como apontam os estudos de Sérgio Coelho de Oliveira.

A ponte sobre o rio Sorocaba, entre as ruas XV de Novembro e Cel. Nogueira Padilha, antiga rua dos Morros, era o grande divisor de duas culturas em conflito, conforme relatam todos os velhos espanhóis. De um lado da ponte estava a cidade dos sorocabanos tradicionais, enquanto do outro, às margens da rua dos Morros, estava a população pobre, de gente estranha, de língua estranha, os espanhóis. Dois povos que se temiam, que se estranhavam, que não se aceitavam [...]. Havia muito preconceito, especialmente da parte da cidade tradicional em relação aos imigrantes¹²⁴.

Mariano Garcia, em 1875, já frequentava São Paulo, época essa em que seu avô trabalhava em Sorocaba. É importante também pontuar que, existia nessa cidade, principalmente depois de 1869, um atuante movimento abolicionista¹²⁵ e, parece ser no contexto da construção da ponte sobre o rio Sorocaba que seu avô irá atuar no movimento abolicionista, como Mariano Garcia revela na sua coluna no jornal *A Redempção*.

A presença de Mariano Garcia em São Paulo, sua atuação como abolicionista no grupo dos caifazes e, sua participação como socialista no grupo de Santos - outra cidade de forte presença de espanhóis, conhecida por muitos, na época, pela alcunha de “ a Barcelona brasileira”¹²⁶ - serão melhor desenvolvidas mais à frente.

Mariano Garcia, aos 11 anos, já trabalhava como operário na indústria do fumo¹²⁷ e, provavelmente, numa das diversas fábricas de cigarros existentes em Niterói, em particular, na região de São Lourenço, próxima à Sete Pontes, local de residência da sua família. Essa região era bem movimentada, possuía um comércio diversificado e um pequeno núcleo industrial com três fábricas: a de licores, a do gás e a de cigarros, estabelecimentos que empregavam um considerável número de trabalhadores, livres e escravizados. A fábrica de cigarros existente em São Lourenço se chamava Fábrica de São Domingos de Nictheroy, pertencia ao português

¹²³ A construção da ponte sobre o rio Sorocaba fazia parte da expansão da malha ferroviária paulista que ligaria o município de Sorocaba à cidade de São Paulo.

¹²⁴ OLIVEIRA, 2002. *Apud.* SILVA, João Paul da. Espanhóis no interior de São Paulo: múltiplas possibilidades de incorporação. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de São Carlos – SP. 2020.

¹²⁵ CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Narrativas em preto e branco: aspectos da escravidão negra em Sorocaba*. Disponível em: <https://www.memoriaoperariadorocaba.com.br/post/narrativas-em-preto-e-branco-aspectos-da-escravid%C3%A3o-negra-em-sorocaba>. Acessado em: 12/01/23.

¹²⁶ PORTA, Eliane Veiga. *Imigrantes espanhóis em Santos, 1880-1920*. 2008. Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo.

¹²⁷ BATALHA. Claudio H. M. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo. 2009. p.70.

Manoel Correa¹²⁸, que enriqueceu na profissão de cigareiro, mantinha um escritório no Centro do Rio de Janeiro, na rua da Assembleia, para comercializar a marca mais famosa da época, o fumo Veado.

Em 1912, a partir das lembranças da experiência vivida, ainda em tenra idade, como cigareiro nas fábricas de fumo, Mariano Garcia escrevia na sua “Coluna Operária” do jornal *A Época*, sua percepção sobre a situação de exploração a qual ele e sua classe eram submetidos, e para fundamentar a sua crítica, cita as ações dono da antiga fábrica de São Domingos:

(...) cigareiros, são uma das classes trabalhadoras, das que mais produzem em benefício da bolsa dos patrões e são, sem temer contestação séria, a classe mais mal remunerada e pior considerada por esses mesmos que a casta desse trabalho, passam a vida regalada e enriquecem. (...) da antiga Fábrica de São Domingos, de Nictheroy; onde trabalhou como cigareiro o Sr. Correa, ontem grão ou barão de qualquer coisa e hoje convertido a republicano português¹²⁹.

Pelo tom da crítica, é bem provável que Mariano Garcia tenha trabalhado, quando criança, na fábrica do português Manoel Correa, em São Lourenço, e partilhado no seu cotidiano, experiências comuns de exploração com outros trabalhadores; livres e escravizados, onde o trabalho, tanto de homens e mulheres, assim como de crianças, coexistiam sem grandes distinções de função, numa realidade social de extrema violência¹³⁰.

É pertinente pontuar que trabalhar ainda na infância era uma realidade para muitas crianças das camadas mais pobres da sociedade na segunda metade do século XIX. Tarcísio Rodrigues Botelho aponta que, embora o trabalho da criança sempre tenha existido, este se configurava em afazeres cotidianos no espaço doméstico ou próximo a ele, todavia, o advento da industrialização que desponta a partir da segunda metade do século XIX no Brasil, rompe com essa característica, abrindo o espaço para formas bastante intensas de exploração da mão de obra infantil. Portanto:

(...) pode-se, em princípio, concordar com a afirmação de que a categoria trabalho infantil é invenção do capitalismo, na medida em que transformou o trabalho de crianças em algo extremamente violento e desumano. Segundo Alvim, “rompeu-se com uma tradição de trabalho, em que relações familiares, de vizinhança, eram a garantia de que as crianças, apesar de duramente utilizadas no trabalho em domicílios, tivessem suas capacidades físicas, relacionadas com idade e sexo, respeitadas.

¹²⁸ OLIVEIRA, Rosalina de. VASQUEZ, Maurício. *São Lourenço – Memória dos Bairros de Niterói*. / Organização Rosalina de Oliveira. Maurício Vasquez – Niterói. RJ. Fundação de Arte de Niterói. 2006. p.56.

¹²⁹ *A Época*, em 09 de agosto de 1912.

¹³⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres...* p. 48.

Gozavam também de espaços para brincadeiras e não permaneciam longas jornadas trabalhando em serviços inadequados, segundo a tradição, às suas forças¹³¹.

É de causar certo estranhamento pensar numa criança trabalhando de 14 até 16 horas diárias, jornadas extremamente exaustivas, nos padrões de hoje, para muitos adultos. Mas, no final do século XIX e boa parte do século XX, a criança trabalhar era comum e, geralmente, necessário: ora como complemento de renda no sustento da família, ora por total falta de amparo de instituições à infância, como: escolas públicas e/ou creches, para os menores de idade. Também há outra questão que deve ser relativizada sobre o trabalho infantil no recorte histórico aqui proposto; é que criança, como entendemos hoje: criança (0 a 11); adolescente (12 a 17) e jovem (18 a 21), são categorias recentes, algo com lugar no tempo e no espaço¹³².

Eram bem variadas as idades das crianças que trabalhavam no final do século XIX, início do século XX. Geralmente começavam a trabalhar nas fábricas aos sete anos de idade, mas não era raro encontrar crianças ainda menores, com cinco, até mesmo quatro anos de idade, sem nenhuma lei que regulamentasse a prática.

Com relação à lei, tal realidade perdurou até 1927, quando é lançado o Código de Menores, proibindo o trabalho de crianças até 11 anos e criando uma série de restrições sobre o trabalho de adolescente entre 12 e 17 anos. Mas como no Brasil muitas leis demoram a ser cumpridas, e sem a devida fiscalização, o Código apenas regulamentou, não pôs fim ao trabalho infantil de forma imediata.

Ainda na década de 1920, e até bem depois, ainda que pouco produtivo, e por ser uma mão de obra abundante e barata, o trabalho infantil era fartamente explorado, senso possível encontrar crianças de até cinco anos sendo recrutadas para trabalhar em serviços domésticos ou mesmo em fábricas¹³³.

Aos 11 anos de idade, Mariano Garcia já enfrentaria a dura experiência cotidiana de exploração do trabalho infantil: longas jornadas, locais insalubres e baixos salários, mas, dentro

¹³¹ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. O trabalho de crianças e jovens no Brasil Imperial: minas gerais, 1831-1832. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 39, p. 191-220, 2003. p.193. Editora UFPR. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/2729-5570-1-PB.pdf>. Acessado em: 02/02/2023.

¹³² Sobre o assunto ver: XAVIER, Alessandra Silva. *Psicologia do desenvolvimento* / Alessandra Silva Xavier e Ana Ignez Belém Lima Nunes. – 4. ed. rev. e ampl. – Fortaleza : EdUECE, 2015. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431892/2/Livro_Psicologia%20do%20Desenvolvimento.pdf. Acesso em: 05/03 2024.

¹³³ Em sua dissertação de Mestrado, Aline Mendes Soares usou como fonte para a sua pesquisa, vários anúncios publicados pelo *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1888 a 1927, que recrutavam crianças para trabalharem em diferentes atividades. SOARES, Aline Mendes. Precisa-se de um pequeno: o trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro, 1888-1927. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2017.

de tal realidade da época, consideramos que Mariano Garcia começando a trabalhar, aos 11 anos, iniciou a jornada laboral tardiamente.

Figura 2 - Crianças trabalhando em fábricas de sapato no início do século XX



Fonte: Museu da Justiça. Senado Federal. Disponível em: ww12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920. Acessado em: 13/01/2023.

Por questão de subsistência, para muitas famílias a atividade econômica dos filhos menores era fundamental para o sustento de todos, o que explica a presença de crianças trabalhando, como na imagem acima, nas fábricas, e a realidade não é diferente para as famílias de imigrantes. Muitas vezes, por conta da dificuldade de inserção socioprofissional dos pais em um mercado de trabalho já disputado pelos “nativos”, o trabalho dos filhos menores acabava por auxiliar na fixação da residência, garantindo a moradia e o alimento para a família.

Como foi dito anteriormente, trabalhar era atividade para criança pobre e, mesmo assim, numa sociedade escravista onde persistiam tradições coloniais, ainda que num período pré-industrial, “a ideia de trabalhar para alguém significava a forma mais aviltada de existência”¹³⁴. Essa ideia era recorrente entre as elites que, obviamente, para seus filhos, a escola era o caminho natural da criança e a ocupação privilegiada ao longo do período, até a fase adulta, quando estariam prontos para assumirem postos de comando¹³⁵.

¹³⁴KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1987. p.12.

¹³⁵ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *O trabalho de crianças e jovens...* p.195.

Com relação ao trabalho, de modo geral, na época em que Mariano Garcia se insere no “mercado de trabalho capitalista” os livres pobres “nativos” também compartilhavam a ideia das elites sobre o trabalho: era coisa de escravos.

O sistema escravocrata, que sobreviveu por mais de três séculos, deixou marcas profundas na construção das representações sobre o trabalho como atividade social e humana. [...] O emprego da mão-de-obra escrava para a execução de atividades artesanais e de manufatura acabou criando a representação de que todo e qualquer trabalho que exigisse esforço físico e manual consistiria em um “trabalho desqualificado”¹³⁶.

E, mesmo com a crise estrutural cada vez mais evidente, decorrente da transformação de padrão da organização do trabalho, a mudança de *status* com relação ao ato de se trabalhar com as mãos, mesmo para a população pobre, necessitará passar por uma reconfiguração em face da nova ordem econômica.

O Estado liberal, segundo Chalhoub, buscará na valoração positiva do trabalho, sua associação aos conceitos vizinhos de “ordem” e “progresso” na construção de uma ordem social burguesa assentada nos costumes tidos como civilizados ¹³⁷.

Na construção de uma ordem social burguesa assentada nos costumes tidos como civilizados, importados das nações europeias mais avançadas, o movimento operário também vai buscar a valoração positiva do trabalho, se alinhando, em parte, ao discurso burguês, através da incorporação da ética do trabalho enquadrado na perspectiva da ascensão social, defende que para a sua valorização como trabalhador, o operário para deverá ser ordeiro, laborioso, poupador, dentre outras qualidades positivas que o associa ao conceito de “bom cidadão”, e como ator social, detentor de deveres, mas também de direitos.

E, com a inauguração do Estado liberal burguês, em 1889, tanto o Estado como a classe operária se encarregarão da construção do valor do trabalho, mas cada qual com o seu propósito, com objetivos bem distintos, como aponta Batalha: para o primeiro caso, o trabalho legitima socialmente o indivíduo; no último, é o grupo ou o conjunto da classe que encontram sua própria legitimidade¹³⁸.

Se para os trabalhadores brasileiros livres ou libertos, no segundo quartel do século XIX, as atividades artesanais e de manufatura eram impregnadas pela tradição colonial, para

¹³⁶ MANFREDI, Sílvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002. p.71.

¹³⁷ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.48.

¹³⁸ BATALHA, Cláudio H. de M. “*Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade*”. Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 12, n23/24, set.1991/ ago. 1992. p.120.

os imigrantes europeus - mesmo para os pioneiros, aqueles que aqui chegaram antes da Grande Imigração, já familiarizados com a lógica capitalista, trabalhar possuía outro sentido e, mesmo no trabalho fabril, onde se oferecia menos oportunidades e a exploração era intensa, trabalhar poderia significar a possibilidade de ascensão socioeconômica, prosperidade e mudança de *status quo*.

Ao longo da sua trajetória, Mariano Garcia, independente da sua vertente socialista, defendia que a elevação moral do homem e, conseqüentemente, da sociedade, só viria através do trabalho, por isso ele precisava ser valorizado pelo trabalhador, motivo de orgulho¹³⁹. E isso, impreterivelmente, precisaria da organização da classe trabalhadora, o que Mariano Garcia, de diferentes formas – partidos, sindicatos e associações, dentre outras formas de organização, teve em vista construir ao longo da sua trajetória.

De acordo com Luiz Palmier¹⁴⁰, quando Mariano Garcia começou a trabalhar, aos 11 anos de idade ele já era alfabetizado, sabia ler e escrever, além de saber fazer as operações básicas. Segundo Palmier, ele foi aluno de um famoso professor, Felisberto de Carvalho¹⁴¹, uma “celebridade” na época do Império quando o assunto era alfabetização. Felisberto de Carvalho foi professor de figuras importantes da época, a exemplo do advogado abolicionista e republicano, Silva Jardim. Não há maiores informações sobre em que idade Mariano Garcia começou a estudar e nem por quanto tempo ele permaneceu na escola, na época era comum as crianças começarem a estudar por volta dos sete anos de idade. O que se sabe é que ele frequentou a escola pública na região de São Lourenço, onde Felisberto de Carvalho lecionava.

Mariano Garcia ter tido acesso à educação formal no último quartel do século XIX é uma informação de extrema relevância, pois como salienta Sarmiento:

¹³⁹ *Gazeta Operária*, em 26 de outubro de 1902.

¹⁴⁰ PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário* – Ed. IBGE. 1940. P.193. Luiz Palmier (1893-1955) era farmacêutico e médico. Escreveu um livro em comemoração aos Cinquentenário de São Gonçalo e na página 193 fornece algumas informações sobre Mariano Garcia, tido em seu livro como filho ilustre de São Gonçalo. Disponível em: <https://archive.org/details/sgoncal1940cinq/page/178/mode/2up>. Acessado em 23/11/2022.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 193. É muito significativa a informação sobre Mariano Garcia ter sido aluno do professor Felisberto de Carvalho, inicialmente, considerando-se o acesso à educação formal pela população pobre em na época do Império. Um outro fato que chama a atenção é justamente Mariano Garcia ser aluno de Felisberto de Carvalho, um renomado professor de importantes instituições educativas em Niterói e na Corte, e até hoje lembrado por seus livros didáticos utilizados na alfabetização por todo país até bem recentemente. Talvez por isso o operário tivesse desenvoltura na escrita de artigos nas suas colunas para diversos jornais, assim como também era bastante solicitado por seus companheiros quando o assunto era discursar sobre a questão operária e sobre o socialismo. Outros operários também faziam isso, a exemplo de José da Veiga, França e Silva e Gustavo de Lacerda, mas todos esses foram tipógrafos, isto é, a classe de trabalhadores letrada por ofício.

O simples fato de saber ler e escrever, no final do século XIX e começo do século XX, já era possuir um nível considerável de instrução, se pararmos para pensar que grande parte da sociedade carioca estava formada por uma massa de escravos recém-liberados e que uma das características da colonização portuguesa foi a proibição de indústrias e a falta de construção de escolas, universidades e formação profissional para a sociedade brasileira¹⁴².

Como dito anteriormente, Mariano Garcia nasceu em 1862 e, levando-se em consideração, ainda no Império, a idade em que as crianças entravam para a escola, isto é, aos sete anos, é bem provável que Mariano Garcia tenha começado a estudar aos sete anos de idade, por volta de 1869, quase 20 anos antes da Abolição, fato esse de grande relevância, como aponta Sarmiento na citação acima.

Apesar do governo imperial a partir da segunda metade do século XIX, época em que Mariano Garcia começa a estudar formalmente, “encarar a educação como uma necessidade real, decorrente da mudança de padrão da organização do trabalho”¹⁴³, e a Constituição de 1824 garantir que “A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos” O Estado Imperial não oferecia condições satisfatórias com relação ao acesso da população pobre à escolarização, sendo as escolas públicas em quantidades insatisfatórias e o acesso à escolarização quase inexistente, tanto pela falta de instituições quanto de professores para as necessidades do país, e em particular, para a população pobre¹⁴⁴.

As poucas escolas públicas existentes eram muito concorridas, o que demandava um grande propósito dos pais em matricular seus filhos, principalmente na situação de necessidade econômica das crianças trabalharem. Para os imigrantes, segundo Sarmiento, “No começo do século XX, saber ler e escrever no Brasil já era suficiente para competir com a população nativa, analfabeta e desamparada pelo governo nos assuntos sociais”¹⁴⁵.

Sendo assim, muitos dos imigrantes imbuídos pela lógica capitalista sobre o valor do trabalho, trazida da Europa e, que para trabalhar em qualquer função seria melhor que seus filhos soubessem ler e escrever e desenvolver as quatro operações básicas, os imigrantes buscavam qualquer oportunidade de escolarização para seus filhos.

¹⁴² SARMIENTO, Érica. *Ibidem*, p.210.

¹⁴³ ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento. A geração 1870 na crise do Brasil - Império*. : Paz e Terra, 2002. São Paulo. p.28.

¹⁴⁴ SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. *Crianças e escolas na passagem do Império para a República*. Revista Brasileira de História [online]. 1999, v. 19, n.37 . p 59-84. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>. Acessado em 29/12/ 2022.

¹⁴⁵ SARMIENTO, Érica. *Idem*, p.153.

Tal perspectiva pode servir como chave de interpretação para entender Mariano Garcia ter acesso à educação formal numa época em que uma parcela ínfima da sociedade tinha possibilidade de acessar, principalmente a parcela pobre, à escola pública, e também, do militante ter começado a trabalhar, mesmo na infância, tarde para os padrões da época.

Outra ideia aqui defendida é a de que Mariano Garcia podia não possuir um alto nível de instrução, uma formação acadêmica, a exemplo de seus companheiros do grupo socialista de Santos, os médicos Silvério Fontes e Raymundo Soter de Araújo¹⁴⁶, mas a informação de pouca instrução, deve ser relativizada, considerando-se seu acesso à educação e o seu protagonismo como jornalista, e sua qualidade da escrita em diversos jornais dos quais ele contribuiu.

Durante toda a infância e parte da sua juventude, Mariano Garcia viveu em Niterói, morando na região de Sete Pontes e trabalhando nas fábricas de cigarros na imediação do centro de Niterói. Na sua coluna do jornal *A Época*, em 1912, escreveu que, em 1885, trabalhando como cigarreiro, mesmo o salário não compensando o esforço, o trabalho possibilitava-lhe largar a hora que quisesse “e muitas vezes em vez de trabalhar, ia para a cadeia velha ouvir o velho Joaquim Nabuco, José Mariano, Cesar Gama, Affonso Celso Júnior”¹⁴⁷.

A cadeia velha, antiga sede da Câmara dos Deputados que funcionou entre os anos de 1826 e 1914, foi derrubada em 1922 para a construção do Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Mariano Garcia em 1885, aos 23 anos, ainda morando em Niterói, cruzava a Baía da Guanabara para ouvir os políticos, citados por ele, discursarem.

Tudo leva a crer que depois de 1887, quando atuava em São Paulo como Caifaz, ao retornar para o Rio de Janeiro, passou a residir no Centro do Rio, pois a partir da Abolição seguida da Proclamação da República, sua atuação nos vários jornais operários que passam a circular, intensifica-se.

Em 1894, o jornal *O Paiz* noticia sua candidatura como Intendente Municipal pelo 1º Distrito, que abrangia a região do Centro do Rio, principalmente a freguesia de Santa Rita¹⁴⁸ que juntamente com as freguesias de Sacramento, São José, Santo Antônio e Espírito Santo era local de forte presença de espanhóis, compartilhando com segmentos menos favorecidos da

¹⁴⁶ BATALHA, Cláudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil. Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, v. 2. p.24.

¹⁴⁷ *A Época*, em 09 de agosto de 1912.

¹⁴⁸ *O Paiz*, em 28 de dezembro de 1894.

população carioca, as habitações coletivas, os populares “cortiços”¹⁴⁹. Na época da sua morte, o militante residia na D. Clara, localidade da região da grande Madureira, bairro do subúrbio do Rio de Janeiro. D. Clara era um conhecido reduto de imigrantes espanhóis desde meados do século XIX, como consta a matéria da revista *Arquivo Vermelho*¹⁵⁰:

No Campinho havia nessa época uma colônia enorme de filhos da Hespanha, que sustentavam, até uma bela sociedade recreativa – Hispano Brasileira. Pois foram os filhos de Hespanha os que primeiro adquiriram terrenos em D. Clara e deram início à construção da hoje grandiosa localidade¹⁵¹.

Na matéria, a revista também informa que muitos habitantes de D. Clara foram oriundos do Centro da Cidade “depois que os casebres foram demolidos pela trindade progressista – Rodrigo Alves, Pereira Passos e Lauro Muller”, e lá foram se instalar por conta do aluguel barato, fugidos das reformas urbanas¹⁵². É o que parece ter ocorrido com Mariano Garcia, pois a partir da segunda década do século XX ele passa a atuar não mais no Centro, mas a partir de diferentes endereços do subúrbio carioca.

Mariano Garcia era pai de cinco filhos - Octávio, Elvira, José, Aristides e Antônio, viúvo de Maria Julietta Garcia, com quem se casou em 1893, aos 30 anos¹⁵³, e teve 03 filhos: José Mariano Garcia; Antônio Mariano Garcia filho e Aristides Mariano Garcia. Seus outros dois filhos: Octávio Mariano Garcia e Elvira Mariano Garcia eram filhos com uma primeira companheira de nome Maria Rosa da Silva¹⁵⁴, uma viúva com quem Mariano Garcia se relacionou antes de se casar com Maria Julieta Garcia, em 1893.

¹⁴⁹ PORTA, Eliane Veiga. *Imigrantes espanhóis em Santos...* p.71.

¹⁵⁰ Dirigida inicialmente por Silva Paranhos, seu primeiro proprietário, a revista *Arquivo Vermelho* foi lançada na capital carioca no final de janeiro de 1918. Popular e sensacionalista, dava conta da curiosidade mórbida de seu público leitor ao explorar tanto o cotidiano criminal quanto acidentes e tragédias diversas na capital. Cf. Fundação da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/noticias/archivo-vermelho-o-sangrento-rio-dos-anos-1920>. Acessado em: 18/01/2023.

¹⁵¹ Salada do Pinto Machado – Marechal Hermes . 1918-1921. p.119. Documento depositado no Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB. Link de acesso ao acervo: <https://drive.google.com/drive/folders/0B7P2JCvUHnmMakotS215MkVKZkE?usp=sharing>.

¹⁵² VARGUES, Guilherme Ferreira. “*De Paulo a Candeia, um projeto de Escola de Samba e sua crise*”. 219 – 250. Memórias, territórios, identidades: diálogos entre gerações na região da grande Madureira / organização Ana Paula Alves Ribeiro, Gabriel da Silva Vidal Cid, Guilherme Ferreira Vargues. — 1. ed. — Rio de Janeiro: Mórula, 2019. p.202.

¹⁵³ *Gazeta de Notícias*, em 04 de fevereiro de 1893.

¹⁵⁴ A certidão de nascimento de Octávio Mariano Garcia foi encontrada no *Family Search*. Segundo consta, ele nasceu no dia 29/05/1889, que o pai foi o declarante, que Mariano Garcia tinha como endereço a rua Pedro II nº 10, no bairro de Engenho Novo.

Quando Mariano Garcia faleceu, deixou apenas três filhos - Octávio, Elvira e José, todos maiores de idade. Os filhos que faleceram foram Antônio Mariano Garcia Filho, aos 17 anos, em 1913 - depois de um longo tempo em convalescença, provavelmente de tuberculose - e assim como o pai, era cigarreiro e militante, participante da Sociedade Beneficente dos Cigarreiros, membro da diretoria da Sociedade nas funções de 2º secretário e de tesoureiro¹⁵⁵, e Aristides Mariano Garcia, morto ainda criança, em 1912¹⁵⁶, oito meses antes de seu irmão mais velho, Antônio Mariano Garcia Filho.

No período que os filhos de Mariano Garcia morreram, ele era editor da coluna Operária do jornal *A Época*. De moral austera, quase não tocou no assunto sobre a dor da perda dos filhos, em suas colunas. Assim, quando o pequeno Aristides faleceu, fazia parte do grupo que organizava o 4º Congresso Operário, não interrompendo suas atividades de jornalista, igualmente a sua militância, assim também aconteceu, na morte de Mariano Garcia Filho, no dia seguinte ao enterro, Mariano Garcia continuou a escrever suas colunas. Sabemos da morte dos seus filhos pelas notas fúnebres dos jornais, e pelas homenagens feitas por seus companheiros de luta, a exemplos da notícia da Liga dos Operários de Distrito Federal e do Centro Artístico Cearense que depositaram coroas de flores no túmulo de Aristides¹⁵⁷.

Dois dias depois da morte do pequeno Aristides, em 20 de outubro de 1912 ele, Mariano Garcia reclamou de seus detratores, tanto socialistas como anarquistas, que, no contexto da organização do 4º Congresso Operário, o atacariam publicando protestos contra ele em diferentes jornais da época, e segundo Mariano Garcia, “não respeitando o seu lar enlutado”¹⁵⁸.

O desabafo tinha endereço certo, era contra o advogado Caio Monteiro de Barros que lhe fazia oposição aberta nas colunas operárias do *Jornal do Comércio* e no *Correio da Manhã*. As críticas enquadravam-se apoio financeiro do deputado Mario Hermes, filho do então Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, à promoção do 4º Congresso Operário, do qual Mariano Garcia era um dos organizadores¹⁵⁹.

Caio Monteiro de Barros também era socialista, e outrora fora companheiro de Mariano Garcia na luta pela organização da classe trabalhadora, e assim como Evaristo de Moraes, outro

¹⁵⁵ *A Época*, em 12 de agosto de 1912.

¹⁵⁶ *A Época*, em 19 de outubro de 1912.

¹⁵⁷ *A Época*, em 19 de outubro de 1912.

¹⁵⁸ *A Época*, em 20 de outubro de 1912.

¹⁵⁹ O assunto será melhor trabalhado no terceiro capítulo.

advogado socialista, amigo de longa data de Mariano Garcia, atuaria na defesa jurídica dos trabalhadores nas diferentes organizações operárias após a Proclamação da República.

A ruptura entre os socialistas ocorreu mais por conta do apoio de parte do operariado, a qual Mariano Garcia incluía-se, à candidatura do Marechal Hermes da Fonseca em oposição à candidatura do também advogado Rui Barbosa à Presidência da República, a famosa Campanha Civilista de 1910¹⁶⁰. O apoio à candidatura de Marechal Hermes da Fonseca por parte do operariado causou divisões internas entre os socialistas e importantes rompimentos, como o que ocorreu entre Mariano Garcia e Evaristo de Moraes, muito mais que companheiros de militância, amigos de longa data¹⁶¹.

Em 13 de julho, Mariano Garcia é enterrado no cemitério de Inhaúma, o jornal *Gazeta de Notícias*, no qual atuava como jornalista, anunciava:

Figura 3 - Notícia da morte de Mariano



Fonte: Jornal Gazeta de Notícias. Em 13 de Julho de 1927.

Mas não fora só no *Gazeta de Notícias* que sua morte foi anunciada, no *Jornal do Brasil*, a Associação Brasileira de Imprensa – ABI – divulgava nota de pesar pela morte do associado, informando estar a respectiva bandeira da instituição, hasteada a meio pau na sede da

¹⁶⁰ Sobre o assunto ver: SISQUIM, Sayonara Faria. *O governo de Hermes da Fonseca e a construção de vilas operárias na Primeira República. (1909-1915)*. Dissertação de mestrado - UERJ – São Gonçalo – 2017.

¹⁶¹ Tema esse, melhor desenvolvido no terceiro capítulo.

associação, assim como “o auxílio à família para os funerais daquele distinto associado”¹⁶². A Associação Brasileira de Inquilinos, entidade que Mariano Garcia em toda sua trajetória, como uma razão de sua luta, ajudou a formar, também, de uma forma tímida, fez menção a sua morte, através de uma nota de pesar na coluna “Operariado” do *Jornal do Brasil*¹⁶³.

Em 2023, tido como filho ilustre de São Gonçalo, Mariano Garcia, agora, faz parte da cidade e da rotina dos moradores da região do Rocha, antiga Sete Pontes¹⁶⁴, como nome de rua, em São Gonçalo, onde nasceu e se formou como importante ator político, na Primeira República

Figura 4 - Localização da rua Mariano Garcia



Fonte: Google Maps.

1.2 Mariano Garcia e o movimento abolicionista. De Niterói para Campinas: um caifaz de Antônio Bento

Quando seu amigo, Américo Falleiro, convocou os operários a visitarem Mariano Garcia, que se encontrava doente, ele diz que o militante, desde 1882, por meio de jornais,

¹⁶² *Jornal do Brasil*, em 15 de julho de 1927.

¹⁶³ *Jornal do Brasil*, em 20 de julho de 1927.

¹⁶⁴ CEP 24421-380. Rua Mariano Garcia - São Gonçalo, RJ. O Código de Endereçamento Postal (CEP) 24421-380 pertence ao endereço Rua Mariano Garcia que está localizado no bairro Rocha, na cidade de São Gonçalo – RJ. Disponível em: <https://www.ruacep.com.br>.

defendia os interesses deles, incentivando a organização da classe. Portanto, o dizer de Falleiro deixa evidente, através da atuação de Mariano Garcia, que a formação da classe trabalhadora é anterior a 1888.

Desse modo, um recuo no tempo apenas para buscar experiências de trabalhadores livres não é suficiente para explicar o processo de formação da classe operária¹⁶⁵, que os socialistas brasileiros, e mesmo vários estrangeiros radicados no Brasil, provêm dos movimentos abolicionista e republicano¹⁶⁶.

É na posição de Maria Helena Machado que podemos, através de suas diferentes experiências, entender as ações de Mariano Garcia na defesa da organização da classe trabalhadora, porque “as lutas abolicionistas esgrimadas no entreato de outros movimentos tornou-se escola política de figuras que se projetaram nos primórdios da República e do movimento operário”¹⁶⁷.

Em 1913, no contexto da agitação popular por conta da carestia, uma parcela da população criticava a República e reivindicava o retorno da Monarquia. Mariano Garcia, como liderança operária, escreveria na Coluna Operária do jornal *A Época*¹⁶⁸ sua percepção sobre o que foi a República para os trabalhadores – “a perfeita, completa e robusta convicção de que nunca andamos em erro” - e, na Coluna Operária do jornal *A Época*¹⁶⁹, faz a seguinte revelação sobre a sua luta pela organização dos trabalhadores, em particular, sua atuação como abolicionista:

Nós que de longa data acompanhamos a marcha social e política brasileira, nos revoltamos contra o escravismo que por tantos anos faz a felicidade de muitos dos atuais detentores da República.

Nunca podíamos imaginar que indivíduos pudessem dispor de outros, vendi-os, matai-os ou deles fazer o que quisessem, como se fossem qualquer objeto, e quando, em tenra idade, andamos no interior do Estado do Rio de Janeiro, em algumas fazendas, maior foi a nossa revolta porque vimos como eram tratados esses infelizes escravizados.

Mais tarde, em São Paulo, estando em Campinas, tivemos a felicidade de poder também concorrer com o nosso fraco contingente, escrevendo daquela cidade, para a capital do Estado, notícias para a “*A Redenção*”, órgão de combate que foi redigido pelo saudoso dr. Antônio Bento de Souza e Castro.

¹⁶⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres...*, p.21.

¹⁶⁶ BATALHA, “*A difusão do marxismo...*”, p.28.

¹⁶⁷ MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p.159.

¹⁶⁸ *A Época*, em 06 de fevereiro de 1913.

¹⁶⁹ *A Época*, em 06 de fevereiro de 1913.

Tivemos a fortuna de ser correspondente daquele valente jornal, em Campinas, onde já então dominavam os republicanos Francisco Gycerio, Campos Salles e outros, mas, irrisão! era um crime falar-se no abolicionismo. Foi em 1887 que fomos obrigados a abandonar ali o emprego modesto que tínhamos no comércio local, porque fomos avisados por um amigo leal de que a nossa vida correria perigo.

Mariano Garcia revelou que atuaria no movimento abolicionista de São Paulo juntamente com Antônio Bento de Souza e Castro, um rico advogado de São Paulo, uma das figuras mais proeminentes do movimento abolicionista do Brasil¹⁷⁰. O advogado, juntamente com um grupo de homens de diferentes segmentos da sociedade, empenhar-se-ia no resgate de cativos, através do auxílio direto à fuga, fornecimento de esconderijos provisórios e envio dos escravos fugidos ou resgatados a locais seguros¹⁷¹, mas também no âmbito jurídico.

Consoante a informação de Mariano Garcia, ele seria uma das figuras que ajudaria Antônio Bento, naquilo que se qualificou de “inversão da ordem social”¹⁷², pois através de diferentes ações tidas como radicais, o grupo aterrorizava as populações das cidades cafeeiras, causando muitos pesadelos aos fazendeiros escravocratas do Oeste paulista. O grupo foi nomeado por Antônio Bento, como “Ordem dos caifazes”.

Por conseguinte, Mariano Garcia seria um caifaz. Sobre sua atuação - na ordem dos caifazes é preciso antes, de forma breve, contextualizar a importância dessa informação através da figura de Antônio Bento que, juntamente com Luiz Gama, seriam os dois principais expoentes do movimento abolicionista de São Paulo¹⁷³.

A criação da Ordem dos caifazes faz parte do contexto da abolição na província de São Paulo, processo forjado ao longo das décadas de 1860 e 1870, fortalecendo-se com os anos, conforme se tornou insustentável a defesa da escravidão¹⁷⁴. A partir do protagonismo do

¹⁷⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos* – 6ª. ed – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999; MORAES. Evaristo de. *A Campanha Abolicionista. (1879-1888)*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro Freitas Bastos. 1924; QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmadades Negras: outro espaço de Luta e resistência (São Paulo: 1870- 1890)*. São Paulo: Annablume e FAPESP, 2002; AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos -Lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

¹⁷¹ OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antônio Bento: discurso e prática abolicionista na São Paulo da década de 1880- 2015*. Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento Da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2015. p. 07.

¹⁷² MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico...* p.15.

¹⁷³ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos - Lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 160.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 163-164.

advogado e abolicionista negro Luiz Gama¹⁷⁵, um hábil jurista, argumentador lógico, orador excelente¹⁷⁶ – Antônio Bento, junto ao grupo formado principalmente por advogados abolicionistas, que atuavam na capital, como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Feliciano Bicudo, Américo de Campos, e o médico Clímaco Barbosa, dentre outros, passou a formular elaboradas estratégias para favorecer a liberdade dos escravizados¹⁷⁷.

As ações inicialmente focaram o âmbito judicial, através da doutrina do “Direito de Propriedade”, utilizando pra isso, brechas das leis de 1831 que declarava “livre todos os africanos importados daquela data em diante”- e da Euzébio de Queiroz, de 1850¹⁷⁸, colocando em xeque a autoridade dos senhores sobre seus escravos. As ações legalistas de advogados como Luiz Gama e de Antônio Bento - num primeiro momento - estavam focadas nas ações e opções individuais dos próprios escravos que buscavam, através da via judicial, seu direito à alforria¹⁷⁹.

Mas, a luta legalista não se empreendeu apenas no campo jurídico, ocorrendo também por meio da imprensa – satírica, abolicionista ou liberal de São Paulo – na organização de caixas

¹⁷⁵ Luiz Gama foi declarado Patrono da Abolição da Escravidão no Brasil. Lei nº 13.629, de 16 de janeiro de 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113629.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.629%2C%20DE%2016,Art. Acesso em: 18/02/2023.

¹⁷⁶ MORAES. Evaristo de. *A Campanha Abolicionista. (1879-1888)*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro Freitas Bastos. 1924. p.259.

¹⁷⁷ Luiz Gama e Antônio Bento, assim como muitos dos nomes citados, foram maçons. É importante assinalar a vinculação entre a maçonaria e o movimento abolicionista, assim como em outros movimentos sociais ao longo do Oitocentos. As reflexões de Alice Aguiar de Barros Fontes: *A prática abolicionista em São Paulo: os caifazes (1882-1888)*. Dissertação de Mestrado em História social. Universidade de São Paulo, 1976, foram um dos primeiros estudos que abordou a ligação do movimento abolicionista com a maçonaria através da figura de Antônio Bento. Também citamos os trabalhos de Elciene Azevedo: *O direito dos escravos...*, e de Célia Maria de Marinho. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010, dentre outras pesquisas na historiografia. A maçonaria também esteve bastante presente na organização dos trabalhadores e no movimento operário ao longo da Primeira República, quando muitas lideranças eram ligadas à ela. Entretanto, na investigação sobre a trajetória de Mariano Garcia, não há nenhuma fonte – primária ou secundária – que pudesse levantar suspeitas sobre a participação do militante na maçonaria, embora muitos de seus companheiros, em diferentes frentes de luta que participou, a exemplo do próprio Antônio Bento e de Pinto Machado, que, em 1912 atuaria junto com Mariano Garcia na organização do 4º Congresso Operário, serem maçons. Apesar de não se descartar a hipótese, optou-se por não abordar o tema por falta de indícios sobre a ligação do militante à maçonaria, além dos vínculos às redes de sociabilidades em que ele se inseria, exemplificado pelo grupo dos caifazes.

¹⁷⁸ A lei Euzébio de Queiroz, de nº 0581, é promulgada em 04 de setembro de 1850, e punha fim ao comércio de negros vindos da África, a partir disso, intensificou-se por diferentes grupos a defesa pela liberdade em seus diferentes objetivos.

¹⁷⁹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001, p.87.

emancipadoras, sociedades abolicionistas ou junto aos partidos liberal e republicano¹⁸⁰, eventos esses propagandísticos de salão e ações estritamente legais¹⁸¹.

A morte de Luiz Gama, em 1882, marcou o fim das “ações estritamente legais”, assinalando o início de um segundo momento do movimento abolicionista em São Paulo, a partir do pipocar de crimes e revoltas escravas, causando o acirramento dos conflitos entre abolicionistas e escravistas. Neste momento, o movimento abolicionista passou a ganhar as ruas, ocupando “corações e mentes” da população, quando “teriam passado a atuar, com o apoio de mascates, cocheiros, ferroviários, estudantes, menores e libertos”.¹⁸² Segundo Quintão:

Em 1882, com a morte de Luiz Gama, Antônio de Bento de Souza e Castro assume a presidência do Centro Abolicionista de São Paulo. Se num primeiro momento, o movimento abolicionista limitava-se a atuação parlamentar, a segunda etapa, que se inicia na década de 1880 é marcada por uma campanha que conta com a adesão de vários segmentos sociais e que passa a exercer uma ação direta para acabar com a escravidão¹⁸³.

É nesse momento que Antônio Bento toma o protagonismo das ações, ultrapassando a ação legalista anterior e iniciando uma nova estratégia de luta, passando para as vias de fato, com a organização da ordem dos caifazes, mas sem abrir mão das ações no âmbito jurídico e da imprensa¹⁸⁴ e, em particular com a publicação do jornal *A Redempção*, que seria um dos mais importantes jornais abolicionistas da época em São Paulo, no qual Mariano Garcia colaboraria.

De acordo com sua própria informação, ele atuaria, escrevendo da cidade de Campinas - uma das regiões estratégicas da produção cafeeira, área de alta concentração de escravos - e sob o pseudônimo de Margar¹⁸⁵, artigos para a coluna “Correspondências”.

¹⁸⁰ OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antônio Bento: discurso...* . p.21.

¹⁸¹ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites — século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 215.

¹⁸² Ibidem. p.215.

¹⁸³ QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmandades negras. Outro espaço de luta e resistência São Paulo: 1870/1890*. São Paulo: Annablume: Fapesp. 2002.p. 79.

¹⁸⁴ MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico...* e OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antônio Bento...*

¹⁸⁵ No jornal *A Redempção*, era comum as colunas serem assinadas por outros autores que também se utilizavam de pseudônimos, tais como: Chico Barriga, Par-Quice, Galnei, Agnus, Franklin, dentre outros.

Com relação à denominação dada ao grupo de a “ordem dos caifazes”, Evaristo de Moraes dizia não entender tal analogia¹⁸⁶, mas levando-se em consideração a vocação católica de Antônio Bento e sua devoção à Nossa Senhora, ao participar de várias irmandades religiosas, tais como, a de Santa Efigênia; a do Rosário; e a da Nossa Senhora dos Remédios, a passagem de João 11:49-54 da Bíblia Sagrada pode elucidar a dúvida:

Então um deles, chamado Caifás, que naquele ano era o sumo sacerdote, tomou a palavra e disse: "Nada sabeis!
Não percebeis que vos é melhor que morra um homem pelo povo, e que não pereça toda a nação?"¹⁸⁷.

Essa mensagem bíblica refere-se ao sumo sacerdote de nome Caifáz que entrega Jesus aos romanos para ser crucificado pelo bem da nação judaica. Com relação à religiosidade de Antônio Bento e o nome caifaz, Antônia Quintão, com a notícia retirada do jornal *Diário Popular*, em 1939, complementa “O que Luiz Gama fazia na Loja América, à sombra da Maçonaria, Antônio Bento fez no Consistório dos Remédios, sob o manto de Nossa Senhora”¹⁸⁸. Sobre a ordem dos caifazes, continua Evaristo de Moraes:

Na typografia da *Redenção* ao reuniam-se, quase diariamente, os irmãos da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, em sua maioria operários negros, e também muitos outros abolicionistas. Era verdadeiro clube revolucionário. Uns aventavam ideias, traziam notícias; outros redigiam artigos; estes lembrava um alvitre, aquele apresentava novos adeptos; quase todos deixavam modesta contribuição. Interessante: havia liberais, conservadores, republicanos; não se discutia política! A ideia única, avassaladora de todos os espíritos, escape de todas as vontades, apagava entre nós as divergências partidárias.

Neste heterogêneo ajuntamento salientou-se, logo, um grupo de indivíduos dispostos a tudo, distinguidos pelo qualificativo de caifazes, como lhes chamava Antônio Bento¹⁸⁹.

O que Moraes, denomina de “disposto a tudo”, é pelo perigo que os caifazes corriam, já que as ações tidas como revolucionárias, eram ilegais, de invasões de fazendas apoiando a fuga em massa dos escravizados na calada da noite, o roubo de escravos, ou servindo de esconderijo para os fugidos, dentre outras ações ilegais, tudo isso, certamente, apoiados por uma ampla rede de solidariedade, com o objetivo final de enviar os cativos para o Quilombo de Jabaquara, em

¹⁸⁶ MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista...*, p. 267.

¹⁸⁷ BÍBLIA ONLINE. João 11:49-51. Disponível em: <https://www.biblionline.com.br/acf/jo/11/49-53>. Acesso em: 02/02/ 2023.

¹⁸⁸ QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmandades Negras: outro espaço de Luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)*. Annablume e FAPESP: São Paulo, 2002.p.78.

¹⁸⁹ MORAES, Evaristo. *O movimento abolicionista...* .p.266/267.

Santos. Por essas ações complexas e ilegais, afirma Moraes (p.267) “muitos perderam a vida”, afirma Moraes. Quintão dá-nos uma ideia das ações organizadas dos caifazes:

Inicialmente os caifazes se infiltravam nas fazendas, utilizando os mais diversos disfarces e, desta forma, conquistando a confiança dos escravos com isso, conseguindo convencê-los a abandonarem a fazenda. Vinham acompanhados para São Paulo onde permaneciam refugiados em casas particulares ou estabelecimentos comerciais.(...) De São Paulo, partiam para Santos a pé ou ajudados por ferroviários simpatizantes ou adeptos das ideias abolicionistas¹⁹⁰.

Mariano Garcia contribuía com Antônio Bento e à causa abolicionista escrevendo de Campinas para o jornal em São Paulo e, mesmo sendo cigarreiro de profissão, atuaria, “*de forma modesta trabalhando no comércio*”¹⁹¹. O anonimato era uma necessidade, uma estratégia de ação e também de proteção para o grupo, no intuito de não serem descobertos, visando preservar suas vidas e o sucesso da empreitada, por isso não só Mariano Garcia assinava sua coluna através de um pseudônimo, seus companheiros também utilizavam do mesmo recurso, vemos as colunas assinadas por: Chico Barriga, Par-Quia, B. Vital, Galnei, Agnus, Franklin, dentre outros nomes, assim, não podemos identificar o verdadeiro autor.

O pseudônimo Margar só foi possível relacioná-lo a Mariano Garcia por conta de cruzamento de informações de diferentes fontes, inicialmente a informação de Luiz Palmier¹⁹² de que ele foi um abolicionista contribuindo com o jornal *A Redenção*, também há passagens no jornal *A Época*, em que Mariano Garcia faz alusões a sua experiência de luta no movimento abolicionista e republicano¹⁹³, e pelas informações presentes no *Dicionário do Movimento Operário*¹⁹⁴. No jornal *A Redenção*¹⁹⁵ do dia 03 de fevereiro de 1887, escreveria sobre as ameaças sofridas:

Sei que prepara-se uma boa *dose* de peroba para o autor destas linhas, mas eu não tenho, como o poeta: *numa mão a espada e noutra a pena*; mas tenho, como *Margar*: numa mão a pena e na outra um bom revólver para esperar o miserável, que pelo simples motivo de escrever meia dúzia de verdades, me queira *aquecer* o lombo.

¹⁹⁰ QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmandades negras...* p.80.

¹⁹¹ *A Época*, em 06 de fevereiro de 1913.

¹⁹² PALMIER, Luiz. São Gonçalo Cinquentenário... .p.193.

¹⁹³ *A Época*. Em: 06 de fev. de 1913; 30 de dez. de 1912.

¹⁹⁴ BATALHA. Claudio H. M. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2009. p.70.

¹⁹⁵ *A Redenção*, em 03 de fev. de 1887.

Já sei que escravocrata é a personificação de tudo que possa haver de mau, de miserável e covarde na espécie humana(...)¹⁹⁶.

No mês de fevereiro, logo após noticiar que estava sendo ameaçado, Mariano Garcia dá uma pausa em sua coluna retornando no final do mesmo mês, mas informa, “Depois de reestabelecido dos incômodos que me acometerão, continuo na missão espinhosa, mas honrosa missão a que eu mesmo me impus de escrever desta sede de tantos cometimentos brilhantes; para a *Redempção*”.

Não se sabe que “incômodos” foram esses, mas, a partir do final de março, após sofrer novas ameaças, a coluna “Correspondências”, passou a ser assinada com outro nome. Neste mesmo mês, Mariano Garcia retornou para o Rio de Janeiro, como noticiou o jornal *Gazeta de Notícias*¹⁹⁷, dando entrada no Porto do Rio e retornando uma semana depois para São Paulo¹⁹⁸. Após o ocorrido, não o encontramos mais assinando colunas para o jornal *A Redempção*. Tudo leva a crer que Mariano Garcia atuaria em outras frentes, além da “intelectual”, pois sua presença em Campinas era anterior a 1887, ano de fundação do jornal, segundo consta as informações na sua coluna do jornal *A Época*, em 1912, quando critica, contundentemente, o então Senador da República, Francisco Glycério e seu veto à construção de casas para operários pelo Governo Hermes da Fonseca. É preciso dar destaque a essa questão muito cara para Mariano Garcia, pois ao longo de toda a sua trajetória sempre lutou por melhores condições de moradias para a classe trabalhadora¹⁹⁹.

Na coluna ele informou conhecer o Senador desde 1886. Quando já frequentava a cidade de Campinas, o Senador Glycério era um conhecido advogado da região e político atuante, um dos fundadores do Partido Republicano Paulista (PRP), por isso considerado como “republicano histórico”²⁰⁰, simpático à causa abolicionista e, nas palavras de Mariano Garcia, (...) “muitos republicanos históricos não o seriam se em tempo tivessem sido proclamados imperadores”²⁰¹. Mariano Garcia reconhecia em seu dizer, a postura ambígua da maioria dos

¹⁹⁶ *A Redempção*, em 03 de fev. de 1887.

¹⁹⁷ *Gazeta de Notícias*, em 16 de março de 1887.

¹⁹⁸ *Gazeta de Notícias*, em 23 de março de 1887.

¹⁹⁹ De todas as bandeiras em defesa dos direitos dos trabalhadores, a questão da moradia operária, o direito de o trabalhador morar com dignidade em condições dignas, salubres, foi a bandeira que acompanhou Mariano Garcia em sua luta por cidadania, durante toda a sua trajetória. O assunto será melhor abordado no 4º capítulo.

²⁰⁰ São considerados como republicanos históricos os personagens que aderiram à causa republicana desde antes da Proclamação, muitos deles, fruto do Manifesto Republicano de 1870.

²⁰¹ *A Época*, em 29 de novembro. de 1912.

participantes do Partido Republicano Paulista (PRP) daquela época, onde, desde o início, defendiam a República como um regime do futuro do país, mas reconhecia-se a importância da escravidão para o funcionamento da economia.

Mariano Garcia, um operário militante, via no regime republicano a possibilidade de transformação política e social e, por isso, lutou pela mudança do regime monárquico, fez uma crítica aberta aos que, apesar de defender a República, não procuraram no novo regime o melhor para o povo, mas sim, o de tomar o poder e, por objetivos práticos, organizar uma nova ordem institucional “porque tinha vantagem de acomodar um maior número de cidadãos no poder”²⁰², apostando na continuidade de tudo o que era antes, com agora, não mais os escravizados, mas a classe trabalhadora, “aquela que tudo produz para o engrandecimento da nação e nada goza”²⁰³, continuando de fora, sendo expropriada dos seus direitos, apesar do novo regime, a “Res pública”, o trabalhador “só tem por compensação a fome, as injustiças sociais, os hospitais e a vala comum”²⁰⁴.

As suas palavras, pouco mais de 20 anos da Proclamação da República, demonstra, em parte, a decepção com os resultados da mudança de regime²⁰⁵, ao constatar, através da posição de políticos “republicanos históricos²⁰⁶”, o que se alcançou foi o mais do mesmo, tendo nas

²⁰² *A Época*, em 29 de novembro de 1912.

²⁰³ *A Época*, em 31 de julho de 1912.

²⁰⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵ A decepção com o novo regime se deu já no seu início, com a negação da cidadania para a maioria esmagadora da população com a excludente Constituição de 1891. E em particular para o movimento operário, com a falta de observância em criar mecanismos de ampliação da participação política da população com a proibição do voto dos analfabetos - a maior parte da classe trabalhadora. Entretanto, isso não significou desistência, mas sim a tomada de consciência pelas lideranças operárias da necessidade de novas estratégias de lutas. A corrente socialista a qual Mariano Garcia pertencia seria uma dessas estratégias.

²⁰⁶ A Proclamação da República foi o resultado de mudanças nas estruturas econômicas e sociais ocorridas ao longo das décadas do século XIX. O ideal republicano não era novo no país, mas foi a partir do movimento intelectual da geração 1870, com a publicação do Manifesto Republicano no jornal “A República”, da província do Rio de Janeiro, que a situação modificou-se, conferindo-lhe novo prestígio. E, ao tomar forma e se organizar mais sistematicamente de forma gradual, enfraqueceu a base do regime monárquico. Sem dúvidas, a Questão Religiosa, a Abolição da Escravatura e a Questão Militar foram fenômenos sócio-políticos que associados, corroboraram com o declínio do prestígio monárquico, entretanto, não seriam fatores determinantes da implantação do novo regime político, se não fosse a persistência do movimento da geração de 1870, que advogava em prol da República, não sendo nem popular e nem revolucionário, ele foi reformista. Esses homens que se encontravam à margem do poder imperial buscavam espaço político e encontraram na propaganda uma forma de disseminar suas ideias, para legitimar seus anseios políticos e embutir suas visões de mundo. Sobre o assunto ver: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999; ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002; FERREIRA, Marieta de M. (org.) *A república na velha província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

forças políticas e econômicas das oligarquias, principalmente a dos cafeicultores paulistas, continuado o poder em mãos dos mesmos senhores²⁰⁷.

As forças políticas oriundas de São Paulo seriam os grandes proprietários de terra, e muitos estavam concentrados no Oeste Paulista, região estratégica de produção cafeeira, sendo a cidade de Campinas o principal centro econômico da região, polo irradiador da expansão para o chamado Oeste²⁰⁸. Apesar de uma tradição agrícola como área produtora de destaque, inicialmente de cana-de-açúcar e algodão e, em meados do século XIX, com a mudança de eixo de produção cafeeira do Vale do Paraíba para o Oeste de São Paulo, de café, sua importância econômica só ocorre a partir de 1870, em virtude do avanço ferroviário com a construção das estradas de ferro, que integraram a região a todo estado de São Paulo e ao sul de Minas Gerais, possibilitando com isso a articulação com outras regiões produtivas de café, o que garantiu à cidade uma grande centralidade econômica.

Em 1880, apesar de não constituir o maior contingente cativo da província de São Paulo, naquele momento, Campinas apresentava a maior proporção de escravos na população: 58,6%, atingindo seu apogeu em 1883, quando totalizou 15.665 pessoas, sendo em sua maioria escravos²⁰⁹. Joaquim Nabuco, ao descrever os efeitos deletérios da escravidão sobre o crescimento das cidades, cita as mais importantes comercialmente fora das capitais das províncias, sendo muitas dessas cidades eram notáveis por gerarem grandes riquezas, transformando-se em relevantes centros urbanos, em São Paulo. Campinas seria uma delas:

Exceto em Santos e Campinas, em São Paulo; Petrópolis e Campos, no Rio de Janeiro; Pelotas, no Rio Grande do Sul; e alguma outra cidade mais, não há casas de negócio senão nas capitais, onde se encontre mais do que um pequeno fornecimento de artigos necessários a vida, esses mesmos ou grosseiros, ou falsificados (...). Por isso o que não vai diretamente da Corte, como encomenda, só chega ao consumidor pelo mascate²¹⁰.

²⁰⁷ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.p.55.

²⁰⁸ MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico. Os movimentos sociais ...* . p.84.

²⁰⁹ MARCONDES, apud, LAERNE, C. F. Van Delden. *Brazil and Java: report on coffee-culture in America, Asia and Africa*. London: W. H. Allen, 1885. p. 115.

²¹⁰ NABUCO, Joaquim. Apud. *Abolitionism: the brazilian antislavery struggle*. Robert Conrad, trad, e ed. Urbana, University of Illinois Press, 1977. p. 125. GRAHAM Richard. *Escravidão e Desenvolvimento Econômico: Brasil e Sul dos Estados Unidos no Século XIX*. Estudos Econômicos. São Paulo (USP) v. 13, n. 1, p. 223-257. Jan./Abr. 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/156728/152268>. Acessado em : 24/02/2024.

É interessante ver o nome de Campinas juntamente com Santos, uma tradicional cidade portuária, entre as cidades mais “desenvolvidas” da província de São Paulo, a produção do café explica, em grande parte, essa importância. Em 1886, ano em que Mariano Garcia, em sua coluna, disse ter conhecido o advogado Glycério, a safra de café foi a maior da província de São Paulo, atingindo cerca de 1,5 milhões de arrobas²¹¹, isso nos dá a ideia da importância econômica e, conseqüentemente, política de Campinas.

Muitos membros do Partido Republicano Paulista (PRP), a exemplo de Prudente de Moraes e Campos Salles, fazendeiros e políticos influentes – conhecidos na nossa historiografia por serem os dois primeiros presidentes civis do Brasil na Primeira República – eram oriundos da região. Nas palavras de Machado: “fazendeiros poderosos, todos possuíam, na década de 1880, importantes fazendas, sem dúvida retendo em suas mãos, parte não desprezível dos plantéis de escravos de Campinas”²¹².

E, onde existiam muitos cativos, também existiam muitas revoltas, tensões e conflitos. Corria certa mística, entre as cidades do Oeste Paulista, de Campinas possuir os piores senhores, sendo esses extremamente rigorosos e violentos com os seus escravos. Ao redor, “dizia o senhor ao negro rebelde ou mandrião: “Vendo-o para Campinas”²¹³. Nelson Omeña corrobora, ao apontar o uso da religiosidade presente no cotidiano dos moradores das cidades coloniais, através do uso das chacotas e nas rivalidades entre as cidades, logo, “os moradores de Jundiaí, para ferir os campineiros, faziam uma alusão com o purgatório, a partir da fama, no rigor utilizado pelos escravocratas da cidade para “disciplinar” seus cativos”²¹⁴:

O Rio de Janeiro é corte,
São Paulo capitá,
Campinas o purgatório,
Onde os negros vão pená.

Evaristo de Moraes, na época da atuação dos caifazes, era um jovem jornalista, abolicionista e professor de português, agiu em São Paulo junto a Antônio Bento, fazendo intermédio com os fazendeiros para receberem os trabalhadores fugidos de outros senhores para

²¹¹ MARCONDES. Renato Leite. A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX. *Revista de História*, São Paulo, n. 165, p. 403-424, jul./dez. 2011. p.408. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19219>. Acessado em: 20/02/2023.

²¹² MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico. Os movimentos sociais ...* .p.102.

²¹³ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6ª. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.298.

²¹⁴ OMEÑA. Nelson. *A cidade Colonial*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1961.p.77.

trabalharem nas suas fazendas como assalariados²¹⁵. Moraes descreve como memorialista em seu livro:

Em uma fazenda de Campinas, um senhor, excessivamente cruel, martirizava habitualmente seus cativos. Um deles, o preto Seraphim, fora suspenso, durante longos dias, ao teto, por meio de uma corrente de ferro, presa ao pescoço, de modo que a vítima se apoiava ao chão, apenas, com a ponta dos pés. Mais doloroso se tornou, ainda, o sofrimento do desafortunado: feriram-lhe as palmas das mãos a ponta de faca!²¹⁶.

E, é justamente na descrição do que seria esse “purgatório” para os escravos, que era a cidade de Campinas que se baseava a ação d’*A Redenção*. O jornal apresentava-se como importante ferramenta de luta contra a escravidão, denunciando os maus tratos aos quais os cativos eram submetidos. E o que poderia ser entendido somente como uma chacota ou mesmo insinuações mistificadas²¹⁷ era a triste realidade da prática social da época, apontada com frequência pelo jornal, o que por si só justificaria a importância do movimento abolicionista para a região nas ações de fugas do cativo.

Como dito antes, Campinas era uma cidade estratégica para a economia cafeeira por conta da sua malha ferroviária, o que não deixava de ser também para os abolicionistas, pois muitas das ações ilegais dos caifazes tinham as linhas férreas como rotas de fuga, com o apoio dos ferroviários, através de diferentes redes de solidariedades, um importante suporte para o sucesso dos empreendimentos. E não só na cidade de Campinas, mas nas regiões ao redor, a exemplo das cidades de Sorocaba e Ribeirão Preto, onde inúmeros escravos fugidos, os chamados paternalmente de “libertos de Antônio Bento”²¹⁸, eram conduzidos pelos caifazes aos Quilombos do Pai Filipe e do Jabaquara, este último criado para que os fugitivos para lá fossem enviados²¹⁹, os dois, nos arredores de Santos, outra importante cidade– estratégica - para o movimento abolicionista.

Assim como na estrofe do poema dos moradores de Jundiaí, dedicado aos campineiros, Mariano Garcia também recorre à religiosidade como estratégia para denunciar, e sempre com o auxílio da dramatização, buscando, com isso, sensibilizar a população dos sofrimentos infligidos aos escravos pelos seus senhores. Estes, sempre apontados como cruéis, violentos e

²¹⁵ MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista...* p.267-268.

²¹⁶ Ibidem, p.267.

²¹⁷ COSTA. Ibidem.

²¹⁸ MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico...* p.149.

²¹⁹ MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista...* .p.264.

perversos, expostos na sua prática religiosa viciada, “a baronesa de Atibaia, a piedosa senhora que manda trucidar as peles negras”²²⁰, o que, perante a coletividade, “aos olhos de Deus”, para a sociedade católica da época, culturalmente, “quase medieval e paternalista”²²¹, regulada no medo do pós-morte e no cumprimento de seus desejos póstumos, que prezava pela salvação da alma, aparecer na seção “Correspondências,” seria uma acusação grave onde ninguém queria ver o seu nome divulgado dessa forma.

A coluna de Mariano Garcia no jornal *A Redenção* era responsável por evidenciar “o purgatório” de Campinas: “quatro escravizados com ferros nos pés e no pescoço”²²². Em outra denúncia apareceu: “A irmã ingênua do liberto Irineu, acabara de tomar por almoço, 4 dúzias de bolos, e 10 lambadas por chocolate”²²³ e, dando nome aos algozes: “O escavo Samuel foi hoje entregue ao seu senhor, o Capitão João Ferraz! Dois médicos o declararam são depois dos açoites e queimaduras, após 35 dias de sofrimentos!”²²⁴. Mas, essas denúncias só eram possíveis por conta do seu anonimato, que buscava reforçar, ao afirmar: “Eu não assino o meu nome e não me expando como é preciso, é porque não sou, felizmente, desta terra”²²⁵.

Entretanto, os fazendeiros não assistiam inertes aos ataques do jornal. Estudos apontam que, “procurando defender sua propriedade, muitos de armas na mão, investiam contra os abolicionistas, fundavam clubes secretos, organizavam milícias, perseguindo-os e, às vezes, expulsando-os da cidade”²²⁶. Foi o que aconteceu com Mariano Garcia e, avisado por um amigo que fora descoberto, precisou sair da cidade às pressas para não ser morto²²⁷, afinal, estava mexendo com gente grande, importante, que não queria perder seu *status quo*.

Em sua coluna “Correspondências”, descrevia a tensão entre os senhores e os seus cativos:

Campinas, 1º de fevereiro.

²²⁰ *A Redenção*, em 10 de março de 1887.

²²¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república...* p.345.

²²² *A Redenção*, em 22 de janeiro de 1887.

²²³ *A Redenção*, em 27 de janeiro de 1887.

²²⁴ *A Redenção*, em 15 de janeiro de 1887.

²²⁵ *A Redenção*, em 01 de fevereiro de 1887.

²²⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república...* p. 336.

²²⁷ *A Época*, em 06 de fevereiro de 1913.

Nesta formosa Campinas, *berço de tantos heróis*, reina o calor, a poeira e o *bacalhau*. Logo de manhã, começa o calor a esquentar-nos o lombo, de uma maneira terrível, depois, ao correr do dia, é só um vento enfastioso, que enche-nos os gabinetes de poeira que é uma desgraça.

Enquanto ao *bacalhau*, isso já é o pão nosso de cada dia dos *heroicos* fazendeiros.

Eu creio até, que estes fazendeiros surram os *negros* por gosto. Também naqueles tempos em que Cristo ainda não tinha nascido, assassinava-se os escravos por prazer. Julgo que por isso os *deuses* de hoje fazem o mesmo. Há dias dei notícia de quatro escravizados que estão a ferros, na fazenda de um republicano, e hoje tenho de acrescentar que o fazendeiro é o sr. José de Campos Salles. Fique lá mais este herói no arquivo d'*A Redenção*²²⁸.

Há vários elementos retóricos presentes no texto de Mariano Garcia, chamando a atenção os escravocratas apresentados como “heróis e deuses” em oposição à maldade praticada por Campos Salles. Tudo isso fazia parte de uma tática de expor ao máximo os proprietários de escravos aos olhos da população. E, como aponta Otsuka, “ter seu nome publicado no *A Redenção*, estampado como o de um escravocrata perverso e cruel, decisivamente não era do interesse da maioria dos proprietários de escravos”²²⁹.

No texto da citação, Mariano Garcia expunha claramente Campos Salles; fazendeiro e político do Partido Republicano Paulista (PRP) que defendia a abolição, mas de forma dúbia, como a maioria de seus aliados e companheiros de partido. Já numa outra matéria, agora sem citar nomes, Mariano Garcia denunciava a conduta de muitos desses fazendeiros: “São escravocratas para si e para os seus amigos, mas quando se trata dos inimigos, são mais abolicionistas do que os próprios abolicionistas”²³⁰.

Em 10 de fevereiro, Mariano Garcia escreveu outra matéria citando diretamente o nome de Campos Salles: “Até que afinal o sr. Campos Salles se regenerou-se. O republicano que possui escravos não pode ser fiel ao seu estandarte”²³¹, mas, o que parece ser um reconhecimento, era sarcasmo, pois Mariano Garcia continuou mais adiante, na mesma matéria: “Eu não aplaudo o ato que acaba de praticar o sr. Campos Salles: quando pensou em ser republicano devia como homem convicto em suas ideias, arredar de si essa mancha vergonhosa que se chama a escravidão”.

²²⁸ *A Redenção*, em 03 de fevereiro de 1887.

²²⁹ OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antônio Bento: discurso e prática...* p. 140.

²³⁰ *A Redenção*, em 13 de janeiro de 1887.

²³¹ *A Redenção*, em 10 de fevereiro de 1887.

Na passagem o militante chama a atenção para as artimanhas utilizadas por muitos dos escravocratas anos antes da abolição, percebendo que o fim da escravidão era uma questão de tempo, principalmente a partir de 1880 quando o movimento recrudesciu e a desagregação do sistema escravista nas zonas rurais acentuou-se rapidamente com fugas de escravos, que abandonaram em massa as fazendas²³². Os senhores passaram a conceder a alforria aos seus cativos, mas não de forma imediata, caberia ao alforriado continuar trabalhando de forma compulsória na lavoura para o seu antigo senhor por mais quatro anos, como forma de emancipação gradual²³³. Por isso ele aponta na forma de denúncia a atitude do fazendeiro: “(...) ainda libertou os escravos com condições, quando todos nós, os descontentes; queremos já é decidido, sem condição alguma”. A exposição de Campos Salles nos jornais era constante, e sempre destacando sua ambiguidade na condição de defensor da república, porém, escravista. Sobre as acusações feitas por Mariano Garcia n’*A Redempção*.

Otsuka aponta:

Uma das mais marcantes características do jornal foi o seu forte teor de denúncia. Dando continuidade, nesse sentido, a uma estratégia de exposição de Antônio Bento já vinha lançado mão nos jornais em que escrevera anteriormente, qualquer um que, no período, cometesse injustiça a um escravizado, corria o risco de ter seu nome estampado no *A Redempção*. Denúncia contra maus senhores, autoridades policiais, urbanos e capitães do mato foram constantes. Longos relatos sobre castigos, torturas e sofrimentos de escravos, com toda linguagem dramática, estiveram presentes em todos os números do jornal²³⁴.

Evaristo de Moraes descreve como se desenrolava a organização dos caifazes, ao redor do jornal e a importância das denúncias de maus tratos que eram publicadas nele:

Na tipografia da *Redempção*, reuniam-se, quase diariamente, os irmãos da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, em sua maioria operários negros, e também muitos outros abolicionistas. Era verdadeiro clube revolucionário. Uns aventavam ideias, traziam notícias; outros redigiam artigos [...]. Interessante: havia liberais, conservadores, republicanos; não se discutia política! [...]. Neste heterogêneo ajuntamento salientou-se, logo um grupo de indivíduos dispostos a tudo, distinguidos pelo qualitativo de Caifazes, como lhes chamava Antônio Bento(...). Desde que chegava *A Redempção* a notícia de tratamento rigoroso para os escravos de qualquer estabelecimento agrícola, contra esta se organizava, logo, plano de

²³² COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república...* . p.335.

²³³ Para melhor compreensão sobre o tema ver COSTA, p.336 e 337. Para um melhor aprofundamento ver: SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2013.

²³⁴ OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antônio Bento: discurso...* . p.140.

campanha, para de lá fazer fugirem os cativos. Cabia aos Caifazes o executarem materialmente os projetos formulados n” *A Redempção*²³⁵.

Corroborando com a citação, Machado salienta que os caifazes eram divididos em dois grupos, os dos chamados intelectuais que organizavam o jornal, e outro, dos homens de ação, que se envolviam diretamente com os escravos das fazendas²³⁶. Mas, na análise das fontes, a atuação de Mariano Garcia não se apresenta de forma tão esquemática assim. Ele poderia ser entendido como um dos intelectuais que traziam notícias de tratamento rigoroso para com os escravos, redigindo artigos sobre essas denúncias, como já foi demonstrado nesta pesquisa. Entretanto, escrevendo suas colunas de Campinas, ou de outras cidades, num curto espaço de tempo em que eram produzidas e enviadas pelos Correios²³⁷, ele não poderia estar presente pessoalmente na tipografia, em São Paulo.

É interessante perceber que, apesar de declarar que possuía “um modesto trabalho no comércio local”²³⁸, Mariano Garcia deslocava-se, com uma certa frequência, de uma região para outra. Estando em São José dos Campos, dois dias depois já se encontrava em Campinas, numa semana estava em Santos, embarcando para o Rio de Janeiro, uma semana após, volta para Santos.

A falta de documentação não nos permite fazer afirmações, apenas perguntas e ilações. Não poderia ser essa “modesta ocupação no comércio” um trabalho de mascate ou caixeiro viajante? Trabalhar como mascate era um dos diversos disfarces dos caifazes, pois, “era como infiltravam nas fazendas e, desta forma, conquistando a confiança dos escravos, com isso, conseguiam convencê-los a abandonarem a fazenda”²³⁹. Maria Helena Machado complementa a afirmação anterior, ao salientar que na cidade de Santos, a partir da fundação da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos, em 1879, de caráter mutualista, seus membros, empregados do comércio - jovens caixeiros e guarda-livros - desde logo engajaram-se nas muitas sociedades abolicionistas. Os caixeiros ficaram conhecidos entre os abolicionistas, portanto:

²³⁵ MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista...* . p.266/267.

²³⁶ MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico...* p. 153.

²³⁷ *A Redempção*, em 13 de janeiro de 1887. A coluna da publicação do dia 13 de janeiro de 1887, por exemplo, foi enviada de São José dos Campos.

²³⁸ *A Época*, em 06 de fevereiro de 1913.

²³⁹ QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmândades Negras...* p.80.

Tornaram-se eles os então famosos cometas- como eram na época cognominados os viajantes - pois penetrando livremente nas fazendas como caixeiros-viajantes, nas distantes paragens cafeeiras da província, estabeleciam contatos com os escravos, estimulando-os a abandonar os eitos, exilando-se nos quilombos santistas²⁴⁰.

Lembremos que Mariano Garcia frequentava Santos antes mesmo de Campinas e, apesar de no Rio de Janeiro, desde longa data, trabalhar como operário da indústria cigareira, e, como líder operário, já atuava na conscientização da classe ao publicar o seu primeiro jornal de classe: *O Cigarreiro*, ainda em 1885, isto é, dois anos antes de contribuir para o jornal *A Redenção*. Todavia, residindo em Campinas, seria trabalhador do comércio. Uma pergunta torna-se pertinente: mas, por que não trabalhar como cigareiro? Não existiam fábricas de cigarros em Campinas? Lembremos da citação de Joaquim Nabuco, em que ele coloca Campinas como um importante centro urbano não só de São Paulo, mas do país, então ter fábricas de cigarros na cidade não seria nada de excepcional.

O que se torna pertinente destacar é que o movimento abolicionista, a partir de 1870 torna-se popular, quer dizer, uma “onda avassaladora que rapidamente inundou o coração e a mente dos habitantes da cidade”, causando grandes turbulências, com o aumento dos *meetings* e manifestações de rua²⁴¹, notadamente a partir de 1880, quando os abolicionistas, "deixando de lado os seus eventos propagandísticos de salão e ações estritamente legais"²⁴², teriam passado a atuar, com o apoio de mascates, cocheiros, ferroviários, estudantes, menores e libertos, diretamente contra a propriedade escravocrata²⁴³, isto é, com uma maior participação do “Zé povinho”²⁴⁴.

Apesar da atuação dos caifazes parecer acontecer somente quando o jornal *A Redenção* foi lançado, em janeiro de 1887, sabemos, de acordo com fontes, que a ação do grupo já ocorria em algumas regiões cafeeiras da província em 1883²⁴⁵. Tal informação é muito relevante por ajudar a relativizar o empenho dos caifazes e sua contribuição para a campanha abolicionista.

A ideia simplista de que existiriam dois grupos: os que maquinavam e os que executavam ao comando de Antônio Bento, limita a compreensão do que realmente foram os

²⁴⁰ MACHADO. Maria Helena. *O Plano e o pânico...* p.152/153.

²⁴¹ OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antônio Bento: discurso e prática abolicionista...* . p.106.

²⁴² AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos...* p.10.

²⁴³ AZEVEDO, Célia M. M., *Onda negra....* p. 215, 216.

²⁴⁴ MACHADO. Maria Helena. *O Plano e o pânico...* p.160.

²⁴⁵ Ibidem, p.154.

caifazes e as sofisticadas redes de apoio que giravam em torno do grupo. O que se faz nítido é que essas redes de solidariedades eram complexas e foram sendo construídas ao longo dos anos, principalmente, a partir das práticas associativas, com o caminhar do processo abolicionista.

A atuação dos caifazes pela sua importância, perigo e número de indivíduos envolvidos, necessitava de uma elaborada “logística” para dar certo, porquanto, não era só a ação de promover a fuga do negro através do “convencimento” e da preparação da fuga em si, assim como a condução aos Quilombos, mas também a inserção desse negro no mercado de trabalho assalariado.

Destarte, os caifazes não surgiram pontualmente em 1887, a partir da criação do jornal *A Redempção*, na Irmandade Nossa Senhora dos Remédios. O jornal, sim, passou a ser um importante veículo de denúncia das injustiças, das misérias, e das violências da escravidão, favorecendo o intercâmbio de informações entre os caifazes e suas ações de liberdade, e conferindo notoriedade ao movimento abolicionista com suas denúncias²⁴⁶.

Mariano Garcia, aos 25 anos de idade, contribuía para o jornal *A Redempção*, porém, a questão da escravidão fazia parte do seu cotidiano já de longa data, não só por ele, desde a infância, ter dividido espaços de trabalho e exploração nas fábricas de cigarros com escravizados, mas por, provavelmente, na meninice, de alguma forma, conhecer as senzalas. Em 1913, irá escrever no jornal *A Época*:

Nunca podíamos imaginar que indivíduos pudessem dispor de outros, vende-los, matá-los ou deles fazer o que quisessem, como se fossem qualquer objeto, e quando em tenra idade, **andamos no interior do Estado do Rio de Janeiro, em algumas fazendas, maior foi a nossa revolta porque vimos como eram tratados esses infelizes escravizados**²⁴⁷. (Grifo do autor).

As fazendas que Mariano Garcia dizia percorrer “ainda em tenra idade” poderiam ser as da tradicional região cafeeira do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, com um grande plantel de cativos. No entanto, tudo nos leva a crer que as fazendas visitadas no interior do Estado se localizavam nos arredores da província de Campos dos Goytacazes, principal centro econômico e político do Norte-Fluminense, destacando-se no século XIX pela grande produção de açúcar.

Recorremos aqui à citação de Joaquim Nabuco no que se refere aos principais centros urbanos do Brasil - fora a Corte - na época do Império. A cidade de Campos seria, assim como a de Campinas, um importante centro urbano, mas também uma área de grande concentração

²⁴⁶ QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmandades Negras...*, p. 80-81.

²⁴⁷ *A Época*, em 06 de fevereiro de 1913.

de mão de obra escrava por conta dos grandes engenhos de açúcar, fato esse que nos ajuda a compreender a importância da cidade no movimento abolicionista.

Outra informação que nos permite deduzir que seriam no Norte-Fluminense as fazendas visitadas por Mariano Garcia é sua informação quando diz conhecer o movimento abolicionista da região, na época. Em 1920, no contexto do Congresso Operário promovido pelo Partido Socialista Fluminense do Estado do Rio de Janeiro²⁴⁸, na sua sede, na cidade de Campos, Mariano Garcia escreveria sobre sua visita à cidade em sua coluna: “Gazeta Operária”, do *Jornal Gazeta Suburbana*²⁴⁹, e também sobre seu ilustre personagem que morreu pobre e doente, em 1897, poucos anos após a abolição, ou seja, o “saudoso Carlos de Lacerda”²⁵⁰. Tal reverência à figura de Luiz Carlos de Lacerda demonstra a aproximação com o abolicionista e o conhecimento do movimento abolicionista em Campos.

É importante fazer uma breve contextualização da importância da cidade de Campos no processo abolicionista e quem foi Luiz Carlos de Lacerda neste processo para merecer preitos de Mariano Garcia.

Sobre a cidade:

Antes de ser iniciada a propaganda abolicionista, quando, portanto, não se podia atribuir ao "espírito anarchico" (a que, depois, aludiu Thomaz Coelho), a animação da indisciplina, já Campos se tornara celebre, por atentados resultantes da Escravidão, quer fossem os escravos deploráveis vítimas, quer fossem lamentáveis algozes²⁵¹.

Campos foi uma das primeiras províncias no Rio de Janeiro em que a campanha abolicionista tomou corpo, já existindo sociedades emancipadoras antes mesmo da lei do Ventre Livre²⁵². O protagonismo da cidade também se fez presente no fim da escravidão, pois um ano antes da Lei Áurea, em 1887, foram conferidas, de forma espontânea ou através de aquisição,

²⁴⁸ Para se ter noção da representatividade do Partido Socialista Fluminense, em 15 de novembro de 1933, no contexto da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, Alípio Costelato e Cesar Tinoco representaram o Partido, contribuindo na construção da Carta Magna e das Leis Trabalhistas do governo Vargas. MORAES FILHO, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*, Brasília: Câmara dos Deputados/UNB, 1981. p.35/36.

²⁴⁹ O jornal *Gazeta Suburbana* foi um hebdomadário destinado à população do subúrbio carioca, isto é, a parcela das zonas Norte e Oeste da cidade, caracterizada sobretudo por sua relação com a linha do trem da antiga Rede Ferroviária Federal. O jornal circulou entre os anos de 1910 a 1920. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

²⁵⁰ *Jornal Gazeta Suburbana*, em 07 de fevereiro de 1920.

²⁵¹ MORAES, Evaristo de. *A Campanha abolicionista...* p.235.

²⁵² *Ibidem*. p.236.

centenas de concessões de alforrias²⁵³, assim, quando ocorreu a Lei de 13 de Maio de 1888, Campos possuía uma pequena quantidade de escravo a ser liberto, menos da metade que existia no ano anterior à abolição²⁵⁴.

Foi a partir da atuação do abolicionista Luiz Carlos de Lacerda, filho de uma tradicional família de médicos da cidade, que o movimento abolicionista se recrudesciu²⁵⁵. Em 1884, Carlos de Lacerda, juntamente com Adolpho Porto, apontado como seu “braço direito”, fundaria o Centro Abolicionista Vinte e Cinco de Março – nome em alusão à data da abolição dos escravos, que acabara de ocorrer no Estado do Ceará²⁵⁶, e um jornal com o mesmo nome, este, aos moldes do principal jornal abolicionista da Capital do Império, o *Gazeta da Tarde*, de outro importante abolicionista, José do Patrocínio. Porém:

Mas não imitava Carlos de Lacerda, tão somente, os processos jornalísticos do maior dos propagandistas; adotava todos os recursos de ataque material ao Cativo, semelhantes aos de Antônio Bento, em S. Paulo, e aos do *Club do Cupim*, em Pernambuco. Era esta “ação direta” a que mais afligia os fazendeiros. Ocultação de escravos nas chamadas “bastilhas” (quilombos); incitamento de revoltas; pedidos de inquéritos e corpos de delito, por ofensas em escravos; exibição de instrumentos de suplicio, e quejandas práticas — abalavam, em Campos, o edifício da escravidão, alicerçado nas mais sólidas fortunas²⁵⁷.

A “ação direta”, que afligia os fazendeiros consistia não só na ocultação dos escravos em Quilombos, mas das queimadas dos canaviais²⁵⁸, o que trazia um grande prejuízo aos fazendeiros, e, diante dos estragos, os donos das fazendas dariam sua resposta, portanto, as lutas revolucionárias dos abolicionistas renderam tentativas de assassinato contra as duas principais lideranças: Carlos de Lacerda e Adolpho Porto. As ações dos abolicionistas de Campos assemelhavam-se a dos abolicionistas de Campinas, mas, diferentemente dos caifazes de Antônio Bento, as lideranças de Campos não procuravam manter-se no anonimato. A tentativa

²⁵³ RIBEIRO, Rafaela Machado. *O negro e seu mundo: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893)*. Dissertação de mestrado em Sociologia Política - Universidade Estadual do Norte Fluminense- UENF. Rio de Janeiro. 2012. p. 155.

²⁵⁴ MORAES, Evaristo. Op. cit., p. 250.

²⁵⁵ Ibidem, p.98.

²⁵⁶ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira; 1978. p.228-229.

²⁵⁷ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*, p.239.

²⁵⁸ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. – 1. Ed. - São Paulo: Expressão popular, Fundação Perseu Abramo, 2016. p.200.

de assassinato dos condutores demonstrou como as ações dos abolicionistas, principalmente a dos mais radicais, isto é, aqueles que chegavam às “vias de fato” para alcançar seus objetivos, eram bastantes perigosas.

Todavia, o anonimato não significou para Mariano Garcia total proteção, na seção “Correspondências” do jornal *A Redempção*, ele descreveu uma das ameaças que sofrera, essa ouvida pelo Dr. Balthazar da Silva Carneiro, advogado que atuaria junto aos caifazes nas ações de liberdade dos escravos, em Campinas. A ameaça foi proferida por uma figura importante da cidade, o juiz Antônio Carlos de Moraes Salles.

Este, ao ler *A Redempção*, indigna-se com as denúncias feitas pelo colunista e branda: “A isto só se responde com uma coça de pau [...] era melhor fazê-lo dar um passeio pela floresta, meio seguro”. Na mesma seção, Mariano Garcia decifrava o significado de “um passeio pela floresta”, “É nada menos que fazer cercar um indivíduo por meia dúzia de sicário - e roubar-lhe a vida a punhaladas!”²⁵⁹.

As ações de Carlos de Lacerda, como apontadas na citação anterior, revela o *modus operandi*, das lideranças abolicionistas da época, calçadas, inicialmente, em diferentes formas associativas anti-escravocratas – O Centro Abolicionista de São Paulo, em 1882, por Antônio Bento; A Confederação Abolicionista fundada na Corte, em 1883, por José do Patrocínio; O Clube Vinte Cinco de Março, em 1884, por Carlos de Lacerda, e o Clube do Cupim, em 1884, no Recife, por João Ramos - e nos jornais abolicionistas – *A Redempção*, de Antônio Bento; *Gazeta da Tarde*, de José de Patrocínio; o *Vinte e Cinco de Março*, de Carlos de Lacerda – assim como na ação revolucionária em seu duplo aspecto: no ato de fuga com a desorganização do trabalho escravo e na inserção do negro no mercado de trabalho assalariado.

Na perspectiva thompsoniana, essa agência humana²⁶⁰ só era possível a partir de uma sofisticada e expressiva rede de participantes alinhada à causa. Muitos desses, a partir das experiências vividas nas diferentes formas de luta e de coordenação no processo da abolição, irão militar na organização da classe trabalhadora a partir de 1890, partilhando experiências

²⁵⁹ *A Redempção*, em 13 de março de 1887.

²⁶⁰ A agência humana, grosso modo, é o agir humano. Para Thompson, ela é determinada na maneira como homens e mulheres reagem às mudanças cotidianas, e essas, por sua vez, implicam diretamente o seu modo de vida. Acontece na ação coletiva de sujeitos que se organizam e lutam de acordo com seus interesses, aparecendo na organização popular presente nas mais variadas formas de embate que representam a luta de classe. Ver: THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.164-183.

adquiridas na ação antiescravista, agora, no *modus operandi* das distintas associações²⁶¹ de trabalhadores, dos jornais operários, das greves, e da luta pelo partido operário na primeira República. Marcelo Badaró de Mattos corrobora, afirmando:

Lideranças abolicionistas se aproximaram das organizações operárias em construção e por suas trajetórias posteriores podemos perceber como os valores forjados naquela luta pela liberdade passaram a fazer parte do arsenal compartilhado pelos trabalhadores nas décadas seguintes, servindo mesmo de parâmetro para a avaliação das experiências e lutas subsequentes²⁶².

Cruzando as trajetórias de antigos militantes abolicionistas na Primeira República, em 1920, encontramos atuando juntos novamente, Mariano Garcia e Adolpho Porto, presentes no contexto da organização do 1º Congresso Operário Fluminense promovido pelo Partido Socialista Fluminense, na cidade de Campos, onde Adolpho Porto representaria o Partido Socialista Fluminense e o jornal “*Amigo do Povo*”, órgão oficial do partido; e, Mariano Garcia, representando os trabalhadores da sociedade operária “União Eleitoral Operária”, da Capital Federal, e o jornal *Gazeta Suburbana*, respectivamente.

Os dois militantes estarão reunidos na agência coletiva do Congresso Operário em torno de outra causa, relacionada às demandas do momento histórico em que estavam inseridos: a organização da classe trabalhadora na luta por direitos sociais e de cidadania. Causa essa que, na essência, era a mesma do motivo abolicionista defendido por eles: a luta por uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, contudo, estabelecida a partir de novos arranjos sociais. E, através das experiências coletivas vividas e percebidas na luta pelo fim da escravidão - as associações, os jornais e a ação popular - serão apropriadas e ressignificadas pelos militantes no enfrentamento às imposições da classe dominante como estratégias de enfrentamento à dominação.

É interessante perceber o “deslocamento” de Mariano Garcia em diferentes grupos sociais - abolicionistas, republicanos, socialistas - mesmo dentro das suas contradições, a exemplo do movimento abolicionista no qual existia quem defendesse a continuidade da

²⁶¹ ALONSO, Ângela. *Associativismo avant la lettre – As sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. Sociologias*. Dossiê Dinâmicas da Ação Coletiva. Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 166-199. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300007>. Acesso em: 20/12/2022. O artigo aborda a importância das formas associativas para o sucesso do movimento abolicionista e como essas associações foram “ressignificadas” na organização da classe trabalhadora a partir de 1890 como ferramenta de luta.

²⁶² MATTOS, Marcelo Badaró de. *Trajetoárias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no rio de janeiro*. Revista Mundos do Trabalho, Criciúma, v.1, n.1, 2009. p.51-64. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows/Downloads/9357-Texto%20do%20Artigo-29622-1-1020090320%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Windows/Downloads/9357-Texto%20do%20Artigo-29622-1-1020090320%20(2).pdf). Acesso em: 08/02/2023.

Monarquia e, no movimento republicano, com a defesa da República, mas sem questionar a escravidão. Mariano Garcia conviveu com esses elementos, muitos deles moldaram seu pensamento e influenciaram suas escolhas de diversas maneiras, mas suas opções só podem ser compreendidas a partir do contexto sociocultural e político do final do século XIX e início do século XX.

Com relação à multiplicidade de papéis desempenhados por Mariano Garcia dentro dos seus diferentes campos de atuação, Bourdieu afirma: “não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado”²⁶³. Atuando em Campinas, em Campos, na Cidade do Rio de Janeiro ou em Santos, seus deslocamentos espaciais demonstram a complexidade das redes de relações, das suas diferentes áreas de ação como sujeito histórico, dentro das demandas do tempo.

O militante Mariano Garcia, como abolicionista, atentamos por um fato curioso: o movimento pela abolição no Rio de Janeiro, na época em que atuava como Caifaz, era tão ou mais representativo do que no Estado de São Paulo, pois a Corte do Império era o centro do poder político e cultural da nação. Na capital, cidade neutra, atuariam as principais lideranças abolicionistas, figuras como Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio, este último, “um reformista incondicional, influenciado pela obra de Proudhon”²⁶⁴, além de João Clapp, Evaristo de Moraes, Vicente de Souza, dentre outras referências do Abolicionismo que mobilizaram a população em torno da causa, e que reverberava para todas as outras cidades do País, desencadeando uma revolta nacional²⁶⁵.

E, não era só na Corte que em Campos dos Goytacazes, que o movimento era forte. Niterói, a cidade natal do militante, também possuía uma organizada e significativa campanha abolicionista, o próprio João Clapp atuaria junto com Felisberto de Carvalho, o antigo professor de Mariano Garcia, no Clube dos Libertos, uma instituição que tinha como proposta a instrução de escravos e libertos, além de compra de alforrias.

Outras referências da questão abolicionista no Estado do Rio de Janeiro seriam Evaristo de Moraes e, principalmente, Vicente de Souza²⁶⁶, atuariam na organização da classe operária

²⁶³ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 185.

²⁶⁴ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil...* p.188.

²⁶⁵ Ibidem, p.188.

²⁶⁶ Vicente de Souza atuaria como abolicionista não só no Rio de Janeiro como em São Paulo. Ver: TURCI,

com Mariano Garcia, tanto na formação de partidos e, de Congressos Operários, quanto na divulgação das ideias socialistas através dos jornais operários. Mariano Garcia considerava Vicente de Souza o seu mentor²⁶⁷, sendo comum nas colunas de seus jornais citá-lo, como “nosso distinto mestre e amigo”²⁶⁸, sempre prestando-lhe homenagens. Como abolicionista a atuação de Vicente de Souza foi bastante importante, fundou e atuou em diversos clubes abolicionistas no Rio de Janeiro, com destaque para a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, fundada em 1880, onde, juntamente com José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e João Clapp. Vicente de Souza não só atuaria no Rio de Janeiro, mas também com o grupo do Círculo Socialista de Santos.

Dessarte, uma questão apresenta-se: o que levou Mariano Garcia com um movimento abolicionista tão significativo e com lideranças tão importantes que o influenciaram nas suas mais diferentes bandeiras na luta operária no Rio de Janeiro, atuar em Campinas como um Caifaz de Antônio Bento?

Retomemos aqui a notícia do jornal *Gazeta de Notícias* de 1877²⁶⁹, no qual informava que Mariano Garcia desembarcara no porto de Santos, em São Paulo. Cruzando informações, há outra notícia muito pertinente presente no jornal *A Redenção* anos depois. Destarte, Mariano Garcia, no contexto das denúncias de maus-tratos contra os escravos, acusa a Baronesa de Atibaia, que mandava castigar sem piedade as peles negras como as suas, pois ela também era negra.

O jornalista prossegue na sua indignação, informando-nos sobre aquilo que parecia ser uma das contradições da escravidão na época²⁷⁰: a Baronesa de Atibaia era “mulata da gema

Alex Neriz. *Para o estudo da questão do socialismo no Brasil: os primórdios em Santos através da publicação de A Questão Social*. Tese (doutorado) pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Paulo. 2007. p.119.

²⁶⁷ *A Época*, em 19 de agosto de 1912.

²⁶⁸ *Gazeta Operária*, em 05 de outubro de 1902.

²⁶⁹ *Gazeta de Notícias*, em 16 de setembro de 1877.

²⁷⁰ Apesar de parecer estranho, era de praxe na sociedade da época negros livres ou ex-cativos que ascendessem socialmente possuir escravos e viver do trabalho destes. Tal fato demonstra a complexidade das relações sociais e a mentalidade que impregnavam essas relações numa sociedade pautada pela escravidão. Inicialmente, o ser negro e ser dono de negros, revela a possibilidade e o limite da mobilidade social do negro na sociedade da época. Muitos negros, apesar de uma visão própria do mundo, ao ascenderem socialmente, passaram a reproduzir a ideologia hegemônica, os valores das classes dominantes, quando se tornaram senhores: possuir escravos e viver de rendas, de ócio e, a exemplo da Baronesa de Atibaia, seria aceita um ideal de fidalguia que lhe garantiria respeito, facilidades, boas relações, além de uma vida confortável. O negro, agora senhor, reproduziu nos seus irmãos de cor a situação a que era submetido. Para maior aprofundamento, ver: MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio. Significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional,

[...] filha de mãe azeviche. Mais adiante, continua o jornalista: “Seu pai era um mulato velho, que conheci aqui, com uma lojinha, e era irmão de Josephat, ahí de São Paulo, e de um preto que **meu avô conheceu na ponte de Sorocaba**”²⁷¹. **(Grifo do autor)**.

Foi raro encontrar referências de Mariano Garcia a sua família à sua vida particular, por isso torna-se interessante a menção da presença de seu avô, atuando na cidade de Sorocaba antes de 1887, quando ele agiu como um caifaz em Campinas. Tendo Mariano Garcia nascido e se tornado adulto na cidade de Niterói, aparentemente morando desde sempre com sua família na província do Rio de Janeiro, o que seu avô poderia estar fazendo, em meados dos anos 1880, na ponte de Sorocaba? Se levarmos em consideração o nome de batismo da cidade: Vila Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, a referência parece não ser em si uma ponte, mas sim a própria cidade.

Diferente das regiões circundantes, a economia da cidade de Sorocaba não girava em torno do cultivo do café, mas sim da cultura do algodão, que “abasteceria as indústrias inglesas que não podiam contar com a produção estadunidense devido à Guerra da Secessão”²⁷². Entretanto, isso não quer dizer que não havia um número considerável de escravos, nem abolicionistas, porquanto, “em Sorocaba existia, desde 1869, um organizado movimento abolicionista atuando a partir das ações de legalidade, buscando nichos da lei para realizar a extinção gradual da escravidão”.

O sucesso nas ações de liberdade em Sorocaba acabou atraindo escravos fugitivos de outras regiões, tendo, os abolicionistas da cidade, colaborado com os caifazes, enviando muitos deles para São Paulo, pagando a passagem de trem e telegrafando para os caifazes da capital para informar, através dos códigos sobre encomendas e fumos de rolos, o embarque dos fugitivos²⁷³.

Outro fato importante sobre Sorocaba, no último quartel do século XIX, é a forte presença de imigrantes, estes, estimulados no contexto do incremento da indústria têxtil, que aproveitará parte do algodão produzido no município para desenvolver-se, passando a cidade a se apresentar como importante centro industrial da região, sendo conhecida como “a

1995/ Nova fronteira, 1998. LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988. CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

²⁷¹ *A Redenção*, em 10 de março de 1887.

²⁷² STRAFORINI, 2001 Apud, CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Narrativas em preto e branco: aspectos da escravidão negra em Sorocaba*. Disponível em : <https://www.memoriaoperariasorocaba.com.br/post/narrativas-em-preto-e-branco-aspectos-da-escravid%C3%A3o-negra-em-sorocaba>. Acesso em: 12/01/23.

²⁷³ QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irandades Negras...* . p.82.

Manchester paulista”²⁷⁴. Na busca por melhores condições de vida e oportunidades de trabalho, Sorocaba passou a ser um polo de atração para os estrangeiros, oriundos de várias regiões da Europa e os brasileiros de outras regiões do Brasil.

Dentre os imigrantes estrangeiros, a presença de espanhóis merece destaque, porquanto a rede de solidariedade étnica formada pelos primeiros espanhóis atraiu migrantes de outras regiões, passando a existir, em Sorocaba, regiões de maioria étnica espanhola, a exemplo da região de Além Ponte, conhecido como bairro espanhol devido²⁷⁵, sendo muitos espanhóis provenientes da região de Pontevedra, na Galícia, onde o sobrenome Garcia era comum²⁷⁶.

No movimento abolicionista em São Paulo, o sobrenome Garcia também parecia ser comum. Encontramos Carlos Garcia, “um estudante da Academia de Direito que se imiscuía com os elementos dirigidos por Antônio Bento”²⁷⁷, contribuindo na fuga dos escravos, sendo conhecido como Rei dos Cocheiros²⁷⁸.

Atuaria em São Paulo, juntamente com outros qualificados como gente miúda – estivadores, ferroviários, empregados do comércio - que constituíam as redes de solidariedade nas cidades, ao redor de figuras carismáticas²⁷⁹, a exemplo do próprio Carlos Garcia ou mesmo de Antônio Bento.

Existia também outro Garcia importante, que atuaria nas ações de proteção aos fugitivos, segundo Moraes²⁸⁰, era o tio de Carlos Garcia²⁸¹:

²⁷⁴ SILVA, Miriam Barros D. *A presença dos espanhóis no Rio de Janeiro: Uma breve contribuição a partir do associativismo*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2016. p.112.

²⁷⁵ SILVA, Miriam Barros D. *A presença dos espanhóis no Rio de Janeiro*, p.115.

²⁷⁶ PORTA, Eliane Veiga. *Imigrantes espanhóis em Santos, 1880-1920*. 2008. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas. Universidade de São Paulo – USP. 2008.

²⁷⁷ MORAES, Evaristo de. *A Campanha abolicionista...* p. 275.

²⁷⁸ Ibidem, p. 275.

²⁷⁹ MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico...* p. 152.

²⁸⁰ Na nota de rodapé de número 196, Evaristo de Moraes dá-nos a seguinte informação: “Ainda em vida de Luiz Gama, distinguiram-se, em S. Paulo, alguns abolicionistas, cujos nomes não devem ser esquecidos. Daremos os mais repetidos por pessoas contemporâneas [...] o pequeno lavrador José Mariano Garcia, tio do Dr. Carlos Garcia, que na sua fazendola nos arredores de São Paulo, acolhia escravos fugidos. MORAES, *A Campanha abolicionista...* p.260.

²⁸¹ Chama-nos a atenção é a atuação de Carlos Garcia como “líder dos cocheiros”. Em dezembro de 1906, na cidade do Rio de Janeiro, a recém Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas, criada por duas grandes lideranças do movimento operário na época, os socialistas Mariano Garcia e Melchior Pereira Cardoso, os quais não eram nem cocheiro nem carroceiro, mas operários de fábricas de cigarros, promoveu uma grande paralização dos transportes da capital federal, por melhores condições de trabalho e

Não é justo que permaneça em completa obscuridade dois 'bons' daquele tempo: o pequeno lavrador **José Mariano Garcia**, cujo sítio, além do bairro da Móoca, tomou-se um lugar de sagrado asilo, o refúgio primitivo dos escravos em fuga [...]. Na sua ampla cozinha de roceiro houve sempre uma panela cheia para matar a fome aos pretos necessitados²⁸². **(Grifo do autor)**.

O pequeno lavrador de nome José Mariano Garcia poderia ser apenas um homônimo do pai de Mariano Garcia, mas, haveria, sim, a possibilidade que realmente fosse o seu pai se examinarmos a sua origem: vindo da zona rural de Niterói, ou do relato sobre as suas andanças desde crianças em fazendas no interior do Rio de Janeiro, observando a rotina de sofrimento dos escravos, ou a sua presença em São Paulo ainda aos 15 anos de idade como noticiara o *Gazeta de Notícias*. Além disso, era necessário para a sua segurança e a do grupo, manter o máximo de discrição e sigilo sobre as suas atividades, então, muitos dos caifazes nunca tiveram sua identidade revelada, mesmo após a Abolição.

A ação de José Mariano Garcia como um sitiante que auxiliava os caifazes escondendo os escravos e os enviando para Santos, assim como a de Carlos Garcia, advogado que atuaria nas fugas com o auxílio dos cocheiros de São Paulo, e do próprio Mariano Garcia nas suas diferentes obras, demonstram a complexidade das relações que se desenrolavam nas atuações dos caifazes, como destaca Machado, “um mosaico de muitas cores e desenhos, compôs-se e recompôs-se, ao longo da década de 80”²⁸³, sendo esse mosaico possível, a partir da presença de muitos colaboradores do povo, de gente simples, como averiguamos na coluna de Mariano Garcia, na *A Redenção*:

Vi no domingo, 23 do corrente, um infeliz sexagenário, com corpo todo marcado do chicote. O infeliz chama-se Emygdio, e é escravizado do fazendeiro Pedro Egídio. Este infeliz acha-se oculto em casa de uma família pobre, que condeou do seu lastimável estado²⁸⁴.

A ajuda à fuga de escravizados costumava demandar uma ampla rede de apoiadores, exigindo uma grande organização, mas isso só se tornaria possível com o auxílio das populações cidadinas²⁸⁵, e de parte da população de Santos, para onde se encaminhava a maioria dos

salário. Cf. TERRA, Paulo. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870 – 1906)*. – Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2013. p.235.

²⁸² ANDRADA, 1941. apud Azevedo, Elciene. *O direito dos Escravos...* Op. cit., p.164.

²⁸³ MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico...* p.137.

²⁸⁴ *A Redenção*, em 30 de janeiro de 1887.

²⁸⁵ Maria Helena Machado, defende que o movimento abolicionista nos anos finais passou a ter uma característica predominantemente urbana, marcada por uma militância tipicamente cidadina, com o engajamento

escravos fugidos. Nos dizeres de Evaristo de Moraes, “o sagrado asilo dos auto-emancipados”²⁸⁶, merece destaque, porque havia na cidade uma comoção generalizada pela abolição, segundo Otsuka, a cidade era habitada por indivíduos que, em sua maioria, partilhavam de ideais liberais e abolicionistas²⁸⁷. Moraes corrobora:

(...) onde, porém, o abolicionismo dominou todas as consciências, numa impressionante unanimidade de opiniões, foi em Santos. Desde que um escravo conseguia pisar as ruas daquele porto, era, de fato, homem livre, e mais, encontrava trabalho remunerado para seus braços ²⁸⁸.

Desde 1850, com a expansão da cafeicultura, que integrou o porto de Santos ao mercado internacional, a cidade passou a ser estratégica para o movimento abolicionista, não só de São Paulo como do Brasil. Santos sempre esteve marcada por um intenso trânsito de escravos que carregavam e descarregavam as sacas de café nos armazéns e depois enchiam os navios. Muitos deles misturavam-se à população heterogênea, formada por negros libertos, fugidos, e ao crescente número de trabalhadores do porto, nacionais e estrangeiros²⁸⁹. No final do século XIX e, início do XX, com o desenvolvimento do café - o “ouro negro” -, o porto de Santos passa a ser o mais movimentado do país, não só de mercadorias, mas também de pessoas.

Na década de 1870, o movimento abolicionista em Santos era intenso, mas de caráter basicamente emancipacionista, concentrando-se em eventos restritos dos clubes e sociedades emancipadoras, como a 27 de Fevereiro e a Boemia Abolicionista. Estas associações eram organizadas pelas elites letradas que promoviam saraus para angariar fundos e, libertar escravos através da distribuição de cartas de alforria.

A partir da década de 1880, assim como nas demais regiões do Brasil, o movimento abolicionista passa para a fase radical de contestação do sistema, agora, de caráter popular, com a participação de diferentes setores da sociedade e, com a recém-construída estrada de ferro Santos – Jundiáí, a cidade torna-se o destino da maioria dos escravos fugidos das regiões

de diferentes estratos sociais, mas que é o clamor de combate do povo que passa a dar a tônica ao movimento, que reverbera atingindo o mundo rural pelas ações dos setores mais radicalizados. Cf. MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico...* . p.244.

²⁸⁶ MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista...* .p. 164.

²⁸⁷ OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antônio Bento: discurso e prática...* p.35.

²⁸⁸ MORAES, Evaristo de. *A Campanha abolicionista...* p.235.op. Cit., p. 271.

²⁸⁹ É importante pontar que, assim como na Corte, a escravidão em Santos era caracterizada como uma escravidão de pequena posse, isto é, escravos de ganho que se ocupavam, em grande maioria, de serviços domésticos, de produção de alimentos e prestando de serviços envolvidos, principalmente, nas atividades portuárias.

cafeiras, para serem encaminhados, de forma estratégica, pela ferrovia, para os Quilombos existentes nas cercanias da cidade, principalmente o de Jabaquara, fundado em 1882. A foto abaixo, nos dá uma ideia de como eram essas moradias.

Figura 5 - Restos do Quilombo de “Jabaquara”



Fonte: História de Santos. v:II p.17.

A escolha pela região de Santos para a criação do Quilombo não foi aleatória, já que era habitada por indivíduos que, em sua maioria, partilhavam de ideias liberais e abolicionistas²⁹⁰, sendo a cidade, uma das primeiras a promover a abolição, em 27 de fevereiro de 1886²⁹¹. Num ato simbólico, organizado pela recém-fundada Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro, “fez-

²⁹⁰ OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antônio Bento: discurso e prática...* p. 35.

²⁹¹ A primeira cidade a promover a abolição foi o município de Aracape, no Ceará, em 1883, no mesmo ano, Manaus, no Amazonas, também liberta seus escravos. Pelotas, no Rio Grande do Sul, foi a terceira cidade a abolir a escravidão, em 1884, na cidade de Santos a abolição aconteceu em 1886. Como pontua Otsuka, apesar de não ser a pioneira, os documentos revelam que o “ato simbólico” da Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro obteve algum efeito, considerando-se, a partir de então, o baixo número de registro de matrículas de escravos, feito no mesmo ano, na cidade, mas também, por ser uma cidade portuária, reverberar para outras cidades. Cf. DIAS, Vera Lúcia Alba Reis. *Uma associação abolicionista na cidade de Santos: Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro – 1886*. Santos, XXII ANPUH, 2014. PEREIRA, Matheus Serva. *Uma viagem possível: da escravidão à cidadania. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil*. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal fluminense – UFF. Niterói- Rio de Janeiro- 2011. Cf. GITAHY, Maria Lucia Caira. *Ventos do Mar, Trabalhadores do Porto, Movimento Operário e Cultura Urbana em Santos 1889-1914*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1992; cf. ROSEMBERG, André. *Ordem de Burla: processos sociais, escravidão e justiça, Santos, década de 1880*. São Paulo: Alameda, 2006.

se a declaração de liberdade nas dependências do Fórum de Santos”²⁹². A partir desse ato, nesse mesmo ano, a nova matrícula de escravos registrou apenas 58 cativos na cidade e, em março de 1888, dois meses antes da Abolição, os últimos sete cativos foram libertos, tornando, a cidade de Santos, livre de escravos²⁹³.

Assim como a maioria das cidades portuárias, Santos destacava-se como importante centro cosmopolita, com uma população urbana cada vez mais informada, marcada pela presença de viajantes e imigrantes, que traziam em suas bagagens a efervescência de movimentos sociais, que agitavam o mundo e, concomitante com o movimento abolicionista e republicano, diferentes ideologias começam a circular de forma mais ágil, bem como valores e conceitos tradicionais passam a serem questionados com mais propriedade.

De certo modo, seguiam o caminho aberto pelas ideias abolicionistas, que, se tornaram, ao longo da década de 1880, um guarda-chuva sob o qual se protegiam diferentes tendências e matizes, que apenas o evoluir dos acontecimentos foi capaz de sutilmente distinguir²⁹⁴.

Santos, cidade a qual Mariano Garcia frequentava desde sua juventude, foi importante na formação de sua consciência e prática política. A cidade reverberou os dois mais importantes movimentos da época: o abolicionista e o republicano, assim como também serviu de palco para a difusão de diferentes ideologias estrangeiras, em particular o socialismo reformista, e para na organização da classe operária.

Para situar Mariano Garcia em sua experiência e prática anti escravidão, sabemos que “As lutas abolicionistas, esgrimidas no entreato de outros movimentos, tornaram-se escola política de figuras que se projetaram nos princípios da República e primórdios do movimento operário”²⁹⁵.

²⁹² DIAS, Vera Lucia A. R. *Uma associação abolicionista na cidade de Santos: Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro – 1886*. Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP. Santos -2014. Disponível em:http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406590705_ARQUIVO_VeraLuciaAlbaReiDias_textocompleto.pdf. Acesso em: 29/03/2023.

²⁹³ OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antônio Bento: discurso e prática...* . Op. Cit., p.35.

²⁹⁴ MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico...* .Op. Cit., p.137.

²⁹⁵ Ibidem, p. 159.

1.3 Mariano Garcia, de Niterói para Santos: abolicionista, republicano e socialista

Em 1912, Mariano Garcia escreveria na sessão “Coluna Operária” sobre as lideranças que guiariam o movimento organizado dos trabalhadores, qualificadas por ele como “os mentores” da classe operária:

Temos dito e repetido centenas de vezes que o operariado há de conquistar tudo quanto tem direito, guiados por muitos do seio ou mesmo estranhos, desde que sejam sinceros...

A questão social que é a questão operária, caminhará sempre guiada pelos mais inteligentes, que sejam operários como foram Luiz da França e Silva, José Veiga, Antunes de Carvalho, ou mesmo os que não foram... Estevam Estrella e Vicente de Souza.²⁹⁶

Dentre os mentores citados, os nomes de Estevam Estrella e Vicente de Souza, foram emblemáticos para a difusão das ideias socialistas no Brasil, assim como para a organização da classe operária. Os dois militantes, como sinalizou Mariano Garcia, ao afirmar que diferentemente dos tipógrafos Luiz da França e Silva, José Veiga, eram oriundos das camadas médias da sociedade - Estevam Estrella era médico e Vicente de Souza, professor e médico - atuariam junto ao grupo do Círculo Socialista, em Santos.

O Círculo Socialista de Santos foi fundado em 1889, por um grupo que se destacou nas campanhas abolicionista e republicana e, dentre os principais participantes do grupo, intitulado de “socialistas acadêmicos”, estavam os militantes Silvério Fontes, Soter de Araújo, e Carlos Escobar²⁹⁷. Astrogildo Pereira, na tentativa de construir a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB), defendeu que Silvério Fontes fosse o autêntico pioneiro do Marxismo no Brasil²⁹⁸.

Silvério Fontes também era médico, nascido em Sergipe. Em 1881, fixará residência na cidade de Santos, onde manterá contato com a juventude intelectual da cidade, formada na Faculdade de Direito de São Paulo, onde os ecos da Comuna de Paris ganhavam simpatia na comunidade estudantil. No início, Fontes militou contribuindo para o jornal positivista

²⁹⁶ *A Época*, em 19 de agosto de 1912.

²⁹⁷ KONDER, Leandro. *A derrota da dialética; a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988; MORAES FILHO, Evaristo de. *O Socialismo Brasileiro*. Brasília: UNB, Brasília, 1979; HARDMAN, Foot; LEONARDI, Vitor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

²⁹⁸ PEREIRA, Astrogildo. *Formação do PCB, 1922/1928*. Lisboa: [s.n.], 1976. p. 35-36.

Evolução, para logo em seguida aderir ao pensamento marxista²⁹⁹, sendo um dos primeiros a dar forma orgânica³⁰⁰ a essas ideias, inicialmente, sistematizando uma lista de autores para o estudo do socialismo científico, pensando na educação dos militantes³⁰¹.

Por conseguinte, o grupo era considerado como socialistas acadêmicos e, num segundo momento, no imediato Abolição, 1889, fundando o Centro Socialista de Santos, visou colocar as ideias socialistas em prática, com a criação de uma biblioteca para os operários, cuja lista de livros continha autores, tais como: Karl Marx, Benoit Malon, Gabriel Deville, Fred. Engels, August Bebel, J. Jaurès, Enrico Ferri, Dr. Magalhães Lima, Emile Laveleye, F. Lassale³⁰².

Juntamente com Silvério Fontes, outras personagens do movimento abolicionista e republicano compunham o grupo de socialistas de Santos, os médicos Raymundo Soter Araújo e Estevam Estrella, que, promoviam trabalhos filantrópicos na Santa Casa de Misericórdia da Cidade, e Carlos Escobar, professor, jornalista e caifaz³⁰³. O importante é que todos estarão reunidos com Mariano Garcia na citação de Augustin Hamon, em 1896, na Internacional Socialista, em Londres, como referências, ou seja, os difusores do socialismo no Brasil.

Juntos, em uma frente ampla, esses socialistas estiveram presentes em Santos, militando por uma causa maior como a Abolição da Escravidão e pela República que, na prática, não se dissociavam, sendo uma única causa. Na cidade de Santos, colaboravam com os jornais mais radicais da imprensa local, promovendo, através de diferentes associações e clubes, suas bandeiras, a exemplo do clube republicano Nacional que, através da propaganda jornalística, divulgavam a República como regime desejado e denunciavam a contradição do ideal republicano com a escravidão, e da Bohemia Abolicionista, que organizava espetáculos artísticos e literários, para com o lucro de seus ingressos, libertar escravos. Portanto, Santos era um dos pontos nevrálgicos do nascimento do movimento operário e da concentração da força de trabalho assalariado³⁰⁴.

²⁹⁹ HARDMAN, Foot; LEONARDI, Vitor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Editora Ática, 1991. p.185.

³⁰⁰ Podemos entender Silvério Fontes, dentro da perspectiva gramsciana, como um intelectual orgânico na sua tentativa de possibilitar o acesso ao saber sistematizado da doutrina socialista à classe trabalhadora, procurando mudar seu entendimento de mundo. Oriundo das classes médias, percebia a importância da educação na transformação social, e que o rompimento com a estrutura dominante só poderia acontecer a partir do conhecimento das contradições e incoerências de uma sociedade pautada no regime do trabalho escravo.

³⁰² MORAES FILHO, Evaristo de. *A campanha abolicionista...* . Op. cit., p.22.

³⁰³ MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico...* . p.159.

³⁰⁴ HARDMAN, Foot; LEONARDI, Vitor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. Op. cit., p. 206.

Em 1895, o Círculo Socialista de Santos passa a se chamar Centro Socialista, a finalidade da entidade era, de início, divulgar o socialismo da corrente reformista, para isso, seus fundadores – Silvério Fontes, Sóter Araújo e Carlos Escobar - lançam no mesmo ano o jornal quinzenário *A Questão Social*³⁰⁵. O Centro Socialista de Santos, com a colaboração de Vicente de Souza, elabora o *Manifesto Socialista* que será lido 12 anos depois, em 1902, no 2º Congresso Socialista Brasileiro – COB, ocorrido em São Paulo³⁰⁶, organizado por Vicente de Souza e Estevam Estrella, dentre outras lideranças socialistas da época. O *Manifesto* é publicado no jornal *Gazeta operária*, de Mariano Garcia, no Rio de Janeiro, órgão oficial do Partido Socialista Brasileiro, fundado nesse Congresso, numa tentativa de organização de nível nacional³⁰⁷.

Apesar de citar Marx em seus artigos e difundir uma literatura socialista, conforme as reflexões de Leandro Konder, os ideais socialistas adotados nos textos programáticos dos pioneiros do movimento operário, nos primórdios do pensamento e da militância socialista no Brasil³⁰⁸, eram confusos, com uma mistura de várias correntes socialistas, talvez, pelo fato dos livros serem raros no Brasil, e poucos eram os traduzidos, o que nos revela um panorama ainda pior.

O contato com as ideias dava-se através dos jornais e panfletos operários vindos de fora, sendo a maioria de autores franceses ou portugueses, que de forma resumida e ocasional, distribuía-se em capítulos, nem sempre contínuos. E, como a imprensa operária era criada por trabalhadores, sem almejar o lucro, muitas das vezes por falta de recursos, a publicação era interrompida em definitivo, o que resumia mais ainda as ideias³⁰⁹.

³⁰⁵ Sobre o Centro Socialista de Santos e o seu Jornal *A questão Social* ver o trabalho de: TURCI, Alex Neriz. *Para o estudo da questão do socialismo no Brasil: os primórdios em Santos através da publicação de A Questão Social*. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. 2007.

³⁰⁶ MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. In: REIS FILHO, Daniel Aarão [et al.]. *História do Marxismo no Brasil* – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 15-46.p.35.

³⁰⁷ HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria...* .p.195.

³⁰⁸ KONDER, Leandro. *A derrota da dialética; a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta/* Leandro Konder. – Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 79.

³⁰⁹ Estamos considerando aqui, a periodização proposta por Adalmir Leonídio. Segundo o autor, a circulação das ideias socialistas no Brasil pode ser dividida em dois momentos históricos: o primeiro, iniciado nos anos quarenta do século XIX, marcado pelo contato inicial das ideias socialistas pelos intelectuais brasileiros e sua tentativa de difusão através dos nomes de Louis Léger Vauthier, engenheiro francês que em Recife difundiu a doutrina de Charlie Fourier e, pelo médico francês, Benoit Mure, no Rio de Janeiro, e a sua tentativa de fundar um falanstério em Santa Catarina. A partir deles, surgiram outros nomes como os dos pernambucanos Antônio Pedro de Figueiredo e o General José Ignácio de Abreu e Lima, tendo esse último, escrito a primeira obra sobre o socialismo no Brasil, *O Socialismo*. O segundo período será a partir de 1870 até o início do século XX. Cf.

As obras de autores socialistas, que aqui chegavam, em sua maioria, eram traduzidas pelos poucos militantes que tinham acesso ao idioma francês, principalmente, aqueles que cursaram uma faculdade, porque era considerada a língua culta nas academias do período da *Belle Époque*. Para se ter acesso à faculdade, fazia-se necessário ter um saber razoável da língua, demonstrando conhecer o idioma, fato que também possibilitava um contato mais próximo com aquilo que estava sendo produzido na Europa.

No Rio de Janeiro, era bem provável que Vicente de Souza, que foi professor de Latim, Filosofia e Lógica do Colégio Pedro II, antes de se formar médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro³¹⁰, a mesma que Silvério Fontes também cursou, tivesse lido Benoît Malon³¹¹, a principal referência do socialismo integral, assim como era o caso de Evaristo de Moraes, outro que também foi professor, antes de se formar em Direito, e que seus biógrafos o descreve como um defensor convicto das ideias de Malon. Esses dois militantes atuaram, principalmente, a partir da Capital Federal. Já em São Paulo, o médico Estevam Estrella também parece ter tido contato com a obra do autor.

É interessante apontar que os três militantes eram todos muito próximos de Mariano Garcia em diversas lutas. Os três estariam presentes, escrevendo artigos para a primeira edição do jornal *Gazeta Operária*, em 1902, assim como outros nomes do Centro Socialista de Santos que colaboraram com o jornal, a exemplo de Eugenio George.

LEONIDIO, Adalmir. *Positivismo e utopia: as ideias do socialismo utópico no Brasil na segunda metade do século XIX*. 2003. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Rural Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDA / UFRRJ, p.110.

³¹⁰ BATALHA, Cláudio. H. M. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil. Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. p. 24. v.2

³¹¹ Benoît Malon (1841-1893), socialista francês, era filho de operário, foi pastor, tintureiro e professor. Em 1865 entra para a Internacional e no ano seguinte lidera a greve dos tintureiros, meses depois cria uma cooperativa de trabalhadores e uma mutual de crédito. Participou no congresso Internacional, em Genebra, criando diversas seções da Internacional nas províncias, na França. Sua amizade com Eugène Varlin, um dos líderes da Internacional, possibilitou aproximação com o jornalismo ativista. A Associação Internacional dos Trabalhadores é banida da França, tornando-se clandestina, e por fazer parte da Internacional, é condenado a três meses de prisão, depois, a 1 ano, por participar de “movimentos clandestinos”. Entre 1870 e 1871, foi vice-prefeito de Paris, Deputado pelo Sena. Durante a “Semana Sangrenta”, em 1871, condenado à deportação perpétua, foge da França, vivendo 10 anos na Suíça e na Itália. Em 1876 colabora com a revista *L'Égalité*, no ano seguinte funda a revista *Le Socialisme progressif*. Quando retorna à França, em 1880, tornou-se um dos líderes históricos do movimento socialista, conhecido na França e no exterior. Em 1885, fundou a *Revue Socialiste*, além de publicar importantes estudos sobre o socialismo na Hungria, Dinamarca, Espanha e Romênia. Em 1893 escreve sua principal obra: *Le Socialisme Intégral*, morrendo no mesmo ano. Benoît Malon: biographie. Disponível em: <http://www.peintres-et-sculpteurs.com/biographie-573-malon-benoit.html>. Acessado em 17/05/2024.

Se há dúvidas que Vicente de Souza, Evaristo de Moraes e Estevam Estrella leram Benoît Malon, o mesmo não ocorre com relação aos “pioneiros do movimento operário”: Silvério Fontes, Raymundo Soter Araújo e Carlos Escobar³¹², Batalha afirma que leram a obra de Malon, e para confirmar sua hipótese, ressalta a influência singular que o teórico francês exerceu não só no conteúdo publicado no jornal *A Questão Social*, bem como a presença das obras do autor na lista da biblioteca mantida pelo Círculo Socialista de Santos e publicadas como indicação de leitura por esse jornal³¹³.

Outro fato revelador de que o socialismo, principalmente a partir da década de 1880, parecia andar concomitantemente com os movimentos abolicionista e republicano em Santos, entre os “pioneiros do movimento operário”, é a questão da obra de Malon encontrar-se à disposição para o público na biblioteca da já citada Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos, fundada em 1879, onde Soter Araújo atuava como médico da associação “dos cometas” e Carlos Escobar, assim também como Mariano Garcia, agiu como um caifaz.

Com relação à ação do grupo de Santos, em seus discursos, no primórdio da organização da classe trabalhadora, a palavra socialismo estava sempre associada à ideia de que ser socialista era se preocupar com a questão social, na busca por uma sociedade mais justa, entretanto, essas pessoas colocaram-se na responsabilidade de tentar criar um movimento socialista muito mais para educar pela palavra do que como organizações de luta política³¹⁴.

Deste modo, se a intenção era instruir, quanto mais informações, melhor, por isso os “socialistas acadêmicos” utilizavam de correntes e tendências ideológicas distintas, num verdadeiro ecletismo retórico³¹⁵. De acordo com Veríssimo³¹⁶, “Saint-Simon, Auguste Comte, Fourier, H. Spencer, Karl Marx, Lassalle, Bakunin, Tolstoi, Ruskin e os seus discípulos [...] há entre todos um ponto em comum: a condenação da sociedade atual ou pelo menos a convicção da necessidade de reformá-la”.

³¹² BATALHA, Cláudio. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros... .Op. cit., p.24.

³¹³ BATALHA, Cláudio... Op. cit., p.24.

³¹⁴ TURCI, Alex Neriz. *Para o estudo da questão do socialismo no Brasil: os primórdios em Santos através da publicação de A Questão Social*. 2007. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal de São Carlos. São Paulo. p. 31.

³¹⁵ KONDER, Leandro. *A derrota da dialética; a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 83.

³¹⁶ VERÍSSIMO, 1907 apud LEONIDIO, Adalmir. Esta palavra socialismo... Ideias socialistas no Brasil no final do século XIX. *Textos de História*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB. v. 12 n. 1-2 p111, 2004: Dossiê: História Atlântica. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/issue/view/1877>. Acessado em: 23/03/2023.

Dessarte, era, Benoit Malon, a principal referência do socialismo difundido pelo grupo de Santos, devido contato dos “socialistas acadêmicos” com teóricos franceses. Contudo, foram as reflexões de Malon, as que obtiveram mais influência sobre o grupo de socialistas em Santos, inicialmente, com sua obra *Le socialisme réformist*, de 1885, e, em particular, o livro *Le socialisme intégral*, publicado em dois volumes entre os anos de 1890 e 1891.

A importância do *Le socialisme intégral* se mostra evidente quando, a partir dessa obra, o grupo de Santos expandiu-se. Inicialmente, o Centro Socialista, passou, em 1895, a ser denominado Círculo Socialista de Santos. Como orientava Malon sobre a propaganda, com a edição do jornal *A questão Social* para divulgação da doutrina e, em 1902, depois de alguns ensaios, lançou o Partido Socialista Brasileiro.

Com efeito, a influência de Malon sobre o grupo de Santos pode ter mais uma explicação além da preponderância do francês no meio acadêmico, que é pouco abordada por nossa historiografia, a possível influência do socialismo português, através das figuras de Magalhães Lima, Heliodoro Salgado e Angelina Vidal, dentre outros, nos socialistas seguidores de Benoit Malon aqui no Brasil, em uma articulação estreita com o desenvolvimento do pensamento socialista internacional³¹⁷. A interlocução entre os socialistas portugueses e os socialistas aqui no Brasil pode explicar o nome de um português estar entre os livros recomendados para leitura pelo Centro Socialista de Santos.

A influência dos socialistas portugueses, a exemplo de Magalhães Lima, parece ser uma realidade entre os pioneiros do socialismo no Brasil, estando os socialistas portugueses e brasileiros muito mais interligados do que vem demonstrando a historiografia tradicional até hoje³¹⁸.

³¹⁷ SOUSA, Jorge Pais de. *Existiu uma fração socialista no partido republicano? Os casos paradigmáticos de Magalhães Lima e Afonso Costa*. A difusão do socialismo no Brasil. História Revista. Goiânia, v. 18, n. 2, p. 27-71, jul. p. 28. / dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5216/hr.v18i2>. Acessado em: 21/03/2023.

³¹⁸ É pertinente chamar a atenção para a contribuição dos intelectuais portugueses e espanhóis na difusão do socialismo aqui no Brasil e que, diferentemente dos italianos, quase nunca são citados por suas contribuições na divulgação das ideias socialistas, evidenciando com isso, a falta de pesquisas mais robustas sobre as possíveis interlocuções entre intelectuais portugueses e espanhóis que pensavam o socialismo e nas eminentes trocas entre os militantes socialistas desses países - considerados periféricos - com os socialistas aqui no Brasil. No caso específico dos portugueses, levando-se em consideração as similitudes do momento político em que Portugal e Brasil viviam, principalmente no final do século XIX, início do século XX. Tirando a questão do escravismo, em Portugal, assim como o Brasil, discutia-se a questão da representatividade política e a democracia, da educação pública, da laicização, e, com relação ao socialismo, Portugal - considerado um país de industrialização tardia - apesar de estar mais avançado do que o Brasil na organização dos trabalhadores, o movimento operário apresentava-se ainda de forma latente, se comparado a outros países europeus como França e Alemanha. Destarte, nos jornais, principalmente os operários, aqui no Brasil é comum encontrarmos nomes de importantes teóricos do socialismo e do movimento operário português, tais como: Magalhães Lima, Heliodoro Salgado, Oliveira Martins, Afonso Costa e Angelina Vidal, dentre outros intelectuais que promoviam importantes interlocuções entre Portugal e o Brasil. Um exemplo desse diálogo entre militantes dos dois países é a presença

No jornal *Gazeta Operária*, em 1902, sobre a corrente socialista que seu grupo seguia, Mariano Garcia afirma: “Somos operários e adeptos fervorosos das sublimes doutrinas pregadas por Benoit Malon, na França; Magalhães Lima, em Portugal, Turati, na Itália”³¹⁹. Em 1912, na sua “Coluna Operária” do jornal *A Época*, Mariano Garcia, ao fazer um resumo sobre todos os Congressos Operários já ocorridos no Brasil, novamente cita Magalhães Lima e referencia uma das suas obras: *O Livro da Paz*, como o local no qual foram publicadas todas as resoluções obtidas no 1º Congresso Operário, de 1892, este promovido por França e Silva, na Capital Federal³²⁰.

É interessante perceber que nesse livro Magalhães Lima demonstrou conhecer o movimento operário brasileiro com certa propriedade³²¹. Nele, afirma que esse movimento operário brasileiro, no ano de 1895, passava por uma situação especial, após a morte de França e Silva e o exílio de Vinhaes. Assim, o movimento operário no Brasil: “pode comparar-se a um grande exército a quem falta um general [...]. As forças existem dispostas para luta; faltam, porém, um chefe, uma cabeça, para dirigir o movimento”³²².

Para o autor, o afastamento das duas lideranças deixou um “vácuo de poder” na década de 1890. Vinhaes representava, mesmo que ainda de forma embrionária, a voz do operariado na política formal, e França e Silva, a militância aguerrida do movimento na luta por direitos. Apesar das divergências, principalmente no entendimento sobre a composição do partido operário, havia um horizonte que uniria as duas lideranças: a necessidade de organização dos trabalhadores na luta por direitos e cidadania³²³.

Filho de imigrantes portugueses, Sebastião de Magalhães Lima nasceu no Rio de Janeiro, em 1850 e, aos cinco anos de idade, sua família retornou para Portugal, anos depois

da socialista e feminista Angelina Vidal no jornal *Gazeta Operária*, em 1902, onde suas colunas escritas para o importante jornal operário de Portugal que é publicado até hoje: *A Voz do Operário*, e reproduzidas por Mariano Garcia. Outro jornal que passa a publicar colunas de Angelina Vidal é *A Época*, em 1912.

³¹⁹ Jornal *Gazeta Operária*. Em: 28 de setembro de 1902.

³²⁰ Diferentemente do que foi postulado por Mariano Garcia, a historiografia entende como o congresso operário ocorrido na Capital Federal, em 1906, como o Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Tal perspectiva baseia-se pela quantidade de delegados presentes, representando associações de trabalhadores de todo o Brasil, dentre outras referências. Mas, com relação aos pontos debatidos e as deliberações tomadas, tanto as de 1892, como as de 1906, são bastante próximas.

³²¹ LIMA, Sebastião de Magalhães. *O livro da Paz*. Lisboa: Antiga Casa Beltrand. José Bastos, livreiro editor. 1895. p.167.

³²² *Ibidem*. p. 167.

³²³ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* p. 63-64.

naturalizou-se português. Segundo Sousa, sempre manteve contato com intelectuais e políticos brasileiros, a exemplo de José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Silva Jardim³²⁴. Formado em direito pela Universidade de Coimbra em 1875, foi como escritor e jornalista que se destacou³²⁵.

Membro do Partido Republicano de Portugal, como amigo pessoal de Malon e reconhecedor de suas ideias sua ação na política era inspirada na visão “possibilista” do socialismo, sendo um dos primeiros a traduzir sua obra para o português, sobressaindo-se como um divulgador do pensamento socialista integral em Portugal e no Brasil, com a publicação de mais de 40 livros de diferentes temáticas, mas com ênfase na propaganda política, além de 19 folhetos. A sua militância no Partido Republicano e a rede internacional de contatos, que desenvolveu, permitiu que alguns de seus livros fossem conhecidos no Brasil³²⁶.

A aproximação dos teóricos portugueses com os intelectuais e políticos brasileiros, principalmente os ligados à questão da Abolição e da República - temas centrais para o movimento operário no Brasil, com destaque para o grupo de Santos - pode ser uma chave de entendimento da influência de Malon sobre os primeiros socialistas, não só na cidade de Santos, mas também nos militantes da Corte, e depois, Capital da República.

Lembremos que em 1882, bem antes de escrever para o jornal *A Redempção* em Campinas, Mariano Garcia já atuaria como propagandista na organização da classe dos cigarreiros, na Corte e, em 1889, pouco antes da Proclamação da República, concomitante com o desempenho do grupo de Santos e do Círculo Socialista, Mariano Garcia juntamente com Gustavo de Lacerda, um importante propagandista socialista, lançava no Rio de Janeiro, o jornal *A Nova Fase*³²⁷.

A ação de Mariano Garcia ia de encontro às orientações do socialismo, que tinham na imprensa operária um instrumento estratégico para a divulgação da doutrina - como apontava Malon, da arregimentação e, organização da luta política da classe trabalhadora, comprovada pelo fato de, a partir da Proclamação, suas atividades jornalísticas se intensificam, quando

³²⁴ SOUSA, Jorge Pais de. *Existiu uma fração socialista no partido republicano...* p. 28.

³²⁵ Numa tabela apresentada pela autora Lia Ribeiro, Magalhães Lima está entre os três maiores “dinamizadores culturais” de atividades de propaganda republicana e socialista em Portugal. Também nessa tabela encontramos os nomes de Heliodoro Salgado e Angelina Vidal. Ver: RIBEIRO, Lia Paulo. *A popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 2011. p.66.

³²⁶ SOUSA, Jorge Pais de, op. cit., 28.

³²⁷ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* p. 75.

lança, meses após a Proclamação, vários jornais, quase que de forma simultânea, a exemplo dos: *A Alvorada* (1890)³²⁸; *Voz do Povo* (1890)³²⁹; *Jornal dos Operários* (1891)³³⁰, concentrando sua militância no Rio de Janeiro, centro político e industrial do Brasil.

É relevante o alcance do grupo de Santos, na prática de Mariano Garcia como agente político. Estes militantes, envolvidos em projetos de reformas mais amplos do que o simples fim da escravidão e do Império, tiveram forte impacto na conformação das lutas políticas não só locais como na Corte, promovendo um intercâmbio de ideias ao atuarem como abolicionistas e republicanos, mas também como socialistas, funcionando como palco para organização dos iniciantes movimentos operários no último quartel do século XIX.

De acordo com Machado:

Aproximações entre as lutas abolicionistas e os nascentes movimentos operários, o extravasamento das inquietações políticas e sociais relativas ao papel do trabalhador livre num país escravocrata, a crescente onda de imigrantes e ideias provenientes da Europa, marcavam o discurso daqueles que identificavam, no movimento abolicionista, algo além da mera substituição do braço cativo pelo livre nas fazendas cafeeiras³³¹.

Permitiu a atuação política dos iniciais movimentos sociais, em particular, o abolicionista, que funcionou como primeira plataforma para organização de incipientes movimentos operários. Dessa forma, verificamos que:

Realmente, não é preciso ir muito longe para se perceber que algo novo se delineava a partir da movimentação abolicionista, no apertado figurino político imperial. A própria trajetória política de alguns dos mais notáveis nomes abolicionistas revela certa inovação: foi no restrito caminho da notoriedade e popularidade que os luminares do movimento abolicionista projetaram-se no cenário político³³².

O grupo de Santos e sua rede de solidariedade, assim como a atuação de Mariano Garcia como caifaz, foram uma importante escola na formação de sua consciência social e nas suas escolhas políticas. Um exemplo disso surge em seu depoimento sobre o lançamento daquilo que seria o seu protótipo do jornal de classe: *O cigareiro*, em 1885:

Naquele tempo não se falava em centros operários, em associações de classe, em revolução social, em socialismo, anarchismo, nem greves, e só eu, pobre partícula dessa classe tive um dia a triste ideia, isto lá pelos anos de 1885, de fundar uma folha:

³²⁸ Jornal *O Paiz*, em 12 de maio de 1890.

³²⁹ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...* p. 75.

³³⁰ Jornal *O Paiz*, em 27 de abril de 1891.

³³¹ MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico. Os movimentos sociais ...* .p.162.

³³² MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico. Os movimentos sociais ...* .p.158.

O cigareiro, para tratar exclusivamente da defesa da classe, ideia essa que os companheiros fizeram bem em não querer me ajudar, porque então essa fazia de tudo isso outra ideia que hoje não faço³³³.

Nessa data, de forma embrionária, num primeiro momento como jornalista, Mariano Garcia não utiliza o potencial do jornal como ferramenta de organização da classe trabalhadora, mas, apenas na mobilização da sua classe, trabalhando pelo interesse dos cigarreiros. Entretanto, em 1890, num segundo tempo histórico, com a República implantada, como demonstrou o jornal *A Alvorada*, ele e seus companheiros ressaltaram a necessidade de mobilização da classe operária como um todo e, da organização em associações de classe, observando a obrigação da formação do partido operário pelos trabalhadores na luta por direito. Diferentemente do *O Cigarreiro*, verificamos a presença de diferentes doutrinas e correntes como o socialismo utópico, o positivismo e a religião no mesmo jornal, aquilo que Konder denomina de “ascetismo confuso”³³⁴.

Cláudia Santos chama a atenção para essa mistura de doutrinas - o que ela denomina de “confusão teórica” - não ser uma característica apenas dos “países importadores”, mas também estar presente nos próprios países europeus de onde as ideias originavam-se. Portanto, nem nas regiões de onde as ideias são oriundas elas apresentam-se como um “bloco monolítico”, sem contradições e incoerências³³⁵.

Procuramos, nesse capítulo, demonstrar as diferentes experiências vividas por Mariano Garcia na sua formação como ator político, as muitas redes de solidariedades constituídas no seu fazer-se como sujeito coletivo, e os distintos campos em que se inseriu na luta pelo direito dos trabalhadores.

Sua agência no processo abolicionista, atuando em Campinas como caifaz, sua militância como republicano e socialista, agindo tanto em Santos como no Rio de Janeiro, e a construção de um aprendizado da importância do jornal como ferramenta de mobilização nos diferentes campos de luta e, como tudo isso contribuiu na construção da sua consciência social, influenciando na sua ação como militante socialista, na busca pela organização da classe operária na Primeira República.

Mariano Garcia como liderança operária lutou na constituição de espaços no cenário nacional para os trabalhadores, entendendo ser o trabalhador um importante agente político na

³³³ *A Época*, em 09 de agosto de 1912.

³³⁴ KONDER, Leandro. *A derrota da dialética...* p.83.

³³⁵ SANTOS, Cláudia Regina Andrade. *Disputas políticas pela Abolição no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Vozes 2023. p.20.

luta por direitos e de cidadania na construção de uma sociedade mais justa. Enfim, após demonstrar as diferentes experiências vividas por Mariano Garcia na sua formação como ator político, no capítulo 2, analisaremos sua trajetória como jornalista.

2 O JORNALISMO COMO PRÁXIS. DE OBSCURO RABISCADOR DE LINHAS A DECANO DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Mas, qual o novo Protheo, qual o novo Hércules, quem revestirá as formas dos deveres que vimos de enunciar (...)?

A imprensa, por meio do jornalismo, responde Marrast, porque o jornalismo é a intervenção ativa e constante do país em seus próprios negócios, e o país esclarecido intervém por duas formas em seus interesses;- pela ação, em épocas precisas; pela opinião, todos os dias³³⁶.

A história da imprensa operária estabelece uma relação mútua com a do movimento operário, estando integradas, inter-relacionadas e, possuindo, então, lugar-comum na historiografia do movimento operário, principalmente em sua origem. Quanto à ênfase do jornal produzido por e para os trabalhadores, ele é considerado como um importante instrumento de luta, organização, conscientização e mobilização operária³³⁷, sendo um imprescindível canal de arregimentação e expressão da classe trabalhadora, conforme determina os princípios socialistas, defendidos por seus mais destacados teóricos, a exemplo de Benoît Malon, que costumava pregar em suas obras a importância da tríade: o jornal, o partido e o sindicato, porquanto diretrizes da organização dos trabalhadores.

Os pesquisadores da História Social do Trabalho, em particular, os que estudam a emergência da classe operária urbana no Brasil, na busca por espaço político e direitos sociais, têm usado, com frequência crescente, os jornais produzidos por trabalhadores, em suas diferentes correntes ideológicas, como fonte e/ou objeto documental primordial para as suas investigações, nas mais distintas abordagens. Sendo unânimes na defesa da relevância do jornal operário como mobilizador e organizador dos trabalhadores, principalmente após a Proclamação da República, pois, cada organização operária formava-se, uma das suas primeiras, se não, a primeira providência, era a publicação de um jornal para divulgar as palavras das lideranças, seus ensinamentos e orientações ideológicas, comunicando, encontros e reuniões operárias.

³³⁶ *Voz do Povo*, em 06 de janeiro de 1890. O jornal *Voz do Povo* – órgão operário dos Estados Unidos do Brasil - foi uma folha diária, que teve o seu primeiro número lançado no dia 06 de janeiro de 1890. Tinha como diretor o tipógrafo e líder operário José Veiga, que junto a Maurício Velloso, dono da oficina situada na rua Uruguaiana nº 170, onde o jornal era impresso, respondia pelo jornal. Possuía vários redatores, dentre eles, Mariano Garcia. O jornal tinha como proposta: “Cuidar constantemente de difundir conhecimentos de instrução artística, moral e intelectual pelas massas laboriosas, dentre outros objetivos”. Teve curta duração por conta da morte prematura de José Veiga. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³³⁷ FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil 1880-1920*. Petrópolis/RJ: Vozes. 1978. p.45.

Maria Nazareth Ferreira, uma das pioneiras nos estudos sobre a imprensa operária, observa a importância do jornal operário, segundo a autora:

A utilização do jornal como veículo de comunicação foi de grande proveito para a organização da classe trabalhadora brasileira. Basta averiguar a intensa rede de jornais que surgiu com a fundação de ligas e uniões e a grande tiragem que estes jornais atingiram nos períodos que antecederam os movimentos grevistas. Em todos os acontecimentos relevantes que empolgavam os trabalhadores brasileiros o jornal mostrou-se o principal veículo de comunicação. Através de suas páginas a liderança operária orientava as massas trabalhadoras. As palavras dos líderes eram imprescindíveis ao encaminhamento das questões operárias³³⁸.

O texto citado destaca os jornais operários como principal meio de comunicação para a classe trabalhadora. E, a partir do enfoque do ponto de vista do emissor, isto é, aquele que produz a mensagem e, propondo aqui um alargamento analítico das fontes, na tentativa de se produzir outros horizontes de possibilidades epistemológicas.

Dessarte, considerando-se o ponto de vista do receptor, sendo este, aquele a quem se destina a mensagem, a imprensa operária pode ser todo aquele periódico que possui como assunto os problemas da classe trabalhadora, mesmo que não os aborde objetivamente, como acontece com um jornal de classe, mas que, de alguma forma, o periódico se comunica com os trabalhadores, abordando assuntos de seu interesse, mesmo que a mensagem esteja limitada em uma coluna destinada aos trabalhadores.

E, se a imprensa é um espaço de disputas, um campo político alternativo, que tem em vista influenciar a opinião pública e legitimar determinados interesses³³⁹, os jornais da grande imprensa - o que Gramsci denomina de imprensa hegemônica - também podem desempenhar o papel de transmissão de uma imprensa operária, quando, numa tendência crescente de particularização na busca de públicos específicos³⁴⁰, dá espaços às lideranças operárias em seções que abordam assuntos pertinentes à classe trabalhadora. Muitas dessas lideranças desenvolveram, paralelamente, uma comunicação para a sua classe nos jornais burgueses, ao mesmo tempo que se empenhavam nas atividades dos jornais de classe, produzidos por e para operários³⁴¹. Maciel ressalta que:

³³⁸ FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil...* p. 15.

³³⁹ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. p.48.

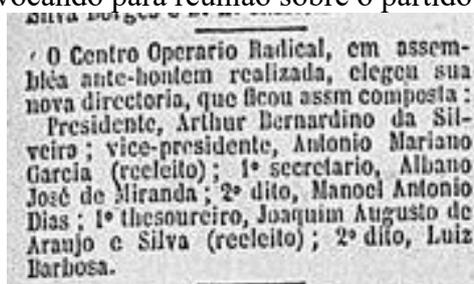
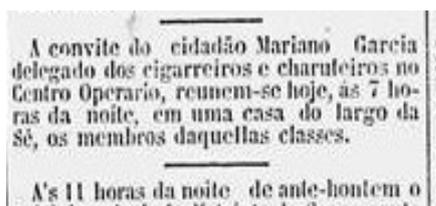
³⁴⁰ *Ibidem*, p.47.

³⁴¹ Maria Nazareth Ferreira assinala que, somente a partir dos três elementos básicos da comunicação: emissor, receptor e mensagem, não se é possível conceituar a imprensa operária, sendo mais complexa a definição. Mas um ponto ajuda a defini-la: diferente da imprensa burguesa, sua mensagem não é mercadoria a ser consumida, não se busca o lucro, por isso, não possui um proprietário, é fruto de um grupo, onde o receptor não é um

podemos compreender a reconhecida militância em periódicos como tentativa de criação de outros canais de ação, negociação e pressão política – ao lado de greves, piquetes, comícios e outras formas de lutas - mas, também, para encaminhar reivindicações mais amplas em prol da ampliação da participação popular na vida pública naquele período³⁴².

De modo geral, a presença da militância na imprensa comercial, exemplifica abaixo, nas figuras 6 e 7, pode constituir-se como uma das estratégias de auto-organização e formação de um movimento autônomo de trabalhadores. Ao escrever colunas para a imprensa burguesa, divulgando as agendas políticas dos trabalhadores nos diversos espaços públicos, os militantes viabilizam a grande imprensa também como possíveis campos de negociação política entre trabalhadores, patrões e o Estado, como podemos perceber nas imagens 6 e 7, abaixo.

Figuras 6 e 7 - Mariano Garcia convidando seus colegas de classe para reunião. Novamente, n' O paiz, em 06 de junho de 1892, convocando para reunião sobre o partido operário (CPO).



Fonte: No jornal *O Paiz*, em 21 de fev. de 1890.

2.1. Os jornais como instrumento de resistência

Em 1924, o hebdomadário, *A Voz do Chauffeur*, publicava na página nove, uma matéria que tratava sobre as eleições municipais para intendente, no Rio de Janeiro e pedia votos para Mariano Garcia, fundamentado pelas seguintes informações:

elemento passivo, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização, numa relação horizontal e interativa, coisa que, a grosso modo, não acontece nos jornais burgueses. Entretanto, podemos ver nas colunas operárias dos jornais da grande imprensa, essa relação horizontal e interativa acontecer, mesmo que de forma limitada, no espaço ocupado por elas. Pois, assim como nos jornais operários, os militantes defendem suas posições ideológicas, informam a classe operária sobre eventos específicos, denunciam as explorações e injustiças às quais as diferentes classes são submetidas. Cf. FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil*. Editora Ática S.A – São Paulo; 1988. p.5,6.

³⁴² MACIEL, Laura. A. Imprensa, esfera pública e memória operária - Rio de Janeiro (1880-1920). *Revista de História*, São Paulo, n. 175, p. 415-448, 2016. p. 428. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/109940>. Acessado em: 12 abr. 2023.

Quem não conhece o nome de Mariano Garcia, esse antigo operário cigarereiro, que tem seu nome ligado a todos os movimentos havidos no Brasil em prol do proletariado, após a Proclamação da República?

Mariano Garcia vem desde 1887 batendo-se na imprensa, primeiro, por esse tempo, em São Paulo, n' "*A Redenção*", órgão da propaganda abolicionista do saudoso Antonio Bento, pela liberdade dos escravos, tendo acompanhado com entusiasmo e simpatia essa propaganda e a propaganda republicana, ingressando depois de 15 de novembro de 89, no movimento operário iniciado em 1890, por França e Silva, José Veiga e Gustavo Lacerda. Como operário, fundou diversos semanários dedicados à defesa operária, sendo o 1º, a "*Nova Fase*", em 1889; "*A Alvorada*", em 1891; "*O Operário*", em 1895; a "*Gazeta Operária*", em 1902 sendo que este teve diversas fases, além da "*Voz do Operário*" e muitos outros em que colaborou sempre defendendo questões operárias.

Foi depois redator da coluna operária d' "*A Época*"; d' "*O Paiz*", do "*Correio da Noite*", d' "*A Tribuna*", d' "*A República*", d' "*O Rebate*"; d' "*A Razão*", e atualmente da seção "*Gazeta Operária*" da "*Gazeta de Notícias*" e nosso colaborador, escrevendo a "*Chronica Semanal*" e "*A Nota*", colaborando ainda em diversos outros jornais³⁴³.

Nos trabalhos que têm como tema a organização da classe trabalhadora na Primeira República – em particular, no recorte temporal em que essa pesquisa se insere - é recorrente o uso dos jornais operários como fonte e objeto de pesquisa por diversos autores tais como: Ângela de Castro Gomes, Cláudio Batalha, Marcelo Badaró Mattos e Sidney Chalhoub, dentre outros. No entanto, são poucos os autores que utilizam os jornais da imprensa comercial como fonte de análise para, a partir deles, entender a formação da classe trabalhadora, pois a imprensa burguesa, representante legítima das classes dominantes, diferentemente dos jornais operários, em tese, não tratam de interesses dos trabalhadores.

No entanto, é interessante relativizar esse postulado, já que os jornais burgueses apresentavam, por princípio, uma contradição. É que em nome do monopólio da informação, na procura crescente por leitores e, conseqüentemente, por lucro, os jornais da grande imprensa configuravam-se como um espaço de vozes dissonantes de várias matizes que buscavam, contestar o sistema de dominação, inclusive, através das vozes dos próprios militantes e líderes operários³⁴⁴, que escreviam nos jornais, fato denominado de "jornalismo marginal"³⁴⁵.

³⁴³ *A Voz do Chauffeur*, em 08 de fevereiro de 1926. Esse jornal foi um hebdomadário da classe dos chauffeurs do Rio de Janeiro. Situado à rua da Misericórdia nº 10, seu primeiro número foi lançado em 13 de setembro de 1924, com a missão "de defesa e orientação da classe mais ingrata e malquerida do Rio de Janeiro, a classe que dá nome ao jornal". Mariano Garcia, a partir de 1925 começa a colaborar com a coluna "Chronica Semanal", onde abordava diversos assuntos sobre o cotidiano do trabalhador no Rio de Janeiro. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁴⁴ Corroborando, Darnton afirma não reconhecer, conscientemente, uma tendência liberal ou de esquerda, presente no jornalismo. Para o autor: o "cara rijo", o "tira", o correspondente diplomático e o ministro das Relações Exteriores, estão unidos pela natureza de suas tarefas e desenvolvem inevitavelmente alguns pontos de vista em comum. Para melhor entendimento. Cf. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette...* .p.49.

³⁴⁵ COUTINHO, Eduardo Granja. Processos contra hegemônicos na imprensa carioca, 1889/1930. In: COUTINHO, E. Granja. Org. *Comunicação e contra hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p.68.

Com relação a pouca utilização da imprensa comercial como fonte de análise para se pensar a formação da classe trabalhadora e o movimento operário, pontua-se:

a despeito do caráter conservador do jornalismo brasileiro durante a República Velha, havia, no interior da imprensa burguesa carioca, uma tendência contra hegemônica. Tendência que, em sua crítica às oligarquias, ao poder rural, ao voto de cabresto, à inexistência de cidadania no país, propugnava por um outro modelo de República, fazendo-se herdeira dos ideais de liberdade que efetivamente não se realizaram na República dos Coronéis. Apesar de sua heterogeneidade ideológica e da diversidade de formas, linguagens e gêneros pelos quais se manifestava (crônicas, reportagens, caricaturas, textos humorísticos, críticas literárias, notícias, artigos), tal tendência se unificava na expressão de um conteúdo crítico, e democratizante³⁴⁶.

Os jornais da grande imprensa, na transição para o século XX, começam a organizar-se nos moldes empresariais, em indústria de informação voltados para a notícia como produto, como veículo de entretenimento e prestador de serviço de utilidade pública. Mas engana-se quem pensa que a imprensa burguesa não é política nem ideológica, pelo contrário, na busca por manter o *status quo*, enquanto começa a se massificar a política nos espaços públicos, buscava orientar a opinião pública na defesa dos interesses da classe que representava e da sua visão de mundo, mas sem a preocupação de ser ela, a imprensa, um instrumento de transformação da sociedade.

Contudo, embora conservadores, os jornais burgueses carregam, na sua prática, contradições. Os periódicos, sendo por natureza espaços próprios às sociabilidades, ao fazer circular a informação, influíam e eram influenciados por seus leitores, por isso não se mostravam indiferentes aos acontecimentos relativos aos trabalhadores e ao seu mundo, noticiavam as greves que aconteciam, denunciavam as péssimas condições de trabalho de algumas fábricas, os baixos salários dos trabalhadores, as longas jornadas de trabalho, e a exploração do trabalho infantil e o das mulheres, numa posição nem sempre contrária às reivindicações dos trabalhadores.

Isso acontecia, em parte, por serem as redações dos jornais, um local de vozes dissonantes e contraditórias, onde se encontravam não só intelectuais de renome da literatura nacional, mas, também:

intelectualidade de baixa extração social, um segundo escalão de jornalistas sem títulos, status e diplomas que, não pertencendo à elite intelectual e econômica da sociedade, encontravam-se, pela sua própria condição de classe, ligados à vida das camadas populares³⁴⁷.

³⁴⁶ Ibidem, p. 67.

³⁴⁷ COUTINHO, Eduardo Granja. Op.cit.,p. 69.

Nessa perspectiva, não era difícil encontrar nos jornais comerciais, sessões que, de alguma forma, defendiam interesses da classe trabalhadora, tais como: “Coluna Operária” do

O advogado e militante socialista Evaristo de Moraes escrevia colunas para os jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, assim como para os jornais operários como o *Gazeta Operária*, de Mariano Garcia, em 1902. Mas não era somente os socialistas reformistas que podem ser citados, Pausílipo da Fonseca, um importante líder anarquista, redator do jornal anarquista *A Greve*, também escrevia colunas para o *Correio da Manhã*.

O próprio Mariano Garcia apresenta-se como um dos melhores exemplos de militantes que procuravam ocupar todos os espaços que a imprensa possibilitava para defender suas ideias, logo no início da República, aparecia redigindo ou contribuindo para vários jornais operários como: *Voz do Povo*; *A Alvorada*; *Operário*; *Jornal dos Operários*, assim como nos da grande imprensa, escrevendo colunas, mas, de forma esporádica, para *O Paiz* e *Gazeta de Notícias*; ou para jornais não tão expressivos com relação à tiragem, mas de relevância para o momento político da época como *O Tempo*.

Seu começo como jornalista, escrevendo diariamente na coluna operária dos jornais comerciais, parece ter acontecido no ano de 1897, a convite de Gastão Bousquet³⁴⁸ da *Gazeta da Tarde*³⁴⁹, quando esse substituiu João Juvêncio Ferreira de Aguiar como redator-chefe do jornal. Gastão Bousquet foi companheiro de Mariano Garcia na luta antiescravista e, assim como ele, também foi um caifaz. Sobre Gastão Bousquet, Mariano Garcia irá escrever:

O talentoso moço Gastão Bouquet, ilustrado redator chefe da *Gazeta da Tarde*, nesta nova fase do antigo órgão de propaganda abolicionista, presta um inestimável serviço a classe operária cedendo esta coluna diária para aqui discutirmos todos assuntos que só prendem ao nosso interesse. É que Gastão Bousquet é um moço sempre pronto a auxiliar todas as ideias nobres como é a propaganda socialista, com o mesmo entusiasmo com que defendeu a causa abolicionista ao lado desse heroico caboclo que se chama Antônio Bento, em São Paulo, com o mesmo ardente entusiasmo com que se bate pelos puros princípios republicanos³⁵⁰.

³⁴⁸ Gastão Raul de Forton Bousquet, ou Gastão Bousquet, era escritor, autor teatral, jornalista e poeta, nasceu em Santos em 23 de setembro de 1870, sendo filho do Dr. Alexandre Bousquet, cônsul da França em Santos e médico de muito conceito e reconhecido valor. Aos 16 anos, no último período das duas campanhas, abolicionista e republicana, ingressa nas lutas da imprensa ao lado dos moços da Bohemia Abolicionista, em Santos. Em 1889, logo após a proclamação da República, transfere-se para o Rio de Janeiro, participando ativamente da vida política da cidade. Cf. Cultura Niterói. Disponível em: <https://culturanageroi.com.br/busca?busca=Gast%C3%A3o%20Bousquet>. Acessado em 23/11/2023.

³⁴⁹ O *Gazeta de tarde* foi um periódico que marcou época na história política e cultural do Brasil. Fundado em 1880, no Rio de Janeiro, por José Ferreira de Menezes, dono da *Gazeta de Notícias*. Era abolicionista e republicano e, tinha como redatores, Lopes Trovão, Azevedo Sobrinho, Gomes de Lima, José do Patrocínio, Argemiro Gabriel Figueiredo Coimbra e Saldanha da Gama. Mariano Garcia estreia sua “Columna Operária”, meses depois do jornal sofrer o empastelamento, por supostamente, defender os moradores de Canudos. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁵⁰ *Gazeta da Tarde*, em 03 de setembro de 1897.

E, continuando na mesma matéria, pontua sobre a sua participação no jornal, afirmando sobre a importância, para a luta operária, do espaço cedido pelo companheiro, “A classe operária não tinha uma coluna em um jornal diário, porque a classe operária é e deve ser socialista e a imprensa grande não quer se prestar a alimentar essa propaganda que julga perigosa”. E, sobre o insucesso das suas muitas tentativas de criar um jornal destinado à instrução da classe operária, Mariano Garcia comenta, “A classe operária, devido à falta de conhecimentos e instrução, não tem dado tanta importância as folhas que em diversas épocas tem aqui aparecido, tendo por isso, até hoje fracassado todas as tentativas”. Finalizando o artigo, faz uma defesa da orientação socialista e saúda Gastão Bousquet, pela iniciativa:

um jornal como a *Gazeta da Tarde* [...] presta enorme serviços à classe operária e as doutrinas socialistas, única esperança da classe proletariada em todo o mundo. Acresce uma circunstância poderosíssima, que o operariado deve tomar em consideração: que Gastão Bousquet, como Antônio, e como outros que batem por ideias nobres sem outro fito a não ser ao bem comum, vem tomar também a defesa da nossa causa, porque sabem que é a causa da justiça, a causa da humanidade que sofre o peso da má organização social.³⁵¹

Mariano Garcia, apesar das divergências com relação à condução da luta operária, também contribuía com jornais divulgadores de ideários anarquistas, quando o assunto tratava das convergências ideológicas entre os dois grupos, ou seja, a necessidade de se organizar a classe trabalhadora na luta contra a exploração, escrevendo colunas no jornal anarquista *Terra Livre*³⁵². Porém, sem se furtar, quando se mostrava conveniente, de tecer severas críticas aos anarquistas, tais como os “perturbadores da ordem”³⁵³, “hostes dos sonhadores das sublimes doutrinas de Bacconine (sic)³⁵⁴, “tão belas, mais tão afastadas do senso prático do presente”³⁵⁵.

A presença de diferentes correntes de ideias, que disputavam a condução ideológica da

³⁵¹ *Gazeta da Tarde*, em 03 de setembro de 1897.

³⁵² TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. - Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2013. p.264.

³⁵³ *A Época*, em 17 e 18 de setembro de 1912.

³⁵⁴ Aqui, Mariano Garcia referia-se a Mikhail Bakunin. Nascido na Rússia (1814-1876), Bakunin foi um teórico político e destacado revolucionário, que teve importante papel para o desenvolvimento do anarquismo na Europa Ocidental do século XIX. O socialismo concebido por Bakunin era conhecido como “anarquismo coletivista”, no qual os trabalhadores poderiam administrar diretamente os processos de produção por meio de suas próprias associações produtivas. Assim, haveria modos igualitários de subsistência, fomento, educação e oportunidades para todos. Mariano Garcia não condenava a doutrina anarquista, em algumas passagens elogiava os pensamentos de Proudhon e Bakunin, demonstrando conhecê-las, mas criticava a defesa da abolição imediata do Estado e o radicalismo de alguns membros com relação, principalmente, à condução das greves. Cf. *A Época*, em 15 de nov. de 1912.

³⁵⁵ *A Época*, em 27 de novembro de 1912.

classe operária em um mesmo jornal, ao exemplo de Evaristo de Moraes e Pausílipo da Fonseca, ocupando o mesmo espaço no *Correio da Manhã*, evidencia que os jornais da grande imprensa não se preocupavam em defender uma posição político-ideológica específica³⁵⁶.

A imprensa burguesa do final do século XIX, início do século XX, também dava voz não só aos interesses da burguesia, mas aos anseios e reivindicações da classe média nascente e do proletariado urbano que começava a se organizar e se agitar; por isso, é recorrente encontrarmos notícias de convocação de reuniões operárias para formação de sindicatos, partidos políticos ou mesmo para as paralisações.

Para Gramsci, a hegemonia não explica somente o domínio da burguesia sobre o proletariado, mas também, a resistência do proletariado frente à ideologia dominante³⁵⁷, demonstrando que nessa relação “a dominação não encontra a outra classe subordinada, submissa, porquanto, que existem dois elementos ativos, mesmo que um prevaleça sobre o outro”³⁵⁸. E, ao criar espaços na imprensa burguesa dando voz à classe trabalhadora, a burguesia como classe hegemônica cria sua própria contradição, pois, “a realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva”³⁵⁹.

Os jornais da grande imprensa procuravam sempre se apresentar como imparciais, mas os militantes, na defesa de seus interesses de classe, mesmo que ainda incipientes, tinham por experiência de luta o entendimento de que essa imprensa não era imparcial – o próprio Mariano Garcia sempre se referia à imprensa comercial como burguesa - e que buscava impor seus valores, crenças e visão de mundo. Dentro desse aspecto, uma pergunta torna-se pertinente: o que levava então lideranças socialistas a colaborarem com a grande imprensa burguesa, contribuindo, em parte, com a difusão da sua ideologia?

Recorrendo a Thompson, quando o mesmo afirma: “Se estamos interessados na

³⁵⁶ Partindo do pressuposto que a imprensa busca não só a rentabilidade, mas, também, capital político como forma de exercer poder. Para Bourdieu, com relação ao poder, ele só pode ser exercido dentro do campo político e está diretamente ligado à sua maior acumulação de capital, seja ele cultural, intelectual, econômico, ou através das suas diferentes formas de representação. E o que determina a posição de dominação dos sujeitos dentro do campo, é justamente o acúmulo de capital que eles conseguem ter. O poder simbólico exercido pelo campo jornalístico consegue legitimar discursos e influenciar as massas, interferindo, assim, nas questões políticas. Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

³⁵⁷ COUTINHO, Carlos Nelson, NOGUEIRA, Marco Aurélio e HENRIQUES, Luiz Sérgio (Org.). Antônio Gramsci. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). p. 218.

³⁵⁸ TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro...* p.264.

³⁵⁹ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. p.116.

transformação histórica, precisamos atentar para as minorias com linguagem articulada”³⁶⁰ e, partindo desse pressuposto, entendemos a presença de socialistas nos jornais burgueses como uma estratégia de luta, que buscava ocupar todos os espaços possíveis para a conscientização dos trabalhadores na construção de identidade para a classe, na divulgação das suas ideias, mesmo no espaço reduzido que a coluna de jornal ocupava.

Os militantes-jornalistas procuravam falar para, e, em nome da grande massa de trabalhadores que, pela sua baixa politização, nem sempre atendiam aos chamamentos, por isso era preciso reforçá-los constantemente, mesmo que não fosse por meios dos jornais operários, tidos como “veículos oficiais” dos trabalhadores.

Com relação à participação da “minorias com linguagem articulada” nas páginas dos jornais da grande imprensa, utilizando do arsenal ideológico da burguesia - linguagem e vocabulário – no intuito de atingir o objetivo maior que era a conscientização da classe trabalhadora, ao apropriar-se do vocabulário e da linguagem, criava espaços alternativos nos jornais comerciais na perspectiva da luta de classes, passando suas mensagens, e com isso, divulgando por “caminhos não convencionais” o ideal de sociedade, defendido por essas lideranças socialistas “com linguagem articulada”, para a classe trabalhadora.

Escrevendo colunas dos jornais da grande imprensa, muitos desses colunistas eram militantes dos mais ativos do movimento operário, líderes que escreviam e editavam jornais operários. Muitos deles já atuando no mundo da imprensa desde a Abolição, por isso, compreendiam o poder de divulgação de ideias que os jornais da grande imprensa possuíam, entendiam também que o jornal burguês não era monológico, que dialogava com vários setores da sociedade e, o mais positivo, alcançavam lugares que o jornal operário não conseguiam chegar, como o interior do Rio de Janeiro ou até mesmo de outros Estados, promovendo a circularidade de ideias, como o caso do *Gazeta de Notícias* que, por ser um jornal considerado barato, tinha uma grande tiragem, sendo o principal do país durante a Primeira República³⁶¹.

A periodicidade dos jornais da grande imprensa também pode-se considerar como um outro fator de relevância. Diferentemente dos jornais operários, a maioria conseguia manter

³⁶⁰ THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, v.1., p. 67.

³⁶¹ O operário e militante socialista Juvêncio Saddock de Sá sob o pseudônimo de F. Seul, em 1890, escreve uma série de artigos para o jornal *O Paiz*, denunciando as condições de trabalho, salário, moradia e lazer da classe trabalhadora. Com relação à alimentação dos operários nas fábricas, afirmava que os trabalhadores levavam suas marmitas embrulhadas em jornais. Tal afirmação ajuda-nos a refletir e a compreender o poder de circulação dos jornais. De modo geral, os jornais sempre estavam presentes no dia a dia da população: embrulhavam as marmitas, o peixe, o alimento na venda, dentre outras formas de circulação, através da sua reutilização. Cf.: *O Paiz*, em: 02 e 28 de fevereiro de 1890, e 08 e 17 de março de 1890.

uma regularidade que poucos jornais operários atingiam, isso explica, em parte, a presença das lideranças operárias nos grandes jornais. Sobre isso, temos:

A construção da hegemonia burguesa ao longo da República Velha teve como contrapartida o desenvolvimento de processos contra hegemônicos. Pois se as modernas relações de dominação, baseadas no consenso, envolviam, como forma de controle, a assimilação do popular ao nacional, isto é, o reconhecimento das camadas subalternas como sujeito político e cultural, isso abria brechas para a contestação popular à dominação a partir de dentro do próprio sistema simbólico dominante. A contra hegemonia se coloca como possibilidade no momento em que a dominação de classe já não se dá apenas pela coerção, mas também pelo consenso³⁶².

E, de alguma forma, na medida do possível, esses jornalistas valiam-se de seus espaços na imprensa comercial para a divulgação de ideias. Nesse sentido, a escolha dessas lideranças apresenta-se como estratégia essencial, pulverizando a informação, ocupando e criando espaços informativos alternativos e contra hegemônicos que estimulam a diversidade e o pluralismo, permitindo assim que outras vozes sociais se expressem de maneira autônoma e permanente, identificando e ocupando as possíveis lacunas deixadas pelos grupos dominantes³⁶³.

³⁶² COUTINHO, Eduardo Granja. Processos contra hegemônicos na imprensa carioca... p.78.

³⁶³ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*... .p.218.

Tabela 1 - Mariano Garcia nos jornais da imprensa comercial

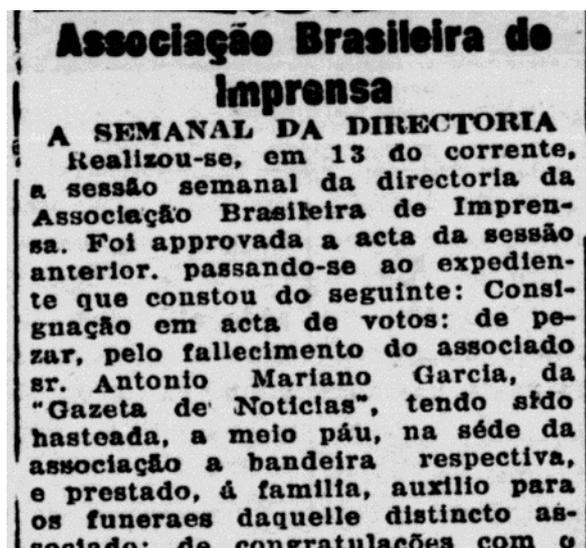
NOME DO JORNAL	ANO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO
<i>Gazeta de Notícias.</i>	A partir de 1882.	Notícia sobre sua viagem para Santos.
<i>Gazeta de Notícias.</i>	A partir de 1889.	Notícias sobre sua atuação no movimento operário e publicando cartas. Notícias sobre sua atuação como militante socialista, seu aniversário, casamento, nascimento dos filhos.
<i>Gazeta de Notícias</i>	A partir de 1910.	Escrevendo colunas operárias
<i>O Paiz</i>	A partir de 1890.	Notícias sobre o lançamento do jornal <i>A Alvorada</i> . Notícias sobre sua atuação como militante socialista, seu aniversário, casamento e nascimento dos filhos.
<i>A Tribuna</i>	1911.	Colabora na coluna “Subúrbios”
<i>A Época</i>	1912-1913	Responsável pela Coluna Operária
<i>O Paiz</i>	1913	Responsável pela Coluna Operária
<i>Correio da Noite</i>	1913.	Responsável pela Coluna operária
<i>Gazeta suburbana</i>	1919	Responsável pela Coluna Gazeta Operária.
<i>A Razão</i>	1920	Responsável pela Coluna Operária
<i>Gazeta de Notícias</i>	1923 a 1927	Responsável pela Coluna Operária

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações esparsas recolhidas nos jornais diário cariocas.

2.2 Mariano Garcia nas páginas dos jornais - A palavra como ferramenta de luta

Em 15 de Julho de 1927, a ABI – Associação Brasileira de Imprensa – publicava a seguinte nota de pesar:

Figura 8 - Notícia da morte de Mariano Garcia



Fonte: Jornal do Brasil, em 15/07/1927.

A nota da figura 8 informava a morte de Mariano Garcia e indicava os rituais fúnebres de praxe a serem seguidos, quando alguns dos seus associados faleciam, principalmente os mais conhecidos, redatores de colunas dos grandes jornais. Além do ritual do hastear de bandeira da Instituição a meio pau, foi prestado auxílio à família para o funeral do distinto associado³⁶⁴.

No dia seguinte ao seu falecimento, ocorrido no dia 12 de julho de 1927, a *Gazeta de Notícias* também dá destaque ao acontecido, dizendo ser Mariano Garcia um “querido companheiro de trabalho”, e que “durante muito tempo redigiu a seção operária” do jornal, sendo ele, “um velho operário que gozava das maiores simpatias, não só nos meios operários como fora dele, pelas excelentes qualidades de que era dotado”³⁶⁵.

A nota informa que o seu falecimento foi uma surpresa para muitos de seus companheiros, pois poucos sabiam que o jornalista encontrava-se enfermo há alguns dias, o que acabou resultando no seu óbito, vitimado por um aneurisma. De fato, Mariano Garcia, apesar de seus 65 anos, idade considerada um tanto quanto elevada para os padrões da época, se considerarmos a expectativa de vida da população, porque uma pessoa com 40 anos era considerada idosa³⁶⁶, o militante estava em plena atividade profissional. Como jornalista, além

³⁶⁴ *Jornal do Brasil*, em 15 de julho de 1927.

³⁶⁵ *Gazeta de Notícias*, em 13 de julho de 1927.

³⁶⁶ Em seu livro, *Demografia e economia nos 200 anos da independência do Brasil e cenários para o século XXI*, o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves apresenta um estudo sobre o aumento da expectativa de vida dos brasileiros após a Proclamação da República. O autor afirma que em 1900, a expectativa de vida era de 29 anos,

de escrever a coluna operária do jornal *Gazeta de Notícias*, contribuía com seus artigos para o jornal *A Gazeta*, de São Gonçalo, sua cidade natal. Como ator político, tinha estado em campanha ao concorrer, em 1927, para o pleito de deputado distrital pelo 1º distrito, na freguesia de Sant’Anna, no Rio de Janeiro³⁶⁷.

No entanto, sua saúde já se apresentava abalada há alguns meses, pois, seu companheiro de luta, Américo Falleiro, em abril do mesmo ano, escreveria na coluna operária do *Jornal do Brasil*, a notícia de que Mariano Garcia encontrava-se acamado por enfermidade, e conclamava aos amigos operários que: “tivestes em Mariano Garcia um defensor intelectual pelas colunas da imprensa, sociedades que já se viram elevadas por ele nos jornais, leve a esse velho lidador o vosso ósculo de gratidão”. Cobrava dos companheiros de luta que: “no momento agro de sua existência, tenha ele, pelo menos, o conforto moral, que lhe é devido”³⁶⁸.

Em sua trajetória como jornalista, mesmo atuando desde sempre na profissão, Mariano Garcia só filiou-se à Associação Brasileira de Imprensa, em 1923, isto é, após 15 anos após a existência da instituição, estando essa já consolidada como entidade de classe. Era como operário da indústria do fumo que se identificava, fazendo parte da organização da classe dos cigarreiros.

A ABI foi fundada no ano de 1908 por Gustavo de Lacerda, aquele que seria um dos maiores companheiros de luta operária de Mariano Garcia, a quem o militante costumava referir-se, na organização dos trabalhadores, como “principal figura da nossa agitação operária, primeiro mestre, em todas as campanhas nobilíssimas a que nos entregamos desde 1885”, e, no seu caso particular, como um discípulo, “tendo sempre lhe seguido em passos, orientação e nos conselhos”³⁶⁹.

Mariano Garcia aponta que, apesar da sua profissão de tipógrafo, Gustavo de Lacerda, a partir de 1897, passou a escrever colunas para o jornal *O Paiz*, pois, “precisou trabalhar na

40 anos depois, a média de vida de um cidadão brasileiro não ultrapassava os 40 anos. Sobre a evolução da expectativa de vida dos brasileiros, ver gráfico apresentado na página 51. Cf: ALVES, José Eustáquio Diniz. *Demografia e economia nos 200 anos da independência do Brasil e cenários para o século XXI*. Rio de Janeiro: ENS, 2022. Livro digital, disponível em: https://prdapi.ens.edu.br/media/downloads/Livro_Demografia_e_Economia_digital_2.pdf. Acessado em 18/05/2024.

³⁶⁷ Apesar de residir em Madureira, Mariano Garcia preferiu concorrer pela sua antiga área de atuação quando militante operário, a freguesia de Santana, também conhecida como Pequena África ou Cidade Nova. Esta freguesia estendia-se por grande parte da região do porto, pelas cercanias do Morro da Providência e da Praça Onze.

³⁶⁸ *Jornal do Brasil*, em 03 de abril de 1927.

³⁶⁹ *A Época*, em 04 de setembro de 1913.

imprensa burguesa para não morrer de fome”³⁷⁰, isso, na tentativa de enaltecer os feitos de militante de seu companheiro como um sujeito abnegado, o que não contraria a realidade, pois Gustavo de Lacerda morreu na miséria, assim como a maioria das primeiras lideranças operárias, inclusive o próprio Mariano Garcia não fugiu à regra.

Talvez a demora em se filiar de imediato à associação de classe, deixando de prestigiar seu companheiro de luta, Gustavo de Lacerda na defesa dos interesses dos trabalhadores da Imprensa, pode ser explicada por Mariano Garcia não se sentir como um profissional da imprensa, mas sim, como um operário cigarreiro³⁷¹, profissão que desempenhou desde sempre, por isso, em várias passagens nos vários, nunca se referiu a si como jornalista, e sim como cigarreiro ou um “obscuro rabiscador de linhas”³⁷².

Pode parecer algo irrelevante a sua demora na filiação, mas advirtamos que Mariano Garcia criou e contribuiu com a fundação de várias associações de diferentes categorias e, sempre que possível, quando o assunto era a luta por direitos dos que trabalhavam, procurava orientar os trabalhadores, em suas diferentes atividades, nas colunas em que escrevia, ou em seus jornais operários, a organizarem-se em associações, ou qualquer outra forma de organização para a categoria ter força na hora das reivindicações³⁷³.

E, era como operário cigarreiro que, em eventos políticos e sociais, sempre procurava posicionar-se entre os seus pares como um operário que escrevia artigos em jornais e para jornais, ainda que, contribuindo com sua escrita, “crônicas políticas³⁷⁴” que envolvia o universo

³⁷⁰ *A Época*, em 04 de setembro de 1913.

³⁷¹ Podemos identificar em algumas passagens nos jornais *A Época* e *O Paiz*, que Mariano Garcia atuava como jornalista de forma paralela à profissão de cigarreiro, sendo que na parte do dia trabalhava nas fábricas como cigarreiro, e à noite, estava presente nas redações dos jornais. Ele informa, em suas colunas, aos operários que quisessem falar com ele, que o encontrasse na redação do jornal em que estaria atuando na época, sempre a partir das 19h. Mas, por conta da idade, a partir de 1920, passa a se dedicar exclusivamente ao jornalismo, a militância e na organização da classe trabalhadora.

³⁷² *A Época*, em 23 de março de 1913.

³⁷³ *A Época*, em, 18 e 28 de outubro de 1912.

³⁷⁴ Escritor é quem escreve. E todo o escritor para passar a sua mensagem, apesar de possuir um estilo individual, usará técnicas de escrita para atingir o seu objetivo. A crônica consiste em textos curtos que narram o cotidiano, o tempo social, por possuir uma linguagem simples passou a ser um gênero específico, propagou-se como gênero literário estritamente ligado ao jornalismo a partir da segunda metade do século XIX, no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, onde os principais jornais eram produzidos. Mariano Garcia como um homem do seu tempo, se utilizava da crônica para retratar o cotidiano dos trabalhadores, denunciando as dificuldades de vida e de trabalho, a repressão, as formas de organização, dentre outros assuntos do universo do trabalhador e da população pobre em geral. Não há nenhum intuito laudatório de colocá-lo ao patamar de grandes cronistas de seu tempo como Machado de Assis e João do Rio, mas, atentar para a sua atuação nos jornais da imprensa comercial. Cf. Dicionário Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br>. Acessado em: 28/04/2023.

do trabalhador para os principais veículos de informação da época, considerados como “grande imprensa”: *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias*.

O nome de Mariano Garcia já se encontrava desde antes da Proclamação da República, presente nos jornais como a *Gazeta de Notícias*, nas suas viagens de ida e volta para Santos. Após à Proclamação, sua presença nos periódicos apresentou-se de forma mais assídua e com mais destaque no cotidiano dos noticiários, pois como um intelectual orgânico, que se manteve ligado à sua classe social de origem, atuava como seu porta-voz, ao editar jornais operários e criar partidos operários e, com isso, recebeu destaque como um importante ator político na organização da classe operária³⁷⁵, tornando-se uma figura notória na imprensa comercial.

E, é sobre sua militância, do seu protagonismo na imprensa operária que podemos confirmar suas primeiras aparições nos jornais da grande imprensa, no início da República. Verificamos em diferentes passagens, notícias sobre os jornais operários lançados pelo militante e seus companheiros, no jornal *O Paiz*, em fevereiro de 1890, conforme figura 04. Ou em julho de 1890, quando *O Paiz* noticia: “publicou-se ontem o N° 05 d’*A Alvorada*, órgão das classes operárias no Brasil, sendo seu redator principal o Sr. Mariano Garcia”³⁷⁶.

Outro exemplo é sobre o anúncio do periódico operário apresentado pelo *Jornal do Brasil* em abril de 1891: “*Jornal dos Operários* - É o título de um novo órgão que apareceu ontem sob a direção do sr. Mariano Garcia. Vem defender os interesses da classe e atuar na direção do partido operário. Desejamos ao colega longa e prosperidade vida”³⁷⁷. Mas, também, em artigos escritos por ele que abordavam as questões pertinentes à classe operária: à moradia, a carestia, as associações de classe e os partidos operários, criados por ele, juntamente com seus companheiros.

Nos últimos anos do século XIX, o nome de Mariano Garcia aparecia com bastante frequência em quase todos os principais periódicos da imprensa comercial da época, mas, principalmente, em *O Paiz* e na *Gazeta de Notícias*, os dois periódicos que estariam entre os cinco maiores e mais importantes jornais do Brasil no período³⁷⁸, e, com destaque para o *Gazeta de Notícias*, jornal que ele contribuiu até o fim da vida.

³⁷⁵ GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª, Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982. p.8-9.

³⁷⁶ *O Paiz*, em 09 de julho de 1890.

³⁷⁷ *Jornal do Brasil*, em 02 de maio de 1891.

³⁷⁸ Os cinco maiores jornais da época seriam: *Jornal do Commercio*; *Gazeta de Notícias*, *A Tribuna*, *O Paiz* e *Jornal do Brasil*. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1966. P. 324 a 326.

A *Gazeta de Notícias* junto com o *Jornal do Comércio* eram os dois maiores jornais brasileiros na Primeira República, sendo o primeiro *Gazeta de Notícias*, a “grande estrela” da Imprensa, considerado como melhor jornal da época³⁷⁹, voltado para o seu tempo, colocando além das atualidades, a arte e a literatura ao alcance da população³⁸⁰.

Esse periódico era considerado como celeiro de grandes escritores³⁸¹, tinha em seu *casting*, homens de letra, literatos do peso de Machado de Assis, Eça de Queiroz e o escritor francês socialista Émile Zola, entre outros. Émile Zola era bastante conhecido entre os socialistas reformistas no Brasil. Em 1902, Zola morreria em um trágico acidente em sua casa, na cidade de Paris, Mariano Garcia, em uma matéria de quase meia página no jornal *Gazeta Operária*, lamentaria a morte do autor, destacando a sua importante contribuição como escritor e militante socialista que Émile Zola tinha sido³⁸².

É significativa a presença de Mariano Garcia - ou como notícia ou escrevendo - no mesmo jornal que tinham autores tão consagrados como colaboradores habituais. Uma dessas celebridades da literatura que contribuíam para a *Gazeta de Notícias* e que merece destaque é o escritor Machado de Assis, já consagrado na época como “um dos melhores retratistas da sociedade carioca”³⁸³.

Exímio cronista, o autor frequentava todos os círculos sociais da Capital: as reuniões da sociedade, o teatro, o parlamento; lugares nos quais ia colher matéria-prima para os seus escritos³⁸⁴. Machado de Assis conseguia, através de um humor peculiar, zombeteiro e sagaz, discorrer sobre as relações sociais do Rio de Janeiro urbano do final do século XIX. Suas crônicas eram como um espelho do momento cultural, social e econômico do país da época³⁸⁵.

³⁷⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil...* .p.282.

³⁸⁰ ASPERTI, Clara Miguel. *A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica*. Revista Contemporânea, UERJ. N.º 7 v. 4, p.47. 2006. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/17576>. Acessado em: 02/04/2023.

³⁸¹ *Ibidem*, p.52.

³⁸² *Gazeta Operária*. Em: 05 de outubro de 1902.

³⁸³ MARTINO, Agnaldo. A relevância das crônicas machadianas para a história das ideias linguísticas no Brasil. VERBUM- Cadernos de pós-graduação Dossiê Histórias das ideias linguísticas. PUC-SP - (ISSN 2316-3267), v. 10, n. 3, p. 73-95, dez. 2021. p. 77. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.23925/2316-3267.2021v10i3p73-95>. Acessado em: 29/04/2023.

³⁸⁴ *Ibidem*, p. 79.

³⁸⁵ ASPERTI, Clara Miguel. *A vida carioca nos jornais...* . p.52.

Em 1885, o autor escreveria uma crônica sobre as ideias socialistas, que começavam a alimentar os debates nos diferentes círculos sociais aos quais frequentava. Nesse mesmo ano Mariano Garcia lançava o seu primeiro jornal de classe, *O Cigarreiro*, já na ideia de organizar a classe operária, partindo da sua própria classe e, muito provavelmente, sob influência dos socialistas históricos do grupo de Santos com quem mantinha contato. E o jornal estava possivelmente orientado por referenciais socialistas das quais Machado de Assis encarava com bastante desconfiança, assinalando seu posicionamento em suas crônicas.

A Década de 1880 passava por um momento histórico de profundas mudanças, ocorrendo nos diferentes círculos sociais da época intensos debates sobre o futuro da Nação. E, junto aos movimentos abolicionista e republicano, somavam-se as ideias socialistas que aqui chegavam oriundas da Europa, sendo o socialismo uma possível opção na construção da sociedade futura.

Contudo, na Europa, essas ideias apresentavam-se ainda bastantes confusas e, aqui no Brasil, a situação não se mostrava diferente, principalmente, quando somadas às necessidades da adaptação das ideias socialistas à nossa realidade social, no momento de transição para o trabalho assalariado e para a República, o que potencializava ainda mais a confusão das diferentes doutrinas.

Machado de Assis, um liberal convicto³⁸⁶, crítico das doutrinas de Marx, pois duvidava de remédios drásticos, pretensamente capazes de curar do dia para a noite todos os males da sociedade brasileira³⁸⁷, passou a utilizar as páginas da *Gazeta de Notícias* para demonstrar todo o seu ceticismo contra as agitações causadas pelas ideologias importadas da Europa. Ciente da realidade brasileira da época, onde o trabalho livre e o cativo coexistiam - o que se configurava como uma contradição naturalmente impeditiva para a organização do movimento operário em nossas terras, pautada nas doutrinas socialistas.

Para demonstrar sua descrença para com as ideologias oriundas da Europa, escreveria crônicas para o jornal *Gazeta de Notícias*, utilizando de um repertório irônico para evidenciar o seu ateísmo com relação às ideias socialistas, que aqui começavam a se difundir. Em uma das suas principais crônicas que criticavam as ideias socialistas, uma se destaca. No dizer de Konder:

³⁸⁶ KONDER, Leandro. *A Derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta* – Rio de Janeiro: Campus, 1988.p 77.

³⁸⁷ *Ibidem*, p.77.

Machado imaginava a chegada ao Brasil de um socialista russo fictício, de nome Petroff. E representa Petroff escrevendo um relatório para o “Centro do Socialismo Universal”, sediado em Genebra. Petroff comparece a um baile de uma “sociedade socialista”, no Rio, e supõe que se trata de uma organização revolucionária, embora seja apenas uma associação recreativa. Ingenuamente, o agitador confunde a reunião festiva com um encontro de correligionários seus. Os mal-entendidos se sucedem. Por fim, Petroff, festejado como um visitante ilustre, é convidado a falar e faz um discurso veemente de agitação socialista, que ninguém entende, mas todos aplaudem. Entusiasmado, Petroff escreve ao “Centro” de Genebra: Não posso dar-lhe ideia dos aplausos que recebi. Todas as teorias de Bebel, de Cabet, de Proudhon e do nosso incomparável Karl Marx foram perfeitamente entendidas e aclamadas.” Machado de Assis, obviamente, se delicia com o quiproquó; e leva o seu Petroff a confundir o grito carnavalesco “ué, ué, Catu” com o brando revolucionário “morte aos tiranos!”³⁸⁸.

Machado de Assis considerava o socialismo no Brasil uma planta exótica, algo para inglês ver³⁸⁹. E, ao escrever sua crônica, alimentado por sua descrença, parece não ter compreendido aquilo que Mariano Garcia vislumbrara no socialismo, uma possibilidade de futuro próspero para a humanidade e de mudança da sociedade brasileira, em particular para os pobres. Dessa forma, o militante colocava em prática uma das principais orientações da doutrina socialista reformista: a publicação do jornal operário como uma importante ferramenta de luta.

E, através da sua ação individual, pois, segundo o militante, “ideia essa que os companheiros fizeram bem em não me querer ajudar”³⁹⁰, lança o seu primeiro jornal de classe: *O Cigarreiro*, que, por conta do contexto social em que a classe trabalhadora vivia em 1885. E, não obtendo o sucesso esperado com o seu folhetim na organização da classe dos cigarreiros, não intimida no seu propósito, luta então, de forma mais aguerrida, pela Abolição e pela mudança do regime monárquico, mas, sem nunca abdicar do jornalismo como ferramenta de luta. Anos depois, aparece contribuindo com o jornal *A Redenção* em Campinas, na luta pela abolição da escravidão.

Mariano Garcia entendia que a revolução não ocorreria sem a organização da classe operária, e que o socialismo não deveria ser um “remédio drástico” que buscava curar todos os males da sociedade do dia para a noite, mas, inspirado também por outra teoria que estava em voga na época, a doutrina hahnemanniana³⁹¹, o socialismo deveria acontecer como um remédio

³⁸⁸ KONDER, Leandro. *A Derrota da dialética...* Op. cit., p 77.

³⁸⁹ SCHMIDT, Benito Bisso, “Os partidos socialistas na nascente República” in: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições, 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 132-184. p.141. (As esquerdas no Brasil, vol. 1).

³⁹⁰ *A Época*, em 09 de agosto de 1912.

³⁹¹ Sobre a aproximação da homeopatia e o socialismo no Brasil Cf. MÍKOLA, Nádia. A inserção da homeopatia no Brasil e o espiritismo como estratégia de legitimação. 1860-1890. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. p.8 Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299183537_ARQUIVO_artigoANPUH.pdf. Acessado em:

homeopático. Os males da sociedade precisariam ser curados aos poucos, reformando as leis e organizando a classe trabalhadora na transformação da sociedade pelo espírito da solidariedade humana, apostando que o socialismo aconteceria em um futuro próximo, pois, inspirado no socialismo de Malon, afirmava: “vida nada vale quando não é posta a serviço da humanidade”³⁹².

E, é na prática de uma experiência ampliada pela luta abolicionista, na observação sobre a capacidade da imprensa na formação da opinião, do conhecimento material do poder de mobilização e de divulgação de ideias, que podemos entender a presença de Mariano Garcia nos jornais da imprensa burguesa, principalmente em 1892, escrevendo cartas para a seção “Publicações a Pedido”, da *Gazeta de Notícias*. Essa seção - uma das principais do jornal - não era uma coluna qualquer, num jornal sem expressão, estamos falando do mais importante jornal da época, ela causava alvoroço entre o público, criando uma certa expectativa sobre o que iria ser publicado.

A “Publicações a Pedido” era uma coluna em que qualquer pessoa poderia escrever, pois, publicadas a carta a pedido do leitor, sem a necessidade de identificação, sendo na maioria das vezes divulgava matérias anônimas. Por isso, a coluna era conhecida como “recanto do mal”³⁹³, pois, “servia para o popular insultar, criticar ou desafiar qualquer desafeto particular”³⁹⁴, muitas das vezes, o artigo tinha endereço certo, mas, no total anonimato.

No entanto, quando Mariano Garcia apareceu na coluna, além de assinar como remetente, fazia questão de deixar claro a quem se destinava: França e Silva. No seu artigo: “Partido Operário – Os operários cigarreiros” - o militante escreveu:

Nas colunas editoriais da cidade do Rio apareceu uma lenga-lenga firmada por França e Silva, que se refere ao novo imposto do fumo, decreto recentemente publicado em quase todos os órgãos importantes d’esta capital, no qual o mesmo sr. França encontra um absurdo que reduzirá em breve muitos operários à fome. Engano manifesto do sr. França. O nosso não acarreta prejuízo algum para aqueles que, como eu, vivem de fabricar cigarros, para nós operários cigarreiros em nada nos prejudica. Não sou governista para bater palmas por este ou aquele ato do governo que pouco me incomoda, se Floriano, Deodoro ou qualquer outro cidadão, porém no caso em questão o governo que ora dirige os altos destinos do Brasil em nada veio prejudicar aos meus colegas operários cigarreiros.

Eu sou um cigarreiro, como bem sabe o sr. França, e por esse motivo relacionado com a maioria dos operários cigarreiros, e ignoro que haja entre eles descontentamento pelo novo decreto. A semana passada, já depois de publicado o decreto do novo

28/04/2023.

³⁹² *A Época*, em 30 de dezembro de 1912.

³⁹³ ASPERTI, Clara Miguel. *A vida carioca nos jornais...* Op. cit. p.49.

³⁹⁴ *Ibidem*, p.49.

imposto sobre o fumo, fizemos uma greve pacífica para aumento de 15000 no nosso trabalho, hoje estamos todos trabalhando; fomos atendidos no nosso reclamo. Se o sr. França julga servir aos operários tratando dos interesses dos patrões, únicos a quem o novo imposto pode prejudicar um pouco, isso é outro caso; eu não posso pensar assim, porque não tenho nisso interesse. Sei que lucra-se mais defendendo os patrões, mas eu sou 'pouco amigo d'essas cousas de andar sempre ao lado dos grande³⁹⁵.

A mensagem de Mariano Garcia, um tanto quanto ácida, era direcionada a um companheiro seu de longa data nas lutas pelos direitos dos que trabalhavam, um militante histórico na luta pela Abolição e pela República: o tipógrafo e militante socialista França e Silva. Os dois militantes estiveram juntos, e do mesmo lado, na questão servil, na causa republicana e na defesa do socialismo reformista, sendo França e Silva uma das figuras mais proeminente na condução da organização dos trabalhadores da época.

A crítica de Mariano Garcia feita através da imprensa ao amigo, numa coluna de tamanha relevância como a seção “Publicações a pedido”³⁹⁶ torna-se, no mínimo, emblemática, pois revelava, através do microcosmo das relações sociais de Mariano Garcia, um momento específico da formação da classe operária no Brasil, período esse que definiria a condução da classe trabalhadora na construção de uma identidade e de uma ética do trabalho: o da disputa pelo controle da “palavra operária”³⁹⁷, sendo que, nessa contenda, o discurso vencedor conduziria a classe operária na ação pela busca da sua incorporação ao cenário nacional, como um ator político de relevância.

Logo, a liderança vencedora no embate de propostas, em tese, conduziria a classe trabalhadora na incorporação ao cenário nacional. A ponderação de Mariano Garcia feita ao companheiro, revela justamente os conflitos intrínsecos à organização da classe operária por poder, sendo a imprensa - operária ou não - a grande arena dessa batalha.

Com relação às disputas pela liderança do movimento operário, segundo Queirós, assim como acontece entre as elites dominantes e/ou Estado, também há contendas entre os militantes

³⁹⁵ *Gazeta de Notícias*, em 15 de março de 1892.

³⁹⁶ Os jornalistas estrangeiros, correspondentes aqui no Brasil, costumavam salientar o caráter amador dos nossos jornais no início da República. Um deles, Max Leclerc, correspondente dos jornais franceses: *Journal des Débats*, de Paris, *Le Temps*, e *Le Figaro*, este, um dos mais influentes da França, criticava justamente a coluna “Publicações a pedido”, dizendo ser um ponto gangrenado do corpo social. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro; Editora Civilização Brasileira S.A, 1966. p. 289-290.

³⁹⁷ O termo “palavra operária” é do autor William Sewell Jr, apresentado no seu livro, *Lógicas da História: teoria social e transformação e transformação social*. É apropriado por Gomes em seu livro. GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo...* .p. 18.

pela liderança na organização da classe operária³⁹⁸, em que o controle da “palavra operária” se apresenta como um espaço de intensa disputa por poder e pela hegemonia.

Destaca, o autor:

Os momentos de ascenso mobilizatório das classes trabalhadoras estão repletos de disputas que não se limitam às questões meramente econômicas – como ganhos salariais e melhora das condições de vida e trabalho. Estão, também, permeados por uma série de lutas simbólicas nas quais os lados envolvidos procuram respaldar e legitimar suas posições através de uma verdadeira disputa simbólica pela explicação do real. A confrontação de posições antagônicas nesses momentos resulta em rivalidades, em desavenças entre os membros da classe, em disputa pelas posições de liderança de suas associações, na emulação pela legitimidade de seus princípios e classificações sobre o real³⁹⁹.

É em torno da formação do partido operário (a associação mais desejada ao longo das últimas décadas) e este sendo o principal desafio pelos que trabalhavam, o de ocupar finalmente o espaço público de poder como ator político na República, pois, no dizer de Mariano Garcia: “como operários em um regime livre, já não somos nem inferior como homens, nem como classe”⁴⁰⁰, que as disputas pela liderança entre as elites operárias ocorrem, e a imprensa desempenha um papel importante, passando a ser, no dizer de Mariano Garcia: “uma escola, mas também uma arena; aprende-se e luta-se”⁴⁰¹.

2.3 O jornalismo de Mariano Garcia na iniciante República - percursos e percalços na organização da classe operária.

A disputa pela direção do partido operário não é somente pelo protagonismo das lideranças, ela traz em seu bojo, veladamente, outra disputa: a da construção de uma identidade para a classe trabalhadora, a partir de um princípio estruturante compartilhado, tanto pela classe hegemônica, como pela operária: a dignificação do trabalho. A questão também era: quem iria dominar o discurso e, conseqüentemente, ser o porta-voz desse movimento?

³⁹⁸ QUEIRÓS, César Augusto. Cultura e identidade(s): as disputas simbólicas sobre a identidade operária na Primeira República. Mauseion: *Revista Eletrônica do Museu e Arquivo Histórico La Salle*. Nº 2. Jul/dez. de 2007, p. 99-126. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/download/5476/4070>. Acesso em: 10/04/2023.

³⁹⁹ Ibidem, p.99.

⁴⁰⁰ *A Alvorada*, em 11 de maio de 1890.

⁴⁰¹ Ibidem.

A necessidade de nobilitação do trabalho era o princípio basilar para todas as lideranças na organização da classe trabalhadora na luta pela Abolição e que se empoderou com a República. Podemos identificar a busca pela nobilitância nos dizeres de Saddock de Sá, na coluna do jornal *O Paiz*, poucos meses após a Proclamação. Em 1890, pregava, “Finalmente é preciso nobilitar o trabalho a fim de que todos possam exercê-lo com a mais nobre das missões sobre a terra, e de tal maneira, que, quem não trabalhar sinta-se envergonhado quando se utilizar das coisas produzidas pelos outros”⁴⁰².

No discurso das classes dominantes, o trabalho vem carregado de atributos positivos, relacionados àqueles que incorporam a moral do trabalho: o bom operário, laborioso, poupador, enquadrado numa perspectiva de ascensão social e, sobretudo, ordeiro⁴⁰³. Mas, enquanto para a classe hegemônica o trabalho legitima socialmente o indivíduo, para a classe operária, a noção de trabalho outro sentido e, em seu discurso, o trabalho legitima o grupo ou o conjunto da classe. No entanto, a moral do trabalho – o bom operário - presente nos discursos das classes dominantes, também é apropriado pelo movimento operário⁴⁰⁴ e, no caso específico dos socialistas reformistas, a defesa do sujeito ordeiro tem um significado muito particular, pois os diferenciam das outras correntes socialistas defensoras da ação direta: os anarquistas em particular.

Gomes sintetiza:

Durante toda a Primeira República, a luta da classe trabalhadora por sua incorporação ao cenário político foi marcada pela construção de uma ética do trabalho e pela valorização da figura do trabalhador que se opunha tanto à tradição escravista de tal negação do valor do trabalho, quanto ao discurso político governamental que via no trabalho uma atividade sancionadora e moralizadora necessária a manutenção da ordem social⁴⁰⁵.

Para Mariano Garcia, a formação de uma identidade para a classe operária parte do princípio da necessidade da organização do grupo em torno de interesses coletivos, constituídos na experiência comum, e não em interesses particulares do poder somente pelo poder, ou/e

⁴⁰² *O Paiz*, em 13 de fevereiro de 1890. Saddock de Sá escreve uma série de artigos com o título “A classe operária”, assinando pelo pseudônimo de François Seul.

⁴⁰³ BATALHA, Cláudio H. Moraes. “Identidade da Classe Operária no Brasil – 1880-1920: Atipicidade ou Legitimidade?”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.12, n.23/24, p.111-124, set.1991/ago.1992. p.119.

⁴⁰⁴ *Ibidem*, p.119.

⁴⁰⁵ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo...* . p.300.

“pela vaidade e ambição de mando, sem uma orientação conforme o interesse do operariado”⁴⁰⁶.

Mas, isso não quer dizer que o militante não almejasse nenhum tipo de poder, ele mesmo tentou ocupar, por várias vezes, um cargo eletivo. Em 1896, como intendente municipal, cargo relativo hoje ao de vereador, pela Capital Federal⁴⁰⁷, em 1913, também como intendente, tendo sua vitória dada como certa, mas por conta das fraldas na apuração, não se elegeu⁴⁰⁸, para deputado Estadual, em 1923, por sua cidade de natal: São Gonçalo⁴⁰⁹. E, em 1926, quase no final da vida, novamente tenta a disputa pelo cargo de intendente municipal pelo 1º Distrito, como sinaliza a matéria do jornal *O Chauffeur*:⁴¹⁰.

Figura 9 - Campanha da candidatura de Mariano Garcia à Intendência Municipal da capital carioca, em 1926.

As próximas eleições municipais

Ainda sobre a candidatura do nosso presado, collaborador Antonio Mariano Garcia, candidato a intendente municipal pelo 1.º Districto no pleito de março, publicaram «A Noticia», e a «Gazeta de Noticias» o mais antigo depois do «Jornal do Commercio», as noticias que abaixo transcrevemos, que attestam o inconfundivel valor moral do nosso companheiro, documentos esses que poucos poderão apresentar, justificando candidaturas,

Para essas noticias pedimos attenção dos nossos leitores e de todos os cidadãos que terão de votar no pleito desse dia. Certos estamos que, pela sua leitura, ficarão habilitados a conhecer o candidato referido.

talhador, em defesa de todas as boas causas que ao proletariado interessam pugnando, sempre pelas conquistas da classe, prefere ser o candidato dos trabalhadores honestos de todas as profissões. Character independente e austero, Mariano Garcia seria, no Conselho, um representante perfeitamente à altura do mandato e capaz de prestar serviços valiosos, ali desenvolvendo uma acção intelligente e criteriosa. E dos que merecem a confiança e as sympathias do eleito-rado independente.

CHRONICA SEMANAL

Fonte: jornal A Voz do Chauffeur em 15 de fevereiro de 1926.

⁴⁰⁶ *Gazeta Suburbana*, em 07 de fevereiro de 1920. Era um hebdomadário que circulou nos subúrbios do Rio de Janeiro entre os anos de 1910 a 1920, e intitulava-se como um semanário: crítico, literário, noticioso, dedicado aos interesses da zona suburbana e de seus moradores. Mariano Garcia, em 1920 passou a escrever na coluna operária semanal para o mesmo jornal com o nome “Gazeta Operária”. Em suas palavras, “título do semanário que publiquei e que tanto sucesso fez, embora me conquistasse bem perigosos inimigos, nos campos opostos aos interesses do operário”.

⁴⁰⁷ *Gazeta de Noticias*, em 25 de dezembro de 1896.

⁴⁰⁸ TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores...* .p.263.

⁴⁰⁹ *Gazeta de Noticias*, em 05 de outubro de 1923.

⁴¹⁰ *A Voz do Chauffeur*, em 15 de fevereiro de 1926.

Esses são alguns dos exemplos da sua tentativa de atuar na política formal, o representante da classe trabalhadora e oriunda dela, mas, em nenhuma das suas tentativas, obteve êxito.

Mariano Garcia fazia parte do grupo da “elite operária”, como aponta Batalha ao afirmar que “apenas uma minoria chega a escrever nos jornais operários e tem uma atuação que transcende os limites de sua categoria profissional; esses podem ser considerados como lideranças operárias”⁴¹¹, por isso, entendemos que a crítica feita por Mariano Garcia, em 1892, ao companheiro de militância, França e Silva, na seção “Publicações a pedidos” do *Gazeta de Notícias*, é o resultado de uma questão que ainda não fora resolvida: a disputa na criação do partido operário.

A discussão ainda girava em torno da composição do partido operário, se pelo exclusivismo partidário – posição defendida por Mariano Garcia, ou pela colaboração entre as classes defendida por França e Silva. Tudo isso estava relacionado à construção de uma identidade para a classe trabalhadora.

A apreciação dirigida à França e Silva, era a reprodução de uma fonte pouco trabalhada pela historiografia do movimento operário: o jornal *O Tempo*. Mariano Garcia havia publicado, dias antes, nesse jornal, em uma coluna chamada “Seção Livre”, o desagravo contra França e Silva. A coluna “Seção Livre” atuaria semelhantemente à coluna “Publicações a pedido” da *Gazeta de Notícias* em seu propósito, entretanto, sem a grandeza e notoriedade da concorrente, pois, a *Gazeta de Notícias* era o jornal mais importante da época.

O jornal *O Tempo* foi um dos muitos periódicos republicanos que surgiram logo após a Proclamação da República, num momento político de instabilidade política bem simbólico, quando a República, como resultado de um golpe militar, ainda se alojava em um ambiente de muita turbulência e incertezas, pois, muitas tradições e costumes dos 67 anos de regime monárquico (1822-1889) não seriam tão facilmente removidos com a Proclamação, daí as violentas disputas políticas entre os anos de 1889 e 1895⁴¹², na sua consolidação. E é dentro deste contexto histórico que podemos compreender a proliferação dos periódicos republicanos como *O Tempo*.

⁴¹¹ BATALHA, Cláudio H. Moraes. *Vida Associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário*. Anos 90. Porto Alegre: UFRGS, dez. 1997.n.8.p.93. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6197>. Acessado em 12/04/2023.

⁴¹² FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 52.

De vida efêmera, o jornal foi publicado diariamente entre os anos de 1891 a 1894⁴¹³, pertencendo à sociedade anônima Novo País, tinha, como diretor, o deputado federal constituinte pelo Ceará, filho de uma família tradicional de Fortaleza – seu pai era coronel – o advogado Frederico Augusto Borges. O periódico apresentava-se como “órgão do povo” e, em propaganda de lançamento, dizia ser, “o “mais noticioso possível, não só na seção da crônica local, como as seções que tratam dos acontecimentos ocorrentes em toda parte onde haja correio ou telegrafo”⁴¹⁴.

É relevante ver no jornal além da coluna “Seção Livre” duas colunas destinadas à classe trabalhadora: a “*Coluna Operária*” na qual França e Silva também fazia-se presente escrevendo sobre assuntos referentes à organização da classe operária, e a “*Coluna Socialista*”, assinada, em sua maioria, pelo operário Ezelino Lopes Quintella, uma das poucas colunas doutrinárias nos jornais comerciais daquela época.

Ezelino Lopes Quintella era membro do Club Operário de São Cristóvão e divulgador do socialismo de Marx e Malon⁴¹⁵, mas, apesar de escrever a “Coluna Socialista”, em um jornal da imprensa comercial, aparentemente, ele não se apresentava como uma figura proeminente na organização da classe operária, se apropriarmos da tipologia sugerida por Cláudio Batalha, quer dizer, Quintella parecia pertencer ao quadro intermediário da militância operária⁴¹⁶, aquela que “participa ativamente da vida da categoria, integrando direções de associações, assinando manifestos, mas raramente escrevendo sobre sua prática e muito menos produzindo teoria”⁴¹⁷, porém, mesmo com sua posição intermediária na hierarquia da militância operária, isso não o impossibilitou de acessar a imprensa comercial e fazer avaliações sobre as ações de certas

⁴¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1966. p. 297.

⁴¹⁴ *O Tempo*, em 21 de maio de 1891. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁴¹⁵ *Jornal do Brasil*, em 04 de abril de 1899.

⁴¹⁶ Para fins práticos, Batalha aponta para três tipos de militantes na Primeira República: lideranças, quadros intermediários e militantes de base. O autor atenta para certas questões na criação de tipologias, que muitas das vezes produzem mais problemas que soluções. Cf. BATALHA, Cláudio H. Moraes. *Vida Associativa: por uma nova abordagem da história...* . p.93.

⁴¹⁷ Conforme as fontes analisadas, o nome Ezelino Quintella apareceu, em 1892, como representante do Club Operário de Itabira no 1º Congresso Operário organizado por França e Silva. Em 1899, quando diretor do Centro Socialista do Rio, protestou no *Jornal do Brasil* contra a proibição feita por Barbosa Sobrinho, diretor do Jardim Botânico da época, dos operários têxteis grevistas das fiações Corcovado e Carioca adentrarem no Parque para protestar, dizendo “tratar-se de ladrões”. Quintella abriu um processo contra o diretor, alegando ataque aos direitos civis dos trabalhadores. Logo em seguida, Quintella foi preso pelo governo por uma duvidosa acusação de deserção, sem direito ao *habeas corpus*. Em 1899, junto com Mariano Garcia, também participou da Conferência Socialista ocorrida no mês de março, no Rio de Janeiro.

lideranças operárias, principalmente, França e Silva.

Destarte, assim como Mariano Garcia, e na esteira da disputa pela organização do primeiro partido da República, além da organização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro (COB) Quintella passou a fazer duras críticas a França e Silva, colocando em dúvida sua manifesta liderança, referindo-se a ele em sua “Coluna Socialista” como “o chefe pretenso”, que “ainda desconhecia os princípios da verdadeira escola socialista ao proferir discursos contrários à mesma doutrina, ou mesmo aquele que “iludiu alguns honestos operários”⁴¹⁸, tudo isso por conta das diferenças surgidas entre as lideranças operárias.

As críticas feitas por Quintella a França e Silva também foram as mesmas feitas por Mariano Garcia, sendo o julgamento, o rescaldo da disputa ocorrida no ano de 1890, onde as lideranças buscavam fundar um partido operário único, na tentativa de eleger representantes oriundos da classe operária que viessem defender seus interesses. O momento foi vislumbrado por muitos como uma importante oportunidade da classe trabalhadora, porque ao participar da Assembleia Nacional Constituinte, poderia criar leis de interesses dessas classes, naquela que seria a primeira Constituição Republicana do Brasil que iria conduzir a sociedade. Entretanto, divergências sobre a composição do partido operário – se composto apenas por operários ou com a presença de “elementos estranhos à classe”, que não fossem operários - causaram fricções entre as lideranças socialistas e cisão entre elas.

Há uma literatura extensa sobre esse importante momento histórico na organização da classe operária no Brasil, ocorrido no Rio de Janeiro, capital da República, o principal centro industrial, político e econômico da época, exemplificados por: Edgar Carone, Vinícius Pansardi, Cláudio Batalha, e Ângela de Castro Gomes, são exemplos dessa literatura⁴¹⁹.

Ângela de Castro Gomes e Vinícius Pansardi⁴²⁰, em suas pesquisas, defendem que a cisão formou duas facções que competiram pela organização dos trabalhadores em torno de um

⁴¹⁸ *O Tempo*, em primeiro de setembro de 1892.

⁴¹⁹ CARONE, Edgar. *O movimento operário no Brasil. (1877-1944)*. Difel - São Paulo. SP. 1979; PANSARDI, Marcos Vinícius. *Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1880-1903)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Departamento de Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas. SP, 1993; BATALHA, Cláudio H. de Moraes. *O movimento operário na Primeira República – Rio de Janeiro*: Jorge Zahar Ed., 2000; GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

⁴²⁰ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. ; PANSARDI, Marcos Vinícius. *Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1880-1903)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Departamento de Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas. SP, 1993.

partido operário, o grupo do tenente da Marinha, Augusto Vinhaes e o grupo do operário tipógrafo França e Silva.

As afirmações desses dois autores foram baseadas em notícias dos jornais da época, em particular, nas notas que circulavam n’*O Paiz*, um dos maiores e mais influentes jornais do período, estando entre os cinco periódicos mais vendidos na Capital Federal, sendo considerado como situacionista. *O Paiz* acompanhou quase que diariamente a contenda entre as lideranças, se posicionando claramente na disputa a favor do tenente José Augusto Vinhaes⁴²¹. Vinhaes era “pupilo” de Quintino Bocayuva, importante político republicano e influente jornalista que em 1891 passou a dirigir o jornal.

Outra fonte utilizada pelos dois pesquisadores foram os artigos escritos por França e Silva, que expunha sua leitura dos fatos no jornal *O Combate* que, assim como *O Tempo*, era mais um dos muitos folhetins republicanos que proliferaram logo após a Proclamação. Lançado no início de 1892, tinha como fundadores os republicanos Pardal Mallet, Olavo Bilac e Lopes Trovão, sendo um jornal de oposição por excelência⁴²².

Diferentemente das colunas publicadas n’*O Paiz*, em 1890, ano do ocorrido, o que permitia refletir o calor dos acontecimentos, quer dizer, fundar um partido operário único, as colunas publicadas por França e Silva n’*O Combate* foram divulgadas já posteriormente, em 1892, isto, é, dois anos após o evento. Nos seus artigos, França e Silva trazia uma análise dos fatos em que foi um dos protagonistas, entretanto, esses não eram apenas uma reminiscência de um dos personagens no momento de promoção da mobilização das classes trabalhadoras por espaço político, evidenciavam, também, a continuidades dos conflitos, no seio operário, por um lugar de poder que ainda não tinha se resolvido desde 1890.

Entretanto, 1892, a contenda parecia ser outra, não era mais sobre a liderança do partido operário e seus pretensos candidatos a cargos eletivos na Assembleia Constituinte, isso já não interessava, pois, a Constituição já tinha sido promulgada. O problema girava em torno das lideranças na condução da classe operária e, no caso específico, na organização do que viria ser o primeiro Congresso Operário na iniciante República. Este ocorreria entre primeiro de agosto a seis de setembro de 1892, e que França e Silva, apesar de inúmeros protestos contrários à sua direção por parte da militância, apresentava-se como o organizador. O Congresso, na

⁴²¹ *O Paiz*, em 28 de fevereiro de 1890. (J.C Barbosa da Silva critica o “exclusivismo egoísta” pelo fato que operário poderia representar o operário e defende Vinhaes): Em, 11 de março de 1890 (Saddock de Sá posiciona-se sobre a disputa pela orientação do partido operário, a favor de Vinhaes); 24 de março de 1890 (apresenta o programa de Vinhaes). Em, 01 de maio de 1890 (apresenta o programa de França e Silva).

⁴²² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da...* p.304.

denominação de Quintella em sua coluna, “*pandego Congresso*”, seria promovido pelo partido operário lançado pelo próprio França e Silva.

A crítica de Mariano Garcia apresentada na coluna do *Gazeta de Notícias* somava-se a algumas outras feitas por figuras de renome do movimento operário, pois lideranças como Evaristo de Moraes⁴²³ também não reconheciam em França e Silva a voz aglutinadora na organização da classe operária, principalmente depois do ocorrido em 1890, quando a sonhada ideia de um partido operário único e forte não se concretizou. Segundo Mariano Garcia “a ambição tola de diversos indivíduos e nunca as aspirações da grande família que se chama classe operária”⁴²⁴, não tornou o sonho possível.

Todavia, não era só França e Silva que recorreria a diferentes jornais, expondo sua versão sobre a disputa interna entre as lideranças do movimento operário na busca pela organização de um partido operário único que, por conta da cisão entre lideranças operárias em seu nascedouro, acabou não acontecendo. Ezelino Lopes Quintella, na sua “Coluna Socialista” para o jornal, *O Tempo*, usando do mesmo recurso de França e Silva, passou a publicar uma série de artigos intitulados: “A Classe Operária”.

Neles, rebatia a versão de França e Silva, publicadas n’*O Combate*, sobre os motivos que não possibilitaram a criação do partido único, em 1890. Quintella revelou o seu ponto de vista sobre o ocorrido, mas, diferente da versão de França e Silva, não polarizou a disputa somente entre as duas lideranças, Vinhaes e França e Silva, porque, acrescentou novos personagens, como Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda à disputa. Quintella passou a questionar, de forma enfática, o posicionamento de França e Silva que defendera ser ele o natural detentor pelo direito da liderança do partido operário, pois, em sua opinião, seria o primeiro a iniciar o movimento pelo partido operário, o que na cronologia apresentada por Quintella no artigo para *O Tempo*, não demonstrou ser verdade.

O protagonismo pertenceria, segundo Quintella, a José Veiga e ao grupo que com ele, em seis de janeiro de 1890, formaria o jornal *Voz do Povo*, porta-voz daquele que seria o primeiro partido operário que surgiria na República, mas que já era desenhado muito antes. Contudo, e com a morte precoce de José Veiga, logo em seguida ao lançamento do jornal e do

⁴²³ *O Tempo*, em 02 de setembro de 1892. Evaristo de Moraes enviou uma carta a Quintella, solicitando que a publicasse na Coluna Socialista, na qual rebateu as sérias acusações que sofreu, feitas por França e Silva, com relação ao uso indevido de recursos arrecadados para o partido, além da sua participação no Congresso Operário, não no intuito de discutir programas, mas de provocar e criar tumulto com sua presença no evento, um tipo de afronta ao presidente do evento, França e Silva.

⁴²⁴ *A Alvorada*, em 13 de maio de 1890.

partido, caberia ao grupo liderado agora por Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda tocar adiante o propósito de José Veiga, não podendo ser delegada a ação da fundação do partido, sob a responsabilidade exclusiva de apenas um único indivíduo, como França e Silva demonstrou querer que assim ocorresse. Deste modo, escreve na sua coluna:

A Classe Operária III.

Afirmo ontem, no final do meu artigo, que quatro ou cinco cidadãos desta capital julgavam seus os títulos que o Sr. França julga ter para a supremacia do partido operário.

Do que tenho podido colher e por informações fidedignas e leitura de jornais daquela época, tirei resultados bem preciosos para a história do movimento operário e socialista, resultados estes que deixam algumas informações de **pretensão chefe**, mui distantes da verdade.

Lendo por exemplo, o jornal intitulado *Voz do Povo*, do qual eram proprietários o Sr. *Maurício José Velloso* e o falecido operário **José Veiga**, e do qual era colaborador o Sr. *França*, deparei no exemplar de 28 de janeiro de 1890, com o dito de instalar-se o partido das classes trabalhadoras.

Por uma notícia que vi em outro número do mesmo jornal e nas grandes folhas diárias da mesma data, vim a saber que o partido operário se instalou, sendo no presente, sabedores de tal sucesso, entre outros, os operários **Velloso, Mariano Garcia, Gustavo de Lacerda e Meirelles Coelho**⁴²⁵. (Grifo do autor).

O artigo de Quintella revelou, o objetivo primordial das lideranças socialistas que não se contestava: seria unir a classe operária, principalmente os socialistas reformistas, no momento imediato à Proclamação, em um partido operário para a escolha de candidatos que representariam a classe trabalhadora na Constituinte, baseados na forte convicção de ser o trabalhador um importante ator político, e que deveria participar da construção da nação, entendendo ser de: “interesse comum haver na Constituinte, opiniões de todas as classes, de modo que a Lei máxima seja uma verdadeira emanção do povo e não de algumas classes privilegiadas, como foram as leis do Império”⁴²⁶.

Mas, apesar da concordância entre as lideranças sobre a necessidade do partido operário único, a forma como deveria se constituir a composição desse partido, é que iria criar dissensos, disputas e, principalmente, rivalidades entre as lideranças.

Existia o grupo que pregava o “exclusivismo partidário”, isto é, a pureza na composição do partido, posição essa defendida, principalmente, por Gustavo de Lacerda, que sempre proferia em seus discursos sobre o partido operário e quem melhor representaria a classe, o qual

⁴²⁵ *O Tempo*, em primeiro de setembro de 1892.

⁴²⁶ *Voz do Povo*, em seis de janeiro de 1890. Encontramos em muitos trabalhos o nome do jornal escrito como *A Voz do Povo*, mas, nas análises das fontes primárias constatou-se ser escrito sem o artigo A. Foi escolhido escrever nesta pesquisa o nome do jornal de acordo como foi escrito na fonte utilizada – primária ou secundária – mas, quando se torna necessário citar o nome do jornal para a análise do contexto histórico, a denominação será sempre segundo a fonte primária: *Voz do Povo*.

o lema: “o operário por si e para si”⁴²⁷, na clara defesa de uma identidade operária, do protagonismo dos trabalhadores com representantes da classe na política formal. O que, para os dois militantes, demonstraria, de forma intrínseca, a sua opção republicana na condução do movimento operário, colocando em risco a nascente base para a edificação de um movimento operário autônomo, o que, comprometeria a construção de uma consciência classista forte.

O outro grupo, o de França e Silva, era contra o exclusivismo e defendia a colaboração entre as classes, aceitando “elementos estranhos” ao operariado, como o Tenente José Augusto Vinhaes, esse, assim considerado pelo grupo de Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda por sua participação com o governo através de sua ligação com Quintino Bocaiuva, seu padrinho político no Partido Republicano, e com a presidência de Deodoro.

Alarmado com a possibilidade da fundação de um Partido Operário dirigido por alguém de fora da classe e ligado ao republicanismo⁴²⁸, Mariano Garcia escreveu, em 1890 no jornal operário *A Alvorada* sobre a questão da representatividade no Congresso Constituinte, sendo uma questão para além do exclusivismo, mas sim do protagonismo do trabalhador em decidir sua própria existência como classe. Na opinião o militante:

O que é partido operário?!

⁴²⁷ *A Alvorada*, em 24 de agosto de 1890.

⁴²⁸ A origem do republicanismo está relacionada à antiguidade clássica greco-romana e se refere à participação política dos cidadãos - a res-pública -, o cuidado da coisa pública. Entretanto, foi em Roma, no século VI a. C., a partir de governo de Cícero, que o conceito ganhou força e, apesar de o republicanismo ter se modificado com o passar dos séculos, suas bases perdurou até, pelo menos, o século XVIII, com a Revolução Francesa que, juntamente com a Independência dos Estados Unidos, ambas sob a influência do iluminismo, foram fundamentais para a propagação das ideias do republicanismo. Aqui no Brasil o republicanismo chega juntamente com as ideias revolucionárias que sacudiam a Europa e, a partir da década de 1870, o Império brasileiro começaria a sofrer diversos tipos de oposição ao seu regime e a defesa da instalação de uma República em seu lugar. Entretanto, a questão republicana no Brasil ganha tons bastante particulares, considerando que os patronos desse novo regime não promoviam uma réplica das discussões e ideais que vinham da Europa, mas também conferia uma relação específica de como a República atingiria os problemas daquele tempo. Os republicanos brasileiros acreditavam que a monarquia operava como o grande sustentáculo do escravismo, mas, isso não quer dizer que os republicanos brasileiros pensavam o novo regime da mesma forma, existindo várias propostas de República, dentre elas, uma reformista, que defendia reformas sociais com participação popular, do diálogo entre as classes dirigentes do país e a grande massa de proletários rurais e urbanos, isto é, reformas estruturais que modificariam a realidade vigente. Outra parcela, mais alinhada ao conservadorismo, buscava a mudança de regime, mas também, atuando para garantir os privilégios das classes dominantes, se posicionando contra a bandeira reformista, de inclusão da sociedade no processo de administração e tomada de decisões, os conservadores buscavam a manutenção do *status quo*, apesar da mudança do regime. Era justamente a ala conservadora do movimento republicano que Mariano Garcia, na sua fala, identificava como republicanismo, repudiando a possibilidade de que um representante dessa ala, dirigisse o partido operário, por isso, a crítica ácida. Sobre as disputas políticas e as diferentes propostas de República que eram discutidas no processo que levou a queda do Império e à Proclamação. Para um melhor entendimento sobre o assunto, ver o trabalho de: SANTOS, Cláudia. *Disputas políticas pela abolição no Brasil: nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

É a agremiação da classe operária em um corpo político, para ter seus representantes no seio do parlamento nacional. Este representante nunca poderá ser um bacharel, senão deixa então de ser partido operário. Ora, está claro que para votarmos em tais candidatos não precisamos de constituirmos um partido, votamos como até aqui se tem votado.

O NOSSO LEMA.

Tem-se dito muitas coisas contra o lema: - *operário por si e para si*. Há quem o condene por - *egoísta, exclusivista* e não sabemos mais. São os obtusos, os que falam em partido e não sabem o que isso é, uma agremiação geral: a palavra mesmo define - partido.

É verdade que o exclusivismo não dá lugar a *certos negócios* que por aí se tem feito, mas nós não queremos partido para especulações. Não queremos ser vendidos a qualquer esfregador de rabecas ou empenhados a qualquer bacharel ou doutor.

Não podemos deixar de ser exclusivistas, porque constituímos um partido; não podemos deixar de preconizar o ego desse partido, porque o contrário seria a sua condenação, a inutilidade da sua existência. Há muito quem malignamente insinue o contrário, principalmente certos bacharéis que não poderão cavalgar as posições à custa de um partido que tenha por lema: operário por si e para si.

Melhor para nós, que deixaremos de ser burros de carga como até aqui, para sermos também árbitros dos nossos destinos. Isto de egoísmo e exclusivismo são banalidades, ou é se não de encomenda.

Fora com a pulhice⁴²⁹.

O artigo tinha novamente um destino certo, era para França e Silva, e a crítica feita ao posicionamento do grupo de Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda, esses, considerados por parte da militância, como remanescentes do jornal operário *Voz do Povo*, de José Veiga e, por outra parte da militância, a dos defensores da colaboração entre as classes, dentre eles, França e Silva, como os radicais do movimento operário. Vale ressaltar que França e Silva também fez parte do jornal *Voz do Povo*, escrevendo artigos. O fato possibilita entender que a discordância entre os membros já ocorria no seio do próprio jornal.

França e Silva era considerado como o líder da ala “moderada” do movimento operário, defendia um exclusivismo menos radical. Diferente dos seus colegas, não via problema em buscar ajuda ou colaboração com outras classes, tendo a ideia de colaboracionismo entre as classes defendida em sua “Coluna Operária” no jornal *O Combate*⁴³⁰, anos depois. França e Silva ainda persistia na sua crítica ao posicionamento radical de Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda, mesmo depois do apoio a Vinhaes tornar-se desastroso e dele fazer conhecida as suas pretensões políticas com relação ao poder.

⁴²⁹ *A Alvorada*, em 24 de agosto de 1890.

⁴³⁰ *O Combate* foi um jornal republicano fundado por Lopes Trovão e Sílvio Romero em 12 de abril de 1880 no Rio de Janeiro. Colaboraram com o jornal muitos opositores da monarquia como Olavo Bilac, tendo como objetivo a luta pela instalação do regime republicano que "uma vez está firmemente estabelecida" pelo socialismo. Em 1892 era publicado diariamente e, assim como *O Tempo*, tinha Pardal Mallet também como uns dos redatores. Existem alguns exemplares na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Para ele, toda a possibilidade de atuação nos interstícios de um sistema republicano excludente seria bem-vinda, inclusive, compor com elementos externos à luta operária para se atingir o objetivo primário que seria eleger representantes. Esse líder operário escrevia em sua coluna:

Vê a classe operária que Gustavo de Lacerda não tem a menor noção da escola social a que diz pertencer.

O nosso exclusivismo deve limitar-se a direção suprema do partido, não admitindo na sua administração indivíduos que dirijam a política dos partidos militantes e aqueles que vivam exclusivamente dos rendimentos dos seus capitais. Se a teoria de Lacerda constituísse uma verdade social e política, - a República teria sido proclamada no Brasil unicamente para os republicanos e não para os habitantes do Brasil⁴³¹.

O posicionamento de França e Silva era considerado como um agravo pelos seus companheiros do jornal *Voz do Povo*, e, particularmente, à memória dos líderes operários como José Veiga e Mansos d'Asia, que assim como França e Silva foram operários gráficos.

Os gráficos eram vistos como uma classe privilegiada, pois além de saber ler e escrever, os tipógrafos eram relativamente bem remunerados, considerados a elite entre os trabalhadores, cujo trabalho era o mais intelectual dos ofícios manuais, por isso, na organização da classe operária, sempre havia um tipógrafo entre as lideranças⁴³².

Mansos d'Asia atuaria na orientação da classe operária vinte anos antes da Proclamação da República, e José Veiga, idealizador do jornal *Voz do Povo*, desde os anos de 1871-1872, militava na organização da classe operária, defendia, já naquela época, através do periódico *Tribuna Artística*, e da Liga Operária⁴³³, um partido exclusivamente operário.

Por isso, a justificação do exclusivismo partidário pelo grupo de Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda não era nenhuma novidade para as lideranças operárias em 1890⁴³⁴, inclusive para França e Silva, que fazia parte da categoria de trabalhadores de Mansos d'Asia e José Veiga.

⁴³¹ *O Combate*, em 13 de junho de 1892.

⁴³² FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil...* p.24 a 26.

⁴³³ MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n. 1, p.51-64. Janeiro-junho de 2009. p.61. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/159251/mod_resource/content/1/Badaro_Escravos_trabalhadores_Rio.pdf. Acessado em: 10/04/2023.

⁴³⁴ Na mesma época em que Mansos D'Asia e José Veiga militavam por um partido operário, era fundado o Partido Republicano, entretanto, as lutas pelo partido operário tornaram-se infrutíferas pelo momento histórico da época; ora pelo regime imperial, ora pela escravidão.

O protagonismo de José Veiga em seu jornal e da Liga Operária na tentativa da organização da classe trabalhadora, ainda no Império, é descrito por Gustavo de Lacerda n' *A Alvorada* da seguinte forma:

As tradições da Liga Operária que ergueu-se ativa e pujante para abater-se pouco depois, são bem conhecidas dos contemporâneos. Outras tentativas menos incisivas não produziram efeito assinalável. Entretanto, todas deixaram um sulco maior ou menor inapagável na consciência do operariado que nunca mais deixou de aspirar a uma política propriamente sua⁴³⁵.

Para o Grupo de Gustavo de Lacerda o comportamento ambíguo de França e Silva soava como uma traição à tradição da luta de militantes da Liga Operária de Veiga e Mansos d'Asia, e a bandeira que os representavam, pois, os operários na sua tradicional luta “nunca deixou de aspirar a uma política propriamente sua”. Em 1912, ao se referir às primeiras lideranças operárias, Mariano Garcia cita a figura de José Veiga, reconhecendo seu protagonismo na organização da classe, ao descrevê-lo como “mentor dos operários, uma das figuras mais inteligentes”⁴³⁶.

Gustavo de Lacerda também fora tipógrafo, atuando com José Veiga desde o Império, no tempo da Liga Operária. Quando chegou de Florianópolis, instalando-se na Corte do Império. Em Florianópolis, foi aluno da Escola Militar, mas desligado por seu perfil “subversivo” na defesa das ideias republicanas e socialistas⁴³⁷. Assim como Mariano Garcia, também atuou em Santos e com o grupo do Centro Socialista de Santos, antes da Proclamação.

⁴³⁵ *A Alvorada*, em: 24 de agosto de 1890.

⁴³⁶ *A Época*. Em: 19 de ago. de 1912.

⁴³⁷ As informações sobre Gustavo de Lacerda foram retiradas da nota de rodapé do livro de Sodré, *A História da Imprensa...* p.355. São poucos os trabalhos na historiografia que abordam a atuação de Gustavo de Lacerda como liderança socialista reformista, sendo o militante mais referenciado como jornalista em trabalhos relacionados aos estudos sobre o Jornalismo no Brasil, isso, devido ao seu protagonismo na fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A atuação de Gustavo de Lacerda na organização da classe trabalhadora no Brasil é um tema de grande importância para se compreender a sua formação. Negro, magro e alto, nascido em família pobre, sempre mal vestido, mas inteligente e com alguma cultura haurida de leituras francesas, atuou como abolicionista e republicano. Na defesa do socialismo, foi um dos poucos militantes a escrever sobre o socialismo no Brasil, publicando, em 1902, o livro: *O problema operário no Brasil*. Nessa edição, Mariano Garcia cita o seu livro como referência para leitura no jornal *Gazeta Operária*. Infelizmente não foi encontrado nenhum exemplar depositado na Biblioteca Nacional e no Real Gabinete Português de Leitura. Em 2023, o historiador Fábio Garcia lançou o livro: *Gustavo de Lacerda: vida e obra de um jornalista negro catarinense (1954-1909)*. A obra privilegia a trajetória de Lacerda como jornalista que atuou em várias frentes, como: jornalismo, teatro, literatura, no associativismo, junto com várias lideranças da época, como José do Patrocínio, Rui Barbosa. Porém, o livro parece não contemplar a atuação de Gustavo de Lacerda a partir da ótica do militante socialista na organização da classe trabalhadora na Primeira República, mas sim como o jornalista que fundou a ABI, assim como a maioria dos trabalhos que abordam Gustavo de Lacerda. Uma consulta rápida sobre sua história pode ser feita no CPDOC da FGV, em Verbetes. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LACERDA,%20Gustavo%20de.pdf>. Acessado em: 12/04/2023.

Quando na cidade de Santos, trabalhou como guarda-livros (o que hoje equivale a profissão de Contador) e, ao chegar à Corte, passou a trabalhar inicialmente como tipógrafo, depois como jornalista, escrevendo para jornais da grande imprensa como o *Paiz* e o *Jornal do Brasil* e também, para jornais operários, ora como redator, ora como colaborador. A exemplo – ainda no tempo do Império, em 1885 - do *Gazeta Operária*, onde cooperava com o companheiro José Veiga, tendo esse jornal preconizado ideias que seriam apropriadas pelo jornal operário *Voz do Povo*, em 1890, no início da República.

Na busca por colocar em prática um sonho acalentado pelos operários, ao longo da sua luta organizacional, que se iniciou ainda no tempo do Império, isto é, a fundação do partido operário que desse voz à classe, com a Proclamação da República o sonho pareceu trona-se uma realidade bem próxima. Ângela de Castro Gomes define o lançamento do jornal *Voz do Povo* para o grupo:

Em janeiro de 1890 surgiu, na capital da República, o primeiro jornal que pode ser considerado um instrumento de organização operária no Brasil, com um programa de assumida inspiração socialista. Sugestivamente, chamava-se *A Voz do Povo*. Embora suas ideias tivessem antecedentes em publicações do período imperial, após a Proclamação era a primeira vez que a “palavra” estava sendo usada para orientação do povo, identificado com a população trabalhadora. *A Voz do Povo* foi saudado com simpatia pelo órgão oficioso do Governo Provisório – *O Paiz* -, o que comprovava o clima favorável às manifestações em prol do aumento da participação política. Neste momento inicial, reunia-se à sua volta um grupo de elementos dos mais significativos para a época. Os diretores eram Maurício Velloso, proprietário dos equipamentos, José da Veiga e Gustavo de Lacerda, que por sua experiência anterior e capacidade como propagandista, constituía a principal força política do jornal. Colaboravam também Luiz da França e Silva e Francisco Juvêncio Saddock de Sá⁴³⁸.

Diferentemente do artigo de Quintella para *O Tempo*, o nome de Mariano Garcia não está presente entre os principais propagandistas que, em torno do jornal *Voz do Povo*, estruturavam a antiga ideia da organização de um partido operário. Em 1912, Mariano Garcia escreveu sobre o jornal, corroborando, em parte, com a citação de Gomes, ao afirmar que se deu início na *Voz do Povo* à propaganda para organização do Partido Operário Brasileiro, e que dele participou: “após a Proclamação, Gustavo de Lacerda ao lado de José Veiga, Maurício Velloso, e depois França e Silva e o rabiscador destas linhas”⁴³⁹, incluindo-se entre os diretores.

Essa afirmação de Mariano Garcia, acompanha o relato de Ezelino Quintella na Coluna Socialista de 1892, o que o coloca na posição negada por Ângela de Castro Gomes como um

⁴³⁸ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo...* . p.38.

⁴³⁹ *A Época*, em 04 de set. de 1912.

dos componentes do “grupo de elementos dos mais significativos para a época”⁴⁴⁰, quando da fundação do jornal *Voz do Povo*. É por isso que Mariano Garcia acompanhava Gustavo de Lacerda de forma tão incisiva na sua defesa do exclusivismo, após a morte de José Veiga, ele também fez parte da plêiade de militantes tradicionais do jornal *Voz do Povo*.

Mas, se Mariano Garcia seguia Gustavo de Lacerda nas suas posições, o mesmo não aconteceu com Maurício Velloso, outro componente do jornal. Numa postura de defesa da conciliação com a burguesia, Maurício Velloso engrossou as fileiras nas críticas sobre o exclusivismo partidário, passando para o lado de França e Silva, contudo, diferente dos outros membros da facção de Lacerda, a presença de Velloso no grupo era mais por uma questão de conveniência do que de posicionamento ideológico.

Velloso, assim como Quintella, também não era considerado nenhuma liderança tradicional, dono da tipografia que imprimia o jornal *Voz do Povo*, o exemplo do operário que passou a ser possuidor do próprio negócio, aquele que ascendeu socialmente através do trabalho, pelo esforço individual, tornando-se um pequeno-burguês, por isso, passou a apoiar França e Silva na possível conciliação das classes, afinal, ele era um pequeno burguês.

Lembremos que estamos em um período de transição imediato ao pós-abolição, onde a nobilitação do trabalho individual na formulação de uma identidade para a classe trabalhadora é a tônica da ocasião, sendo a possível ascensão social a partir do trabalho defendida tanto pelo discurso das elites como pela classe trabalhadora.

É o momento, também, do crescimento industrial na principal cidade da República, mas o pequeno comércio e as pequenas fábricas ainda permaneciam preponderantes na paisagem urbana da Capital Federal. O conflito de classes, por conta do momento de euforia dos pós-abolição e da Proclamação da República, não se apresentava, de forma clara, entre os trabalhadores, assim como a República, como salienta Schmidt, que também não expunha seu caráter repressivo e excludente⁴⁴¹, ainda não demonstrava realmente a que veio, isto é, defender os interesses dos grupos dominantes e reprimir as manifestações da classe operária quando essas atentassem, ou mesmo parecessem atentar, contra a ordem estabelecida. Por isso, cabe, no jornal *Voz do Povo*, um grande otimismo, por parte da liderança operária tradicional, com novo sistema:

⁴⁴⁰ GOMES, Ângela de Castro. Op. cit.,

⁴⁴¹ SCHMIDT, Benito Bisso, Os partidos socialistas na nascente República. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições, 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2007. p. 132-184. p. 165. (As esquerdas no Brasil, v. 1).

Novos horizontes se abrem ao povo brasileiro, com o estabelecimento da forma republicana do governo no país.

A democracia, que na sua acepção pura [...] é o regime de igualdade dos direitos como dos deveres, veio enfim nivelar todas as classes na partilha dos bens sociais, libertando-as do privilégio de umas sobre outras.

O Proletariado nacional, que até hoje foi apenas uma força anônima servido de base a todas as ambições, por inconfessáveis que fossem, passou destarte a ser uma força preponderante na sociedade, um elemento de prosperidade, de riqueza e de progresso. Sob a base da ordem, representada pelos poderes que se constituíram, o industrialismo tomará ingente impulso, valorizando a entidade moral e social do operário, que é modestamente o grande fator da civilização e da grandeza dos povos⁴⁴².

Essa nota jornalística evidencia a crença positiva dos líderes operários que contribuía com o jornal *Voz do Povo*, no novo sistema que se instalara. Os militantes vislumbravam a possibilidade da participação política dos operários, de melhores condições de vida e trabalho e a defesa de projetos de emancipação social da classe que envolviam, principalmente, o reconhecimento e a dignificação das atividades que exerciam. Destarte, a construção de uma identidade para a classe trabalhadora, demonstrando a necessidade de constituição do seu próprio caminho a trilhar, pois para o grupo, “a entidade superior das nações industriais é o operário – o grande fator de grandeza dos povos modernos”⁴⁴³.

Para Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda, a ambiguidade de França e Silva mostra-se presente, quando este, na defesa de um partido genuinamente operário, respondeu à provocação de Elpídio de Castro, em 1889, na *Revista Typographica*, a qual França e Silva era o dono e principal redator. Elpídio de Castro cobrou uma posição mais clara de França e Silva sobre o direcionamento dos operários com relação à República, que acabava de se instalar⁴⁴⁴.

França e Silva reproduziu no *Voz do Povo* a resposta dada a Elpídio, na *Revista Typographica*, sobre a necessidade de os operários “formarem um partido puramente seu que enfrente o que estiver governando, sem o que ficarão sendo os operários a mesma coisa que nos tempos do Império.”⁴⁴⁵. Mas, imediatamente sua posição muda e, contrariando totalmente sua

⁴⁴² *Voz do Povo*, em 06 de janeiro de 1890.

⁴⁴³ *Voz do Povo*, em 06 de janeiro de 1890.

⁴⁴⁴ Elpidio de Castro era um antigo companheiro de França e Silva. Tipógrafo, participava da *Revista Typographica*, surgida em 1888, a partir de um evento organizado pelo Clube Abolicionista Gutemberg, que fazia parte da importante Confederação Abolicionista. Após a Abolição, em 1889, é lançado o Centro Tipográfico Treze de Maio onde Elpídio de Castro passa a desempenhar a função de primeiro secretário. Republicano convicto, em novembro de 1889 travou um debate na *Revista Typographica* com França e Silva pela adesão imediata dos tipógrafos ao novo regime. Cf. RODRIGUES, Igor Soares. “Preparemo-nos, pois, para sermos patrões de nós mesmos”: Centro Tipográfico Treze de Maio, para além de uma cooperativa (1888). Anais dos Seminários Internacionais - Volume 3, 2019. Sociedade Brasileira de Estudos dos Oitocentos Disponível em: https://www.seo.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=146. Acessado em: 20/04/2023.

⁴⁴⁵ PANSARDI, Marcos Vinícius. *Republicanos e operários...*p.52/53.

defesa de um partido puramente operário, proferida semanas antes, no jornal *Voz do Povo*, passou a apoiar a colaboração entre classes, quando vislumbrou uma possibilidade de formar um partido com Vinhaes e de eleger candidatos, o que, no entendimento de Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda, abriria um precedente perigoso, pois possibilitaria que pessoas da feição do tenente disputassem, com o apoio do operariado, posições no parlamento em detrimento de um candidato genuinamente oriundo da classe operária, este, comprometido, por solidariedade de classe, com a questão operária. Por isso, havia a oposição de Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda contra França e Silva e o seu apoio ao tenente Vinhaes.

E, de fato, Vinhaes não atendia o perfil do trabalhador brasileiro expropriado de seus direitos ao qual Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda buscavam defender. Quer dizer, era o trabalhador que vivia uma realidade dura, morando em habitações insalubres como as muitas casas de cômodos e cortiços que se proliferavam pela Cidade, acossados por doenças como a tuberculose, muito por conta das condições impróprias de moradia, e da péssima alimentação a qual tinham acesso, com os poucos salários que recebiam, quando conseguiam trabalho.

Tudo isso, uma realidade muito distante do universo vivido pelo Tenente Vinhaes, por isso Gustavo de Lacerda e Mariano Garcia abraçavam a ideia de um partido político genuinamente operário, baseado na solidariedade daqueles que sofriam e possuíam uma identidade visível da maioria da população: na moradia, na vestimenta, na alimentação, decorrente de suas condições de existência. Segundo Mariano Garcia, “nas camadas da sociedade onde se trabalha e produz para todo e para todos e só se tem por compensação a fome, as injustiças sociais, os hospitais e a vala comum”⁴⁴⁶. Em sua visão objetiva, o Tenente Vinhaes não poderia comandar nem representar essa classe trabalhadora por não entender desse sofrimento, por não pertencer a esse mundo de escassez, de injustiças.

Filho de um rico comerciante português, José Augusto Vinhaes foi educado na Europa. Abolicionista e republicano, quando retornou ao Brasil ingressou na Marinha como primeiro-tenente. Segundo Quintella, “instigado por sua própria vaidade, ou obedecendo a proveitosos conselhos do Sr. Quintino Bocayuva” ingressou no Partido Republicano e na vida política ao participar ativamente da conspiração republicana e do golpe de 15 de Novembro⁴⁴⁷. Nomeado por Deodoro da Fonseca para ocupar um cargo de comando nos Telégrafos, aproximou-se do operariado, mas isso não significava, para Gustavo de Lacerda e Mariano Garcia, que ele fosse

⁴⁴⁶ *A Época*, em 31 de julho de 1912.

⁴⁴⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. “Os partidos socialistas... .p.150.

um representante legítimo da classe operária. Sobre a presença de figuras como Vinhaes no meio operário, Mariano Garcia escreve n' *A Alvorada*:

(...) E isto o que vemos com as chapas apresentadas até hoje esquecendo-se os propagandistas falsos do nosso partido, que não seremos nada enquanto nos acompanharem elementos estranhos às classes. Só pode existir o nosso partido na acepção nata das palavras – Partido Operário. Se constituímos um corpo político novo, em um regime novo, é claro que não queremos ser representados pelos embrulhadores das leis, nem por aqueles que, fazendo-se arautos da ciência, gozam nas sociedades do direito de matar gente⁴⁴⁸.

A hesitação de França e Silva na defesa do partido genuinamente operário, permitiu a presença do Tenente Vinhaes como representante do operariado. Em contrapartida, surgiu a postura radical do grupo de Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda na justificação de um partido exclusivamente operário. Estava, pois, dividida a classe operária em seu seio, e o primeiro partido operário único, não aconteceu.

A disputa pelas posições de liderança no iniciante partido operário resultou em rivalidades e desavenças entre os membros da classe e, com isso, o partido que deveria ser único, perdeu sua possível força quando fragmentado em três grupos operários: o de Vinhaes; o de França e Silva e o de Mariano Garcia com Gustavo de Lacerda, e essa fragmentação refletiu-se nas urnas com o resultado da votação para a Câmara. Pansardi descreve o desempenho dos três grupos operários que, somados, não tiveram mais de 3.500 votos⁴⁴⁹.

Do grupo de Vinhaes, Bento José Ribeiro obteve 950 votos, do grupo de França e Silva, o próprio obteve 689 votos e do grupo de Gustavo de Lacerda, Mariano Garcia somente três votos e Gustavo de Lacerda cinco votos. O autor prossegue:

Obviamente não devemos esquecer a votação do Tenente Vinhaes – o único eleito com 5.401 votos -, porém, ele foi indicado na chapa oficial do Partido Republicano da Capital Federal e, também, encabeçava a lista do Diretório da paróquia de Santo Antônio. Eleito, portanto, com muitos votos não operários, e o mais importante: as eleições da República Velha eram uma grande farsa, todos os candidatos eleitos faziam parte da chapa do P.R., e a diferença de votos entre eles não passavam de dois dígitos. Assim, a votação real de Vinhaes deveria estar abaixo do que foi divulgada, mas não deve duvidar que sua votação deve ter tido muito superior da de seus companheiros⁴⁵⁰.

E o que ocorreu nas eleições para a Constituinte em 1890 foi justamente o que temiam Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda, tendo Mariano Garcia alertado logo no primeiro número

⁴⁴⁸ *A Alvorada*. Em: 24 de agosto de 1890.

⁴⁴⁹ PANSARDI, Marcos Vinícius. *Republicanos e operários...* p.106.

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p.106-107.

d’*A Alvorada*, “estas divisões e dissidências não são mais do que resultado antipatriótico de individualidades com quem a classe operária só poderá esfacelar-se e nunca organizar-se em ordem,”⁴⁵¹.

Figuras estranhas à tradição de luta passaram a ter destaque na “crônica operária” jornalísticas, tanto da grande imprensa como também dos jornais operários, e não estamos falando somente do Tenente Vinhaes, mas de Francisco Joaquim Bethencourt da Silva e Roberto J. Kinsmann Benjamin, duas figuras, essas, sim, totalmente externas à tradição das lutas dos trabalhadores.

Bethencourt da Silva, um conhecido arquiteto do Império, foi o fundador do Liceu de Artes e Ofícios, instituição vinculada à Sociedade Propagadora das Belas Artes na formação técnico-profissional e artística. Quintella, na sua “coluna socialista” d’*O Tempo*, descreveu o desempenho de Bethencourt da Silva como pretense líder do operariado:

(...) Sr. Bethencourt da Silva, muito conhecido mestre de obras e arquiteto, fez instalar, no seu Liceu de Artes e Ofícios, uma *Federação Operária* composta na sua maior parte de gente seleta, notando-se os Srs. Ponciano de Oliveira, Geminiano Barbosa, Rollim Pinheiro e o inditoso Estevão Silva. É fácil de compreender-se que este grupo nenhuma tendencia socialista nem tão pouco especuladora pode ter, sendo apenas um apêndice das sociedades beneficentes das quais é patrono o Sr. Bethencourt da Silva⁴⁵².

Nascido no Brasil, aos três anos foi viver na Europa, retornando somente em 1876, aos 26 anos, para dirigir a Harmonia da Sociedade Filarmônica Fluminense, quando a sociedade dissolveu-se, em 1880, foi trabalhar no *English Bank* do Rio de Janeiro. Em 1890, depois de participar como diretor do seletto Club Beethoven, uma sociedade fechada, voltada para a elite da Corte, dirigindo o banco *New York Life Insurance Company*⁴⁵³.

Neste mesmo ano, recebeu o convite de França e Silva para presidir a diretoria do recente Partido Operário lançado pelo militante. França e Silva utilizou a grande imprensa para divulgar o convite feito pela comissão da classe operária ao “distinto cidadão Roberto J. Kinsmann Benjamin, convidando-o a aceitar a candidatura à chefia do Partido Operário”⁴⁵⁴.

No jornal *O Paiz*, França e Silva falou sobre a mensagem publicada, dias antes, no jornal operário *Echo Popular*, porta-voz do recém-criado Centro do Partido Operário (CPO) em que

⁴⁵¹ *A Alvorada*, em 11 de maio de 1890.

⁴⁵² *O Tempo*, em 02 de setembro de 1892.

⁴⁵³ BATALHA, Cláudio H. Moraes. *Dicionário do movimento operário...* . p.33-34.

⁴⁵⁴ *O Paiz*, em 16 de abril de 1890.

convidava o músico Kinsmann Benjamin para chefiar o partido. No artigo, descreveu os motivos que levaram à comissão de operários a convidar o músico, dentre eles, os “*esforços baldeados em criar um partido único*”. Também aproveitou a coluna para publicar a resposta de Kinsmann Benjamin, ao aceitar o convite.

Em conclusão, cumpre-me apenas acrescentar, que, se for o desejo sério e verdadeiro das classes operárias que o meu humilde nome seja apresentado na eleição a quem vai-se proceder para a presidência da corporação, espero, sendo eleito, que saberei manter a dignidade **da sua classe** e defender **os seus direitos e privilégios** como cidadãos de uma grande nação que tem um tão grande e tão glorioso futuro diante de si⁴⁵⁵. **(Grifos do autor)**.

As palavras grifadas deixam evidentes dois pontos importantes: primeiro, que Kinsmann Benjamin não pertencia ao universo operário, por falar em direitos e privilégios da classe operária como se fosse algo do cotidiano dos trabalhadores pobres, uma vez já experimentado e vivido por eles.

O conteúdo da resposta de Kinsmann Benjamin era uma clara demonstração do total desconhecimento da realidade dura ao qual o operariado brasileiro estava submetido, um universo de precariedade e de miséria, continuidade de uma sociedade que acabara de sair da escravidão e que começava a se industrializar, mas ainda bastante permeada por continuidades da escravidão, pois as marcas não seriam apagadas de imediato.

Kinsmann Benjamin, por viver uma realidade muito distante dos pobres e trabalhadores no Brasil, não trazia claro para si que a classe operária ainda tinha um longo caminho a percorrer no processo de consolidação do capitalismo no Brasil, na sua luta por direitos e, apesar de não ser um termo muito utilizado na época, por cidadania, e que as continuidades do sistema escravista constituía uma República liberal excludente e repressiva.

Como salienta Badaró, “com a formação de um corpo policial profissional estreitamente vinculada a preocupações de controle sobre o “mundo do trabalho”⁴⁵⁶, ou mais especificamente sobre aqueles setores considerados “classes perigosas”, tal como “vadios e mendigos”, sendo assim, em nome da ordem, a questão operária que é uma questão da classe pobre, é considerada pelas elites, das quais Kinsmann Benjamin fazia parte, como uma questão de polícia.

⁴⁵⁵ *O Paiz*, em 04 de abril de 1890.

⁴⁵⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. Greves e Repressão Policial aos Sindicatos no Processo de Formação da Classe Trabalhadora Carioca: 1850-1910. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto. Faperj, 2004.p. 09-58. p.45.

Segundo ponto: além de não pertencer ao universo operário, também não existia no pretense representante da classe operária, um sentimento de pertencimento à classe trabalhadora, fato esse evidente em seu discurso ao fazer uma clara distinção entre a classe que pertencia, a da elite que comanda, e a classe que representaria na posição de chefia do partido operário. Quando profere “da sua classe”, e, “os seus direitos e privilégios”, demonstrou não ter nenhum alinhamento com a questão operária ao falar em privilégios da classe trabalhadora.

E é justamente isso que Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda assinalavam como “perigoso”, pois, como pontuou Mariano Garcia. “O indivíduo que não trabalha, que nunca trabalhou, que não conhece a vida íntima de todos os que trabalham, que não conhecem as necessidades reais de cada um, não pode fazer leis que prestem nem tão pouco concorrer para que estas se façam”⁴⁵⁷.

O convite um tanto quanto estranho de França e Silva a Kinsmann Benjamin para dirigir o partido pode ser entendido pelo que se desenrolou logo após o seu rompimento com o grupo de Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda, que em sua justificativa, foi por ciúmes da aproximação com o tenente Vinhaes e não pela discordância com relação à presença de elementos estranhos na composição do partido operário⁴⁵⁸.

No jornal *O Combate*, no seu artigo-depoimento, França e Silva descreveu o desfecho da reunião que ocorrera no teatro Recreio Dramático sobre a formação do partido operário. Segundo o seu depoimento, as pretensões de Vinhaes era ser o presidente do partido operário, cabendo a França e Silva a vice-presidência, coisa que imediatamente rechaçou, pois, se num momento defendeu a colaboração entre as classes - o que custou-lhe o rompimento com o grupo de Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda - não se opondo que elementos estranhos ao movimento operário participassem do partido operário, logo em seguida, de forma enfática, quando da reunião para a formação do partido admitiu que era aceitável a presença de elementos estranhos ao movimento operário participando do partido, mas, desde que os cargos de comando fossem ocupados somente por operários.

França e Silva narrou o diálogo que teve com Vinhaes no evento ocorrido no Recreio Dramático, antes do rompimento entre os dois. De acordo com sua versão:

⁴⁵⁷ *A Época*, em 08 de janeiro de 1913. Aqui precisamos fazer uma observação sobre o trabalho em si. Quando se fala em trabalho nesse período, é o manual, coisa antes feita por escravos, o trabalho que Kinsmann Benjamin desempenhava, era o do intelecto, a de comando este, destinado às elites, educadas nas melhores escolas e universidades para exercer os cargos ligados ao intelecto, de comando.

⁴⁵⁸ PANSARDI, Marcos Vinícius. *Republicanos e operários...* p.94; TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores...* p.257.

Preparando o terreno para a assembleia popular, convidou-nos o Sr. Vinhaes para confeccionarmos a chapa da diretoria do novo partido.

- Quem há de fazer parte da chapa? Perguntou-nos ele.

- Os nossos e os seus amigos, ponderamos-lhe.

- Precisamos ter na direção do partido gente de confiança, para evitar a exploração de certos tipos políticos, retorquiu-nos o Sr. Vinhaes.

E em ato contínuo, escreveu ele com seu próprio punho:

“Presidente (chefe do partido): José Augusto Vinhaes.”

“Vice-presidente (sub-chefe): Luiz |França e Silva.”

Ao escrever ele o nosso nome, observamos-lhe:

- Sr. Vinhaes, apesar de termos a prioridade na ideia e direito a direção suprema do Partido operário, não fazemos questão de chefia, contanto que seja dada a um operário. Só assim se poderá evitar exploração dos políticos. Façamos eleger o Sr. Saddock de Sá, que não lhe é suspeito, e prometo-lhe o nosso apoio e o apoio dos nossos amigos. Quem não pode sr. chefe é o senhor, visto que, não sendo operário nem, tendo tradições na classe, é um homem político e a sua intervenção entre os operários pode trazer odiosidade a estes e até ciúmes dos seus próprios correligionários que não o verão com bons olhos ao contemplarem atrás de si uma legião de eleitores.

Vinhaes, ambicioso e vaidoso, não escultou o eco da razão e a voz do direito. Tornou-se relapso e insistiu na sua teimosia.

- Aceite a combinação, disse ele, porque eu estando à frente do partido tudo haveremos de conseguir do Mal. Deodoro e do Min. da fazenda.

- O Partido operário, disse-lhe, não precisa de favores de governos e só da justiça dos mesmos.⁴⁵⁹

Da longa exposição feita sobre o diálogo travado entre França e Silva e o Tenente Vinhaes, podemos inferir que Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda tinham razão em alertar França e Silva com relação ao que Mariano Garcia chamava de “políticoídes sem ideias,”⁴⁶⁰ de candidatos externos ao movimento operário “galgar posições”⁴⁶¹.

Vinhaes, sobre o ocorrido no teatro Recreio Dramático, e sobre a acusação de ambicioso, tenta defender-se, argumentando que, “Nunca aspirei essa honra, sou forçado pela insistência da gente de classe... A bigorna em que ora malham é não ser eu operário e, portanto, impróprio a dirigir a classe operária. Blanqui, Luiz Blanc, Rochefort, Carl Marx não são operários”⁴⁶². França e Silva escreveria alguns dias depois sobre as pretensões de Vinhaes no jornal *O Paiz*:

Se combatermos sua candidatura é para não partir da Capital Federal o exemplo de Partido Operário falsificado em sua essência e origem, exemplo funesto que poderia vingar nos Estados e dar ensejo a especulações políticas de quem jamais tenha professado arte ou ofício⁴⁶³.

⁴⁵⁹ PANSARDI. Op. cit., p.95-96.

⁴⁶⁰ *Gazeta Suburbana*, em 07 de fevereiro de 1920.

⁴⁶¹ *Ibidem*.

⁴⁶² *O Paiz*, em 12 de fevereiro de 1890.

⁴⁶³ *O Paiz*, em 18 de fevereiro de 1890.

Ainda sobre o diálogo descrito anteriormente, outro fato para se atentar é na afirmação de França e Silva de “não precisar de favores de governos e só de justiça dos mesmos”. Ele demonstra uma postura de afirmação do movimento operário como ator político atuante, como aponta Pansardi, numa defesa da independência da classe operária frente a movimentos políticos externos a ela, e que essa postura precisava ser entendida pelo Estado e pela sociedade, isso, no momento em que a classe operária passa a despontar como agente político, no início da República⁴⁶⁴.

Essa atitude não passou despercebida aos olhos dos governantes e dos políticos de diversos matizes⁴⁶⁵, o que se tornou perceptível na tentativa de Vinhaes como político, ao se aproximar da classe operária, e ao citar uma suposta lucrativa aproximação com o Marechal Deodoro da Fonseca para proveito do operariado, uma tentativa de cooptação da classe operária.

Mas, com relação a depender dos favores do Estado, as posições de Vinhaes foram rechaçadas eloquentemente por França e Silva, que não deixou que a conversa evoluísse quando percebeu suas ambições. Afinal, para os líderes na tradição da luta operária, na busca por sua legitimidade, era necessário o reconhecimento da classe trabalhadora como o próprio agente na conquista de direitos na República que se iniciava, e, para isso acontecer, fazia-se urgente edificar uma consciência de classe e uma identidade operária própria, essa forjada pelos próprios trabalhadores. E, nesse processo, a imprensa apresentou-se como um dos mais importantes agentes de promoção dessa construção na disputa pela “palavra operária”.

Apesar de todas as contendas feitas à participação de Vinhaes, seria ele o candidato eleito que representaria a classe operária na Assembleia Constituinte de 1890. Ao ser eleito por outras chapas, inclusive pelo Partido Republicano Federal, Vinhaes autodefiniu-se na Câmara como chefe do Partido Operário e, de forma surpreendente, como socialista, com isso, as ideias socialistas passaram a pautar sua atuação parlamentar na defesa dos trabalhadores, a partir de seu novo posicionamento⁴⁶⁶, defendendo as bandeiras tradicionais de luta operária, como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho.

Logo de início, como deputado, destacou-se na defesa dos operários na discussão do Primeiro Capítulo da Constituição sobre uma proposta, que desenhava a tônica que pautaria a intervenção do Estado na área de saúde pública durante a Primeira República: a política do

⁴⁶⁴ PANSARDI, Marcos Vinícius. *Republicanos e operários...* p.101.

⁴⁶⁵ SCHMIDT, Benito Bisso. “Os partidos socialistas...” p.144.

⁴⁶⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo...* p.55.

sanitarismo urbano. Enquanto ideologia de construção nacional⁴⁶⁷, na busca por superar o atraso, em modernizar o país, as elites dominantes passaram a conduzir reformas sanitárias na cidade, muitas delas calcadas na eugenia social, como a política do “bota abaixo”, ocorrida entre os anos de entre 1902 e 1906, na capital federal⁴⁶⁸.

Ocorreu que, numa sessão na Câmara, o deputado Virgílio, colega de plenário de Vinhaes, propõe a mudança da Capital Federal, apresentando como uma das vantagens o lado higiênico e social, afirmando que a classe baixa da sociedade, definida por ele como “a lia”, ou, as “classes perigosas”⁴⁶⁹, eram as grandes causadoras de diferentes mazelas da cidade, sendo “a lia” um elemento de desordem social. O então deputado Vinhaes protesta contra as posições de seu colega Virgílio Damásio e disse incisivamente que a “classe operária não é lia social”.

A partir das colocações do deputado Vinhaes, Damásio recua, dizendo que ele não se referia aos operários, “porque os operários são trabalhadores e tem um meio de vida”, e, logo em seguida fez a distinção, no seu entendimento, entre o operário e uma parcela significativa da população pobre, que habitava a cidade do Rio de Janeiro “A lia é a que não trabalha”⁴⁷⁰. Chalhoub destaca o posicionamento de Damásio ao afirmar:

Os legisladores brasileiros utilizavam o termo “classes perigosas” como sinônimo de classes pobres”, e isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade. Os pobres apresentam maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente “rolar até o abismo do crime”⁴⁷¹.

Os dizeres de Damásio deixaram explícito o universo ideológico das elites, se apresenta na construção de identidades para os pobres, na distinção entre dois mundos a partir da oposição entre eles, onde o conceito de trabalho e o seu significado passa a ser, para as classes

⁴⁶⁷ SANTOS, Luiz. A. de Castro. Estado e Saúde Pública no Brasil, 1889-1930. Dados. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n.2, p. 237-250, 1980.

⁴⁶⁸ Para um melhor aprofundamento no assunto Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992. SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense. 1984.

⁴⁶⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves e Repressão Policial aos Sindicatos no Processo de Formação da Classe Trabalhadora Carioca: 1850-1910”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2004; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

⁴⁷⁰ *O Paiz*, em 16 de dezembro de 1890.

⁴⁷¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. – 3 ed.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. p.76.

dominantes, o alicerce para posicionar a classe trabalhadora na sociedade. Há o mundo dos pobres que trabalham, no caso o dos virtuosos, honrados, ordeiros – os desejáveis - e os pobres que não trabalham, o dos vagabundos, marginais, ociosos, desordeiros - os indesejáveis, isto é, “a lia”, no dizer do deputado Damásio.

No imediato pós-abolição, essa distinção apresentava-se como um enorme problema para os trabalhadores em geral, mas, em particular, para o movimento operário em suas diferentes frentes de lutas. Em uma sociedade com um elevado grau de heterogeneidade da força de trabalho, mesmo após o fim da escravidão, em que as transformações do sistema produtivo ainda não se apresentavam de forma integral.

A industrialização ainda caminhava de forma lenta, não absorvendo o grande contingente de mão de obra abundante na principal capital do país, onde pequenas oficinas de perfil quase artesanal conviviam com grandes plantas industriais, a exemplo da indústria têxtil, resultando em desiguais formas de contratação da mão-de-obra e de remuneração e, conseqüentemente, para os trabalhadores, em diferentes necessidades e formas de reivindicar melhorias. Para os militantes socialistas, todos esses problemas apresentavam-se como um grande, um imenso desafio na organização da classe trabalhadora.

O cenário do mercado de trabalho ainda em formação no início de República prejudicava as lideranças operárias que buscavam uma organização mais unificada dos trabalhadores em suas reivindicações – principalmente através das greves - e também na construção de uma identidade própria para os que trabalhavam. Mas, existia um fator que uniria os trabalhadores de modo geral, aquilo que Oliveira & Valeriano definem como “unidade na miséria”⁴⁷², isto é, a experiência compartilhada da vida dura do trabalho; as explorações sofridas pelos trabalhadores que os levavam à miséria; a falta de tudo: moradia digna, alimentação, saúde, transporte e lazer.

E, é justamente os componentes dessa “unidade na miséria” que, a partir de 1890 começam a se mobilizar em diferentes paralisações por melhores condições de trabalho e vida, e as greves, principiam a ganhar destaque pelo gradativo aumento de tamanho e contumácia, tornando evidente um engajamento progressivo da classe operária.

O período entre setembro de 1890 e abril de 1891, apresentou duas importantes greves que tiveram destaque na mídia: a de cocheiros e carroceiros, em dezembro de 1890, e a dos

⁴⁷² OLIVEIRA, Igor Soares N. de. & VALERIANO, Maya Damasceno. Identidade e consciência de Classe entre os trabalhadores cariocas (1860-1900). In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2004. p. 83-103. p.93.

ferroviários da Central do Brasil, em fevereiro de 1891, “puseram em sobressalto a população desta capital”⁴⁷³, por conta da presença dos trabalhadores no cenário político. A greve dos cocheiros e carroceiros, em particular, fazia parte da mobilização dos operários contra o Decreto 1.162, em particular, os artigos 204, 205 e 206⁴⁷⁴, que criminalizavam as greves operárias. A imprensa comercial logo se apresentou, colocando-se ao lado dos patrões e do Estado, sendo, os operários que protestavam chamados pelos jornais como falsos operários, agitadores de última hora, pois prejudicavam a ordem social, não querendo uma solução e sim, a greve⁴⁷⁵.

O deputado Vinhaes, através do Centro do Partido Operário (CPO), fundado por ele em março de 1890, e que, segundo Gomes, funcionava, na época, como uma espécie de central sindical, atuou como mediador do conflito entre os operários e o governo na questão da criminalização da greve, presente nos artigos do Código Penal⁴⁷⁶.

Através da mobilização dos trabalhadores das diversas oficinas que formavam o CPO⁴⁷⁷, o deputado Vinhaes, falando em nome da classe operária, defendeu a necessidade de revisão do artigo 206 que punia com prisão de um a três meses quem “causar ou promover a cessação do trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço, ou salário”⁴⁷⁸, alterando a aplicação da punição apenas para quem promovesse “qualquer paralisação do

⁴⁷³ MATTOS, Marcelo Badaró. Greves e Repressão Policial... p.49.

⁴⁷⁴ Ver Decreto N° 1.162, de 12 de dez. de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1162-12-dezembro-1890-507280-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 23/04/2023.

⁴⁷⁵ *O Paiz*, em 20 de dezembro de 1890.

⁴⁷⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* p. 54-56.

⁴⁷⁷ O CPO era composto pelos diversos setores das grandes oficinas estatais: Arsenal da Marinha, Arsenal da Guerra, Estrada de Ferro Central do Brasil, representações de serviços públicos, como a Alfandega, a Companhia de Bondes Vila Isabel, as Estradas de Ferro Baturité e Rio do Ouro, a Repartição dos Telégrafos, e em menor número apareciam as fábricas privadas, como a Tecelagem Carioca, a Companhia Progresso, a Fábrica de Tecidos Rink, a Confiança Industrial, a Oficina Litográfica Paulo Rubin, a Companhia de Vidros e Cristais do Brasil, a Fábrica de Tecidos Vila Isabel e a Fábrica de Móveis Moreira Elia. Assim como a classe dos artistas teatrais, cada oficina com seus respectivos representantes formavam o CPO que tinha como chefe eleito Vinhaes e como subchefe Bento José Ribeiro, mestre de oficinas da Central do Brasil. Cf. PÁDUA, José A. Valladares. *A capital, a República e o sonho: a experiência dos partidos operários de 1890. Dados-Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p.163 a 192. 1985. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pb/edicoes/?vn=28-2>. p. 173-174. Acesso em: 08/05/2023.

⁴⁷⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves e Repressão Policial aos Sindicatos no Processo de Formação da Classe Trabalhadora Carioca:1850-1910”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj*, 2004.pp. 09-58. p.52.

trabalho conseguida com o uso da violência⁴⁷⁹.

A atuação de Vinhaes não agradou os setores patronais e oficiais por apresentar um enfrentamento à repressão nas greves, frustrando a ideia de repressão desejada pelos patrões e pelo governo “em nome da ordem”, das greves e da punição das lideranças, que as promoviam. Mas, também, não agradou a alguns líderes operários, pois a ambiguidade presente na modificação da lei deixava a cargo do chefe da polícia, este sempre do lado patronal, definir se as greves eram violentas ou não.

Na sessão do dia 23 de fevereiro, de 1891, no contexto da outra greve, agora dos trabalhadores da Central do Brasil, Vinhaes pronunciou-se, após a morte de um operário, provocada pela truculência da polícia:

Já disse e repito - o povo está cansado de ser espezinhado. Tem o direito de exigir nesse regime, que se diz democrático, que a lei igual para todos, que não haja aqui uma justiça para o pobre e outra para o rico [...]. Mas, Senhores, eu estou perfeitamente descrente das promessas dos nossos governos. Na ocasião do perigo eles declaram-se os homens mais benignos, uns filantropos de primeira ordem, mas, passado o perigo, retomam a sua primitiva arrogância, continuando a espezinhar o pequeno e desprotegido⁴⁸⁰.

As palavras de Vinhaes, proferidas no plenário, demonstraram certa insatisfação com o governo, evidenciou a oposição ao presidente Deodoro e, cada vez que criticava o governo, seu prestígio junto aos trabalhadores aumentava. A liderança de Vinhaes junto ao operariado mediando conflitos trabalhistas, apresentando-se como “ponte”, ao mediar conflitos entre os operários e o poder público, aconteceu até 1893, quando esse, envolveu-se na luta político-militar que ocorria no Brasil, e participou da Revolta da Armada, na tentativa de depor o presidente Floriano Peixoto e, através da mobilização operária, tentou uma greve dos operários da Central do Brasil, e não obteve sucesso.

Sua participação em diversos atos rebeldes acabou por colocá-lo em destaque na imprensa tradicional, e o jornal situacionista *O Paiz*, antes seu apoiador quase que incondicional, mudou radicalmente de posição e passou a criticá-lo de maneira contundente, estampando no seu editorial adjetivos como: agitador medíocre, cogumelo da Bolsa, que nem ao menos soube mascarar o seu fundo de ganância com verniz de uma ilustração rebuscada em manuais⁴⁸¹.

⁴⁷⁹ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. p.54.

⁴⁸⁰ BRASIL. Congresso Nacional. Anais das assembleias constituintes. Brasília: Biblioteca digital. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/6>. Acesso em: 24/04/2023.

⁴⁸¹ *O Paiz*, em 26 de setembro de 1893.

As críticas feitas a Vinhaes estenderam-se também ao movimento operário, em um momento histórico em que as agitações anarquistas realizadas na Europa passavam a ocupar lugar na imprensa no Brasil de forma cada vez mais frequente, sempre vinculadas à imagem de violência e terrorismo. Aqui, é reforçada com a chegada dos trabalhadores imigrantes europeus, levando o Estado, de modo geral, a manter uma atitude de desconfiança com relação aos socialistas.

A incompatibilidade de Vinhaes, “a liderança operária mais destacada da época”⁴⁸² com o governo federal, além de causar a suspeita sobre os trabalhadores organizados, também fez com que os socialistas reformistas tivessem que, além das suas lutas por direitos, diante do descaso dos poderes públicos para com a situação dos trabalhadores, evidenciar suas diferenças em relação aos anarquistas, apresentando-se como ordeiros e aceitáveis⁴⁸³, e, levando alguns de seus militantes a se manifestarem publicamente sobre sua orientação ideológica.

Foi o que ocorreu com Mariano Garcia em 1901, juntamente com João Pereira Cassilhas, presidente de Associação Comemorativa 1º de Maio. Precisou ir à redação do jornal *Gazeta da Tarde*, pedindo retificação de uma matéria em que ele e seus companheiros Toledo de Loyola e José Palmas recebiam o qualitativo de ‘socialistas exaltados’ e, por conta disso, sendo vigiados pela polícia. O jornal estamparia em sua primeira página uma série de reportagens com a manchete “*ANARQUISTAS ENTRE NÓS*, e na lide: *DILIGÊNCIAS POLICIAIS*”. A coluna denunciava as supostas ações de anarquistas na cidade, como a venda de jornais operários anarquista em bondes ou de indivíduos suspeitos circulando pela estação de Madureira.

Em seus argumentos, o presidente da Associação, João Cassilhas, procurava diferenciar seu grupo dos anarquistas, afirmando que “nenhum dos sócios alimentam ideias anarquistas”. Procurando deixar claro a orientação ordeira do grupo, afirmou “que não é a força bruta que se consegue o desejado”, fazendo uma clara distinção entre o socialismo por eles seguidos e o anarquismo, e que: “a “seita” também era combatida pelo grupo”⁴⁸⁴. Pádua corroborou com o entendimento:

a desconfiança do Estado em relação ao movimento operário crescia na medida em que doutrinas mais combativas e confrontadoras de luta social ocupavam seu espaço

⁴⁸² SCHMIDT, Benito Bisso. “Os partidos socialistas na nascente República... . p.151.

⁴⁸³ Idem, p.150.

⁴⁸⁴ *Gazeta da Tarde*, em 23 de setembro de 1901.

na cena política, desconfiança que passava a atingir inclusive agremiações tradicionalmente moderadas, ordeiras e amigas do regime⁴⁸⁵.

A suspeita do Estado acabou acarretando um acirramento crescente entre socialistas e anarquistas com relação à condução da luta e organização operária, potencializado pela ação cada vez mais repressiva do Estado às mobilizações reivindicatórias dos trabalhadores por direitos e trabalho, independente se socialistas ou anarquistas.

Os anarquistas eram favoráveis ao enfrentamento, apostando nas greves como ferramenta de luta, enquanto os socialistas reformistas não descartavam a importância das “paredes” como aparelho de luta, mas esta deveria ser utilizada em último caso, quando todos os canais de negociação entre os trabalhadores e o patronato esgotassem-se. Os reformistas entendiam que o Estado deveria ser o mediador da relação capital-trabalho, enquanto os anarquistas defendiam a extinção do Estado. Duas estratégias de luta que convergiam em um único objetivo: direitos sociais àqueles que, nos dizeres de Mariano Garcia, “tudo produz para o engrandecimento da nação e nada goza”⁴⁸⁶.

Os socialistas reformistas, a exemplo de Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda, tinham em sua percepção, muito como resultado do acúmulo das experiências vividas na luta pela Abolição, de que as mudanças desejadas pela classe trabalhadora, mesmo com o advento da República, como apontado por Thompson, “nos termos de sua própria experiência”⁴⁸⁷, não aconteceriam aos moldes das revoluções tradicionais experimentadas pelos europeus, mas sim, através de reformas progressivas, não só econômicas, mas políticas e morais, e que, assim como as mudanças na natureza, não aconteceriam em saltos⁴⁸⁸, por isso, não se alinhavam aos posicionamentos e atitudes dos anarquistas.

Alinhados a essa concepção, em 1890, Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda escreveriam n’*A Alvorada*, “este é o século das luzes, e, portanto, o século da tolerância. O que

⁴⁸⁵ PÁDUA, José A. Valladares. *A capital, a República e o sonho...* p.187.

⁴⁸⁶ *A Época*, em 31 de julho de 1912.

⁴⁸⁷ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.10.

⁴⁸⁸ SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República... p. 169, 173. Segundo o autor, a corrente seguida pelos reformistas era baseada na cultura cientificista das leis naturais e imutáveis da evolução, mesclando ciência e moral, a partir da contribuição de teóricos como: Charles Darwin, Comte, Herbert Spencer e Marx, que influenciou grande parte do movimento operário internacional, e que teve reflexos aqui no Brasil, mas foi o pensamento de Malon que mais influenciou os socialistas brasileiros do período.

nós pretendemos é afirmar pelo nosso espaço aquela verdade do positivismo, que todos somos iguais em labor para a contribuição do progresso humano”⁴⁸⁹.

Portanto, no entendimento desses socialistas, com o advento da República, a reforma aconteceria a partir da dignificação e valorização do trabalho, e gradualmente, com a evolução moral da sociedade, confiando nos valores tradicionais do homem como honra e bondade e, a sociedade libertando-se do egoísmo e da exploração, estando moralmente regenerada, evoluiria para o socialismo. A aposta desses militantes estava claramente calcada ao pensamento de Malon, quando esse, ao responder perguntas feitas por Magalhães Lima em seu livro *O Socialismo na Europa*, orienta:

os fenômenos morais atuam uns sobre os outros e cruzam-se, para entrar ou favorecer o desenvolvimento progressivo das nações civilizadas. Convém, pois, para apressar o triunfo da civilização socialista, não limitar a questão apenas aos interesses do proletariado, mas também fazer apelo a todas as forças sentimentais, estéticas e morais da alma humana. Os socialistas, que admitem a correlação entre a evolução econômica e evolução moral, têm por princípio tomar parte em todas as obras e em todos os grandes combates, cujo fim é o melhoramento moral e social das condições humanas⁴⁹⁰.

No início da década de 1890, existia uma esperança efetiva, por parte do operariado, na sua incorporação como ator político na construção da nação e, por isso, os líderes apresentaram-se em formar partidos políticos para atuarem juntos às elites dominantes e ao Estado na formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Em pouco tempo, o sonho torna-se apenas uma quimera e o Estado repressor exibiu-se a que veio, principalmente, a partir de 1895, através das presidências de Campos Salles e Rodrigues Alves - dois fazendeiros de Campinas, ex-escravocratas, conhecidos de Mariano Garcia no tempo da sua atuação no jornal abolicionista *A Redenção*.

A nova composição do governo não poderia alimentar um cenário auspicioso para os trabalhadores, com o fim da crise político-militar e o estabelecimento da política oligárquica dos governadores, o Estado fechou-se à participação popular, inaugurando o período de crescente perseguição governamental, na qual, no entendimento dos governantes como Washington Luiz “a questão social é caso de polícia, “tratada em termos de desordem e repressão”⁴⁹¹.

⁴⁸⁹ *A Alvorada*, em 11 de maio de 1890.

⁴⁹⁰ LIMA, 1892, p.19. aApud SOUSA, Jorge Pais de. Afonso Costa: Republicanismo Socialista e Ação Política (1887- 1911). *Revista Intellêctus*. v. 21, n.2, p. 12. 2022. Disponível em: http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano12n1/JORGE_PAIS_DE_SOUSA.pdf. Acessado em: 19/04/2023.

⁴⁹¹ CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A questão social no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro:

Para o movimento operário, a política dos governadores implementou-se em um momento conturbado para a organização da classe trabalhadora, pois, no ano anterior, em 1894, Vinhaes, por apoiar a Revolta da Armada, encontrava-se ainda exilado na Argentina e França e Silva havia falecido. Por conseguinte, o movimento operário no Rio de Janeiro arrefeceu-se. O evidente desalento na capital federal fez Magalhaes Lima, em 1895, em Portugal, proferir a frase “o movimento operário no Brasil era um grande exército sem general”⁴⁹².

Apesar do momento de apatia, isso não significou o fim da mobilização pelas lideranças socialistas, ocorrendo a tomada de consciência pela necessidade de um redirecionamento, de se encontrar um espaço próprio diante dos rumos tomados pelo regime republicano, atuando nas brechas que o sistema de governo excludente permitia. E muitas das lideranças passaram a investir na instrução dos trabalhadores, nas associações e sindicatos, dentre outras formas de organização, mas sem perder do horizonte a via partidária, na tentativa de participação na política formal através do partido político operário. É necessário ressaltar aqui a importância da imprensa, em particular a operária, como importante ferramenta estratégica, elemento aglutinador e veículo difusor de ideias, de instrução e um instrumento de articulação entre diferentes grupos, operários ou não⁴⁹³.

Retornando à atuação do grupo de Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda na disputa pela liderança na condução do movimento operário no início da República, ano seguinte à eleição de Vinhaes apesar da derrota da defesa do exclusivismo operário, os dois militantes não desanimaram, e passaram a intensificar as suas atuações em diferentes frentes, mas, sem desistir do partido operário e do jornal como principal ferramenta de arregimentação da classe trabalhadora. Então lançaram, em maio de 1891, o *Jornal dos operários* e, logo em seguida, em 01 de janeiro de 1892, o Partido Proletário do Brasil⁴⁹⁴, ainda orientado pelo lema “operário por si e para si”, logo em seguida o Partido mudou para o nome de Centro Operário Radical.

Em 1895, passada a instabilidade da Revolta da Armada, Mariano Garcia fundou o Partido Operário Socialista, tendo relançado o jornal *O Operário* como porta-voz⁴⁹⁵. Em 1896, novamente em companhia de Gustavo de Lacerda, instituiu o Centro Socialista do Brasil,

Civilização Brasileira, 1982. p.87.

⁴⁹² LIMA, Sebastião de Magalhães. *O livro da Paz*. Lisboa, Antiga Casa Beltrand - José Bastos livreiro editor. 1895. p167.

⁴⁹³ SCHMIDT. Benito Bisso. Os partidos socialistas... p. 141.

⁴⁹⁴ *Gazeta de Notícias*, em 14 de janeiro de 1892.

⁴⁹⁵ *Gazeta de Notícias*, em 12 de outubro de 1895.

“destinado a propaganda da democracia social”⁴⁹⁶. Em 1898, junto com outros socialistas, criou o Centro Operário Socialista⁴⁹⁷ e, em 1899, a Federação Proletária⁴⁹⁸.

Meses depois, em setembro de 1899, junto com José Augusto Vinhaes e um grupo de operário, Mariano Garcia fundou a Federação dos Trabalhadores no Brasil para a propaganda das doutrinas socialistas⁴⁹⁹. É interessante perceber a aproximação entre Mariano Garcia e o Tenente Vinhaes, que, anistiado em 1895 e retornando ao Brasil, passou a atuar novamente junto às lideranças operárias, na organização da classe trabalhadora, entretanto, sem tanta influência como antes.

A presença de Vinhaes junto a Mariano Garcia, na Federação dos Trabalhadores no Brasil, revelou uma atitude de inflexão de Mariano Garcia com relação ao seu posicionamento tido como radical, referente à presença de pessoas estranhas ao movimento operário. A atuação de Vinhaes como liderança política no parlamento na defesa dos trabalhadores e sua guinada em defesa do socialismo, provavelmente fez Mariano Garcia analisar o seu posicionamento radical com relação ao exclusivismo operário, e, assim como “uma tábua do Navio de Teseu”, verifica-se o paradoxo apresentado no início dessa pesquisa, Mariano Garcia muda sua prática e passa a defender elementos externos na organização do movimento operário, desde que comprometidos com a causa, como evidencia seu dizer na coluna operária do jornal *A Época*:

Temos dito e repetido centenas de vezes que o operariado há de conquistar tudo quanto tem direito, guiados por muitos do seio ou mesmo estranhos, desde que sejam sinceros...Os homens podem ser de classes diferentes, porém, um programa comum a todos nos deve unir para podermos caminhar e vencer⁵⁰⁰.

Sobre o momento da organização da classe operária, na formação do primeiro partido operário, e as disputas entre as suas lideranças, Mariano Garcia escreveu, em 2012, na coluna operária do jornal *A Época*, sobre o que ele entendia ser as consequências da desunião para a classe trabalhadora, no início de sua organização, no momento imediato aos pós-abolição e à Proclamação da República. Segundo o militante, “ficando o operariado por aí disperso, sendo vítima de aventureiros políticos de ocasião, que à sombra dessa desunião, dessa divergência,

⁴⁹⁶ *O Paiz*, em 18 de março de 1896.

⁴⁹⁷ *Gazeta de Notícias*, em 01 de março de 1898. *O Paiz*, em 01 de março de 1898.

⁴⁹⁸ *Gazeta de Notícias*, em 05 de maio de 1899.

⁴⁹⁹ *O Paiz*, em 22 de setembro e 20 de outubro de 1899.

⁵⁰⁰ *A Época*, em 19 de agosto de 1912.

iam fazendo suas cavações”. Logo em seguida, ele avalia o despreparo do movimento operário no início, na formação do partido: “Acresce, porém, dizer, (...) não havia ainda orientação para a organização de um partido⁵⁰¹.

Apesar do despreparo na organização da classe trabalhadora, na formação do partido operário, no início da República, apontado por Mariano Garcia, e da vida efêmera dos muitos partidos operários criados por ele e outros militantes, fato esse, que segundo Paulo Terra, “uma característica observada em praticamente todos os partidos operários surgidos na Primeira República”⁵⁰², os primeiros partidos operários no Brasil tiveram uma importância decisiva para a abertura de canais de expressão das reivindicações da classe trabalhadora, até então afastada da política formal, de Estado⁵⁰³.

No decorrer da Primeira República, as lideranças socialistas tiveram uma atuação destacada. Mesmo com disputas e rivalidades entre elas, atuaram decisivamente no processo de organização do operariado, forjando a consciência da necessidade da luta política para se alcançar os direitos sociais dos homens e mulheres que trabalhavam, através do enfrentamento, mas também estabelecendo canais de negociação e parceria com o Estado e com o patronato. Além disso, no intuito de unificar todos os trabalhadores em uma mesma organização, forjaram e consolidaram a formação da identidade de classe do operariado no país.

Apesar das dificuldades de articulação dos primeiros momentos e das rivalidades internas entre diferentes grupos e indivíduos, que iam de divergências de orientações a vaidades pessoais, que causavam desunião, na opinião de Pádua, os diferentes grupos das muitas agremiações reencontraram-se em diversas experiências ao longo da Primeira República, e a experiência dos Congressos Operários pode ser um exemplo desse reencontro⁵⁰⁴.

Em 1890, os socialistas lutaram pelo partido operário único e pela realização do Primeiro Congresso Operário. O partido não aconteceu, mas, apesar das divergências entre as lideranças, o Primeiro Congresso Operário acabou realizando-se a partir do empenho e da liderança de França e Silva.

Embora pouco valorizado pelos teóricos da história da organização da classe trabalhadora na Primeira República por conta da pequena participação de lideranças de outros

⁵⁰¹ *A Época*, em 07 de novembro de 1912.

⁵⁰² TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores*, p.262.

⁵⁰³ SCHMIDT. Benito Bisso. *Os partidos socialistas...* .p. 152.

⁵⁰⁴ PÁDUA, José A. Valladares. *A capital, a República e o sonho...* 191.

Estados, principalmente em comparação ao Congresso Operário de 1906, quando os anarquistas tomaram a frente na sua organização, parte das 41 resoluções que surgiram no final do Congresso de 1890 passou a orientar os outros Congressos Operários. A atuação de Mariano Garcia como liderança operária na organização dos congressos Operários será o assunto do próximo capítulo.

Tabela 2 – Mariano Garcia e os jornais operários

NOME	ANO	ASSUNTO	COLABORADORES.
<i>O Cigarreiro</i>	1885	Jornal da classe dos cigarreiros.	Somente Mariano Garcia
<i>A Redenção</i>	1887	Jornal abolicionista	Antônio Bento, Mariano Garcia e outros.
<i>Nova Fase</i>	1889	Jornal operário e republicano.	Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda.
<i>A Alvorada</i>	1890	Jornal operário e socialista.	Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda.
<i>Voz do Povo</i>	1890	Jornal operário e socialista.	José Veiga, Mariano Garcia, Gustavo de Lacerda, França e Silva e outros.
<i>O Operário</i>	1890	Jornal operário e socialista.	Mariano Garcia e outros.
<i>Jornal dos Operários.</i>	1891	Jornal operário e socialista.	Gustavo de Lacerda e Mariano Garcia.
<i>O Povo</i>	1894	Folha consagrada aos interesses da classe operária.	Mariano Garcia e outros.
<i>O Operário</i>	1895	Jornal operário .	Mariano Garcia.
<i>Gazeta Operária</i>	1902	Jornal operário	Mariano Garcia.
<i>Gazeta Operária</i>	1906	Jornal Operário.	Mariano Garcia.
<i>Echo do Povo</i>	1909	Jornal Operário	Mariano Garcia.
<i>A Voz do Operário</i>	1912	Jornal Operário lançado no contexto do 4º Congresso Operário Brasileiro	Mariano Garcia, Pinto Machado e outros.
<i>A Voz do Chauffeur</i>	1924-1926	Jornal da classe dos chauffers	Mariano Garcia.

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações esparsas recolhidas nos jornais diários cariocas.

3 A POLÍTICA COMO ARTE DO POSSÍVEL. MARIANO GARCIA, UM OPORTUNISTA NA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO NA REPÚBLICA EXCLUDENTE

“O apelo ao abandono de suas ilusões acerca de suas condições é um apelo ao abandono de uma condição que requer ilusões”

Karl Marx.

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joana Southcott, dos imensos ares de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas acidentais⁵⁰⁵.

Em 1912, Mariano Garcia, no contexto do que seria o 4º Congresso Operário - intitulado pela historiografia como: o “Congresso Pelego”⁵⁰⁶ - organizado por ele, juntamente com duas outras importantes lideranças socialistas da época: Pinto Machado e Cruz e Silva, rebate as muitas críticas recebidas pelo seu apoio ao governo do então presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, através do seu filho, o deputado federal pela Bahia, Mario Hermes, ao Congresso, este, disponibilizando o Palácio Monroe para que o evento ocorresse, além de arcar com as despesas de transporte e manutenção dos congressistas⁵⁰⁷. Mariano Garcia defende o apoio do governo, afirmando:

Oportunista sim, porque são assim considerados todos quanto, na sociedade atual, trabalhando e lutando pela justiça da nossa causa, com os olhos fitos em um futuro bem estar melhor para os que trabalham, procuram, em todas as ocasiões propícias, conquistar alguma melhoria, com que passamos nos fortificar para as lutas da vitória final do nosso sonho – o SOCIALISMO⁵⁰⁸.

⁵⁰⁵ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.14.

⁵⁰⁶ HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.p.267.

⁵⁰⁷ MORAES FILHO, Evaristo de. *O Socialismo Brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados. Editora da Universidade de Brasília, 1981. p.23. A informação de que o governo de Hermes da Fonseca havia financiado as despesas de transporte e manutenção dos congressistas parece não condizer com a realidade, segundo a versão de Mariano Garcia, pois, na sua coluna operária, o militante parabeniza a atitude do Estado do Maranhão por financiar a vinda dos representantes do Centro Artístico Operário Maranhense, convidado pela comissão organizadora, para se fazer representar no 4º Congresso, conforme noticiava o jornal. *A Época*. Em, 18 de outubro de 1912.

⁵⁰⁸ *A Época*. Em 30 de outubro de 1912.

Reinhard Koselleck, dentre outros posicionamentos, aponta para a necessidade de se entender os múltiplos sentidos que uma palavra pode ter. Segundo o autor, “uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido. Um conceito pode ser claro, mas deve ser polissêmico”⁵⁰⁹. Dentro de tal perspectiva, a palavra oportunista, no dizer de Mariano Garcia, na citação acima, não estava ligada ao sentido moral, pessoal, mas sim, à noção conceitual, calcada no étimo e no sentido pragmático da palavra oportuno, isto é, “que vem a propósito”, “que acontece em momento conveniente”⁵¹⁰, e assim como pontua Koselleck ao afirmar ser necessário entender as variadas dimensões do mundo social em diferentes épocas já que os conceitos expressam conteúdos articulados ao momento de sua utilização⁵¹¹.

Recorrendo novamente a Koselleck em seu entendimento da palavra como o conceito ser um conjunto de significações e experiências políticas e sociais que se encontra para além do caráter unívoco do termo⁵¹² e, pensando na organização da classe operária, depois de 06 anos de ocorrido o último COB, agora, em 1912, para Mariano Garcia, assim como para os seus companheiros, o momento era propício. Porque, como o mesmo salienta em sua coluna no jornal *A Época*, em 1912, ao defender a realização do 4º Congresso Operário com o apoio do Deputado, “era uma necessidade que foi, em boa hora, abraçada [...]”, e, com o apoio vindo do Estado, no governo de Hermes da Fonseca, afirma, “e de onde, esperamos, muitos resultados vamos obter”⁵¹³.

Recuperando a passagem de Thompson que abre esse capítulo, as expectativas do grupo ao qual Mariano Garcia participava poderiam ser fantasiosas, considerando-se o histórico do

⁵⁰⁹ Na opinião de Koselleck, os conceitos jamais devem ser tomados como um sistema textual independente, mas sempre confrontados a uma dada realidade social, a serviço do conhecimento histórico. Koselleck denomina a História dos Conceitos como “uma estratégia” que permite apreender o complexo processo de ressignificações de alguns conceitos ao longo do tempo. Mais do que um método a ser aplicado ou uma disciplina autônoma, a História dos Conceitos seria um instrumento complementar e necessário para a interpretação histórica. Cf. KIRSCHNER, Teresa Cristina. *A Reflexão Conceitual na Prática Historiográfica. T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista Do Programa de Pós-graduação em História da UnB.*, v. 15n. 1/2, p. 49–61, 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27861>. Acessado em: 02/07/2023. Para maior aprofundamento sobre o tema, ver: KOSELLECK, Reinhard. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* / Reinhard Koselleck; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

⁵¹⁰ OPORTUNO. Dicionário Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br>. Acesso em: 03/05/2023.

⁵¹¹ KIRSCHNER, Teresa Cristina. *A Reflexão Conceitual na Prática Historiográfica...* p. 49

⁵¹² KOSELLECK, Reinhard. Op. cit., p. 110.

⁵¹³ *A Época*. Em 30 de outubro de 1912.

Estado liberal excludente e da Política dos Governadores que limitavam ao máximo qualquer participação das classes subalternas na esfera política. Mas suas pretensões poderiam ser válidas, considerando experiências anteriores de aproximação do movimento operário com o governo também de um outro marechal, o de Floriano Peixoto.

O presidente da República, Floriano, ao enfrentar a crise institucional, implementa políticas de fortalecimento do poder público, impondo-se sobre negócios particulares, combatendo grupos que prejudicam as camadas pobres e a sociedade em benefício de seus próprios interesses⁵¹⁴, além de sinalizar na regulamentação da relação capital/trabalho através de uma legislação trabalhista para a capital federal, local onde se concentrava a maior parte das ainda insipientes indústrias nacionais. Tais ações foram consideradas progressistas por atender às reivindicações das camadas populares da sociedade⁵¹⁵.

E, com relação à orientação ideológica, o termo oportunista utilizado por Mariano Garcia também pode ser compreendido a partir do socialismo integral difundido por Benoît Malon e da fração do socialismo conhecido como oportunista ou possibilista. Essa corrente passou a ser difundida no âmbito dos congressos da II Internacional e teve na figura do político socialista alemão, Eduard Bernstein⁵¹⁶, membro do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães (PSD), seu principal defensor⁵¹⁷.

⁵¹⁴ SANTOS, Joel Rufino dos. História Nova do Brasil — Volume 4. São Paulo: Brasiliense, 1965. p.130-134.

⁵¹⁵FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 46-88. p. 64.

⁵¹⁶ Eduardo Bernstein nasceu em 1850, na cidade de Berlim na Alemanha e morreu na mesma cidade, em 1932. Foi um político e teórico político alemão, um dos principais teóricos da social-democracia e primeiro grande revisionista da teoria marxista. Ver: BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 60. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7049739/mod_resource/content/1/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf. Acessado em: 02/08/2023.

⁵¹⁷ Bernstein se apresentava como um crítico severo à ortodoxia revolucionária do marxismo. Propunha uma revisão à concepção dialética da história, abdicando de quaisquer pretensões revolucionárias defendidas tanto por Marx quanto por Engels. Para Bernstein, Marx e Engels teriam formulado suas teses em razão das condições sociais que encontraram em sua época histórica, sendo assim, superdimensionando as contradições do capitalismo, não levando em consideração as inúmeras transformações em que cada sociedade passa ao longo da sua história, em seus diferentes campos como o político, econômico e cultural, além de não considerarem que cada sociedade possui uma dinâmica própria, sem também levar em consideração as condições materiais e os sujeitos históricos, o que acaba opondo a teoria à prática. Para melhor aprofundamento sobre o assunto ver: WALDERBERG, Marek. *A estratégia política da social-democracia alemã*. In: História do marxismo II: O marxismo na época da Segunda Internacional/ Eric HOBBSAWM... et al, : tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho - primeira parte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 223-255. HOBBSAWM, Eric et al. História do marxismo II: O marxismo na época da Segunda Internacional. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Primeira parte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 223-255.

Calçada na estratégia da social-democracia alemã, que mirava ampliar a base social e o poder político da classe operária pela atuação parlamentar e sindical, visando os resultados eleitorais, no intuito da ampliação de seus direitos políticos e econômicos que, gradualmente, transformaria o Estado no sentido da democracia, sem a necessidade do uso da força⁵¹⁸, a vertente socialista não condenava a conciliação entre as classes e, *grosso modo*, defendia a priorização dos interesses imediatos aos interesses finais, sendo assim denominada de socialismo oportunista ou, como os socialistas portugueses, a exemplo de Magalhães Lima, costumavam chamar de possibilista⁵¹⁹, por pregar a conquista gradual de melhorias para a classe trabalhadora através das leis, na consecução dos objetivos da classe operária na busca por seu propósito final, que seria o socialismo.

A vertente oportunista não se distanciava, em tese, do socialismo integral de Malon, pois este também defendia, com já dito anteriormente, que os militantes socialistas deveriam aproveitar todas as brechas ou oportunidades possíveis que o poder dominante permite para alcançar o objetivo maior⁵²⁰, que - como salienta Mariano Garcia, é o socialismo. Por isso, dentro de tal perspectiva, o militante não via problema em defender, como ressalta em na sua coluna no *jornal A Época*, em 1912: “onde um punhado de batalhadores da nossa causa se esforça para a ideia do deputado baiano Mario Hermes seja uma realidade”⁵²¹.

Portanto, no claro consórcio entre o movimento operário e o Estado, e mesmo sabendo que o deputado Mario Hermes não era um representante da classe trabalhadora, o que importava era o olhar do Parlamento para a causa operária e a possibilidade de garantir leis que viessem de encontro às aspirações da classe trabalhadora, pois, como aponta o articulista no artigo do *jornal A Época*, em 1912, “para os que trabalham, procuram, em todas as ocasiões propícias, conquistar alguma melhoria”⁵²².

⁵¹⁸ BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 60.

⁵¹⁹ SOUSA, Jorge Paes. *Afonso Costa: Republicanismo Socialista e Ação Política (1887-1911)*. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27549>. Acesso em: 03/05/2023.

⁵²⁰ BATALHA, Claudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: QUARTIM DE MORAES, João (Org.). *História do marxismo no Brasil, os influxos teóricos*. Campinas: editora da Unicamp, v. 2, p. 11-44, 1995. p.23.

⁵²¹ *A Época*, 30 de outubro de 1912.

⁵²² *Ibidem*.

3.1 Mariano Garcia: convivendo com conflitos e construindo pontes. Mais que oportunista; um estrategista da prática cotidiana

O posicionamento de Mariano Garcia na defesa da necessidade da organização do 4º Congresso Operário em uma situação *sui generis*, porque intermediado por um político, não era somente de caráter circunstancial. Em 1906, numa carta enviada a um grupo de socialista de Recife, que tinha o militante socialista João Ezequiel⁵²³ como principal liderança, carta essa publicada no jornal socialista *Aurora Social*, em Pernambuco. Mariano Garcia apresenta-se como um verdadeiro social democrata⁵²⁴ ao apostar na estratégia da representação política de candidatos eleitos pelos trabalhadores para cuidar de seus interesses, e afirma que: “O parlamento, estou convencido, não resolverá a questão social; porém, o operariado, para vencer, terá que conquistar aos poucos o poder: hoje a municipalidade, a assembleia estadual; amanhã, o congresso nacional, o governo, enfim⁵²⁵.”

Na carta, Mariano Garcia deixa explícito o seu claro posicionamento com relação à necessidade de representação política para a promoção da classe trabalhadora, por isso, em 1912, defende o apoio do deputado Mario Hermes, filho de Presidente da República, ao 4º

⁵²³ Em 1912, no jornal *A Época*, Mariano Garcia parabeniza João Ezequiel por se eleger deputado estadual no Estado de Pernambuco, festejando em sua coluna a eleição de um operário para o parlamento. João Ezequiel era militante socialista, tipógrafo e redator do jornal operário *Aurora Social*, em Recife, assim como outro famoso militante socialista, o tipógrafo João Ferro, que também contribuía para o jornal. Atuando desde a Proclamação da República através da União Tipográfica Pernambucana na organização da classe operária, os dois militantes foram as duas principais referências socialistas e divulgadores do reformismo em Pernambuco. João Ezequiel e Mariano Garcia comungavam algumas ideias básicas do socialismo de Benoit: de que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra deles mesmos, e a de que os trabalhadores de todos o país devem unir-se, sendo sempre difundidas em seus jornais. Assim como João Ezequiel, Mariano Garcia tentou várias vezes concorrer a um cargo eletivo. Inicialmente, em 1894, como Intendente Municipal pelo Distrito de Sant’Anna, na Capital da República e, novamente, em 1899 candidata-se a Intendente, quando verificada sua derrota nas urnas, denuncia as fraudes que ocorreram, chamando a atenção para o caso de uma sessão que na contagem final apresentou mais votos que eleitores inscritos. Ver: *O Paiz*, em 27 de dezembro de 1894 e 30 de janeiro de 1899. Em 1919, disputa mais uma vez como candidato “avulso” para a Intendência Municipal. Ver: *Gazeta Suburbana*, em 25 de outubro de 1919. Em 1923 concorre como Deputado Estadual por sua cidade natal, São Gonçalo, permanecendo sem conseguir ser eleito em nenhuma das suas candidaturas. Ver: *Gazeta de Notícias*, em 05 de outubro de 1923. Em 1912, em sua coluna que celebra a vitória de João Ezequiel, o redator chama a atenção para as constantes fraudes eleitorais e a difícil “missão” que era a eleição de operários, afirmando que “a politicagem republicana” [...] “tem procurado impedir que a lei eleitoral, que esse direito de sermos eleitos, possa a ser conquistado e tudo tem empregado para deturpar essa nossa justa aspiração se pudesse tornar uma realidade”. E na celebração sobre a eleição de um companheiro seu, completa: “(...) dizer, a este operariado, que chegou, felizmente, a hora de começarmos a reivindicar para nossas classes tudo quanto nos permite a Constituição”. João Ezequiel “[...] é tipógrafo e um dos mais antigos cultores do ideal socialista no Recife, bastante inteligente, honestíssimo e dedicado pela nossa causa”. Ver: *A Época*, 27 de novembro de 1912.

⁵²⁴ KONDER, Leandro. *A derrota da dialética. A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p.88.

⁵²⁵ KONDER, Leandro. *A derrota da dialética...* p.88

Congresso Operário e, na sua Coluna Operária provoca os opositores sobre a realização do Congresso com o apoio do parlamentar com as seguintes provocações:

Pergunta:

Quais os prejuízos que a Liga do DF pode dar aos operários, abraçando a ideia do deputado Mario Hermes de reunir um Congresso, de formular uns tantos projetos possíveis de serem aprovados pelo Congresso Nacional?

Que perderão com isso as associações operárias que aceitarem esse congresso?

Não será melhor prestigiar aos homens que legalmente estão no poder do que acompanhar as oposições políticas?

Não acham que, sendo todo o nosso movimento e agitação tendente a uma orientação que nos guie para ideias além do atual regime, não lhe parece que seríamos incoerentes perder forças e prestígio dando o nosso apoio as oposições, quando estas em minoria nada podem fazer em nosso favor?⁵²⁶

E, usando todo o seu pragmatismo na avaliação dos possíveis aspectos úteis desse apoio, prossegue deixando claro o seu verdadeiro objetivo com a realização do evento, mesmo com a presença de um elemento estranho da classe trabalhadora na organização do Congresso, elencando o propósito maior:

Se o 4º Congresso Operário Brasileiro conseguir obter do Congresso Nacional:

Às 8 horas de trabalho.

A instrução primária obrigatória.

Regulamentação rigorosa sobre as mulheres e os menores nas fábricas.

Leis de acidentes do trabalho.

Tribunal arbitral de patrões e operários para decidir das nossas questões sem intervenção da polícia⁵²⁷.

Os propósitos descritos acima é um resumo dos direitos dos trabalhadores tanto almejado pelas diferentes lideranças socialistas e anarquistas ao longo dos anos, entretanto, Mariano Garcia tinha, na sua avaliação, como já dito por ele mesmo, que esses propósitos eram ideias que iriam além do que o atual regime de governo – liberal e excludente, uma República para poucos - planejava para a classe trabalhadora, e, finalizando o seu artigo em defesa da realização do 4º Congresso com o apoio de Hermes Filho, pergunta: “Se conseguirmos isso o operariado perde alguma coisa?”⁵²⁸.

Retomando ao termo oportunista, utilizado por Mariano Garcia no rebate aos seus detratores, ele pode ser entendido a partir de um contexto histórico específico. Também era uma resposta sobre a crítica aos organizadores do Congresso feita por parte do movimento operário

⁵²⁶ *A Época*, 18 de outubro de 1912.

⁵²⁷ *Ibidem*.

⁵²⁸ *A Época*, 18 de outubro de 1912.

pela anuência com relação à presença dos guardas civis -“policiais”- no evento, esses tidos como se não fizessem parte da classe trabalhadora.

Desta maneira, a contestação girava em torno do desconforto de ter presente, junto aos trabalhadores, os agentes que, legitimados pelo Estado e sempre se colocando ao lado dos patrões, eram responsáveis por coibir, com o uso, muitas das vezes, de extrema violência, as diferentes formas de reivindicação dos trabalhadores, e mesmo assim, os guardas civis estariam participando no Congresso Operário, através do LODF⁵²⁹, como uma legítima categoria da classe trabalhadora que também lutava por direitos, o que gerava um certo desconforto entre os operários e muitas críticas, não só dos anarquistas, mas também por parte da corrente reformista que tinha o advogado Caio Monteiro de Barros, um antigo companheiro de luta de Mariano Garcia - que em 1906 atuaram juntos na greve dos Cocheiros e Carroceiros⁵³⁰ - como um dos seus maiores críticos e um dos organizadores do Evento, fazendo através da coluna operária do jornal para qual contribuía, o *Correio da Manhã*, uma forte oposição à realização do Congresso⁵³¹.

Os detratores de Mariano Garcia, Pinto Machado e Cruz e Silva, no propósito de deslegitimar o acontecimento, passam a se referir ao evento não como congresso operário, empregavam o nome de “congresso policial”. Todavia, pensando no sucesso do evento, e

⁵²⁹ LODF – Liga do Operariado do Distrito Federal. Fundada em 1911, era uma entidade de caráter sindical, mutualista e político. Foi iniciada com caráter “político” e admitindo somente sócios homens, postura que manteve até a realização do 4º Congresso Operário Brasileiro, em novembro de 1912, qual foi organizador. Em 20 de dezembro daquele ano, reformou seus estatutos e assumiu um caráter sobretudo mutualista. Os objetivos fixados pelos novos estatutos eram: “ unir, sem distinção de sexo ou nacionalidade, os operários e trabalhadores, difundir os ideais de sua emancipação; auxiliar os sócios enfermos; fundar escolas profissionais, diurnas e noturnas para os associados e seus filhos menores de 14 anos; defesa jurídica; auxílio funerário; colocação dos desempregados; manutenção do corpo médico e farmacêutico.” Cf. BATALHA, Cláudio H. Moraes. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.2009. p. 227-228.

⁵³⁰ TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. - Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2013.

⁵³¹ Em 1912, Caio Monteiro de Barros era advogado e atuava como redator da coluna Vida Operária do *Correio da Manhã*. Recorreu ao discurso falado e também impresso nas páginas do referido periódico para defender a não realização do denominado 4º Congresso Operário. Em 1906, assim como Evaristo de Moraes, Caio Monteiro de Barros atuou como advogado dos grevistas da Associação dos Cocheiros e Carroceiros e Classes Anexas, categoria a qual Mariano Garcia, junto com Melchior Pereira Cardoso, era líder. Em 1909 agiu a favor dos interesses do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos e dos seus membros por conta da greve na fábrica Confiança. Sua atuação não era somente profissional, assumiu contornos políticos e de identificação com a causa dos trabalhadores, mesmo ele sendo um indivíduo extraclasse. Em 1913, junto com Mariano Garcia, apesar das diferenças, trabalha na luta contra a carestia, promovendo vários comícios pelas Zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro. Cf. ALVES: Kaio César Goulart. *Sobreviver e se organizar: a classe trabalhadora e os movimentos contra a carestia no Rio de Janeiro.(1913-1917)*. Temporalidades–Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, v. 7 n. 2, mai./ago. 2015. Disponível em: www.fafich.ufmg.br/temporalidades. Acessado em 04/05/2023.

considerando os possíveis ganhos na esperança da união entre o governo e a classe trabalhadora, em um momento em que o Estado oligárquico excludente acenava – como nunca havia feito antes – para a classe trabalhadora⁵³², o militante demonstrava suas esperanças na aproximação ao ressaltar: [...] “vamos ver como o governo, num belo impulso de compreensão republicana, irá fazendo o possível para que as resoluções tomadas pelos delegados operários nesse Congresso se tornem uma realidade”⁵³³.

E, se posicionava a favor da participação dos guardas civis no evento, afirmando: “que venham todos esses a quem não cegam o interesse mesquinho, nem o despeito, porque, entre nós não devem dominar esses baixos sentimentos”⁵³⁴, na certeza de quanto maior fosse a adesão dos trabalhadores ao evento, mais forte seria o poder de reivindicação junto ao Estado.

E as críticas não se concentravam somente com relação à presença dos guardas civis no evento, assim como não ficaram restritas apenas ao discurso e nos jornais dos companheiros socialistas reformistas, os anarquistas - sempre divergentes das ações dos reformistas – que, desde a divulgação do convite para o evento, passam a atacar os organizadores do 4º Congresso Operário, atuando na “ação direta” ao distribuir entre os trabalhadores das associações que iriam participar do evento, panfletos contra o congresso com os dizeres: “Confederação Operária Brasileira, desde o umbral do palácio Monroe, onde se reúne o chamado 4º Congresso Operário Brasileiro – Ao proletário em geral e especialmente aos delegados sinceros”⁵³⁵ [...].

E, falando diretamente aos delegados representantes das associações, numa mensagem subliminar: “[...] apelamos para que as consciências puras”[...]. Logo a seguir, fazem críticas à participação política dos trabalhadores alertando, agora, de forma enfática “[...] não se deixem salpicar nem contaminar pela lama corrupta cujas fétidas exalações do próprio umbral se sentem” e, se opondo em estratégica de luta aos reformistas, finalizam, apelando para a bandeira

⁵³² Diferente do governo de Floriano Peixoto que ao se candidatar não apresentou nenhum programa de governo que contemplasse os interesses da classe trabalhadora, Hermes da Fonseca, numa ação contrária à política de Estado, lança sua candidatura trazendo na proposta de programa de governo, ações voltadas para a classe trabalhadora, principalmente, no que tange a questão da moradia operária. Sobre o governo de Hermes da Fonseca e a questão social, ver: SISQUIM, Sayonara Faria. *O governo de Hermes da Fonseca e a construção de vilas operárias na Primeira República (1909-1914)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores. UERJ/FFP, 2017.

⁵³³ *A Época*, 30 de outubro de 1912.

⁵³⁴ *A Época*, 30 de outubro de 1912.

⁵³⁵ HARDMAN, Francisco FOOT & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. p.332.

anarquista: “A política não só corrompe e envilece, é o cancro que destrói a vida social do nosso povo”⁵³⁶.

Em um nítido embate na disputa pela liderança do movimento operário, os anarquistas organizam o seu congresso operário no ano seguinte, em 1913, como aponta Oliveira:

Aliás, insuflados por tal evento, os anarquistas resolveram partir para o contra-ataque e organizar um Segundo Congresso Operário Brasileiro, que teria lugar também no Rio de Janeiro, no ano seguinte, e que basicamente reforçaria as teses do Congresso de 1906. E não pouparam críticas ferozes ao caráter “amarelo” do evento patrocinado pelo governo federal, que, segundo eles, teriam por real intenção tão somente enganar a classe operária, submetida a interesses eleitorais⁵³⁷.

É importante pontuar que os anarquistas⁵³⁸ e os reformistas eram divergentes nas plataformas políticas: as formas de organização, tática de luta operária e práticas políticas, mas não antagônicos, convergiam, naquilo que Boris Fausto intitula como “um tronco em comum”: a luta em seus principais interesses – sendo no terreno econômico ou político - com relação aos direitos sociais para a classe trabalhadora⁵³⁹, isto é, como pontua Carone “quando o assunto se tratava da resistência ao sistema capitalista, da necessidade de se por fim, através da luta de classes, ao regime da injustiça social”⁵⁴⁰. Na figura 10, socialistas e anarquistas, representados nas figuras das lideranças de Mariano Garcia e Edgard Leuenroth, comemorando juntos, o Dia do Trabalho, na sede da LODF, entidade dos socialistas reformistas. Na figura 11, encontramos

⁵³⁶ Ibidem, p.278.

⁵³⁷ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. “Pela Reforma, contra a Revolução. Notas sobre Reformismo e Colaboracionismo na História do Movimento Operário Brasileiro da Primeira República”. *Revista Crítica Histórica*. Programa de Pós-Graduação em História. Mestrado da Universidade Federal de Alagoas. ano III, nº 05, p. 49 Ano III, Nº 05, junho./2012. ISSN 2177-9661.pp. 26 a 59.

⁵³⁸ É importante aqui sinalizar a forma abrangente no uso do termo anarquismo utilizado neste trabalho, não se atendo para as diferentes correntes que compõem o anarquismo, tais como: o anarquismo libertário e o anarco-sindicalismo. Entendemos que cada uma dessas correntes possuíam características peculiares, entretanto, o termo anarquismo/anarquista é utilizado como uma síntese daquilo que defendiam as diferentes correntes anarquistas e as opunham aos socialistas reformistas: a ação direta como principal estratégia; a ideia de abolição do Estado; a rejeição a qualquer cooperação com a política eleitoral e parlamentar; e a greve como exercício revolucionário e não somente como ferramenta de luta reivindicatória que deve ser utilizada em último caso, quando ao se esgotar todas as possibilidades de negociação. Para melhor entendimento sobre o anarquismo ver: FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 62 a 66.

⁵³⁹ *A Época*, em 02 de maio de 1913. Como exemplo dessa convergência podemos citar a solenidade de abertura dos festejos do Dia 1º de Maio, na sede da Liga do Operariado do Distrito Federal. Mariano Garcia, representando a Liga, abre a sessão solene fazendo um breve discurso e depois passa a voz a Edgard Leurrouth, um dos principais militantes anarquistas da época, diretor do jornal anarquista *A Lanterna*, que representava os trabalhadores de São Paulo. Em seu discurso, Edgard Leurrouth confessava a sua profunda mágoa com a situação do operariado no seu Estado, criticava a falta de garantias, de liberdade, e da violência policial, afirmando ser a burguesia de São Paulo a mais escravista do Brasil, chamando a atenção para a carestia da vida, apoiado em seu discurso por Mariano Garcia.

⁵⁴⁰ CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São. Paulo: Ática, 1989. p.39.

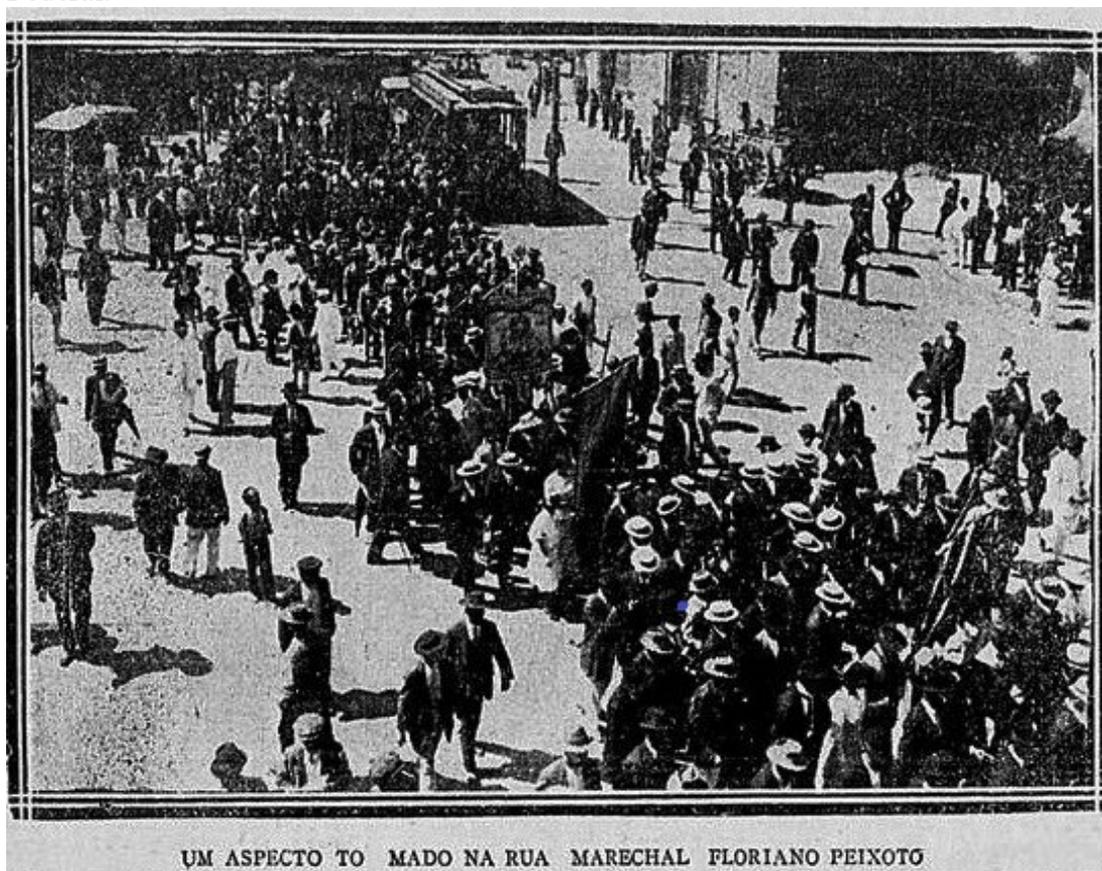
as duas correntes ocupando o mesmo espaço, cada qual desfilando com o seu estandarte, na comemoração do Dia 1º de Maio.

Figura 10 - Festejos da Liga dos Operários do Distrito Federal - LODF - numa das solenidades em comemoração ao Dia do Trabalho, Mariano Garcia, presidente da Liga, e Edgard Leuenroth, representando os trabalhadores de São Paulo e o jornal A Lanterna, discursam juntos no evento.



Fonte. *A Época*, em 02 de maio de 1913.

Figura 11 - Festejos comemorativos do 1º de Maio - socialistas e anarquistas, cada qual carregando seu Estandarte que representa sua entidade, comemoram juntos a data na Capital Federal.



Fonte. *A Época*, em 02 de maio de 1913.

As críticas dos anarquistas aos organizadores do 4º Congresso Operário, em 1912, estavam relacionadas ao que eles entendiam como falta de combatividade dos reformistas, de apaziguamento de conflitos, presente na tentativa de se conciliar com a burguesia, e na aproximação com o governo, porém, o conteúdo das críticas não era nenhuma novidade na trajetória de Mariano Garcia.

O socialista, no ano de 1909, também havia sido duramente criticado, mas, por seus pares, no interior do próprio reformismo, ao apoiar a candidatura de um militar ao cargo maior do poder Executivo: o Marechal Hermes da Fonseca, em oposição à candidatura do jurista Rui Barbosa. A crítica de seus companheiros levou-o a se posicionar em seu jornal operário, *Tribuna do Povo*⁵⁴¹, quase da mesma forma como, em 1912, respondeu nas colunas do jornal

⁵⁴¹ O jornal operário *Tribuna do Povo* foi lançado em março de 1909 como veículo oficial do recém-criado Partido Operário Socialista. Na edição do dia 18 de março de 1909 é lançado o Programa do POS. Sobre as diretrizes do partido, ver: MORAES FILHO, Evaristo de. *O Socialismo Brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados. Editora da Universidade de Brasília, 1981. p.254, 255.

A Época - a exemplo da citação que abre esse capítulo - e sempre na procura de ressaltar o seu entendimento sobre a necessidade de aproximação da classe operária com o governo. Na busca de uma possível mediação pelo Estado na relação capital/trabalho, rebate as críticas na seguinte forma: “Não traremos para estas colunas o ódio cego que domina os indivíduos não emancipados dos preconceitos e vícios da sociedade atual”⁵⁴². Entendia que a não aproximação com o Estado mais prejudicava do que auxiliava classe operária.

E com relação aos reformistas, os conflitos internos relacionados ao apoio de parte dos militantes, em 1909, à candidatura de Hermes da Fonseca, e em seguida a realização do 4º Congresso Operário com o financiamento do Estado causaria uma ruptura no seio das lideranças operárias. Ninguém imaginaria que seria possível dois socialistas históricos: Mariano Garcia e Evaristo de Moraes, companheiros que tinham uma história de luta datada ainda no tempo do Império batalhando juntos pela Abolição e pela República, romperiam por definitivo a parceria e a amizade de longa data por conta de diferenças de opiniões.

3.2 Um rábula e um obscuro rabiscador de linhas - Evaristo de Moraes e Mariano Garcia, militantes socialistas que rompem a parceria

As relações entre Mariano Garcia e Evaristo de Moraes já andavam estremecidas desde o ano de 1906, inicialmente por conta das divergências na organização e, em particular, pela falta de consenso entre os militantes sobre a participação ou não no 3º Congresso Operário Brasileiro, isso tudo por conta dos caminhos que o evento passou a seguir quando os anarquistas tomam frente na organização e, que desde o início já causavam dissabores entre as lideranças reformistas e disputas entre as diferentes correntes - os reformistas e anarco-sindicalistas - pelo protagonismo na condução do movimento dos trabalhadores organizados.

E, mesmo o 3º Congresso Operário, tendo ocorrido na Capital Federal, Mariano Garcia não compareceu ao evento como forma de protesto por considerar, nas suas palavras: “organizado por um grupo de indivíduos detestáveis” “[...] iconoclastas que lá estavam a querer derrubar tudo e todos”⁵⁴³, a opção de não comparecer não foi seguida por Evaristo de Moraes que marcou presença no evento.

⁵⁴² KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. Op. Cit., p.88. Cf. *Jornal Tribuna do Povo*. Em 18 de março de 1909.

⁵⁴³ *A Época*, 07 de novembro de 1912. No contexto da abertura do que seria, no dizer de Mariano Garcia, o 4º

Porém, isso pode não dizer muito com relação ao motivo real do rompimento da parceria, já que o socialista Pinto Machado também esteve presente ao Congresso, o que ajudou a arrefecer os ânimos, evidenciando com isso, uma posição menos beligerante de uma parcela dos reformistas à presença dos anarquistas, apesar das teses de Pinto Machado - que eram apoiadas por Mariano Garcia e Melchior Pereira Cardoso - terem sido fortemente rechaçadas pelos anarquistas quando apresentadas no Congresso.

Entretanto, parece ter ocorrido outro fato que se somou às posições defendidas por ambos – Mariano Garcia e Evaristo de Moraes - na época do Congresso Operário. O caso se apresentaria como decorrência do péssimo resultado obtido daquela que seria uma das principais greves que assolou a Capital Federal em dezembro de 1906 e que por 11 dias causou grande impacto no funcionamento da cidade e na vida de seus habitantes, ou seja, a paralisação da Associação dos Cocheiros e Carroceiros e classes Anexas⁵⁴⁴. A Associação, que tinha mais de 1000 associados, sendo presidida por Melchior Pereira Cardoso e como vice-presidente Mariano Garcia, sendo Evaristo de Moraes o advogado responsável pela defesa dos trabalhadores da Associação.

A greve dos Cocheiros e Carroceiros acabou sendo reprimida com grande violência pela força policial, com muitos grevistas despedidos e presos, tendo a necessidade de atuação de Evaristo de Moraes como advogado da Sociedade, impetrando vários *Habeas Corpus* pela liberdade de seus associados. A ação de Evaristo de Moraes, na função de advogado dos operários das associações, acabou por levantar críticas no seio operário, afirmando que o advogado explorava monetariamente as associações, tirando “proveito pecuniário indevido” delas⁵⁴⁵.

Congresso Operário, o militante, em sua coluna operária, faz uma resenha dos diversos congressos realizados no Brasil após a Proclamação da República, salientando que o fim principal dos congressos anteriores era a formação de um partido operário com ideias socialistas. Assim, o 1º Congresso Operário, realizado em 1892 na Capital da República, não se conseguiu ir além do Programa, pois, no seu entendimento, não havia ainda orientação para a organização de um partido, muito por conta das sérias divergências entre as lideranças operárias que resultou na divisão dos operários em diferentes grupos. Com relação ao 2º Congresso concretizado em 1902, já existia alguma orientação, mas que não foi possível organizar um partido, pois, apesar de existir uma maioria de congressistas socialistas, muitos eram estrangeiros que não queriam votar para não “arregar a pátria”. Com relação ao 3º Congresso, em 1906 ele se posiciona de forma crítica por se autointitular como o 1º Congresso operário, na sua concepção, uma tentativa dos anarquistas em apagar o passado de luta dos operários ao encobrir o que os socialistas fizeram, por isso, Mariano Garcia não aceitou, mesmo sendo delegado por sua classe para representá-la, seguindo o firme propósito na defesa da estratégia político-partidária, estratégia essa combatida com toda força pelos anarquistas, em particular, pelos anarco-sindicalistas, corrente que saiu vencedora do 3º Congresso Operário, ao fazer valer a estratégia da organização de sindicatos como forma de resistência e luta operária.

⁵⁴⁴ TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores...* . Op. Cit., p. 17e 18.

⁵⁴⁵ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes Mendonça. *Evaristo de Moraes: justiça e política nas arenas*

E, foi juntamente nesse período, com o fracasso da greve dos Cocheiros, e logo em seguida, com os problemas enfrentados por outra importante associação: a Sociedade dos Trabalhadores em Trapiche e Café, que as animosidades entre Mariano Garcia e Evaristo de Moraes aumentaram, é o que parece, quando vemos, meses depois, Mariano Garcia proferir no jornal *A Tribuna de Povo*, do dia 18 de março de 1909, duras críticas a Evaristo de Moraes, acusando-o de “extrair benefícios financeiros da atividade de advogado das associações e de ter contribuído para a crise em que as instituições se encontravam”⁵⁴⁶. No mesmo artigo, o militante completa a sua crítica a Evaristo de Moraes:

Esta numerosa classe que há cerca de três anos tinha constituído sua sociedade de Resistência, e que já caminhava num bonito pé de prosperidade, quase desapareceu totalmente com a advocacia do sr. Evaristo de Moraes, o grande socialista que vive a falar sempre que o operário é ingrato; e, entretanto, à custa deles, encheu-se de glórias e dinheiro, arrancando-lhes indevidamente 600\$[000 réis]mensais, (além dos quebrados) e abandonando a classe quando viu o cobre já não chegava para seu ordenado!⁵⁴⁷.

As críticas de Evaristo de Moraes da ingratidão dos operários eram recorrentes e de longa data. Em 1902, na primeira página do primeiro número do jornal operário *A Gazeta Operária*, ao responder o convite de Mariano Garcia a se juntar ao grupo de militantes socialistas históricos na propaganda socialista, socialista, tais como: Vicente de Souza, Estevam Estrella, Toledo de Loyola, Saddock de Sá e Eugênio George, dentre outros, que contribuíram com o jornal e, com o recém Partido Socialista, fundado no Congresso Socialista, ocorrido meses antes, em São Paulo.

Evaristo de Moraes responde ao convite de Mariano Garcia de forma categórica, através de perguntas retóricas: “Com franqueza: para que você quer que eu me vá meter, de novo, nessas duras contendidas em prol do operariado?”⁵⁴⁸. E, demonstrando bastante desencanto com a luta operária, sem o “pretensão” reconhecimento dos trabalhadores, prossegue: “Desde quando andamos os dois ora juntos, ora separados, n’essa pesada faina de fazer compreender aos trabalhadores que eles têm sagrados direitos a defender e grandes interesses coletivos a promover?!”⁵⁴⁹.

republicanas (1887-1939). Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 117.

⁵⁴⁶ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes Mendonça. *Evaristo de Moraes...* . p.71.

⁵⁴⁷ *Ibidem*, p.118.

⁵⁴⁸ *Gazeta Operária*, 28 de setembro de 1902.

⁵⁴⁹ *Gazeta Operária*, 28 de setembro de 1902.

Logo em seguida, tendo em vista justificar, em parte, seus motivos para o desânimo. “E para que não lhe hei de dizer, sinceramente, que você tem *perdido seu latim* e eu tenho arranjado um bom número de inimigos nos dois campos opostos, no dos homens do capital e dos homens do trabalho?!” E, finalizando, pontua: “Sim, você bem o sabe: - não é só o capitalista, o burguês, o patrão quem acaba por se inimizar conosco, também o trabalhador, o proletário, o operário e, quase sempre, um indiferente ou um inimigo com o qual se pode contar, no melhor passo da propaganda⁵⁵⁰.”

Mas, apesar de apresentar um pessimismo com relação à continuidade da luta operária, responde no final da carta, ao convite da Mariano Garcia, dizendo, “Da minha parte, não obstante ao desânimo que me domina, estarei sempre disposto a auxiliar os que, como você, ainda estão cheios de esperanças e confiantes nos sonhados elementos que até agora não tem aparecido.” E termina os seus dizeres, elogiando a iniciativa do então amigo: “Este seu jornal exprime, mesmo uma boa maneira de trabalhar pela Ideia. Que ele seja remunerador e de tantos esforços—eis o que desejo”⁵⁵¹.

Apesar das críticas à “ignorância” do operariado, da falta de mobilização e das inimizades, que dizia arrumar no próprio seio operário, Evaristo de Moraes continuou a advogar pelas associações operárias e, constantemente, era homenageado pelos associados por sua dedicação.

Em 1908, quando advogado das duas principais associações do Rio de Janeiro: a Associação dos Estivadores e a da Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, na comemoração do Primeiro de Maio, reuniu em frente ao seu escritório, na Praça Tiradentes, segundo o jornal *Correio da Manhã*, cerca de cinco mil operários e “aclamando-o patrono das classes operárias”. O jornal noticiava o evento de homenagem ao advogado:

Os operários, entre vivas calorosos, aclamavam o advogado Evaristo de Moraes que na sacada do seu escritório, dirigiu-lhes a palavra concitando-os a se unirem, e fazendo notar a falta de leis que garantam os acidentes no trabalho, a falta de proteção às crianças e mulheres que trabalham nas fábricas, terminando com um caloroso viva dos operários. Depois do discurso do advogado Evaristo de Moraes os operários entre aclamações ao seu patrono, partiram em toda ordem para as suas sedes sociais⁵⁵².

As demonstrações de reconhecimento por parte do operariado fizeram, em 1922, Evaristo de Moraes afirmar, em seu livro de memórias, “*Reminiscências de um rábula*

⁵⁵⁰ Ibidem.

⁵⁵¹ *Gazeta Operária*, 28 de setembro de 1902.

⁵⁵² *Correio da Manhã*, 02 de maio de 1908.

criminalista”, onde registrava as suas experiências profissionais, ter vivido junto aos trabalhadores, entre os anos de 1903 a 1909, sua militância profissional e política de forma mais audaciosa, lutando contra a má vontade dos patrões, as violências da polícia. Mas, sua opinião sobre os trabalhadores e suas agremiações, mesmo se passando 20 anos de lutas em diferentes momentos da história da organização do movimento operário – o 4º Congresso Operário, a 1ª Guerra mundial, a Revolução Russa, e a fundação do PCB - não mudou, continuava negativa considerando-os desorientados, assim como os seus companheiros de militância, lideranças operárias.

Joseli Mendonça destaca dois momentos específicos no comportamento de Evaristo de Moraes com relação à luta operária e aos trabalhadores, na última década do século XIX, quando era professor, militava na divulgação das ideias socialistas e da necessidade do partido operário, já na década seguinte, atuando como advogado sua postura muda. Quer dizer, segundo a autora:

A partir do final da primeira década do século XX, parecia já ter caído por terra qualquer possibilidade de que Evaristo ainda reconhecesse laços de identificação entre as experiências sociais dos trabalhadores e suas próprias [...] colocava-se apartado dos operários, embora ele nunca tenha abdicado de preconizar e defender a necessidade de sua “proteção”. Mas, a partir de então, a defesa se faria mais junto aos trabalhadores, mas acima deles. Afinal, ele, entre os operários não se definia como um igual⁵⁵³.

E, parece que Mariano Garcia teria percebido essa significativa mudança de postura de Evaristo de Moraes, por isso, em 1909, muda radicalmente seu conceito sobre o advogado e passa a fazer duras críticas ao companheiro de luta com relação à sua atuação dentro das agremiações, e por ele desistir de representar os operários da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, quando essa começou a passar por dificuldades financeiras.

Fato que levou Mariano Garcia a afirmar que “os operários da associação tinham se livrado de um problema com a saída de Evaristo, e podiam colher do episódio uma grande lição, “para outra vez não consentirem que o seu advogado, seja quem for, se envolva na classe nem na sociedade”⁵⁵⁴, e, se colocando como operário finalizou sua crítica a atuação de Evaristo de Moraes sem muito rodeio: “O advogado de uma sociedade operária é para questões de foro, e não para intervir em tudo, pois do contrário, o resultado é os “evaristos” liquidarem-nos”⁵⁵⁵.

⁵⁵³ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes...*p.128.

⁵⁵⁴ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes...* . p.120.

⁵⁵⁵ *Ibidem*, p.120.

As críticas foram feitas no jornal *A Tribuna do Povo*, em 1909. A partir de então, não há nenhuma passagem nos documentos e nem em livros pesquisados para este trabalho que abordam a atuação de Evaristo de Moraes, em especial o livro escrito por seu filho, Evaristo de Moraes Filho: *O socialismo brasileiro* – referência para quem estuda a temática, ou nas obras escritas pelo próprio advogado: *A Campanha Abolicionista*, em 1924, *Da Monarquia à República*, em 1936, ou até mesmo no seu livro de memórias, *Reminiscências de um rábula criminalista*. Inclusive, nenhuma das obras citadas revelam o real motivo que ocasionou o rompimento entre as duas lideranças socialistas históricas.

Muito pelo contrário, o que encontramos nos livros mencionados acima é um proposital apagamento do nome de Mariano Garcia da história do movimento organizado dos trabalhadores como um importante militante socialista histórico, tanto por Evaristo de Moraes, como por seu filho, Evaristo de Moraes Filho, que seguiu a carreira do Direito, atuando como advogado trabalhista, mas também foi escritor, chegando a ser um membro da Academia Brasileira de Letras. Os dois autores – pai e filho -, ao abordarem em suas publicações os diferentes momentos históricos nos quais Mariano Garcia e Evaristo de Moraes atuariam juntos, citam personagens secundários, porém, de forma cirúrgica, nunca o nome de Mariano Garcia junto com o de Evaristo de Moraes, ou simplesmente, mencionavam o próprio nome de Mariano Garcia relativo a algum feito.

Um exemplo do apagamento de Mariano Garcia da história de Evaristo de Moraes e a participação do advogado no jornal *Gazeta Operária*, do qual Mariano Garcia era redator, em 1902 e 1906. Apesar de citar alguns de seus artigos escritos para o jornal em seus livros, Evaristo de Moraes não credita a Mariano Garcia a chefia de redação do jornal operário, mesmo quando esse rende-lhe o lugar de destaque na primeira página de seu lançamento, em 1902⁵⁵⁶, onde Evaristo de Moraes disputa espaço com outros companheiros de luta de Mariano Garcia, socialistas históricos, tais como Vicente de Souza, Estevam Estrella, Eugenio George, Toledo de Loyola, todos remanescentes do Centro Socialista de Santos e do jornal socialista *A Questão Social*, mas que não receberam o lugar de destaque na primeira página do jornal, como foi destinado a Evaristo de Moraes.

⁵⁵⁶ Na *Gazeta Operária* de 28 de setembro de 1902, Evaristo de Moraes escreve como resposta ao convite de Mariano Garcia o artigo intitulado “Carta aberta a Mariano Garcia”. No artigo, descreve sobre a própria trajetória de luta na tentativa de organizar a classe trabalhadora e elogia o redator do jornal, seu antigo companheiro de militância, por seu incansável idealismo na causa operária, e por não desistir de tamanha empreitada. No seu caso, Evaristo de Moraes confessava certo desânimo com a luta, mas que admirava a persistência do companheiro presente nos percalços superados na concretização daquele que seria o jornal operário mais importante e conhecido de Mariano Garcia.

A participação de Evaristo de Moraes nos jornais de Mariano Garcia não se limitou ao ano de 1902. Em 08 de dezembro de 1906, no mesmo momento em que acontecia a greve dos Cocheiros e Carroceiros, Evaristo de Moraes escreveria o artigo, “As associações operárias: desespero atual dos patrões”, para o recém-lançado jornal operário de Mariano Garcia, a *Gazeta Operária*. Mas, apesar do evidente envolvimento entre os dois militantes, após o rompimento que acabou acirrando-se no desenrolar da Campanha Civilista, na qual cada um, passa a defender candidaturas opostas, ou seja, Evaristo de Moraes atuará na organização da campanha de Rui Barbosa, acompanhando o candidato nos *meetings* pelos Estados⁵⁵⁷, e Mariano Garcia, junto com outros companheiros de militância, irá apoiar Hermes da Fonseca.

Da parte de Mariano Garcia também ocorre esse “apagamento de memória” com relação a Evaristo de Moraes. Não encontramos, a partir de 1910, o nome de Evaristo de Moraes citado em suas colunas nos jornais em que trabalhava, nem mesmo quando relembrava suas experiências dentro das diferentes redes de sociabilidade na qual esteve inserido ao longo da sua trajetória como abolicionista, republicano e militante socialista, bem como na organização da classe trabalhadora no início da República, em muitas dessas redes de sociabilidade, atuou em parceria com Evaristo de Moraes.

Em diferentes artigos, em distintos momentos da sua trajetória,⁵⁵⁸ ao recordar suas lutas na busca pela organização da classe trabalhadora, cita vários de seus companheiros, a exemplo de José Francisco da Veiga, Mansos D’Ásia, Luiz da França e Silva – a quem sempre se referia como “o saudoso companheiro” - José Augusto Vinhaes, e com muita reverência, Vicente de Souza, Estevam Estrella e Gustavo de Lacerda, nomes esses bastante conhecidos nas lutas pelos trabalhadores antes e depois da Abolição, e todos atuando também, em algum momento, juntamente com Evaristo de Moraes, mas nunca mencionou o nome do advogado.

O que observamos nos artigos de Mariano Garcia, em diferentes passagens, é um velado ressentimento com relação aos advogados, são críticas à atuação desses no movimento operário, como percebemos numa série de artigos escritos pelo articulista em sua coluna n’*A Época* intitulados de “Os falsos mentores”, sendo um deles bastante sugestivo a quem se referia. No texto, o artigo, os advogados seriam, nas palavras de Mariano Garcia, os falsos mentores. Para tanto, escreve:

⁵⁵⁷ MORAES, Filho, Evaristo. *O Socialismo Brasileiro*, Brasília, Câmara dos Deputados. Editora da Universidade de Brasília, 1981. p.24.

⁵⁵⁸ *A Época*, em 07, 16, 27 de novembro de 1912; 08 de janeiro, 01, 05 de maio de 1913 e *Gazeta Suburbana*, em 10 de maio de 1919 e 20 de março de 1920.

Ainda hoje voltamos a tratar dos falsos mentores que em todos os tempos vêm se intrometendo no meio operário, dizendo-se nossos amigos e apologistas das nossas ideias de reivindicações sociais, quando no fundo não passam de farsantes que, nos supondo ignorantes das nossas ideias, querem à nossa sombra fazer figura, ganhar clientela, e quando damos o alarme, começam de intrigarmos uns com os outros, associações com associações [...] vamos aqui nos ocupar dos que pertencendo as chamadas classes intelectuais, letradas, etc, se imiscuem em nosso meio, que tem sido em grande número, quase todos, com o fito único de os iludirem em seu interesse. Os drs. por exemplo, que se têm imiscuído no meio operário [...] têm sido sempre os nossos piores inimigos, principalmente quando pertencem a classe que vive de torcer a lei e a justiça, os advogados [...] há vinte anos, devem saber que os piores elementos que têm vindo para o nosso lado, são os advogados, principalmente quando estes nos pretendem impingir que são socialistas, que estão ao nosso lado, lutando pelos nossos ideais, como se operários fossem como nós. Nós sempre pensamos que o concurso de um cidadão qualquer, formado em direito, não podemos dispensar, pois não conhecemos os sofismas da lei, como eles têm obrigação de conhecer, porém esse advogado deve ser sincero, honesto e não tem que se envolver no seio das associações; sua missão única deve ser diante da polícia e da justiça quando deles precisamos e para isso devemos pagar-lhes. Ora, o que podem discutir doutores de nossas questões? Na Justiça, no Foro, sim; no meio operário não, porque só podem ser falsos mentores⁵⁵⁹.

É evidente o recado mandado por Mariano Garcia a Evaristo de Moraes que, junto com Caio Monteiro de Barros - outro advogado que atuava junto das agremiações operárias - mesmo com os problemas ocorridos nas associações e com a derrota do candidato Rui Barbosa, continuava na sua militância política, contribuindo com a coluna “Vida Operária” do *Jornal Correio da Manhã*, da qual o Dr. Caio de Barros era o responsável. Evaristo de Moraes repetia na citada coluna do seu “novo” companheiro, sua atuação como militante e articulista, mas, também, procurando organizar a classe trabalhadora, assim como acontecera num passado recente quando escrevia artigos nos jornais de Mariano Garcia.

Em 08 de dezembro de 1906, no mesmo momento em que acontecia a greve dos Cocheiros e Carroceiros e Classes Anexas, na qual Evaristo de Moraes junto com Mariano Garcia e Melchior Pereira Cardoso, não atuaria somente como advogado da entidade, mas como militante, tendo uma importante participação na organização da greve, o advogado novamente contribuiria para o recém-lançado jornal operário de Mariano Garcia, o homônimo *Gazeta Operária*, escrevendo o artigo, “As associações operárias: desespero atual dos patrões”, evidenciando a proporção que a greve dos Cocheiros e Carroceiros tomou como movimento organizado.

Após a Campanha Civilista, Mariano Garcia e Evaristo de Moraes passam a atuar, paralelamente, em muitos eventos, mesmo com convergências na defesa dos interesses da classe operária defendendo a mesma orientação socialista. Alguns episódios revelam como a

⁵⁵⁹ *A Época*, 10 de outubro de 1912.

animosidade entre os dois foi forte, não se tratando somente de diferenças pontuais em um momento específico de suas vidas, e que se dissiparia com o tempo, afinal, existia uma longa história de lutas entre os dois companheiros, além de comungarem do mesmo ideal socialista.

Em 1913, com o acirramento da crise da carestia de vida, trabalhadores urbanos passam a se mobilizar e a reivindicar medidas para amenizar o sofrimento dos trabalhadores, Mariano Garcia irá se unir ao advogado Caio de Barros, em várias mobilizações contra a carestia, subindo no mesmo palanque e fazendo comícios. Lembremos que o advogado era companheiro de Evaristo de Moraes, apoiou a candidatura de Rui Barbosa e escrevia severas críticas contra os organizadores do 4º Congresso Operário, em particular a Mariano Garcia, na sua coluna para o jornal *Correio da Manhã*. Entretanto, isso não impediu que os dois – Mariano Garcia e Caio de Barros - subissem juntos nos diferentes palanques montados em vários bairros da cidade na luta pela mesma causa, mas, na condição de, como salientava o Dr. Caio de Barros, “que as ideologias não “contaminassem” o combate à carestia”⁵⁶⁰.

Outro exemplo da forte contenda e, que o rompimento seria definitivo entre os dois antigos militantes, foi no ano de 1913, quando Mariano Garcia passou novamente, no intervalo de menos de um ano, por sua pior provação: a dor da perda de outro filho, o jovem Antônio Mariano Garcia Filho, apresentado na imagem abaixo, que morreu aos 17 anos.

⁵⁶⁰ ALVES. Kaio César Goulart. *Sobreviver e se organizar...* p.563.

Figura 12 - Nota de falecimento de Antônio Mariano Garcia Filho



Fonte: jornal *A Época*, em 07 de maio de 1913.

Mariano Garcia era circunspecto quando o assunto era a família, raramente falava sobre seus filhos, mas no artigo do dia 08 de maio, quando agradece o apoio dos amigos em um momento tão doloroso da sua vida, faz um comovente relato da importância de seu filho na sua vida, das expectativas que depositava nele, e como sua morte o abalou. Seria seu sucessor na luta operária, pois, assim como ele, era cigareiro, e como podemos perceber na foto, e apesar da sua pouca idade, já atuava na organização da sua classe, na qual tinha sido eleito recentemente para o cargo de 2º secretário da Associação Beneficente dos Cigarreiros⁵⁶¹.

O funeral foi acompanhado por inúmeras lideranças socialistas, além de representantes de autoridades, operários e amigos, com várias manifestações de militantes até de outros estados. O jornal *A Época* descreveu como ocorreu o enterro, relacionando o nome das principais figuras que compareceram ao sepultamento, mas o nome de Evaristo de Moraes não se encontrava na relação, apesar de muito provavelmente, pela amizade que comungavam, ter

⁵⁶¹ *A Época*, 12 de agosto de 1912.

acompanhado de perto o crescimento, desenvolvimento e a atuação do filho de Mariano Garcia como operário e liderança que apontava na classe dos cigarreiros.

Em 1917, no contexto do começo da Revolução Russa, que eclodia no mês de março, e logo em seguida, aqui no Brasil, já começava a reverberar no meio do movimento operário ao introduzir novas ideias, conceitos e palavras, mesmo que, inicialmente, de forma vaga e confusa⁵⁶².

As militâncias operárias, socialistas e anarquistas, agitam-se com a primeira revolução socialista feita pelos trabalhadores, o que passou a encher de esperanças seus principais líderes, afinal, o socialismo saíra do campo das ideias e se tornado possível com a experiência soviética da insurreição bolchevique e, com isso, passando a se apresentar como uma nova direção para as lutas do proletariado brasileiro.

Ainda sobre a influência da Revolução Russa, em 1920, Mariano Garcia escreveria sobre “essa esperança”, ao comparar a exploração dos trabalhadores nas duas sociedades, quando aborda a má vontade das autoridades com relação à questão da moradia operária. Segundo ele: “Não importa, o dia do remédio virá. Na Rússia não se faz tanto como se faz entre nós, contra o povo, mais o dia veio em que a justiça se fez; na Alemanha a coisa já estourou; em breve estourará na Itália, na Inglaterra, na França, em Portugal⁵⁶³.”

A partir de 1917, na opinião de Moniz Bandeira, houve uma febre de criação de grupos e partidos⁵⁶⁴ e, na efervescência de possibilidades, encontraremos, novamente: Mariano Garcia, Toledo de Loyola e Evaristo de Moraes, os três que, em 1902, atuavam no jornal *Gazeta Operária*, agora, operando com outros militantes socialistas na fundação de mais um partido político, o Partido Socialista do Brasil⁵⁶⁵, de clara orientação social-democrata.

⁵⁶² BANDEIRA, Moniz; MELO, Clóvis; ANDRADE, A. T. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1967. p. 151.

⁵⁶³ *Gazeta Suburbana*, 27 de março de 1920.

⁵⁶⁴ BANDEIRA, Moniz; MELO, Clóvis; ANDRADE, A. T. *O ano vermelho*: p. 155.

⁵⁶⁵ CARONE, Edgar. Op. cit., p. 48. O autor chama o PSB de Partido Socialista Brasileiro, entretanto, há outros autores, a exemplo de Muniz Bandeira e Cláudio Batalha, que se referem ao partido fundado em 1917 por militantes como: Toledo de Loyola, Izaac Izacsohn, Francisco Vieira e Mariano Garcia, dentre outros, como Partido Socialista do Brasil. Aqui, diferente de Edgar Carone, iremos utilizar a nomenclatura utilizada tanto pelos dois últimos autores, como também por uma das fontes primárias aqui trabalhada, o jornal *A Razão*, cuja matéria do dia 13 de outubro de 1917 anunciava a reunião do Partido Socialista do Brasil. A reunião ocorreria na Praça Tiradentes, nº 71, sede da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e foi presidida por Mariano Garcia, tendo como oradores Toledo de Loyola e Izaac Izacsohn. Sobre o livro de Muniz Bandeira, ver: BANDEIRA, Moniz; MELO, Clóvis; ANDRADE, A. T. *O ano vermelho: a revolução russa*. p.155...Sobre Cláudio Batalha, ver: BATALHA, Cláudio H. Moraes. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2009. p.233-234. Ver: *A Razão*, 26 de julho e 13 de outubro de 1917.

Por isso, em 1918, vamos nos deparar com Mariano Garcia e Evaristo de Moraes juntos no mesmo partido, mais uma vez, mesmo opostos, acreditando na via partidária - como orienta o postulado da social-democracia - os dois militantes concorrerão para as eleições de março a uma vaga no legislativo; Mariano Garcia se candidataria novamente à vaga de intendente municipal da Cidade do Rio, e Evaristo de Moraes, Deputado Federal pelo Estado do Rio, entretanto, ambos sem sucesso no pleito.

Com poucos recursos, a campanha de Mariano Garcia foi modesta, recebendo o apoio dos companheiros de militância, em particular, aqueles que, assim como ele, escreviam colunas operárias para diferentes jornais, o que lhe garantiu, mesmo que reduzidamente, algumas aparições em poucas linhas nos jornais.⁵⁶⁶ Já com a campanha de Evaristo de Moraes ocorreu o inverso, recebeu destaque nos jornais, tendo seus *meetings*, que aconteciam nos teatros e em locais de grande circulação, como a Praça Onze, noticiados quase que diariamente pelos jornais.

Também era constante ver aparições nos jornais das adesões de figuras importantes do universo político à sua candidatura, personagens como Rui Barbosa, Vicente Piragibe, Nicanor Nascimento e Maurício de Lacerda, todos fazendo grandes deferências de apoio ao candidato, em diferentes periódicos da Cidade. Rui Barbosa, que também se lançaria candidato à presidência da República para o ano seguinte, em 1919, concorrendo com Epiácio Pessoa, chegou a publicar um artigo no jornal *A Razão*, de quase ¼ de página, tecendo inúmeros elogios a Evaristo de Moraes no qual lembrava sua atuação na militância operária junto às associações, qualificando-o como “advogado dos operários”⁵⁶⁷.

Entretanto, parece que o afastamento de Evaristo de Moraes da militância operária propriamente dita, como ele mesmo informa em seu livro de memórias: “[...] quando advogado advoguei as causas dos fogueiros, dos trabalhadores em trapiches e armazéns de café, dos carregadores de carvão mineral, dos carroceiros”⁵⁶⁸ e, mais adiante complementa: “[...] trabalhando, durante anos, com os operários e pelos operários; indo ao ponto de tomar parte na

⁵⁶⁶ *A Razão*, 06 de maio de 1917. No domingo, numa pequena coluna intitulada “Proletariado”, é noticiado o seguinte: Grande Reunião Operária – São convidados todos os companheiros operários eleitores, amigos e admiradores do operário Antônio Mariano Garcia, a comparecerem à reunião que se realizará hoje, às 3 horas da tarde, à Rua da Alfândega nº 22 (1º andar), sede do Centro Republicano do Distrito Federal-(CRDF) - generosamente cedido pelo seu digno presidente.

⁵⁶⁷ *A Razão*, 23 de setembro de 1917.

⁵⁶⁸ MORAES, Evaristo de Moraes. *Reminiscências de um rábula criminalista*. Livraria Leite Ribeiro. Rio de Janeiro, 1922. p.222.

direção das suas greves; chegando ao extremo de me fazer inscrever, na associação dos carregadores dos trapiches, como sócio comum[...]⁵⁶⁹.

E, se aproximando da militância da pequeno-burguesia, custou – lhe caro, pois, quando, em 1908, cerca de cinco mil operários, em frente ao seu escritório na Praça Tiradentes o homenageou como “patrono das classes operárias”⁵⁷⁰, esses mesmos trabalhadores, 10 anos depois, parece o ter esquecido, como revelou o resultado das urnas, pois mesmo com um grande investimento - pessoal e financeiro - além do apoio de consagrados políticos, como representante dos trabalhadores, não conseguiu um número significativo de votos que o elegeisse deputado federal pelo PSB.

Mas, apesar de juntos na fundação do partido, isso não significou a retomada da antiga amizade e da parceria, pelo contrário, encontraremos Mariano Garcia e Evaristo de Moraes - salvo o apoio de ambos a Nilo Peçanha⁵⁷¹ – divididos na militância socialista, quando o assunto significaria o apoio às candidaturas ao Palácio do Catete, naquela que seria a principal campanha da década de 1920, e que resultou na eleição de Arthur Bernardes.

Apesar de nutrir admiração pela trajetória de Nilo Peçanha que se entrecruza em muitos momentos com a sua⁵⁷², o que levou Mariano Garcia afirma “ter o Dr. Nilo verdadeiras noções

⁵⁶⁹ Ibidem, 223.

⁵⁷⁰ *Correio da manhã*, em 02 de maio de 1908.

⁵⁷¹ Cabe aqui ressaltar que o apoio dos dois militantes a Nilo Peçanha era por motivos distintos. Mariano Garcia e Nilo Peçanha - esse, após a morte do então presidente Afonso Pena, comandou o País durante 17 meses, fundando o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Mariano Garcia e Nilo Peçanha estiveram juntos, em 1909, no apoio à candidatura de Hermes da Fonseca, em 1917, Nilo Peçanha, como Ministro das Relações Exteriores de Venceslau Brás, nas suas viagens pela Europa como representante do governo brasileiro, no período de Guerra, tem conhecimento da fome que assolava o Continente e, temendo que a fome aqui também se estabelecesse, quando retorna ao Brasil incentiva a criação da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), e no Comitê de Produção. Mariano Garcia atuando na campanha contra a carestia dos alimentos desde 1910, trabalhando pela expansão das feiras-livres pelos subúrbios carioca, juntamente com outros companheiros, em particular, Pinto Machado, irá atuar no “Comitê de Agitação e Ação Pró-Pequena Lavoura”, fazendo campanha pela ampliação da produção de alimentos pelos pequenos agricultores, não só nas zonas rurais da Cidade, como também, nas cidades da Baixada Fluminense. Sobre o assunto ver: MENDONÇA, Leandro Climaco. *O jornalismo como missão: Militância e Imprensa nos subúrbios cariocas, 1900- 1920*. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF-2017. No caso de Evaristo de Moraes, o apoio a Nilo Peçanha estava, principalmente, pelos laços de amizade constituídos por conta da atuação de Evaristo de Moraes como advogado, na defesa de seu irmão, Cícero Peçanha, pelo crime de agressão a um influente senador fluminense. Por ser, antes de tudo, uma questão política, a defesa do irmão de Nilo Peçanha custou a Evaristo de Moraes a promoção para uma vaga de Juiz do tribunal Civil e Criminal. Ver: MORAES, Evaristo. *Reminiscência de um rábula...* .p. 87, 89 e 91.

⁵⁷² Um resumo sobre a atuação de Nilo Peçanha como abolicionista e republicano na cidade de Campos, além de sua atuação como político no Estado do Rio de Janeiro, ver: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PE%C3%87ANHA,%20Nilo.pdf>. Acessado em: 23/11/2023.

de uma República Democrática”⁵⁷³, reconhecendo sua atuação como importante político fluminense, porém, na campanha presidencial de 1922, quando Nilo Peçanha concorre com Arthur Bernardes, Mariano Garcia se assumirá “bernardista”⁵⁷⁴ e Evaristo de Moraes irá declarar seu apoio a Nilo Peçanha ao fazer parte do movimento político de oposição à candidatura de Arthur Bernardes, conhecido como reação republicana. E, assim como ocorreu em 1910, os dois novamente estarão em “campos opostos” na disputada campanha eleitoral que aconteceu aos moldes da Campanha Civilista de 1909.

Mas, a opinião e atuação dos dois socialistas históricos, quando o assunto é o apoio ao representante do cargo máximo do Executivo, nem sempre foram divergentes. Em 1892, quando o grupo de Vinhaes opõe-se a Floriano Peixoto, o grupo de Mariano Garcia apoiará o Presidente,⁵⁷⁵ e Evaristo de Moraes estará junto de Mariano Garcia e de outros operários nesse apoio, na época em era professor de História, o advogado não se encontrava, como ele mesmo afirma “dominado por outras preocupações, absorvido por outros assuntos”⁵⁷⁶, mesmo com a presença de Rui Barbosa marcando oposição a Floriano Peixoto, o mesmo Rui Barbosa que estará envolvido em diferentes campanhas eleitorais terá o seu apoio em 1910, 1914, 1918 e 1922.

⁵⁷⁴ Mariano Garcia irá lançar entre os trabalhadores um folheto de nome, *O Dia*, em apoio à campanha de Arthur Bernardes. *Jornal de Brasil*, em 01 de maio de 1926.

⁵⁷⁵ Em 30 de abril de 1892 O Centro Operário Radical (COR), antigo Partido Proletário do Brasil, fundado por Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda, enviou uma comissão de operários para representar a entidade nos festejos de aniversário de Presidente Marechal Floriano Peixoto, formada pelos operários: M. Dias; Fontes; Gonçalves; Araújo e Silva; Misael da Silva; Reape; Brasil e Agostinho de Queiroz, além de Mariano Garcia e Gustavo de Lacerda. Evaristo de Moraes também fazia parte do Centro Operário Radical, era responsável, juntamente com Gustavo de Lacerda, pela propagação das ideias socialistas entre os trabalhadores nas conferências dominicais promovidas pela entidade. Apesar de, também, ser um admirador de Floriano Peixoto, não há registros da participação de Evaristo de Moraes na comissão que representaria o COR nos festejos de aniversário do *Marechal de Ferro*. Ver: PENNA, Lincoln de Abreu. *Imprensa e Política no Brasil: a militância jornalística do proletariado*. Rio de Janeiro: Editora E-Papers, 2007. p. 48. Ver também: *Gazeta de Notícias*, em: 26 de abril de 1892 e 12 de maio de 1892.

⁵⁷⁶ MORAES, Evaristo. *Reminiscências de um rábula...* p.221.

3.3 Em 1892, o primeiro aceno do governo republicano excludente ao movimento operário. Seria Mariano Garcia um florianista?

Em 15 de Novembro de 1912, no contexto da comemoração da Proclamação da República, juntamente com a chegada dos finais dos trabalhos do 4º Congresso Operário e a aproximação com o governo de Hermes da Fonseca. Mariano Garcia faz uma análise do que foi, até então, a República para os trabalhadores. Em seu entendimento, o militante afirma:

A República trouxe, e não podia ser de outra forma; muitas esperanças ao proletariado; algumas das leis saídas da constituinte foram libérrimas, porém, o receio dos republicanos de perderem o governo a falta de seriedade dos antigos monarquistas, os foi pondo em contato um com os outros, e em pouco tempo, republicanos e monarquistas se confundiam no governo, em todas as posições, e o povo, a grande massa, que para tudo e para todos produz e nada goza, era posta a margem. Daí o nosso desgosto, nosso desprezo por tudo e por todos que subiam ou desciam o poder, sem ter deixado atrás de si senão traços de uma triste administração, de uma completa indiferença pelos interesses do povo. [...] Todos os governos da República se afastaram do povo, exceção do governo do marechal Floriano Peixoto, que foi o governo mais combatido, nesta terra, que não pode fazer uma administração republicana em virtude das lutas que sustentou, mas assim mesmo, demonstrou que não lhe era indiferente o bem estar do proletariado...⁵⁷⁷.

O apoio a Floriano por parte do operariado⁵⁷⁸ deu-se muito por conta da participação, segundo Penna, de segmentos sociais até então alijados dos processos decisórios⁵⁷⁹, e das condutas do Presidente destinadas a esses setores, tidas como populares, muitas delas tomadas para conter a carestia que penalizava, principalmente, a população mais necessitada, medidas tais como: redução do preço dos aluguéis, fornecimento de alimentação às pessoas carentes e

⁵⁷⁷ *A Época*, em 15 de novembro de 1912. Em 1920, no contexto da crise econômica que assolava o país, Mariano Garcia escreve em sua coluna operária, de nome “Gazeta Operária”, para o jornal *Gazeta Suburbana*, sugestões para que Arthur Bernardes se inspirasse nas ações de Floriano Peixoto, dentre elas, o tabelamento dos gêneros alimentícios para controlar a carestia de vida para a população, em nome da manutenção da ordem pública.

⁵⁷⁸ Sobre o apoio da classe trabalhadora a Floriano Peixoto, em 16 de dezembro de 1893, o jornal *O Paiz* noticiava: “Ontem à noite **crecido número de operário**, reunidos em assembleia pública no edifício do Novo Centro Operário resolveu votar uma moção de protesto contra o intuito restaurador da revolta e **garantir pleno apoio moral e material ao Marechal Presidente da República**; para esse fim devem **solicitar do Marechal Ministro da Guerra a necessária permissão para organizar um batalhão de patriotas operários que já conta um bom número de soldados**. Durante a assembleia, que foi presidida pelo Sr, Pedro Libório, oraram os srs. Francisco de Sales, Antão Morianne e Mariano Garcia [...] que foram acordes na defesa dos princípios republicanos”. É relevante notar a presença de Mariano Garcia se propondo a ser um “soldado patriota”, em apoio a Floriano Peixoto. Outro importante militante que irá se declarar um admirador de Floriano é Evaristo de Moraes, quando também, em 1918, lembra: “Havia eu começado a advogar no ano anterior, em plena revolta, trabalhando no escritório dos Drs. Silva Nunes, pai e filho, e Ferreira de Faro, três monarquistas intransigentes, tão admiradores do almirante Saldanha quanto eu o era do Marechal Floriano”. Ver: PENNA, Lincoln de Abreu. Op. Cit., p.47.

⁵⁷⁹ PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem. O florianismo e a construção da República*. 2.ed. Rio de Janeiro. Editora E-papers, 2008. p.17.

passagens gratuitas nos trens suburbanos, adoção de uma postura de rigorosa na repressão contra os “abusos” no comércio varejista, além de colocar galpões públicos à disposição do povo, cedendo um quartel recém-construído aos desabrigados⁵⁸⁰. Mas há outro fator de bastante relevância que irá contribuir para o apoio das camadas populares e em particular do operariado a Floriano Peixoto: a prisão de “homens de bem.”⁵⁸¹.

Em resposta aos seus oponentes, Floriano Peixoto não poupou da prisão: políticos, empresários, militares de alta patente, jornalistas e literatos, muitos deles personagens conhecidas da sociedade, que participaram de manifestações públicas que defendiam a sua deposição. A resposta de Floriano aos seus opositores fez mexer com o imaginário popular, pois a prisão legal era coisa somente para pobres, negros, capoeiras, prostitutas e vagabundos, e ver personalidades, como o deputado J.J Seabra; o tenente-coronel Mena Barreto; os jornalistas Pardal Mallet e José do Patrocínio; além do poeta Olavo Bilac, os três últimos, que criticavam, através do jornal *O Combate*, as atitudes do Presidente. Portanto, todos esses, representantes das elites que fizessem o que fizessem, para eles, a prisão significava um arrepio da lei⁵⁸².

Vê-los detidos e alguns desterrados, enviados para as fortalezas de Lage, Villegaignon e Santa Cruz ou, para as longínquas regiões da Amazônia, alimentava a “sanha punitiva” da população menos favorecida, onde, diferente das elites, a Casa de Detenção podia fazer - a qualquer hora, e até sem motivo - parte da sua realidade cotidiana. Isso contribuiu para construir o imaginário coletivo de Floriano Peixoto como o *Marechal de Ferro*, do herói nacional que enfrentava os problemas de forma obstinada, subjugando a todos os que ousaram atravessar-lhe o caminho, legitimando com isso o seu poder.

Esse imaginário popular reverberou em vários momentos políticos na Primeira República por conta do florianismo e/ou jacobinismo florianista⁵⁸³, inclusive podemos

⁵⁸⁰ GOMES, Luiza das Neves. *O herói e o inimigo no imaginário do jacobinismo brasileiro—1894/1897*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2012. 162 f.

⁵⁸¹ FLORES, Elio Chaves. *A consolidação da República...* p.62.

⁵⁸² FLORES, Elio Chaves. *A consolidação da República...* p.63.

⁵⁸³ No prefácio do livro de Lincoln de Abreu Penna, José Murilo de Carvalho defende que o termo florianismo se equivale, muitas das vezes, ao termo do jacobinismo. Segundo o autor, o jacobinismo foi um importante ingrediente da política da capital e, portanto, da política nacional. Para Carvalho, o jacobinismo significou, sem dúvida, o único momento em que a política da Primeira República não esteve totalmente controlada por elites nacionais ou estaduais, em que o novo regime adquiriu, mesmo que de maneira um tanto desajeitada, alguma tinta de participação popular. O fenômeno do jacobinismo teve seu auge entre os anos de 1893 e 1897 no Rio de Janeiro, período coincidente, em boa parte, com o governo de Floriano Peixoto, razão pela qual é muitas vezes

encontrá-lo em 1910, na candidatura de Hermes da Fonseca, e em 1922, na candidatura de Arthur Bernardes, dois momentos distintos da nossa história em que os governos acenam novamente para a classe trabalhadora, obtendo apoio de parte do operariado, em particular, dos reformistas, a exemplo de Mariano Garcia que apoiou, não coincidentemente, Floriano Peixoto, Hermes da Fonseca e Arthur Bernardes.

Com relação, especificamente, a adesão de parte do operariado a Floriano muito se deu pela sinalização do presidente sobre a necessidade da criação de uma “legislação trabalhista”, fato esse que nunca se concretizou, ficando somente nas intenções⁵⁸⁴. De concreto mesmo, como já mencionado anteriormente, o apoio de parte da classe trabalhadora muito aconteceu por conta das medidas implementadas pelo Presidente para atenuar a crise econômico-financeira que acelerava a alta do custo de vida, agravando muito a condição de subsistência dos estratos sociais médios e baixos da população⁵⁸⁵, mas, como de costume, com um maior peso para a população mais pobre, influenciando diretamente no poder real de compra do trabalhador, fato esse constantemente denunciado pelas lideranças operárias não só nos jornais operários da época, mas também nas colunas operárias da imprensa comercial.

Era constante nas colunas dos jornais a presença de militantes operários reclamando a atenção aos poderes para a carestia dos alimentos e das moradias operárias que condicionavam os trabalhadores a uma situação de miséria quase que insustentável⁵⁸⁶, circunstância essa que piorara consideravelmente nos primeiros anos da República, após a mal fadada Política do Encilhamento, implementada por Rui Barbosa, Ministro da fazenda do governo provisório de Deodoro⁵⁸⁷.

chamado de florianismo. Ver: PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem...* . Op. cit., p.09.

⁵⁸⁴ FLORES, Elio Chaves. *A consolidação da República...* . p.64.

⁵⁸⁵ FLORES, Elio Chaves. *A consolidação da República...* .p.63-64

⁵⁸⁶ Em março de 1890, o operário Saddock de Sá denunciava no jornal *O Paiz*, o estado de penúria em que vivia os trabalhadores por conta dos baixos salários que não conseguiam suprir as necessidades mais básicas. Através de números o militante demonstrava que um “jornal” do trabalhador de 1ª ordem não ganhava o suficiente para prover as despesas mais básicas como alimentação, transporte e aluguel de uma família com 4 pessoas, faltando sempre dinheiro para fechar o mês, o que acabava criando um déficit para o mês seguinte nos armazéns, fazendo do operário refém do caderno do fornecedor de gêneros, que por receio de não receber, acaba aumentando o preço das mercadorias em mais de 50%, e com isso, causando uma maior carestia dos alimentos. Comprar roupas, sapatos e artigos de higiene pessoal e para o lar tornava-se um luxo quase inatingível. Saddock de Sá assinava os artigos na coluna intitulada “À Classe Operária” com o pseudônimo de François Seul. Ver: *O Paiz*, em 04, 08 e 12 de março de 1890.

⁵⁸⁷ Decidido de forma monocrática por Rui Barbosa, sem a participação de seus colegas de ministério, o Encilhamento foi o primeiro plano econômico do país. De acordo com Margarida de Souza Neves, ele consistiu numa grande reforma financeira e bancária, cujo objetivo era atender às demandas de crédito dos empresários, tendo como principal ação, uma política emissionista. Para isso, três bancos foram criados na época e passaram a

Não é o objetivo, aqui nesse trabalho, um aprofundamento maior sobre as duas crises políticas, respectivamente, a que levou à renúncia de Deodoro resultando na chegada de seu vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto, o *Marechal de Ferro*, ao poder; e a outra ocorrida quase 20 anos depois, fruto de disputas internas entre as oligarquias políticas que resultaram na chegada de outro militar ao poder, considerado um *outsider*, Marechal Hermes da Fonseca⁵⁸⁸, disputa vencida contra uma figura já bastante conhecida no cenário político nacional da época, o Conselheiro Rui Barbosa, o *Águia de Haia*⁵⁸⁹, dois temas já bastante contemplados pela nossa historiografia, mas que aqui se faz necessário a apresentação de algumas questões relacionadas a algumas permanências.

emitir títulos do Tesouro e dinheiro, o que causou, no primeiro momento, a multiplicação de investimentos, mas logo em seguida, como consequência imediata, uma especulação desenfreada com a abertura de várias “empresas fictícias” que rapidamente eram fechadas, o que proporcionou uma enorme crise inflacionária já em 1892, ainda no Governo Provisório. Arias Neto ressalta que, para além dos efeitos negativos mais evidentes da política emissorista do Encilhamento, há um consenso entre pesquisadores do período - historiadores e economistas – pelo qual descontados os abusos da especulação, o Encilhamento também criou condições para o investimento em indústrias, com a importação de máquinas e equipamentos, contribuindo com isso para um momento essencial no desenvolvimento industrial do país. Cf. NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o Século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO. Lucília de Almeida Neves (Org.). O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 35, e ARIAS NETO, José Miguel. “Primeira República: economia cafeeira e industrialização”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO. Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p.211 e 212. Para um aprofundamento sobre o Encilhamento. Cf. LEVY, Maria Bárbara. A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. p.121-166.

⁵⁸⁸ E, foi justamente o fato de Hermes da Fonseca não atuar como um político de tradição, enquanto um representante de uma unidade federal, que contribuiu para a fragilização do exercício de seu poder. Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Op. cit., p. 199. O entendimento da autora é complementado por Basbaum quando o mesmo salienta que por conta do caráter da sua candidatura, Hermes não passou de um instrumento passivo na mão de espertos políticos e caudilhos das classes dominantes. Ver BASBAUM. Op. cit., p.95.

⁵⁸⁹ Como era de costume entre os integrantes da elite brasileira, Rui Barbosa formou-se na faculdade de Direito de São Paulo em 1870, assim como também era comum como uma das práticas de socialização da elite política após frequentarem a academia, os bacharéis usarem a imprensa para expor seus saberes através de artigos e de poemas, além de propor discussões sobre temas polêmicos como forma de exibir suas ideias, por isso, ao longo da sua trajetória, encontraremos a presença de Rui Barbosa em vários jornais, ora como colunista, ora como proprietário. Na carreira política, em 1882, no Império, elege-se como deputado pela Bahia, republicano de última hora, e no primeiro governo da recém-República passa a ocupar o cargo de Ministro da fazenda do Presidente Deodoro da Fonseca, tio de Hermes da Fonseca. Saindo do Ministério em 1891, é eleito Senador da República, cargo que ocupou até a sua morte, em 1923. Sua atuação na Conferência Internacional de Haia, em 1907, rendeu-lhe o título de *Águia de Haia*, entretanto, esse título foi forjado, comprado pelo próprio com recursos fornecidos pelo Barão do Rio Branco. Ver: BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. - Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 135.

3.3.1 A continuidade na exclusão e a persistência pela inclusão. O movimento operário vai se impondo no cenário político da Primeira República

Procuraremos demonstrar que, apesar das crises acontecerem em tempos distintos - uma em 1892 e a outra em 1910 - e em diferentes contextos históricos: em 1892, quando, nas palavras de Basbaum, “República e Democracia continuavam sendo apenas duas palavras, mesmo quando escritas com letras maiúsculas,”⁵⁹⁰, existia uma disputa entre as elites oligárquicas sobre as diferentes propostas de República - como já abordado no segundo capítulo deste trabalho.

E, em 1910, já com a República oligárquica liberal consolidada⁵⁹¹, é quando ocorre novamente um dissenso entre as elites e uma nova configuração de poder possibilita a chegada do Hermes da Fonseca ao assento principal no Palácio do Catete. Dessarte, apesar da presença de novos atores políticos, com relação à conjuntura política, os fatores de continuidade sobrepujaram os elementos de mudança, e a República continua em grande medida, “um novo rótulo para uma velha garrafa, com a reposição das elites, pelo alto”⁵⁹², constituindo-se com um *modus operandi* próprio entre continuidade e acomodação com o passado monarquista, patrimonialista e escravocrata⁵⁹³, persistindo a restringir a participação popular.

Os fatores de continuidade na República, que planejamos destacar aqui, além da assídua repressão imposta aos trabalhadores, é a permanência de alguns atores políticos que estiveram presentes em 1892, e que prosseguem atuando em 1910, dentre eles: Mariano Garcia, Evaristo de Moraes, Rui Barbosa e o próprio Hermes da Fonseca, todos agindo por diferentes

⁵⁹⁰ BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: de 1889 a 1930*. 3ªed., São Paulo: Fulgor/Alfa-Ômega, 1968, v..2. p.12.

⁵⁹¹ Segundo Maria Efigênia de Resende, a denominação República Oligárquica, frequentemente atribuída aos primeiros 40 anos da República, denuncia um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política, coronelismo, oligarquia e política dos governadores fazem parte do vocabulário necessário para se entender o período republicano em análise. Cf. RESENDE, Maria Efigênia de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO. Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 91.

⁵⁹² VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias...* p.15. Apesar das mudanças acontecerem pelo alto, é pertinente ressaltar que elas ocorriam mais por disputas de poder do que por concordâncias por um projeto político de Nação, evidenciando que as elites oligárquicas, assim como o movimento operário, nem sempre eram convergentes em suas aspirações.

⁵⁹³ BRITO. Rose Dayanne Santos de. Entre a Lei e a Anarquia: a trajetória de um representante das classes proletárias no Brasil do século XIX. *Revista Direito e Práxis, Teoria e Filosofia do Direito do PPGDir/UERJ*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.832-852. P.835. 2018 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/27965>. Acessado em:18/10/2023.

motivações, mas pautados, de alguma forma, na busca por protagonismo naquela que seria a mais importante campanha eleitoral da Primeira República, conhecida como A Campanha Civilista⁵⁹⁴.

Contudo, num contexto bem diferente de 1892, quando a República, como novo sistema político, posicionava-se ainda claudicante, a industrialização na Capital Federal começava a crescer e o movimento operário a se organizar, mesmo que, embora - assim como as indústrias - de forma embrionária, mas, com muita persistência de suas lideranças, como verificamos nas atuações de Mariano Garcia e Evaristo de Moraes.

Agora, em 1910, já superados os momentos de instabilidade, a conjuntura política era outra. Para os trabalhadores, a década que se iniciava representava um momento de avanço operário, por que, “no decorrer desses anos afirmam-se reivindicações e novas formas de manifestações⁵⁹⁵.

A circunstância política que se apresentava em 1910 começou a ser desenhada nos primeiros anos do século XX, muito por conta de um *boom* no desenvolvimento industrial no país, em especial na Capital Federal, que permitiu o Rio de Janeiro a ser responsável por 30% da produção industrial nacional, elevando com isso, o número de estabelecimentos e de operários no Distrito Federal, como aponta o censo industrial de 1907⁵⁹⁶ e, muito por conta desse fenômeno, a cidade do Rio passou a ser ao longo das duas décadas, a capital de maior concentração operária do país, superada pela capital de São Paulo, somente após os anos 1920⁵⁹⁷.

E, com relação ao movimento operário, após percorrer um árduo caminho de muitas frustrações com a República, por ela, “não atender aos anseios das classes subalternas”⁵⁹⁸ e com relação aos governos republicanos, por estes estarem sempre prontos a defender os interesses dos patrões e a reprimir qualquer manifestação quando essa ameaçasse a ordem estabelecida⁵⁹⁹,

⁵⁹⁴ BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. - Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

⁵⁹⁵ CARONE, Classes sociais... .Op. cit., p.71.

⁵⁹⁶ LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro...* Op. cit., p. 199.

⁵⁹⁷ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano...* Op. Cit., p.14.

⁵⁹⁸ BATALHA, Cláudio H. de Moraes. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do Marxismo no Brasil. Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, vol. 2. p.11-44. 1995, p.28.

⁵⁹⁹ SCHMIDT, Benito Bisso. “Os partidos socialistas na nascente República.” In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Org). *A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As

por parte das lideranças operárias, a exemplo de Mariano Garcia e Evaristo de Moraes, há uma tomada de consciência no que tange à estratégia de luta onde a ação sindical passa a ser valorizada, ficando a via partidária para segundo plano. Podemos perceber isso mais precisamente a partir de 1902⁶⁰⁰, quando os dois militantes se veem envolvidos na organização e condução de várias associações de classe, e menos na via parlamentar, na busca por fundar partidos operários⁶⁰¹.

Destarte, a partir disso, há um incremento de movimentos grevistas dos trabalhadores organizados em sindicatos e associações sindicais, e cada vez mais, com uma maior capacidade de mobilização, sobretudo, depois de 1906⁶⁰², assim como também há um acirramento na repressão policial como resposta do Estado patronal. Um exemplo dessa provocação foi o Decreto-lei 1.641, de 1907, conhecido como Lei Adolfo Gordo, que versava, dentre outras medidas, na expulsão de estrangeiros considerados como agitadores que viessem ameaçar à ordem social⁶⁰³.

Entretanto, é pertinente ressaltar que o caráter sistemático da violência institucionalizada usada para conter os trabalhadores - a exemplo da lei Adolfo Gordo - não ficou somente resumido aos “agitadores estrangeiros”, porquanto, aos trabalhadores nacionais

esquerdas no Brasil; v.1). p. 165/166.

⁶⁰⁰ Em 28 de maio a 1º de junho de 1902 é realizado em São Paulo o II Congresso Socialista Brasileiro, apesar do movimento operário do Distrito Federal não ter enviado nenhum representante, a proposta de ação que enfatiza a ação sindical é aceita e seguida pelos militantes reformistas na capital da República. Ver: PINHEIRO, Paulo Sérgio. “O proletário industrial na Primeira República”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Sociedades e instituições (1889-1930). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. pp.147-193. p. 181. T. 3, v. 9.

⁶⁰¹ TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores...* Op. Cit. p. 84. O Partido Socialista Brasileiro é fundado em São Paulo, em 1902, no contexto do II Congresso Socialista Brasileiro. Já no Rio de Janeiro, em setembro do mesmo ano, Mariano Garcia lança o *jornal Gazeta Operária* como órgão oficial do Partido fundado em São Paulo, e em seu primeiro número divulga o programa do Partido. Depois desse evento a criação de um outro partido só ocorreria em 1909, no Rio de Janeiro. O Partido Operário Socialista tinha o jornal operário *Tribuna do Povo*, redigido por Mariano Garcia, como seu veículo oficial. Ver: GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo...* Op. cit., p.79.

⁶⁰² Em seu artigo, Marcela Goldmacher faz uma análise comparativa entre duas importantes greves que ocorreram na cidade do Rio, a dos ferroviários, ocorrida no período imediato à Proclamação, e a dos sapateiros, em 1906. Segundo a autora, comparando as duas greves, fica evidente a mudança de posicionamento do movimento operário com relação às formas de luta, e assinala que a estratégia escolhida de priorizar a ação sindical, mesmo naqueles sindicatos de orientação socialista, ajuda-nos a entender o protagonismo da proposta do sindicalismo revolucionário no Congresso Operário de 1906. GOLDMACHER, Marcela. “Movimento operário: aspirações e lutas. Rio de Janeiro (1890-1906)”. In: *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca/* Marcelo Badaró Mattos (coordenador); Branno Hoeherman Costa...[et al.]. – Rio de Janeiro: Bom Texto: Faperj, 2004. pp- 105-136, p.130.

⁶⁰³ PINHEIRO, Paulo Sérgio. “O proletário industrial na Primeira República”. Op. cit., p.169. O 1º artigo da lei decretava que: ‘O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública pode ser expulso de parte de todo território nacional’. p.169.

também não lhes eram destinados melhor sorte. Com o incremento das agitações, como ação pedagógica imposta pelo Estado para conter os manifestantes grevistas nacionais, muitos foram desterrados, enviados em navios-prisões para trabalhos forçados nos confins da Amazônia, como lembrou Mariano Garcia em 1912, no contexto de uma nova greve dos operários do Porto de Santos, em São Paulo, aos moldes da ocorrida em 1907, e que teve como resposta do Estado o recrudescimento da Lei Adolfo Gordo, sancionada pelo Presidente Hermes da Fonseca, para decepção de Mariano Garcia⁶⁰⁴.

Na sua coluna, o militante descreve as medidas tomadas pelos muitos governos para coibir as diferentes manifestações populares contra os trabalhadores nacionais:

E nós, pobres párias, o que nos acontece? Presos, espaldeirados, recolhidos à solitária da Detenção ou da Ilha das Cobras, nos porões dos navios como o *Satélite*, e vamos povoar os campos do Acre, onde chegam os nossos companheiros quase mortos e só podem servir para estrumar aqueles seringais que fazem a fortuna de tantos maus brasileiros⁶⁰⁵.

Na passagem memorialística de Mariano Garcia acima, é lembrada a resposta dada pelo Estado a duas significativas rebeliões que ocorreram na capital da República: a Revolta da Vacina, em 1904, e a Revolta da Chibata, em 1910. O exemplo revivido pelo militante seria usado para fundamentar a necessidade da organização dos trabalhadores em entidades para que pudessem ter força, e tivessem sucesso quando o assunto era a “parede”, por isso sempre que podia, alertava: “Preciso é que os operários meditem muito, antes de iniciar um movimento grevista...”⁶⁰⁶.

⁶⁰⁴ As modificações, em 1913, na lei de expulsão aprovada em 1907, consistia na revogação dos artigos 3º, 4º e 8º. O Art. 3º afirmava: Não pode ser expulso o estrangeiro que residir no território da República por dois anos contínuos, ou por menos tempo quando: a) casado com brasileira; b) viúvo com filho brasileiro. O Art. 4º - O Poder Executivo pode impedir a entrada no território da República a todo estrangeiro cujos antecedentes autorizem incluí-lo entre aqueles a que se referem os art. 1º e 2º. Parágrafo único. A entrada não pode ser vedada aos estrangeiros nas condições do art. 3º, se tiver sido retirado da República temporariamente. O Art. 8º- determinava: Dentro do prazo, que for concedido, pode o estrangeiro recorrer para o próprio poder que ordenou a expulsão, se ela se fundou na disposição do art. 1º, ou para o Poder Judiciário Federal, quando proceder do disposto no art. 2º. Somente neste último caso terá efeito suspensivo. Apesar da lei ser considerada inconstitucional, as modificações foram sancionadas, mesmo com os apelos de várias associações de operários, inclusive, com o envio de um manifesto pelos organizadores do 4º Congresso Operário ao Presidente Hermes da Fonseca pedindo a revogação da lei. Contudo, em 08 de janeiro, a lei foi sancionada e, em 11 de janeiro de 1913, Mariano Garcia escreve na sua coluna para a *Época* um artigo intitulado: *A vitória do escravismo*, expondo toda a sua contrariedade pela aprovação da lei, e critica o conluio entre os deputados civelistas e os hermistas no Congresso para sua aprovação. Mas, apesar da frustração pela aprovação do Presidente Hermes de Fonseca, no artigo do dia 13 de janeiro de 1913, Mariano Garcia tenta contemporizar a ação do governante alegando que ele foi “traído” pelos políticos que se intitulavam amigos da situação dominante, mas que nada fizeram para que a lei não fosse aprovada, restando ao Presidente somente a aprovação da lei.

⁶⁰⁵ *A Época*, 29 de março de 1913.

⁶⁰⁶ *A Época*, 22 de agosto de 1912.

No entendimento de Mariano Garcia a greve era necessária, sendo uma importante ferramenta de luta, mas para que ela ocorresse com sucesso, sem que os trabalhadores, fustigados pela falta de dinheiro para suas necessidades elementares, furassem o movimento precisava ser melhor pensada estrategicamente. Para Mariano Garcia, os trabalhadores deveriam antes se constituir em associações para “fazer caixa”, e assim ter garantido, nos dias de paralisação, recursos monetários assegurados pelo fundo da associação ou sindicato para suprir suas necessidades básicas de sustento, garantindo com isso, uma greve pacífica, com os trabalhadores não indo trabalhar, sem necessidade de confronto com a polícia.

O que sempre acontecia nas “paredes” organizadas pelos anarquistas, mormente ao caso da greve do Porto de Santos, em que a polícia interveio, sendo os grevistas punidos sumariamente e, no caso dos estrangeiros, mesmo tendo mulheres e filhos brasileiros, deportados sem direito ao *Habeas Corpus*⁶⁰⁷, pelo governo de Hermes da Fonseca, arbitrariedade essa que sobressaltou toda a classe operária no Brasil, levando Mariano Garcia a constatar que: “Nas transformações dos regimes políticos burgueses, nós já sabemos, que depois do que temos só nos pode vir outro pior”⁶⁰⁸.

⁶⁰⁷ Na primeira Constituição Republicana de 1891, o artigo 72, assegurava “a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade”, abolindo pelo parágrafo 20, a pena de “banimento judicial” do país, tanto a nacionais como aos estrangeiros residentes. Esse mesmo artigo, no § 22, instituía o recurso do *Habeas Corpus*, segundo a lei: “dar-se-á *habeas-corporis* sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência ou coação, por ilegalidade ou abuso de poder. Também garantia os direitos individuais da liberdade de reunião, de domicílio, amplitude da liberdade de imprensa, inviolabilidade do sigilo de correspondência, dentre outros direitos individuais. A doutrina do *Habeas Corpus* foi bastante utilizada como ferramenta pelos advogados como: Evaristo de Moraes e Caio de Barros na defesa dos trabalhadores grevistas. BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Sala das sessões do Congresso Nacional Constituinte na cidade do Rio de Janeiro em 24 de fevereiro de 1891, terceiro da República. p. 20-21. Cabe sinalizar que na reforma constitucional no ano de 1926 o artigo 72 foi anulado.

⁶⁰⁸ *A Época*, 29 de março de 1913. Para se ter uma noção da dimensão que tomou a expulsão dos trabalhadores estrangeiros do Porto de Santos, a Confederação Operária Brasileira -COB- organizou uma comissão que passou a fazer no exterior, uma campanha anti-imigração, para isso, enviou o militante Antônio Vieytes, com a missão de convencer o trabalhador europeu a não imigrar para o Brasil enquanto vigorasse o novo decreto. A divulgação no estrangeiro sobre os perigos que os imigrantes corriam no Brasil representava uma ação estratégica que poderia minimizar as determinações do governo brasileiro contra a organização do movimento operário no país por conta da diminuição na demanda de mão de obra. Os dirigentes do movimento operário europeu iniciaram uma campanha em apoio aos companheiros da América do Sul, prometeram aos representantes do governo brasileiro no estrangeiro o boicote ao café brasileiro, impedindo a sua descarga no importante porto de Havre, França, por onde se descarregava uma grande quantidade de café exportado para a Europa. Dentre as associações da Europa que aderiram ao apelo da COB, estavam a “União Geral dos Trabalhadores de França e as Confederações do Trabalho de França, Espanha e Portugal” que, após as conferências de Vieytes, enviaram um “*ultimatum*” ao ministro brasileiro em Madrid, Fontoura Xavier, exigindo a revogação da lei de expulsão, caso contrário ameaçavam com a tática do boicote e a intensificação da propaganda contra a emigração nas cidades de onde partiam grande parte dos imigrantes com destino ao Brasil. Ver: MARQUES, João Carlos. Um indesejável além-mar: Pinto Quartim e o movimento libertário nos dois lados do Atlântico (1887-1930). Tese de Doutorado em História Moderna e Contemporânea. Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/22783/1/phd_joao_carlos_marques.pdf. Acessado em:

Tal posicionamento do militante revela, apesar de aparentar-se contraditório no seu apoio ao governo de Hermes da Fonseca, que tinha consciência com relação aos limites impostos ao trabalhador quando o assunto era o acesso aos bens – as riquezas -produzidos pelos próprios trabalhadores, dentro de um sistema político que inviabilizava avanços significativos no processo de construção de cidadania para aqueles que, nas palavras do socialista: “tudo produz e nada usufrui”⁶⁰⁹.

Por isso, no seu entendimento, dentro de um quadro de profunda exclusão política da classe operária, qualquer aceno das classes dominantes é uma brecha que deve ser trabalhada em prol da classe trabalhadora, portanto, o seu apoio a Hermes da Fonseca, embora com aparentes contradições, quando apresenta sua crítica ao governo nas colunas operárias, revela a busca por brechas no sistema.

É relevante assinalar que, embora na Campanha Civilista o Marechal Hermes da Fonseca fosse considerado um *outsider* na política⁶¹⁰, ele não era figura desconhecida no cenário político nacional, estando envolvido em vários episódios da política nacional, em especial, nas duas revoltas citadas anteriormente.

Na da Vacina, quando comandante da Escola Preparatória do Realengo, atuou desarticulando um golpe contra o governo do então Presidente Rodrigo Alves⁶¹¹ e, muito por conta desse feito, foi nomeado como Ministro da Guerra no Governo seguinte, o de Afonso Pena. A outra foi a da Chibata, quando então recentemente presidente eleito, precisamente uma semana após a sua posse, eclodiu a revolta militar de marinheiros, essa bastante expressiva, e que rendeu vários desdobramentos políticos ao longo do seu mandato⁶¹².

Os dois eventos foram reprimidos, como de costume, com significativa violência, o que vale aqui pontuar – como outra continuidade do Império presente na República - o uso da

25/09/2023. Ver também a notícia publicada por Mariano Garcia n’*A Época*, em 29 de março de 1913.

⁶⁰⁹ *A Época*, 15 de novembro de 1912.

⁶¹⁰ Hermes da Fonseca era oriundo de uma tradicional família de militares, sobrinho de Marechal Deodoro da Fonseca, sendo seu ajudante-de-ordem quando seu tio era Presidente da República e, apesar de não ser um político de carreira, após a Proclamação, na figura de militar, sempre orbitou no meio político.

⁶¹¹ Sobre a Revolta da Vacina, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.1987; SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. Ed: Scipione, 1993.

⁶¹² VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias*. Op. cit., p.200-201. Apesar de não fazer parte da proposta da pesquisa do livro analisar o evento, Viscardi contextualiza a resposta de Hermes da Fonseca à Revolta e faz uma breve consideração sobre os desdobramentos políticos do episódio nos quatro anos de seu governo.

violência para coibir, antes os escravizados, agora, as classes subalternas, mesmo se passando 20 anos do novo regime⁶¹³. Uma passagem do livro de Sevcenko aborda muito bem essa continuidade nas atitudes das classes dominantes para com a classe trabalhadora:

A revelação notável é que, o que antes fora uma justiça particular, aplicada no interior das fazendas e casas senhoriais, tornou-se a prática institucional da própria autoridade pública no regime republicano. Aos pobres em geral, nessa sociedade, não se atribuiu a identidade jurídica de cidadãos, inerente à República. Na prática, era reservado a eles um tratamento similar ao dos antigos escravos, controlados pelo terror, ameaças, humilhações e espancamentos, com o Estado assumindo as funções de gerente e de feitor. Nesse momento de transição brusca e traumática da sociedade senhorial para a burguesa, muitos dos elementos da primeira foram preservados e assimilados pela segunda: sobretudo no que diz respeito à disciplina social. **A vasta experiência no controle das massas subalternas da sociedade imperial não podia ser desperdiçada pela nova elite.** [...] A República democratizou a senzala⁶¹⁴. **(Grifo do autor).**

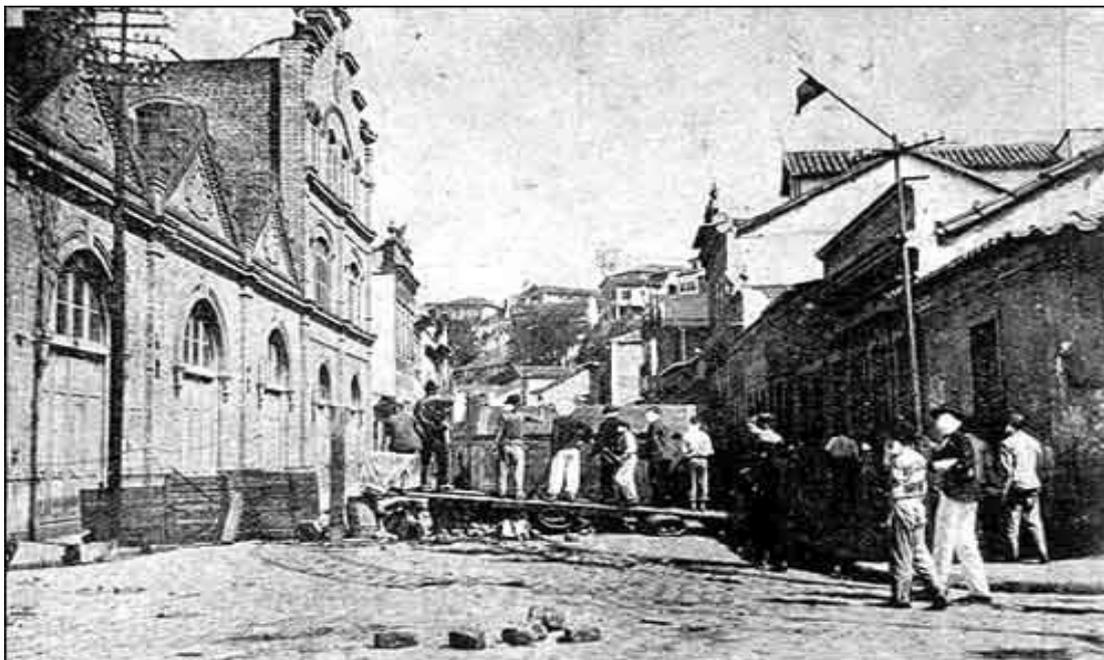
A vasta experiência citada, também pertence a Mariano Garcia como sujeito da história, mas na condição do oprimido, tanto nos tempos da Monarquia como na iniciante República, por isso, quando o militante socialista defende o uso da greve com economia, podemos entender como uma estratégia de luta no enfrentamento ao Estado patronal e repressor, já que possuía fresco em sua memória as ações tomadas pelo Estado aos considerados “desordeiros”, vide a resposta repressiva dada aos revoltosos na Revolta do Vintém, ainda no tempo do Império, e a

⁶¹³ Sobre esses dois momentos históricos, Império e República, permita-nos fazer um paralelo para podermos entender o uso contínuo da violência pelo Estado como um fenômeno sócio-histórico fundante e estrutural do Brasil, e que Mariano Garcia fora testemunha nesses dois períodos. Dentre as várias histórias da brutal violência, aos quais os negros escravizados eram tratados, na época do Império, como redator da coluna “Correspondências” do jornal *A Redenção*, em 16 de janeiro de 1887, aproximadamente um ano antes da Abolição, Mariano Garcia descreve a situação do escravo Samuel, castigado com açoites e queimaduras por 35 dias em plena praça pública. Entregue pela polícia ao seu senhor depois dos castigos, foi atestado por dois médicos, mesmo após os longos dias de sofrimentos, já estar apto ao trabalho. Já na República, em 1912, agora como redator da “Coluna Operária” d’*A Época*, Mariano Garcia descreve o sofrimento do operário italiano, José Broscoli, chicoteado em praça pública, em Mangaratiba, pelo delegado militar tenente Irineo, chefe de polícia da Capital. Os castigos físicos foram motivados por Broscoli liderar a greve dos 176 operários da empresa F. Brito, responsável pela construção da extensão da estrada de ferro que ligaria a cidade de Itacuruçá à Angra dos Reis. A greve era por não receber salários há 5, 6 meses, sendo os operários obrigados a comprar seus mantimentos no armazém de gêneros da própria empresa que vendia os produtos pelo seu dobro de valor. Segundo denúncias, muitos trabalhadores morriam de fome e eram enterrados como indigentes à beira da ferrovia pelo subdelegado de Mangaratiba, Roberto Rossi. Broscoli preso em Mangaratiba e enviado para a casa de Detenção, na Capital, onde ficou preso por quatro meses com a mesma roupa no corpo. Mariano Garcia providenciou um advogado para o operário ser solto. A greve de Mangaratiba foi reportada pelo jornal em várias acusações. Ver: *A Época*, em: 18,20,23,27 e 28 de outubro de 1912; 01, 20 e 21 de novembro de 1912. Outro fato denunciado foi o ocorrido com o estrangeiro Manoel Francisco Gomes, colono da fazenda Boa-Vista, de propriedade do senador Pinheiro Machado, que também foi chicoteado pela polícia em praça pública, o que fez Mariano Garcia afirmar em sua coluna que o Estado do Rio estaria voltando aos tempos bárbaros do escravismo desumano. Ver: *A Época*, em 21 de novembro de 1912.

⁶¹⁴ SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Scipione, 1993. p.62-63.

utilizada nas outras duas revoltas da República: a da Vacina e a da Chibata, todas com o uso de derradeira violência pelo poder institucional⁶¹⁵.

Figura 13 - Bairro da Saúde, um dos centros da resistência popular contra a vacina, populares enfurecidos ergueram barricadas. Em 1904, Mariano Garcia ainda era morador do Centro.



Fonte. 1904. Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. – A Secretaria, 2006. 120 p.: il. – (Cadernos da Comunicação. Série Memória).

Mas, ainda assim, mesmo com todo panorama desfavorável para a classe trabalhadora, como a rigidez do sistema republicano e a restrição da participação política das classes

⁶¹⁵ É interessante observar que Mariano Garcia, em diferentes artigos, cita o ano de 1880 como um marco para as agitações operárias, quando essas se apresentam de forma mais orgânica, entretanto, não cita o nome da Revolta do Vintém de forma clara, como sendo esse marco, apenas cita a data como um importante acontecimento para os trabalhadores. Porém, considerando-se a informação de Vera Lúcia Borges, quando afirma que o Motim do Vintém significou a transformação da cultura política do Império, enquanto o grande público, na condição de súdito, apresentava-se apenas como espectador ou comentarista da vida política, mas nunca como participante ativo. A partir do evento da Revolta é despertado o interesse pela política por um público diversificado, desde respeitáveis habitantes a trabalhadores pobres dos cortiços da cidade, então toda a população, mesmo sem ligações formais, participa de manifestações populares, não como uma massa amorfa, mas conscientemente decidida a definir seus próprios interesses. Outra autora que destaca a Revolta do Vintém como um marco na mudança da cultura política da cidade é Sandra Graham. Em sua opinião, pela primeira vez na história recente do Rio, um debate político alcançara as ruas e as praças, chamando a atenção de alguns políticos mais astutos para o fato do poder estar presente também fora do parlamento, na população insatisfeita. A cultura política forjada pela Revolta do Vintém estará presente nas duas outras importantes Revoltas: a da Vacina e a da Chibata, como evento político quanto à participação popular. Ver, BORGES, Vera Lúcia Bogéa, *A batalha eleitoral de 1910*. Imprensa e cultura política na Primeira República. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p.217, 218. Ver: GRAHAM, Sandra. 1980 apud CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de história*. São Paulo. v.8 nº 16, p 83-105, mar.88/ago.88. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows/Downloads/sidneychalhoub%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows/Downloads/sidneychalhoub%20(1).pdf). Acessado em: 23/09/2023.

subalternas descrito nas linhas anteriores, por outro lado, por conta das diferentes formas de resistência, como exemplo das barricadas suspensas, exibidas na imagem acima, não há como negar que as lutas operárias deram mais visibilidade à classe trabalhadora como um importante agente no cenário político nacional na Primeira República.

Eventos que chamaram a atenção de diferentes setores da sociedade, em particular, dos poderes públicos e dos patrões, pelo potencial crescente das suas ações mobilizatórias, principalmente, a partir de 1903, quando há um incremento nessas ações com a reivindicação da participação política da população, na ampliação do debate público, fato esse verificável nas relevantes agitações populares.

Com relação a maior visibilidade da classe trabalhadora no cenário político, Fausto salienta:

A este ascenso da classe operária corresponde uma alteração nas relações entre as classes e grupos sociais. A chamada questão social sai de um quase esquecimento e se torna objeto de debate tanto no nível da sociedade civil como do Estado. Na sua imagem impressa, o conflito de classes salta das raras aparições nas páginas internas dos jornais para as manchetes de primeira página, para as caricaturas de capas das revistas humorísticas. Por sua vez, ele ecoa no Parlamento, onde após a última década do século XIX, fora praticamente ignorado por mais de uma dezena de anos⁶¹⁶.

Em 1910, com o movimento operário mais organizado, bastante atuante, ciente de seu papel na criação de um novo espaço público na sociedade e buscando possíveis canais de comunicação com o Estado, embora com o seu caráter bastante repressor, uma parcela do movimento operário vislumbra na figura de Hermes da Fonseca, ainda que de forma tímida, o Estado a fazer concessões em relação à classe operária⁶¹⁷, procurando, na figura maior do poder Executivo, levar algumas iniciativas concretas a favor dos trabalhadores. Com relação à disputa eleitoral de 1910, segundo Penna:

A rigor, a palavra compromisso vinculando setores da classe dominante com o proletariado em geral era ainda inadmissível para os políticos engomados da *Belle Époque* carioca. Contudo, o movimento sindical percebe que essa primeira fratura no seio das classes dominantes importaria em espaços a serem ocupados mediante a tenacidade de suas lutas em prol de melhorias concretas de seu cotidiano de fábrica e de seu entorno familiar⁶¹⁸.

⁶¹⁶ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*... . p.159.

⁶¹⁷ PINHEIRO, Paulo Sérgio. “O proletário industrial na Primeira República”... pp.147-193.p. 147.

⁶¹⁸ PENNA, Lincoln de Abreu. *Imprensa e política no Brasil: a militância jornalística do proletariado*. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2007. p.59.

O movimento sindical ao qual Penna se referia seria o da Liga do Operariado do Distrito Federal (LODF), entidade em que Mariano Garcia e Pinto Machado eram representantes que apoiou o governo de Hermes da Fonseca.

3.4 Cooptar ou captar? Em 1910, Hermes da Fonseca e o movimento operário: um novo aceno do governo à classe trabalhadora

Sobre a aproximação de Hermes da Fonseca com a classe trabalhadora, Mariano Garcia escreveria em sua Coluna Operária para o jornal *A Época*:

[...] o governo atual, do marechal Hermes da Fonseca, combatido e guerreado por todos os políticos e mesmo pelo operariado inconsciente, logo que foi eleito demonstrou que por nós tinha alguma simpatia, que reconhecia que sem prestar atenção ao povo trabalhador estaria fora das normas republicanas, e, embora sem responsabilidade conosco, se ofereceu, mostrou vontade de captar as nossas simpatias e fazer alguma coisa em favor do muito de que precisamos. Por isso, nós os que aqui trabalhamos [...] apesar da desilusão completa da República, vemos com satisfação o renascimento de uma nova esperança para o operariado brasileiro, e se até o presente, a República se tem afastado do povo, parece que enfim, entra na sua fase de reparação⁶¹⁹.

E, apoiando o posicionamento de Mariano Garcia, outra importante liderança operária que representaria os trabalhadores organizados de Minas Gerais no 4º Congresso Operário, o italiano Donato Donati, manifesta-se com relação à aproximação de Hermes da Fonseca com o operariado, complementando, mas alertando:

Devemos sim aproveitar em favor da nossa causa as armas da política e as rivalidades dos políticos burgueses, mas nunca, em caso algum, devemos deixar-nos, arrastar por eles. Se algum político burguês quiser acompanhar-nos embora para fins de ambição pessoal, muito bem; mas nunca percamos de vista que “acompanhar” não é “guiar” e muito menos “chefiar”. É preciso não perder isto de vista agora que se está trabalhando para organizar o nosso partido: um passo em falso seria fatal. Abraça-vos o vosso amigo – Donato Donati⁶²⁰.

⁶¹⁹ *A Época*, 15 de novembro de 1912.

⁶²⁰ *A Época*, em 14 de janeiro de 1913. Donato Donati, jornalista nascido, em 1866, em Florença, na Toscana italiana, emigrou para o Brasil em 1890. Em São Paulo foi redator do jornal “*Avanti*” e em Belo Horizonte participou da comissão redatora de “*O Operário*”, contribuindo como correspondente de várias publicações europeias. Em 1910, participou ativamente da campanha civilista em favor do candidato Rui Barbosa, mas isso não o impediu que participasse como redator das resoluções do 4º Congresso Operário, representando os trabalhadores socialistas de Minas Gerais. Em 1918 elaborou uma minuta para a regulamentação de leis trabalhistas, apresentada à Câmara dos Deputados da República no Rio de Janeiro com as seguintes propostas: jornada de oito horas e seis dias semanais; construção de casas operárias; indenização por acidente de trabalho; limitação da jornada do trabalho feminino e dos menores de 14 anos; valorização dos contratos coletivos; pensões para a velhice; fixação do salário mínimo e obrigatoriedade da instrução primária. Os itens da minuta

A candidatura do Marechal Hermes toma um caráter "popular", quando, ainda na campanha, faz um gesto à classe trabalhadora ao se dirigir aos operários, propondo várias promessas, tais como: a diminuição das horas de trabalho, aumentos de salários, a necessidade de instrução da população, com ênfase no ensino primário e técnico para os filhos dos operários, assim como a formação de cooperativas de consumo e das feiras livres⁶²¹.

Mas, o que realmente parece ter chamado a atenção de Mariano Garcia para a candidatura de Hermes foi a questão da moradia para a classe trabalhadora⁶²², um problema antigo, uma herança recebida pela República e que Floriano Peixoto também já tinha assinalado como um problema a ser encarado, porém, diferente de Hermes da Fonseca, não dispôs como proposta política.

As promessas de Hermes da Fonseca não ficaram apenas no discurso, o candidato apresentou na sua plataforma de intenções a questão social, em particular o problema da moradia para o proletariado, como uma demanda a ser enfrentada pelo Estado. E, depois de eleito, na colocação da pedra fundamental de inauguração da Vila Proletária Sapopemba –

também estão presentes na resolução resultante do 4º Congresso Operário, em 1912. Como humanista, Donati foi defensor de ideais de solidariedade, cidadania, educação e justiça social. Faleceu em fevereiro de 1928. Ver: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/FDD/INVENTARIO_DA_COLECAO_DONAT/O_DONATI.pdf. Acessado em: 22/09/2023.

⁶²¹ Em 1912, o prefeito do Rio de Janeiro, Bento Ribeiro, indicado para o cargo por Hermes da Fonseca, autorizou as feiras livres em bairros populares, o que provocou uma verdadeira “guerra” entre o seu governo e os comerciantes da cidade. Ver. FERNANDES&OLIVEIRA, 2009. apud. SISQUIM, Sayonara Faria. Op. cit., p.110. Segundo Edgar Rodrigues, a proposta de criação das feiras livres partiu dos anarquistas, insatisfeitos com as sopas populares fornecidas pelo Estado. Entretanto, segundo a Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEOP- a primeira feira livre na cidade do Rio de Janeiro foi criada em 13 de outubro de 1904, em meio a uma mudança de ótica sobre o modelo colonial. Era um momento de reconstrução e criação, fomentada por transformações naturais e decisivas para a construção de uma nova ordem, contrariando a informação de RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e cultura social* (Apontamentos históricos trabalhistas, 1913-1922). Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1972. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudoccu?id=5444466>. Acessado em: 05/10/2023.

⁶²² Rômulo Costa Mattos afirma que a atuação de Hermes da Fonseca no campo da moradia popular era endereçada ao sindicalismo reformista, corrente sindicalista que apoiaria sua candidatura, defendendo a aproximação com o Estado, mas podemos identificar outros fatores que fizeram Hermes voltar-se para a questão da moradia popular, inicialmente, a visível agudização da crise habitacional na Capital da República proporcionada pelo “Bota-abaixo”, promovido por Pereira Passos. Em segundo lugar, o conteúdo do relatório promovido pelo Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores do Governo Afonso Pena - do qual Hermes da Fonseca foi Ministro da Guerra - indicando o potencial explosivo de possíveis convulsões sociais ligadas à questão da falta de moradia popular e a carestia dos aluguéis. Outro fator que também pode explicar a aproximação de Hermes da Fonseca à classe trabalhadora e, principalmente, na construção das vilas operárias, foi a sua passagem, em 1908 e 1910, pela Alemanha, França e Inglaterra dentre outros países, onde visitou vilas operárias, cooperativas de trabalho, de previdência social e organizações sindicais, trazendo consigo elaborados dossiês sobre essas questões. Ver: MATTOS, Rômulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas para a construção de habitações populares e o discurso sobre favelas na primeira República*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. ICHF- PPGH, Niterói, 2008.

depois batizada como vila operária Marechal Hermes - menciona a questão operária, e afirma que “auxiliar o proletariado é um dever do governo”⁶²³. Numa atitude de aproximação do Estado com os trabalhadores, Hermes da Fonseca passa a comemorar dia o 1º de Maio junto aos operários na vila operária de Marechal Hermes, fazendo disso uma marca do seu governo⁶²⁴.

A campanha eleitoral de 1910 entrou para história por suas inovações não só, como aponta Carone, pela ruptura de um processo sucessório em que a alternância de poder acontecia em acordos realizados em gabinetes fechados⁶²⁵, mas também como a primeira disputa eleitoral entre dois candidatos à Presidência da República decidida pelo voto direto, ocorrendo, também, a competição pelo apoio da classe trabalhadora.

A Campanha Civilista tornou-se motivo de acaloradas discussões entre a população em diversos espaços públicos por todo o Brasil, mas principalmente na Capital Federal - o centro nerval do poder que reverberava para outros centros urbanos do país - quando - e pela primeira vez na Primeira República, uma campanha eleitoral conquista as ruas.

Outra inovação apontada por Borges foi a cobertura jornalística, aos moldes do ruidoso estilo de campanha norte-americano⁶²⁶, dando à imprensa um papel muito relevante, sendo utilizada como ferramenta de disputa por ambos candidatos.

E, assim como ocorrera no governo de Floriano, quando o evento da revolta e a resistência popular dominavam as páginas dos jornais, o que, na época, levou Ferreira de Araújo, dono da *Gazeta de Notícias*, afirmar de forma cáustica que “até o pão de açúcar havia aderido à revolta”, pois, na percepção do jornalista, não havia outro assunto que interessasse aos leitores, pois, nas palavras do redator, “Só uma coisa interessa ao público, ao público masculino e ao público feminino, ao público que trabalha e ao público que se dá ao trabalho de consentir que se lhe queira bem: a revolta.[...] o bombardeio de ontem, o tiroteio de hoje, a batalha decisiva de amanhã”⁶²⁷.

A disputa política envolvendo os dois candidatos – Hermes e Rui - também teve grande destaque na imprensa, mobilizou a opinião pública de todo país, mas, em particular, na Capital

⁶²³ *Gazeta de Notícias*, 02 de maio de 1911.

⁶²⁴ Conforme figura IV, na *Gazeta de Notícias*, em 02 de maio de 1914.

⁶²⁵ CARONE, Edgar. *Classes sociais...* . Op. cit., p.57.

⁶²⁶ BARBOSA, 1967. apud BORGES, Vera Lúcia B. *A batalha eleitoral...* Op. cit., p.139.

⁶²⁷ *Gazeta de Notícias*, 22 de outubro de 1893.

Federal, quando os periódicos cariocas, nos dias depois de eventos reverberavam com grande ênfase a participação popular⁶²⁸.

Dessa forma, a Campanha Civilista, em 1910, tomou mentes e corações da população, sendo o assunto mais comentado nas praças, nos mercados e nos cafés literários, fazendo que todos, assim como ocorreu em 1892, voltassem-se para a política e para a disputa eleitoral como assunto principal.

Os dois candidatos em seus discursos, em um momento de franca emergência do movimento operário no cenário político, procuravam buscar o apoio dos trabalhadores, o que pode ser considerado também outra inovação política da Campanha Civilista, já que a partir de 1889, período conhecido como *laissez faire*, onde o aparelho de Estado aderiu ao primado liberal de não intervenção no controle do mercado de trabalho, as políticas públicas que beneficiariam os trabalhadores não faziam parte do *script*, não eram entendidas como um problema a ser resolvido pelo Estado Oligárquico, ao qual Hermes da Fonseca era representante, o que diz muito com relação à concretização das suas promessas⁶²⁹.

De fato, Hermes da Fonseca cumpriu parte das suas promessas à classe trabalhadora com relação às moradias operárias, pois a vila proletária Marechal Hermes, mesmo com habitações inacabadas, foi inaugurada em 1º de maio de 1913. Em função de questões políticas, como a resistência por parte de grupos de oposição ao governo, as obras ficaram abandonadas por quase vinte anos⁶³⁰. O projeto só foi retomado em 28 de fevereiro de 1931, quando o presidente Getúlio Vargas passou a responsabilidade de conclusão do projeto ao Instituto de

⁶²⁸ BORGES, Vera Lúcia. *A batalha eleitoral...* p.361.

⁶²⁹ Em artigo, Nelson da Nóbrega Fernandes e Alfredo César Tavares de Oliveira salientam que num plano mais geral, a bibliografia tem se caracterizado por certo vício ou consenso em torno a uma interpretação quase sempre simplificada e que não explora as especificidades, contradições e limites do que foi o governo de Hermes da Fonseca, um governo que, até certo ponto, por suas intervenções, foi um hiato no liberalismo que predominou na Primeira República. Os autores salientam que poucos estudiosos – a exemplo de Cláudio Batalha, Eulália Lobo e Lia Carvalho, e Ângela Gomes - detiveram-se mais atentamente ao governo de Hermes da Fonseca, e em particular, nas suas vilas proletárias. Ver: FERNANDES, Nelson da Nóbrega y Alfredo César Tavares de OLIVEIRA. Marechal Hermes e as (des) conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não-vista. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, v. XIV, nº 331 (87). p.s/n. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-87.htm>>. [ISSN: 1138-9788]. Acessado em: 23/10/2023.

⁶³⁰ FERNANDES, Nelson da Nóbrega y Alfredo César Tavares de OLIVEIRA. Marechal Hermes e as (des) conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não-vista. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Os autores afirmam que depois de quase 20 anos de obras paralisadas, o governo Vargas retoma as obras da Vila Operária que mesmo com 170 casas prontas e entregues por Hermes em 1914, apenas 42 foram efetivamente ocupadas e, por conta de disputas políticas, durante duas décadas deixou-se 128 casas vazias em uma cidade em explosivo crescimento do “déficit habitacional” e de favelização. Esta inação justifica as acusações de Mariano Garcia contra o desprezo e ódio com que os liberais viam as vilas de Hermes.

Previdência dos Funcionários Públicos da União (IPFPU)⁶³¹. Ao órgão cabia finalizar imóveis, construir casas populares e reformar os casarões abandonados.

A construção das Vilas Operárias por Hermes da Fonseca fez Mariano Garcia se pronunciar em 1912.

Apesar da nossa inabalável convicção de que a magna questão das casas proletárias não pode ter uma solução radical na presente organização social, [...] A Villa Proletária, ali em Deodoro, uma vez concluída, será um ato a que não se poderá negar justiça, que muito eleva as intenções do Sr. Presidente da República⁶³².

Mas, apesar de assinalar seu conhecimento de que as ações de Hermes da Fonseca na construção de casas não se configurava como uma solução para um problema crônico que seria a questão da moradia para os pobres em geral, e a classe trabalhadora, em particular, Mariano Garcia procura reconhecer o esforço de Hermes da Fonseca em se aproximar do operariado num problema tão sensível para o próprio militante, a questão da moradia.

Porém, tal atitude de reconhecimento a Hermes da Fonseca não tirou do horizonte de Mariano Garcia suas convicções ideológicas, presentes na forma contundente quando se posiciona em sua coluna operária: “Não estamos aqui para homenagear ninguém, o que não está nos nossos hábitos, isso sabem todos que nos conhecem, porque, tendo ideias e princípios políticos que estão em completo antagonismo com os que governam ou os que pretendem governar”⁶³³.

Os princípios políticos dos quais Mariano Garcia dizia possuir, fê-lo criticar dois anos depois, em 1914, o não cumprimento do que fora prometido, por Hermes, em 1911, no lançamento da pedra fundamental da já citada vila proletária. As casas ostentavam aluguéis que, segundo o militante, eram muito caros para a capacidade financeira de um operário médio, cujo limite estava em 30\$. E, de fato, o aluguel da casa de tipo I foi fixado em 60\$, a do tipo II, 50\$ e a do tipo III, 40\$, as habitações do tipo V e VI seriam quartos destinados a solteiros e custariam 10\$ ao mês⁶³⁴, valores esses considerados altos, principalmente no final do governo de Hermes, entre os anos de 1913 e 1914, quando, em crise, o país havia fechado as contas com significativos déficits orçamentários.

⁶³¹ Ibidem. Segundo FERNANDES e OLIVEIRA, estão nas Vilas de Hermes as origens da intervenção do Estado na habitação social no Brasil, e a tomamos como um prenúncio, uma espécie de antecipação do que veio a suceder com a habitação no período Vargas.

⁶³² *A Época*, 11 de agosto de 1912.

⁶³³ Ibidem.

⁶³⁴ FERNANDES e OLIVEIRA, *Marechal Hermes e as (des) conhecidas origens*. p. s/n.

Inclusive, isso tudo somado ao advento da 1ª Guerra Mundial que passou a afetar a demanda externa e o fluxo de capitais para o país, agravando mais ainda o equilíbrio financeiro nacional,⁶³⁵ o que empurrou o país para uma severa crise econômica, quando a carestia que assolava a classe trabalhadora estourou como verdadeiro drama social, sendo o principal motivo de muitas manifestações por conta do operariado, tomando conta das manchetes dos jornais quase que diariamente.

A crise da carestia tornou-se aguda entre 1913 e 1918, mobilizando entidades de trabalhadores a organizarem dezenas de comícios públicos por toda cidade que levaram milhares às ruas⁶³⁶. Mas é a atuação de Mariano Garcia nos *meetings* pelos subúrbios que merece destaque por sua participação nas mobilizações. Sobre o slogan “*trust* da fome”, as manifestações eram anunciadas nos diversos jornais que circulavam pela cidade, com destaque para os que circulavam pelos bairros do subúrbio carioca: Madureira, Méier, Penha, Inhaúma, Irajá, locais onde ocorriam os principais comícios, fora do Centro, e que mobilizavam um grande público.

O jornalista, já militava em prol dos moradores do subúrbio nos jornais da grande imprensa, contribuindo nas colunas, chamada “Coluna Suburbana” destinadas aos moradores dessa parte da urbe, desde 1906, sempre denunciando as condições de abandono pelo poder público dos bairros do subúrbio carioca, principalmente aqueles atendidos pela linha férrea. Também militava nos diferentes periódicos da “pequena imprensa suburbana” criando associações ‘pró-melhoramentos dos subúrbios’, congressos, ligas e campanhas públicas nas Zonas Norte e Oeste carioca, mas é a partir de 1911, no jornal *Gazeta Suburbana*⁶³⁷, que sua atuação torna-se mais proativa, organizando os comícios contra a crise dos alimentos e dos aluguéis nos bairros como Irajá, Pavuna, Madureira, Inhaúma, Penha, Campo Grande, dentre outros.

É também, a partir de 1911, que veremos a atuação de Mariano Garcia naquilo encarado por ele como um dos motivos, ou se não o seu maior propósito de luta: a questão da moradia para a classe trabalhadora, no seu dizer: “[...]desse nosso ideal de tantos anos de lutas [...] em

⁶³⁵ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das Oligarquias...* p.234.

⁶³⁶ O apogeu da crise da carestia de alimentos e aluguéis se apresentou em dois momentos específicos: 1912-1913 e 1917-1919. Cf. MENDONÇA, Leandro Climaco. *Jornalismo como missão: Militância e Imprensa nos subúrbios cariocas, 1900- 1920*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2017. P.133.

⁶³⁷ O jornal da pequena imprensa *Gazeta Suburbana* - Semanário crítico, literário, noticioso, dedicado aos interesses da zona suburbana carioca circulou por, ao menos, onze anos, de 1910-1921. Em 1920, Mariano Garcia foi responsável pela coluna “Gazeta Operária” que era publicada no hebdomadário sempre aos sábados. Alguns exemplares desse jornal encontram-se na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

que, muitas vezes, nos encontramos quase que sozinhos, como se fossemos os únicos que sofriam o descaso de todos por esse belo ideal”⁶³⁸.

Numa atitude realista e pragmática; realista no sentido de saber - como foi apresentado em uma das citações anteriores - que não seriam as ações de Hermes da Fonseca com relação à construção das suas vilas operárias que iriam resolver o problema crônico de moradia na Capital Federal; e pragmático, por aproveitar um momento propício em que o problema da moradia para a classe trabalhadora, no governo de Hermes da Fonseca, estaria numa fase de evidência, nas suas palavras, momento esse em que as demandas: “saísse do seio do operariado sofredor, entrasse na imprensa quase unânime, invadissem as legislaturas municipais e fosse até aos mais altos representantes da Nação”⁶³⁹, situação essa que até então não havia acontecido com relação à evidência sobre o debate da necessidade de moradia para a classe trabalhadora.

As várias matérias sobre as vilas operárias construídas pelo governo federal passam a fazer parte do cotidiano de notícias, a partir do lançamento da pedra fundamental, em primeiro de maio de 1912. Os jornais que apoiavam o governo, como: *O Paiz*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*, procuravam enaltecer as ações do governo, evidenciando nas primeiras páginas as etapas das construções das vilas operárias, os números e a qualidade das casas, o projeto de urbanização grandioso projetado pelo francês *Hausmann*, o mesmo que modernizou o Centro da Cidade, dentre outros louvores.

Já os jornais de oposição, a exemplo do *Correio da Manhã*, sempre carregando na tinta, procuravam evidenciar as mazelas do governo ⁶⁴⁰, tanto no plano econômico com relação ao alto custo do empreendimento, como em denúncias de desvio de verbas na construção das vilas operárias. O jornal *A Época*, por um período, apresentou apartidário-se, preocupado somente com a notícia e, apesar de fazer reverências a Rui Barbosa, não criticava, de forma objetiva, o presidente Hermes da Fonseca como os outros, que se comportavam como oposição costumavam praticar⁶⁴¹, portanto, o comportamento do jornal em muito contribuiu para que Mariano Garcia posicionasse-se na sua coluna com relação ao apoio do seu grupo a Hermes da Fonseca e na organização para a realização do 4º Congresso Operário.

⁶³⁸ *A Época*, 11 de agosto de 1912.

⁶³⁹ *A Época*, 11 de agosto de 1912.

⁶⁴⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil...* p.379.

⁶⁴¹ Segundo Nelson Werneck Sodré, Hermes da Fonseca, a quem ocorrera a circunstância, ainda no governo, de casar-se com mulher muito mais jovem, foi o homem público mais insultado do Brasil, marcou o apogeu da crítica política em caricatura no nosso país. SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil...* Op. cit., p.378-381.

Todavia, sua estadia no periódico durou pouco, em 1913, Mariano Garcia sai de *A Época*, isso por conta da nova orientação editorial adotada pelo jornal, que em virtude da aproximação da campanha sucessória para presidente da República passou a apoiar a candidatura de Rui Barbosa e a criticar tenazmente o governo de Hermes da Fonseca, como aparece em linha fina, na primeira página, em 07 de março de 1913, na cobertura sobre os comícios contra a carestia: “A Revolução pela fome. O povo agita-se, o momento é grave, o presidente da República vai tomar champagne com os politiquinhos do PRC”⁶⁴².

O novo posicionamento do jornal acabou abrindo espaço para que o principal opositor do grupo, durante a realização do Congresso, o advogado Caio Monteiro de Barros, utilizando da sua coluna “Vida Operária” para o jornal *Correio da Manhã*, não poupou críticas a Mariano Garcia e Pinto Machado, agora, sendo o mais novo colaborador do jornal *A Época*.

Caio Monteiro de Barros passará a contribuir com o jornal e, juntamente com Evaristo de Moraes, irá apoiar a campanha de Rui Barbosa, criticando em seus artigos, a gestão de Hermes da Fonseca, as vilas operárias e o rombo orçamentário da sua gestão⁶⁴³. E, na coluna operária que Mariano Garcia inaugurou, quando no lançamento do jornal *A Época*, o novo colaborador continuará a fazer dos organizadores do 4º Congresso Operário seu principal alvo de críticas. Entretanto, isso não vai impedir que os dois – Mariano Garcia e Caio Monteiro de Barros - atuem juntos em defesa dos interesses da classe trabalhadora, principalmente nos anos posteriores à 1913, na campanha contra a carestia, por conta do agravamento da crise econômica, os dois passarão a dividir palanques em muitos *meetings* pela cidade⁶⁴⁴ em diferentes momentos, como o que aconteceu na Praça 15, em 06 de março de 1913.

⁶⁴² *A Época*, 07 de março de 1913. Partido Republicano Conservador (PRC).

⁶⁴³ *A Época*, 19 de julho de 1913. No seu artigo para o jornal, Evaristo de Moraes criticava o apoio daqueles que ele chamava de “ingênuos” a Hermes da Fonseca e alertava sobre as intenções do governo, afirmando que as casas seriam “cedidas, na sua maioria, a gente muito diversa daquela a que parecem destinadas”.

⁶⁴⁴ Em 20 de fevereiro de 1913, na sede própria do Centro Cosmopolita dos Empregados de Hotéis, situada na Rua do Senado, nº 215, 300 militantes das mais variadas correntes políticas se reuniram para tratar da questão do alto custo de vida, muitos desses militantes eram delegados de diferentes associações de classe. Concluídas as falas, foi deliberado que o comício público seria a forma de protesto utilizada pela classe trabalhadora em seu combate à carestia. Assim começava o movimento, tendo o seu primeiro evento marcado para acontecer quatro dias depois, no Centro Obreiro, no Jardim Botânico. Tendo recebido o apoio popular, os comícios começaram a se avolumar, chamando a atenção da mídia que passa a noticiar os *meetings* cada vez maiores, ocorrendo quase que diariamente em várias localidades da Cidade. O jornal *A Época*, que era o órgão oficial do Centro Cosmopolita dos Empregados de Hotéis, passou a dar grande destaque para o fenômeno popular não só na Coluna Operária, mas nas suas primeiras páginas. A imagem da figura 12 foi do comício ocorrido no dia seis de março de 1913, na Praça 15 de Novembro, dispersado com grande truculência, a patas de cavalos e espadas, pela polícia. Ver: *A Época*, em: 26 de agosto de 1912 – o jornal como órgão oficial do Centro Cosmopolita; 20 de fevereiro de 1913, o primeiro comício no Centro Cosmopolita com a presença de Mariano Garcia e Caio Monteiro de Barros; 24 de fevereiro o comício no Centro Obreiro, no Jardim Botânico; e em 06 de março de 1913, o comício na Praça 15 de Novembro.

Figura 14 - Manifestação contra a carestia dos preços ocorrido na Praça 15 de Novembro.



Fonte: Jornal A Época, em 06 de março de 1913.

Mas, também é a partir de 1913, que Mariano Garcia irá intensificar as ações na sua batalha com relação à mudança das exigências do Código de Posturas, pela liberdade dos operários construírem suas casas no subúrbio carioca. O Código de Posturas que regulamentava a construção de casas nos subúrbios era datado de 1892⁶⁴⁵, por isso, sempre quando abordava a questão de moradia, Mariano Garcia ressaltava que sua luta era desde 1896, isto é, quando as medidas entram definitivamente em vigor, quatro anos após a publicação pelo Ministro do Interior, Fernando Lobo, de diversas medidas que atentavam para a necessidade de se obter licença da municipalidade na construção de residências no subúrbio, mesmo as casas mais modestas – as de “pau a pique”- pelos operários.

O movimento que Mariano Garcia promovia e publicava nos jornais clamava pela “liberdade de construção nos subúrbios”, mobilização que ao longo da década de 1910 irá

⁶⁴⁵ CÓDIGO DE POSTURAS. Leis, Decretos, Editais e Resoluções da Intendência Municipal do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Tipografia Mont’Alverne, 1894. p. 339.

intensificar-se com a ação do militante, a partir da sua participação na pequena imprensa suburbana. A questão da luta por moradia para a classe trabalhadora por Mariano Garcia será trabalhada no próximo capítulo.

Ao longo da década de 1910, Mariano Garcia e Caio Monteiro irão lutar juntos, em diversas manifestações, sempre em prol da classe trabalhadora, mesmo discordando politicamente. Em 1920, em outro momento político e, novamente com o movimento operário dividido, os dois estarão unidos politicamente, mas agora, na parcela do movimento operário que apoiará o governo do presidente Arthur Bernardes⁶⁴⁶.

3.5 1922 e a eleição de Arthur Bernardes; outra vez o movimento operário entra em cena

Em Belo Horizonte, no dia 19 de setembro de 1921, como programa do Partido Republicano Mineiro (PRM), o candidato à presidência da República, Arthur Bernardes, exhibe a sua plataforma eleitoral apresentada anteriormente na convenção de 09 de junho de 1921 acontecida no Rio de Janeiro. E, assim como ocorreu em 1910, com Hermes da Fonseca, assinala uma aproximação com os trabalhadores citando a questão social. Em seu discurso o candidato destaca:

⁶⁴⁶ Mariano Garcia e Caio Monteiro de Barros apoiariam Arthur Bernardes por motivos distintos. Mariano Garcia creditava na candidatura de Arthur Bernardes uma fase de novas esperanças sobre a questão operária, tudo isso, muito motivado por sua atuação como presidente de Minas Gerais, onde Arthur Bernardes criou escolas de nível primário e secundário e o que é hoje a Universidade de Viçosa, além de departamentos de Saúde da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, também promoveu a reforma tributária no Estado e reduziu impostos de exportação de café, cereais e de gado para estimular a produção, dentre outras medidas que tiveram boa repercussão no meio operário, principalmente o grupo de Minas, em particular, a Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais onde Donato Donati foi fundador e uma das lideranças reformistas. Como candidato à presidência da República, lançou uma plataforma de propostas que desenhava uma possível legislação trabalhista, além da mediação do Estado na relação capital/trabalho. Já Caio Monteiro de Barros atuaria no escândalo das “cartas falsas” publicadas pelo “*Correio da Manhã*”, cuja autoria era atribuída pelo jornal a Arthur Bernardes, e nas quais as forças armadas eram atacadas em sua honra e moralidade. Nestas cartas, cuja falsificação foi assumida por Oldemar Lacerda e Jacinto Guimarães, onde Hermes da Fonseca foi chamado de “sargento sem compostura”. Caio Monteiro de Barros ajudou a desmontar a farsa que comprometeria a candidatura de Arthur Bernardes, auxiliando os dois a confessarem haverem falsificado as cartas como ato meramente político, que visava a eleger presidente da República o marechal Hermes da Fonseca, a quem Caio de Barros fazia forte oposição, desde 1909, eliminando assim, a candidatura de Arthur Bernardes. Apesar de comprovada a farsa, o estrago já estava feito com a promoção da incompatibilidade entre as forças armadas e Arthur Bernardes, provocando reações como as revoltas tenentistas, inaugurado o processo de ruptura da vida brasileira que iria desembocar na Revolução de 1930. É interessante destacar que, novamente, assim como ocorreu em 1910, encontramos, novamente, envolvidos numa tessitura política, mas, agora, nas agitações políticas em 1920: Rui Barbosa, Hermes da Fonseca, Mariano Garcia e Evaristo de Moraes, que irá resultar na eleição de Arthur Bernardes, em 1922. Para um melhor aprofundamento sobre o tenentismo, ver: BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

[...] Tendo Examinado os processos para assegurar ao capital que produz todos os recursos de êxito e de prosperidade, cumpre não esquecer o braço que, de modo indispensável, concorre para a produção. [...] Quando, pois, entre nós, falamos em questão social, não devemos examiná-la pelo prisma das agitações externas, mas pela justiça das aspirações do nosso operariado rural e urbano. [...] **Quanto aos operários industriais, necessário é facilita-lhes habitações saudáveis e de módico aluguel, regular as condições de higiene e segurança nas fábricas, as do trabalho de mulheres e menores, difundir as instituições cooperativas, notadamente as de consumo, e ministrar em larga escala o ensino profissional.** [...] Está em vigor a lei sobre acidentes nas indústrias e **foi criado o departamento do trabalho.** [...] deverão ser garantidos em toda a plenitude os direitos de reunião e associação, **parecendo oportuno o ensaio dos tribunais arbitrais mistos, para dirimir os conflitos entre operários e patrões. A participação dos operários nos lucros industriais, em termos razoáveis, constitui programa do partido a que me acho filiado no Estado de Minas Gerais**⁶⁴⁷. (Grifos do autor).

Os destaques acima revelam pontos que também foram defendidos por Hermes da Fonseca, mas, o programa político de Arthur Bernardes trazia importantes inovações, como o “departamento de trabalho”, mais tarde denominado: Conselho Nacional do Trabalho, pensado para ocupar-se de questões como a jornada de trabalho, a questão salarial, acordos coletivos e acidentes de trabalho⁶⁴⁸, ações que, até então, eram impensadas pelo Estado liberal, vide a Constituição de 1891, pautada pela defesa da não intervenção do Estado, naquilo que era considerado ser conduzido por uma “ordem natural”: o mercado, inclusive o do trabalho, por conta do respeito ao contratualismo individual. Junto com Conselho Nacional do Trabalho, o governo colocava-se (ou pelo menos ensaiava) como o mediador da relação capital/trabalho ao

⁶⁴⁷ HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *A classe operária no Brasil 1889-1930: documentos*. 2. v. São Paulo: ed. Brasiliense, 1981. p.297.

⁶⁴⁸ Segundo o verbete Arthur Bernardes, do Atlas Histórico do Brasil da FGV, informa que em seu governo foi determinada a instituição de caixas de pensões e aposentadorias, que ficou conhecida como Lei Elói Chaves, a qual o Conselho Nacional do Trabalho constituíram o embrião do atual sistema de previdência social. Sendo também igualmente na sua administração que se aprovou o regulamento de assistência e proteção aos menores delinquentes e abandonados (esboço do Código de Menores que seria sancionado em 1927), e se tomaram medidas para proibir o trabalho de menores de 12 anos. Bernardes criou o posto de curador especial de acidentes do trabalho, medida que foi a primeira etapa para a prestação de assistência médica gratuita às vítimas de acidentes do trabalho. No fim do mesmo ano, sancionou a lei que obrigava os estabelecimentos comerciais, industriais e bancários a conceder a seus empregados, anualmente, 15 dias de férias pagas. “Na verdade”, como escreveu Francisco de Assis Barbosa, estas eram “medidas ainda muito precárias, sem maior fiscalização por parte das autoridades, frequentemente burladas pelos patrões, quando não permanentemente esquecidas pelas autoridades”. É interessante ressaltar que muitas das leis de proteção aos trabalhadores sancionadas por Arthur Bernardes respondiam às demandas do Tratado de Versailles, assinado pelo governo brasileiro em 1919. O Tratado de Versailles, em específico, a parte XIII que dispôs sobre a criação da OIT – Organização Internacional do Trabalho - obrigava o governo a cumprir determinadas recomendações em favor dos trabalhadores regulando as condições de trabalho. Mas isso não diminui o protagonismo de Arthur Bernardes com relação ao seu pioneirismo na legislação trabalhista, inicialmente considerando-se sua atuação em prol dos trabalhadores do Estado quando governador de Minas Gerais antes de se tornar Presidente da República. Ver: <https://atlas.fgv.br/verbetes/artur-bernardes>. Acessado em 23/10/2023.

propor a criação de tribunais de arbitragens para conflitos entre trabalhador e patrão, e, finalizando os itens grifados, a participação no lucro das empresas⁶⁴⁹.

Como havíamos assinalado anteriormente, em 1910, com Hermes da Fonseca, o Estado começa a fazer aberturas em relação à classe trabalhadora, e nos anos de 1922, com Arthur Bernardes, os exames de uma legislação trabalhista tornaram-se mais recorrentes, o que, como afirma Pinheiro, “ao contrário do que se faz crer a visão idealizada da Revolução de 1930, nem tudo nesse campo começou a partir dessa data”⁶⁵⁰.

Além dos primeiros acenos à classe trabalhadora, há outros fatores que aproximam Hermes da Fonseca a Arthur Bernardes. De início, as duas candidaturas foram as únicas competitivas da Primeira República com uma maior participação política da população urbana, chegando à campanha de Bernardes a assumir níveis mais amplos de competitividade⁶⁵¹, ao aglutinar setores mais amplos da sociedade. Além disso, também há um outro agente importante: a presença do Exército no cenário político nos dois momentos.

A ação política dos militares presentes nos dois governos, é consequência da crise política do início da República, em particular, no governo de Floriano Peixoto, que fez surgir entre os militares mais jovens o jacobinismo florianista. Enquanto a cúpula do Exército afastasse provisoriamente da vida política com o desinteresse de Floriano Peixoto em apresentar um sucessor⁶⁵², o que abriu caminho para a ascensão do Partido Republicano Paulista (PRP) com a Política dos Governadores⁶⁵³. Nos primeiros anos da República, esses jovens oficiais insurgem-se algumas vezes - em 1897, contra Prudente de Moraes, e em 1904, em oposição a Rodrigues Alves – porém, sempre refreados pela alta oficialidade, a exemplo de Hermes da Fonseca,

⁶⁴⁹ Para um estudo mais detalhado das propostas do Presidente Arthur Bernardes, ver: SOUZA, Izabela Medeiros de. (Org.) Brasil. Presidente (1922 - 1926). Discursos selecionados do Presidente Artur Bernardes. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 60p. Em particular as páginas 42 que aborda a criação do Conselho Nacional do Trabalho, além de outros assuntos de interesse da classe trabalhadora.

⁶⁵⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. “O proletariado industrial na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano e instituições (1889-1930)*. Por/ Paulo Sérgio Pinheiro...[et al.]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. – 8ª ed. – rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.147- 193. p. 180.

⁶⁵¹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Teatro das Oligarquias...* .p.277.

⁶⁵² FAUSTO, Boris. “A crise dos anos 20 e a revolução de 1930”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano e instituições (1889-1930)*. Por/ Paulo Sérgio Pinheiro...[et al.]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. – 8ª ed. – rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.432- 455.

⁶⁵³ SAES, Guillaume Azevedo Marques de. *A República e a espada: a primeira década republicana e o florianismo*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 117.

quando Comandante da Escola Militar de Realengo, reprime o golpe militar, em 1904, destacando-se pelo feito na vida pública.

Será justamente no seu mandato presidencial, em 1910, no intuito de contornar a crise oligárquica, que o Exército e o alto oficialato retornam para a grande política ocupando cargos importantes na política salvacionista, mas sem grande autonomia, apesar das acusações de Rui Barbosa sobre o militarismo presente na candidatura de Hermes da Fonseca.

Porém, é no governo de Arthur Bernardes que a presença dos militares impõe-se através das revoltas tenentistas⁶⁵⁴, agora, com uma maior articulação política entre civis e militares, ao incorporar vastos setores das populações urbanas, evidenciando, com isso, uma crise que vinha se desenhando ao longo dos anos, mas que se recrudescer a partir da Primeira Grande Guerra, aglutinando uma sucessão de eventos e de atores políticos cujas rupturas mais radicais do sistema oligárquico de poder concretizar-se-iam a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder.

A candidatura de Arthur Bernardes foi fruto, assim como ocorrera em 1910, das tensões da classe dominante, diga-se, das oligarquias terratenente. Desde o início da Proclamação, na disputa pelo modelo de República, as crises sucessórias, nas palavras de Fausto “não apresentavam uma linha contínua”⁶⁵⁵, visto que, a partir do modelo adotado pelo grupo vencedor, a cada quatro anos, esse grupo, em acordos feitos em gabinetes fechados, reconfigurava-se em uma nova organização política, com conflitos políticos mais ou menos graves – é certo – porém, sempre se chegando ao consenso, salvo exceção em 1910, quando o pacto não é atingido e reverbera no plano político, ocasionando a primeira disputa, fora dos gabinetes, pela sucessão presidencial.

Entretanto, na sucessão seguinte, em 1914, tudo retorna ao o que era antes, sem significativas rupturas, pois, como afirma Carone: “as camadas da classe média e do operariado não estão envolvidas emocionalmente na questão sucessória, como não possuem condições materiais para a participação no processo político”⁶⁵⁶.

Contudo, em inícios da década de 1920, esse modelo sucessório passa a apresentar sinais de colapso a partir do fortalecimento da burguesia industrial, denominada por Ferreira e Pinto

⁶⁵⁴ O tenentismo da década de 1920 é entendido como a continuidade de um primeiro tenentismo manifestado nos primórdios da República, durante os governos militares de Deodoro e Floriano Peixoto, de 1889 a 1904. Cf. LANA JÚNIOR, Mário Cléber. “Tenentismo e crises políticas na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 315-350. p.343.

⁶⁵⁵ FAUSTO, Boris. “A crise dos anos 20 e a revolução de 1930”... . Op. cit., p. 432.

⁶⁵⁶ CARONE, Edgar. *Classes sociais e movimento...* . Op. cit., p.58.

como “oligarquias de segunda grandeza”⁶⁵⁷, que crescera nas duas últimas décadas com o desenvolvimento fabril, disputam espaços de poder no controle da economia nacional com as oligarquias tradicionais, resultando no embate de interesses e na cisão entre os grupos dominantes na disputa pelo poder Executivo e, como salienta Viscardi, “pela segunda vez as oligarquias dominantes não conseguiram articular um candidato de consenso, levando às urnas a sua dissidência interna”⁶⁵⁸.

A campanha sucessória de 1921-22 que levou Arthur Bernardes ao poder deu-se aos moldes de 1909-1910, através de uma intensa agitação política, com a participação da população no pleito, mas com um diferencial importante: com a classe média e um operariado mais amadurecidos⁶⁵⁹ e envolvidos emocionalmente. A disputa sucessória de 1921-22 fez surgir na parcela insatisfeita com a candidatura de Arthur Bernardes a Reação Republicana, ocorrendo numa campanha política que abriu espaço de participação para a atuação de segmentos que se encontravam marginalizados da participação política e insatisfeitos com a crise econômica, em especial, as camadas médias, a classe operária urbana e o setor militar.

Com o incremento desses atores no cenário político, juntamente com a participação da parcela oligárquica derrotada nas urnas – as oligarquias de segunda grandeza - eclode no início do governo de Arthur Bernardes, o movimento tenentista, com os militares novamente a se apresentar na cena política, como ocorreu em 1910, e porque não, em 1892, com elementos do jacobinismo florianista, ainda remanescente, presentes na atuação dos oficiais de baixa patente.

Nas reflexões de Ferreira e Pinto:

O tenentismo recebeu esta denominação uma vez que teve como principais figuras não a cúpula das forças armadas, mas oficiais de nível intermediário do Exército – os tenentes e os capitães. O alto comando militar do Exército manteve-se alheio a uma ruptura pelas armas, assim como a Marinha. O movimento, que tornou proporções nacionais, empolgou amplos setores da sociedade da época, desde segmentos oligárquicos dissidentes aos setores urbanos (camadas médias e a classe operária das cidades⁶⁶⁰.

⁶⁵⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. “ A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930”. In: ”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª- Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. pp. 389-415. p. 395.

⁶⁵⁸ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Teatro das Oligarquias...* .p.255.

⁶⁵⁹ BAUSBAM, Op. cit., p.95. Cf. FERREIRA, Marieta e PINTO Surama. Op. cit., p.400.

⁶⁶⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. “ A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930”. Op. cit., p.400.

O principal “mal” identificado pelo movimento tenentista eram as oligarquias tradicionais, pois, na opinião dos tenentes, “elas haviam transformado o país em “20 feudos” cujos senhores eram escolhidos pela política dominante”⁶⁶¹, e, por isso, deveriam ser combatidas. Em 1923, apesar de, aparentemente, não fazer parte do movimento tenentista, uma vez que apoiava o governo de Arthur Bernardes, Mariano Garcia, agora, atuando no jornal *Gazeta de Notícias*, dentre outros periódicos, também se posiciona, no artigo intitulado: “O operariado nacional e os governos da República”, com relação às oligarquias dominantes: “a República desejada pelos trabalhadores tornou-se, uma plutocracia, onde interesses, direitos e igualdade são uma mentira”⁶⁶². E, sobre o governo de Arthur Bernardes e a sua ação com relação ao operariado, o militante socialista escreve:

[...] Estamos, porém, numa fase de novas esperanças, porque, a frente da suprema direção do país está um brasileiro ainda moço, cheio de convicções, em que o operariado nacional e o povo, muito deve contar, porque, a sua ascensão ao governo provocou as iras de todos quantos tem concorrido neste país para a nossa ruína, para o nosso mal-estar. O Sr. Arthur Bernardes traz a seu favor, para o alto posto que os seus amigos e admiradores o indicaram e a nação confirmou, um atestado que muito o nobilita e que nos encheu de verdadeiras esperanças e simpatias. [...] Essas nossas esperanças são tão bem fundadas que, da leitura da sua plataforma, do reflexo do seu pensamento em levantar os créditos do país, melhorando a situação do povo, temos certeza que teremos em breve a prova, porque sabemos que S. Ex. trabalha e muito, para que a República de Tiradentes, Bias Fortes, João Pinheiro, Alexandre Stockler, Raul Soares, Constantino Palleta e tantos outros mineiros ilustres será uma realidade no seu quadriênio. E, para a felicidade do operariado nacional, do proletariado, do povo, enfim, assim sucederá!⁶⁶³.

As esperanças e simpatias que Arthur Bernardes engendrava numa parcela do movimento operário, em particular, nos socialistas reformistas, são por conta do aceno aos trabalhadores de uma tão esperada mediação do governo na relação capital/trabalho, já que os reformistas acreditavam ser o Estado, o instrumento de organização social e de dominação⁶⁶⁴, o mediador “natural” das relações capital/trabalho e que através de leis trabalhistas regulamentariam essas relações, e essas leis – ou parte delas - foram apresentadas na plataforma de Arthur Bernardes, como indica a citação acima.

É sabido que durante toda a trajetória de luta de Mariano Garcia a sua busca por um partido operário ou de eleger representantes oriundos da classe trabalhadora, -ele mesmo se

⁶⁶¹ Ibidem.

⁶⁶² *Gazeta de Notícias*, 12 de junho de 1923.

⁶⁶³ *Gazeta de Notícias*, 12 de junho de 1923.

⁶⁶⁴ *A Razão*, 01 de novembro de 1920.

candidatou várias vezes – foi na busca por promover direitos dos trabalhadores na política formal, pois no seu entendimento, “só quando o operariado for legislador poderá conseguir alguma coisa séria em prol do futuro de todos os que trabalham”⁶⁶⁵.

E, com um partido operário atuante, seria possível promover as tão desejadas leis de amparo aos trabalhadores, um direito mais que genuíno, pois, se “o trabalhador é a única força produtora real do país, também justo era que lhe fosse permitido tomar parte nos congressos onde se fazem as leis”⁶⁶⁶. Mas, apesar de ser um elemento extraclasse, Arthur Bernardes, ao acenar para a classe operária com leis trabalhistas, concretizava, em parte, esse desejo por direitos sociais, defendido Mariano Garcia e seu grupo, como ele tinha colocado com relação ao apoio de Mario Hermes na promoção do 4º Congresso Operário, em 1912.

Vale ressaltar que, apesar do 1º de Maio de 1919 ter sido um dos maiores eventos populares já ocorridos nas duas principais cidades do Brasil - Rio e São Paulo -⁶⁶⁷, o ano seguinte, 1920, marca o declínio das agitações operárias, com um recuo dos grupos anarquistas, que passam a levantar dúvidas sobre o sentido da Revolução Russa, que causou tanto entusiasmo nos movimentos revolucionários aqui no Brasil, em 1917⁶⁶⁸, essas dúvidas acabaram acarretando dificuldades de mobilização dos anarquistas, evidentes em duas significativas greves que tiveram resultados desfavoráveis: a dos têxteis, em São Paulo, entre os meses de março e abril de 1920, e a dos ferroviários da Leopoldina, em março do mesmo ano, no Rio de Janeiro.

⁶⁶⁵ *Gazeta Suburbana*, 22 de maio de 1920.

⁶⁶⁶ *Gazeta Suburbana*, 07 de fevereiro de 1920.

⁶⁶⁷ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* p.131. Podemos ter uma ideia do tamanho do evento que foi o 1º de Maio de 1919 através do depoimento de Otávio Brandão, liderança anarquista, na época, em Recife: “O Primeiro de Maio de 19 foi o ponto culminante de todos aqueles movimentos. A primeira grande vaga de movimentos operários e democráticos do Brasil. Antes houve movimentos isolados, mas de massa... – os jornais deram o comparecimento de 60.000 trabalhadores – e você sabe, os jornais burgueses sempre procuravam minimizar, reduzir a nada os movimentos operários. Havia de 60 a 100 mil trabalhadores, que estiveram na Praça Mauá; fizeram comício lá e depois desfilaram pela avenida. Era uma massa colossal!” É muito interessante a pergunta que o entrevistador faz a seguir com relação à repressão do movimento: E no 1º de Maio de 19, a polícia saiu às ruas para reprimir os manifestantes? A resposta dada por Brandão foi de que não, pois viu aquela massa e encolheu-se, teve medo. E era justamente o entendimento de Mariano Garcia com relação ao enfrentamento à repressão policial pelos trabalhadores organizados em suas greves, se os operários estiverem organizados, eles serão maiores em número do que qualquer aparato repressor do Estado, então quem tem que ter medo é o Estado e a polícia com a força dos trabalhadores organizados: Ver em: *História em Revista*. Núcleo de Documentação Histórica- Universidade Federal de Pelotas-UFPel – Editora Universitária. Pelotas – Número 2. p. 210 e 217. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/16017/10065>. Acessado em: 30/10/2023.

⁶⁶⁸ CARONE, Edgar. *Classes operárias e...* p.63.

E, como no poder não há espaço vazio, os anarquistas que, anteriormente, em 1917, com a Revolução Russa, passaram a monopolizar o movimento organizado dos trabalhadores, comandando um ciclo de greves gerais, diminuem suas atuações. A partir de 1920, com a tibieza dos libertários e juntamente com a discussão que começa, em 1919, por lideranças anarquistas históricas, como: Edgar Leuenroth e Astrojildo Pereira, sobre a fundação de um possível Partido Comunista do Brasil (PCB) e, somado aos ensaios de uma constituição de sindicatos com o apoio oficial⁶⁶⁹ - uma das lutas dos socialistas reformistas – os anarquistas perdem espaço no comando das lutas políticas, ocasionando um arrefecimento das greves.

Por conta disso, no entendimento de Ângela de Castro Gomes, “o ano de 1920, como não poderia deixar de ser, foi um momento de intenso debate entre os anarquistas e entre estes e os socialistas”⁶⁷⁰, dado que um partido operário sempre esteve no horizonte dos socialistas, e os anarquistas negavam a via partidária, mas, comungavam com os socialistas reformistas direitos sociais para os que trabalhavam e, logo em seguida, em 1922, o incremento do recém-criado PCB parece amalgamar no seio operário as demandas dos trabalhadores, agitando o já conturbado cenário político de crise sucessória das oligarquias no poder, com as reivindicações da classe trabalhadora.

Em 1917, em pleno processo revolucionário russo, e aqui no Brasil, com o sucesso da greve geral organizada pelos anarquistas, iremos encontrar Mariano Garcia, justamente, opondo-se, como de praxe, às greves gerais, defendendo o seu entendimento sobre necessidade da organização da classe trabalhadora em sindicatos, associações, cooperativas e no partido político para se alcançar, paulatinamente, o socialismo.

Nesse mesmo ano, na persistência pela criação do partido operário, encontraremos Mariano Garcia juntamente com Toledo de Loyola, Izaak Izacsohn, Nestor Peixoto e Candido Costa, dentro outros, participando da reunião do Partido Socialista do Brasil, na Sede da Federação Operária, à Praça Tiradentes, nº 71, Mariano Garcia presidia a mesa que no dia prestava homenagens ao pensador anarquista Francisco Ferrer, criador da Escola Moderna, fuzilado na Espanha, em 1909.

Também no final de 1917, agora com outro grupo de companheiros, em particular, Pinto Machado, no contexto da criação do *Comitê de Produção* pela Sociedade Nacional da

⁶⁶⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. “O proletariado industrial na Primeira República”... p.185.

⁶⁷⁰ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* .p.138.

Agricultura (SNA)⁶⁷¹, Mariano Garcia irá atuar como conferencista em diferentes campanhas públicas pelo associativismo rural, em defesa do pequeno lavrador dos distritos rurais voltados para o abastecimento da cidade⁶⁷². Mariano Garcia passa a promover comícios em bairros como: Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá, além de regiões da Baixada Fluminense, Nova Iguaçu (antiga Maxambomba), Praça Paulo de Frontin, estação de Engenheiro Neiva (Nilópolis) e Mesquita⁶⁷³.

Apesar de, em 1919, com o novo governo, as diretrizes da SNA tomarem outros rumos, o grupo do Comitê Pró-Lavoura continuará atuando no associativismo rural pelos subúrbios carioca e, no caso específico de Mariano Garcia, também prosseguirá, agindo na luta pela revisão do Código de Postura Municipal - na busca pela liberdade do trabalhador construir nos subúrbios - como medida para solucionar a questão da moradia para a classe trabalhadora, porém, sem perder do horizonte o partido operário e a luta por direitos para a classe trabalhadora, por isso, a partir de 1920 irá atuar, junto com o grupo de socialistas da cidade de Campo dos Goytacazes, na organização do Congresso Socialista Fluminense e na fundação do Partido Socialista Fluminense.

A atuação de Mariano Garcia nos congressos operários, sua atuação como ator político na construção das leis trabalhistas ao longo da Primeira República que tem sua consolidação no governo de Getúlio Vargas e sua luta por melhores condições de vida e de moradia da classe operária serão temas melhor explorados no próximo capítulo.

⁶⁷¹ De 1916 a 1919, atendendo ao apelo do governo para aumentar a produção agrícola, aproveitando a guerra na Europa a SNA lançou uma campanha de promoção do associativismo rural, buscando apoiar empreendimentos mais imediatos, como a promoção de conferências e exposições de produtos agrícolas e da pecuária. É justamente nesse contexto que Mariano Garcia e seu grupo lança o Comitê de Agitação e Ação Pró Pequena Lavoura. Sobre o contexto da atuação da SNA, ver: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOCIEDADE%20NACIONAL%20DE%20AGRICULTURA.pdf>. Acessado em: 05/11/2023.

⁶⁷² MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade de Campinas – UNICAMP. São Paulo. 2008.p. 31.

⁶⁷³ BARBOSA, Leandro Clímaco. *Jornalismo como missão...* .Op. Cit., p.213 a 216.

4 A PRAXÍS DE MARIANO GARCIA NA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* das mais complexas maneiras, e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

Edward Thompson.

O primeiro grande passo a ser dado [...] é a constituição dos operários em partido político independente, não importando como, desde que ele seja um partido operário distinto. [...] Que o primeiro programa desse partido ainda seja confuso e muito deficiente [...] isto é um mal inevitável, mas, também, transitório. As massas devem ter tempo e oportunidade de desenvolver-se, e só terão essa oportunidade se têm um movimento próprio, no qual serão impulsionadas pelos seus próprios erros, tornando-se sábias às suas próprias custas.

Friedrich Engels.

4.1 Socialistas e anarquistas e os quatro Congressos Operários.

Em 1895, Sebastião de Magalhães Lima, ao fazer uma análise sobre o socialismo no Brasil, descreve como e o que foi o Primeiro Congresso Operário ocorrido no Rio de Janeiro, em um momento imediato à Proclamação da República, no ano de 1892. Na sua ideia:

Para o primeiro congresso, reinou pouca homogeneidade de vistas, defeito este que devemos tão somente atribuir à precipitação com que foi convocada a assembleia. O Congresso Operário, encerrado a cinco de setembro, discutiu, votou e aprovou o programa que em seguida publicamos, que não resume certamente, as aspirações do proletariado brasileiro, mas que é um atestado do que foi esse ensaio, esse tentamen (sic), e que veio provar que, n'aquela pais, havia e há uma questão social a resolver tão exigente como a dos demais países⁶⁷⁴.

Em sua opinião, o Primeiro Congresso Operário foi feito de forma açodada, sendo fruto das contendas entre as duas lideranças operárias: França e Silva e o Tenente Vinhaes, pela direção do movimento operário. Magalhães Lima também sinaliza um importante momento de desmobilização da classe trabalhadora vivido no ano de 1895 pelo aumento significativo da repressão imposta pelo Estado ao movimento operário com a implementação da Política dos Governadores.

⁶⁷⁴ LIMA, Sebastião de Magalhães. *O livro da Paz*. Lisboa, Antiga Casa Bertrand - José Bastos livreiro editor. 73, Rua Garret (Chiado), 75. 1895. p.162.

Magalhães Lima, ao assinalar a situação do socialismo no Brasil, faz comentários sobre as dificuldades de organização da classe trabalhadora, no seu entendimento, uma herança imediata no pós-abolição. O intelectual português sabia o que estava dizendo, estando ele bem informado da situação, afinal, nascido no Rio de Janeiro, mas naturalizado português, nunca cortou laços com o país, mantendo contato com a elite intelectual do Brasil. Amigo pessoal de abolicionistas como José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Silva Jardim, esses que, na defesa ou contra a República, estiveram envolvidos, de alguma forma, na mudança do regime político, eram personalidades frequentadores da casa de Magalhães Lima quando estavam em Lisboa ou em viagens à Europa⁶⁷⁵.

No entendimento do socialista português, para a organização do proletariado, “era preciso, em primeiro lugar, dar combate de morte à escravidão”⁶⁷⁶, o que, não se realizou plenamente, em 1888, pois, na organização da classe trabalhadora no Brasil faltou “continuidade” para acabar, de vez, com a escravidão, sendo necessária uma liderança forte para “avassalar a consciência popular”⁶⁷⁷ e se organizar como classe trabalhadora, naquilo que diagnosticava ser o movimento operário no Brasil: “a comparar-se a um grande exército a quem falta um general”⁶⁷⁸, principalmente depois da morte de França e Silva e com o exílio do Tenente Vinhaes.

Magalhães Lima mantinha comunicação, com os ‘socialistas acadêmicos’ de Santos – Silvério Fontes, Eugênio George, Soter Araújo, Estevam Estrella, dentre outros - trocando correspondências - com o grupo e, no Rio de Janeiro, o contato mais próximo era com o operário Múcio da Paixão, que também esteve envolvido com os “socialistas acadêmicos” de Santos, contribuindo com o jornal *A Questão Social*⁶⁷⁹. Múcio da Paixão teria encaminhado a

⁶⁷⁵ SOUSA, Jorge Pais de. Afonso Costa. Republicanismo Socialista e Ação Política (1887-1911). *Intellèctus*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2013. P.7 . Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/27549>. Acesso em: 21/11/ 2023.

⁶⁷⁶ Ibidem, p. 152.

⁶⁷⁷ Ibidem, p. 162.

⁶⁷⁸ SOUSA, Jorge Pais de. Afonso Costa. Republicanismo Socialista... p. 167.

⁶⁷⁹ Segundo o Dicionário do Movimento Operário, Manoel Múcio Soares da Paixão era escritor, professor de História, jornalista e socialista, colaborou com o jornal *Questão Social*, de Santos, mantendo correspondência com Sebastião Magalhães Lima. Cf. BATALHA, Cláudio Henrique. M. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. p.121.

Magalhães Lima as informações sobre o Primeiro Congresso Operário e as resoluções alcançadas no evento⁶⁸⁰.

Segundo Mariano Garcia, as 41 resoluções contribuíram para a elaboração do “programa do Partido Operário Brasileiro, discutido e aprovado pelo congresso operário nacional, instalado na capital da República em primeiro de agosto e dissolvido em cinco de setembro de 1892”⁶⁸¹.

Em seu livro, Magalhães Lima, apresenta, além das 41 resoluções, os delegados – escrevendo o nome de cada um -, os representantes de associações e seus respectivos estados de origem: Pará; Ceará; Rio Grande do Norte; Bahia; Espírito Santos; Rio de Janeiro; São Paulo; Rio Grande do Sul, Paraná e Minas gerais, além dos representantes dos partidos e centros operários espalhados pelo Brasil, todos eles, presentes no acontecimento.

O 1º Congresso Operário Brasileiro, de 1892, - foi organizado por França e Silva e, apesar de não possuir um número expressivo de participantes - se compararmos com os outros congressos subsequentes -, foi, em um momento imediato à Proclamação, uma primeira tentativa de promover e organizar a classe operária na luta por direitos sociais e na construção de uma identidade coletiva para os que trabalhavam.

Ressaltamos que não devemos perder do horizonte o número de trabalhadores assalariados existentes no Brasil na época de uma industrialização que ainda engatinhava, então, mesmo assim, confirma a relevância da execução do Congresso, que, segundo Magalhães Lima, constituiu-se “um Congresso que, pela sua importância, pela sua significação, deu grande impulso à causa da emancipação do trabalhador”⁶⁸². Juntamente, com suas considerações sobre a importância, no início da República, da realização do Congresso para a organização da classe trabalhadora, Magalhães Lima publica o programa mínimo surgido do evento e que orientaria a luta operária, além de servir de base para os congressos vindouros. O programa versava o seguinte:

Art.1º Abolição de toda a concentração de poderes hierárquicos e hereditários.

Art. 2º Eleição direta para todos os cargos eletivos, pelo sufrágio universal e por este revogados todos os mandatos.

Art. 3º Direito de eleger e ser eleito para todos os indivíduos que atingirem o estado civil.

Art. 4º Federação dos municípios constituindo os Estados, estes, completamente autônomos, constituem a Nação.

⁶⁸⁰ *A Época*. Em 07 de novembro de 1912.

⁶⁸¹ LIMA, Sebastião de Magalhães. *O livro da Paz...* . p. 162.

⁶⁸² *Ibidem*, p. 164.

Art. 5º Convocação de uma assembleia nacional para a revisão da constituição do país e pronunciar-se sobre a forma definitiva do seu governo, debaixo da doutrina socialista.

Art. 6º Máxima publicidade de todas as decisões tomadas nos conselhos municipais, assembleias estaduais e nacionais.

Art. 7º Abolição de todos os impostos diretos e indiretos atuais e criação de um único imposto direto, progressivo sobre o salário e rendimento.

Art. 8º Recenseamento decenal geral e rigoroso da população e da propriedade, efetuando pelos municípios para todos os efeitos civis e políticos.

Art. 9º Remuneração de todos os serviços públicos, e computada pelos salários dos trabalhadores.

Art. 10º Responsabilidade de todos os funcionários públicos perante as assembleias populares e sua sujeição à lei comum.

Art. 11º Instrução primária, técnica e secular gratuitas e obrigadas.

Art. 12º Completa Liberdade de consciência, de pensamento, de imprensa, de reunião, de associação e de locomoção.

Art. 13º Criação de bolsas de trabalho.

Art. 14º Abolição completa do exército permanente e sua substituição por uma guarda cívica, *quantum satis*, para manutenção da ordem interior.

Art. 15º Abolição de todos os privilégios que envolvem monopólio.

Art. 16º Competência dos municípios para intervirem nas soluções das crises epidêmicas e outras causas excepcionais, bem como os da fome e de calamidade pública, buscando medidas higiênicas e fornecendo medicamentos, na primeira e, na segunda, instituindo bazares, em contraposição aos monopolizadores dos gêneros e em proteção às necessidades do povo.

Art. 17º Construção de habitações higiênicas, cômodas e agradáveis, levadas a efeito pelos municípios.

Art. 18º Aprovação pelo governo municipal, estadual ou nacional, de todos os serviços sociais; tais como: estradas de ferro, viação terrestre ou marítima, créditos, seguros, etc.

Art. 19º Reversão da propriedade territorial à nação e sua conseqüente divisão por meio de arrendamento.

Art. 20º Auxílio municipal, estadual ou nacional, para a criação de sociedades cooperativas de produção.

Art. 21º Exclusão dos patrões e proprietários na administração das sociedades operárias.

Art. 22º Proibição de trabalho a crianças menores de 12 anos.

Art. 23º Criação de estabelecimentos profissionais técnicos, a expensas dos municípios, dos Estados e da União para a aprendizagem e regularização de aptidões, por comissões peritas de operários.

Art. 24º Criação de júris arbitrais, compostos de operários e patrões, para decidir das questões de aumento ou diminuição de salários.

Art. 25º Em casos de reclamação coletiva por parte dos operários, junto aos patrões e governos, só se socorrerão os primeiros da greve pacífica depois de empregado o processo de diplomacia.

Art. 26º Fixação de oito horas para o dia normal do trabalho e sua redução equitativa nas indústrias nocivas à saúde, e de cinco horas para os trabalhos noturnos.

Art. 27º Divisão dos salários por horas de trabalho.

Art. 28º Determinação do mínimo dos salários pelo custo mínimo das necessidades da vida social, a cargo de comissões especiais, eleitas por indivíduos das respectivas oficinas das localidades.

Art. 29º Confecção dos regulamentos das fábricas por comissões mistas de operários e patrões, para que aqueles fiquem em igualdade de circunstâncias para com estes perante a lei.

Art. 30º Rigorosa inspeção higiênica nas fábricas, oficinas e estabelecimentos industriais e profissionais, públicos e particulares.

Art. 31º Garantia de subsistência aos menores desprotegidos e aos adultos inválidos.

Art. 32º Responsabilidade dos governos e patrões pelos acidentes de que forem vítimas os operários durante o trabalho, prestando-lhe os últimos para isso caução correspondente ao número de trabalhadores que empregarem.

- Art. 33º Garantia de todos os direitos civis e políticos à mulher.
 Art. 34º Universalização do valor da moeda com um único padrão.
 Art. 35º Constituição das mesas eleitorais por eleição, no dia do escrutínio.
 Art. 36º Extinção das aposentadorias para todos os empregados públicos.
 Art. 37º Medicina e justiça gratuitas para todas as classes, a expensas dos poderes públicos.
 Art. 38º Resolução das questões internacionais por comissões de arbitragens de arbitramento ou plesbicito nacional.
 Art. 39º Reforma judiciária por meio de códigos elaborados de acordo com as necessidades atuais e os progressos da sociedade.
 Art. 40º Imposto gradual sobre lideranças, de modo a serem absorvidas pela Nação.
 Art. 41º Para todas estas reformas, uma vez em execução, dar-se-ão os competentes regulamentos.

A presença desse importante momento histórico para a organização da classe trabalhadora no Brasil, contesta uma parte da escrita sobre o movimento organizado dos trabalhadores, que considera como o primeiro congresso operário ocorrido no Brasil somente o enaltecido congresso anarquista, de 1906, como se experiências anteriores de mobilização operária, na tentativa de se organizar a classe trabalhadora, a exemplo dos congressos de 1892 e de 1902, de iniciativa dos socialistas reformistas, não fossem legítimos, passando a ideia de que por não possuírem um número X de participantes, não valeram como fundamentais.

Sobre essa pouca importância dada aos congressos operários anteriores ao ano de 1906, muito se dá, como aponta o professor Cláudio Batalha, pela construção de uma “idealização” da classe operária na Primeira República⁶⁸³.

Em sua afirmação, a representação associada aos trabalhadores no imediato pós 1888 é “branca, fabril e masculina”. Na perspectiva da construção dessa imagem e, contribuindo para a problematização desse imaginário, podemos acrescentar “outros adjetivos”. É como se a classe operária na Primeira República fosse, além de branca, fabril e masculina, estrangeira, anarquista e paulista. No dizer de Batalha:

A imagem mais corrente do operariado na Primeira República é a do italiano anarquista. Caricata, ela reúne dois componentes fundamentais: por um lado, a associação automática entre trabalhador e imigrante - este, por sua vez, reduzido ao italiano; por outro, atribuição de um ideário único, o anarquismo, àquele momento histórico. Tal noção é ainda reforçada por romances, filmes, novelas televisivas e até parte da produção acadêmica, não havendo espaço para o diverso ou para a dúvida. Pouco importa se esses imigrantes não se viam como italianos, mas como vênnetos, lombardos, napolitanos e calabreses, que não falavam um idioma comum; se vinham do campo e para lá iam, uma vez que eram, na origem, trabalhadores agrícolas ou pequenos agricultores; ou, ainda, se a imensa maioria jamais tivera qualquer contato com o anarquismo. Nessa perspectiva desaparecem os outros imigrantes, bem como

⁶⁸³ BATALHA, Cláudio H. de Moraes. *O movimento operário na Primeira República* – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

os trabalhadores brasileiros, sobretudo os negros; além disso, de resto, o Brasil inexistia ao norte do Rio de Janeiro ⁶⁸⁴.

O entendimento de Batalha vem contribuir para o alargamento da ideia da composição do movimento operário, ao provocar reflexões sobre parcelas significativas da sociedade deixadas de fora do movimento, ao suscitar questionamentos como: onde estão os negros? Para onde foram? E os trabalhadores nacionais?

Os trabalhadores só eram organizados em São Paulo? Tais questionamentos vêm demonstrar ser a organização da classe trabalhadora muito mais complexa e multifacetada do que se apresenta na idealização apontada por Cláudio Batalha, sendo que essa idealização também se reverbera no entendimento sobre as primeiras organizações operárias do período aqui estudado. Por isso, é comum na historiografia depararmos com trabalhos como de Maurício Moroso Knevez ⁶⁸⁵, ou até mesmo outros de mais fôlego, como o clássico “*A Classe operária no Brasil*” ⁶⁸⁶, dentre vários, que desconsideram experiências anteriores ao “congresso anarquista” de 1906.

Luiz Werneck Vianna aponta para esse fato – a exaltação dos anarquistas na organização da classe operária na escrita da História - como uma “contradição na práxis operária” e, para fundamentar essa contradição, cita o entendimento de Boris Fausto, quando esse credita aos dirigentes anarquistas um conjunto de reivindicações tais como: oito horas diárias, aumento salarial, melhores condições no trabalho e outra pautas de reivindicações como frutos de natureza espontânea, e não como um princípio de lutas operárias que vinha de longa data, sendo muitos dos pontos discutidos pelos anarquistas em 1906, anteriores à Proclamação.

Mas não é só Boris Fausto que divulga essa ideia na historiografia, segundo Vianna, Aziz Simão é outro autor que comunga da mesma perspectiva quando afirma ser a redução da jornada de trabalho para oito horas ordinárias, sem rebaixamento do nível de salário, uma norma pleiteada insistentemente pelos anarquistas desde 1907 ⁶⁸⁷.

As afirmações, tanto de Boris Fausto como as de Aziz Simão, parecem creditar aos anarquistas, principalmente, no imediato Congresso Operário de 1906, o protagonismo com

⁶⁸⁴ Ibidem, p.07.

⁶⁸⁵ KNEVITZ, Maurício Moroso. O movimento operário entre a reforma e a revolução: debates no primeiro Congresso Operário Brasileiro (1906). *Revista Ars Histórica*. nº. 19, v. 2, p. 86-106, jan/jun 2020. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/ars/article/view/46752>. Acessado em: 01/05/2023.

⁶⁸⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil*. Documentos (1889 a 1930): *O Movimento Operário*. São Paulo: Alfa Ômega, 1979, p. 253.

⁶⁸⁷ VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2.ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1978. p. 54.

relação às reivindicações operárias, não considerando muitas das pautas abordadas pelos congressos anteriores e, a título de exemplo, a questão das oito horas de trabalho já fazia parte de uma agenda de reivindicações das lideranças socialistas quando essas, ainda no início da República, escreviam sobre a situação dos trabalhadores em artigos para os jornais da grande imprensa, exemplificado por Saddock de Sá, que sob o pseudônimo de François Seul, escrevia para o jornal *O Paiz*, questionando sobre as longas horas de 14 e 16 horas de trabalho: “Que energia para o trabalho e para a atividade pode ter um homem sujeito a fadigas dessa ordem?”⁶⁸⁸. No seu questionamento, ressaltava a necessidade da jornada de oito horas diárias, com intervalo digno para a alimentação, argumentando ser “positivo não só para os trabalhadores, mas também para os patrões”.

Em outro artigo, o militante pregava que a luta pelos direitos dos trabalhadores não chegou com a Proclamação, no seu dizer: “esse ideal pelo qual nos batemos desde 1883, está, portanto, consumado e sancionado pela respeitável cifra de 1.300 representantes da classe, podendo-se por isso considerar este fato como um triunfo para todos que amam, respeitam e honram o trabalho!”⁶⁸⁹.

Mais um bom exemplo de que a luta pelas oito horas não começou como pauta reivindicatória no Congresso de 1906, é o que se encontra sistematizado no art. 26 do Congresso Operário de 1892, que defendia a “Fixação de oito horas para o dia normal do trabalho e sua redução equitativa nas indústrias nocivas à saúde, e de cinco horas para os trabalhos noturnos”⁶⁹⁰. A tentativa de apagar as lutas anteriores de outras lideranças, na ideia da “contradição da práxis operária” relaciona-se à disputa do protagonismo pela “palavra operária”⁶⁹¹.

Em agosto de 1912, no contexto do início das discussões sobre a organização do que seria o 4º Congresso, Mariano Garcia atenta, na sua coluna operária d’*A Época*, para as rivalidades existentes entre as diferentes correntes e suas lideranças operárias na disputa pela realização dos congressos.

Para o militante socialista, na luta por direitos sociais para a classe trabalhadora, dos três congressos operários, que já se realizaram no Brasil após a Proclamação da República, o que

⁶⁸⁸ *O Paiz*, em 24 de fevereiro de 1890.

⁶⁸⁹ *O Paiz*, em 17 de março de 1890.

⁶⁹⁰ LIMA, Sebastião de Magalhães. *O livro da Paz*. Op. cit., p. 162

⁶⁹¹ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* p.19.

se deve tirar de proveito para os próximos congressos são as suas resoluções aprovadas e publicadas, mas, a cada congresso operário o que vemos é “o pouco sentimento do ideal, porque se procura esconder o trabalho de outros para só sobressair o seu”, e que tais ações demonstram “o egoísmo incompatível com a grandeza da nossa causa”⁶⁹².

Meses depois, no mesmo jornal, Mariano Garcia volta a chamar a atenção para o tema, e de forma clara, assinala os anarquistas como egoístas por tentarem apagar da memória a luta operária e a boa vontade dos antigos companheiros em se organizar em assembleias para discutir assuntos que interessam a coletividade⁶⁹³. Aponta que o grupo, os anarquistas, em 1906, “formaram seu ajuntamento e declararam pomposamente o 1º Congresso Operário, demonstrando falta de conhecimento dos anteriores ou com o firme propósito de encobrir o que os outros fizeram”⁶⁹⁴.

A crítica de Mariano Garcia não era rebatida pelos anarquistas, pelo contrário, os próprios libertários confirmam o fato em um dos seus mais celebres panfletos quando procuravam minar a realização do 4º Congresso Operário⁶⁹⁵, ao tentarem persuadir as diferentes federações a não participar do evento que eles chamavam de “congresso policial”.

Os anarquistas diziam possuírem, as associações, o livre arbítrio de escolher ir ou não ao evento, segundo as lideranças, “pois têm igualmente a mais ampla liberdade para proceder conforme as circunstâncias”, mas, em seguida, tentam deixar claro que o “livre arbítrio” das associações foi uma conquista franqueada pela luta dos anarquistas, estando a liberdade, vivida naquele momento, adquirida a partir, “de acordo com as resoluções do 1º Congresso realizado em 1906”.

E, na tentativa de dar destaque ao Congresso de 1906, afirmam “que foi o *único* aqui no Brasil, que pela elevação nos seus debates, na discussão e aprovação de importantíssimas moções, pôde até esta data considerar-se operário”⁶⁹⁶.

⁶⁹² *A Época*, em 15 de agosto de 1912.

⁶⁹³ *Idem*.

⁶⁹⁴ *A Época*, em 07 de novembro de 1912.

⁶⁹⁵ Confederação Operária Brasileira, desde o umbral do Palácio Monroe onde se reúne o chamado 4º Congresso... Operário Brasileiro. Ao proletariado em geral e especialmente aos delegados sinceros, [folheto], 1912. p. (II SG). In: PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michel M. *A classe operária no Brasil – documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 257-259. (V. 2: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o estado).

⁶⁹⁶ *Idem*, p.258.

A ação dos anarquistas seria uma procura na construção de uma memória coletiva como forma de disputa pela liderança operária, pois, como aponta Michael POLLACK, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis”⁶⁹⁷. Mas, essa ação de construção de uma memória coletiva também era praticada pelos socialistas, talvez de forma menos entusiasmada.

Para Mariano Garcia a afirmação dos anarquistas na tentativa de atenuar os congressos anteriores era um erro de conduta, pois demonstrava “um egoísmo que não condiz com a “evolução moral” que a sociedade precisa experimentar para que o bem comum apresente-se e o socialismo triunfe na sociedade”⁶⁹⁸ e, para fundamentar a sua ideia afirma que:

Sempre que fazemos recordar os que os nossos antecessores fizeram ou procuraram fazer pela coletividade, estamos corroborando na sua obra, e mostrando aos vindouros que seguimos a rota traçada pelos mesmos. Os congressos futuros ou os projetados, devem se afastar desse egoísmo incompatível com a grandeza da nossa causa, mesmo para servir de ensinamento aos nossos futuros companheiros⁶⁹⁹.

Podemos identificar a “contradição na práxis operária” também no dizer de Mariano Garcia, quando verificamos uma tentativa de incluir os dois outros congressos como eventos de ex-lideranças operárias como José Veiga, França e Silva, Gustavo de Lacerda e Vicente de Souza, dentre outros - todos socialistas - que deveriam ser reverenciados pelas conquistas na luta operária, uma ação clara de construção de uma memória coletiva, parte de uma estratégia de luta no próprio seio operário pelo protagonismo na condução da classe trabalhadora.

4.2 Os Congressos Operários de 1902 e de 1906.

Ainda no contexto das disputas pela condução da classe operária, em 1912, Mariano Garcia faz um apanhado do que foram os congressos operários, e sobre o de 1902, escreve:

Acresce, porém, dizer, que quando se fez o 1º, não havia ainda orientação para a organização de um partido, porém, o 2º encontrou já alguma orientação, mas, como em seu seio só três ou quatro brasileiros se encontravam, não se organizou o partido

⁶⁹⁷ POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. V. 2, nº. 3, p 3-15. 1989. p. 07. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acessado em 24/11/2023.

⁶⁹⁸ *A Época*, em 15 de agosto de 1912.

⁶⁹⁹ Idem.

porque a maioria dos congressistas eram muito socialistas, porém, como eram estrangeiros, não queriam votar para não “arregar a pátria”!⁷⁰⁰.

A informação passada por Mariano Garcia, apesar de não ter comparecido ao evento – o Rio de Janeiro não enviou nenhum representante⁷⁰¹ - foi que, diferente de 1892, a maioria dos congressistas reunidos no congresso de 1902 não eram de nacionais. Sua afirmação está calcada no artigo escrito por Estevam Estrella, o organizador do evento, e publicado no jornal *Gazeta Operária*⁷⁰², em 1903.

Estrella apontava que a luta política não se concretizou como orientação no congresso socialista por conta dos estrangeiros, pois, segundo o militante, o motivo era por “não querer perder o direito de pátria”⁷⁰³. De acordo com Leslie Maram, os paulistas enviaram 45 delegados, dos quais 32 eram estrangeiros, sendo 28 italianos⁷⁰⁴.

Sobre o socialista Estevam Estrella, Mariano Garcia escreveu ser ele “um dos mais ardorosos defensores do operariado, a quem se entregou com todas as forças, levou a efeito o 2º Congresso Operário, em São Paulo, que denominou o 2º Congresso Socialista Brasileiro”⁷⁰⁵.

⁷⁰⁰ *A Época*, em 07 de novembro de 1902.

⁷⁰¹ O 2º Congresso Operário de 1902, apesar de ser um tema bastante citado, carece de um maior aprofundamento pela nossa historiografia. A maioria dos autores da historiografia clássica sobre o movimento operário, dentre eles: Leôncio Martins Rodrigues; Boris Fausto; José Murilo de Carvalho e Sheldon Leslie Maram, quando aborda o evento, às vezes, é para confirmar a teoria da hegemonia anarquista explicada pelo domínio do trabalho qualificado sobre o desqualificado e a oposição entre o socialismo paulista ao carioca, contribuindo, dentre outras coisas, para a idealização desse operário na Primeira República. Quando o tema é abordado, todos parecem beber da mesma fonte, isto é, do artigo escrito por Estevam Estrella no *Gazeta Operária*, em 1903, como percebemos na obra de Sheldon Leslie Maram: *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*, no trabalho de Leandro Konder: *A derrota da dialética*. Inclui em textos mais recentes, que apresentam novas interpretações sobre o movimento operário, procurando problematizar os mundos do trabalho, ao defender a sua complexidade, ao considerar a pluralidade de formas de trabalho e de organização da classe trabalhadora, além das diferentes correntes ideológicas, como vemos no livro de Ângela de Castro Gomes: *A invenção do trabalhismo*. Gomes, quando aborda o 2º Congresso Operário, também cita os artigos de Estevam Estrella como fonte. Um dos poucos trabalhos, que oferece um avanço com relação às fontes, é a pesquisa de Marcos Vinícius Pansardi em sua dissertação de mestrado que aborda o congresso socialista de 1902, tendo como uma das fontes utilizada na sua pesquisa, o jornal da grande imprensa: *O Estado de São Paulo*, que segundo o autor, acompanhou os debates do congresso entre os dias 30 de maio e 02 de junho de 1902. Cf. PANSARDI, Marcos Vinícius. *Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889 - 1903)*. 1993. Dissertação. Mestrado em Ciência Política - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 1993. p. 231. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=184510>. Acessado em: 24/11/2023.

⁷⁰² *Gazeta Operária*, em 28 de fevereiro de 1903.

⁷⁰³ KONDER, Leandro. *A Derrota da dialética*. Op. cit. p.89.

⁷⁰⁴ MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.19.

⁷⁰⁵ *A Época*, em 07 de novembro de 1912.

Em sua coluna, Mariano Garcia descreve o nome dos participantes, como observamos na figura 15:

Figura 15 - Participantes do 2º Congresso Operário, em 1902

Estiveram presentes nesse congresso
 Estado do Pará: Ascendino Reis e Silverio Fontes.
 Parahyba do Norte: Lourenço Gomes, Teixeira da Silva e F. Paranhos.
 Pernambuco: Estevam Estrella, Julio Ramos e d. Mirolla.
 Sergipe: Ascendino Reis.
 Bahia: Estevam Estrella, Ludgero de Souza.
 E. de Minas Geraes: Edmundo de Amicis e Alcibiades Bertoloti.
 S. Paulo: Aceste de Ambuss e B. Belli.
 Paraná: Napoleone Amadio.
 S. Paulo de Muriahé: Alceste de Ambrys.
 Rio Grande do Sul: Guedes Coutinho e Bernardino Ferraz.
 S. Paulo: Grupo Feminino: Rina Ranzenigo.
 S. Paulo: Lourenço Mossaco, Salvatore Sopia, Alcebiades Batolli, Ricardo Menge, Ricardo Del Frate, Frederico Spicacci e Giovanni Pironi, Giuseppe Ceruti, Adolpho d'Alberton, Pedro Haessen, Cesare Golfareli, Lambert Ramenzoni, Dante Ramenzoni, Zamboni Paolo, Franceschini Luato, Sacchetto e Esteban Giran, O. O. Romiti, Luigi Farrace, Ettore Tommasini, Angelo Gaetà, Camillo Amadio, Francesco Luschini, Andrece Ippolito, Giuseppe Vecchiati e Candido Bretes.
 Desse numero de representantes compoz-se o 2º Congresso, e, como do 1º, o fim principal era espalhar por todo o Brazil a idéa da formação de um partido Operario com idéas socialistas, e, como do 1º, não se conseguiu si não fazer um bonito programma.

Fonte: Jornal *A Época*, em 07 de novembro de 1912.

Podemos verificar entre os nomes dos delegados a forte presença de estrangeiros, porém, um acontecimento chama-nos atenção na relação apresentada pelo articulista: é a representação política das mulheres no evento, com a presença da militante socialista feminina, Lina Ranzenigo.

Num mundo predominantemente masculino, que era o movimento operário no final do século XIX, início do século XX, Lina Ranzenigo fazia-se presente, ao comandar o grupo socialista feminino de Ribeirão Preto, sendo a única participante feminina no Congresso, fato que trouxe bastante atenção no Encontro⁷⁰⁶.

A presença de uma liderança feminina num congresso operário é um fato que merece um adendo nessa pesquisa, contudo ressaltando que não é o nosso objetivo discutir a questão de gênero, um tema necessário, profícuo e emergente, mas de tamanha riqueza e complexidade, que sua abordagem, mesmo que de forma superficial, fugiria por completo ao propósito dessa pesquisa.

Entretanto, compreendemos que, escrever a história da trajetória de um líder operário e a sua práxis na organização da classe trabalhadora, sem a presença das mulheres no seu cotidiano de luta, é redigir propositalmente uma história incompleta. Logo, apropriando do entendimento de HOBBSAWM, “porque na sociedade humana os dois sexos são inseparáveis⁷⁰⁷, falar sobre a atuação de Mariano Garcia e a questão feminina também pode ser percebida como uma necessidade para se entender o militante como sujeito histórico, um homem do seu tempo.

Com relação à participação feminina no movimento organizado dos trabalhadores, não era só em São Paulo que vamos encontrar mulheres desempenhando papel de liderança operária, no Rio de Janeiro, na mesma época em que Lina Ranzenigo marcava presença no 2º Congresso Operário, localizamos a militante socialista Elisa Scheid como uma importante representante, atuando como sócia-fundadora da União Operária do Engenho de Dentro (UOED), uma associação policlassista que agregava empregados das Oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil e operários da Companhia de Tecidos Seda Brasileira, além de ser a redatora do jornal operário *A União Operária*, o porta voz da associação.

Elisa Scheid era professora, uma função simbolicamente valorizada pela sociedade, o que, na condição de mulher letrada, atuante no magistério e redatora de um jornal, vai lhe

⁷⁰⁶ A citação de Lina Ransenigo por Mariano Garcia está para o contexto ao qual Maria Angélica Garcia chama a atenção. Os registros da participação e atuação em formas de luta e resistência de mulheres trabalhadoras e a própria maneira como inseriam-se no mundo do trabalho são quase inexistentes, somente mencionadas em raros momentos. Cf. GARCIA, 2004 apud MELLO, Rafael Cardoso de. *Um “coronel de saias” no interior paulista: a “rainha do café” em Ribeirão Preto (1896-1920)*. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista Franca, - UNESP – Franca, São Paulo, 2009. p.125.

⁷⁰⁷ HOBBSAWM, Eric J. “Homem e mulher: imagens da esquerda”. In: HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 6.ª ed. Tradução de Waldea Barcellos & Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 143-173. p.143.

permitir uma certa autonomia na sociedade patriarcal da época, reconhecimento profissional e mobilidade social⁷⁰⁸. Na qualidade de professora, a militante socialista sempre esteve envolvida em debates e iniciativas sobre a educação da classe trabalhadora, em geral e, em particular, com relação às demandas feministas, na defesa da educação para as mulheres, da ampliação dos direitos ao trabalho e na defesa das creches para as crianças de mães trabalhadoras.

E é por conta da atuação no magistério, quando passa a lecionar na rede pública da Capital Federal, que Elisa Scheid deixa a direção da UEOD, em 1903, delegando a presidência da entidade ao seu companheiro na organização dos trabalhadores, Pinto Machado, que comandará a associação até o ano de 1909. Mas, apesar de sua ocupação como funcionária pública, isso não impossibilitou a militante de continuar na luta operária e, como professora a militante socialista continuaria atuando na defesa da ampliação da educação para os filhos dos operários e para a classe trabalhadora em geral, principalmente para os moradores dos subúrbios, local onde residia, mas, sem abandonar a militância das pautas ligadas diretamente à ampliação dos direitos das mulheres: ao divórcio, ao voto, ao trabalho e à educação, pela igualdade de salários, mas, especificamente, pela criação de creches para filhos das mães operárias.

A condição de letramento de Elisa Scheid a possibilitou de atuar como professora, jornalista e militante política, isto é, em diferentes áreas fora do interior do lar, do cotidiano da casa, mostrando o poder de transformação da educação, por isso, dentro de tal contexto, a militante defendia a educação como um veículo primordial para que outras mulheres, assim como ela, pudessem trilhar o caminho da emancipação feminina, como forma de inserção nos espaços públicos, além do mais, que a conscientização das trabalhadoras servisse de instrumento de combate às diferentes condições de desigualdades as quais todas estavam submetidas.

Outro exemplo de mulher letrada, que possivelmente serviu de inspiração para Elisa Scheid, foi Angelina Vidal, colunista do jornal *Gazeta Operária*, de Mariano Garcia. Angelina Vidal era uma intelectual feminista portuguesa, militante socialista e professora de formação. Quando a condição de divorciada lhe impediu de lecionar, passa a trabalhar e atuar, assim como

⁷⁰⁸ RIZZINI, Irma. Elisa Scheid: uma professora nos movimentos de trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil (Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, 1890 a 1910). *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, SP. V.20. 1-18. Out. 2020. p.5. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows/Downloads/histedbr,+50_FC_8656567_Rizzini.Gomes.Schueller%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Windows/Downloads/histedbr,+50_FC_8656567_Rizzini.Gomes.Schueller%20(4).pdf). Acessado em: 12/01/2024.

Mariano Garcia, como líder operária da indústria do fumo, em Portugal⁷⁰⁹. Aqui no Brasil, através de seus artigos que eram reproduzidos em diferentes periódicos, defendia a emancipação da mulher e o socialismo de Benoît Malon⁷¹⁰.

A atuação de Angelina Vidal na defesa da emancipação feminina faz parte das configurações em mudanças impulsionadas pela modernidade quanto a imagem que cada sexo tinha do outro, e que os movimentos revolucionários e socialistas do século XIX e do início século XX, como aponta HOBSBAWM⁷¹¹ impulsionaram. A modernidade da Belle Époque é uma época de contestação, em especial, da condição feminina baseada no modelo vitoriano de sociedade patriarcal ao qual o lugar social da mulher era a de guardiã do lar, responsável por cuidar da família, sempre representada de forma passiva, fútil, angelical e frágil, onde o trabalho que lhe cabia era, em sua maioria, voltado para as atividades ligadas à esfera particular, relativos à intimidade do lar e longe da vida social.

Com o desenvolvimento comercial e industrial que ocorreram nos principais centros urbanos impulsionados pela modernidade, tanto na Europa como no Brasil, esse modelo de feminilidade passa a ser questionado quando a mulher é solicitada a participar em diferentes espaços públicos.

O que aqui nos interessa, em particular, é a sua condição como trabalhadora das fábricas, a exemplo de Angelina Vidal que, em um primeiro momento, ao ocupar um lugar em que era permitido na esfera pública; a de professora. Mas, ao fugir dos padrões comportamentais da época passa a ser impedida de exercer sua profissão pela sua condição civil de divorciada, e por isso, para se sustentar, trabalhará como operária na indústria do fumo e, na condição de exploração a qual era submetida, como militante socialista na luta pela emancipação feminina, reivindicará melhores condições para as suas companheiras, mulheres que trabalhavam na indústria fumageira em Portugal, contudo, também para todas as mulheres em condição de exploração, como vemos no seu artigo escrito para o jornal *A Voz do Operário*, em Portugal,

⁷⁰⁹ Angelina Vidal foi uma intelectual portuguesa, feminista, foi professora, e militante socialista, além de operária da indústria fumageira, em Portugal. Como jornalista, contribuiu para diferentes periódicos e almanaques, também foi tradutora e uma importante escritora com livros publicados em diferentes idiomas, escreveu peças para o teatro, além de prosa e poesia, como poetisa ganhou prêmios internacionais. Cf. PIMENTEL, Irene. *Angelina Vidal, uma socialista e republicana com um pensamento original*. Disponível em: <https://irenepimentel.blogspot.com/2010/05/angelina-vidal-uma-socialista-e.html>. Acessado em: 28/11/2023.

⁷¹⁰ A presença de Angelina Vidal no *casting* de colaboradores do jornal *A Época*, em 1912, nos leva a crer ser a intelectual portuguesa bastante conhecida no meio letrado no Brasil. Assim como Mariano Garcia, ela também irá escrever colunas para o jornal *A Época*. Sobre o jornal *A Época*, ver: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-epoca/>. Acessado em: 28/11/2023.

⁷¹¹ HOBSBAWM, Eric J. “Homem e mulher: imagens da esquerda”... . p.145.

sobre a greve das operárias da indústria têxtil em Barcelona, na região da Catalunha, na Espanha, que foram contidas à bala de carabinas pela polícia catalã, sendo o seu artigo reproduzido pelo *Gazeta Operária* aqui no Brasil⁷¹².

Na mesma época em que Lina Ranzenigo e Elisa Scheid estavam atuando como vozes femininas, representantes da classe trabalhadora aqui no Brasil, a feminista e militante socialista já atuava há quase duas décadas na defesa das pautas feministas, em prol dos direitos das mulheres, em Portugal, operando em várias frentes: como professora; na defesa da educação por entender o seu importante valor como fator de emancipação da mulher. Como militante operária na indústria do fumo; por melhores condições de trabalho e pela igualdade de sexo e de salário com os homens, e pelo direito à creche para os filhos das trabalhadoras, além da caixa de pecúlio para resguardar as mulheres grávidas.

Como jornalista; contribuindo com jornais e revistas, mas em especial, com o periódico operário, *A Voz do Operário*, o qual ela também foi redatora, divulgando, além das teorias socialistas reformistas das quais era partidária, a questão da necessidade da emancipação da mulher como um fator primordial para o sucesso da sociedade futura com o socialismo, como postulava Engels e outros marxistas.

Muitas das ideias sobre a emancipação das mulheres defendidas por Angelina Vidal também eram reproduzidas aqui no Brasil, os artigos que a feminista portuguesa escrevia em diferentes veículos, não só em Portugal, mas na Europa e, principalmente, para o jornal *A voz do Operário*⁷¹³, denunciavam as péssimas condições das mulheres trabalhadoras europeias, principalmente nos países “periféricos” como Portugal e Espanha. Suas denúncias tinham como firme propósito, a necessidade de conscientização das mulheres na defesa da educação para sua emancipação, pelo direito ao trabalho como fator regenerador da condição feminina e da igualdade entre os sexos, entendendo ser essa – sua emancipação - a única via para que a mulher se equiparasse civil e politicamente ao homem.

⁷¹² *Gazeta Operária*, em 19 de outubro de 1902. Mariano Garcia começa a publicar no 4º número do jornal *Gazeta Operária*, os artigos escritos por Angelina Vidal para o jornal operário, *A Voz do Operário*, em Portugal.

⁷¹³ O jornal *A voz do Operário* foi fundado em 1879 por Custódio Braz Pacheco, que assim como Mariano Garcia, era operário da indústria do fumo em Portugal, o periódico era porta-voz da Sociedade Cooperativa em Sociedade de Instrução e Beneficência *A Voz do Operário*, entidade representante da classe dos cigarreiros e outras classes. Angelina Vidal, que passou a trabalhar como operária da indústria do fumo, pois, por ser uma mulher divorciada, não conseguia exercer a sua profissão de professora, passou a colaborar com o jornal, escrevendo colunas para a conscientização da classe trabalhadora. É interessante pontuar que o jornal existe até hoje. Sobre o jornal, ver: <http://www.avozdooperario.pt/index.php/a-voz-do-operario/historia>. Acesso em: 28/11/2023.

Os postulados defendidos por Angelina Vidal eram bandeiras formuladas pelos movimentos revolucionários e socialistas⁷¹⁴, por isso, iremos encontrar muitas das pautas feministas defendidas pelo socialismo e presentes no 2º Congresso Operário, levantadas por Lina Ranzenigo, recebendo destaque as questões do divórcio e do direito ao voto feminino. Com relação à divulgação das pautas discutidas no evento, podemos notar as abordagens sobre as pautas feministas nos artigos escritos por Eugênio George com o título “A emancipação da mulher”, no jornal *Gazeta Operária*, o veículo oficial do 2º Congresso Operário aqui no Rio de Janeiro. Mas isso não quer dizer que, apesar do questionamento do lugar social da mulher ser discutido pelo socialismo e nos Congressos operários, isso, na maioria das vezes, não se refletia na prática cotidiana.

E, como aponta Cláudio Batalha, “sabemos que discurso e prática nem sempre caminham juntos, na maioria das vezes não caminham juntos”⁷¹⁵, sendo o papel ocupado pelas mulheres na sociedade considerado por muitas das lideranças operárias – homens em sua maioria - como “natural”, sendo o lugar social de cuidar da família e dos filhos, e a mulher sempre subordinada à figura masculina, não é questionado pelas lideranças socialistas, pois, complementando com os apontamentos de Batalha, “Artigos teóricos em jornais e muitas das resoluções de congressos têm uma função mais didática e visam apontar para um objetivo, do que pretendem e uma implementação da prática imediata, são mais recomendações que resoluções”⁷¹⁶.

Por isso, em parte, a emancipação da mulher defendida nos congressos, textos e nos discursos das lideranças operárias não significavam uma transformação nos padrões familiares, pelo contrário, em muitas situações os discursos das lideranças socialistas reforçam a condição de subordinação da mulher, a do sexo frágil, como salienta Margareth Rago:

De modo geral, o discurso operário masculino fala da e para a mulher trabalhadora, definindo-a simbolicamente como “sexo frágil”, física e moralmente, numa atitude paternalistas que visa protegê-la contra os dom-juans das fábricas e conscientizá-la da importância de sua organização política⁷¹⁷.

⁷¹⁴ HOBBSAWM, Eric J. “Homem e mulher: imagens da esquerda”... . p.143.

⁷¹⁵ BATALHA, C. H. M. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. Anos 90, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 91–99, 1997. DOI: 10.22456/1983-201X.6197. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6197>. Acesso em: 22 dez. 2024. p. 93.

⁷¹⁶ Ibidem.

⁷¹⁷ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890 - 1930*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p.67.

Mas, que essa conscientização não a colocasse em campos opostos, o trabalho e a função “natural” de cuidadora do lar e da família. Podemos constatar o posicionamento da autora presente no dizer de Mariano Garcia, quando, em 1913, na Coluna Operária do jornal *A Época*, ele aborda sobre a exploração de mulheres e crianças como um problema operário, e defende que a solução é o afastamento das mulheres e crianças das fábricas, pois, no seu entendimento com relação ao trabalho feminino, “o lugar da mulher é no lar, ao lado dos seus”⁷¹⁸.

Prosseguindo no seu posicionamento, e defendendo a mulher como a responsável pela sociedade futura, o militante defende:

Não é que sejamos em absoluto contrários a que a mulher possa seguir a carreira para que tenha suas tendências naturais [...] Claro está que não podemos ir de encontro a que essa mais perfeita obra da natureza, a mulher, seja facultado mostrar todas as suas aptidões para tudo que quiser; admitimo-la mesmo como política intervindo, elegendo e sendo eleita, para que em toda a parte a sua voz e seu protesto sejam ouvidos contra toda as opressões, contra todas as injustiças e em prol da sua emancipação. Mas, levada pela miséria de seus pais ou de seus esposos, para as fábricas, para as oficinas, em contato diário, nas ruas, nos trens, nos bondes, em toda parte com os homens que são a personificação do que há de mais imoral, nós não a queremos, porque necessariamente se perverterão, e, mesmo que cheguem a ser esposas e mães, nunca poderão ser as esposas e mães que desejamos, para a felicidade da humanidade futura⁷¹⁹.

Podemos perceber a contradição nas ponderações de Mariano Garcia. Como um homem do seu tempo, se por um lado há um discurso de apoio a uma ideologia de igualdade e emancipação sexual das mulheres, na prática, visa desencorajar a legítima participação paralela de homens e mulheres no processo do trabalho enquanto trabalhadores⁷²⁰. Sobre essa contradição presente nas posições de Mariano Garcia, Margareth Rago, complementa:

Denunciando a exploração do trabalho feminino sempre sobre o ângulo do atentado ao pudor, o discurso operário reforça a representação da fábrica como espaço pouco indicado para a delicada presença feminina e, deste modo, a intenção de preservação da mulher contra a imoralidade do processo de trabalho atua no sentido de defender o espaço masculino na produção e valorizar a força de trabalho do homem⁷²¹.

E, de fato, podemos encontrar no dizer de Mariano Garcia, essa proteção ao posto de trabalho que pertenceria naturalmente aos homens, o militante deixa isso bem claro quando afirma, em seu artigo intitulado sobre a exploração das crianças e das mulheres e os baixos

⁷¹⁸ *A Época*, em 17 de janeiro de 1913.

⁷¹⁹ *Ibidem*.

⁷²⁰ HOBBSAWM, Eric J. “Homem e mulher: imagens da esquerda”... . p.160.

⁷²¹ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar...* . p.68

salários pagos, segundo o militante, “Não se trata somente de combater essa detestável exploração porque envolve uma concorrência ao trabalho do homem”⁷²².

Eric Hobsbawm também aponta para essa contradição presente na tentativa de preservação da “masculinidade patriarcal” manifesta na figura masculina como o provedor do lar, quando afirmar ser “tanto o medo da concorrência econômica das trabalhadoras quanto a manutenção da “moralidade” se combinam para preservar as mulheres fora ou à margem do movimento operário - exceto no papel convencional de membros da família”⁷²³.

E, quando Mariano Garcia diz na sua coluna, “não ser contrário em absoluto a que a mulher possa seguir a carreira para que tenha suas tendências naturais”, tal afirmação não queria dizer que a mulher poderia exercer “qualquer profissão”, mas, sim, as profissões ligadas ao cuidar e ao fazer manual, como magistério, enfermagem, costura e telefonia. Por isso, não é de se estranhar que Elisa Scheid, apesar de ter ajudado a fundar a União Operária do Engenho de Dentro (UOED), em 1903, passa a condução dessa associação para uma liderança masculina - Pinto Machado - abrindo mão do comando da entidade operária que ela ajudou a criar, para atuar como professora, pois o magistério era o lugar social aceitável, ou seja, a tendência natural, sendo uma profissão “vocacional” - como defendia Mariano Garcia – onde a mulher poderia atuar, de forma menos hostil, fora do lar.

Em 1892, no 1º Congresso Operário de orientação socialista, não há registro da participação das mulheres, contudo, com relação à questão da emancipação feminina, de uma forma genérica, sem detalhar, o Art. 33, de suas resoluções finais, instituía a luta pela “garantia de todos os direitos civis e políticos à mulher”.

No Congresso de 1906, esse liderado pelos anarquistas, também não há registros sobre a participação feminina no rol de militantes presentes, mas, com o avanço da industrialização e com a participação cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, discutiu-se – pelos homens - temas próximos aos debatidos no Congresso de 1902 sobre a problemática da emancipação das mulheres, principalmente a questão do direito à representatividade política ao divórcio, mas, também o problema da regulamentação do trabalho feminino. Todavia, no discurso sobre a emancipação feminina, os anarquistas não se diferenciaram dos socialistas do congresso anterior.

Assim, no debate sobre as precárias condições da participação da mulher na sociedade, os anarquistas pregavam ser a própria falta de coesão e solidariedade entre as mulheres como a

⁷²² *A época*, em 21 de setembro de 1912.

⁷²³ HOBBSAWM, Eric J. “Homem e mulher: imagens da esquerda”... . p.160.

principal causa da exploração das operárias, logo, as próprias mulheres deveriam empenhar esforços entre elas, no sentido de organização para enfrentar o problema, tornando-se companheiras de luta⁷²⁴. Portanto, como se a exploração da mão de obra não fosse um problema do processo produtivo, culpavam as próprias mulheres pela sua exclusão do movimento e por sua exploração.

No 4º Congresso Operário, organizado por Mariano Garcia e Pinto Machado, com relação à questão da emancipação feminina, pouco foi trabalhado sobre os seus direitos, pelo contrário, em dois dos artigos que abordam a mulher, um deles, o 11º coloca na mesma categoria, os idosos, as mulheres e crianças, pois, defendia a criação de “corporações protetoras dos velhos, das mulheres e das crianças”. Já o 16º artigo expunha legislar sobre o trabalho das mulheres e dos menores nas fábricas e oficinas, tendendo à sua extinção⁷²⁵, isto era dizer, a *grosso modo*, que as mulheres não deveriam ocupar lugares no mercado de trabalho que poderiam ser destinados aos homens.

Não é de se estranhar que, em nenhum dos artigos escritos por Mariano Garcia e que serviram de fonte e objeto para essa pesquisa, o articulista faz menção a alguma mulher que fosse sua companheira de luta na organização da classe operária, fato esse que corrobora com o que Margareth Rago defende, pois, em sua opinião, a ausência da participação política das mulheres na organização dos trabalhadores não ocorre por elas não comparecerem nas mobilizações políticas da época, muito pelo contrário, em algumas greves, a presença feminina foi até determinante. Para a autora, ocorre, dentre outros motivos, “pela imprensa operária estar totalmente nas mãos de elementos do sexo masculino”⁷²⁶.

Mas não só a imprensa, as organizações operárias, em geral, eram um universo predominantemente masculino e, dentro daquilo que seria um dos mais importantes eventos do movimento operário, o congresso, parece que a única representante feminina no evento foi mesmo Lina Ranzenigo, pois, no Congresso organizado por Mariano Garcia em 1912, pela lista de representantes⁷²⁷, não conseguimos identificar nenhum nome feminino e, com relação aos direitos das mulheres, o discurso continuava bem distante da prática, quando observamos as

⁷²⁴ FRACCARO, Glaucia. C. Candian. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 76, p. 73–90, set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n76-04>. Acessado em: 10/12/2023.

⁷²⁵ 4º Congresso Operário Brasileiro, 7 a 15 de novembro de 1912. *Conclusões*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1913, p. 14-18. Encontrado no acervo do ASMOB, Arquivo do CEDEM/UNESP.

⁷²⁶ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar...* . p.71.

resoluções aprovadas como orientação da luta política, que deixam, explicitamente, a luta pela emancipação da mulher de fora da luta operária.

Porém, retornando à análise do 4º Congresso Operário, organizado por Mariano Garcia, Pinto Machado e Cruz e Silva, apesar das suas limitações com relação às pautas feministas, dentre outras limitações, como toda polêmica existente em torno da sua realização, sua importância, segundo Werneck:

foi uma alternativa concreta de luta, que passa pela incorporação da classe operária ao jogo político constituído, consistia numa atração que não deixava de sensibilizar as massas operárias, limitadas até então à pura estratégia da ação direta dos anarquistas⁷²⁸.

Prosseguindo, o mesmo autor defende que o “Congresso reformista perseguirá as lideranças autênticas da classe pela sedução do seu programa e sua aparente exequibilidade”⁷²⁹, como suas diretrizes apresentam:

Nacionalização do operariado, criando-se um vasto “partido político operário” com sede nesta capital e delegações em todas as cidades e localidades de grandes indústrias no Brasil.

Trabalhar ativamente para que o dia normal de oito horas para a labuta diária de todos os operários e trabalhadores no Brasil seja uma realidade.

Conseguir a instrução primária obrigatória.

Batalhar-se para que o governo federal consiga dos governos estaduais medidas para a construção de casas para operários.

Solicitarem-se providências enérgicas, para que os operários possam, com facilidade, tornar eleitores e as eleições serem simplificadas e sempre a expressão das urnas.

Procurar-se unificar o operariado para que tenha sempre em mira concorrer para:

1º- Abolição de todos os monopólios;

2º- Abolição de todos os privilégios;

3º- Decretação de imposto territorial sobre grande propriedade;

4º- Imposto sobre o capital morto;

5º- Imposto sobre a renda;

6º- Gravar pesadamente os objetos e artefatos de luxo importados;

7º- Diminuir, até extinguir, impostos sobre gêneros alimentícios e matéria- prima destinada às indústrias progressivas ou a criar no Brasil;

8º- Instituição de comércios ou assembleias revisoras dos salários;

9º- Organização de sindicatos obreiros, a que incubam trabalhos públicos e particulares;

10º- Criação de caixas de proteção e auxílio comum para a defesa de todos os interesses das corporações operárias;

11º- Instituição de corporações protetoras dos velhos, das mulheres e das crianças;

12º- Direito de aposentadoria aos operários do Estado, atendendo-se à idade, tempo de serviços prestados, natureza dos ofícios e grau de competência de cada um;

13º- Direito à pensão a todos quantos se invalidem em seu mister nas oficinas e trabalhos do Estado;

14º- Responsabilidade criminal de todos os técnicos, patrões, mestres e contramestres,

⁷²⁸ VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 56.

⁷²⁹ O anarquista Motta Assumpção é um exemplo da força de sedução do programa, porque deixa de ser anarquista passando acompanhar Mariano Garcia, em 1912, na sua luta operária.

por abuso, imprevidência ou imperícia de que forem os operários vítimas de desastres;
 15º- Legislação atinente à defesa e amparo do operariado nas fábricas e oficinas particulares ou empresários;
 16º- Legislação regulamentar sobre trabalho das mulheres e dos menores em fábricas e oficinas, tendendo a sua extinção.

O Congresso, em suas resoluções, a priori, não trouxe nada que já não tivesse sido cobrado nos anteriores, mas, se compararmos as 41 resoluções do 1º Congresso realizado em 1892, com as 22 diretrizes do 4º Congresso, em 1912, fica evidente a objetivação das resoluções no pensamento da corrente socialista reformista - da política como a arte do possível - presente na frase de Mariano Garcia quando o mesmo, de forma pragmática, afirma sobre a necessidade de aproximação dos trabalhadores representados pela Liga do Operariado do Distrito Federal (LODF) e cerca de 800 associados⁷³⁰ -com o Estado: “Qual o prejuízo que a LODF pode dar aos operariados abraçando a ideia do deputado Mario Hermes de reunir um Congresso? De formular tantos projetos possíveis de serem aprovados pelo Congresso Nacional?”⁷³¹.

O pragmatismo de Mariano Garcia está na sua intencional defesa de conduta de luta focada no campo político-social e não só no econômico, como privilegiava o Congresso anarquista de 1906. Da necessidade de um Estado interventor, regulamentador da relação capital/trabalho, a partir de uma legislação social discutida de forma ainda tímida no cenário brasileiro, mas que fazia parte da pauta reivindicatória das lutas operárias, que começavam a se destacar e que cada vez mais se avolumavam em diferentes partes do mundo, a partir das discussões sobre a questão da relação entre liberalismo e democracia.

Para Mariano Garcia e seus companheiros do 4º Congresso operário a melhoria da condição dos trabalhadores só seria possível através de leis que regulamentassem a relação empregado/patrão, tendo o Congresso Nacional papel definidor dessa relação, porquanto, a democracia plena só poderia ocorrer com a inclusão daqueles que produziam tudo e não tinham direito a nada na divisão das riquezas produzidas no país.

Os artigos 15º e 16º das resoluções do 4º Congresso deixam isso bem evidente, quando defendem uma legislação como medidas de regulamentação e proteção ao trabalho e, como aponta Luiz Werneck Vianna, ao defender a necessidade de uma legislação voltada para o social, o 4º Congresso buscava “uma reorientação do papel do Estado”⁷³².

⁷³⁰ VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil...* p.56. Na nota de rodapé nº 49, o autor prossegue afirmando não haver dúvida quanto à representatividade do congresso e, para fundamentar a sua posição, elenca a relação de todas as associações participantes no evento.

⁷³¹ *A Época*, em 17 de outubro de 1912.

⁷³² VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil...* p. 7.

E, prosseguindo no entendimento da necessidade de leis para regulamentar a relação capital/trabalho, e não poupando críticas ao *modus operandi* anarquista, assinala para a importância dessas leis trabalhistas, assim:

Considerando que, a ação direta, exclusiva ou não, pode evidentemente, proporcionar senão resultados locais, incompletos e instáveis porque **só a lei tem a força precisa para generalizar**, completar e tornar as conquistas do proletariado e não esquecendo que a ação direta, para ser eficaz, necessita de um exercício contínuo e intenso, que fortalecendo alguns homens talhados para a luta, enerva e desanima a grande maioria dos proletários⁷³³. **(Grifos do autor)**.

No ano seguinte, em 1913, no contexto de lutas e intrigas entre as lideranças operárias, iniciado em 1910⁷³⁴, os anarquistas irão organizar o seu congresso operário que ocorreria no mês de setembro. Mariano Garcia, apesar das desavenças com os anarquistas, irá noticiar o congresso nas suas colunas, dando espaço para que suas lideranças como Rosendo dos Santos e João Leuenroth, respectivamente, secretário e tesoureiro da Confederação Operária Brasileira (COB), pronunciassem-se na Coluna Operária, do jornal *A Época*⁷³⁵, fazendo propaganda da realização do evento.

E, no mesmo ano, juntamente com Rosendo dos Santos e João Leuenroth, dentre outros anarquistas, mas, também, na companhia do seu principal detrator dentro da própria corrente socialista que defendia, o advogado Caio Monteiro de Barros, Mariano Garcia irá atuar na campanha contra a carestia de vida e, no contexto desse movimento organizado de luta, juntamente com Pinto Machado e seus companheiros socialistas reformistas.

Mariano Garcia, defendendo a bandeira do associativismo, irá agir nos subúrbios carioca, estimulando as cooperativas de consumo e de produção dos pequenos lavradores das zonas rurais da cidade. É através da construção de pequenos mercados e de feiras livres como proposta de enfrentamento à carestia de vida e ao acesso da população a gêneros alimentícios mais baratos, comungado com outra frente de luta: a do Pró-Melhoramentos dos Subúrbios.

⁷³³ 4º Congresso Operário Brasileiro... . p.40-41.

⁷³⁴ HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 276.

⁷³⁵ *A Época*, em 24 de junho de 1913.

4.3 Mariano Garcia e a agência contra a carestia de vida: socialista e anarquistas juntos, “um por todos e todos por um”?

No mês de agosto de 1912, Mariano Garcia chamava a atenção na Coluna Operária sobre o problema da carestia dos gêneros de primeira necessidade e dos alugueis, que aumentavam a cada dia, denunciando: “Vem de longe o aumento exagerado de tudo isso; vem de longe a crise do operariado, que é o que mais sofre, porque é o único que mais produz para enriquecer os outros e é o que recolhe o pior quinhão”⁷³⁶. No mesmo enumera possíveis ações que partiriam do governo como o agente a coibir os abusos, as extorsões das classes que possuem o capital, assim, nas suas palavras, lemos: “as classes egoístas que enriquecem com a miséria dos povos”. Contudo, na sua avaliação, nenhuma das ações que qualquer governo quisesse tomar em partido das classes populares, não seria possível diante de tantos interesses feridos. E, como solução, defende ações coletivas complexas e disciplinadas, por isso, prega a ordem - aos moldes das rebeliões contra a fome na Europa do século XVIII - da verdadeira “sublevação popular”, como observamos no seu dizer:

Aos povos sofredores só restam os recursos violentos, isto é, a greve contra tudo que os explora. Unidos por um só pensamento o operariado, o povo, determinaria com antecedência, o dia em que os alugueis das casas deviam baixar.

Determinado esse dia, publicada em profusão uma tabela, de acordo com o direito, declarava-se a greve e ninguém, pagaria daquele dia em diante, senão pelo preço estabelecido. Para facilitar a resolução tomada devia dizer somente: DE HOJE EM DIANTE NÓS, O POVO SOBERANO, QUE PARA TUDO E TODOS TRABALHAMOS, RESOLVEMOS PAGAR OS ALUGUEIS DE CASA COM 50% DE ABATIMENTO. E ninguém pagasse mais e se deixasse ficar em suas casas esperando a *justiça*.

Nada de provocar lutas; cada um na sua casa.

Para completar essa vitória declaravam a greve todos os operários e trabalhadores, principalmente os de veículos e de estradas de ferro, padeiros, tipógrafos e telégrafos. Isso para os alugueis de casas, porém, para os gêneros considerados de primeira necessidade, como a carne, a abstenção completa, e daqueles que todo não se poderem abster, por causa das famílias resumir o seu consumo o maior possível.

O comer é uma necessidade e não um vício, e a exploração mercantil é mais forte nos gêneros que nos consumimos por vício, como a carne.

Na luta pela vida, vencem os fortes, os que sabem sofrer e lutar para demonstrar aos pusilânimes que nos exploram o que somos e o que valemos!⁷³⁷.

As ponderações de Mariano Garcia não aconteciam ao calor do momento, eram avaliações calcadas no cotidiano de privações, as quais o povo pobre trabalhador, assim como ele, estava submetido há décadas, mas, que de forma cíclica, apresentavam períodos menos ou

⁷³⁶ *A Época*, em 17 de agosto de 1912.

⁷³⁷ *A Época*, em 17 de agosto de 1912.

mais severos, e o ano de 1912 já apontava para tempos difíceis com a retração no mercado de exportação que ocasionou a elevação dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, como arroz, pão, feijão, banha, milho e açúcar, além da redução dos salários pagos aos trabalhadores, em particular, na Capital Federal⁷³⁸.

E o que Mariano Garcia escrevia em 1912, não só no artigo citado acima, mas em vários outros⁷³⁹, era o prelúdio das agitações contra o alto custo de vida que verdadeiramente começaria a mobilizar diversos setores da sociedade logo nos primeiros dias do ano de 1913, com grandes manifestações da classe trabalhadora contra a carestia que comprimia ainda mais os parcos ordenados daqueles que ainda tinham trabalho, devido à retração do mercado, mas, também da população pobre como um todo.

Portanto, como assinala Thompson, “isso contém uma verdade óbvia: as pessoas protestam quando estão com fome”⁷⁴⁰. E, no início de 1913, iremos encontrar reunidos diferentes lideranças dos trabalhadores de correntes políticas variadas mobilizadas na campanha contra a carestia de vida.

As reuniões começaram a ser organizadas no Centro Cosmopolita⁷⁴¹, com sede na rua do Senado, nº 215, já nos primeiros dias de janeiro, com a seguinte convocação para o encontro feita na “Coluna Operária” d’ *A Época*, e nos principais jornais da grande imprensa: “Convidam-se todos os companheiros, sócios ou não, para comparecerem à grande assembleia

⁷³⁸ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p.236.

⁷³⁹ *A Época*, em 08 e 19 de agosto, 23 de novembro e 22 de dezembro de 1912.

⁷⁴⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.151.

⁷⁴¹ O Centro Cosmopolita foi fundado em 1903, no Rio de Janeiro, sendo a associação de classe do tipo sindical e assistencial dos trabalhadores em hotéis, restaurantes, cafés, bares e classes congêneres. Em 1912, fez do jornal *A Época* o seu órgão oficial. Cf. BATALHA, Cláudio H. M. *Dicionário do Movimento Operário do Rio de Janeiro...* p.201/202. Para representar esses trabalhadores, atuavam no “sindicato” Centro Cosmopolita tanto sindicalistas reformistas e socialistas quanto sindicalistas revolucionários e anarquistas, por isso não é de se estranhar que a diretoria do Centro Cosmopolita conseguisse aglutinar na sua sede, as diferentes lideranças militantes e suas diversas correntes reunidas em um único propósito. Cf. COSTA, Adailton Pires. *A História dos Direitos Trabalhistas vista a partir de baixo: a luta por direitos (e leis) dos trabalhadores em hotéis, restaurantes, cafés e bares no Rio de Janeiro da 1ª República (DF, 1917-18)*. 2013. Dissertação Mestrado em Direito. Faculdade de Direito. Universidade Federal de Santa Catarina. p.18. Em agosto de 1912, ao comemorar o seu 9º ano de existência, a “Coluna Operária” ressalta a importância da associação proletária: “num curto período de 9 anos, conseguiram atestar ao operariado desunido quanto pode essa união concorrer para demonstrar os bons desejos de trabalharem todos pelo bem comum”. No mesmo dia, a associação concede a Mariano Garcia o diploma de sócio. Cf. *A Época*, em 02 de agosto de 1912.

da classe que se realiza amanhã, 7 do corrente, às 9 ½ hora da noite, para tratar-se de assuntos de suma importância para toda a classe”⁷⁴².

Naquele momento, a questão mais urgente que mobilizava toda classe trabalhadora em suas diferentes correntes políticas era a lei de expulsão de estrangeiros do território nacional, a “lei bárbara”, que acabara de ser aprovada pelo Congresso Nacional e que estava sendo encaminhada ao Executivo para ser sancionada pelo Presidente da República, por isso a convocação pedia que ninguém faltasse à reunião, pois iria ser lavrada pelo Centro uma moção de protesto contra a lei, que sendo, segundo sua diretoria: “assunto de tanta gravidade que vem ferir a todos nós”⁷⁴³.

A reunião que aconteceu no dia 07 de janeiro acabou resultando numa disputa entre os que defendiam o Presidente da República, como Mariano Garcia, acreditando que a lei não iria ser sancionada por Hermes da Fonseca, pois a lei Adolpho Gordo⁷⁴⁴ já tratava desse assunto, sendo considerada bastante severa, ao perseguir os trabalhadores estrangeiros nas associações e/ou em qualquer forma de reclamação, que “incomodasse a ordem”. Essa última lei foi motivo de protestos entre os trabalhadores e condenada de forma unânime pelo 4º Congresso Operário, que pediu sua revogação imediata na carta de solicitações encaminhada ao Congresso Nacional, que teve o próprio filho do Presidente da República como portador.

Já os que não eram partidários do governo, como o advogado Caio Monteiro de Barros, aproveitaram para creditar ao Presidente Hermes da Fonseca a autoria da lei, o que fez Mariano Garcia reclamar dos rumos que estavam tomando um assunto de extrema importância, dizendo:

Mas, dirigimo-nos aos operários de todas as classes, de todas as associações, que desejam, como nós, que a nossa propaganda seja eficaz sem que nos prestemos com isso a ser instrumentos de reles politicagem como no Centro Cosmopolita tivemos o desgosto de apreciar, a politicagem de um doutor que, pela boa vontade e gentileza da diretoria daquela associação, fora convidado para presidir a reunião, em vez de se limitar ao justo protesto de indignação que lavra no seio dos que trabalham, só tratou de fazer um discurso contra o presidente da República, dizendo que só ele é o autor dessa lei infame, procurando assim afastar do seio do operariado esse rancor natural que nos provocou o civilismo paulista, o único a quem se deve essa lei⁷⁴⁵.

Alguns dias depois, em 10 de janeiro, o Presidente da República sanciona a lei de expulsão dos imigrantes, o que causou indignação e decepção na parcela dos militantes que

⁷⁴² *A Época*, em 06 de janeiro de 1923.

⁷⁴³ *Ibidem*.

⁷⁴⁴ Citada no terceiro capítulo.

⁷⁴⁵ *A Época*, em 09 de janeiro de 1913.

depositavam esperanças não ser aprovada por Hermes da Fonseca. Nessa expectativa, dias antes, Mariano Garcia fez uma alerta sobre as consequências da promulgação:

S. ex. sabe que não serão essas medidas de repressão que virão pôr termino à nossa campanha pelas novas ideias de emancipação humana, e que pelo contrário, mais intensa será d'ora avante, se essa lei for sancionada.
O socialismo e o anarquismo são ideias que hão de triunfar, queiram ou não queiram, temos dito e repetido, e quanto mais procura sem interceptar a sua marcha, tanto mais breve será a sua vitória⁷⁴⁶.

E de fato, a insatisfação com a repressão cada vez maior das mobilizações operárias por direitos a partir da promulgação da Lei de Expulsão dos Estrangeiros – denominada por Mariano Garcia como lei bárbara⁷⁴⁷ - somada à condição de vida que cada dia tronava-se mais sofrida, serviu como fator aglutinador das lutas pela classe trabalhadora, que já mobilizada pela questão da “lei bárbara”, começa a se movimentar por outra questão, que era a da “carestia do custo de vida”.

E, novamente a sede do Centro Cosmopolita irá servir de espaço de congregação das mais diferentes lideranças socialistas, anarquistas e anarco-sindicalistas, onde o comício público é definido como a principal forma de protesto utilizado pelos trabalhadores nas suas reivindicações, tudo dentro do cenário que se desenhava de intensa repressão ao movimento organizado dos trabalhadores após a promulgação da “lei barbara”.

E, baseado nas divergências surgidas nas primeiras reuniões no Centro Cosmopolita por conta das questões políticas, o advogado Caio Monteiro de Barros, redator da coluna “Vida Operária” do jornal *Correio da manhã* - a quem Mariano Garcia acusava de politicagem - para que não ocorressem divergências que pudessem pôr fim a mobilização dos trabalhadores organizados, passa a alertar sobre a necessidade de se focar no bem maior, defendendo em sua coluna:

Pode a carestia de vida ser sentida mais dolorosamente por uns do que outros, mas a verdade é que o operário, o funcionário público, o jornalista, o agricultor, o empregado no comércio, o advogado, o médico, o soldado, todos sem exclusão, sentem-na muito. É necessário, pois, que, agindo, o povo ponha de lado, como inconvenientes,

⁷⁴⁶ *A Época*, em 02 de janeiro de 1913.

⁷⁴⁷ *A Época*, em 04 de dezembro de 1912. O artigo escrito na Coluna Operária é intitulado como Lei bárbara. Nele, Mariano Garcia criticava o recrudescimento de uma lei que já existia, a Lei Adolpho Gordo, de 1907 e que já era bastante severa com os operários estrangeiros, mas que a nova lei conseguia piorar, chegando ao absurdo da expulsão sumária, sem sequer dar ao operário estrangeiro o direito ao *Habeas Corpus*, mesmo tendo constituído família, com mulher e filhos brasileiros. Alguns expulsos moravam no Brasil e possuíam família há mais de 20 anos, por isso, a nova lei de expulsão de estrangeiros foi denominada de bárbara, porque baniam para o país de origem, sem direito de retornarem, estrangeiros que não possuíam nenhuma referência familiar com a terra natal por aqui chegarem ainda criança, trazidos pelos seus pais.

impróprias, inteiramente prejudiciais à sua ação e à vitória da causa em debate, outra questão qualquer. Nesse momento não se trata de civilismo ou de hermismo, de republicanismo ou de monarquismo, de socialismo ou de libertarismo, de clericalismo ou de anti-clericalismo, ou de coisa semelhante terminada em *ismo*. Não!⁷⁴⁸.

As declarações de Caio Monteiro de Barros foram proferidas por conta das resoluções tomadas nos últimos encontros, que ocorreram no Centro Cosmopolita, e que reuniram vários militantes de diferentes correntes, mas, há uma, em especial, a do dia 20 de fevereiro de 1913, com cerca de 300 pessoas presentes. O advogado abriu a sessão, defendendo a união dos trabalhadores, independente de posições políticas, em um único objetivo em prol da melhoria da condição de vida para a classe trabalhadora. Nesse encontro, participaram várias lideranças, dentre elas: Cecilio Villas, Hermes de Olinda, Antônio Moreira, Manoel Joaquim da Costa, Santos Barbosa, Demétrio Nivana e Custódio Paes. Kaio Alves aponta para essa união entre diferentes lideranças.

No entanto, talvez como que uma resposta à “convocação” de Caio Monteiro de Barros, para uma luta conjunta contra a carestia, independentemente das ideologias dos operários, 11 comícios foram organizados com a presença de oradores socialistas, colaboracionistas e sindicalistas revolucionários, que compartilharam o mesmo canal de comunicação com a classe trabalhadora carioca. É possível que a carestia, por ser uma questão econômica fundamentalmente cara ao proletariado, por mais que também tocasse às classes médias, tenha sido o elemento de aproximação das lideranças operárias⁷⁴⁹.

Nessa reunião, foi aprovada a moção que iria ser entregue ao governo no próximo dia 24 do mesmo mês, sendo também definido o comício como forma de mobilização. Então, nesse dia em que a moção fosse entregue, ocorreria o primeiro *meeting*, às 2h da tarde, no Largo de São Francisco⁷⁵⁰. Dizia a moção o seguinte:

O POVO EM COMÍCIO

Considerando que a carestia da vida é uma horrorosa realidade e vai a ponto de o reduzir à fome, à miséria;

Considerando que os gêneros de primeira necessidade, como a carne verde, a banha, os cereais, o charque, estão açambarcados por meia dúzia de especuladores que os monopolizam, regulando artificialmente o seu preço exorbitante, sempre muito além do alcance dos recursos do povo;

⁷⁴⁸ *Correio da Manhã*, em 25 de fevereiro de 1913.

⁷⁴⁹ ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918)*. 2014. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, Minas Gerais. 2014. p.86.

⁷⁵⁰ *A Época*, em 21 de fevereiro de 1913.

Considerando mais, que agora outro gênero de primeira necessidade, imprescindível a vida do povo, como o açúcar, está assenhoreado por um desses “trusts”, promovendo-lhe alta de preço cada vez maior, já se vendendo nesta cidade à razão de \$700 o quilo;

Considerando ainda, que se a situação se origina apenas dos manejos dos “trustmen”, pois há superprodução no Brasil deste produto e o “trust”, para encarecê-lo, compra todo o açúcar existente, exporta-o para a Europa e, assim reduzindo o “stock” aqui, provoca com este “trust” criminoso a subida excessiva do preço desse gênero de primeira necessidade;

Portanto:

Considerando que, além das causas gerais referentes propriamente à organização e produção capitalista, avulta o regime aduaneiro, não simplesmente protecionista, mas brutalmente proibitivo e a cuja sombra se expande incontrastável a especulação descabelada dos intermediários em detrimento do produtor, da própria lavoura, do consumidor, do povo em geral.

E dessa forma originaram-se os terríveis sindicatos industriais – *Corucres, cartels, trusts* que já empolgaram e se assenhorearam do mercado e estão matando o povo à fome, sede, reduzindo-o à última extremidade.

Assim, o povo delibera, para debelar essa aflitiva situação, reclamar do governo a modificação da taxa dos direitos de importação até mesmo, dar entrada, livre de direitos, durante o prazo que julgar necessário para os artigos de procedência estrangeiras que possam competir com os similares produzidos ou açambarcados pelos “trust” nessa praça ou noutra do país (art.55 n° VIII da lei 2719 de 31 de dezembro de 1912, que orça a receita geral da República para 1912).

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1912⁷⁵¹.

E, assim, começava o movimento organizado com uma intensa mobilização das diversas lideranças operárias. A moção termina evocando o cumprimento à lei, além de apontar, dentre outros temas, para a economia moral presente no absurdo da privação, pois, apesar do país ser um grande exportador de açúcar, o produto faltava à mesa de quem produzia o açúcar – o povo – por isso e outros motivos, muito se justificam as mobilizações e, no dizer de Thompson, “O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para ação direta”⁷⁵². A moção demonstrava as falhas do governo por não fazer valer a lei 2719⁷⁵³ e apontava os responsáveis pela carestia dos alimentos: os capitalistas, reunidos em associações – *Corucres, cartels, trusts* – que viviam a explorar o povo, cobrando do governo ações⁷⁵⁴.

Essas reivindicações da moção estavam contidas no conjunto de luta dos trabalhadores, não só no Brasil, mas em outras partes do mundo, como, por exemplo, na Argentina onde também aconteciam movimentos de pressão dos trabalhadores contra o monopólio das grandes empresas, exigindo que o governo regulasse o mercado do açúcar. Quer dizer, uma luta de

⁷⁵¹ *A Época*, em 21 de fevereiro de 1913.

⁷⁵² THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum...*, p.152.

⁷⁵³ Lei 2719 de 31 de dezembro de 1912 que orça a receita geral da República para 1913, mas em particular, o art. 55, n. VIII, que versava sobre modificação da taxa dos direitos de importação para aumentar a concorrência.

⁷⁵⁴ *A Época*, em 21 de fevereiro de 1913.

resistência contra o movimento do capitalismo monopolista internacional, esse, bastante contraditório às diretrizes do próprio liberalismo econômico que pregava a livre concorrência para o equilíbrio do mercado, mas que desde os fins do século XIX, encorajava a prática da formação de megaempresas – os *corucre*s, *cartels*, *trusts*- como a moção aponta, que passam a controlar grande parte dos mercados, como forma de maximização dos lucros, e sem nenhum compromisso com o social, como acontecia com o açúcar.

Um exemplo disso, segundo denúncia da Coluna Operária de Mariano Garcia, foi quando 17 firmas comerciais de açúcar em Recife e no Rio de Janeiro organizaram-se em um *trust* para encarecer o produto. Consta no artigo que o intuito dos negociantes seria a de super exploração do mercado interno, através do ultra protecionismo, pois:

o açúcar é vendido para a Europa a 120 réis kg porque tem saída livre, e não se vende para esta praça, senão entrado como estrangeiro, tendo assim de pagar a tarifa de 800 réis por kg, de modo que não há meios de baratear esse gênero indispensável⁷⁵⁵.

Dessa forma, o militante defendia “uma agitação enérgica contra esse “*trust*” e todos os outros que já assistem, como o da carne seca, da banha, do arroz, etc.⁷⁵⁶. Em seguida ao evento, ocorrido no dia 20 de fevereiro no Centro Cosmopolita, surge o Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida e, a partir disso, o movimento contra a carestia começa a ocupar as primeiras páginas dos jornais de grande circulação da capital e, em alguns periódicos ocupam páginas inteiras, a exemplo da primeira página do jornal de figura 16.

⁷⁵⁵ *A Época*, em 13 de fevereiro de 1913.

⁷⁵⁶ *Ibidem*.

Figura 16 - Movimento contra a Carestia de Vida



Fonte: Jornal *A Época*, em 22 de fevereiro de 1913.

Do Centro Cosmopolita, a associação de tantas lideranças divergentes na perspectiva da condução da luta operária, as manifestações tomaram as ruas, e diversos comícios passam a ocorrer, simultaneamente, de forma organizada, em diferentes pontos da Cidade, como o Centro da Cidade, a Gávea e o Jardim Botânico, assim como na região dos subúrbios carioca, nos bairros de Engenho de Dentro, Pilares e Inhaúma. Assim foi, quando no mesmo palco, militantes socialistas como Mariano Garcia, Pinto Machado, Ulysses Martins, Caio Monteiro de Barros, membros de outras organizações socialistas, a exemplo de Manoel Correa da Silva e José Hermes de Olinda Costa e lideranças anarquistas, como Célio Villar, Rozendo dos Santos, Pedro Matera, Maximiniano de Macedo e Valentim de Brito passaram a discursar contra a carestia de vida. Fato indicado pela reportagem de primeira página do jornal *A Época*⁷⁵⁷, da figura 17.

⁷⁵⁷ *A Época*, em 10 de março de 1913.

Figura 17 - Os Comícios ocorridos na Gávea, Engenho de Dentro e no Catumbi em 09 de março



Fonte: Jornal *A Época*, em 10 de março de 1913.

Nesse dia de março de 1913, ocorreriam três manifestações. A da Gávea, organizada pela Associação Fraternidade e Progresso da Gávea, que tinha como diretor o operário sapateiro Caralampio Trilha⁷⁵⁸, que abriu o evento, ao discursar sobre a carestia de vida. A Associação recebeu o apoio da Federação Operária Independente, tendo o anarquista Pedro Matera⁷⁵⁹ como seu representante, que discursou sobre a condição de miséria da população, além da presença de outras lideranças operárias como Vicente Pereira Júnior e Honório de Figueiredo, todos

⁷⁵⁸ BATALHA, Claudio H. M. *Dicionário do movimento operário...* . Op. cit., p. 164.

⁷⁵⁹ Ibidem, p. 101.

proferindo falas contra o governo e contra os *trusts*⁷⁶⁰ que seriam os responsáveis pela miséria da população e da carestia de vida. No mesmo dia, quase que concomitantemente, ocorriam mais dois outros *meetings*, um no Engenho de Dentro e outro no Catumbi.

O evento do Engenho de Dentro teve como organizador a Federação Operária do Engenho de Dentro, onde discursaram Candido da Costa, que falou em nome da Associação, Leal Júnior, Célio de Brito e Antônio Moreira. O evento ocorrido no Largo do Catumbi foi organizado pela Federação Operária Independente, tendo como oradores Antônio Moreira, Célio Villar e Candido Costa.

Apesar dos três eventos serem vigiados pela polícia, somente no evento do Catumbi, como sinaliza o artigo do jornal, é que ocorreu a intervenção do delegado Antenor de Freitas que proibiu o discurso do operário Candido Costa⁷⁶¹, alegando que esse não era um representante dos trabalhadores, e ordenou o fim da manifestação. Fato que fez a comissão organizadora procurar o delegado, declarando que o evento estava ocorrendo “debaixo da ordem mais estrita e assim se pretendiam conservar até o final do comício”⁷⁶².

Segundo a matéria do jornal, a ação do delegado foi arbitrária, pois a força policial composta pela polícia militar e pela guarda civil - as duas forças responsáveis pelo patrulhamento urbano na Capital Federal - estava impedida, “de meter o chanfallo” nos manifestantes⁷⁶³, o que nos leva a considerar que os eventos possuíam uma organização complexa, que não aconteciam de forma individualizada na figura de certas lideranças operárias, mas sim, a partir das associações de classes e que elas⁷⁶⁴ comunicavam aos órgãos competentes com antecedência sobre a realização dos eventos, sendo esses noticiados de forma sistemática nos jornais de grande circulação, além das muitas folhas operárias.

Todavia, se, oficialmente, a polícia não podia reprimir a liberdade de manifestação garantida pela Constituição de 1892, isso não quer dizer que a repressão aos manifestantes não

⁷⁶⁰ *A Época*, em 10 de março de 1913.

⁷⁶¹ Candido Costa representou a Liga dos Artistas Alfaiates do Rio de Janeiro no Congresso Operário de 1906. No Congresso de 1913, falou em nome da Liga Operária Machadense, de Machado, região de Minas Gerais. Cf. BATALHA, Claudio H. M. *Dicionário do movimento operário...*. Op. cit., p48-49.

⁷⁶² *A Época*, em 10 de março de 1913.

⁷⁶³ *Ibidem*.

⁷⁶⁴ A Confederação Operária Brasileira (COB), a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), e a Liga do Operariado do Distrito Federal (LODF), foram as principais associações, que promoveram os comícios. Para aprofundar sobre o assunto, ver a dissertação de Kaio César Goulart Alves sobre o movimento contra a carestia de 1913 e a campanha contra a carestia de 1917. Em sua pesquisa, apresenta tabelas que apontam os comícios, os organizadores e os participantes, além das datas e local dos comícios contra a carestia.

acontecera. No evento do Catumbi, o delegado Antenor de Freitas, nas denúncias da matéria, “se fazia acompanhar de um numeroso séquito de esbirros e encostados, postos à sua ordem pelos banqueiros do jogo do bicho⁷⁶⁵, afim de lhe servirem de guarda-costas”⁷⁶⁶.

E, buscando reprimir o evento, o delegado utiliza de um velho recurso utilizado pela polícia - e já bastante conhecido pelo povo quando se reunia em manifestações – ou seja, infiltrando agentes para criarem tumulto e, na desculpa de “manter a ordem”, a polícia reprimia com violência as manifestações populares. Assim, a matéria indicava o uso da artimanha, pois: “o delegado Antenor de Freitas havia chamado os agentes de segurança, determinando-lhes que se aproximassem da tribuna popular e provocassem um conflito, podendo pôr o “pau em ação, porque a zona estava garantida”⁷⁶⁷.

De fato, depois da intervenção do agente, pensando na manutenção da ordem para evitar que o uso da violência desnecessária contra os trabalhadores, que protestavam, de forma pacífica, fosse utilizada, o que poderia, além de tudo, prejudicar a realização dos próximos eventos, os organizadores põe fim ao comício com o pronunciamento do operário Candido da Costa que, “apesar de ser violentamente arrebatado da tribuna, pode ainda pronunciar, com toda a energia, esta frase: “Povo, povo! Ordem, ordem! Neste país não há mais liberdade de manifestação!”⁷⁶⁸.

⁷⁶⁵ É interessante observar o conluio entre a polícia e os banqueiros do jogo do bicho. A perseguição aos jogos de azar no Brasil já era uma realidade desde a década de 1830, ainda no Império. Na Primeira República, a repressão passa a focar o jogo do bicho, que chamava a atenção pela popularidade, sendo um influente elemento de sociabilidade, por isso, entendido como necessário de controle pelo Estado e reprimido pela polícia. No comício do Catumbi, levando a união entre a polícia e os banqueiros do jogo do bicho era, podemos assim dizer, o combate a um inimigo comum: as lideranças operárias. Dentro do discurso conservador das lideranças operárias que condenavam qualquer tipo de vício em nome da família e do trabalho, o jogo do bicho era considerado um jogo de azar, além de imoral, assim como a prostituição e a vadiagem, por isso, bastante combatido tanto pelos socialistas como anarquistas, através do discurso escrito e falado das lideranças em congressos, reuniões, palestras, jornais, mas também encenados em peças teatrais, dentre outras formas de comunicação. O próprio Mariano Garcia, na lógica da nobilitação do trabalho, era crítico contumaz de qualquer tipo de jogo por considerar que desvirtuava o trabalhador. Em 1895, numa pequena nota no *Jornal do Brasil*, critica a imprensa comercial que se dizia “amiga da ordem e da lei”, por divulgar o bicho sorteado em suas páginas, além de permitir que se vendessem bilhetes do jogo do bicho em seus escritórios. Em 18 de novembro de 1912, na sua “Coluna Operária” no jornal *A Época*, afirma que “os banqueiros dos jogos proibidos são uns bandidos da pior espécie”. Sobre o jogo de bicho no Rio de Janeiro: MAGALHÃES, Felipe Santos. *Ganhou leva... Do vale o impresso ao vale o escrito. Uma história social do jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890-1960)*. 2005. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de História – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2005.

⁷⁶⁶ *A Época*, em 10 de março de 1913.

⁷⁶⁷ *A Época*, em 10 de março de 1913.

⁷⁶⁸ *Ibidem*.

As palavras de Candido da Costa parecem ter sido proféticas, pois, se nos primeiros comícios a repressão policial não havia apresentando-se oficialmente, isso não ocorreu com os demais, pois cada vez os protestos populares se intensificavam, acontecendo, quase que diariamente, com um número cada vez mais elevado de participantes, não só do meio operário, mas do povo em geral, que cada vez mais aderiu ao movimento. Então, como a organização do evento ocorrido no Catumbi havia alertado, “o único remédio que o governo encontrou para sair do cipoal da carestia da vida é o não consentimento das manifestações em praça pública”⁷⁶⁹. E, para coibi-las passa a colocar em prática no Distrito Federal toda repressão que a “lei bárbara”, acabara de ser promulgada, permitia.

Com a adesão cada vez maior de populares, alguns desses eventos conseguiram reunir milhares de participantes, a exemplo do *meeting* ocorrido no domingo, dia 16 de março, quando todas as sociedades operárias do Rio de Janeiro compareceram⁷⁷⁰ ao Largo de São Francisco de Paula, no Centro da cidade, para protestar contra a carestia de vida. Conhecido como “comício monstro”⁷⁷¹, o evento reuniu mais de 10 mil participantes⁷⁷², dentre os participantes, muitos militantes de diferentes orientações.

⁷⁶⁹ *A Época*, em 10 de março de 1913.

⁷⁷⁰ *A Época*, em 16 de março de 1913.

⁷⁷¹ ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra...* .p.70-71.

⁷⁷² LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 57.

Figura 18 - Comício monstro do largo de São Francisco.



Aspecto geral do «meeting» monstro, hontem, no Largo de S. Francisco - Nos medalhões ao lado, dois dos oradores «apanhados» no momento em que fallavam

Fonte: Jornal *A Época*, em 17 de março de 1913.

A imagem acima estampada na primeira página da edição do dia 17 de março de 1913, foi do comício denominado como “*meeting monstro*”, no qual não houve registro de grandes ocorrências sobre a ação da força policial, procurando coibir a aglomeração popular, isso se deu muito pelo fato de, como noticiava a matéria do jornal quando a presença de uma força da cavalaria da Brigada Policial, passando pelas ruas ao redor da manifestação na intenção de amedrontar o povo, viu, “o número de populares, porém, grande, e a polícia achou que andaria melhor... tocando à frente. E assim foi. A força de cavalaria prosseguiu em seu caminho [...] em direção à delegacia do 4º distrito”⁷⁷³.

Mas, não era essa a realidade dos eventos de menor expressividade popular, nesses casos a repressão acontecia com frequência, aos moldes do evento ocorrido dias antes, em 03 de março, no comício da Praça da República, quando os manifestantes foram dispersados sob patas de cavalos e cassetetes pela força policial montada. O comício ocorrido poucos dias depois, no

⁷⁷³ *A Época*, em 17 de março de 1913.

dia 05 de março, no Largo de São Francisco, quase não aconteceu, pois a polícia tentou impedir com o uso de extrema violência, apesar de uma multidão com mais de 4 mil pessoas presentes, quando “espancou populares e crianças”⁷⁷⁴.

No dia 23 de março, Mariano Garcia participaria do comício contra a carestia de vida, organizado pela LODF, a mesma entidade que havia preparado no ano anterior o 4º Congresso Operário, juntamente com Pinto Machado e Benjamin Magalhães, no bairro de Pilares, lugarejo de Inhaúma. No mesmo dia também ocorreriam outros dois comícios; um na Praça Onze de Junho, organizado pela FORJ, e outro no Largo de São Lourenço, em Niterói, reunido pelo Círculo Operário Fluminense⁷⁷⁵. O que chama a atenção sobre o *meeting* em que Mariano Garcia participou, foi a “linha fina” do jornal que noticiava: “UM COMÍCIO SUBURBANO - NOS PILARES (INHAÚMA) - FALARAM DIVERSOS ORADORES – AUSÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL”.

A notícia na linha fina remete-nos imediatamente a uma questão: por qual motivo a polícia mostrava-se ausente no comício em Pilares?

A polícia ausente, a qual a reportagem mencionava, era, em especial, a “polícia do sr. Belisário Távora”, chefe da polícia civil do Distrito Federal, nomeado pelo Presidente Hermes da Fonseca em 1910. Belisário Távora era o chefe do delegado Antenor de Freitas, o mesmo que dias antes atuara na repressão contra o comício do Catumbi. Em sua matéria, o jornal *A Época* dizia ser o delegado Antenor de Freitas “legítimo representante desse outro energúmeno que se chama Belisário Távora”⁷⁷⁶. A notícia tecia críticas à repressão da polícia carioca, mas, apesar de fundamentadas, a intenção não era somente denunciar a repressão e a truculência policial, na verdade, através de uma mensagem subliminar, o endereço era outro.

Com a proximidade das eleições presidenciais, a reportagem fazia uma crítica velada ao presidente Hermes da Fonseca, fato percebido quando a matéria complementa, “E, se estivéssemos no tempo em que éramos governados por homens de patriotismo, de moralidade, e que defendiam os interesses do povo, delegados da ordem desse Antenor de Freitas seriam corridos da polícia, e bem do serviço público”⁷⁷⁷.

⁷⁷⁴ *A Época*, em 06 de março de 1913.

⁷⁷⁵ *A Época*, em 24 de março de 1913

⁷⁷⁶ *A Época*, em 10 de março de 1913.

⁷⁷⁷ *A Época*, em 10 de março de 1913.

Os “homens de patriotismo” mencionados possivelmente seriam os dois primeiros presidentes da República: Deodoro e Floriano e, em particular, Floriano Peixoto, muito por conta do jacobinismo florianista, que ainda se apresentava na sociedade, quando em seu governo passou a tomar ações que beneficiaram diretamente a população mais pobre, e também a classe trabalhadora. Assim como Hermes da Fonseca, Floriano Peixoto procurou, através de concessões públicas a empresas particulares, a exemplo da Cia Evoneas Fluminense⁷⁷⁸, construir habitações higiênicas para trabalhadores pobres, dentre outras medidas de benefício à população.

Voltando ao assunto sobre a ausência da polícia no *meeting* em Pilares, a polícia que não compareceu foi a polícia sob o comando do delegado Belisário Távora. A que apareceu foi – uma atenção especial para as patentes – a “do comandante do destacamento de Inhaúma, cabo Manoel e duas praças do 3º batalhão”⁷⁷⁹.

A polícia do delegado Belisário Távora, na preocupação de colher informações para “o desenvolvimento de instrumentos eficientes de repressão”⁷⁸⁰, “possuía uma lista com mais de 30 nomes de militantes contra a carestia que provavelmente seriam interrogados ou presos”⁷⁸¹. O delegado estava marcando presença no comício da Praça Onze, este, sim, “mais perigoso”, pois, organizado pela FORJ, a presença das lideranças anarquistas era certa, por isso, a vigilância deveria ser constante e ostensiva, o que revelava o engenho de uma política de considerável lucidez da polícia e daqueles que a controlavam. Na certeza de que “toda mobilização séria era na realidade, uma ameaça à ordem, para uma burguesia desprovida de outros mecanismos de dominação que não fosse o uso do aparato policial e da violência física para conter a classe operária”⁷⁸², e, sendo os anarquistas os mais exaltados nas mobilizações, por isso, os mais vigiados, e conseqüentemente, os mais reprimidos.

⁷⁷⁸ AGUIAR, Alexandra do Nascimento. O diabo e o labirinto: Companhia Evoneas Fluminense e a história de uma falência (1890-1893). *Revista História Econômica & História de Empresas*. v. 25, n. 3 | p. 668-695, set.-dez. 2022.

⁷⁷⁹ *A Época*, em 24 de março de 1913.

⁷⁸⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, M. *Alargando a história da classe operária: organização, lutas, controle*. Remates de Males, v. 5, p. 96-120, 1985. P.106. Tradução disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/baygon,+09-+Michael+M.+Hall+&+Paulo+S.+Pinheiro.pdf>. Acessado em: 04 jan. 2024. Segundo os autores, as circulares estão cheias de detalhes a respeito da manutenção de uma lista negra efetiva, instruções sobre cooperação mais eficiente com a polícia na prisão de agitadores suspeitos, plano para a ação comum no caso de greves, e muito mais.

⁷⁸¹ ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra...* p. 69-70.

⁷⁸² PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, M. *Alargando a história...* p.103.

E, o “potencial perigoso” dos comícios nos quais os anarquistas, adeptos da ação direta, estavam presentes, pode ser observado tanto pelas condutas, como nos discursos proferidos pelas lideranças ao se apresentarem no palco. Apesar da proposta inicial ser a formação de uma frente única visando o combate à carestia de vida, e da ponderação de algumas lideranças sobre a orientação antipolítica das manifestações, isso não impediu que os comícios comandados pelas diferentes associações não tocassem nos pontos defendidos pelas diferentes associações como bandeiras que justificavam sua própria existência como entidades representantes da classe trabalhadora.

É o que observamos nos discursos dos integrantes da FORJ e da COB – as agremiações que promoveram o maior número de comícios – além das manifestações sociais contra a carestia e da abolição ou redução dos impostos, também aproveitavam as manifestações para reivindicar sobre a jornada de oito horas para todos os trabalhadores, o aumento de salários para todos os operários, a equiparação salarial entre homens e mulheres e o combate à exploração do trabalho infantil. Advogavam essas demandas, mas sem fugir às críticas severas aos políticos, qualificadas por Mariano Garcia como verborragias incendiárias⁷⁸³, acontecendo discursos mais exaltados de alguns dos militantes com relação ao governo de Hermes da Fonseca.

Ulysses Martins⁷⁸⁴, um dos poucos socialistas reformistas que participou de quase todos os eventos organizados pela FORJ e pela COB, entretanto, no “comício monstro” do Largo de São Francisco, atentou para a politização dos eventos, acusando os jornais de contribuírem para isso, quando procuravam enaltecer certos políticos em detrimento de outros⁷⁸⁵, críticas que o fez sair vaiado ao fim do seu discurso. Por conta das suas ponderações, ao rumo que as

⁷⁸³ *A Época*, em 11 de março de 1913.

⁷⁸⁴ Ulysses Martins era espanhol, era tipógrafo, professor e ator. Anarquista, no Congresso Operário de 1906 foi um dos delegados da Federação Operária de São Paulo. Em 1911, aderiu ao socialismo reformista, fazendo parte da Liga do Operariado do Distrito Federal (LODF), tornou-se próximo de Mariano Garcia, colaborando com a “Coluna Operária” do jornal *A Época*, sendo, também, redator da coluna “Vida Operária” do jornal *Gazeta de Notícias*. Cf. BATALHA, Claudio H. M. *Dicionário do movimento operário...* Op. cit., p.100.

⁷⁸⁵ A apreciação de Ulysses Martins tinha fundamento quando percebemos a mudança de conduta do próprio jornal *A Época* com relação às críticas feitas ao governo Hermes da Fonseca e ao destaque dado às falas dos militantes anarquistas proferidas nas manifestações em 1913. Como dono de uma empresa jornalística organizada ao molde capitalista que buscava vender seu produto – a informação - em um crescente mercado, com a alfabetização dos trabalhadores, Visconde de Piragibe procurava manter diálogo com as diferentes correntes do movimento operário abrindo espaço para os reformistas, com a Coluna Operária de Mariano Garcia, mas também dando voz ao movimento anarquista e suas campanhas. Apesar de conseguir, no início, transitar com certa facilidade entre as diferentes correntes, em 1913, ao apoiar a possível candidatura de Rui Barbosa, se coloca crítico ao governo de Hermes, por isso, passa a ser perseguido politicamente, sendo preso pelo governo no final de ano 1913, quando é decretado estado de sítio. Cf. ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico biográfico da Primeira República, 1889-1930*. [Recurso Eletrônico]. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

manifestações estavam sendo conduzidas, em 25 de março, a FORJ lança um comunicado desautorizando Ulysses Martins a falar em nome da agremiação, ressaltando a orientação antipolítica, internacional e puramente sindicalista da entidade, enfatizando que a Federação Operária não prestigia este ou aquele governo⁷⁸⁶.

Com relação ao *meeting*, que aconteceu em Pilares, organizado pela LODF, há outros fatores, além da “ausência da polícia civil”, que o diferencia das demais manifestações, foi a ação de trazer para a população alimentos mais baratos através da criação de mercados de consumo. Há, também, um terceiro fator, ou seja, a “colaboração entre as classes”, com a presença do comerciante Pedro Pinto de Miranda, proprietário da Panificação Pilares, juntamente com as lideranças operárias, na organização do comício.

Pensando no crescimento do comércio local, o mesmo discursou defendendo a importância da criação de um mercado para o desenvolvimento do bairro e imediações com as melhorias que poderiam significar para a população. Mas apesar de ser bastante aplaudido, isso não lhe garantiu o direito ao registro na página dos jornais. No jornal do dia seguinte iremos encontrar Mariano Garcia, Pinto Machado e Benjamin Magalhães, Intendente Municipal, importante liderança política na época, esse, no centro da foto.

Figura 19 - Primeiro *meeting* contra a carestia de vida em Pilares, no subúrbio carioca



Fonte: Jornal *A Época*, em 25/03/1913.

⁷⁸⁶ *A Época*, em 25 de março de 1913.

Afora a abordagem das pautas da campanha contra a carestia de vida, onde seus organizadores cobravam do governo soluções para reduzir o preço dos alimentos, como a suspensão ou diminuição dos impostos e taxas alfandegárias sobre os gêneros de primeira necessidade, colocando fim no ultra protecionismo, também encontramos ações dos militantes pensadas para diminuir o preço dos alimentos e, uma delas é a implantação de mercados populares e das feiras livres nos quais os produtores locais vendessem os seus produtos direto para a população, sem o intermédio dos atravessadores.

A ação estava baseada na ideia do cooperativismo de consumo como uma das bandeiras estratégicas para o enfrentamento da carestia, como defendia aquele considerado como o “especialista” no assunto, na época: Sarandy Raposo. O militante, em março de 1913, em um discurso sobre a carestia de vida na Confederação Brasileira do Trabalho⁷⁸⁷ defendia a necessidade de que o operariado se organizasse em cooperativas de consumo, que seria um, “meio prático de combater a carestia de vida, afastando o intermediário e aproximando o consumidor ao produtor”⁷⁸⁸.

Sarandy Raposo era funcionário do Ministério da Agricultura e um entusiasta defensor da doutrina cooperativista, baseada na economia social, aos moldes de Rochdale⁷⁸⁹, essa, *grosso modo*, apresentava-se como uma resposta de um grupo de trabalhadores contra a carestia dos alimentos, dos baixos salários e contra o desemprego, uma forma de resistência cotidiana que procurava se livrar da dependência e da exploração dos especuladores.

⁷⁸⁷ A Confederação Brasileira do Trabalho (Partido político) foi fundada em novembro de 1912, no Rio de Janeiro, durante o 4º Congresso Operário Brasileiro. Foi um misto de central sindical e partido político, tendo, ao mesmo tempo, associações sindicais confederadas e lançando candidatos, sua sede, inicialmente, era na rua Visconde de Inhaúma, 109, depois mudou-se para a rua Senador Euzébio, 44, sobrado. Atuou entre 1912 e 1914. Ver: BATALHA, Cláudio H. M. *Dicionário do Movimento Operário do Rio de Janeiro...*.p.217.

⁷⁸⁸ *A Época*, em 30 de março de 1913.

⁷⁸⁹ A doutrina cooperativista defendida por Sarandy Raposo estava calcada nas cooperativas de consumo baseadas na prática da solidariedade cooperativista da experiência-modelo dos Pioneiros de Rochdale. Por volta de 1845, ocorreu a primeira experiência organizada de cooperativismo no mundo quando 28 operários – 27 homens e 1 mulher, em sua maioria tecelões, no bairro de Rochdale-Manchester, na Inglaterra, a “Sociedade dos Probos de Pioneiros Rochdale” (Rochdale Quitable Pioneers Society Limited) forneceu ao mundo os princípios morais e de conduta, considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico, um tipo de socialismo utópico, "romântico" ou "sonhador" que refletia, também, algumas outras correntes do pensamento da época, como o romantismo, a democracia e o naturalismo. Nesse quadro, nascem as cooperativas como produto da miséria e da utopia, entendidas como busca da própria massa trabalhadora no sentido de superar seus problemas por seus próprios meios e riscos, isto é, pela união de suas forças, de seus próprios recursos e de sua vontade de vencer. Sobre o assunto ver: PINHO, Benevides. *Cooperativismo: fundamentos doutrinários e teóricos* CA. 2001.34 p. (Série Estudos e pesquisas 1/2001). Governo do Estado de São Paulo – SP- 2001. Disponível em: https://codeagro.agricultura.sp.gov.br/uploads/publicacoes/Ica/3_Cooperativismo%20Fundamentos%20Doutrinas%20e%20Teoricos.pdf. Acessado em: 04/01/2024.

4.4 Mariano Garcia e as ações associativas contra a carestia - A luta pelos mercados e pelas feiras-livres nos subúrbios.

No *meeting* do dia 23 de março, em Pilares, foi noticiado que no domingo seguinte seria inaugurado um mercado popular:

Também ocupou a tribuna popular, o digno comerciante Pedro Pinto Miranda, que longamente explicou as tentativas feitas para organização do mercado em Pilares, dando conta ao povo do resultado obtido pela comissão junto ao prefeito, que consentiu no funcionamento do mercado, ali onde se fazia o comício. Terminou apelando para a população, afim de frequentar o mercado, auxiliando os lavradores, que no próximo domingo vão trazer os seus produtos para a feira franca⁷⁹⁰.

No domingo seguinte, de fato, houve a inauguração do mercado ao ar livre, com uma participação ainda pequena dos produtores. Foram ofertados produtos como: verduras, legumes, peixes, ovos, dentre outros, mas, pela pouca quantidade de produtores presentes, as mercadorias esgotaram-se, rapidamente. O que fez a comissão chamar a atenção da necessidade de adesão dos lavradores para o sucesso do empreendimento, tal como demonstrava a matéria que saiu poucos dias depois, buscando uma maior adesão dos produtores: “vendendo os seus produtos diretamente aos consumidores, o que será vantajoso, não só para os compradores como para eles, que assim deixarão de ser explorados pelos intermediários”⁷⁹¹.

Ao final do evento, Mariano Garcia distribuiu entre os moradores pobres da região, 100 kg de pães e a mesma quantidade de pacotes de biscoitos, doados pelo comerciante Pedro Pinto de Miranda. Para receber os alimentos, os moradores deveriam exibir cartões, que foram distribuídos durante a semana pelos organizadores do evento em diferentes endereços, dentre eles a própria residência de Mariano Garcia, que ficava na Estrada Nova da Pavuna, 82, casa nº 03⁷⁹², o que nos confirma que o militante era, na época, morador da região de Inhaúma, no subúrbio carioca.

O ato de distribuição de alimentos para a população pobre em um comício tinha dupla função: o protesto contra a carestia de vida e a instalação de pequenos mercados e feiras livres como possibilidade de enfrentamento ao problema da carestia. Isso pode ser analisado, em certa medida, a partir da crítica feita por algumas lideranças anarquistas da época e que, de certa

⁷⁹⁰ *A Época*, em 24 de março de 1913.

⁷⁹¹ *A Época*, em 31 de março de 1913.

⁷⁹² *A Época*, em 24 de março de 1913.

maneira, a historiografia tradicional compartilha⁷⁹³. Quer dizer, pelo não enfrentamento dos socialistas reformistas ao sistema de dominação das elites, a falta de combatividade e, como muitos dos anarquistas apontavam, uma certa cooperação com a burguesia, quando, ao invés do protesto, da greve, do boicote, dentre outras “ações diretas”, os reformistas buscavam se unir a comerciantes – como o caso do sr. Pedro Pinto de Miranda, e ao governo, a exemplo do prefeito Bento Ribeiro, para buscar soluções consideradas anódinas para o problema.

Para tanto, também podemos analisar as ações dos reformistas e, em especial as de Mariano Garcia, como uma opção de luta, um possível caminho ao enfrentamento a um problema estrutural o qual a sociedade brasileira estava erigido: da exclusão da maioria esmagadora da população em favor de uma minoria privilegiada que possuía o capital e a assistência do aparato estatal com o uso do domínio da força contra essa população despossuída, e que não se isentava em usar da violência para coibir qualquer insatisfação dessa parcela de despossuídos, tudo em nome de “se manter a “ordem”. E, pelo poder dessa minoria, o uso da “ação direta” como forma de resistência da classe trabalhadora acabava por legitimar o uso da força pelos agentes do Estado.

Mariano Garcia - que na sua experiência como caifaz e nas redes de solidariedade - parecia entender dessa dinâmica de dominação e da sua violência metódica⁷⁹⁴, defendia sempre as manifestações ordeiras nas lutas operárias, buscando brechas no sistema na procura em atingir seus objetivos explícitos. Por isso, como fruto da experiência vivida em um movimento organizado, como foi a luta abolicionista, onde as atuações coletivas coordenadas de diferentes grupos e segmentos sociais puseram fim ao regime escravista, “a ação coletiva” organizada, agora sob a nova configuração social capitalista, deveria permanecer e, quanto mais pessoas envolvidas num mesmo propósito, independente da origem social, seriam bem-acolhidas na mobilização popular contra a carestia.

Dessa forma, após o discurso sobre a carestia de vida, da necessidade da intervenção imediata do governo, e do imperativo da organização dos trabalhadores na luta por direitos

⁷⁹³ A criação das feiras-livres, a partir da organização de comícios e protestos, é creditada por alguns autores da historiografia tradicional, a exemplo de Edgar Rodrigues, aos anarquistas. Kaio Cesar Goulart Alves salienta que a luta pela carestia e a criação dos mercados e das feiras-livres como resultado dessa luta não foi um movimento socialmente homogêneo, as duas forças sociais – anarquistas e socialistas - tiveram à frente do movimento contra a carestia de vida em 1913 e 1918. Cf. ALVES, Kaio Cesar Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia...* p.26-27.

⁷⁹⁴ Sabemos que para se entender as formações de classe e a consciência de classe dos trabalhadores sob o capitalismo, é necessário compreender as situações de classes anteriores, e que a classe trabalhadora em formação no Rio de Janeiro não poderia ser dissociada da experiência de convivência entre escravizados e livres. Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidos e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. p.30.

sociais, afirmava ser “O povo indiferente, inerte, é o ideal dos potentados, de todos os exploradores”⁷⁹⁵. E, na prática cotidiana, dentro do contexto real de que a fome não espera a revolução, Mariano Garcia, no fim do comício, como coloca E. Thompson, “agindo sobre uma situação determinada”⁷⁹⁶, distribuiu alimentos doados pelo comerciante, à população desprovida.

Dessarte, considerando essa população de desprovidos, o local da instalação do mercado foi pensado estrategicamente por ser um entroncamento de várias estradas que convergiam as zonas rurais produtoras de gêneros alimentícios, facilitando assim, o escoamento das mercadorias pelos pequenos produtores e, também, por ser de fácil acesso à população. O comerciante salientava, “onde convergem as estradas dos Pilares, Nova Pavuna, Terra Nova, Estrada real de Santa Cruz e outras onde reside grande núcleo de proprietários, sendo servido pela Estrada Auxiliar e bondes de Inhaúma”⁷⁹⁷.

No dia 31 de março, no artigo intitulado – O progresso do suburbano, O mercado livre em Inhaúma, na “Coluna Operária”, o militante fala sobre a importância da inauguração do mercado:

De todos os movimentos, por mais impensados que sejam, sempre resulta algo de bem para a coletividade. Vêm estas linhas que dirigimos ao povo suburbano, principalmente ao povo de Inhaúma, nos Pilares, para mostrar-lhes que, do movimento destes últimos dias, nesta capital, a propósito da carestia da vida, alguma coisa conquistou em favor desse povo aí abandonado para os lados da Terra Nova e circunvizinhança. Da agitação popular, surgiram as medidas tomadas pelo general Bento Ribeiro, prefeito municipal, estabelecendo os mercados livres em vários pontos dos subúrbios, o que senão é tudo que precisamos nem é muito, já é um pouco, que redundará em benefícios para todos nós que residimos nessas localidades⁷⁹⁸.

O prefeito, a quem tanto o comerciante como Mariano Garcia referiam-se, era o general Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, nomeado por Hermes da Fonseca logo após a sua posse como presidente da República, exercendo o prefeito o seu mandato entre os anos de 1910 e 1914. Bento Ribeiro foi responsável por estabelecer, no Distrito Federal, as feiras livres em bairros populares, principalmente nas zonas suburbanas, sendo que não eram nenhuma novidade na cidade, já existiam, foram instituídas no ano de 1904, através do decreto 997, a partir da Reforma Pereira Passos⁷⁹⁹.

⁷⁹⁵ *A Época*, em 31 de março de 1913.

⁷⁹⁶ THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.182.

⁷⁹⁷ *A Época*, em 24 de março de 1913.

⁷⁹⁸ *A Época*, em 31 de março de 1913.

⁷⁹⁹ JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Ordenando o espaço público: a criação das feiras livres na cidade do Rio de

Entretanto, aconteciam somente na área do Centro da Cidade, aos domingos e feriados, de forma experimental e bem limitadas, ficando o pesado da distribuição de gêneros alimentícios a cargo dos mercados varejistas, estes situados em espaços cobertos controlados pelo poder público, pensados, a partir dos novos padrões de civilidade⁸⁰⁰, para a circulação das elites e exploração capitalista⁸⁰¹.

A ação do prefeito já vinha de uma preocupação do Estado com relação à necessidade e os desafios de abastecimento de gêneros alimentícios em uma sociedade em franco crescimento populacional, por isso a criação, no governo anterior a Hermes da Fonseca, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Com efeito, não é de se estranhar que Sarandy Raposo, um funcionário do Ministério da Agricultura, escrevesse um livro voltado para o cooperativismo, sendo esse elaborado a partir do relatório final de um estudo sobre o assunto que começara em 1909 - na gestão de Nilo Peçanha no Ministério de Agricultura.

O que começou na gestão do Ministro Nilo Peçanha, foi dando continuidade no Governo de Hermes da Fonseca, quando seu Ministro da Agricultura, Pedro de Toledo, manda incluir no relatório do Ministério, o livro produzido por Sarandy Raposo, “autor conhecido em matéria de sindicalismo agrícola”⁸⁰², sendo impresso pela tipografia da Imprensa Nacional, em 2011⁸⁰³.

Em 1912, através do seu Ministro da Agricultura, o Presidente passa a incentivar a formação de cooperativas de consumo e das feiras livres – ações consideradas estranhas à ortodoxia liberal - fato esse que, como aponta Fernandes & Oliveira,⁸⁰⁴ provocou uma grande

Janeiro. *Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidade de Barcelona. v. IX, n. 194, 62, 01 de agosto de 2005.

⁸⁰⁰ A cidade capital passa a ser pensada sob égide do progresso e de civilização. Reformas são implementadas pelo poder público e capital privado na busca por transformar a atrasada cidade colonial na moderna capital da República: afável, cortês, civilizada, mas a ideia de progresso não conotava necessariamente a ideia de melhoramento para a população, mas sim, da segregação dos “não civilizados”, isto é, os pobres iletrados, andrajoso e famélico, população remanescente do mercado de mão-de-obra escravista. Cf. AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese de doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História. 2003. p.237-238. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=4276@1>. Acessado em: 18/01/2024.

⁸⁰¹ *Ibidem*.

⁸⁰² *A Época*, em 13 de abril de 1913.

⁸⁰³ RAPOSO, C. A de Sarandy. *Teoria e Prática da Cooperação*. Divulgado inicialmente in 3º. Vol. do Relatório do Ministro da Agricultura, 1911: 1.ª ed., Imprensa Nacional, Rio, 1912.

⁸⁰⁴ FERNANDES, Nelson da Nóbrega & OLIVEIRA, Alfredo César Tavares de. Marechal Hermes e as (des) conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não-vista. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona. v. XIV, n.º 331, (87). 1 de agosto de 2010. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/1737>. Acessado em: 02/01/2023.

contenda entre os comerciantes da cidade e o governo federal, levando os jornais que faziam oposição a Hermes da Fonseca, mas, principalmente aqueles que defendiam os interesses das elites, a exemplo do *Jornal do Comércio*, a atacar o Ministro Pedro de Toledo, acusando-o de subversivo, anarquista, socialista e contrário ao comércio legal da cidade. Entretanto, apesar das muitas manifestações de insatisfação pelos donos do comércio de gêneros alimentícios da Capital, isso não impediu que o prefeito Bento Ribeiro autorizasse as feiras livres nos bairros populares da cidade.

Na campanha promovida pelos comerciantes e pelos jornais contra a ação do governo em autorizar a criação de mercados e de feiras-livres, uma das principais acusações utilizadas era o governo ser anarquista, socialista e subversivo. Sobre os anarquistas, é pertinente aqui assinalar que, diferentemente dos socialistas reformistas, eles não apoiavam a ação do governo a favor do cooperativismo, muito pelo contrário, como aponta J. F. Dulles, “Os líderes anarquistas, por sua vez, preveniram os operários contra a ‘vasta propaganda do cooperativismo’ lançada pelo governo federal, com o fim de desviar os operários dos métodos encaminhados para a ação direta”⁸⁰⁵.

Tal fato fez Mariano Garcia posicionar-se contra a propaganda anarquista em sua “Coluna Operária”. Inicialmente começa o seu artigo, que tinha como título: “As cooperativas operárias”, apresentando o livro sobre o cooperativismo, afirmava que: “Acabamos de ler uma interessante brochura de 202 páginas, escritas pelo sr. Sarandy Raposo, distinto funcionário do Ministério da Agricultura, sobre as cooperativas, tanto de produto e de consumo”⁸⁰⁶.

E, continuando a apresentação do livro, elogia a obra e o autor, dizendo ser: “um trabalho feito com metucioso estudo de problema do cooperativismo, em que, a par do grande talento do seu autor, se nota a soma de conhecimentos que possui, e o quanto se interessa pela implantação dessa ideia nos centros populares”⁸⁰⁷. E, prosseguindo com o assunto, o colunista aproveita para fazer uma crítica direta aos anarquistas e o combate às ações do governo com relação às cooperativas:

Apesar de ser um processo condenado pelos libertários, sempre pensamos que as cooperativas são o melhor veículo de propaganda contra a política, levando o operariado a um grau de adiantamento capaz de se emancipar completamente da tutela de todos os seus exploradores, conseguindo a sua emancipação econômica. Mas esse ideal de emancipação econômica, tão preconizado pelos que prezam a completa

⁸⁰⁵ DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p.33.

⁸⁰⁶ *A Época*, em 13 de abril de 1913.

⁸⁰⁷ *Ibidem*.

emancipação social pela ação direta, é desprezado por esses mesmos pregadores que até guerreiam. Parece incrível que peguem com tanto ardor e entusiasmo a emancipação econômica do operariado pela ação direta, unicamente, e abandonassem a cooperação, que, a nosso ver, é a única solução fora das aspirações de conquista do poder que pregamos e dotamos [...].

Que é ação direta? Que é a cooperação?

A nosso ver, são a mesma coisa apenas com esta diferença: que os que se dizem adeptos da ação direta não querem e não admitem os meios termos, a política, a cooperação, ao passo que nós, os socialistas, os que aceitam, como nós, os socialistas, os que aceitam como nós aceitamos, o parlamento como uma arma necessária às nossas ideias, também aceitamos as cooperativas como um meio de libertar os operários da miséria⁸⁰⁸.

As colocações de Mariano Garcia evidenciam que as disputas internas do movimento organizado dos trabalhadores continuavam “na ordem do dia”, presentes no descompasso de propostas de enfrentamento à carestia de vida, apesar da trégua ensaiada pelas lideranças para o sucesso do “Comitê Contra a Carestia”.

No artigo, Mariano Garcia revela que essa discordância no meio operário com relação à importância das cooperativas, era bem anterior às agitações de 1913. Conduzido por sua memória, lembra do “assunto que tempos idos, alguma coisa nos preocupou, e que abandonamos, em vista da má vontade encontrada na quase totalidade dos que aparecem no meio operário”⁸⁰⁹. E, para fundamentar suas colocações, recorda as ações de uma importante liderança operária a qual foi o Dr. Vicente de Souza, em prol do cooperativismo:

O dr. Vicente de Souza [...] nos deliciou com um pequeno folheto em que ele, com a competência de mestre e amigo que era, de fato, do operariado, expôs, como sem política, sem agitação, sem greve, sem atritos violentos, todo o nosso operariado em poucos anos poderia emancipar definitivamente de todas as misérias e opressões, por meio das cooperativas. (...). Foi em uma memorável sessão do 1º de maio, em um teatro desta cidade, que o mestre saudosos, no seu ardor de combatente sincero, se manifesta contra a política, contra a imprensa, contra tudo, em que um doutor qualquer o interrompeu com um aparte, que tivemos a satisfação de admirar como ele rebateu esse aparte, expondo com toda a franqueza, as vantagens da cooperação.

E sabem quanto era bastante para conseguir essa vitória de operariado pela emancipação?

A décima parte do operariado contribuindo mensalmente com 2\$!

Isso demonstrou o dr. Vicente de Souza mais ninguém lhe ligou importância, porque ele não era vulgar cavador⁸¹⁰.

Mariano Garcia finaliza o artigo, tecendo elogios ao trabalho de Raposo e destacará a importância e a necessidade da leitura do livro, “*Teoria e Prática de Cooperação*”, pelo

⁸⁰⁸ *A Época*, em 13 de abril de 1913.

⁸⁰⁹ *Ibidem*.

⁸¹⁰ *A Época*, em 13 de abril de 1913.

operariado e por “aqueles que se dedicam às questões de interesses populares”⁸¹¹, citando o exemplo do próprio Sarandy Raposo, que se apresenta “não como um funcionário burocrata, como são quase todos os funcionários públicos do nosso país, mas como um moço que tem vontade de trabalhar com sinceridade ao nosso lado para prestigiar a República em nosso meio”⁸¹².

O mercado de Pilares foi um marco, o início de uma série de mercados populares e feiras livres que começaram a se proliferar pelos subúrbios cariocas. No ano seguinte, em 1914, é inaugurado um mercado que passa a servir de modelo para outros em diferentes bairros: o Pavilhão de Ervas e Verduras, o hoje conhecido “Mercadão de Madureira”, mas que na data da sua inauguração, estava instalado no que hoje é a Estação Ferroviária de Magno.

Tudo teve início no ano de 1914, em uma intervenção do Governo Municipal no sistema de abastecimento da Cidade. Na ocasião, o então prefeito Bento Ribeiro, promoveu a concessão de pequenos mercados varejistas em vários bairros. Para o abastecimento desses varejos, em local atualmente sob as pistas do Viaduto Negrão de Lima, a Prefeitura, cercando o terreno e abrindo alamedas para a instalação de barracas permanentes, oficialmente cria o Mercado de Madureira⁸¹³.

No mesmo ano da inauguração do “Mercadão de Madureira”, eclode a Primeira Guerra Mundial, fato que agravou mais ainda o problema de abastecimento e a carestia de vida aqui no Brasil. A crescente demanda por matérias-primas e de gêneros alimentícios dos países europeus em guerra, gerou uma alta no mercado internacional e, baseado na nossa tradição de mais de três séculos de um país forjado na exportação de produtos primários e, que foi “inaugurado” como uma vasta empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais em proveito de um comércio europeu⁸¹⁴.

E, mantendo a sua tradição pautada numa economia agroexportadora de produtos primários, somados ao comércio internacional em franca expansão, o mercado interno, como de costume, foi relegado, mesmo com um formidável crescimento da produção agrícola, a partir de 1910, exemplificado na crescente produção do arroz. Sobre o crescimento da produção, segundo Boris Fausto “mesmo nos anos de guerra foi suficiente para suportar a expansão das

⁸¹¹ Ibidem.

⁸¹² Ibidem.

⁸¹³ RIO DE JANEIRO. Estado. Projeto de lei nº 376/2015. Dispõe sobre o tombamento do Mercadão das Ervas e Verduras, situado à rua Conselheiro Galvão nº 58 - 2º pavimento, bairro de Madureira, município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/1061f759d97a6b24832566ec0018d832/ed10765c2e3cab2183257e3c00727ea1?OpenDocument&CollapseView>. Acessado em: 05/01/2024.

⁸¹⁴ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 23ª ed. 1994.

exportações de alguns gêneros, sobretudo no caso do arroz cuja produção passa de 80.000 para 350.000 entre 1913-1914 e 1920⁸¹⁵.

O fato é que o incremento dos preços internacionais, as pressões inflacionárias internas e a especulação comercial, provocaram uma grave elevação do custo de vida para a classe trabalhadora⁸¹⁶. E, por conta desse cenário internacional, apesar do aumento do custo de vida e do desemprego, que contribuíram para a precarização das condições de vida e trabalho no Rio de Janeiro, o movimento de Agitação contra a Carestia de Vida deu uma arrefecida e, entre os anos de 1914 a 1916, não foram organizados comícios de protesto⁸¹⁷.

Com relação ao movimento de Agitação Contra a Carestia de Vida, percebemos uma redução da propaganda nos jornais, logo a partir do mês de abril de 1913, quando as matérias com destaque nas primeiras páginas do jornal *A Época*, ocupam espaços menores em páginas interiores, mas, o movimento em si, não deixou de existir, há, por conta do cenário mundial, um recuo da luta operária, tanto pelos socialistas reformistas como pelos anarquistas.

Em 1916, com a intervenção do governo Nilo Peçanha por meio do Programa de Fomento Agrícola, o prefeito do Distrito Federal, Azevedo Sodré, passa a ampliar e a regulamentar as atividades das feiras e mercados livres em dias de semana previamente estabelecidos. O referido Programa começa a estimular a produção dos pequenos lavradores, que negociam os seus produtos no Mercado de Madureira, tornando-o o maior centro de distribuição de alimentos do subúrbio.

Todavia, é evidente que, somente com o incentivo à promoção das cooperativas de consumo e de produção, as feiras livres e os mercados populares não iriam resolver um problema tão complexo e de longa data como era o da carestia de vida com relação ao acesso dos mais necessitados aos gêneros de primeira necessidade. Entretanto, como Mariano Garcia ponderou sobre a inauguração da feira em Pilares:

De todas as agitações populares sempre surge uma coisa útil [...] Nunca se consegue tudo, porém sempre se consegue alguma coisa [...] Que a inauguração desse mercado livre, que pouco representa, mas que é muito diante das nossas indiferenças, seja bem recebido por toda essa população sofredora⁸¹⁸.

⁸¹⁵ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*... . p. 166.

⁸¹⁶ Ibidem, p. 165.

⁸¹⁷ ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias*... p.97.

⁸¹⁸ *A Época*, em 31 de março de 1913.

É buscando a conscientização de todos, não só dos que trabalhavam, mas por todos os que sofriam com a indiferença dos “potentados”, o governo e o patrão, o militante pleiteava a necessidade da união dos moradores na luta em prol de seus interesses como cidadãos:

O povo indiferente, inerte, é o ideal dos potentados, de todos os exploradores. O povo movendo-se, unindo-se em associações, procurando protestar contra todas as extorsões, defendendo os seus interesses, sempre consegue alguma coisa [...]. O mercado que hoje se inaugura ali nos Pílares, é o trabalho de pessoas que não tem interesses na localidade, que, se forem auxiliadas por todos nós poderão obter muitas outras coisas necessárias, urgentes como sejam calçamentos, abastecimento de água com abundância, um bom policiamento, escolas diurnas e noturnas, aumento de trens⁸¹⁹.

É o exemplo de mobilização de vários setores da sociedade, de um número considerável de trabalhadores urbanos, de comerciantes e de produtores, mas também da população como um todo, envolvidos numa ação conjunta onde ocorreram avanços e recuos. Como coloca Cláudio Batalha: “São nesses processos que a classe como realidade histórica aparece, enquanto interesses coletivos se sobrepõem aos interesses individuais e corporativos”⁸²⁰.

Nos dizeres de Kaio Cezar Alves, a partir de 1916, há uma recuperação da produção industrial brasileira devido à crise de importação de mercadorias por conta da Primeira Guerra, o que levou ao aumento de postos de trabalho para suprir o crescimento da demanda por diferentes produtos. O momento economicamente favorável, ocasionou uma ascensão dos movimentos reivindicatórios, pois “a retomada da atividade industrial não se faria sem o proletariado, que se aproveitou dessa conjuntura para negociar as suas demandas”⁸²¹.

E, em 1917, veremos novamente o retorno dos movimentos contra a carestia de vida e, como em 1913, iremos encontrar os militantes socialistas e anarquistas unidos em prol dos interesses comuns da classe trabalhadora, porém, enquanto os anarquistas estavam, através da FORJ, fazendo comícios em diferentes regiões da cidade, Mariano Garcia e seu grupo atuarão, aos moldes do que aconteceu em 1913, em ações de uma campanha pública em defesa do pequeno lavrador da cidade, agora, na segunda crise da carestia, através do *Comitê de Produção* pela SNA, participando “da articulação de uma nova campanha pública organizada na cidade: o Comitê de Agitação e Ação Pró Pequena Lavoura. Como destaca Mendonça:

⁸¹⁹ Ibidem.

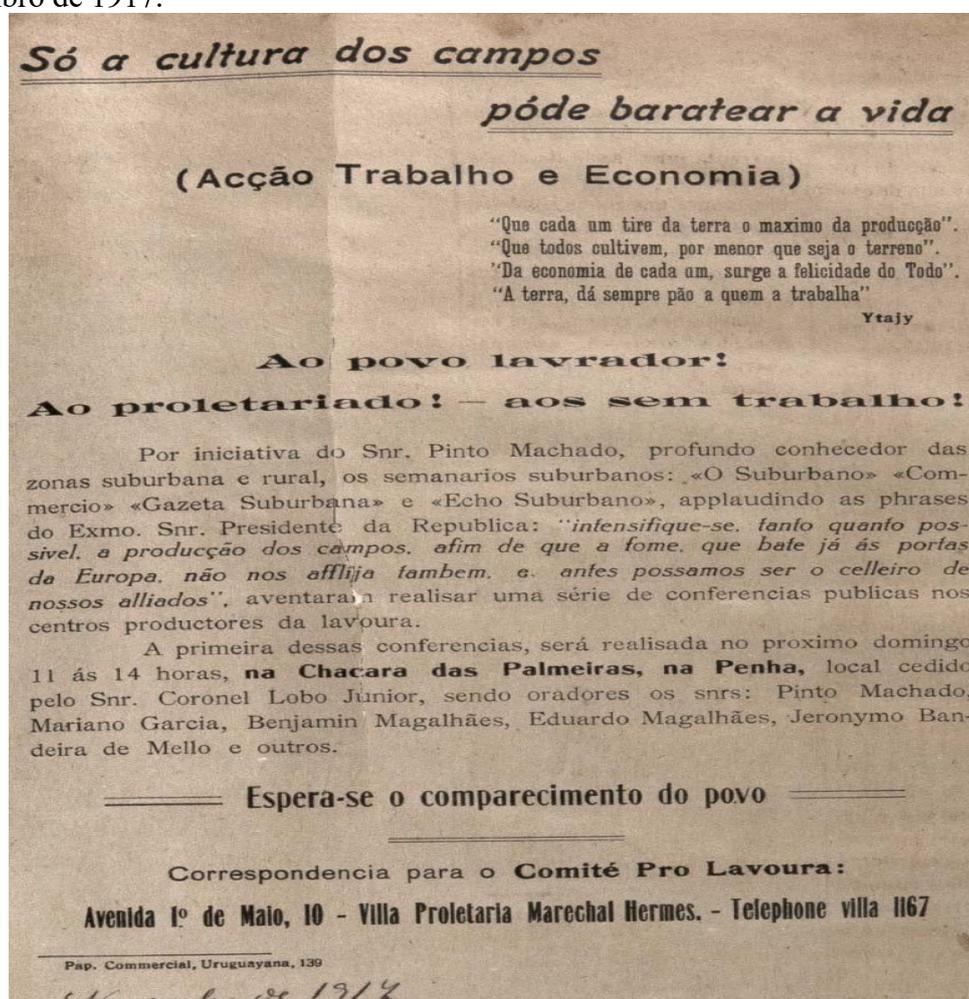
⁸²⁰ BATALHA, Cláudio H. M. Batalha. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. pp.163-189. p.173.

⁸²¹ ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias...* p. 98.

Entre novembro de 1917 e julho de 1918, Pinto Machado, Eduardo e Benjamin Magalhães, Mariano Garcia e Xavier Pinheiro, ao lado de Francisco Antônio Correa, se uniram e fundaram um comitê devotado a enfrentar aquela que consideravam a maior causa da carestia da vida: a insuficiência da produção agrícola. Surgia, assim, o *Comitê de Agitação e Ação Pró Pequena Lavoura*⁸²².

O primeiro comício aconteceu, como aponta a imagem abaixo, na Penha, mas, passou a ocorrer em outras localidades, como regiões do bairro de Jacarepaguá: Freguesia, Taquara e Vargem Grande, além de Campo Grande e Guaratiba, mas também, nas regiões metropolitanas que faziam fronteira com o município do Rio.

Figura 20 - Folheto de Propaganda do Comitê Pró Lavoura para o 1º comício, na Penha, em novembro de 1917.



Fonte: Salada do Pinto Machado, em novembro de 1917⁸²³.

⁸²² MENDONÇA, Leandro Clímaco. *Jornalismo como Missão: Militância e Imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2017. Essa pesquisa aborda a militância de Pinto Machado e Mariano Garcia nos subúrbios e o Comitê de Agitação e Ação Pró-Pequena Lavoura, através dos jornais suburbanos.p.206.

⁸²³ Salada do Pinto Machado. Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB. Link de acesso ao acervo:

Mas as ações de Mariano Garcia com relação à “questão social”, não se resumiam apenas à situação da carestia dos alimentos, a questão da moradia para a classe trabalhadora também era uma das suas preocupações, se não, a sua mais particular bandeira, pois durante boa parte da sua trajetória, lutou, quase que sozinho, pela dignidade de moradia para a classe operária.

4.5 A Associação de Inquilinos e o Congresso de Inquilinos. Mariano Garcia na busca pelo direito de o trabalhador morar com dignidade

Barracão de Zinco

Vai, barracão/Pendurado no morro/E pedindo socorro/A cidade a seus pés/Vai,
barracão/Tua voz, eu escuto/Não te esqueço um minuto/Porque sei quem tu
és/Barracão de zinco/Tradição do meu país/Barracão de zinco/Pobretão, infeliz⁸²⁴.

A letra da música eternizada na voz de Elizeth Cardoso é um samba-canção que fez muito sucesso da década de 1950. A composição aborda um drama social que, na época, era uma tradição e que até hoje está longe de ser superado: a questão da moradia para a classe trabalhadora. O samba fala sobre as favelas⁸²⁵ e os seus barracos, que se proliferavam nos morros cariocas já nos anos iniciais do século XX⁸²⁶.

<https://drive.google.com/drive/folders/0B7P2JCvUHnmMakotS215MkVKZkE?usp=sharing>.

⁸²⁴Música de composição de Luiz Antônio e Oldemar Magalhães. Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/blue-carvalho/890132/>. Acessado em: 20/12/2023.

⁸²⁵ Historiadores creditam ao Morro da Providência, na zona portuária do Rio de Janeiro, como a primeira favela da Cidade. Seu surgimento deu-se historicamente por dois fatores; pelo fluxo migratório de ex-escravizados no pós-abolição e do grande número de soldados da Guerra de Canudos, que desembarcaram no Rio e, por não ter onde morar, passaram a ocupar as encostas com a anuência do Governo Federal. O nome favela vem justamente de um arbusto abundante na região de Monte Santo, Bahia. Novas pesquisas não negam essa ser a primeira favela do Rio de Janeiro que teve, sim, sua população ampliada com a chegada destes ex-soldados, porém, sua ocupação remontaria ao ano de 1893, quatro anos antes do fim da Campanha de Canudos. A demolição de um dos maiores cortiços da região central da cidade, o “Cabeça de Porco”, situado na rua Barão de São Félix, 154, é lida como o ato que deflagrou a constituição da primeira favela do Rio de Janeiro. Cf. PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. A “não-cidade”: a favela vista pelos cronistas do início do século XX. *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, v. 03, n. 03, p.8-25, out-mar. 2014/2015. Disponível em:

<file:///C:/Users/Windows/Downloads/scarvalhofilho,+4+-+A+n%C3%A3o-cidade.pdf>. Acessado em:

08/01/2024. Para um estudo mais aprofundado sobre o fenômeno favela ver: VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.204.

⁸²⁶ Devemos ressaltar que a ocupação das favelas ou a favelização da cidade é anterior a reforma urbana de Pereira Passos. Entretanto, segundo Patrícia da Silva Oliveira, a Reforma foi responsável pelo aumento considerável do seu crescimento, pois além de destruir residências no Centro que serviam de moradias coletivas para a população pobre, causou um aumento significativo dos aluguéis das moradias que restaram, e ocupar as encostas próximas ao Centro foi a solução encontrada por trabalhadores menos favorecidos para diminuir custos e manter a proximidade do trabalho. Cf. OLIVEIRA, Patrícia da Silva. *Remoções no Rio de Janeiro do século*

Um problema que não se concentrava só no Rio de Janeiro, mas, que na Capital da República ficava mais evidente, quando se contrastava com a arquitetura de uma cidade plana que, aos moldes das cidades europeias, buscava ser moderna e civilizada⁸²⁷, principalmente após a Reforma de Pereira Passos, quando vemos a população pobre, que habitava os inúmeros cortiços e casas de cômodos da região do centro da cidade, destituída arbitrariamente de seu local de moradia sem nenhum amparo pelo governo. Logo, os trabalhadores com menos recursos e que não podiam migrar para as regiões dos subúrbios da Zona Norte e da Zona Sul, precisaram subir os morros ao redor do Centro e construir casebres de pau a pique e/ou de zinco para ter onde morar.

O morro da Providência, assim como os outros da época, “Pendurado no morro, vem pedindo socorro”, era caracterizado - além do espaço segregado “da cidade a seus pés”⁸²⁸ - pela total ausência do poder público, principalmente no tema da racionalidade urbanística com relação às regras de ocupação dos espaços em condições adequadas de habitação.

Tal fator também acabou estimulando a ocupação nos morros do Centro, já que em outras regiões da cidade, sobretudo nas áreas suburbanas, o código de Postura Municipal impunha regras consideradas por Mariano Garcia como ultrapassadas, descabidas, pois impediam os trabalhadores de construir casas modestas que possibilitariam os operários fugir dos caríssimos aluguéis das casas de cômodos e das estalagens que, mesmo depois do “bota abaixo”, ainda existiam na região do Centro.

Em 1912, na “Coluna Operária”, Mariano Garcia aborda o problema da moradia dos trabalhadores no Rio de Janeiro, chamando a atenção para o fato dos obstáculos com relação às exigências que os operários encontravam para construir nos subúrbios, principalmente na região de Inhaúma, não existirem nos morros cariocas, e questionava:

Depois, assim como o morro da Providência, ali na Cidade Nova; como ali no morro de Santo Antônio; como ali na Fábricas de Chitas, nos Trapicheiros; como ali na Estação da Mangueira; como ali junto ao novo quartel em São Cristóvão, em frente a E.F Central; assim como nesses lugares ao permitir livremente fazer construções, porque não se pode permitir nas vastas zonas desabitadas que, na linha Auxiliar divisa quem viaja diariamente das estações de Triagem a Thomaz Coelho?⁸²⁹

XIX e o processo de segregação socioespacial. – Simpósio Nacional de Geografia - XVI– nov. 2019. p. 2285. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26669/19825>. Acessado em: 08/01/2024.

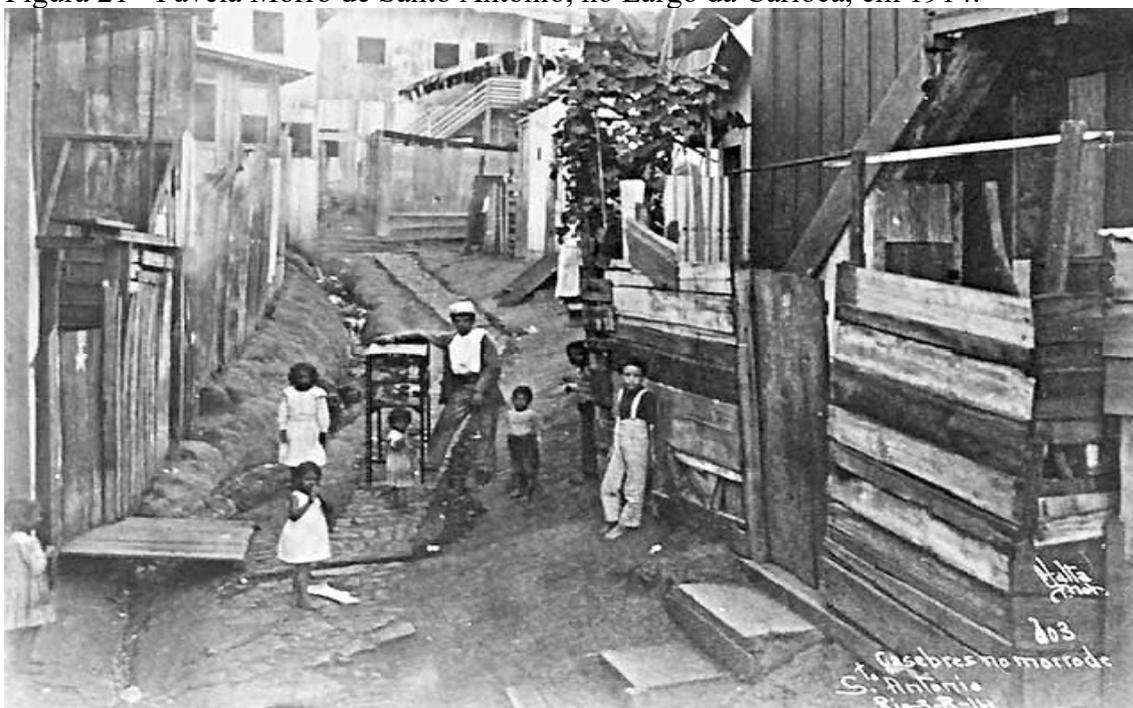
⁸²⁷ AZEVEDO, André Nunes de. Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização... p.283.

⁸²⁸ Ibidem.

⁸²⁹ *A Época*, em 02 de dezembro de 1912.

E, continuando nas suas reivindicações, chama a atenção para as contradições de uma “política de Estado”, quando o governo do Distrito Federal buscava embelezar o Centro da Cidade para os turistas, mas permitia que se construísse casebres nos morros, a exemplo das precárias moradias construídas nas encostas dos morros, como demonstram as imagens 21 e 22, sem se preocupar com a estética e com a arquitetura vistas nas ruas repaginadas pela Reforma Pereira Passos. E, como denuncia Mariano Garcia, com relação ao afrouxamento da legislação para a construção de casas para operários, “e no mato, lá em Inhaúma, longe do centro, nada se permite nesse sentido”⁸³⁰.

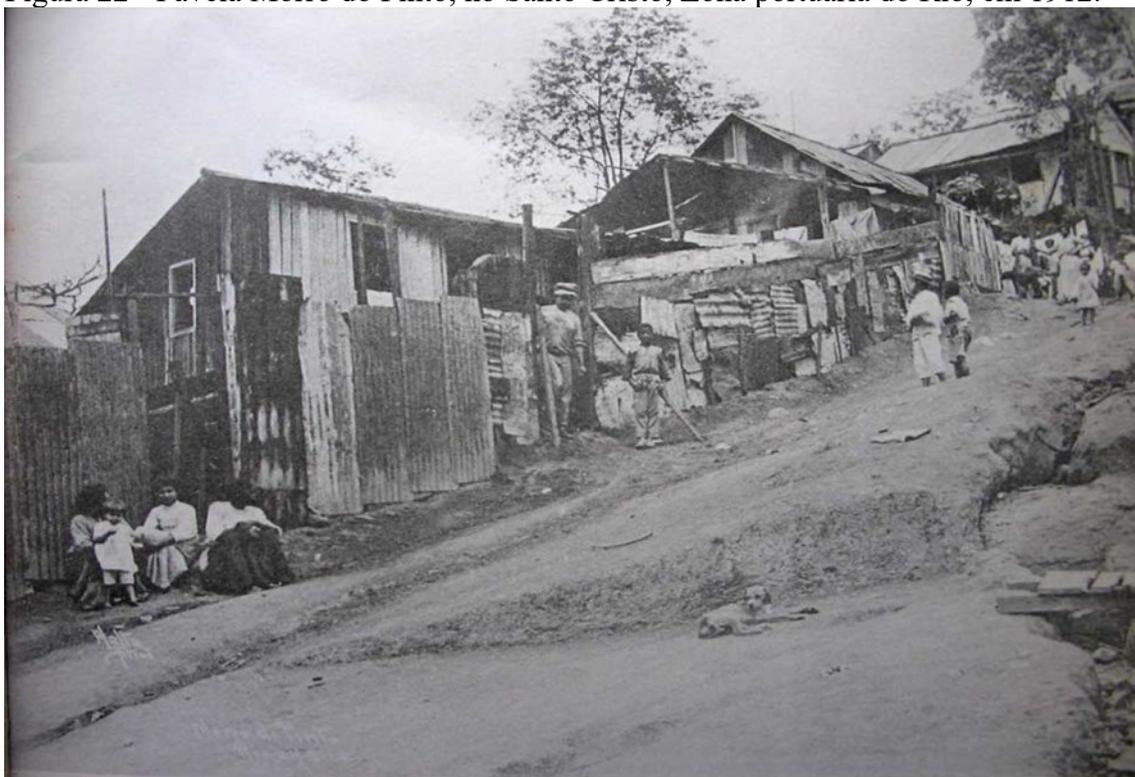
Figura 21 - Favela Morro de Santo Antônio, no Largo da Carioca, em 1914.



Fonte: https://www.flickr.com/photos/carioca_da_gema/151236145.

⁸³⁰ *A Época*, em 02 de dezembro de 1912. Em sua crítica, Mariano Garcia chama a atenção para aquilo que denomina de “ganância dos proprietários”, pois muitas das casas na parte mais baixa dos morros eram de ex-proprietários de cortiços e estalagens que ali se instalaram e continuaram a explorar os aluguéis de casas de cômodos, a exemplo do que aconteceu no morro da Providência com o desmonte do cortiço Cabeça de Porco, como aponta Chalhoub: “Um trecho do dito morro já parecia até ocupado por casebres, e pelo menos uma das proprietárias do “Cabeça de Porco”, possuía lotes naquelas encostas, podendo assim até manter alguns de seus inquilinos”. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 17.

Figura 22 - Favela Morro do Pinto, no Santo Cristo, Zona portuária do Rio, em 1912.



Fonte: https://www.flickr.com/photos/andre_so_rio/469069299.

Mariano Garcia entendia como “uma pessoa do povo”, sobre a “política de Estado”, que em nome da melhoria das condições de salubridade pública deslocou uma massa de pobres desvalidos do Centro para os morros ou para as áreas suburbanas. Durante muito tempo, o militante morou de aluguel em casas de cômodos ou cortiços em diferentes endereços no Centro, ou ao seu redor, a exemplos das ruas: Paissandu; Dona Bebiana; Curvelo; e Pedro II, dentre outras, e algumas já não existem mais por conta da evolução da cidade, como a Rua Pedro II, suprimida com a construção da avenida Presidente Vargas.

Após a Reforma Pereira Passos, não podemos precisar a data, Mariano Garcia, por possuir uma condição salarial um pouco melhor, já que trabalhava como cigarereiro e jornalista, pertencendo a um grupo de trabalhadores economicamente mais estável, uma “classe média” operária, que poderia honrar o aluguel ou mesmo comprar um terreno para construção da casa própria, teve a possibilidade de morar de aluguel em bairros das áreas do subúrbio carioca e não em morros ao redor do Centro da Cidade.

Em 1912, o artigo para a Coluna Operária, que abordava o problema da moradia para a classe trabalhadora, fazia parte de uma série de artigos intitulados: “Casa para Operários – Liberdade de Construção nos Subúrbios”. Na verdade, os textos publicados em 1912, faziam

parte de uma campanha começada por Mariano Garcia, no ano anterior, em 1911, através da mobilização dos moradores com *meetings* populares iniciados na região de Pilares, solicitando, ao governo municipal, uma medida de necessidade pública – liberdade de construção - nas zonas pouco habitadas, “na freguesia de Inhaúma que é extensíssima”⁸³¹. Os artigos aproveitam o contexto das mobilizações contra a carestia de vida, e o militante passa a chamar a atenção sobre a situação dos aluguéis caros, quase que diariamente, escrevendo artigos sobre a questão da moradia para os trabalhadores.

Para Mariano Garcia, na sua história de luta operária, a questão da moradia foi, precisamente, uma questão particular, fato esse que levou o responsável pela coluna operária, “O Operariado”, do *Jornal do Brasil* – possivelmente escrita por Américo Falleiro – prestar-lhe homenagem no dia do seu falecimento, 13 de julho em 1927, ao proferir:

Mas onde o espírito de Antônio Mariano Garcia se detinha com aprimorado entusiasmo e pertinência inolvidável, era no que diz respeito à crise de habitação e a construção de casas de aluguéis módicos, ao alcance das mais humildes bolsas proletárias. Neste particular foi o extinto bastante pródigo em artigos pela imprensa e palestras nos centros operários, deixando extensos escritos sobre o assunto, os quais são a melhor prova do que avançamos⁸³².

As linhas acima redigidas pelo articulista em homenagem a Mariano Garcia não foi uma ação excepcional, um epitáfio feito a um companheiro de luta no calor do momento da sua morte, o que foi escrito realmente traduz uma parcela do caminhar de Mariano Garcia, sendo o militante bastante conhecido não só entre seus pares, mas por representantes de diferentes setores da sociedade – o poder municipal e as associações representativas como a União dos Proprietários de Imóveis⁸³³ - pela bandeira que assumia, já de longa data, sobre o problema da moradia para a classe pobre, pois eram caras e insalubres, como podemos perceber, por exemplo, em 1910, quando Jacobino Freire⁸³⁴, o responsável pela coluna “Vida Operária” do

⁸³¹ *A Época*, em 01 de novembro de 1912.

⁸³² *Jornal do Brasil*, em 13 de julho de 1927.

⁸³³ *Gazeta de Notícias*, em 20/02/1890. Em uma pequena coluna com o título “Classe Operária”, a classe operária e proletária é solicitada a comparecer à reunião promovida pela União dos Proprietários na reclamação junto ao chefe do governo provisório sobre alguns artigos do novo código de posturas e outros da justa higiene, considerados altamente injustos e pesados. Como a coluna não era assinada, não podemos precisar se foi alguma liderança operária que fez a convocação, ou os proprietários de imóveis que consideravam que as exigências do código de posturas eram prejudiciais aos seus negócios e a presença dos trabalhadores auxiliaria na pressão junto ao governo.

⁸³⁴ Não há muitas informações sobre quem foi Jacobino Freire, o que podemos afirmar, de acordo com informações do próprio Mariano Garcia, ao enviar uma carta ao jornal, elogiando o articulista pela iniciativa de abordar n’*A Imprensa*, a questão das *casas para operários*, foi “da pena cintilante do amigo, agora ao lado da nossa causa”, frase essa que revela não ser Jacobino Freire oriundo do meio operário, nem militante socialista.

jornal *A Imprensa*⁸³⁵, ao escrever uma série de artigos que abordavam o problema imperativo de casa para o operário, faz alusão a Mariano Garcia, dizendo, ser ele:

chefe do operariado brasileiro, nome bastante conhecido no meio operário, pelos seus escritos, pelas folhas de propaganda, pelos panfletos e pelo arrojo de intemerato com que vem enfrentando os obstáculos de toda ordem, polícia e adversários – burgueses apatacados e mastins da opinião, vencendo corajosamente, pregando o evangelho de Luiz da França, Mansos de Azia, Gustavo Lacerda e tantos outros que tombaram no infinito deserto, no influxo balsâmico do alvorecer da ideia [...] assim, demonstrando pela palavra o que há de verdade acerca do movimento operário e de casas para os mesmos [...] Por agora, porém, ouçamos o Benoit brasileiro Mariano Garcia, do operariado mais calmo e educado⁸³⁶.

O artigo de Jacobino Freire trazia uma carta-resposta escrita por Mariano Garcia. A carta fazia um resumo das recentes ações sobre sua luta pela questão do direito de o trabalhador morar com dignidade, chamando a atenção do operariado para o assunto, pois, na sua concepção, se existia solução para o problema, o Estado deveria fazer parte e, para que isso acontecesse, era preciso que os administradores estivessem ao lado do povo.

No seu entendimento “O problema é fácilimo de resolver, caso haja um bom movimento de interesses pelos que estão no alto”⁸³⁷. Para ilustrar a sua declaração de que o problema não se resolve, em parte, por culpa da administração pública, cita o exemplo da má vontade política do ex-prefeito Serzedelo Corrêa⁸³⁸, quando diz que era impedido pela falta de recursos imposta

Outro fator que anuncia que Jacobino Freire não era oriundo do meio operário é que a coluna “Vida Operária” não era diária e não seguia o padrão das colunas operárias dos outros jornais escritos por militantes socialistas, existindo no jornal *A Tribuna* colunas com nomes parecidos, como Vida Religiosa, Vida Acadêmica, e assim por diante.

⁸³⁵ O jornal *A Imprensa* surge como Sociedade Anônima, em 1898, fruto do acervo do jornal *A República*. No fim do Império, início da República, no contexto das disputas políticas entre republicanos/jacobinos e monarquistas, assim como aconteceu com os jornais *Folha da Tarde* e *O Jacobino*, o jornal, *A República*, que tinha como dono Francisco Glicério, foi empastelado - um tipo de censura – uma represália dos jornais monarquistas ao empastelamento sofrido por eles, meses antes. Jornal *A Imprensa* pertencia a Rui Barbosa e Carlos Bandeira, tendo Edmundo Bittencourt, fundador do *Correio da Manhã*, em 1901, como membro do Conselho Administrativo. *A Imprensa* era um jornal diário que tinha, inicialmente, 06 páginas, era considerado como o 2º jornal mais conservador depois do *Jornal do Comércio*. Sobre as disputas políticas entre republicanos e monarquistas e o papel da imprensa no contexto das disputas, ver: SANTOS, Cláudia. *Disputas políticas pela abolição no Brasil: nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. Sobre o jornal *A Imprensa*, ver: LACOMBE, Americo Jacobina. *Obras completas de Rui Barbosa*. Vol. XXV, 1898. TOMO I. A Imprensa. Min. da Educação e Saúde – 1947. p.13. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows/Downloads/3313_V25_T1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows/Downloads/3313_V25_T1%20(1).pdf). Acessado em 18/01/2024.

⁸³⁶ *A Imprensa*, em 04 de dezembro de 1910.

⁸³⁷ Idem.

⁸³⁸ Serzedelo Correia foi militar, ministro de Estado e deputado federal, em 1909 foi nomeado prefeito do Distrito Federal pelo então presidente Nilo Peçanha, ocupando o cargo até 15 de novembro de 1910, quando é substituído por Bento Ribeiro. Ver: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Serzedelo.pdf>. Acessado em: 18 de janeiro de 2024.

pelo Conselho Municipal, mas que, após os legisladores municipais liberarem recursos para intervir na questão urgente de moradia popular, de acordo com Marino Garcia, nada fez nesse sentido: “feita a sessão, s. ex. ficou com poderes autoritários e de tudo se ocupou, menos das *casas para operários*”⁸³⁹.

E, sobre a falta de vontade política dos administradores para com a questão da moradia social, continua a escrever, afirmando que essa falta de compromisso com o povo miúdo era escalonado, pois:

O Governo da União, em todos os ministérios, pode se quiser, mandar fazer casas para todos os seus empregados civis e militares, grandes e pequenos, bastam que queiram e demonstrem que não aceitam as doutrinas perigosas do individualismo burguês do eminente sr. dr. Joaquim Murtinho, que, todos sabem, é homem riquíssimo e julga que, para o povo miúdo, para o operariado, o Estado nada deve fazer, porque por esse modo, se terá um estado socialista⁸⁴⁰.

As críticas de Mariano Garcia direcionadas às importantes personalidades da época, como o ex-prefeito Serzedelo Correia e o senador Joaquim Murtinho⁸⁴¹, estavam pautadas por dois acontecimentos distintos, mas, que possuíam uma sinergia: um, seria as questões discutidas no Congresso dos Inquilinos, organizado por Mariano Garcia ocorrido em outubro de 1908 e o outro, a vitória de Hermes da Fonseca na Campanha Civilista e da novidade da sua plataforma

⁸³⁹ *A Imprensa*, em 04 de dezembro de 1910.

⁸⁴⁰ *Ibidem*.

⁸⁴¹ Serzedelo Correia e Joaquim Murtinho foram políticos influentes, oriundos de famílias tradicionais, desde a época do Império. Serzedelo Correia era engenheiro militar, como capitão do Exército, participou junto com Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant do movimento que levou à Proclamação da República. Após a Proclamação, sempre estando ligado ao alto escalão dos governos militares e civis. Foi Ministro de Estado de Floriano Peixoto, Secretário do Estado do Pará, onde nasceu, deputado federal e senador pelo mesmo Estado. Em 1909, foi nomeado, pelo então presidente Nilo Peçanha (1909-1910), prefeito do Distrito Federal, cargo que exerceu durante 15 meses, de 24 de julho de 1909 a 15 de novembro de 1910, substituído por Bento Ribeiro, com a vitória de Hermes da Fonseca. Já Joaquim Duarte Murtinho, oriundo de uma família de políticos da Província de Mato Grosso, formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo contato com um ambiente intelectual impregnado das filosofias científicas do século XIX, particularmente o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo social, era defensor do liberalismo econômico, que tinha como princípio a ideia da “sobrevivência dos mais aptos”, vinda do livro *Primeiros princípios*, de Herbert Spencer, condenando qualquer interferência do governo na economia. Joaquim Murtinho também foi um destacado homem de negócios, com atividades bancárias e ligadas à indústria ervateira no Mato Grosso, com a Proclamação da República, e envolvido na política, pode fazer grandes negócios com o Estado em diferentes governos. Como político, foi Ministro da Fazenda de Campos Sales em 1907, eleito Senador por seu estado natal. E era justamente por conta dos seus princípios liberais ortodoxos de não intervenção estatal na economia e, com isso, no problema da habitação social, uma questão que, na concepção do político-empresário, deveria ser resolvido pela iniciativa privada e não pelo Estado, pensamento esse que Mariano Garcia discordava totalmente na sua essência, portanto, destinava as suas críticas ao político e a relação promíscua entre o homem de negócio/privado, e o senador/público, representante do Estado. Cf. *Verbetes Primeira República – CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Serzedelo.pdf>. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MURTINHO,%20Joaquim.pdf>. Acessado em 18/01/2024.

política, que anunciava a intervenção estatal na questão da habitação social.

A realização do Congresso dos Inquilinos seria uma conquista pessoal de Mariano Garcia, pois durante longos anos esteve “na magna questão das casas para operários, agitada por quem escreve estas linhas, nesta capital, desde 1896”⁸⁴², procurando organizar os inquilinos em associações, na busca pelo direito de o trabalhador morar com dignidade. E de fato, encontraremos Mariano Garcia, em setembro de 1896, sendo eleito presidente da Associação União dos Inquilinos⁸⁴³, evento noticiado em diferentes jornais da imprensa comercial do Distrito Federal, como na tira do jornal da imagem 23.

Figura 23 - Mariano Garcia presidente da Associação dos Inquilinos.

— A Associação União dos Inquilinos, em reunião que se effectuou ante-hontem nomeou, de accordo com os seus estatutos, sua primeira directoria effectiva, que ficou composta dos seguintes senhores :
 Presidente, Mariano Garcia; vice-presidente, João Madeira; 1º secretario, Vicente Avellar; 2º dito, João Fontes; thesoureiro, João Pereira Cassilhas; procurador, Manuel Antonio de Almolda. •

A União dos Inquilinos offereceu gratuitamente seus serviços de advocacia o Dr. Borba Junior.

A directoria fará entrega quarta-feira proxima ao Sr. Heredia de Sá, intendente municipal, de um projecto de interesse dos inquilinos.

Fonte: Coluna Gazetilha, no jornal *Gazeta de Notícias*, em 1896.

É importante atentarmos para a seriedade da associação, organizada com presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretário, dito, tesoureiro e procurador, além de apoio jurídico grátis para os associados. Outro fator que nos chama a atenção, ainda em 1896, é o modo de agir de Mariano Garcia na condução da associação, quando diz entregar aos representantes do governo, no caso o sr. Heredia de Sá, intendente municipal, um projeto de interesses dos inquilinos, confirmando seu entendimento de que seria através do poder das autoridades, legalmente constituídas, que a solução deveria ser obtida.

⁸⁴² *A Época*, em 03 de agosto de 1912.

⁸⁴³ *Gazeta de Notícias*, em 06 de setembro de 1906.

E quanto maior a pressão exercida de forma organizada pelos trabalhadores/inquilinos sobre o poder público, maior seria a possibilidade de vitória na busca por leis que melhorassem a situação daqueles que precisavam viver em moradias alugadas.

Em 1908, acontece, finalmente, o Congresso dos Inquilinos, um degrau maior na organização dos que moravam de aluguel e buscavam melhorar sua condição de vida. O Congresso tinha sido noticiado, meses antes do seu acontecimento, em vários jornais. Assim, em 19 de agosto, n' *O Paiz*, o evento era divulgado:

CONGRESSO DOS INQUILINOS

Informam-nos que se reunirá no dia 3 de setembro próximo, nesta capital, um congresso de inquilinos, por iniciativa do sr. Mariano Garcia, com fim de resolver os meios mais práticos de solicitar do Congresso Nacional, da Municipalidade e do governo, providências que impeçam o excessivo aumento dos alugueis de casas. Esse congresso não tem caráter político nem revolucionário e para tomar parte nele foram convidadas as associações populares e a classe, em geral, dos inquilinos.

As sessões serão públicas.

A comissão encarregada da organização desse congresso compõe-se dos srs. Mariano Garcia, J. Julião de Medeiros, Eduardo Lima, Ernesto Justino Pereira e José Lourenço, para os quais devem ser enviadas todas as comunicações de adesão⁸⁴⁴.

Na *Gazeta de Notícias*, foi divulgado dias depois, da seguinte forma: “Comunicam-nos que se está formando nesta capital, sem caráter político ou revolucionário, um Congresso dos Inquilinos, cuja primeira reunião se efetuará no dia 3 do próximo mês de setembro”⁸⁴⁵. É pertinente chamarmos a atenção para uma frase que se repete nos dois anúncios, a de que o evento era “sem caráter político ou revolucionário”, uma explícita necessidade de se enfatizar sobre o propósito do evento não estar relacionado a nenhum movimento organizado dos trabalhadores - como se fosse possível separar trabalhadores e inquilinos em seus interesses com relação à questão da moradia e dos preços dos aluguéis, da política como ação humana.

Portanto, dentro do recrudescimento da repressão da época aos movimentos organizados dos trabalhadores, principalmente aos promovidos pelos anarquistas, por conta da Lei Adolpho Gordo, é compreensível a necessidade na ênfase no propósito do Congresso não estar ligado a nenhuma ação política. De fato, dos organizadores do evento, apenas Mariano Garcia e Julião de Medeiros⁸⁴⁶ estavam ligados ao movimento organizado dos trabalhadores, atuando como

⁸⁴⁴ *O Paiz*, em 19 de agosto de 1908.

⁸⁴⁵ *Gazeta de Notícias*, em 24 de agosto de 1908.

⁸⁴⁶ J. Julião de Medeiros foi membro da comissão organizadora das celebrações do 1º de Maio, em 1901, no Rio de Janeiro, promovida pelo Centro Operário Internacional, organização que Mariano Garcia ajudou a criar e era colaborador. E também da Sociedade protetora dos Empregados. Ver: BATALHA, Cláudio Henrique. M. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920...* .p.102.

lideranças operárias, os demais participantes da comissão organizadora pareciam não agir como liderança em nenhuma organização operária.

No mesmo dia que a comunicação sobre o Congresso saia na *Gazeta de Notícias*, ele também era divulgado no *Correio da Manhã*, só que de forma mais ampla, trazendo mais informações sobre a data que ocorreria o encontro, em 12 de outubro, e o que deveria ser discutido, conforme notícia abaixo:

Figura 24 - Anúncio sobre o Congresso dos Inquilinos

ga e Eduardo de Lima.
 O Congresso dos Inquilinos a reunir-se nesta capital em 1.ª sessão ordinaria e plena a 12 de outubro do corrente anno tem privativamente por fim discutir e votar:
 1. As medidas convenientes aos interesses justos dos inquilinos sem prejuizo dos proprietarios.
 2. As bases para a reorganização da Sociedade dos Inquilinos, segundo o cunho pratico que teve a ex-Sociedade União dos Inquilinos.
 3. As questões sobre preço dos alugueis, impostos e despejos de predios.
 Ainda compete ao Congresso, porém, não privativamente:
 1. Promover tenaz propaganda em favor dos inquilinos a fim de que baixem os alugueis.
 2. Tratar da fundação de cooperativas de construção de predios.
 3. Solicitar do Congresso Nacional a reforma das leis sobre os despejos de predios; e do Conselho Municipal leis regulando o modo de cobrar os impostos e alugueis de predios.
 4. Facilitar aos inquilinos cartas de fiança para alugueis de casas.
 5. Tomar as medidas convenientes nos interesses dos inquilinos contra as exigencias descabidas e injustificadas dos proprietarios na occasião de ser tratado o preço do aluguel da casa.
 Deverão ser membros effectivos do Congresso os jornaes, as associações excepto a dos proprietarios, as officinas e fabricas por seus delegados e todas as pessoas que não sendo proprietarias, forem convidadas pela commissão ou enviarem trabalhos ou questionarios o a sua adhesão até o dia 30 de setembro.
 Amanhã, ás 6 horas da tarde, reúne-se a commissão no mesmo local para discutir e votar o regulamento desta commissão e tratar da redacção dos questionarios para as sessões plenas do Congresso e resolver outros assumptos.

Fonte: Jornal *Correio da Manhã* em, 12 de outubro de 1908.

Sobre a relação dos pontos a serem debatidos no encontro noticiado no *Correio da Manhã*, o primeiro, “As medidas convenientes aos interesses justos dos inquilinos sem prejuízo dos proprietários”, chama-nos a atenção e remete-nos a um questionamento: Como os interesses dos inquilinos numa época em que a especulação imobiliária era uma atividade rentista de grande valor por conta da demanda, poderia não conferir prejuízo aos proprietários? Sobre esse conflito:

No Rio de Janeiro, com o adensamento populacional devido à abolição da escravidão e à imigração portuguesa, tanto no final do século XIX como nas primeiras décadas do século XX, a produção da moradia operária fez com que a aplicação de capitais na habitação fosse economicamente mais rentável que a incipiente atividade industrial e até mesmo a exportação de café. Por causa destes investimentos, o que se via na cidade era um grande número de cortiços, estalagens, casas de cômodo todas com grande

precariedade sanitária. Diante deste quadro de crise habitacional e sanitária, surgem incentivos do governo, tentando pela via liberal, resolver a questão da habitação⁸⁴⁷.

E era sobre essa crise habitacional e sanitária, que atingia a classe pobre, que o Congresso Operário buscava soluções através da mobilização dos maiores interessados sobre o assunto, o povo trabalhador. A agência de Mariano Garcia em fundar associações de inquilinos, em um primeiro momento, em 1896 e, depois, em 1908, na organização de um congresso dos inquilinos consistia na busca de uma solução via institucional, consciente que a via liberal não era a resposta por conta dos diferentes interesses de um rentismo parasitário, já que “o cortiço representa, em relação à casa higiênica, um maior rendimento do capital empregado”⁸⁴⁸, sendo que as condições de vida do inquilino não eram prioridades, pois, as exigências da higiene representam um dispêndio de dinheiro para os proprietários. Por conseguinte, precisava o Estado intervir, pois, na opinião de Mariano Garcia:

Aqui está, se nós não enganamos, o nó da questão. Sendo as casas operárias, para os capitalistas, uma questão de dinheiro como qualquer outra, qual o meio de conseguir, para as classes pobres, casas ao mesmo tempo higiênicas e baratas?

A resposta é óbvia: ou o Estado [...] assume o papel do capitalista, construindo casas ou proporciona empréstimos aos operários para que as construam; ou concede certas regalias aos indivíduos e associações que se obrigarem a efetuar a construção de tais casas, de acordo com um tipo aprovado, bem como a alugá-las por preços módicos, devidamente fixado⁸⁴⁹.

É justamente isso que o militante sempre buscou nas suas iniciativas sobre a organização dos inquilinos, portanto, em 1910, com a vitória de Hermes da Fonseca e o anúncio da intervenção estatal na habitação social presente na sua plataforma política, fato esse que destoava de toda política liberal exercida até então, e que provocou fortes reações dos liberais ortodoxos como o Senador Joaquim Murinho, foi recebido com grande entusiasmo por parte do operariado, principalmente, pelo grupo que seguia a corrente ideológica defendida por Mariano Garcia. Inclusive, em 1911, o lançamento da pedra angular da futura vila proletária, Hermes da Fonseca, o fez afirmar, “nem sempre são inúteis os nossos esforços em prol dos grandes problemas de interesses coletivos”⁸⁵⁰.

A plataforma de Hermes da Fonseca com relação à moradia operária provocou, em parte do operariado – a que não tratava com desconfiança a ação do governo, certo alento pelo

⁸⁴⁷ ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência...* p.86.

⁸⁴⁸ HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil. 1889-1930...* .p.106.

⁸⁴⁹ *A Imprensa*, em 04 de dezembro de 1910.

⁸⁵⁰ *A Época*, em 03 de agosto de 1912.

momento ímpar presente na relação estado/braço produtivo, por isso, iremos encontrar certo número de articulistas, oriundos do seio operário ou não, posicionando-se, através dos jornais operários ou os da imprensa comercial, sobre a questão das habitações insalubres e os altos preços dos aluguéis para a classe trabalhadora.

Citamos Jacobino Freire, em sua coluna “Vida Operária” para o jornal *A Imprensa*: “Urge, pois, que este novo governo, cheio de promessas e esperanças, lançando um olhar de benignidade para a classe operária, para o povo em geral, trate de remediar o mal, construindo casas baratas e higiênicas”⁸⁵¹ e, sobre a iniciativa de Hermes da Fonseca, afirma: “A atualidade palpitante do momento impõe ao operário colocar-se em linha de combate”⁸⁵².

Dessarte, apesar de todo entusiasmo com relação à aproximação do Estado com a classe trabalhadora, através dos acenos do governo Hermes da Fonseca, Mariano Garcia não nutria ilusões com relação à luta de classes, entendendo que “a questão das casas proletárias não pode ter uma solução radical na presente organização social”⁸⁵³. Assim, para um problema tão complexo, não havia solução simples e a curto prazo, afinal, o advento do capitalismo, que chegava com força nas relações de produção no Brasil, também recebia respaldo de uma tradicional elite plutocrata, que buscava somente explorar o povo e com a Proclamação da República, apenas mudou de roupagem, “pois republicanos e monarquistas se confundiam no governo, em todas as posições, e o povo, a grande massa, que para tudo e para todos produz e nada goza, era posta a margem [...] uma completa indiferença pelos interesses do povo”⁸⁵⁴.

Nessa perspectiva, veremos Mariano Garcia celebrando as ações de Hermes da Fonseca, mas não poupando de críticas ao governo, quando salientava que as casas construídas não atenderiam “aos que mais precisavam, pois os preços dos aluguéis cujo valor vão além de 60\$ mensais são irrealis”, porque dos “400 mil operários de todas as ordens, quanto muitos, apenas 5% podem pagar mais de 50\$”⁸⁵⁵.

E, dentro dessa realidade, Mariano Garcia continua na sua luta pela organização dos trabalhadores pela defesa dos seus direitos a moradias salubres, mas também a direitos sociais, quer dizer, por uma cidadania plena, com a igualdade como direito de todos os cidadãos, como

⁸⁵¹ *A Imprensa*, em 04 de dezembro de 1910.

⁸⁵² *Ibidem*.

⁸⁵³ *A Época*, em 11 de agosto de 1912.

⁸⁵⁴ *A Época*, em 15 de novembro de 1912.

⁸⁵⁵ *A Época*, em 13 de novembro de 1912.

deve ser numa democracia, até os últimos dias da sua vida, quando ainda tenta uma vaga como Intendente Municipal, pensando em melhorar as condições de moradia para o povo, em particular, do subúrbio carioca.

Enfim, entendendo Mariano Garcia como um sujeito coletivo, recorremos a Cláudio Batalha, quando esse afirma:

É então que podemos falar de formação de classe operária, não como resultado mecânico da existência da indústria ou da abolição da escravidão, mas como um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos, pelo fazer-se e pelo desfazer-se da classe, que surge na organização, na ação coletiva, em toda a manifestação que afirma o seu caráter de classe⁸⁵⁶.

Como agente histórico, um indivíduo da classe subalterna que, ao desempenhar sua ação como jornalista, buscava conscientizar e organizar a sua classe, quando, como redator responsável pela Coluna Operária do jornal *A Época*, em 1912, Mariano Garcia, diante da sua trajetória de luta, afirma: “Continuo como sempre a defender os meus interesses do operário que sou, julgando que, assim, também defendo os meus companheiros de sofrimento”⁸⁵⁷. Logo, apresenta-se como um homem que lutou e viveu todos os conflitos do seu tempo, as experiências concretas do dia a dia, que o moldou como agente político, constituindo-se um operador da própria história, um agente na luta pela organização da classe operária no Brasil.

⁸⁵⁶ BATALHA, Cláudio H. M. Batalha. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. pp.163-189. p.173.

⁸⁵⁷ *A Época*, em 07 de agosto de 1912.

CONCLUSÃO

Mariano Garcia lutou, por toda a sua trajetória como ator político, por melhores condições de vida e de trabalho para a classe operária. Foi um importante sujeito histórico, emergente das experiências de lutas antiescravista e republicana, na organização da classe trabalhadora em sua luta por direitos sociais e da cidadania, na Primeira República.

Para ele, os direitos sociais do trabalhador só poderiam ocorrer, inicialmente, com a conscientização da classe operária como importante ator político, uma força poderosa que contribuía para a construção da Nação, e por isso, detentora de direitos, conforme defendeu no jornal operário, *A Alvorada*, do qual ele era um dos redatores, em 1890, logo no início da República. Para o militante, “O operário é uma entidade especial preponderante nos povos hodiernos como fator principal do progresso humano, quer material, quer moral. Falta-lhe o predomínio intelectual [...]”⁸⁵⁸.

No seu entendimento, era primordial a participação política da classe trabalhadora através da via parlamentar, isto é, o trabalhador eleger representantes da própria classe para defender, na política formal, seus interesses, tais como: os direitos a educação; a saúde; a alimentação; o trabalho; a moradia; o lazer; além de leis específicas (trabalhistas) que visassem à assistência e proteção destes.

Com relação à conscientização da classe laboral, Mariano Garcia sendo militante, defendia o acesso à Educação gratuita para todos os operários, pois, compartilhava do entendimento, segundo o qual, “A instrução é como o sol que espalha seus raios, quer na choupana dos pobres, como no palácio dos príncipes”⁸⁵⁹. Da sua parte, como operário do pensamento, contribuía, através da divulgação das suas ideias, para a politização da classe trabalhadora.

A partir dos vários jornais operários que lançou, ou em colunas operárias dos jornais da imprensa comercial que contribuía, sempre defendeu o entendimento da necessidade de união dos trabalhadores em associações, sindicatos e, naquilo que ele acreditava ser o principal veículo de participação política da grande massa de excluídos na luta por seus direitos: o partido operário. E, décadas depois do início da República, das várias tentativas infrutíferas e dos inúmeros dissabores na busca por esse ideal, não fugiu ao seu propósito da “organização de um

⁸⁵⁸ *A Alvorada*, em 11 de maio de 1890.

⁸⁵⁹ *Ibidem*.

partido operário brasileiro, que tivesse por objetivo principal, levar ao Congresso Nacional, ou a quaisquer assembleias de eleição popular, os legítimos representantes das classes operárias, para pugnam pelos seus direitos⁸⁶⁰.

Como militante socialista e legalista por princípio, Mariano Garcia acreditou que, somente através das leis inspiradas no socialismo de Benoît Malon, o trabalhador poderia garantir direitos para a sua classe. Essa crença foi construída através da sua praxe, das experiências acumuladas das lutas escravas da qual ele participou ativamente: ora como trabalhador do chão de fábrica, onde experimentava a coexistência das duas formas de exploração do trabalhador: o trabalho livre e o escravizado; ora como abolicionista e republicano na busca por uma sociedade justa e igualitária, onde todos seriam iguais perante a lei.

Como operário livre, ainda no Império, buscou organizar os trabalhadores da sua categoria - a dos cigarreiros - em associações para reivindicar melhores condições de trabalho e salário. Como abolicionista, atuando como um caifaz, junto com o advogado abolicionista Antônio Bento, lutou pelo fim do trabalho escravizado, e foi a partir da mobilização popular - dos trabalhadores livres, escravizados e setores médios da sociedade - que a extinção da escravidão ganhou força. Entretanto, mesmo com a pressão popular, foi no campo jurídico, a partir da promulgação da Lei Áurea, que a abolição verdadeiramente se confirmou.

Dessarte, para essa personagem, os direitos dos trabalhadores só poderiam ser alcançados e garantidos dessa forma, com a mobilização dos trabalhadores e pela via legalista, sendo o partido operário a principal ferramenta garantidora do sucesso desse empreendimento. Isto posto, o militante lutou por toda a sua trajetória de vida para que um partido operário atuante fosse realidade da classe trabalhadora. No entanto, mesmo desde os primórdios da República ter buscado fundar vários partidos operários, seu sonho não se concretizou em vida, sendo a realidade do partido operário na Primeira República, apenas tentativas efêmeras, dele e de seus companheiros da corrente socialista reformista da qual fazia parte.

Contudo, na sua concepção, o partido operário não era “um fim em si mesmo”, era apenas o ponto de partida para a “ditadura do proletariado”, pois, segundo ele, “O parlamento, estou convencido, não resolverá a questão social; porém, o operariado, para vencer, terá que conquistar aos poucos o poder: hoje a municipalidade, a assembleia estadual; amanhã, o congresso nacional, o governo, enfim”⁸⁶¹, isto é, os trabalhadores deveriam, por direito,

⁸⁶⁰ *A Época*, em 07 de novembro de 1912.

⁸⁶¹ KONDER, Leandro. *A derrota da dialética. A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos*

participar das esferas de decisão, e para isso acontecer, sempre buscava conscientizar os trabalhadores da sua força, quando afirmava, “diz-se geralmente que o operariado não tem competência para ocupar esses cargos, porém, nós pensamos que ao povo em geral compete fazer as suas leis”⁸⁶².

O que Mariano Garcia buscava, inicialmente, era a igualdade de todos, como indivíduos dotados de direitos políticos e não mais como súditos. Com a Proclamação da República e logo em seguida, a promulgação da Carta Magna, se implementa o Estado liberal burguês com a República oligárquica, e com isso a constatação por parte da liderança operária que grande parcela da população continuaria excluída da tomada de decisões e da participação dos bens materiais e simbólicos produzidos coletivamente, sendo o direito à cidadania delimitado a um grupo muito pequeno de cidadãos, fato esse entendido por muitos desses militantes como uma continuidade do sistema político anterior, onde as oligarquias dominantes ainda continuavam como os donos do poder, e que a conquista de direitos sociais e de cidadania para grande parte da população e, em particular para os trabalhadores, seria um longo e árduo caminho a ser percorrido.

A realidade da época era a das mais duras: longas jornadas de 12, 16, até 18 horas de trabalho em ambientes insalubres, executados por homens, mulheres e crianças, sem nenhum amparo social contra doença, invalidez, acidentes de trabalho, gravidez, além dos salários ínfimos, e as diferentes formas de violência cotidiana praticada pelos patrões e pelo Estado, realidade essa que condenava a maioria da população à fome, às moradias insalubres, às doenças, reduzindo consideravelmente a expectativa de vida dos que viviam do trabalho.

O que naquele momento histórico chamavam de luta por direitos sociais, sob o olhar de hoje, podemos qualificar como luta pelo direito ao mínimo de dignidade humana, tamanha era a exploração sofrida pelos trabalhadores e as privações nesse aspecto. Portanto, o que Mariano Garcia buscou muito combater, não só na afirmação da necessidade do partido operário, mas, também, difundindo suas ideias, era o fim da exploração do homem pelo homem, através da reforma social, conseguida com a implantação do socialismo. E, assim como na natureza tudo tem seu tempo, o militante acreditava que: “o socialismo virá, queiram ou não, tomar a direção da sociedade, para, reformando leis, preparar a humanidade para esse outro regime”⁸⁶³.

trinta. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p.88.

⁸⁶² *A Época*, em 08 de janeiro de 1913.

⁸⁶³ *A Época*, em 15 de dezembro de 1913.

Assim como coloca Le Goff “os revolucionários não se interessam pela história, fazem-na”⁸⁶⁴. Depois de 90 anos de muitas tentativas, a começar por Mariano Garcia e o grupo do jornal operário, *Voz do Povo* – Gustavo de Lacerda, José Veiga, França e Silva e Maurício Veloso, na imediata instauração da República, em 1890, a aspiração do grupo de trabalhadores em fundar um partido operário somente se torna realidade em 1980, com a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido operário de orientação socialista, fundado por um grupo heterogêneo de militantes, composto por, sindicalistas, intelectuais, artistas e religiosos católicos.

E, dois anos depois de fundado, assim como havia apontado Mariano Garcia como estratégia política ao grupo socialista do jornal *Aurora Social*, em Recife, ao se declarar um social-democrata, o Partido dos Trabalhadores elege seu primeiro representante oriundo do seio operário para ocupar um cargo no Executivo. E, como orientou um dia Mariano Garcia, primeiramente a municipalidade, assim sendo, o metalúrgico Gilson Menezes é eleito prefeito da cidade de Diadema, em São Paulo. Alguns anos depois, em 1986, em num segundo momento, o PT chega à assembleia nacional elegendo 16 deputados para o Congresso Nacional, esses, representantes da classe trabalhadora.

O número de deputados eleito era pequeno, se considerarmos a totalidade de componentes do Congresso, mas, bastante significativo para a luta operária, em uma legislatura singular, pois seria a primeira vez na história que operários ajudariam a redigir uma nova Carta Magna, na Assembleia Nacional Constituinte. Um evento histórico que marcou a volta do regime democrático no Brasil, depois de 21 anos de Ditadura Civil-Militar.

Novamente, não há como não fazer um paralelo com o grupo do jornal *Voz do Povo* e o ativismo de Mariano Garcia⁸⁶⁵. A luta dos operários militantes na criação daquele que deveria ser o primeiro partido operário, no imediato 1889, era justamente para isso, eleger representantes da classe trabalhadora para, na Assembleia Nacional Constituinte de 1891, elaborar leis em seu benefício, além de um Estado que mediasse a relação capital/trabalho, isso,

⁸⁶⁴ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990. p. 60.

⁸⁶⁵ É importante ressaltar que não é a intenção dessa conclusão dizer que a criação do PT e a chegada do primeiro operário à presidência da República significou a conclusão do objetivo de Mariano Garcia, tal afirmação seria, no mínimo, teleológica. O que se pretende é demonstrar que uma das bandeiras de luta dos pioneiros na organização da classe trabalhadora, no início da República, só foi possível atingir depois de mais de 100 anos de muita luta de diversas entidades de representante dos trabalhadores, e que, apesar da conquista, isso não significou uma reviravolta para a classe trabalhadora, mais sim, novos desafios e debates, dentro do contexto político em que o Brasil se encontra, para os trabalhadores, e que os ideais defendidos por Mariano Garcia continuam mais atuais do que nunca.

ao longo de toda a Primeira República, o que, por motivos apresentados ao longo da tese, a finalidade acabou não se concretizando. Durante toda a trajetória de Mariano Garcia, apesar de várias tentativas, um partido operário nunca se tornou realidade, os sindicatos se apresentavam ainda timidamente, e o Estado, por princípio constitucional, nunca se apresentou como mediador da relação capital/trabalho.

Com relação à criação do partido operário, em 1980, numa longa trajetória dos trabalhadores, e num contexto histórico específico, um fato que chama a atenção é a composição da bancada do PT na legislatura de 1986. A questão de representatividade e a heterogeneidade da sua composição merece destaque. Dentre os 16 deputados eleitos iremos encontrar, médicos (Vitor Buaiz e Eduardo Jorge), professores (Benedita da Silva e Paulo Delgado), intelectuais (o sociólogo Florestan Fernandes), advogados (Vladimir Palmeira e Plínio Sampaio) economistas (Virgílio Guimarães) e, é claro, operários e sindicalistas (Luiz Inácio Lula da Silva, Olívio Dutra e Paulo Paim). Todos os parlamentares eleitos eram trabalhadores, mas não, necessariamente, somente operários, como um dia o grupo da *Voz do Povo*, em 1890, defendeu como bandeira: o exclusivismo partidário.

Na composição do partido, a participação das minorias apresenta uma novidade, com a eleição da professora Benedita da Silva, mulher negra, militante oriunda dos movimentos feminista e negro, uma favelada, moradora do morro Chapéu-Mangueira, no Rio de Janeiro. Irma Passoni, professora e ex-freira, foi outra mulher eleita pelo PT à deputada federal.

Todos os 16 deputados eram oriundos de diferentes movimentos sociais que agitavam o Brasil no processo de redemocratização, e que percorreram um longo caminho de luta por direitos da população expropriada de cidadania plena, pela Ditadura Militar.

Porém, dentre os 16 deputados eleitos pelo PT, em 1986, um merece destaque pela trajetória, o operário metalúrgico e líder sindical, Luiz Inácio Lula da Silva, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, que anos depois, iria alcançar o posto maior da representatividade política já alcançado por uma liderança oriunda do chão de fábrica no Brasil.

Em 2002, assim como Mariano Garcia proferia ser o ideal da luta dos trabalhadores, ao defender um operário como presidente da República, o metalúrgico galga o posto de maior representatividade do Poder Executivo, sendo eleito Presidente do Brasil. Lula, como Presidente da República, se torna o primeiro líder socialista eleito democraticamente no Brasil, e o segundo na América Latina. Mas isso só se concretizou depois de 112 de luta política e de inúmeras tentativas dos trabalhadores em eleger um operário, representante da classe, como porta-voz dos seus interesses.

A história de vida do operário Luiz Inácio Lula da Silva, por si só, já é uma história de superação⁸⁶⁶; oriundo de família empobrecida do Nordeste, retirante do Sertão de Pernambuco, migrou aos cinco anos de idade para São Paulo. Estudando até a quarta série primária e, assim como Mariano Garcia, começou a trabalhar ainda criança para auxiliar no sustento da família.

Aos 15 anos, ingressaria no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), formando-se em meio-oficial torneiro mecânico, tornando-se operário metalúrgico e, a partir de então, começa a sua militância operária no movimento sindical pelos direitos dos trabalhadores, por melhores condições de trabalho e salário, inicialmente, para os da sua classe; trabalhadores de diferentes fábricas das poderosas multinacionais automobilísticas da região metropolitana de São Paulo e, com o crescente aumento das mobilizações grevistas, para toda a classe trabalhadora que sofria com a política de arrocho salarial imposta pela ditadura militar.

Os discursos de Lula e sua agência na condução de inúmeras greves operárias, em uma conjuntura política de violenta repressão aos opositores à ordem vigente, uma marca das relações de poder no Brasil, lhe conferiram notoriedade e a ampliação do seu capital político como uma voz daqueles que trabalhavam, dando início, assim, a sua trajetória como importante ator político, oriundo do seio operário e do chão de fábrica, que, através da fundação do PT, e da sua concepção social-democrata e progressista, se torna uma das maiores figuras políticas do Brasil e um dos mais importantes líderes mundiais na atualidade.

Com o seu ideal de política social traduzido no dizer, “É preciso colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda”, Lula conseguiu eleger-se três vezes presidente da República pelo voto direto, além de nomear uma mulher, a economista Dilma Roussef como sua sucessora, sendo ela, a primeira mulher a chegar à presidência da Nação em mais de 110 anos de história da República no Brasil, eleita por um partido de esquerda.

As políticas sociais presentes no programa de intenções do PT e implementadas nos governos dos Presidentes Lula e Dilma tiveram impactos significantes na vida dos brasileiros mais necessitados, aumento do salário mínimo, criação de programas de transferência de renda que reduziram a pobreza e a fome no Brasil⁸⁶⁷, além de melhorar o acesso à Educação, à Saúde

⁸⁶⁶ Sobre a trajetória de Lula. Cf. FRENCH, John D. *Lula e a política da astúcia: de metalúrgico a presidente do Brasil*. Traduzido por Fortes, Lia Machado. São Paulo: University of North Carolina Press/Fundação Perseu Abramo. 2022. Cf. BRANFORD, Sue. *Lula and the Workers Party in Brazil*. Nova Iorque: New. Press. 2005. Sobre sua biografia. Cf. MORAIS, Fernando. *Lula: Biografia. I*. São Paulo: Companhia das Letras. 2021. Cf. PARANÁ, Denise. *Lula, o filho do Brasil*. [S.l.]: Fundação Perseu Abramo. 1996.

⁸⁶⁷ O Programa Fome Zero foi reconhecido como um modelo pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo Programa Mundial Alimentar (PMA), rendendo-lhe vários prêmios internacionais, os mais prestigiados exemplos são: Medalha Agrícola da FAO (2005), Prêmio pela Paz Felix Houphouët-Boigny da UNESCO (2009), Campeão Global da Luta Contra a Fome da PMA (2010) e Prêmio

e proporcionar programas de moradia digna para famílias de baixa renda, promovendo pela ação do Estado, o acesso da população marginalizada aos seus direitos sociais⁸⁶⁸.

A chegada de um representante da classe trabalhadora como autoridade máxima da política brasileira, e a implementação das políticas sociais, seguindo a cartilha de proposta do partido, vem ao encontro do ideal dos militantes de diferentes correntes do movimento operário no Brasil, ao longo de décadas, além das aspirações dos socialistas reformistas - como Mariano Garcia - pioneiros na organização da classe trabalhadora, que desde o Império, buscavam melhores condições de vida para os que viviam do trabalho, assim como, também, entendiam ser papel do Estado a promoção da inclusão dos cidadãos, através dos mecanismos de participação popular, aos bens produzidos pela Nação, dos benefícios da riqueza e bem-estar da sociedade, e não um Estado promotor de acumulação capitalista.

É bem provável que Luís Inácio Lula da Silva tenha conhecimento dos muitos nomes de militantes que o antecederam na luta por direitos para a classe trabalhadora e por um país mais justo e igualitário. Nomes eternizados pela historiografia clássica como: Vicente de Souza, Evaristo de Moraes, França e Silva, Gustavo de Lacerda, Saddock da Sá, Edgard Leuenroth, Octávio Brandão, dentre muitos que vislumbraram o seu feito: a ascensão de um representante, oriundo da classe trabalhadora, ao cargo máximo do poder executivo.

Mas, é bastante plausível que Luís Inácio Lula da Silva nunca tenha ouvido falar em Antônio Mariano Garcia, e conhecido a sua trajetória na luta pela organização da classe trabalhadora, pela criação de um partido operário na Primeira República aos moldes do que foi apresentado aqui na composição do PT, sendo que o partido operário poderia ser heterogêneo na sua composição, pois, no seu entendimento, “Os homens podem ser de classes diferentes, porém, um programa comum a todos nos deve unir para podermos caminhar e vencer”⁸⁶⁹.

O programa ao qual Mariano Garcia acreditava e o ideal socialista que ele defendia era, recuperando a citação de Antônio Candido, na introdução desta tese, “para o operário não ser mais chicoteado, depois para não trabalhar mais que doze horas, depois para não trabalhar mais que dez, oito; para a mulher grávida não ter que trabalhar, para os trabalhadores terem férias, para ter escola para as crianças” e, como o autor afirmava, “coisas que hoje são banais”, e que,

Mundial da Alimentação (2011). Cf. FRAUNDORFER, Markus. Fome Zero para o mundo – A difusão global brasileira do programa Fome Zero. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. v.2, n.4, jul-dez. 2013. p.97-122. p.98.

⁸⁶⁸ BEKER, Matheus Haruo. PT e Social-Democracia: analisando a trajetória e os governos petistas. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos -SP. 2020.

⁸⁶⁹ *A Época*, em 19 de agosto de 1912.

possivelmente, não mais compõem as diretrizes do programa de governo do PT, por serem conquistas pacificadas ao longo de anos, fruto de diferentes embates dos trabalhadores por direitos sociais e de cidadania em décadas lutas, anteriores à fundação do PT, isso, não só no Brasil como no mundo.

Hoje, os desafios dos trabalhadores no Brasil são de outra grandeza, pois, em um país de tradição escravocrata, “culturas laborais, longamente construídas, não são facilmente descartadas”⁸⁷⁰ e, apesar de muitas conquistas ao longo das décadas, a desigualdade social e o imenso abismo social presentes no início da República ainda persistem no Brasil. A luta atual é para a manutenção e ampliação dos direitos sociais conquistados, a duras penas, por inúmeras mobilizações dos trabalhadores; por avanços dos direitos e não por retrocessos que ampliam o abismo entre os poucos que tudo tem e uma imensa massa de despossuídos, revelando uma desigualdade social, por conta de uma perversa concentração de renda, que torna o Brasil um dos países mais desiguais do mundo.

O que encontramos, principalmente, a partir da década de 1970, com a crise do modelo econômico do pós-guerra, é o fortalecimento dos preceitos neoliberais, em seus muitos discursos - historicamente localizados e socialmente construídos - que visam, sobretudo, a acumulação de capital, sendo, dentre esses preceitos, a defesa da austeridade fiscal⁸⁷¹, do Estado mínimo com a diminuição do investimento em políticas sociais, a privatização máxima das incumbências do Estado, e o fomento à redução dos custos de produção com crescente emprego de tecnologia. Tais propósitos trazem no bojo consequentes implicações políticas, econômicas e sociais para a sociedade e, especialmente, para a classe trabalhadora.

No âmbito político, em particular a partir de 1990, com o advento da globalização, o avanço dos preceitos do neoliberalismo - um fenômeno que não é só nacional, mas global - têm possibilitado a ascensão de seus representantes, nos partidos de direita, a postos importantes de

⁸⁷⁰WEINER, Rodrigo Azevedo. Em que a trajetória do sr. Manoel Inácio Marques Neto pode contribuir à compreensão da formação do proletariado brasileiro? (Rio Grande do Sul, década de 50 do século XX). *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 8. nº 16. Julho/dezembro de 2016. p. 11-32. p. 01, disponível em: [file:///C:/Users/Windows/Downloads/administrador,+Dossie_1RodrigoWeimer%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows/Downloads/administrador,+Dossie_1RodrigoWeimer%20(1).pdf). Acessado em: 20/02/2024.

⁸⁷¹ A austeridade pode ser definida como uma política de ajuste da economia fundada na redução dos gastos públicos e do papel do Estado em suas funções de indutor do crescimento econômico e promotor do bem-estar social. A defesa da austeridade fiscal sustenta que, diante de uma desaceleração econômica e de um aumento da dívida pública, o governo deve realizar um ajuste fiscal, preferencialmente com corte de gastos públicos em detrimento de aumento de impostos, e os cortes de gastos públicos estão relacionados a cortes de recursos em áreas sociais, em investimentos sociais. Cf. ROSSI, Pedro, OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ARANTES, Flávio. Austeridade fiscal e o financiamento da Educação no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 40, p. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019223456>. Acessado em: 20/02/2024.

governança, catapultando representantes que defendem as super políticas de austeridade e de projetos governamentais que valorizam o capital em detrimento do trabalho, e o pior, com a simpatia e apoio de muitos trabalhadores ludibriados pelo discurso do “menos direitos e mais postos de trabalho”, como se as duas opções juntas, não fossem viáveis, como a história já provou ser possível.

Com relação ao campo econômico, a política de austeridade fiscal, dentre outros fatores, coloca sobre os ombros dos trabalhadores o ônus de uma política de juros altos que privilegia não à produção e o trabalho, mas sim, o setor rentista da sociedade. O que evidencia a continuidade histórica de uma elite plutocrática predatória, onde os membros dessa elite terratenente que comandam o Brasil há séculos, vem se alternando no poder e na forma de expropriar os despossuídos, onde, de geração em geração, eternizam suas regalias políticas para defender e perpetuar os seus monopólios econômicos e subjugar o trabalho, evidenciando a ininterrupção daquilo que Mariano Garcia denunciava, quando no advento da Proclamação e na implantação da República Oligárquica, afirmando que, “(...) muitos republicanos históricos não o seriam se em tempo tivessem sido proclamados imperadores”⁸⁷².

Na esfera do social, os objetivos estratégicos neoliberais, a partir da desregulamentação, da abertura dos mercados e da redução do aparelho estatal⁸⁷³, e da flexibilização das leis trabalhistas, visa trabalhar o campo da subjetividade dos trabalhadores através do discurso da meritocracia e do empreendedorismo – elementos “diferenciados” de promoção da subjetividade – sendo os dois, faces da mesma moeda, a do individualismo.

Dessarte, é responsabilidade unicamente do indivíduo se proteger, além de que, a partir do seu esforço pessoal, da sua força de vontade, com trabalho duro, resiliente e criativo, o trabalhador vai prosperar, ter sucesso na vida, saindo da sua condição de miséria. Tais pressupostos vêm contribuindo para significativas transformações no mundo do trabalho, com inúmeras repercussões na construção de subjetividade e das representações sociais do trabalhador, dentre elas, a “uberização”⁸⁷⁴ das relações trabalhistas, com um trabalhador, “por

⁸⁷² *A Época*, em 29 de novembro de 1912.

⁸⁷³ COSTA, Greiner; POCHMANN, Marcio (Org.). *O Estado como parte da solução: uma análise dos desafios do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. p.299. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/o-estado-como-parte-da-solucao-uma-analise-dos-desafios-do-desenvolvimento-brasileiro/>. Acessado em: 20/02/2024.

⁸⁷⁴ O termo uberização é utilizado no sentido da precarização das relações de trabalho, conforme o entendimento de Cássio Adriano Braz de Aquino, no artigo, “*Precarização, neoliberalismo e questão social: reverberações sobre os modos de trabalho no nordeste brasileiro*”. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho – Portal de Revistas da USP. V.23 n.1 (2020). DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i1p51-63>. Acessado em 19/05/2024.

opção”, sem vínculos trabalhistas e sem direitos sociais, desconsiderando o papel do Estado como mediador das relações entre capital/trabalho, e como agente promotor do bem-estar social, uma das várias bandeiras dos partidos de esquerda.

Um outro fator que o individualismo traz, é a desmobilização dos laços de sociabilidade, de proteção e resistência da classe trabalhadora, induzindo ao enfraquecimento da representação sindical, com o desprestígio das entidades de classe, aquilo que, durante toda a sua trajetória, Mariano Garcia teve em vista combater, ao procurar construir a conscientização da classe trabalhadora que ela só seria forte, quando unida em entidades representativas: nas cooperativas, associações; sindicatos, e em um partido operário atuante, dentre outras formas de organização e ações coletivas de reivindicações da classe trabalhadora.

E, foram justamente essas entidades de classe, em particular o sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista⁸⁷⁵ que promoveram o enfrentamento político ao regime militar de 64, através de fortes mobilizações grevistas na defesa de seus interesses econômicos, durante a Ditadura, passando o movimento sindical a se constituir numa extraordinária força política no cenário nacional.

A mobilização sindical possibilitou, na década de 1980, a criação do Partido dos Trabalhadores, e logo em seguida, a aglutinação de diversos sindicatos em diferentes centrais sindicais como exemplo a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), quando, anos depois, juntamente com outros movimentos sociais, juntam forças para alçar ao cargo de representante do Executivo, o operário metalúrgico, liderança mais proeminente do sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista, nas famosas greves dos metalúrgicos das indústrias automobilísticas de São Paulo, em 1979.

O avanço do neoliberalismo e a uberização das relações trabalhistas se torna, nas primeiras décadas do século XXI, uma questão complexa e desafiadora para o mundo do trabalho, devido as suas implicações no campo social, político, cultural e econômico, de forma global, porém, com consequências mais desastrosas para os países de economia emergente, como é o caso do Brasil, e que precisa ser problematizado a partir da ótica da participação dos trabalhadores no processo.

Com relação à melhoria da condição de vida da classe trabalhadora, podemos perceber que em alguns casos, ao invés de avançarmos, na verdade, retrocedemos de uma forma acelerada às condições que julgávamos já superadas, a partir do processo de esvaziamento dos

⁸⁷⁵ ABC paulista é uma região tradicionalmente industrial da região metropolitana da Grande São Paulo, formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

regimes de bem-estar social conquistados na luta do povo, impondo à classe trabalhadora novas formas de exclusão social e o aumento acelerado da desigualdade e da concentração de renda a níveis, até então, nunca experimentados.

Se o socialismo defendido por Mariano Garcia no início da República, e hoje, por outras lideranças operárias - a exemplo de Lula – ou por intelectuais como Antônio Candido, não é a resposta possível para o capitalismo em suas muitas crises que o retroalimentam, fazendo aumentar as desigualdades e a concentração de renda pelo mundo, por sua vez, o capitalismo também vem demonstrando, há décadas, que não é o caminho para o bem-estar do homem viver em sociedade, pois não é compatível com a sobrevivência da espécie humana. Os alertas dados pelas autoridades científicas do mundo inteiro sobre o aquecimento global e as possíveis tragédias ambientais ocasionadas pela poluição e pela exploração dos recursos minerais esgotáveis de forma negligente, tudo em nome do consumo desenfreado, em prol da acumulação de renda de poucos, torna esse fato cada vez mais evidente.

Por isso, mesmo depois de lograr algumas experiências mal sucedidas ao longo do tempo, e não se concretizar ao longo da vida de Mariano Garcia, o socialismo ainda continua a ser defendido como uma opção ao modo de produção capitalista que está destruindo o Planeta.

E, dentro da perspectiva da não superação dos problemas de expropriação da classe trabalhadora, retomando a reflexão empreendida por Antônio Candido, o socialismo é, sim, doutrina triunfante, pois, nascido das revoluções burguesas do século XVIII como um contraponto ao capitalismo que se torna hegemônico com a Revolução Industrial, seus preceitos ainda permanecem mais atuais do que nunca, quando, ainda - assim como o literato pontua – “for preciso ter sempre miseráveis para tirar o excesso que o capital precisa”.

É nas diferentes formas de resistência dos trabalhadores aos avanços dos preceitos do neoliberalismo, da crescente precarização das relações trabalhistas que reside a esperança de desconstrução do discurso de naturalização da vulnerabilidade como mecanismo prioritário do crescimento econômico e do bem-estar humano. E, assim como acreditava Mariano Garcia, os trabalhadores, como ator e força política, tem um papel fundamental nessa mudança de paradigma.

Entretanto, essa mudança não pode acontecer a partir de uma revolução brusca e radical como os anarquistas acreditavam ser possível, ela precisa do tempo, não dos homens, mas o histórico - que é voluntarioso e tem sua própria demanda - para o amadurecimento das sociedades. E, com relação à classe trabalhadora, da conscientização da exploração e da

expropriação a qual é submetida ao longo do tempo. Todavia, com o entendimento do que é mais importante, do seu papel de agente, do ator político da transformação.

Para uma mudança social -lenta e gradual, mas duradoura- assim como idealizou Mariano Garcia e os reformistas, a conquista do poder político pela classe que tudo produz e pouco usufrui, torna-se o grande dever daqueles que trabalham e desejam a mudança social, mas isso, mesmo com algumas experiências da esquerda no poder, ao longo da nossa história, ainda não se materializou, mas, continuamos na luta por atingir o ideal de uma sociedade mais justa e igualitária, o que parece ser um caminho longo a percorrer, com avanços e retrocessos, como sempre foi a passagem do homem no tempo.

A sociedade desejada, inicialmente por Mariano Garcia e seus companheiros de luta, mas também por tantos outros indivíduos, erigida sobre a égide do socialismo ou qualquer outro tipo de “ísmo”, ou, na definição de Antônio Candido para aquilo que ele chama de socialismo⁸⁷⁶, só será possível, a partir do respeito ao indivíduo social e não ao individualismo capitalista. O mundo de hoje não pode ser compreendido e nem suplantado, se não provocarmos a crítica radical do capitalismo, na defesa do socialismo democrático, por uma sociedade mais justa e igualitária, recolocando essa perspectiva como motor de nossas ações, e isso não é utopia, é necessidade, e é urgente.

E o trabalhador, como defendeu um dia, Mariano Garcia e os seus companheiros socialistas e, porque não, os anarquistas também, pioneiros na organização da classe trabalhadora na Primeira República, é o propulsor na organização dessa sociedade futura, pois, “não se faz revolução sem organização da classe trabalhadora”.

⁸⁷⁶ Como colocou Antônio Candido na entrevista presente na introdução dessa tese, socialismo para ele, são “todas as tendências que dizem que o homem tem que caminhar para a igualdade e ele é o criador de riquezas e não pode ser explorado”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de (coord. Geral). Dicionário histórico biográfico da Primeira República, 1889-1930. [Recurso Eletrônico]. FGV, 2015.

AGUIAR, Alexandra do Nascimento. “O diabo e o labirinto”: Companhia Evoneas Fluminense e a história de uma falência (1890-1893). *Revista História Econômica & História de Empresas*. v. 25 | n. 3 | p. 668-695 | set.-dez. | 2022.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Associativismo avant la lettre – As sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. *Sociologias*. Dossiê Dinâmicas da Ação Coletiva. Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 166-199. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-4522201100030000>. Acessado em: 20/12/2022.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *Demografia e economia nos 200 anos da independência do Brasil e cenários para o século XXI*. Rio de Janeiro: ENS, 2022. Livro digital, disponível em: https://prdapi.ens.edu.br/media/downloads/Livro_Demografia_e_Economia_digital_2.pdf. Acessado em 18/05/2024.

ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918)*. Dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto – Mariana – Minas Gerais- MG. 2014.

_____. *Sobreviver e se organizar: a classe trabalhadora e os movimentos contra a carestia no Rio de Janeiro.(1913-1917)*. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*. v. 7 n. 2 (mai./ago. 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2015. ISSN: 1984-6150 – Disponível em: www.fafich.ufmg.br/temporalidades. Acesso em 04/05/2023.

ARANTES, Erika Bastos. “O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Unicamp, 2005.

ARIAS NETO, José Miguel. “Primeira República: economia cafeeira e industrialização”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. *Revista Contemporânea*, UERJ. nº. 7 v. 4, 2006. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/17576>. Acessado em: 02/04/2023.

AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República : um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese de doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História. 2003. Disponível em: Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=4276@1>. Acessado em: 18/01/2024.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos - Lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, RJ, 1967.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de História* – t. LII (2021) – p. 421-443 – p.422. ISSN: 0870.4147 DOI https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_18. Acessado em: 08/02/2024.

BARROS, José D'Assunção. *História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e o imaginário*. Escritos, Tocantins, v. 1, 2008.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: de 1889 a 1930*. 3ª.ed., São Paulo: Fulgor/Alfa-Omega, 1968, vol.2.

BATALHA, Cláudio H. Moraes. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2009.

_____. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 12, n23/24, set.1991/ ago. 1992.

_____. *Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário*. Anos 90, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 91–99, 1997.

_____. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. in: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil. Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, vol. 2. p.11-44.

_____. *O movimento operário na Primeira República* – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. pp.163-189. p.173.

_____. *O Socialismo no Brasil na Época da II Internacional. Uma revisão de algumas interpretações correntes*. GT "Partidos e movimentos de esquerda" XV Encontro Anual da Anpocs 15 a 18 de outubro. de 1991 Caxambu, Minas Gerais. pp 01-26.p.17. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/15-encontro-anual-da-anpocs/gt-15/gt27-8/7076-claudiobatalha--o-socialismo/file>. Acessado em: 29/09/2019.

BEKER, Matheus Haruo. PT e Social-Democracia: analisando a trajetória e os governos petistas. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos - SP. 2020.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma História cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p.349-363.

BÍBLIA ONLINE. João 11:49-51. Disponível em:

<https://www.biblionline.com.br/acf/jo/11/49-53>. Acesso em: 02 jan. 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL. Hospedaria de Imigrantes Ilha das Flores. Disponível em:

<https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/hospedaria-imigrantes-ilha-flores>.

Acessado em: 28/01/2023.

BRANFORD, Sue. *Lula and the Workers Party in Brazil*. Nova Iorque: New. Press. 2005.

BRITO, Rose Dayanne Santos de. Entre a Lei e a Anarquia: a trajetória de um representante das classes proletárias no Brasil do século XIX. *Revista Direito e Práxis, Teoria e Filosofia do Direito do PPG Dir/UERJ*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.832-852. 2018 Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/27965>. Acessado em: 18/10/2023.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. - Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. O trabalho de crianças e jovens no Brasil Imperial: minas gerais, 1831-1832. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 39, p. 191-220, 2003. p.193. Editora UFPR. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/2729-5570-1-PB.pdf>. Acessado em: 02/02/2023.

BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 60. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7049739/mod_resource/content/1/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf. Acessado em: 02/08/2023.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

_____ *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O município de São Gonçalo e sua história – 3ª ed. total, ver. Ed. ampliada – Niterói, RJ: Nitpress. 2006*.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Sala das sessões do Congresso Nacional Constituinte na cidade do Rio de Janeiro em 24 de fevereiro de 1891, terceiro da República. p. 20-21.

BRITO, Rose Dayanne Santos de. Entre a Lei e a Anarquia: a trajetória de um representante das classes proletárias no Brasil do século XIX. Ver. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol.9, N. 2018, p.832-852. p. 835. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/27965>.

BURKE, Peter.(Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: ed. UNESP, 1992.

CAPELLATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São. Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. *O movimento operário no Brasil. (1877-1944)*. São Paulo: Difel. 1979.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.1987.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. Narrativas em preto e branco: aspectos da escravidão negra em Sorocaba. Disponível em: <https://www.memoriaoperariasorocaba.com.br/post/narrativas-em-preto-e-branco-aspectos-da-escravid%C3%A3o-negra-em-sorocaba>. Acessado em: 18/01/2023.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A questão social no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. – 3ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012

_____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial* / Sidney Chalhoub. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

_____. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de história*. São Paulo. V.8 nº 16 pp 83-105, mar.88/ago.88. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows/Downloads/sidneychalhoub%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows/Downloads/sidneychalhoub%20(1).pdf). Acessado em: 23/09/2023.

CHALHOUB, S., & SILVA, F. T. da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, 14(26). Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2558>. Acessado em 09/02/2024.

CHUELER, Alessandra F. Martinez de. *Crianças e escolas na passagem do Império para a República*. *Revista Brasileira de História* [online]. 1999, v. 19, n. 37 . p 59-84. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>>. Epub 21 Out 1999. ISSN 1806-9347. <https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>. Acessado em 09/02/2023.

CÓDIGO DE POSTURAS: Leis, Decretos, Editaes e Resoluções da Intendencia Municipal

do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Tipografia Mont'Alverne, 1894.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888; tradução de Fernando de Castro Ferro*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira; 1978.

COSTA, Adailton Pires. *A História dos Direitos Trabalhistas vista a partir de baixo: a luta por direitos (e leis) dos trabalhadores em hotéis, restaurantes, cafés e bares no Rio de Janeiro da 1ª República (DF, 1917-18)*. Dissertação de mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC- 2013.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos* – 6ª. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Greiner; POCHMANN, Marcio (Org.). *O Estado como parte da solução: uma análise dos desafios do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. p.299. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/o-estado-como-parte-da-solucao-uma-analise-dos-desafios-do-desenvolvimento-brasileiro/>. Acessado em: 20/02/2024.

COUTINHO, Eduardo Granja. Processos contra hegemônicos na imprensa carioca, 1889/1930. In: COUTINHO, E. Granja. Org. *Comunicação e contra hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13493>.

_____. *Amarelo e Negro: Matizes do comportamento operário na República Velha*. 1982. Tese de Mestrado IUPERJ. p.26. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2019/06/comportamento-oper%C3%A1riorep%C3%BAblica-velha.pdf>.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

DEL PRIORI, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. Topoi, v. 10, nº. 19, jul./dez. p.09, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X010019001>. . Acessado em: 03/02/2024.

DIAS. Vera Lucia A. R. Uma associação abolicionista na cidade de Santos: Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro – 1886. Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP. Santos -2014. Disponível em: http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406590705_ARQUIVO_VeraLuciaAlbaReiDiatextocompleto. Acessado em: 20/02/2023.

Dicionário Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br>. Acessado em: 03/05/2023.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930. Centro de Pesquisas Documentais. CPDOC – Fundação Getúlio Varga .- FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dicionarios/dhbb>. Acessado em: 18/12/2022.

Dicionário Político Marxists Internet Archive. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/malon_benoit.htm. Acessado em: 23/03/2023.

DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FALCON, Francisco J. C. História e Poder. In: CARDOSO, C. F. S. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, Boris. “A crise dos anos 20 e a revolução de 1930”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano e instituições (1889-1930)*. Por/ Paulo Sérgio Pinheiro...[et al.]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. – 8ª ed. – rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo, Difel, 1977.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega & OLIVEIRA, Alfredo César Tavares de. *Marechal Hermes e as (des) conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não-vista*. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (87). S/N. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-87.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

FERNANDES, Nelson da Nóbrega y Alfredo César Tavares de OLIVEIRA. Marechal Hermes e as (des) conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não-vista. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (87). p.s/n. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-87.htm>>. [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 23/10/2023.

FERREIRA, Marieta de M. (org.) *A república na velha província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

_____. e PINTO, Surama Conde Sá. “ A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930”. In: ”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO. Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. pp. 389-415.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil 1880-1920*. Petrópolis/RJ: Vozes. 1978.

FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. "In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRAUNDORFER, Markus. Fome Zero para o mundo – A difusão global brasileira do programa Fome Zero. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. v.2, n.4, jul-dez. 2013. p.97-122.

FRENCH, John D. *Lula e a política da astúcia: de metalúrgico a presidente do Brasil*. Traduzido por Fortes, Lia Machado. São Paulo: University of North Carolina Press/Fundação Perseu Abramo. 2022.

FONTES. Alice Aguiar de Barros. A prática abolicionista em São Paulo: os caifazes (1882-1888). Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo, SP. 1976.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25ªed. São Paulo: Graal.

FRACCARO, Glaucia. C. Candian. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 76, p. 73–90, set. 2017.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - (FIOCRUZ). Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/para-imigrantes-europeus-a-ilha-das-flores/>. Acesso em: 28/01/2023.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. – São Paulo: Cia. das letras, 1989.

GITAHY, Maria Lucia Caira. *Ventos do Mar, Trabalhadores do Porto, Movimento Operário e Cultura Urbana em Santos 1889-1914*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1992.

GOLDMACHER, Marcela. “Movimento operário: aspirações e lutas. Rio de Janeiro (1890-1906)”. In: *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*/ Marcelo Badaró Mattos (coordenador); Branno Hocherman Costa...[et al.]. – Rio de Janeiro: Bom Texto: Faperj, 2004. pp- 105-136.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

_____. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil. 1917-1937*. Rio de Janeiro. Campus, 1979.

_____. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2002.

GOMES, Luiza das Neves. *O herói e o inimigo no imaginário do jacobinismo brasileiro— 1894/1897* /Luiza das Neves Gomes. – 2012. 162 f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. – 1. Ed. - São Paulo: Expressão popular, Fundação Perseu Abramo, 2016.

GRAHAM Richard. Escravidão e Desenvolvimento Econômico: Brasil e Sul dos Estados Unidos no Século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo (USP) v. 13, n. 1, p. 223-257. Jan./Abr. 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/156728/152268>. Acessado em : 24/02/2024.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982.

_____. *Cadernos do cárcere*, (vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). Org. de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 2.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *A classe operária no Brasil 1889-1930: documentos*. 2. v. São Paulo: ed. Brasiliense, 1981.

_____. Alargando a história da classe operária: Organização, lutas e controle. Remate de Males, Campinas, SP, v. 5, p. 95–119, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636360>. Acessado em: 25/02/ 2024.

HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

HAMON, Augustin. *Le Socialisme Et Le Congres De Londres*. Paris p.-v. Stock, éditeur (ancienne librairie tresse & stock) 8, 9, 10, ii, galerie du theatre-français, 1897.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era do capital: 1848-1875*; tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2º ed.1979.

_____. “Homem e mulher: imagens da esquerda”. In: HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 6.ª ed. Tradução de Waldea Barcellos & Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Ordenando o espaço público : a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro. Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. IX, núm. 194 (62), 1 de agosto de 2005. S/N.

KIRSCHNER, Teresa Cristina. *A Reflexão Conceitual na Prática Historiográfica*. Texto de História vol.15, nº1/2,2007, p. 49-61. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/textos/issue/view/1801>. Acessado em: 02/07/2023.

KNEVITZ, Maurício Moroso. : *O movimento operário entre a reforma e a revolução: debates no primeiro Congresso Operário Brasileiro (1906)*. Revista Ars Histórica, ISSN 2178-244X, nº19, vol. 2, jan/jun 2020, p. 86-106. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/46752>.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética. A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o*

começo dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1987.

KIRSCHNER, Teresa Cristina. A Reflexão Conceitual na Prática Historiográfica. *T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A.* Revista Do Programa de Pós-graduação em História da UnB., v. 15n. 1/2, p. 49–61, 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27861>. Acessado em: 02/07/2023.

KOSELLECK, Reinhard. *Futuro passado : contribuição à semântica dos tempos históricos / Reinhart Koselleck; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira ; revisão da tradução César Benjamin*. - Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio , 2006.

KOZIMA, José Wanderley. *Neoliberalismo e Direito: Aspectos político-jurídicos da crítica Neoliberal*. Dissertação de Mestrado em Direito- Centro de Ciências Jurídicas – Universidade Federal de Santa Catarina. 1997.

LACOMBE, Americo Jacobina. *Obras completas de Rui Barbosa*. Vol.XXV,1898. TOMO I. A Imprensa. Min. da Educação e Saúde – 1947.

LAERNE, C. F. Van Delden. *Brazil and Java: report on coffee-culture in America, Asia and Africa*. London: W. H. Allen, 1885.

LANA JÚNIOR, Mário Cléber. “Tenentismo e crises políticas na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO. Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013:pp. 315-350.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência* . São Paulo: Editora Paz e Terra. 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990.

LEONIDIO, Adalmir. *Esta palavra socialismo... Ideias socialistas no Brasil no final do século XIX*. Textos de História. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB. v. 12 n. 1-2 (2004): Dossiê: História Atlântica. p. 111. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/issue/view/1877>. Acessado em: 18/04/2023.

_____. *Positivismo e utopia: as ideias do socialismo utópico no Brasil na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Rural Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDA / UFRRJ. 2003.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

1996.

LIMA, Sebastião de Magalhães. *O livro da Paz*. Lisboa, Antiga Casa Beltrand - José Bastos livreiro editor. 73, Rua Garret (Chiado), 75. 1895.

LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. 2a Edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer et al. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1989.

_____. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania R. de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MACIEL, Laura. A. Imprensa, esfera pública e memória operária - Rio de Janeiro (1880-1920). *Revista de História*, São Paulo, n. 175, p. 415-448, 2016. p. 428. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/109940>. Acessado em: 12 abr. 2023.

MACHADO, Maria Helena. O Plano e o pânico. *Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MAGALHÃES, Felipe Santos. *Ganhou leva... Do vale o impresso ao vale o escrito. Uma história social do jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890-1960)*/ Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2005.

MARCONDES. Renato Leite. A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX. *Revista de História*, São Paulo, n. 165, p. 403-424, jul./dez. 2011. p.408. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19219>. Acessado em: 20/02/2023.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. RJ, Paz e Terra, 1979.

MARCONDES. Renato Leite. A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX. *Revista de História*, São Paulo, n. 165, p. 403-424, jul./dez. 2011. p.408. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/19219-Texto%20do%20artigo-22750-1-10-20120523.pdf>. 20/02/2023.

MARINHO, Célia Maria de. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.

MARQUES, João Carlos. Um indesejável além-mar: Pinto Quartim e o movimento libertário nos dois lados do Atlântico (1887-1930). Tese de doutorado em História Moderna e Contemporânea pelo Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/22783/1/phd_joao_carlos_marques.pdf. Acesso em: 25/09/2023.

MARSHAL, Thomas. H: *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003.

MARTINO, Agnaldo. A relevância das crônicas machadianas para a história das ideias linguísticas no Brasil. VERBUM- Cadernos de pós-graduação Dossiê *Histórias das ideias linguísticas*. PUC- SP - (ISSN 2316-3267), v. 10, n. 3, p. 73-95, dez. 2021. p. 77. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.23925/2316-3267.2021v10i3p73-95>. Acessado em: 29/04/2023.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio. Significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995/ Nova fronteira, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. – Rio de Janeiro: Bom Tempo, 2008.

_____. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no rio de janeiro. *Revista Mundos do Trabalho*, Criciúma, v.1, n.1, 2009. p.51-64. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows/Downloads/9357-Texto%20do%20Artigo-29622-1-1020090320%20\(2\)](file:///C:/Users/Windows/Downloads/9357-Texto%20do%20Artigo-29622-1-1020090320%20(2)). Acessado em: 08/02/2023.

_____. “Greves e Repressão Policial aos Sindicatos no Processo de Formação da Classe Trabalhadora Carioca:1850-1910”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2004.

MATTOS, Romulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas para a construção de habitações populares e o discurso sobre favelas na primeira República*. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense. ICHF- PPGH, Niterói, 2008.

MAUAD, Ana Maria; GOMES Ângela de Castro (orgs). *Memória: Imigração Espanhola em Niterói*. Niterói, Niterói Livros, 2006.

MELLO, Rafael Cardoso de. *Um “coronel de saias” no interior paulista : a “rainha do café” em Ribeirão Preto (1896-1920)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP – Franca, SP, 2009.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes Mendonça. *Evaristo de Moraes: justiça e política nas arenas republicanas (1887-1939)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

MENDONÇA, Leandro Clímaco. *Jornalismo como Missão: Militância e Imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920*. Tese de doutorado em História pela Universidade Federal fluminense. Niterói, RJ, 1917.

MÍKOLA, Nádia. A inserção da homeopatia no Brasil e o espiritismo como estratégia de legitimação. 1860-1890. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. p.8 Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299183537_ARQUIVO_artigoANPUH.pdf. Acessado em: 28/04/2023.

MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Dissertação em História, Universidade de Campinas – UNICAMP. SP. 2008.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O Socialismo Brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados. Editora da Universidade de Brasília, 1981.

_____. A proto-história do marxismo no Brasil. In: REIS FILHO Daniel Aarão [et al.]. *História do Marxismo no Brasil* – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. MORAES, Evaristo de Moraes. *Reminiscências de um rábula criminalista*. Livraria Leite Ribeiro. Rio de Janeiro, 1922.

MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista. (1879-1888)*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro Freitas Bastos. 1924.

MORAIS, Fernando. *Lula: Biografia*. 1. São Paulo: Companhia das Letras. 2021.

NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o Século XX”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

OLIVEIRA, Igor Soares N. de. & VALERIANO, Maya Damasceno. Identidade e consciência de Classe entre os trabalhadores cariocas (1860-1900). In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2004.

OLIVEIRA, Patrícia da Silva. Remoções no Rio de Janeiro do século XIX. e o processo de segregação socioespacial. – Simpósio Nacional de Geografia – XVI SIMPURB – nov. 2019. E.S. p. 2285.

OLIVEIRA, Rosalina de. VASQUEZ, Maurício. *São Lourenço – Memória dos Bairros de Niterói*. / Organização Rosalina de Oliveira. Maurício Vasquez – Niterói. RJ. Fundação de Arte de Niterói. 2006.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. “Pela Reforma, contra a Revolução. Notas sobre Reformismo e Colaboracionismo na História do Movimento Operário Brasileiro da Primeira República”. *Revista Crítica Histórica*, Ano III, Nº 05, junho/2012. ISSN 2177-9661.

OMEGNA, Nelson. *A cidade Colonial*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1961

OSORIO, Lúcia Maria. “O sindicalismo ‘amarelo’ no Rio de Janeiro: as condições particulares da luta sindical dos marítimos e ferroviários na Primeira República”. Trabalho apresentado ao XII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, 1988.

OTSUKA, Alexandre Ferro. Antônio Bento: discurso e prática abolicionista na São Paulo da década de 1880- 2015. Dissertação Mestrado. Departamento Da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2015.

PÁDUA, José A. Valladares. A capital, a República e o sonho: a experiência dos partidos operários de 1890. Dados- *Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro*, v. 28, n. 2, p.163 a 192. 1985. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pb/edicoes/?vn=28-2>. Acessado em: 08/05/2023.

PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário* – Rio de Janeiro. Ed. IBGE. 1940. p.193. Disponível em: <https://archive.org/details/sgonca1940cinq/page/178/mode/2up>. Acessado em: 10/09/2022.

PANSARDI, Marcos Vinícius. *Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889 - 1903)*. p. 231. Dissertação de mestrado em Ciência Política - Universidade Estadual de Campinas – São Paulo. 1993.

PARANÁ, Denise. *Lula, o filho do Brasil*. [S.l.]: Fundação Perseu Abramo. 1996.

PATROCÍNIO. Paulo Roberto Tonani do. A “não-cidade”: a favela vista pelos cronistas do início do século XX. *Revista Transversos, Rio de Janeiro*, v. 03, n. 03, pp8-25 out–mar. 2014/2015.

PENNA, Lincoln de Abreu. *Imprensa e política no Brasil: a militância jornalística do proletariado*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

PEREIRA, Astrogildo. *Formação do PCB, 1922/1928*. Lisboa: [s.n.], 1976.

PEREIRA, Syrléa Marques. *Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói – Rio de Janeiro. 2008.

PIMENTEL, Irene. *Angelina Vidal, uma socialista e republicana com um pensamento original*. Disponível em: <https://irenepimentel.blogspot.com/2010/05/angelina-vidal-uma-socialista-e.html>.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Vicente de Souza, homem de cor e homem universal: posicionamentos sobre raça na trajetória de um Abolicionista, Republicano e Socialista negro no final do século XIX. Texto apresentado no 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre (UFRGS), de 24 a 27 de maio de 2017. Anais completos do evento disponíveis em <http://www.escravidaoliberdade.com.br/>. Acessado em: 22/01/2023.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michel M. *A classe operária no Brasil – documentos (Vol. 2: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e estado)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, M. Alargando a história da classe operária: organização, lutas, controle. Remates de Males, v. 5, p. 96-120, 1985. Tradução disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/baygon,+09+Michael+M.+Hall+&+Paulo+S.+Pinheiro>. Acessado em: 04 jan. 2024.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. “O proletariado industrial na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano e instituições (1889-1930)*. Por/ Paulo Sérgio Pinheiro...[et al.]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. – 8ª ed. – rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. pp.147-193.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930): O Movimento Operário*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

PINHO, Diva Benevides. Cooperativismo: fundamentos doutrinários e teóricos: CA. 2001. 34p. (Série Estudos e pesquisas 1/2001). Governo do Estado de São Paulo – SP- 2001. Disponível em: https://codeagro.agricultura.sp.gov.br/uploads/publicacoesIca/3_Cooperativismo%20Fundamentos%20Doutrinarios%20e%20Teoricos.pdf. Acessado em: 05/01/2024.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos. Vol. 2, Nº. 3*, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro., vol.5, n.10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acessado em: 08/02/2024.

PORTA, Eliane Veiga. Imigrantes espanhóis em Santos, 1880-1920. Tese de doutorado em História pela Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 23ª edição, 1994.

QUEIRÓS, César Augusto. Cultura e identidade(s): as disputas simbólicas sobre a identidade operária na Primeira República. *Mouseion: Revista Eletrônica do Museu e Arquivo Histórico La Salle*. Nº 2. Jul/dez de 2007, p. 99-126. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/download/5476/4070>. Acesso em : 10/04/2023.

QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmandades Negras: outro espaço de Luta e resistência (São Paulo: 1870- 1890)*. São Paulo: Annablume e FAPESP, 2002.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890 -1930*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

RAPOSO, C. A de Sarandy. *Teoria e Prática da Cooperação*. divulgado inicialmente in 3.º Vol. do Relatório do Ministro da Agricultura 1911: 1.ª ed., Imprensa Nacional, Rio, 1912.

REVEL. Jacques (Org). *Microanálise e construção do social*. In: *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REZNIK Luís & ANICETO Rui Nascimento Fernandes. *Experiências da Imigração: São Gonçalo nos Séculos XX e XXI*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

RIBEIRO, Lia Paulo. *A popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*. Coimbra :Imprensa da Universidade. 2011.

RIBEIRO, Rafaela Machado. O negro e seu mundo: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893). Dissertação de mestrado em Sociologia Política - Universidade Estadual do Norte Fluminense. Rio de Janeiro. 2012.

RIZZINI, Irma. Elisa Scheid: uma professora nos movimentos de trabalhadores da estrada de ferro central do Brasil (engenho de dentro, Rio de Janeiro, 1890 a 1910). Revista HISTEDBR On-line. Campinas, SP. V.20. 1-18. out. 2020. p.5. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows/Downloads/histedbr,+50_FC_8656567_Rizzini.Gomes.Schueler%20\(4\)](file:///C:/Users/Windows/Downloads/histedbr,+50_FC_8656567_Rizzini.Gomes.Schueler%20(4).). Acessado em: 12/01/2024.

RODRIGUES, Edgar. Nacionalismo e cultura social (Apontamentos históricos trabalhistas, 1913-1922). Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1972.

RODRIGUES, Igor Soares. “Preparemo-nos, pois, para sermos patrões de nós mesmos”: Centro Tipográfico Treze de Maio, para além de uma cooperativa (1888). Anais dos Seminários Internacionais - Volume 3, 2019. Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos Disponível em: https://www.seo.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=146. Acessado em: 20/04/2023.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

ROSEMBERG, André. *Ordem de Burla: processos sociais, escravidão e justiça, Santos, década de 1880*. São Paulo: Alameda, 2006.

ROSSI, Pedro, OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ARANTES, Flávio. Austeridade fiscal e o financiamento da Educação no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 40, p. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019223456>. Acessado em: 20/02/2024.

SARMIENTO, Érica da Silva. Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970). Tese de Doutorado em História. Universidade de Santiago de Compostela, 2006.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. A República e a espada: a primeira década republicana e o florianismo. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, Cláudia. *Disputas políticas pela abolição no Brasil: nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SANTOS, Joel Rufino dos. História Nova do Brasil — Volume 4. São Paulo: Brasiliense, 1965.

SANTOS, Luiz. A, de Castro. Estado e Saúde Pública no Brasil, 1889-1930. Dados. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n.2, p. 237-250, 1980.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: SCHMIDT, B. (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

_____. “Os partidos socialistas na nascente República.” In: *A Formação das tradições (1889-1945)*/ organizadores: Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.1).

_____. As biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Anos 90*, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 79–90, 1997. DOI: 10.22456/1983-201X.6196. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6196>. Acessado em: 10/02/ 2024.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História* [online]. 1999, v. 19, n. 37 . p 59-84. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>. Acessado em 29/12/ 2022.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. Ed: Scipione, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, João Paulo da. Espanhóis no interior de São Paulo: múltiplas possibilidades de incorporação. Tese de Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos – São Carlos. São Paulo, 2020.

SILVA, K. V. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Miriam Barros D. A presença dos espanhóis no Rio de Janeiro: Uma breve contribuição a partir do associativismo. 2016. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal fluminense. Niterói. Rio de Janeiro.2016.

SISQUIM, Sayonara Faria. O governo de Hermes da Fonseca e a construção de vilas operárias na Primeira República (1909-1914). Dissertação de Mestrado. Universidade do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores – UERJ/FFP. 2017.

STRAFORINI, 2001 Apud, CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. Narrativas em preto e branco: aspectos da escravidão negra em Sorocaba. Disponível em: : <https://www.memoriaoperariasorocaba.com.br/post/narrativas-em-preto-e-branco-aspectos-da-escravid%C3%A3o-negra-em-sorocaba>. Acessado em: 12/01/23.

SOARES, Aline Mendes. Precisa-se de um pequeno: o trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro, 1888-1927. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2017.

SODRÉ, Luiz Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro; Editora Civilização Brasileira S.A, 1966.

SOUSA, Jorge Paes. *Afonso Costa: Republicanismo Socialista e Ação Política (1887-1911)*. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27549>. Acesso em: 03/05/2023.

SOUSA, Jorge Paes. Afonso Costa: Republicanismo Socialista e Ação Política (1887-1911). *Intellèctus*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2013. P. 7. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/27549>. Acessado em: 18/10/2023.

SOUZA, Izabela Medeiros de. *Brasil. Presidente (1922 - 1926). Discursos selecionados do Presidente Artur Bernardes*. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

STONE, L. Prosopografia. *Revista Sociologia Política*. vol. 19, n. 39, 115-137. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31689/20209>. Acessado em: 05/02/2024.

TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*.- Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2013.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Edilene. *O Sindicalismo Revolucionário em São Paulo e na Itália: Circulação de Ideias e Experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o fascismo*. 494 f. Tese de Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2002.

TURCI, Alex Neriz. *Para o estudo da questão do socialismo no Brasil: os primórdios em Santos através da publicação de A Questão Social*. Tese de doutorado em História. Universidade Federal de São Carlos., São Paulo. 2007.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VARGUES, Guilherme Ferreira. “De Paulo a Candeia, um projeto de Escola de Samba e sua crise”. 219 – 250. *Memórias, territórios, identidades : diálogos entre gerações na região da grande Madureira* / organização Ana Paula Alves Ribeiro , Gabriel da Silva Vidal Cid , Guilherme Ferreira Vargues. — 1. ed. — Rio de Janeiro : Mórula, 2019.

VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978’.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do*

café com leite”. – 2. Ed. – Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários. Mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*.- São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

WEINER, Rodrigo Azevedo. Em que a trajetória do sr. Manoel Inácio Marques Neto pode contribuir à compreensão da formação do proletariado brasileiro? (Rio Grande do Sul, década de 50 do século XX). *Revista Mundos do Trabalho*. vol. 8. nº 16. julho/dezembro de 2016. p. 11-32. p. 01, disponível em:
file:///C:/Users/Windows/Downloads/administrador,+Dossie_1RodrigoWeimer%20(1).pdf.
Acessado em: 20/02/2024.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. *In: RÉMOND, René. Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

WALDERBERG, Marek. “A estratégia política da social-democracia alemã”. *In: História do marxismo II: O marxismo na época da Segunda Internacional/ Eric HOBSEBAWM... et al, : tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho - primeira parte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FONTES DOCUMENTAIS.

Periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Alvorada

A Época

A Voz do Chauffeur

A Razão

Correio da Manhã

Correio da Noite

Gazeta de Notícias

Gazeta da Tarde

Gazeta Suburbana

Jornal do Brasil

O Combate

O Paiz.

O Tempo

Voz do Povo

Arquivo Público da Cidade de São Paulo (APESP).

Jornal *A Redempção*.

Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB).

Salada do Pinto Machado: *Gazeta Suburbana*

Jornal *Gazeta Operária*. Disponível em Microfilmes na Fundação Biblioteca Nacional, sob o nº PR- SPR 00066.

Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro (ASMOB), Arquivo do CEDEM/UNESP.

Ata do 4º Congresso Operário Brasileiro, 7 a 15 de novembro de 1912. Conclusões. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1913, p. 14-18.

Fontes Iconográficas.

Figura 02- Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920>.

Figura 04 - Google Maps.

Figura 05 – Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Coleção de José Marques Pereira.

Figura 13 - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. – A Secretaria, 2006. 120 p.: il. – (Cadernos da Comunicação. Série Memória). Disponível no site eletrônico: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101424/memoria16.pdf>.

Figura 21- https://www.flickr.com/photos/carioca_da_gema/151236145.

Figura 22- https://www.flickr.com/photos/carioca_da_gema/151236145.

Obras raras.

“*O Livro da Paz*”, edição de 1895, de Sebastião de Magalhães Lima. Disponível para consulta no Real Gabinete Português de Leitura.

“*São Gonçalo Cinquentenário*”, edição de 1940, de Luiz Palmier. Disponível no site eletrônico: <https://archive.org/details/sgonca1940cing/page/178/mode/2up>.

Certidões.

Óbito de Mariano Garcia. Estado do Rio de Janeiro, Cartório do 6º Registro Civil de Pessoas Naturais. Livro 118, Folha 132V, Termo 1165 (Livro renomeado para C-118).

Certidão de Casamento de Mariano Garcia encontrada no FamilySearch , disponível no site eletrônico: <https://www.familysearch.org/pt/>.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certifico que a imagem que integra essa folha corresponde a continuação da certidão lavrada no livro 118, Folha 132V, Termo 1165 (Livro renomeado para C-118, conforme Provimento 88/2009 e Aviso 43/2010 da CGJ-RJ). Assento apenas na FRENTE desta folha.

Maria Garcia

139

*Mariano Garcia
filho de Mariano
Garcia e de Maria
Gina Garcia, ambos
portugueses e casados
com presentes e civis
seus, Journalista na
cidade de Curitiba, do
Estado do Paraná
Perdida Garcia a
cuja celebração de
matrimônio se realizou
na cidade de Curitiba, do
Estado do Paraná, em
14 de maio de 1944, a
qual se declarou
em forma de livre
convencimento e
publicação em Curitiba,
Estado do Paraná, em
14 de maio de 1944,
de acordo com o
art. 1.511 do Código de
Processo Civil de 1939,
e publicação em Curitiba,
Estado do Paraná, em
14 de maio de 1944,
de acordo com o art. 1.511
do Código de Processo
Civil de 1939, e
publicação em Curitiba,
Estado do Paraná, em
14 de maio de 1944,
de acordo com o art. 1.511
do Código de Processo
Civil de 1939.*

6º REGISTRO CIVIL
Antonio Carlos Pires
Substituto - Mat.: 94/4698

Arpen rj - AA 014593788 - P

ANEXO B - Certidão de Casamento de Mariano Garcia

28 Por vinte e dois de Fevereiro de
 mil e oitocentos noventa e tres, no Rio
 de Janeiro, na casa das audiencias
 do Doutor Antonio Marques de Sá,
 Juiz da quinta Pitoria, onde o mes-
 mo se achava com missa e scriu ao
 interims de seu cargo abaiso no
 meado e assignado, as doze horas da
 dia, perante os testemunhas Joao
 de Matta Silva Couto e Joao Pe-
 rreira Madeira, receberam-se em
 matrimonio Antonio Mariano San-
 t'ana, filho legitimo de João Mari-
 ano, fallecido e de D. Rosa Mari-
 ana, com vinte e seis annos de ida-
 de, solteiro, natural do Estado
 do Rio de Janeiro, operario, mora-
 dor a rua do Conselho numero
 dezesseis A, com Maria Julieta
 de Matta, filha legitima de Ma-
 nuel Antonio de Matta e de
 D. Julieta Perpétua Jacino, falle-
 cida, com dezoito annos de idade,
 solteira, natural desta Capital,
 moradora a rua do Conselho nu-
 mero dezesseis A. Procedeo a este
 acto e consentimento por scripto
 do Tutor de contrahente. Em fir-
 mada de que em João e João de
Chaves e Chaves escripto ao inte-
 rim lido este acto que era por
 todos assignado
Paulo Marques de Sá